



Universidade de Brasília

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação | PPG-FAU

O PATRIMÔNIO DE BRASÍLIA ALÉM DO PLANO PILOTO

Uma análise de dossiês de tombamento
1959-2014

Daniela Pereira Barbosa



Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação

Daniela Pereira Barbosa

**O PATRIMÔNIO DE BRASÍLIA ALÉM DO PLANO PILOTO:
uma análise de dossiês de tombamento, 1959-2014**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de Brasília para a obtenção do título
de Doutora em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Prof. Doutora **Maria Fernanda Derntl**

Área de Concentração
Teoria, História e Crítica

Linha de Pesquisa
História e Teoria da Cidade e do Urbanismo

Brasília, 2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

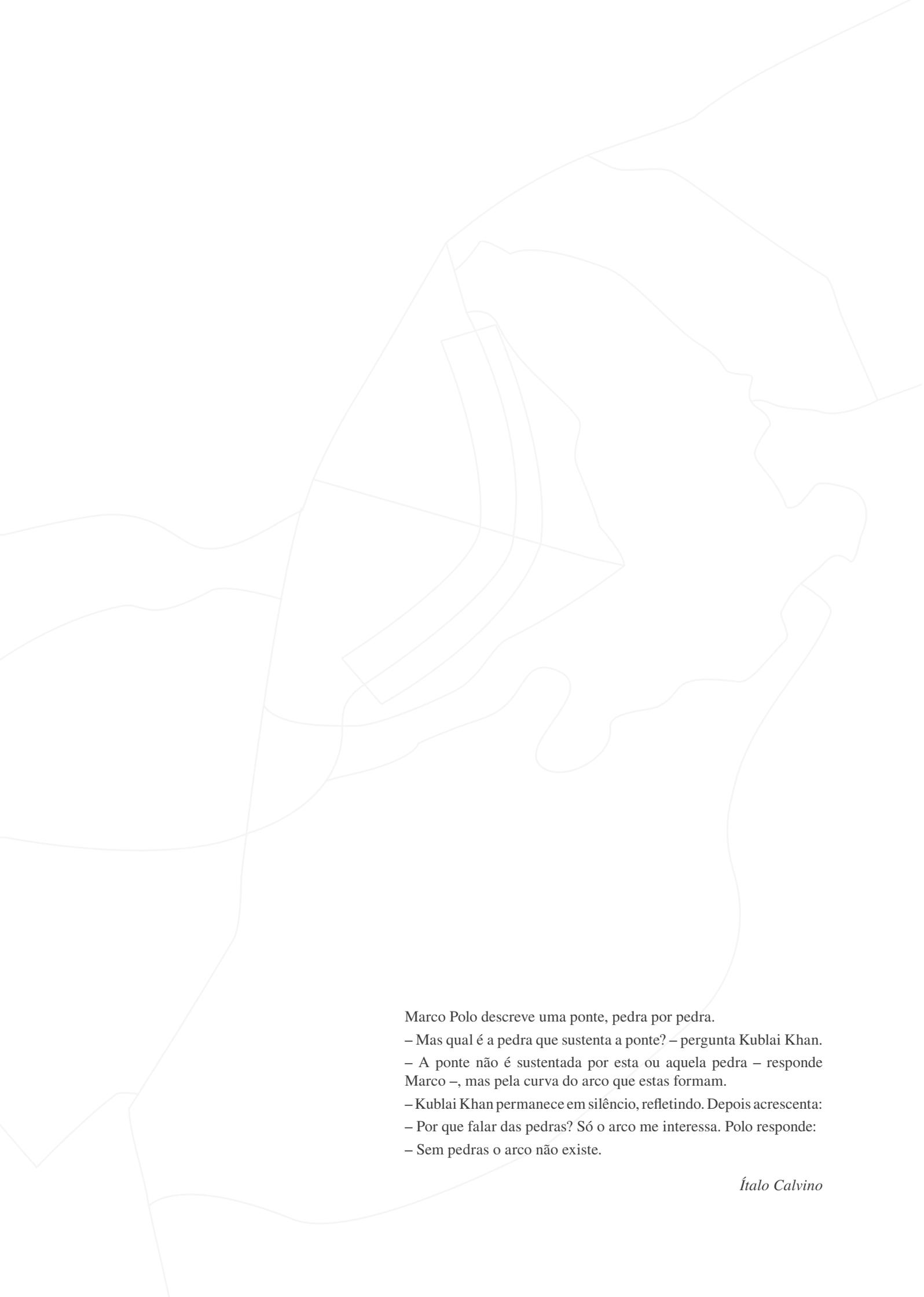
BB238p Barbosa, Daniela Pereira
O patrimônio de Brasília além do Plano Piloto: uma análise
de dossiês de tombamento, 1959-2014 / Daniela Pereira
Barbosa; orientador Maria Fernanda Derntl. -- Brasília, 2021.
383 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)
- Universidade de Brasília, 2021.

1. Brasília. 2. cidades-satélites. 3. patrimônio cultural.
4. documentação. I. Derntl, Maria Fernanda, orient. II.
Título.

Projeto gráfico, capa e diagramação: Daniela Barbosa

Revisão: Mariana Moura



Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

– Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.

– A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco –, mas pela curva do arco que estas formam.

– Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:

– Por que falar das pedras? Só o arco me interessa. Polo responde:

– Sem pedras o arco não existe.

Ítalo Calvino



À MEMÓRIA DE ELVIS
QUE NOS DEIXOU NO MEIO DO CAMINHO

TESE DE DOUTORADO

**O patrimônio de Brasília além do Plano Piloto:
uma análise de dossiês de tombamento, 1959-2014**

autora: Daniela Pereira Barbosa

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maria Fernanda Dentl (UnB)
presidente

Dra. Ana Elisabete Medeiros (UnB)
membro examinador

Dr. Laurent Vidal (Université de La Rochelle)
membro examinador

Dr. Carlos Madson Reis (Iphan)
membro examinador

Dra. Elane Ribeiro Peixoto (UnB)
membro suplente

AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutorado é sempre construída a muitas mãos. Gostaria de iniciar este texto expressando imensa gratidão à minha orientadora, Prof. Dra. Maria Fernanda Derntl, pela disponibilidade e confiança em meu trabalho. Suas considerações, questionamentos e atenção aos detalhes mostraram-se fundamentais para o avanço da pesquisa, assim como para minha familiarização com o universo da Arquitetura e Urbanismo – um mundo até então alheio para mim, que sou *designer*. Também agradeço aos membros da banca, a Dra. Ana Elisabete Medeiros, o Dr. Carlos Madson Reis e o Dr. Laurent Vidal, por suas valiosas contribuições desde a qualificação do trabalho, o que me permitiu avançar em questões fundamentais para a finalização da pesquisa. Deixo ainda um profundo agradecimento à Dra. Elane Peixoto, por gentilmente aceitar ser membro suplente da banca.

Também agradeço aos servidores e funcionários da Diretoria de Preservação da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC), pela gentileza em me acompanhar por longas horas na sala de arquivos durante o processo de coleta de dados para a pesquisa. Cito especialmente Aline, Beatriz, Laura e Rodrigo pela disponibilidade em esclarecer todas as minhas dúvidas e auxiliarem na digitalização daquilo que fosse possível.

Presto meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter financiado a pesquisa de doutorado, pois sem essa bolsa eu não poderia ter me dedicado exclusivamente à tese. Foi também graças à CAPES que pude desfrutar de uma bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), o que me permitiu realizar parte da pesquisa junto ao *Centre d'Études en Sciences Sociales sur les Mondes Africains, Américains et Asiatiques* (CESSMA) em Paris, na França, pelo período de sete meses. Agradeço também aos integrantes do CESSMA pela acolhida e por terem contribuído com importantes debates para a pesquisa, e cito especialmente Cathy Chatel, Marcia Mathieu e Tania Herrera. A experiência em Paris foi muito mais rica e proveitosa graças a vocês e, por isso, *un grand merci!*

Um sincero agradecimento aos colegas da pós-graduação pelas trocas, conselhos, leituras e, acima de tudo, por partilharem comigo as alegrias e desafios de uma pesquisa acadêmica. Aos meus amigos de copo e de cruz Eduardo Soares, Jana Cândida, Jéssica Gomes, José Gomes, Isabelle Salgado, Paula Scherre, Renata Almendra e Renata Homem, muito obrigada! Agradeço ainda a Mariana Moura pela revisão cuidadosa e criteriosa com o meu texto.

Também não posso deixar de registrar um agradecimento a minha irmã Fernanda Barbosa pela consultoria jurídica quando o assunto de alguns textos pediu maiores esclarecimentos. Agradeço ainda a Pedro Jacinto, sempre disposto a me ajudar nas traduções para a língua inglesa, e, do mesmo modo, a Alain Crindal e Romain Moitrot, que se dispuseram a revisar minha escrita em francês.

Por fim, jamais me esquecerei do momento em que, ao mostrar para minha mãe a capa desta tese e pedir uma opinião sobre o *design* visual do resultado, ela respondeu orgulhosa: “Gostei muito! Dizem que não se julga um livro pela capa, mas, nesse caso, essa capa promete um trabalho com muito amor envolvido”. Foi então que percebi que, na realidade, tudo o que sou, como pessoa e como pesquisadora, devo a ela. Assim, finalizando esta lista, agradeço minha mãe, Maria Autelina, por sempre acreditar em mim e me apoiar em meus projetos e sonhos.

RESUMO

Este trabalho analisa um conjunto de doze dossiês de tombamento referentes a construções situadas em Brasília, porém à distância de seu núcleo original, o Plano Piloto. Esses dossiês são formados por documentação diversa produzida por profissionais da instituição do patrimônio para fundamentar a proteção dos bens em análise. Os tombamentos foram realizados entre 1959 e 2014 e compreendem equipamentos da infraestrutura urbana, assim como de assistência à cultura, educação, saúde e religião, em diferentes núcleos-satélites de Brasília. Trata-se dos seguintes bens: Catetinho, Museu Histórico e Artístico de Planaltina, Igreja São Sebastião de Planaltina, Pedra Fundamental de Planaltina, Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), Relógio de Taguatinga, Igreja São Geraldo no Paranoá, Centro de Ensino Metropolitana, Igreja São José Operário na Candangolândia, Casa da Fazenda Gama, Caixa d'Água da Ceilândia e, por fim, Escola Industrial de Taguatinga (EIT). A partir da análise dos dossiês e com o apoio da bibliografia, o objetivo foi investigar a articulação entre os discursos de tombamentos e a estruturação política, social e territorial do Distrito Federal. A pesquisa, por fim, identificou que tais tombamentos, que são relativos a núcleos-satélites, reafirmam ou complementam a noção de patrimônio estabelecida pelo Plano Piloto, ainda que inserindo no discurso particularidades e necessidades locais, como a demanda por moradia e por maiores investimentos.

Palavras-chave: Brasília; cidades-satélites, patrimônio cultural; documentação

ABSTRACT

This work analyses several cultural heritage processes referring to twelve buildings located in Brasilia, but far from its original core, the *Plano Piloto*. These processes are composed of various documents that were produced by the local government to support the protection of the buildings. The cultural heritage processes were carried out between 1959 and 2014 and comprise urban infrastructure equipment, as well as supporting elements of culture, education, health and religion, in different satellite towns of Brasilia. These assets are: The first presidential house named *Catetinho*, *Planaltina* Historical and Artistic Museum, *São Sebastião de Planaltina* Church, *Pedra Fundamental* of *Planaltina*, *Juscelino Kubitschek de Oliveira* Hospital, *Taguatinga* Clock Tower, *São Geraldo* Church, *Metropolitana* School, *São José Operário* Church, an old farmhouse named *Gama*, *Ceilândia* Water Tank and, finally, *Taguatinga* Industrial School. Based on the analysis of the documentation and supported by the bibliography, this thesis aimed to investigate the relation between the definition of the cultural heritage pro-

cesses and the political, social and territorial structuring of Brasilia. The research, in the end, identified that such processes, which are related to satellite towns, reaffirm or complement the notion of the monumental heritage established by the Plano Piloto of Brasilia, even if adding to the discourse local particularities and needs, such as the demand for housing and greater investments.

Key-words: Brasilia; satellite towns; cultural heritage; documentation

RÉSUMÉ

Cette thèse analyse une série de dossiers relatifs à douze bâtiments situés à Brasilia, mais loin de son noyau originel, le Plano Piloto. Ces dossiers sont constitués de divers documents produits par les professionnels de l'institution patrimoniale locale pour soutenir la protection des biens analysés. Les classements ont été réalisés entre 1959 et 2014 et comprennent des équipements et des monuments urbains, liés à la culture, l'éducation, la santé et la religion dans différentes villes satellites de Brasília. Il s'agit des lieux suivants : la première maison présidentielle appelée *Catetinho*, le Musée historique et artistique de *Planaltina*, l'Église *São Sebastião de Planaltina*, la *Pedra Fundamental de Planaltina*, l'Hôpital *Juscelino Kubitschek de Oliveira*, l'Horloge de *Taguatinga*, l'Église *São Geraldo*, le Centre d'enseignement *Metropolitana*, l'Église *São José Operário*, une ancienne ferme appelée *Gama*, le Château d'eau de *Ceilândia* et, enfin, l'École industrielle de *Taguatinga*. À partir de l'analyse des dossiers et avec l'appui de la bibliographie, l'objectif était d'étudier l'articulation entre les discours des classements et la structuration politique, sociale et territoriale du District Fédéral. La recherche a identifié en fin de compte que ces processus de classements liés aux villes satellites réaffirment ou complètent la notion de patrimoine établie par le Plano Piloto de Brasilia, tout en introduisant dans leurs discours des particularités et des besoins locaux, comme des demandes de logements et d'investissements plus importants.

Mots-clés : Brasilia ; villes satellites ; classements ; dossiers patrimoniaux

LISTA DE SIGLAS

AATA – Associação dos Advogados de Taguatinga

ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal

CAESB – Companhia de Água e Esgotos de Brasília

CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CESSMA – Centre d'Études en Sciences Sociales sur les Mondes Africains, Américains et Asiatiques

CEB – Comissão Especial de Brasília

CEI – Campanha de Erradicação das Invasões

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

CONDEPAC – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural

CUB – Conjunto Urbanístico de Brasília

DePHA – Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal

DePHA – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico

DF – Distrito Federal

DIGEPHAC – Diretoria de Gestão do Patrimônio Histórico e Artístico

DIPRES – Diretoria de Preservação

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DUA – Departamento de Urbanismo e Arquitetura

EIT – Escola Industrial de Taguatinga

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

EPIA – Estrada Parque Indústria e Abastecimento

FACITA – Feira de Amostras do Comércio e da Indústria em Taguatinga

FACULTA – Feira de Arte e Cultura de Taguatinga

GDF – Governo do Distrito Federal

HJKO – Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira

IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil

IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social

IBPC – Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JK – Juscelino Kubitschek

LOC – Lei Orgânica da Cultura

Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital

PDSE – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior

PL – Projeto de Lei

PP – Partido Progressista

PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília

PROMAI – Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio Urbanístico e Imobiliário

PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura

PT – Partido dos Trabalhadores

RA – Região Administrativa

SECEC – Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação

SINPRO – Sindicato dos Professores do Distrito Federal

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUPAC – Subsecretaria do Patrimônio Cultural

SUPHAC – Subsecretaria de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural

TCB – Transportes Coletivos de Brasília

Terracap – Companhia Imobiliária de Brasília

TJDFT – Tribunal do Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA

Tabela 1 – Dados gerais das dos tombamentos efetuados	34
---	----

FIGURAS

Figura 1 – Os bens tombados.....	20
Figura 2 – Linha do tempo dos tombamentos efetuados	20
Figura 3 – Mapa do Patrimônio.....	21
Figura 4 – Padronização de identificação: dossiês de tombamento da Igreja São Sebastião de Planaltina (esq.) e da Igreja São Geraldo no Paranoá (dir.)	38
Figura 5 – Dossiês de tombamento da Pedra Fundamental de Planaltina (esq.) e do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (dir.).....	38
Figura 6 – Dossiê de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia organizado em dois volumes.....	39
Figura 7 – Extrato do abaixo-assinado anexado ao dossiê de tombamento do Relógio de Taguatinga	40
Figura 8 – Exemplo da numeração de folhas em dossiês	40
Figura 9 – Exemplo de índice de documentos produzidos pelos agentes do patrimônio	41
Figura 10 – Exemplo de descontinuidade de informação entre duas páginas em sequência do dossiê da Igreja São Sebastião de Planaltina.....	42
Figura 11 – Exemplo de material cedido pelo Museu Casa da Memória Viva da Ceilândia no dossiê de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia.....	45
Figura 12 – Certidões anexadas aos dossiês de tombamento da Pedra Fundamental de Planaltina (esq.) e da Casa da Fazenda Gama (dir.)	46
Figura 13 – Planta de situação do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira.....	47
Figura 14 – Desenho técnico da Igreja São José Operário da Candangolândia elaborado em 1986	48
Figura 15 – Amostra das fotografias cedidas pelo Arquivo Público do Distrito Federal e anexadas ao dossiê de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia	49
Figura 16 – Fotografias do trabalho de campo da equipe anexadas ao dossiê de tombamento da Casa da Fazenda Gama	50
Figura 17 – Exemplo da disposição de recortes de jornal no dossiê de tombamento do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO).....	52
Figura 18 – Exemplos de matérias de jornal anexadas a dossiês de tombamento	53
Figura 19 – Extrato do poema Catetinho.....	54
Figura 20 – Poema A Falta d'Água no dossiê de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia.....	55

Figura 21 – Convite para o tombamento da Pedra Fundamental de Planaltina anexado ao seu dossiê de tombamento	56
Figura 22 – Amostra da transcrição de trechos de depoimentos orais no dossiê de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia	57
Figura 23 – Exemplo de material proveniente de pesquisas digitais no dossiê da Escola Industrial de Taguatinga (EIT).....	58
Figura 24 – Escalas de Brasília predominantes por área	66
Figura 25 – Conjunto Urbanístico de Brasília com delimitação das Macroáreas de Proteção A e B	69
Figura 26 – Mancha urbana de Brasília em 1986	79
Figura 27 – Mancha urbana de Brasília em 1995	79
Figura 28 – Localização da Vila Planalto entre a Praça dos Três Poderes e o Palácio da Alvorada.....	88
Figura 29 – Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal pelo Decreto nº 2.893, de 1975	98
Figura 30 – O DePHA pelo Decreto nº 7.451, de 1983	101
Figura 31 – A Coordenação do Programa de Patrimônio Cultural pelo Decreto nº 9.798, de 1986.....	103
Figura 32 – O DePHA pelo Decreto nº 11.176, de 1988	104
Figura 33 – O DePHA pelo Decreto nº 12.590, de 1990	107
Figura 34 – A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico pelo Decreto nº 21.675, de 2000	110
Figura 35 – A SUPHAC e a DIGEPHAC pelo Decreto nº 31.653, de 2010.....	111
Figura 36 – A SUPHAC e a DIPRES pelo Decreto nº 33.147, de 2011	112
Figura 37 – A SUPAC e a DIPRES pelo Decreto nº 38.805, de 2019	116
Figura 38 – Marcos significativos na trajetória do órgão do patrimônio de Brasília	118
Figura 39 – Localização do Catetinho com relação ao Plano Piloto de Brasília	124
Figura 40 – Bilhete de Juscelino Kubitschek a Clóvis Salgado.....	125
Figura 41 – Telegrama de Juscelino Kubitschek a Rodrigo Melo Franco de Andrade (1)	136
Figura 42 – Telegrama de Juscelino Kubitschek a Rodrigo Melo Franco de Andrade (2).....	136
Figura 43 – Localização das construções tombadas em Planaltina com relação ao Plano Piloto de Brasília	153
Figura 44 – Localização do HJKO com relação ao Plano Piloto de Brasília.....	188
Figura 45 – Localização do Relógio de Taguatinga com relação ao Plano Piloto de Brasília	189
Figura 46 – Ilustração do Relógio de Taguatinga no abaixo-assinado pelo tombamento	214
Figura 47 – Localização da Igreja São Geraldo no Paranoá com relação ao Plano Piloto de Brasília	226

Figura 48 – Localização do Centro de Ensino Metropolitana com relação ao Plano Piloto de Brasília	227
Figura 49 – Localização da Igreja São José Operário na Candangolândia com relação ao Plano Piloto de Brasília	227
Figura 50 – Localização da Casa da Fazenda Gama com relação ao Plano Piloto de Brasília	267
Figura 51 – Registros de Juscelino Kubitschek e Zenaide Barbosa no museu da Casa da Fazenda Gama.....	280
Figura 52 – Localização da Caixa d'Água da Ceilândia com relação ao Plano Piloto de Brasília	286
Figura 53 – Localização da Escola Industrial de Taguatinga com relação ao Plano Piloto de Brasília	286
Figura 54 – Folder Viva EIT.....	290
Figura 55 – O processo da criação de Ceilândia em fotografias	313
Figura 56 – Ceilândia em Cordel.....	319

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
FONTES: o <i>corpus</i> documental e suas características	33
CAPÍTULO 1. O processo de tombamento e preservação de Brasília: problemas, questões e marcos	61
1.1 O tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília: debates e questões	63
1.1.1 Brasília tombada: as normativas e a perspectiva socioeconômica em debate	64
1.1.2 A trajetória da proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília: contribuições historiográficas	73
1.2 Vila Planalto: marco patrimonial	87
1.2.1 Embates na preservação da Vila Planalto	88
1.2.2 Por que, além da fixação, o tombamento da Vila Planalto?	92
1.3 O patrimônio local em processo	96
CAPÍTULO 2. A formação de um patrimônio em Brasília: dos primórdios a 1989	120
2.1 O Palácio do Catetinho: tombamento e atualização	122
2.1.1 A construção do significado do Catetinho a partir do pedido de tombamento nos anos 1950	124
2.1.2 A conservação do material	138
2.1.3 O Catetinho na pauta de tombamentos no Distrito Federal nos anos 1970.....	141
2.1.4 O Catetinho como ponto turístico	145
2.2 Planaltina e as alegadas origens do território e de Brasília.....	151
2.2.1 O contexto político dos tombamentos em Planaltina: uma análise.....	154
2.2.2 Planaltina descrita como antiga e depositária de tradições regionais	156
2.2.3 Planaltina como participante do processo de mudança da capital.....	166
2.2.4 O monumento e seu entorno: a ambientação dos bens tombados em Planaltina	173
2.2.5 O apoio da população pelos tombamentos	176
2.2.6 As motivações turísticas para o tombamento de construções em Planaltina.....	179
2.3 Reivindicação comunitária e construção do patrimônio: Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira e Relógio de Taguatinga	185
2.3.1 O tombamento do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira como reivindicação comunitária	189
2.3.2 O estado de conservação do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira	201
2.3.3 A definição das futuras instalações do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira.....	206
2.3.4 O tombamento do Relógio de Taguatinga	211

CAPÍTULO 3. Continuidade e consolidação: 1993 a 2014.....	223
3.1 Acampamentos de obras e memória operária.....	226
3.1.1 Patrimônio, comunidade e política	230
3.1.2 A percepção do patrimônio como um conjunto	242
3.1.3 A representação do pioneirismo e a configuração dos espaços	252
3.1.4 “Acampamento pioneiro” e “invasão”	261
3.2 A Casa da Fazenda Gama e a memória rural do Planalto Central	266
3.2.1 A demanda do Brasília Country Club pelo tombamento: valores patrimoniais e potencial turístico	268
3.2.2 A Casa da Fazenda Gama e sua tradição regional como valor patrimonial	270
3.2.3 A hospedagem de Juscelino Kubitschek no recinto como um marco para Brasília.....	275
3.2.4 A desapropriação das terras	281
3.3 Caixa d’Água da Ceilândia e Escola Industrial de Taguatinga: lugar da comunidade e discurso de superação	285
3.3.1 A demanda pelo tombamento e a participação de moradores	287
3.3.2 O patrimônio como parte da história das Regiões Administrativas de Taguatinga e de Ceilândia	297
3.3.3 Taguatinga e Ceilândia como potencialidades em Brasília.....	314
3.3.4 Trâmites institucionais, contestações e indefinições	322
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 329
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 340
 ANEXOS.....	 353

INTRODUÇÃO



BRASÍLIA, CAPITAL DO BRASIL, inaugurada em 1960, teve seu núcleo inicial – o Plano Piloto – concebido a partir dos preceitos modernistas da Carta de Atenas, resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, de 1933. O valor simbólico desse core central alude às produções de Oscar Niemeyer e Lucio Costa, nomes emblemáticos da arquitetura e do urbanismo brasileiro. A relevância da cidade como marco da arquitetura moderna fez com que seu conjunto urbanístico fosse reconhecido como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1987, apenas 27 anos após sua inauguração. Contudo, a capital do Brasil dispõe de um repertório patrimonial bem mais amplo, pois, ao longo de sua construção e desenvolvimento, bens arquitetônicos de diferentes períodos e relativos a variadas representações socioculturais do Distrito Federal foram tombados.

A indagação sobre a dinâmica da formulação desse patrimônio levou a reflexões que instigaram o desenvolvimento deste trabalho. Desde o início da pesquisa, em 2017, houve o interesse em investigar o patrimônio cultural de Brasília sob perspectivas que considerassem representações outras que não a cidade moderna e derivada do projeto de Lucio Costa. Diante dessa possibilidade, foram considerados os bens arquitetônicos tombados que estão localizados a certa distância daquele núcleo central, nas coloquialmente denominadas “cidades-satélites” de Brasília.

A pesquisa ganhou contornos mais precisos pela delimitação da nossa fonte direta de análise, que é a documentação referente ao processo de tombamento desses bens – os *dossiês de tombamento*. Assim, conforme o título deste trabalho indica, esta tese propõe a análise de um conjunto de doze dossiês de tombamento, produzidos entre 1959 e 2014, referentes a doze construções situadas em Brasília, porém à distância de seu núcleo original, o Plano Piloto. A análise se encerra em 2014, pois foi o último tombamento efetuado até a qualificação da pesquisa, em 2019.

O primeiro tombamento desta série, em 1959, em nível federal, foi o da residência oficial conhecida como Catetinho,¹ e os demais ocorreram entre 1982 e 2014, na esfera local. Em 1982, foram tombados o Museu Histórico e Artístico de Planaltina,² a Igreja São Sebastião de Planaltina³ e a Pedra Fundamental de Planaltina.⁴ Em seguida,

¹ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Processo de Tombamento nº 0594-T-59*. Edifício conhecido como RP-1 ou “Catetinho”, no município de Brasília, Distrito Federal. Rio de Janeiro: IPHAN, 1959.

² DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 6.939 de 19 de agosto de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, Distrito Federal e respectivo mobiliário histórico.

³ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 6.940 de 19 de agosto de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório da Igreja de São Sebastião – Planaltina, Distrito Federal.

⁴ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 7.010 de 7 de setembro de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório da Pedra Fundamental do Distrito Federal e seu entorno.

vieram os tombamentos do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), em 1985⁵; do Relógio de Taguatinga, em 1989;⁶ da Igreja São Geraldo no Paranoá, em 1993;⁷ do Centro de Ensino Metropolitana em 1995;⁸ da Igreja São José Operário na Candangolândia em 1998;⁹ da Casa da Fazenda Gama, em 2006;¹⁰ da Caixa d'Água da Ceilândia, em 2013;¹¹ e, por fim, do Centro de Ensino Médio (EIT/CEMEIT) e Centro Cultural Teatro da Praça de Taguatinga – originalmente denominada Escola Industrial de Taguatinga (EIT), nomenclatura predominante em seu dossiê de tombamento e aqui adotada –, em 2014.¹²

Tais bens tombados compreendem equipamentos públicos de assistência à educação, à saúde e à religião, assim como elementos da infraestrutura urbana e um marco comemorativo anterior à construção de Brasília, que é a Pedra Fundamental de Planaltina.

Todos esses bens estão ilustrados na figura 1. Em seguida, na figura 2, trazemos a linha do tempo desses tombamentos, e a figura 3, em sequência, é um mapa que aponta a localização desse patrimônio no Distrito Federal.

⁵ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 9.036 de 13 de novembro de 1985*. Dispõe sobre o tombamento do conjunto do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO e dá outras providências.

⁶ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 11.823 de 18 de setembro de 1989*. Dispõe sobre o Tombamento do Relógio da Praça Central de Taguatinga, e dá outras providências.

⁷ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 15.156 de 27 de outubro de 1993*. Dispõe sobre o tombamento da Igreja São Geraldo, e dá outras providências.

⁸ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 16.744, de 12 de setembro de 1995*. Dispõe sobre o tombamento do Centro de Ensino de 1º Grau Metropolitana, antiga Escola Classe Metropolitana, e dá outras providências.

⁹ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 19.960, de 29 de dezembro de 1998*. Dispõe sobre o tombamento da Igreja São José Operário, e dá outras providências.

¹⁰ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 26.660, de 21 de março de 2006*. Dispõe sobre o tombamento da Casa da Fazenda Gama e dá outras providências.

¹¹ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 34.845, de 18 de novembro de 2013*. Dispõe sobre o tombamento do Reservatório Elevado de Ceilândia, conhecido como Caixa D'Água da Ceilândia, e dá outras providências.

¹² DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 35.483, de 30 de maio de 2014*. Dispõe sobre o tombamento do Centro de Ensino Médio EIT/CEMEIT e do Centro Cultural Teatro da Praça, e dá outras providências.

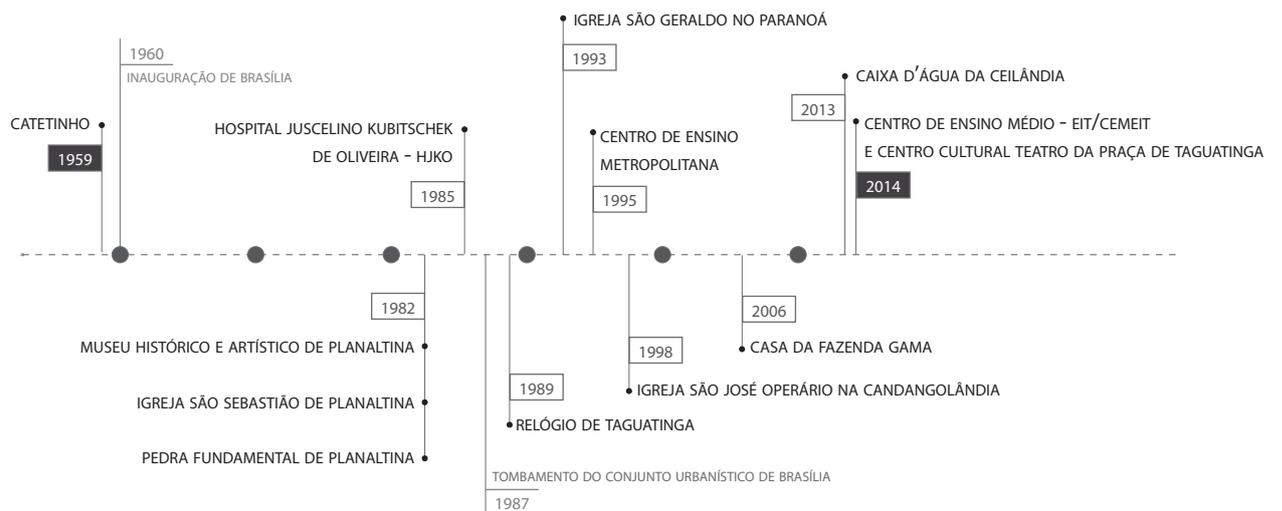
Figura 1. Os bens tombados



- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> 1. Catetinho 2. Museu Histórico e Artístico de Planaltina 3. Igreja São Sebastião de Planaltina 4. Pedra Fundamental de Planaltina 5. Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO 6. Relógio de Taguatinga | <ul style="list-style-type: none"> 7. Igreja São Geraldo no Paranoá 8. Centro de Ensino Metropolitana 9. Igreja São José Operário na Candangolândia 10. Casa da Fazenda Gama 11. Caixa d'Água da Ceilândia 12. Centro de Ensino Médio – EIT/CEMEIT e Centro Cultural Teatro da Praça de Taguatinga |
|--|--|

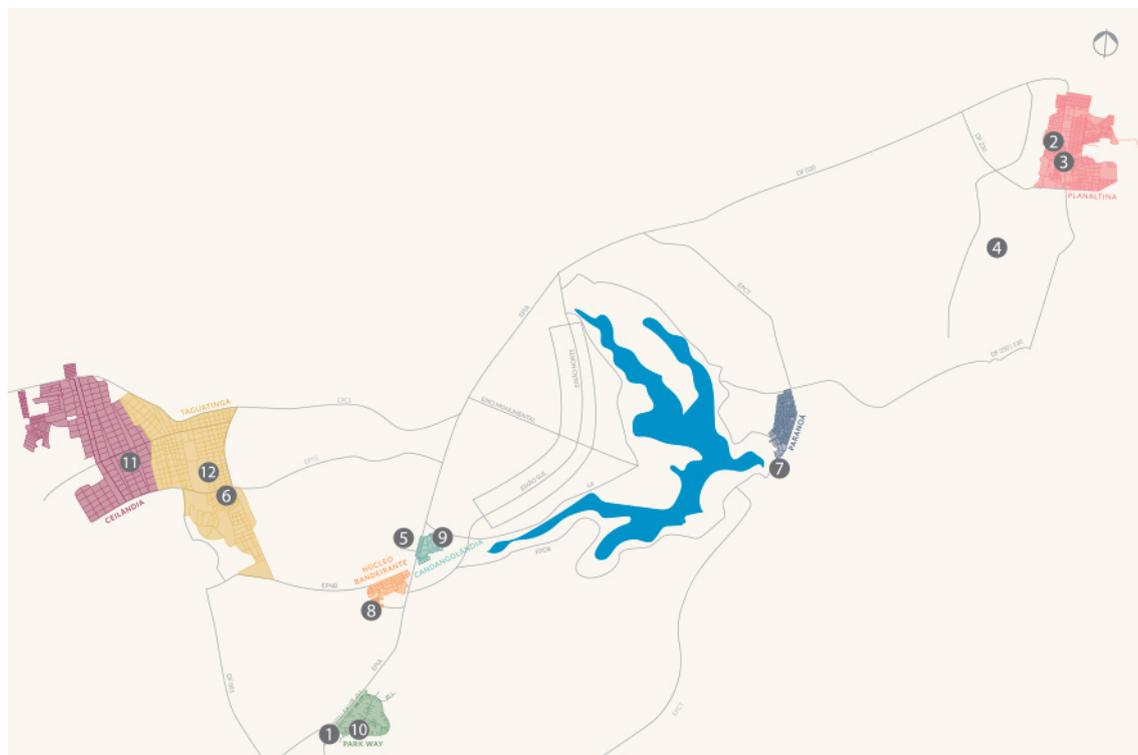
Fotografias e montagem: Daniela Barbosa.

Figura 2. Linha do tempo dos tombamentos efetuados



Elaboração: Daniela Barbosa.

Figura 3. Mapa do Patrimônio*



- | | |
|---|---|
| 1. Catetinho | 7. Igreja São Geraldo no Paranoá |
| 2. Museu Histórico e Artístico de Planaltina | 8. Centro de Ensino Metropolitana |
| 3. Igreja São Sebastião de Planaltina | 9. Igreja São José Operário na Candangolândia |
| 4. Pedra Fundamental de Planaltina | 10. Casa da Fazenda Gama |
| 5. Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO | 11. Caixa d'Água da Ceilândia |
| 6. Relógio de Taguatinga | 12. Centro de Ensino Médio – EIT/CEMEIT e Centro Cultural Teatro da Praça de Taguatinga |

Fonte: Adaptação do mapa original elaborado por Camila Veras, Daniela Barbosa e Sofia Ruiz.

*Uma versão ampliada do Mapa do Patrimônio encontra-se disponível no Anexo 1.

O nosso objeto de estudo é formado majoritariamente por bens tombados pelo governo local, com exceção do Catetinho, primeiramente reconhecido como patrimônio federal para, posteriormente, ter seu tombamento decretado em nível local. No Brasil, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937 pelo Decreto-Lei nº 25,¹³ regulamentou o sistema de proteção do patrimônio brasileiro. Atualmente, o órgão federal responsável é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Enquanto isso, o Distrito Federal conta com um organismo local desde 1975, quando foi instituída a Divisão do Patrimônio Histórico

¹³ BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

e Artístico do Distrito Federal no âmbito da Secretaria da Cultura, pelo Decreto nº 2.893.¹⁴ Ao longo dos anos, essa divisão passou por consideráveis mudanças estruturais e de nomenclatura, e atualmente é a Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC), subordinada à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC). Os dossiês de tombamento em análise, por sua vez, encontram-se sob a égide da Diretoria de Preservação (DIPRES), subordinada à SUPAC.

A nossa análise, ao articular patrimônio e documentação, está em sintonia com recomendações do IPHAN sobre pesquisa patrimonial. De acordo com o *Dicionário do IPHAN de Patrimônio Cultural*, a revisita aos documentos resulta em uma discussão sempre atualizada, pois a pesquisa e a documentação patrimonial “se nutrem reciprocamente, na medida em que podem trazer à tona registros do passado e do presente, suscitando questionamentos, reflexões, olhares, percepções e problematizações sobre os nossos diversificados acervos”.¹⁵ A perspectiva de trabalhar com essa documentação foi um ponto que motivou a análise.

Uma série de documentos de tipos e origens diversas – como certidões cartoriais, matérias de jornal, fonte iconográfica, plantas arquitetônicas, material produzido internamente, entre outros – forma os dossiês de tombamento. A montagem dos dossiês resulta do trabalho dos profissionais da instituição do patrimônio, responsável pela pesquisa, coleta e produção de material em diferentes períodos. Diante da diversidade da documentação e das possibilidades de investigação que isso suscita, privilegiamos a análise dos registros documentais que aludem aos discursos, motivações, justificativas e argumentos mobilizados para o tombamento dos bens.

A partir disso, algumas perguntas motivaram a investigação: como se deu a produção dessa documentação no seio do órgão do patrimônio? Como diferentes sujeitos envolvidos nos processos de tombamento atribuíram valor a esses bens, e como isso está expresso nos dossiês? Quais questões políticas, sociais, econômicas e espaciais nortearam a seleção desse patrimônio? Em que medida os discursos preservacionistas dos dossiês se relacionam entre si? E, por fim, como se inserem em um processo patrimonial mais amplo no Distrito Federal?

Essas questões auxiliaram na definição do **objetivo geral** da tese, que foi analisar os discursos preservacionistas expressos nos dossiês, averiguando como esses tombamen-

¹⁴ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 2.893, de 13 de maio de 1975*. Aprova o Regimento da Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências.

¹⁵ PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. Documentação. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2015. (Verbetes.)

tos se articulam com a formação patrimonial, política, social e territorial do Distrito Federal. Para o alcance desse objetivo, trabalhamos com a sua divisão em partes. Como objetivos específicos, destacam-se: apontar as características de produção e elaboração dos dossiês, com o intuito de situar como se estruturou essa fonte; identificar os sujeitos e atores sociais que fizeram parte da definição do patrimônio cultural em análise; e analisar em que medida os valores atribuídos a esse patrimônio se aproximam ou se afastam de discursos geralmente associados à representação monumental de Brasília.

A **hipótese** do trabalho é a de que esse patrimônio situado além dos limites do Plano Piloto não se configura como uma história paralela ou alternativa à oficial, mas parte do processo patrimonial de Brasília. Tal pressuposto estruturou-se na ideia de que o discurso de proteção dessas construções, em momentos diversos e por meio de justificativas específicas, pretendeu complementar ou expandir uma certa noção do patrimônio monumental de Brasília.

A delimitação de objetivos, assim como do objeto de estudo desta tese – os doze dossiês de tombamento –, determinou o **método de trabalho**, que consistiu em análise documental com apoio da bibliografia específica. A análise documental consistiu em leitura, coleta de dados e apreciação crítica do discurso preservacionista expresso na documentação que integra os dossiês. Esse processo analítico permitiu a identificação de tópicos principais que guiaram a discussão, e, com apoio da bibliografia, a condução da análise foi definida a partir de questões que emergiram dos próprios dossiês. A pesquisa, assim, privilegiou uma análise dos documentos não pela linearidade e sequencialidade da informação, mas pelos embates, recorrências e pontos mais significativos que identificamos nessa fonte.

Importantes estudos sobre documentação e sobre patrimônio cultural avançaram em questões e tópicos que são caros a esta análise. Um dos pilares da discussão empreendida nesta tese é o entendimento da documentação como uma fonte subjetiva e, portanto, resultado da sociedade que a produziu. Este trabalho, assim, beneficiou-se de debates e conceitos de historiadores que analisam a documentação como fonte histórica. A pesquisa do historiador Jacques Le Goff mostrou-se fundamental, pois, ao discutir a imparcialidade da documentação histórica, o autor indica a necessidade de trazer à luz as condições da sua produção,¹⁶ o que nos auxiliou no entendimento do caráter subjetivo dos dossiês em análise. Sobre a mesma temática, trabalhos como os de

¹⁶ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990 (1924). (Coleção Repertórios.)

Carlos Bacellar,¹⁷ Ana Luíza Martins¹⁸ e José d'Assunção Barros¹⁹ debatem o processo de formulação, interpretação e uso da documentação como fonte de pesquisa histórica. A obra de Martins, especificamente, foi de grande valia para esta pesquisa, pois a autora abordou a produção de fontes para o patrimônio cultural, destacando os lugares de pesquisa para a sua formulação e a interdisciplinaridade em torno desse processo.²⁰

A nossa análise também recorreu à bibliografia sobre Brasília, em especial debates acerca do processo de formação do território do Distrito Federal. Nesse aspecto, autores como David Epstein,²¹ Aldo Paviani²² e Jusselma Brito²³ foram essenciais para a compreensão de como se deu a estruturação de núcleos-satélites em Brasília, que se formaram desde o período da construção da cidade. Enquanto isso, Maria Fernanda Derntl se atentou para as narrativas em torno da formulação de núcleos-satélites a partir de relatos de moradores, analisando a relação entre suas memórias e o contexto sociopolítico de desenvolvimento desses lugares.²⁴ A pesquisa de Laurent Vidal, por sua vez, ao contextualizar propostas de mudança da capital no Brasil, é basilar para a compreensão do modo como projetos políticos e sociais tornaram-se propostas de cidades.²⁵ Uma das principais problemáticas discutidas por Vidal é que “um projeto de cidade, em sua dupla dimensão material e discursiva, é portador de um projeto de sociedade”.²⁶ Tais pesquisas foram fundamentais para que pudéssemos compreender a relação entre o patrimônio e o espaço de sua produção.

A bibliografia específica sobre patrimônio cultural também foi primordial para este trabalho, em especial para o entendimento da relação entre os tombamentos em análise e contextos políticos e sociais que fundamentaram a definição de práticas de preserva-

¹⁷ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 23-80.

¹⁸ MARTINS, Ana Luíza. Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, 281-308.

¹⁹ BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019.

²⁰ MARTINS, op. cit.

²¹ EPSTEIN, David. *Brasília: plan and reality. A study of planned and spontaneous urban development*. Los Angeles: University of California Press, 1973.

²² PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, 292 p.; 22cm. (Coleção Brasília.) p. 83-116.

²³ BRITO, Jusselma Duarte de. *De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília*. 2009. 346 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

²⁴ DERNTL, Maria Fernanda. Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. *Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 1, p. 11-34, 2019.

²⁵ VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Tradução de Florence Marie Dravet. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

²⁶ VIDAL, op. cit., p. 17.

ção. As pesquisas de autoras como Silvana Rubino,²⁷ Márcia Chuva,²⁸ Maria Cecília Fonseca²⁹ e Mariza Santos³⁰ concentraram-se no processo patrimonial brasileiro, tendo como enfoque aspectos das políticas e práticas do IPHAN em diferentes períodos. Para fins desta pesquisa, uma das principais contribuições das autoras foi o debate acerca das mudanças de rumos das práticas da instituição a partir dos anos 1980, notadamente no alargamento das possibilidades de tombamento pela inclusão de bens que até então não eram considerados patrimônio cultural. Já autores como Cíntia Nigro,³¹ Ulpiano Bezerra de Menezes,³² Regina Abreu³³ e Simone Scifoni³⁴ concentraram-se na análise das relações entre patrimônio cultural e sociedade, discutindo características de tombamentos decorrentes de lutas e reivindicações de comunidades específicas.

Ainda que este trabalho se concentre em tombamentos relativos a bens localizados fora do Plano Piloto, os debates acerca da preservação desse núcleo central foram essenciais para compreendermos o processo de proteção em Brasília. Alguns trabalhos, como os de Carlos Reis³⁵ e Sylvia Ficher,³⁶ avançaram na análise acerca dos desafios e indefinições que marcaram as práticas de proteção de Brasília, em especial quanto à relação entre a área tombada do Plano Piloto e as dinâmicas socioculturais existentes no território. Ficher, por exemplo, analisa como a poligonal de tombamento de Brasília, que definiu a área de proteção delimitada pelo Plano Piloto e seu entorno imediato, foi formulada a partir de critérios pouco claros, em especial quanto a núcleos urbanos não previstos no projeto original.³⁷ Os autores também discutem as disparidades sociais e econômicas no

²⁷ RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. [209]f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1992.

²⁸ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

²⁹ FONSECA, Maria Cecília. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

³⁰ SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a academia SPHAN: a relação entre o modernismo e o barroco*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

³¹ NIGRO, Cíntia. Patrimônio cultural e território urbano. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 78, p. 45-76, 2001.

³² BEZERRA DE MENESES, Ulpiano Toledo. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural : Sistema Nacional de Patrimônio Cultural : desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Coordenação de Weber Sutti. Ouro Preto-MG: IPHAN, 2009. *Anais...* Brasília-DF: IPHAN, 2012, p. 25-39.

³³ ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: DOBERDEI, Vera; TARDY, Cécile (Orgs.). *Memória e novos patrimônios*. Louvain-la-Neuve: Open Editions Press, 2015. (Coleção do Programa Saint-Hilaire.)

³⁴ SCIFONI, Simone. Patrimônio cultural e lutas sociais. *Espaço & Geografia*, v. 16, n. 2, p. 515-528, 2013.

³⁵ REIS, Carlos Madson. Conjunto urbanístico de Brasília: preservação à la carte. *Thesis*, v. 5, p. 254-274, 2018.

³⁶ FICHER, Sylvia. Brasília: legislação patrimonial e gestão urbana. *Thesis*, v. 5, p. 275-294, 2018.

³⁷ FICHER, op. cit., p. 280.

território do Distrito Federal, assinalando a importância de enxergar o dinamismo da capital do país e as relações de interdependência entre a área tombada e os demais núcleos. Outras pesquisas, como as de Sandra Ribeiro,³⁸ Karina Ramos³⁹ e Thiago Perpétuo,⁴⁰ analisam o processo de preservação de Brasília a partir de uma perspectiva historiográfica e apontam como o dito projeto original de Lucio Costa acabou por nortear as políticas de preservação da cidade. Para os autores, o discurso de ameaça de descaracterização de Brasília e a ideia da urgência de proteção dos seus ideais fundadores motivaram políticas que valorizaram a representação simbólica do Plano Piloto. Um tópico importante nessa discussão é que, conforme concluiu Perpétuo, três narrativas que deram sentido a discursos preservacionistas em Brasília se sobressaíram: uma suposta pré-existência da capital como um anseio histórico da nação, o período da construção da cidade como uma aventura heroica e a cidade como expressão máxima do modernismo.⁴¹ Essa constatação por parte do autor nos permitiu identificar em que medida os discursos expressos nos dossiês teriam assimilado essas narrativas.

Ressalte-se que a nossa pesquisa usufruiu de um importante intercâmbio com o *Centre d'Études en Sciences Sociales sur les Mondes Africains, Américains et Asiatiques* (CESSMA), em Paris, na França, que foi possível graças ao Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esse estágio teve duração de sete meses e proporcionou a ampliação das referências bibliográficas da pesquisa, assim como o contato com estudos em curso no CESSMA. Entre outros temas, tais estudos consideravam o tombamento de Brasília no contexto das relações socioculturais no Distrito Federal e das suas dinâmicas centro-periferia. A pesquisa de Márcia Mathieu, por exemplo, aponta como o tombamento de Brasília considerou o Plano Piloto como um espaço autônomo, o que desconsiderou as necessárias pautas referentes às trocas e relações efetuadas entre os demais núcleos do Distrito Federal.⁴² O período no CESSMA nos aproximou

³⁸ RIBEIRO, Sandra Bernardes. *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2005.

³⁹ RAMOS, Karina Felix. *A preservação de Brasília: reflexos da formação do conceito de patrimônio cultural*. 2005. 225 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

⁴⁰ PERPÉTUO, Thiago Pereira. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília*. 2015. 273 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

⁴¹ PERPÉTUO, op. cit.

⁴² MATHIEU, Marcia Regina. Brasília, é uma cidade só? O impacto das medidas preservacionistas do Plano Piloto na expansão dos espaços urbanos da Área Metropolitana de Brasília. In: VASCONCELOS, Ana Maria Nogales et al. (Orgs.). *Território e sociedade: as múltiplas faces da Brasília metropolitana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Institut de Recherche pour le Développement (IRD), 2019, p. 197-209.

também dos trabalhos de Hervé Théry, que analisou como o tombamento da capital, ao reforçar restrições de ocupação do solo, contribuiu para a elevação do custo de vida nesse núcleo central.⁴³ Para o autor, essa dinâmica acabou por tornar Brasília uma “metrópole banal”, pois as pressões nos arredores do Plano Piloto resultaram no crescimento e multiplicação de núcleos-satélites.

O tombamento de Brasília com enfoque no Plano Piloto é tema recorrente em pesquisas tanto nacionais quanto internacionais com diferentes objetivos e abordagens. Esses trabalhos contribuem para um debate amplo e sempre atualizado sobre o processo patrimonial de Brasília, discutindo sua trajetória, consequências e perspectivas. Enquanto isso, parte dos desafios desta pesquisa decorreu da parca bibliografia específica sobre os tombamentos efetuados além dos limites do Plano Piloto. Importantes estudos analisaram questões relativas à representação cultural dos bens ou das Regiões Administrativas correspondentes, mas sem necessariamente avançar em uma análise crítica tendo em vista os procedimentos para o tombamento das construções.

O Catetinho, projetado por Oscar Niemeyer e tombado em escala federal, é provavelmente o bem que dispõe de análises mais consolidadas, integrando estudos como o de Ana Elisabete Medeiros e Maritza Dantas,⁴⁴ bem como o de Marina Mennucci e Pedro Paulo Palazzo.⁴⁵ Ambos os trabalhos se apoiam nos aspectos simbólicos da edificação enquanto patrimônio moderno em madeira para investigar os desafios relativos às intervenções no material. Adrián Gorelik, por sua vez, em análise sobre Brasília, apontou como o tombamento do Catetinho fez parte das intenções do governo de Juscelino Kubitschek em criar símbolos e marcos inaugurais relativos à grandiosidade na nova capital.⁴⁶ O Catetinho, assim, é entendido na bibliografia como um marco simbólico da construção de Brasília, além de representante da arquitetura moderna em madeira.

O tombamento das demais edificações em madeira – HJKO, Igreja São Geraldo do Paranoá, Centro de Ensino Metropolitana e Igreja São José Operário na Candangolândia –, não raro, é analisado como parte dos estudos do GT-Brasília, um grupo que havia sido formado em 1981 para estudar e propor meios para a preserva-

⁴³ THÉRY, Hervé. L'évolution du “modèle” de Brasília: vers une métropole banale?. *Cahiers des Amériques latines*, n. 41, 2002, p. 123-136.

⁴⁴ DANTAS, Maritza; MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. Brasília modernista e o uso da madeira: tombamento e desafios na preservação do Catetinho. 13 Seminário Docomomo Brasil, Salvador, 2019. *Anais...* Salvador, 2019.

⁴⁵ MENNUCCI, Marina Martin; PALAZZO, Pedro Paulo. Catetinho: The first presidential house in Brasília, Brazil. In: WOUTERS, Inge; VAN de VOORDE, Stephanie; BERTELS, Inge (Org.). *Building Knowledge, Constructing Histories*. 1 ed. Leiden: CRC: Balkema, 2018, v. 2.

⁴⁶ GORELIK, Adrián. Brasília O museu da Vanguarda 1950 e 1960. *Margens/Márgenes: Revista de Cultura (2002-2007)*, [S.l.], n. 4, p. 50-59, 2003.

ção de Brasília. Ressalte-se que o GT incluiu em suas recomendações a preservação elementos situados além do núcleo derivado do projeto de Lucio Costa, como antigas fazendas e antigos acampamentos de obras da construção de Brasília. Enquanto Carlos Reis ressalta a participação do GT-Brasília no tombamento do HJKO,⁴⁷ Karina Ramos aponta como os tombamentos, tanto do hospital quanto das igrejas e da escola em madeira, haviam sido consequência direta dos estudos do grupo.⁴⁸ A participação do GT-Brasília na discussão e formação do patrimônio de Brasília é tema das análises de Sandra Ribeiro,⁴⁹ Thiago Perpétuo⁵⁰ e Jéssica Silva.⁵¹

O HJKO, por sua vez, é tema da pesquisa de Maria Cecília Gabriele.⁵² A autora analisa o processo de transformação das ruínas do antigo hospital em patrimônio histórico e, posteriormente, no Museu Vivo da Memória Candanga, apontando o potencial do espaço para a educação inclusiva. Ressalte-se que o dossiê de tombamento do HJKO deu suporte para as análises de Gabriele, em uma aproximação com as discussões empreendidas neste trabalho.

Já Planaltina, originariamente uma cidade goiana, é objeto de estudo de autores como Luiz Ricardo Magalhães⁵³ e Pedro Paulo Palazzo.⁵⁴ Magalhães analisa as rápidas mudanças culturais ocasionadas pela construção de Brasília na região, tendo como foco as expectativas e a participação da população do Planalto Central nessa trajetória. Palazzo, por sua vez, investiga as narrativas sobre Planaltina tendo como suporte os ciclos históricos do núcleo, assinalando como Planaltina e Brasília se relacionam nesse processo. Conforme discute o autor, alguns eventos ocorridos no núcleo goiano, como o lançamento da Pedra Fundamental, em 1922, foram mais tarde recuperados para sintonizar as histórias de Planaltina e de Brasília, e assim formar uma narrativa que coloca Planaltina como subsidiária da nova capital. Com relação ao patrimônio cultural do núcleo, uma importante referência é o *Inventário do Setor Tradicional de Planaltina*, editado pelo

⁴⁷ REIS, Carlos Madson. *Brasília: espaço, patrimônio e gestão urbana*. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

⁴⁸ RAMOS, op. cit.

⁴⁹ RIBEIRO, op. cit.

⁵⁰ PERPÉTUO, op. cit.

⁵¹ SILVA, Jéssica Gomes da. *O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital*. 2019. 246 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

⁵² GABRIELE, Maria Cecília. *Musealização do patrimônio construído: inclusão social, identidade e cidadania: Museu Vivo da Memória Candanga*. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2012.

⁵³ MAGALHÃES, Luiz Ricardo. *Sertão Planaltino: cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950 - 1964)*. 2010. 304 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

⁵⁴ PALAZZO, Pedro Paulo. Planaltina e suas narrativas: cultura, memória e patrimônio em publicações locais desde o século XX. *Historiae*, v. 6, p. 360-382, 2015.

IPHAN em colaboração de Pedro Paulo Palazzo.⁵⁵ Os dossiês do Museu Histórico e Artístico, da Igreja São Sebastião e da Pedra Fundamental constituíram fonte de pesquisa para a elaboração do Inventário, cujo texto retoma os tombamentos efetuados e recomenda novos, em uma perspectiva que buscou atualizar o patrimônio de Planaltina. Quanto aos tombamentos efetuados em Taguatinga – Relógio de Taguatinga e Escola Industrial de Taguatinga –, não identificamos pesquisas significativas que tenham se aprofundado na definição desse patrimônio ou no seu processo de preservação. O mesmo se aplica para o processo de tombamento da Casa da Fazenda Gama, que carece de análises específicas na bibliografia. O tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia, por sua vez, é tema da pesquisa de Vinícius Carvalho Pereira, que se utilizou do seu dossiê para avaliar os procedimentos necessários para o processo, tendo como referência a política patrimonial local.⁵⁶ O autor, em suas conclusões, entendeu que a Caixa d'Água possui importância simbólica para a população da Ceilândia, o que justifica o tombamento, mas questionou o processo de participação dos moradores na efetiva definição dos valores desse patrimônio.

Esses significativos estudos constituem um aporte essencial para a análise empreendida nesta tese, pois avançaram no entendimento da representação patrimonial dos lugares situados fora do Plano Piloto. Como vimos, os debates empreendidos pelos autores privilegiaram a análise de processos individuais ou de recortes específicos e não consideraram os doze dossiês de tombamento como um conjunto, como propõe este trabalho. A nossa análise, assim, se soma a um debate pertinente já iniciado por outros autores, em que buscamos avançar na discussão, considerando os doze dossiês de tombamento como um conjunto representativo do patrimônio de Brasília.

*

Esta tese está estruturada em três capítulos, precedidos pela apresentação e descrição da documentação que integra os dossiês de tombamento, no texto intitulado **Fontes: o corpus documental e suas características**, subsequente a esta Introdução. O texto de apresentação e descrição das fontes oferece uma leitura abrangente dos dossiês de tombamento, e colocamos tanto a nossa experiência diante desse material quanto uma reflexão sobre o seu processo de produção, organização e montagem por parte dos profissionais competentes. Com auxílio da bibliografia específica, refletimos sobre

⁵⁵ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. *Inventário do Setor Tradicional de Planaltina*. Brasília: IPHAN, 2012.

⁵⁶ PEREIRA, Vinícius Carvalho. *O tombamento da Caixa d'água da Ceilândia no contexto da política de patrimônio do Distrito Federal*. 2017. 119 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

os lugares de pesquisa preferenciais para o patrimônio cultural a fim de entender as origens da documentação que compõe os dossiês e as escolhas que culminaram na formulação dessa fonte.

Em seguida, no primeiro capítulo, intitulado **O processo de tombamento e preservação de Brasília: problemas, questões e marcos**, analisamos tópicos fundamentais para a compreensão da problemática preservacionista em Brasília. Em um primeiro momento, o texto se concentra nos debates empreendidos na bibliografia sobre os critérios de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), assim como os marcos, embates e recorrências que caracterizaram esse processo. A análise, em seguida, avança na discussão acerca dos conflitos e questões que caracterizaram a fixação e o tombamento da Vila Planalto, um antigo aglomerado de acampamentos de obras localizado na área tombada de Brasília. O texto buscou destacar as condições de permanência de um espaço não previsto no projeto original, apontando a relação entre controle espacial e tombamento. Por fim, ainda no capítulo 1, trazemos à discussão os marcos e tópicos mais significativos da trajetória do órgão do patrimônio de Brasília, que foi fundado em 1975 com o nome de Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal. Oferecemos uma leitura das práticas, competências e limitações do órgão institucional em seu percurso, tendo como aporte tanto a bibliografia específica quanto material cedido pela DIPRES.

A análise dos discursos expressos nos dossiês de tombamento, por sua vez, está concentrada nos capítulos 2 e 3. A definição dos tópicos que conduziram essa análise emergiu de questões expressas na própria documentação, em que privilegiamos as recorrências, embates e sentidos que caracterizaram o discurso de tombamento.

No segundo capítulo, intitulado **A formação do patrimônio em Brasília: dos primórdios a 1989**, nos concentramos na análise dos processos que, em grande medida, formularam os valores relativos aos bens localizados além dos limites do Plano Piloto. A análise tem início pelo dossiê do Catetinho, que foi tombado em 1959 pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) – órgão que mais tarde se tornaria o IPHAN. O texto aponta como a DPHAN, em 1958, a partir de demanda presidencial, atribuiu valor histórico e simbólico à edificação, mas não sem uma preocupação com as dificuldades da conservação de sua estrutura, inicialmente provisória. Os documentos a que tivemos acesso registraram não apenas o processo de tombamento federal, em 1959, mas também material produzido a partir dos anos 1970, em Brasília. Assim, o texto discute como o tombamento do Catetinho integrou a pauta patrimonial do Distrito Federal já na década de 1970, quando houve uma incipiente

proposta de tombamento local pela recém-criada Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal.

Ainda no capítulo 2, analisamos os dossiês de tombamentos referentes às construções localizadas em Planaltina: Museu Histórico e Artístico, Igreja São Sebastião e Pedra Fundamental, todas tombadas no mesmo ano de 1982. O texto discute como a valorização de referências antigas do território soma-se à alegação da participação de Planaltina no processo de consolidação da nova capital para compor o discurso de tombamento desses bens. Outro ponto importante na discussão é o modo como tal discurso associou esse patrimônio tradicional à população de Planaltina, que é formada tanto por moradores antigos quanto novos, que chegaram a partir da construção da capital.

Por fim, no último tópico do capítulo 2, analisamos os tombamentos do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), de 1985, e o do Relógio de Taguatinga, de 1989. Ambos tiveram início a partir da demanda de moradores, prática até então inédita no Distrito Federal. O texto, em um primeiro momento, discute como a reivindicação pelo tombamento do HJKO buscou sintonizar a valorização da memória da construção de Brasília à luta dos moradores por moradia e por serviços de saúde. O hospital estava em péssimo estado de conservação, e analisamos como a instituição do patrimônio levou adiante o tombamento motivada pelo valor histórico do local e pela perspectiva de reaproveitamento turístico. A campanha de moradores pelo tombamento do Relógio de Taguatinga, por sua vez, denunciou a sucessiva destruição de espaços públicos no núcleo-satélite. O texto analisa a relação entre o tombamento e os anseios da população por uma maior valorização de Taguatinga.

No terceiro e último capítulo, intitulado **Continuidade e consolidação: 1993 a 2014**, damos prosseguimento à análise dos dossiês de tombamento e identificamos um processo de consolidação de valores pela continuidade das práticas patrimoniais. Isso porque os tombamentos realizados nesse período, em grande medida, fundamentam-se na memória da construção da cidade, na ideia das origens do território de Brasília e, por fim, no direito de comunidades locais em fazer prosperar seus ambientes e espaços públicos, em semelhança com o discurso estruturado ao longo da década de 1980.

Em um primeiro momento, a análise se concentra nos tombamentos realizados ao longo dos anos 1990 – da Igreja São Geraldo no Paranoá, em 1993; do Centro de Ensino Metropolitana, em 1995; e da Igreja São José Operário, em 1998 – todos referentes a construções em madeira que fazem parte de Regiões Administrativas derivadas de antigos acampamentos de obras. O texto discute como o atributo de pioneiro, associado

a pessoas e espaços que se estabeleceram no período inicial da construção de Brasília, deu suporte ao processo de atribuição de valor a essas edificações e aos núcleos correspondentes. As nossas análises buscaram identificar outros fatores que se destacaram nesses tombamentos, como a participação de políticos que se colocaram como representantes de “pioneiros” e a demanda por investimentos nos respectivos núcleos urbanos, alegando-se um valor histórico.

Ainda no capítulo 3, analisamos como a ideia da tradição regional associada à história de Brasília integra o discurso de tombamento da Casa da Fazenda Gama, uma antiga sede de fazenda que atualmente está nas dependências do Brasília Country Club, um clube recreativo. Responsável pelo pedido de tombamento, a diretoria do Brasília Country Club colocou seus interesses em sintonia aos do órgão local do patrimônio em vista do tombamento de uma antiga sede de fazenda que serviu de hospedagem a Juscelino Kubitschek e sua comitiva ainda em 1956.

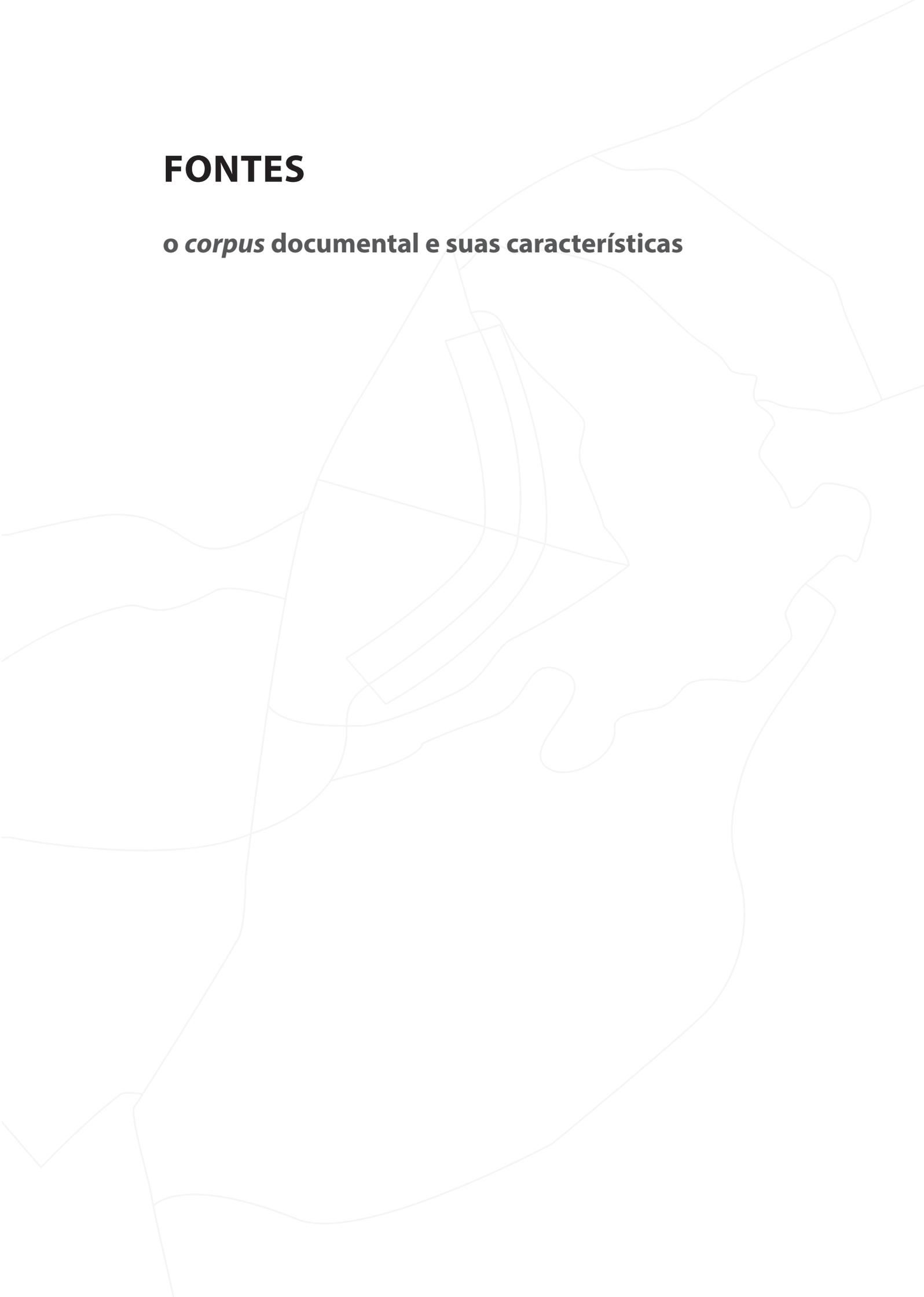
O último tópico do capítulo 3 se concentra na análise dos dossiês de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia de 2013 e do Centro de Ensino Médio (EIT/CEMEIT) e Centro Cultural Teatro da Praça de Taguatinga (ou apenas Escola Industrial de Taguatinga – EIT), de 2014. O texto analisa como esses tombamentos são representativos da reivindicação de moradores por um maior investimento e valorização dos referidos núcleos-satélites, que são as duas maiores Regiões Administrativas de Brasília. A nossa análise buscou identificar como o discurso de tombamento relaciona os desafios iniciais da formação desses espaços periféricos ao ideal da construção de Brasília, apontando as perspectivas de superação de dificuldades.

O texto conclusivo da tese, em seguida, é dedicado à recuperação de pontos principais da análise e às reflexões finais. Em linhas gerais, apontamos como os discursos expressos nos dossiês de tombamento retomam referências conexas ao processo de implantação de Brasília para relacioná-las a símbolos e particularidades locais. As principais referências foram as origens do território de Brasília, o período de sua construção e, por fim, as origens conflituosas da nova capital, com destaque para as lutas e reivindicações de comunidades periféricas para conquistar o seu próprio espaço.

Por fim, nos anexos, disponibilizamos o Mapa do Patrimônio em formato ampliado (anexo 1), e os fichamentos produzidos a partir da leitura dos dossiês de tombamento e coleta de dados para a análise (anexo 2).

FONTES

o *corpus* documental e suas características



Os DOSSIÊS DE TOMBAMENTO referentes ao patrimônio cultural localizado além dos limites do Plano Piloto de Brasília são nossa fonte direta de análise, e este texto busca apresentar e descrever essa documentação. O termo “dossiê” foi emprestado do vocabulário da própria equipe da Diretoria da Preservação (DIPRES), que é responsável pelo armazenamento e cuidado dessa documentação. A DIPRES é subordinada à Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC), que, por sua vez, é vinculada à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC).

Na tabela 1 a seguir, destacam-se informações gerais sobre os tombamentos que integram nossas análises, como o nome das construções tombadas, sua localização e o ano do tombamento. Também estão discriminados na tabela o número do processo na instituição do patrimônio e a legislação do tombamento local.

Tabela 1. Dados gerais dos tombamentos efetuados

Nome da construção	Localização da construção	Ano de tombamento	Número do processo	Legislação do tombamento local
Catetinho	BR-07	1959 pelo IPHAN e incluído em Livro do Tombo do GDF em 1991	594-T-1959 (IPHAN)	DePHA/GDF 19/11/91
Museu Histórico e Artístico de Planaltina	Planaltina – RA VI	1982	321.013/73	Decreto nº 6.939/1982
Igreja São Sebastião	Planaltina – RA VI	1982	320.644/73	Decreto nº 6.940/1982
Pedra Fundamental de Planaltina	Planaltina – RA VI	1982	125.274/81	Decreto nº 7.010/1982
Remanescentes do Hospital Juscelino Kubitscheck de Oliveira (HJKO)	Núcleo Bandeirante – RA VIII	1985	13.553/1983	Decreto nº 9.036/1985
Relógio de Taguatinga	Taguatinga – RA III	1989	030.009.850/1988	Decreto nº 11.823/1989
Igreja São Geraldo	Paranoá – RA VII	1993	150.000.276/93	Decreto nº 15.156/1993
Centro de Ensino Metropolitana	Núcleo Bandeirante – RA VIII	1995	150.000.370/1995	Decreto nº 16.744/1995
Igreja São José Operário	Candangolândia – RA XIX	1998	147.000.594/98	Decreto nº 19.960/1998
Casa da Fazenda Gama	Brasília Country Club, Park Way	2006	150.001.907/2005	Decreto nº 26.660/2006
Caixa d'Água da Ceilândia	Ceilândia – RA IX	2013	150.000.781/2011	Decreto 34.485/2013
Centro de Ensino Médio EIT/CEMEIT e Centro Cultural Teatro da Praça	Taguatinga – RA III	2014	150.002.262/2006	Decreto nº 35.483/2014

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal.

Cada um dos doze dossiês de tombamento é composto por material de origens diversas, e sua montagem foi resultado de um processo de coleta, produção e organização de documentos em diferentes momentos e por diferentes profissionais. A maior parte dos dossiês é referente a tombamentos realizados em nível distrital, entre 1982 e 2014, e foi organizada por profissionais da instituição local do patrimônio, atualmente a SUPAC/SECEC. O tombamento do Catetinho em nível federal ainda em 1959 é a única exceção, e seu dossiê de tombamento original foi montado por profissionais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que na época se chamava Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Para fins deste texto, e tendo como base a nomenclatura utilizada por Márcia Chuva⁵⁷ e Maria Cecília Londres Fonseca,⁵⁸ convencionou-se denominar esses profissionais “agentes do patrimônio” para se referir aos responsáveis pela pesquisa e produção do material que compõe os dossiês.

O entendimento do processo de montagem e das características dos dossiês é parte essencial desta pesquisa. Contudo, este texto não se propõe a dar conta de todo o rol de documentos que integra cada dossiê, mas, sim, apontar as características dessa fonte, tendo como suporte tanto nossas impressões quanto o referencial teórico e bibliográfico sobre pesquisa documental. Para tanto, esta tese beneficia-se de pesquisas fundamentais na temática, como as de Marc Ferro,⁵⁹ Jacques Le Goff,⁶⁰ Carlos Bacellar,⁶¹ Ana Luíza Martins⁶² e José d’Assunção Barros.⁶³

Para fins desta pesquisa, e tendo como referência as análises de José d’Assunção Barros, os termos “documento” e “fonte” são empregados, muitas vezes, de modo equivalente para se referir ao material que compõe os dossiês. De acordo com Barros,

Essas palavras costumam ser empregadas, nos meios historiográficos, como sinônimos. São “fontes” ou “documentos” históricos tanto os textos escritos de todos os tipos como também o são as fotografias, os objetos de cultura material ou quaisquer outros conteúdos e materiais que os historiadores utilizem como

⁵⁷ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

⁵⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

⁵⁹ FERRO, Marc. A história institucional. In: FERRO, Marc. *A história vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

⁶⁰ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990 (1924). (Coleção Repertórios.)

⁶¹ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

⁶² MARTINS, Ana Luíza. Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 281-308.

⁶³ BARROS, José D’Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019.

vestígios para apreender a história um dia vivida e para, concomitantemente, escreverem a História no outro sentido, de produto de um campo de saber.⁶⁴

Além disso, as análises de Barros foram basilares para este trabalho, pois nos auxiliaram no entendimento de que as fontes históricas não são mero registro de informação a ser capturado pelo pesquisador, pois constituem discursos diversificados a serem interpretados.⁶⁵ Assim, conforme as constatações do autor, “as fontes não devem ser entendidas como uma solução para o problema, mas sim parte do próprio problema”.⁶⁶

Isso nos remete a um olhar sobre os documentos em uma perspectiva histórica, pois, conforme assinala Carlos Bacellar, a relação entre o pesquisador e a documentação nem sempre foi a mesma, já que, em tempos de outrora, os documentos eram percebidos muito mais como fontes de verdade ou testemunhos neutros do passado.⁶⁷ Foi principalmente a partir da segunda metade do século XX, de acordo com o autor, que houve um processo de atualização desses conceitos, e a História e suas fontes passaram a ser vistas como um produto de uma época.

Com relação ao processo de formação de fontes históricas, o historiador francês Jacques Le Goff, referência no assunto, chamou a atenção para as condições de produção de documentos e as repercussões para a pesquisa histórica.⁶⁸ Para o autor, os documentos não são neutros ou inocentes, mas, sim,

resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.⁶⁹

Nessa perspectiva, os dossiês são fruto de escolhas e intenções de quem o concebeu e o manipulou, sendo, portanto, representativos de um prisma parcial da história. A leitura de documentos, além disso, dialoga não apenas com a época que o produziu, mas também com eventos e interpretações que podem ocorrer posteriormente. Isso coloca as revisitas, releituras e reinterpretções de documentos como parte da produção dessa fonte histórica.

Nota-se que a nossa pesquisa, por assumir um forte caráter documental, permitiu problematizar questões acerca da concepção e registro de documentos referentes a tomba-

⁶⁴ BARROS, op. cit.

⁶⁵ BARROS, op. cit.

⁶⁶ BARROS, op. cit.

⁶⁷ BACELLAR, op. cit., p. 25.

⁶⁸ LE GOFF, op. cit., p. 547.

⁶⁹ LE GOFF, op. cit., p. 547.

mentos. Ana Luíza Martins buscou analisar, justamente, a construção de fontes para o patrimônio cultural, e essas fontes demandam, na maioria das vezes,

a construção de *corpus* documentais específicos, em geral interdisciplinares, que para além de desvendar a história do acontecido, do construído e do vivido, permite recuperar ruídos e fragmentos da memória, esta em particular, vetora das tantas figurações do passado.⁷⁰

Para Martins, o patrimônio cultural raramente pode contar com fontes dadas e pré-determinadas, em especial pelo seu caráter interdisciplinar.

Conforme já destacamos, os dossiês em análise foram organizados por pessoas diferentes e, muitas vezes, em períodos e condições também distintas. Contudo, um ponto em comum nesse processo é que a coleta e produção dessa fonte ocorreu, ao longo dos anos, por pessoas que estavam a serviço de instituições públicas que respondem pela preservação do patrimônio cultural, e, portanto, devemos considerar o caráter oficial dessa documentação. Para o historiador Marc Ferro, embora haja diversos modos de registro da história, a história institucional é a que predomina através dos tempos, pois ela é tida como legítima pelo seu caráter oficial.⁷¹ Assim, as instituições do patrimônio responsáveis pela elaboração dos dossiês de tombamento desfrutam do privilégio de tornar a sua versão da história legítima, prevalecendo seu ponto de vista e interesses.

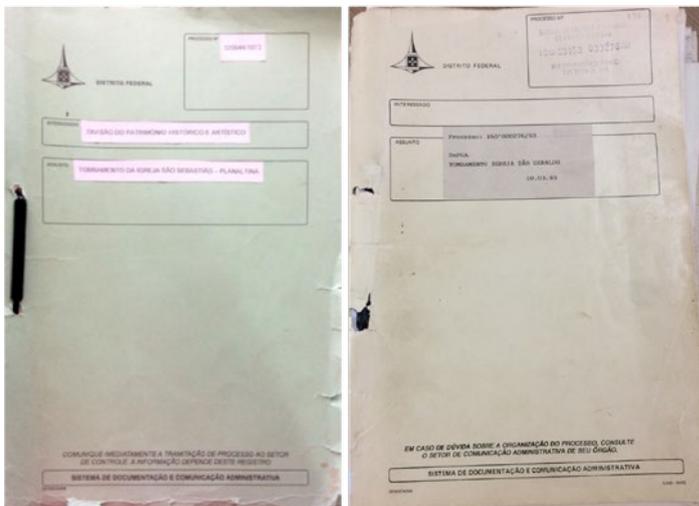
Cada um dos doze dossiês de tombamento analisados neste trabalho está organizado em uma pasta individual, que foi encadernada e unida por fixadores de arquivos de metal ou de plástico. Com exceção do dossiê do Catetinho, os demais estão armazenados em um armário específico nas dependências da DIPRES que contém majoritariamente material referente aos tombamentos realizados pelo Distrito Federal. O dossiê do Catetinho, por sua vez, encontra-se em meio a outros documentos referentes à edificação que foram acondicionados em uma estante localizada nas dependências da DIPRES.

Cada dossiê, em sua capa, possui informações de identificação, como o nome do bem, o número processo e dados oficiais alusivos ao Governo do Distrito Federal. Esse padrão se repete na maior parte dos dossiês, como nos ilustrados na figura 4 (dossiês de tombamento da Igreja São Sebastião de Planaltina e da Igreja São Geraldo do Paranoá).

⁷⁰ MARTINS, op. cit., p. 284.

⁷¹ FERRO, op. cit., p. 11-40.

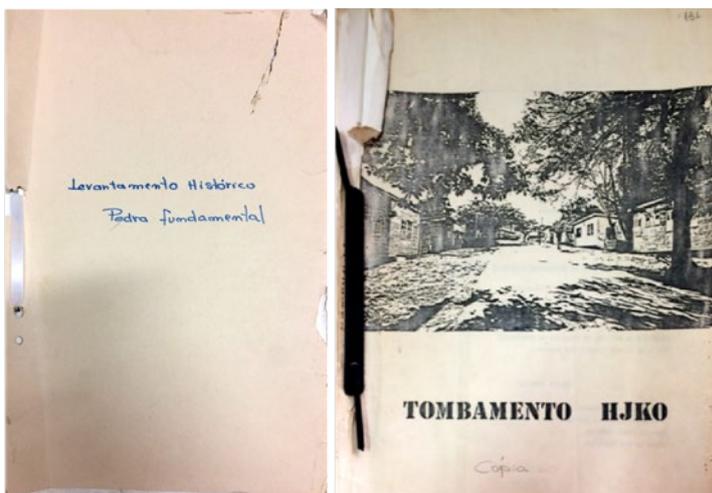
Figura 4. Padronização de identificação: dossiês de tombamento da Igreja São Sebastião de Planaltina (esq.) e da Igreja São Geraldo no Paranoá (dir.)



Fotos da autora.

No entanto, nem todos os dossiês seguem esse padrão, conforme os da Pedra Fundamental de Planaltina de 1982 e do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), de 1985 (figura 5). Ao não seguirem o padrão, esses dossiês apresentam em suas capas informações ou títulos pouco claros, que não necessariamente aludem ao processo de tombamento ou ao seu caráter institucional.

Figura 5. Dossiês de tombamento da Pedra Fundamental de Planaltina (esq.) e do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (dir.)



Fotos da autora.

A existência de pastas com padrões diferentes chama a atenção, mas é apenas um detalhe dessa produção documental. Outro ponto que se destaca é a variação entre a quantidade de material que os dossiês acomodam, pois enquanto alguns são mais sucintos, com 40 folhas, outros são bem mais volumosos, chegando a ter aproximadamente 260 folhas. Os mais robustos são os dossiês da Caixa d'Água da Ceilândia, de 2013, e da Escola Industrial de Taguatinga, de 2014, que devido à quantidade de folhas possuem dois volumes unidos por um barbante (figura 6). Os demais dossiês foram organizados em volume único.

Figura 6. Dossiê de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia organizado em dois volumes



Legenda: à esquerda, os dois volumes do dossiê unidos por uma faixa elástica. Ao centro, o volume 1 e, à esquerda, o volume 2, unidos por barbante. Fotos da autora.

Os dossiês da Caixa d'Água da Ceilândia e da Escola Industrial de Taguatinga possuem aproximadamente 130 folhas em cada volume e são os mais extensos de nossas análises. Entretanto, uma maior quantidade de folhas em um dossiê não significa necessariamente a existência de uma ampla e variada documentação referente ao tombamento. O dossiê do Relógio de Taguatinga de 1989, por exemplo, tem aproximadamente 130 folhas, mas grande parte desse material é o abaixo-assinado que deu início ao processo de tombamento.⁷² Esse documento, que contém mais de mil assinaturas, acabou por avolumar o dossiê (figura 7).

⁷² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DA CULTURA. Taguatinga não quer que o Relógio da Praça seja demolido. *In* Processo nº 030.009.850/1988. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1989.

Figura 7. Extrato do abaixo-assinado anexado ao dossiê de tombamento do Relógio de Taguatinga

Fonte: Processo nº 030.009.850/1988. DePHA, Brasília, 1989.

O procedimento de numeração da documentação, em semelhança ao padrão em processos institucionais, foi realizado manualmente, com carimbo e registro à caneta. No entanto, verificamos que nem sempre as folhas dos dossiês são numeradas; há casos de numeração repetida ou fora de ordem. Desse modo, o número de folhas existente em cada dossiê é aproximado. A figura 8, a seguir, retirada do dossiê de tombamento do Centro de Ensino Metropolitana, ilustra a numeração manual de folhas em dossiês, acompanhada da identificação do processo e de uma rubrica.

Figura 8. Exemplo da numeração de folhas em dossiês

Fonte: Processo nº 150.000.370/1995. DePHA, 1995.

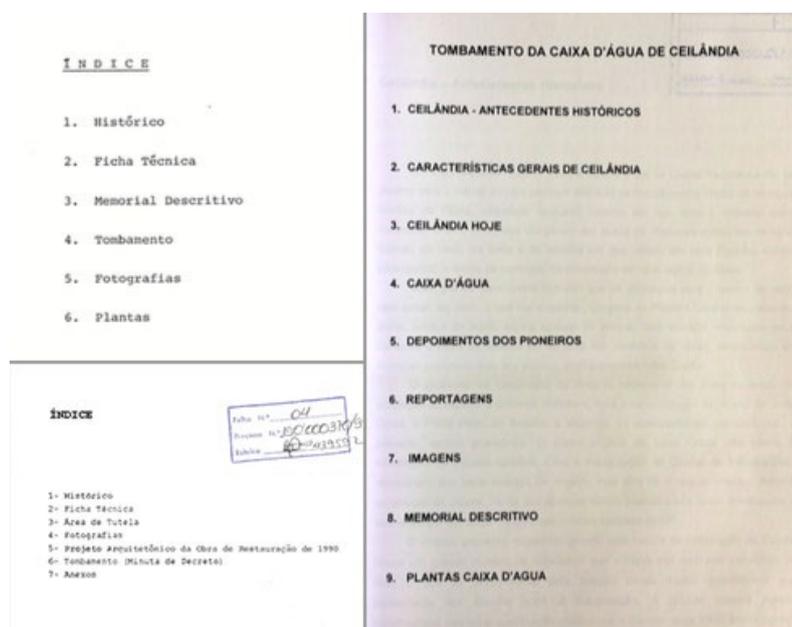
Os dossiês de tombamento são formados tanto por documentação elaborada internamente pelos agentes do patrimônio quanto por documentos provenientes de outros lugares de pesquisa, como órgãos públicos, museus e mídia impressa. Não há um padrão quanto ao tipo de material que integra os dossiês, mas a procedência variada desses documentos re-

força o caráter interdisciplinar das fontes para o patrimônio cultural, conforme sinalizou a pesquisa de Ana Luíza Martins.⁷³

A maior parte dos dossiês possui documentos que foram efetivamente elaborados pelos agentes do patrimônio para fundamentar o processo de patrimonialização do bem em questão. Esse tipo de produção, na concepção de José D'Assunção Barros, se configura em “fontes voluntárias”, pois os documentos “foram produzidas como materiais ou conteúdos que tinham por objetivo central elaborar um discurso para ser lido por um receptor específico ou transmitir uma mensagem com endereço certo”.⁷⁴ Para fins desta pesquisa, essa documentação é a que reflete, de modo mais evidente, as justificativas engendradas para o tombamento, sendo indicativa do processo de construção do discurso preservacionista.

O formato da documentação produzida pelos agentes do patrimônio varia bastante, podendo ser pareceres, memorandos ou textos mais extensos e estruturados em torno de um índice único. Neste último caso, o documento geralmente é organizado em tópicos, como *Histórico*, *Ficha Técnica*, *Memorial Descritivo*, *Plantas* etc., embora os títulos variem consoante o caso. A figura 9, a seguir, ilustra alguns exemplos da estruturação desse material em diferentes dossiês.

Figura 9. Exemplo de índice de documentos produzidos pelos agentes do patrimônio



Elaboração da autora.

⁷³ MARTINS, op. cit., p. 281-308.

⁷⁴ BARROS, op. cit.

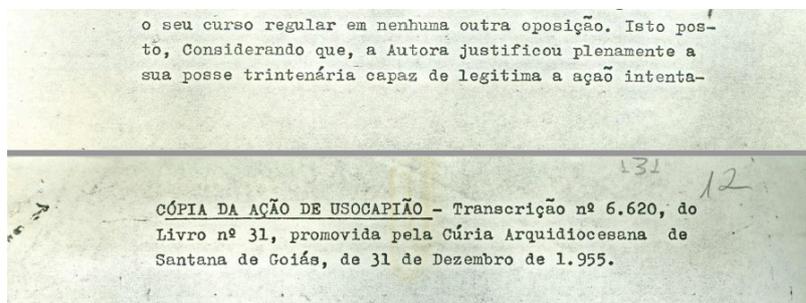
Entretanto, em alguns casos, não há uma perfeita sintonia entre o índice e os títulos e textos no corpo do documento. No dossiê de tombamento da Pedra Fundamental de Planaltina, de 1982, por exemplo, há um índice de abertura cujo primeiro item é *Histórico* e o segundo, *Ficha Técnica*. No entanto, em sequência, o primeiro texto é intitulado *Pedra Fundamental*⁷⁵ e o segundo, *Marco Histórico*.⁷⁶ Isso aponta para uma produção pouco clara desse documento, em que pese a proposta de hierarquizar informações e organizar textos.

Já o dossiê de tombamento do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, de 1985, reflete uma maior organização por parte dos agentes do patrimônio na montagem da documentação. Ao índice que abre o dossiê, segue um texto intitulado *Apresentação*, cujo primeiro parágrafo apresenta ao leitor a sequência de leitura dos documentos e algumas expectativas quanto à proteção daquele bem:

A estrutura deste dossiê foi montada de forma a permitir uma visão global do processo de tombamento do HJKO. Primeiramente é apresentado um histórico sobre o conjunto, passando-se em seguida para uma análise das condições atuais do mesmo e finalmente uma justificativa sobre a importância de se tomar medidas de proteção do patrimônio histórico da área, visando o resgate da memória sociocultural de Brasília.⁷⁷

A maior parte dos dossiês apresenta uma lógica de montagem coerente e de fácil assimilação, embora por vezes deparamo-nos com documentação repetida, incompleta ou fora de ordem. Em um documento do dossiê da Igreja São Sebastião de Planaltina, de 1982, por exemplo, uma ou mais páginas se perderam, o que causa descontinuidade de leitura e perda de informação (figura 10).

Figura 10. Exemplo de descontinuidade de informação entre duas páginas em sequência do dossiê da Igreja São Sebastião de Planaltina



Fonte: Processo nº 320.644/73. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁷⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Pedra Fundamental. In *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁷⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Marco Histórico. In *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁷⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Apresentação. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

Apesar de incompleto, esse documento dos anos 1950 certamente é um importante registro de questões referentes às posses de terra da igreja e consta no dossiê de tombamento graças à pesquisa e coleta de fontes realizada pelos agentes do patrimônio. Esses profissionais, provavelmente, depararam-se com uma documentação já incompleta durante o trabalho de pesquisa e julgaram que seria preferível anexá-la ao dossiê a arriscar perder todo o registro.

Em raros casos, o sistema de montagem de dossiês suscitou dúvidas quanto a questões sobre o próprio processo de tombamento. A montagem do dossiê da Igreja São José Operário da Candangolândia, de 1998, por exemplo, não transparece a cronologia dos acontecimentos porque os documentos foram dispostos em uma ordem pouco clara. O primeiro documento do dossiê é um ofício assinado pelo administrador da Candangolândia à época (1998), o qual solicita à Secretaria de Cultura do Distrito Federal a inclusão da Igreja São José Operário no processo de tombamento de Brasília.⁷⁸ Esse documento, por abrir o dossiê, sugere que a iniciativa pelo tombamento teria partido da Administração Regional da Candangolândia. Contudo, na folha nº 27, há um memorando de 1997 que registra que a abertura do processo teria sido resultado de iniciativa da própria Secretaria de Cultura do Distrito Federal.⁷⁹ Embora ambos os documentos aludem ao processo de tombamento da Igreja São José Operário, há indefinições quanto à relação ou influência entre as iniciativas. O fato de a documentação ter sido disposta em uma ordem pouco clara, estima-se, contribuiu para gerar dúvidas quanto aos trâmites relativos ao processo.

A nossa experiência com os dossiês, conforme vimos nos exemplos citados, possibilitou o contato com diversos estilos de montagem e organização dessa documentação, o que nos permitiu perceber padrões, recorrências e particularidades.

Bastante variada e diversa, a origem de documentos anexados a dossiês de tombamento, como já destacamos, refletiu o trabalho de pesquisa realizado pelos agentes do patrimônio em lugares de pesquisa específicos. Em uma perspectiva que considera o processo de pesquisa e coleta da documentação relativa ao patrimônio cultural, Ana Luíza Martins reforça tanto a importância de referenciais tradicionais já consagrados – como os acervos oficiais – quanto as “novas fontes” – como documentação iconográfica e história oral, por exemplo.⁸⁰ A discussão proposta pela autora permitiu avançar em questões referentes

⁷⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ofício nº 32/98-GAB-RA XIX. *In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

⁷⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Memorando nº 01/97-GPDT. *In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

⁸⁰ MARTINS, op. cit., p. 281-308.

aos lugares de pesquisa preferenciais para o patrimônio cultural, o que nos possibilitou uma aproximação com o processo de coleta de material realizada pelos agentes do patrimônio.

Em alguns dossiês de tombamento, os agentes do patrimônio registraram como se deu o trabalho de pesquisa e a coleta de material, indicando a procedência da documentação. No dossiê de tombamento da Pedra Fundamental de Planaltina, por exemplo, o documento intitulado *Documentos enviados para Planaltina* descreve o material proveniente de demais órgãos públicos e que contribuiu para a pesquisa sobre o bem a ser tombado:

(1) Ofício do Visconde de Porto Seguro (Varnhagen) ao Ministro da Agricultura, Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida; (2) Memória descritiva oferecida à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, por José Bonifácio de Andrada e Silva; (3) Constituição de 1889; (4) Providências sugeridas pela Comissão de Estudos da Nova Capital da União do Planalto Central do Brasil; (5) Constituição de 1891 – capa e texto; (6) Decreto nº 4.494 – cópia avulsa; (7) Decreto nº 4.494 – cópia anexa ao projeto-de-lei que determina a mudança da Capital de 7 de setembro de 1921; (8) Mapa do Distrito Federal elaborado pela Comissão de Estudo da Nova Capital da União.⁸¹

Esses documentos estão sob a égide de instituições públicas, como o Congresso Nacional por exemplo. Os acervos institucionais, segundo Ana Luiza Martins, são lugares de pesquisa preferenciais para o patrimônio cultural, pois “a pesquisa em torno de bens patrimoniais não pode prescindir da consulta às fontes sob a guarda dessas repartições públicas”.⁸² A autora cita a importância da consulta a arquivos que guardam acervos de caráter permanente, como aqueles dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Os acervos institucionais, de fato, foram uma importante fonte para a coleta de documentação e montagem de dossiês. Além disso, alguns dossiês de tombamento beneficiaram-se de material proveniente de museus, que também são instituições de armazenamento de material. No dossiê de tombamento da Pedra Fundamental de Planaltina, há a indicação da documentação de pesquisa proveniente do Museu do Ipiranga, em São Paulo:

Todo o documentário referente ao histórico episódio [lançamento da Pedra Fundamental, em 1922] foi colocado pela família do Engenheiro Balduino no Museu do Ipiranga no ano de 1939. Entre os documentos doados constavam: quatro rolos de filme de 35 mm, a bandeira nacional, que foi hasteada no lança-

⁸¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Documentos enviados para Planaltina. *In Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁸² MARTINS, op. cit., p. 293.

mento do marco e o relatório oficial que, segundo pesquisas realizadas, encontra-se desaparecido.⁸³

Ainda com relação aos museus, nota-se que a pesquisa para a montagem dos dossiês não se limitou a acervos consagrados e amplamente conhecidos. O Museu Casa da Memória Viva de Ceilândia, um pequeno museu comunitário, contribuiu com material gráfico e ilustrativo para o tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia, conforme documentos anexados ao dossiê⁸⁴ (figura 11).

Figura 11. Exemplo de material cedido pelo Museu Casa da Memória Viva da Ceilândia no dossiê de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia



Fonte: Processo nº 150.000.781/2011. Brasília, SUPHAC, 2013.

Ana Luiza Martins destaca a importância dos museus como lugar de pesquisa para o patrimônio cultural, uma vez que eles “reúnem documentos pertinentes às suas temáticas, permitindo a visão contextualizada e abrangente de determinados temas, assuntos e/ou objetos de estudos de interesse patrimonial”.⁸⁵ Isso se mostra nos exemplos citados, pois, enquanto o Museu do Ipiranga contribuiu com material mais geral sobre a transferência da capital, o Museu Casa da Memória Viva de Ceilândia cedeu material específico e local sobre a Ceilândia.

⁸³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Pedra Fundamental. In *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁸⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Imagens. In *Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), Brasília, 2013.

⁸⁵ MARTINS, op. cit., p. 295.

O material anexado a dossiês de tombamento indica, ainda, que a pesquisa para o patrimônio cultural se beneficiou de documentos cartoriais, como certidões dos mais diversos tipos. Grande parte dos dossiês acomoda certidões que registram ações oficiais sobre o bem tombado, como a doação de terras ou a venda de propriedades. Para Ana Luíza Martins, essa documentação é importante, pois dá conta de informações acerca de propriedades e suas respectivas descrições físicas.⁸⁶ Na figura 12, a seguir, apresentamos dois exemplos dessas certidões, anexadas aos dossiês de tombamento da Pedra Fundamental de Planaltina, de 1982, e da Casa da Fazenda Gama, de 2006.

Figura 12. Certidões anexadas aos dossiês de tombamento da Pedra Fundamental de Planaltina (esq.) e da Casa da Fazenda Gama (dir.)



Fonte: Processo nº 125.274/81. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982; e Processo nº 150.000.781/2011. Brasília, SUPHAC, 2013.

Outro registro recorrente em dossiês é referente à documentação específica do patrimônio edificado, como plantas, mapas e projetos arquitetônicos. Essa documentação, conforme aponta Ana Luíza Martins, geralmente fica sob a guarda de instituições públicas como Departamentos ou Secretarias de Obras Públicas, por exemplo.⁸⁷ Os agentes do patrimônio, assim, costumam recorrer a essas instituições para a coleta desse material, como no caso de documentos e plantas referentes à Caixa d'Água da Ceilândia, provenientes da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (CAESB). Como é responsável pelo mantimento da Caixa d'Água, um equipamento público em pleno

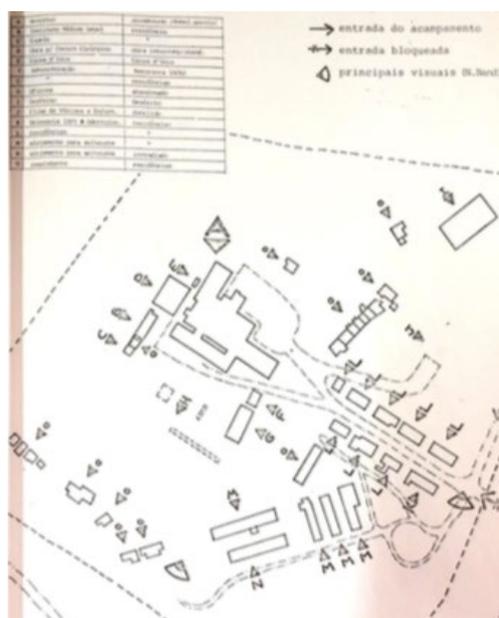
⁸⁶ MARTINS, op. cit., p. 294.

⁸⁷ MARTINS, op. cit., p. 294.

funcionamento, o órgão possui documentação relativa às suas características estruturais e técnicas.

Entretanto, verifica-se que nem todas as construções que integram nossas análises possuíam registros oficiais de suas plantas ou de seus projetos arquitetônicos no momento da pesquisa para a realização do tombamento. Alguns tombamentos são referentes a edificações de madeira da época da construção de Brasília e de caráter inicialmente provisório, como o Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, igrejas e uma escola. Nesses casos, coube aos agentes do patrimônio a elaboração ou atualização dessa fonte documental. A planta do HJKO que consta em seu dossiê, por exemplo, foi elaborada pelos agentes do patrimônio em 1983, em visita ao local para estudar a viabilidade do tombamento. Como a edificação havia sofrido alterações, o resultado desse registro é a denominada *Planta da situação atual*, que assinalou tanto as estruturas originais, de 1957, quanto o que havia sido destruído e os acréscimos⁸⁸ (figura 13).

Figura 13. Planta de situação do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira



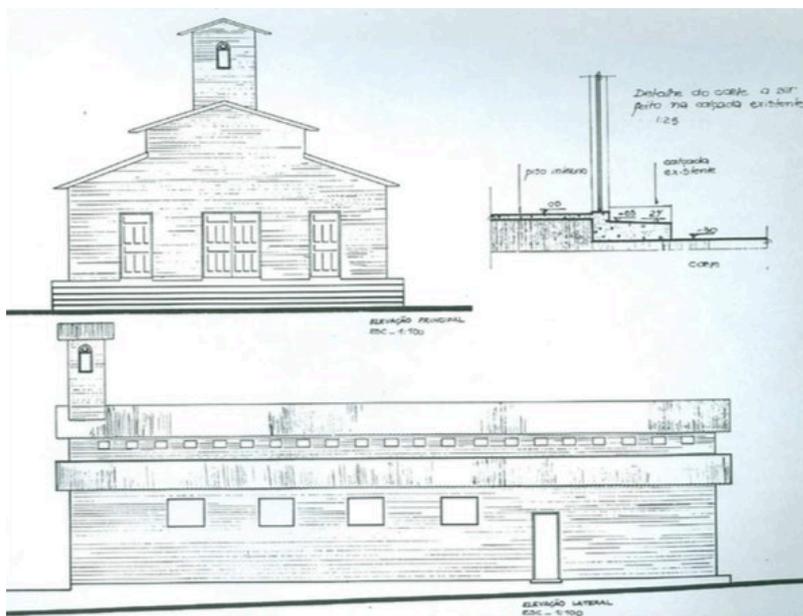
Fonte: Processo nº 13.553/1983. Brasília, DePHA, 1985.

De modo análogo, as plantas e desenhos técnicos da Igreja São José Operário da Candangolândia também foram produzidas pelos agentes do patrimônio. Contudo, esse trabalho de documentação da igreja ocorreu quase uma década antes do tombamento.

⁸⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Plantas. *In Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

mento, em 1998. Ainda em 1986, o órgão do patrimônio – que na época era o DePHA – realizou um trabalho de reforma desse templo e, assim, produziu o material registrado no documento *Restauração: Igreja São José Operário, 1ª etapa*,⁸⁹ anexado ao dossiê. Um exemplo de desenho técnico elaborado pelos agentes do patrimônio para esse projeto de 1986 está indicado na figura 14 a seguir.

Figura 14. Desenho técnico da Igreja São José Operário da Candangolândia elaborado em 1986



Fonte: Fonte: Processo nº 147.000.594/98. Brasília, DePHA, 1998.

Esse exemplo indica como a instituição do patrimônio, por meio de um trabalho de documentação, sem que haja necessariamente a perspectiva do tombamento do bem, pode ser entendida como um lugar de pesquisa para os agentes do patrimônio cultural. Isso porque a pesquisa para o efetivo tombamento da Igreja São José Operário, em 1998, recuperou o material que havia sido produzido pelo próprio órgão, ainda em 1986.

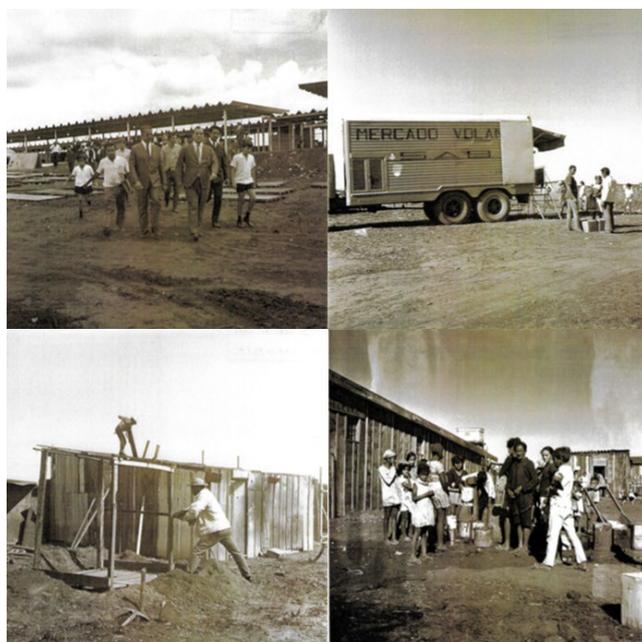
O Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), criado em 1985, também foi um lugar de pesquisa fundamental para a coleta de material por parte dos agentes do patrimônio, conforme registram referências em dossiês de tombamento. O ArPDF reúne, sobretudo, documentação que retrata a história de Brasília, como material gráfico, fotográfico e audiovisual. Conforme seu decreto de criação, o acervo do órgão integra

⁸⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Restauração: Igreja São José Operário, 1ª etapa, Candangolândia. Encaminhamentos. In *Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

majoritariamente documentação proveniente do Poder Executivo de Brasília ou documentos privados de interesse público.⁹⁰

O dossiê de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia, de 2013, é o que mais reúne material proveniente do ArPDF entre os dossiês analisados nesta pesquisa. A pedido dos agentes do patrimônio, o órgão cedeu material sobre a história da Ceilândia, como fotografias que remetem à criação do núcleo, em 1971. A figura 15, a seguir, é uma amostra de registros fotográficos provenientes desse arquivo e que integram o dossiê de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia.

Figura 15. Amostra das fotografias cedidas pelo Arquivo Público do Distrito Federal e anexadas ao dossiê de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia



Fonte: Processo nº 150.000.781/2011. Brasília, SUPHAC, 2013.

O uso de fotografias é recorrente em dossiês de tombamento. Para Ana Luiza Martins, “a documentação fotográfica figura como fonte preferencial do patrimônio, pelo seu caráter de fixar imagens físicas reais de cenários e personagens”.⁹¹

Em alguns dossiês, como o da Caixa d'Água da Ceilândia, a fotografia funcionou como uma fonte com relação ao passado, a exemplo de registros do processo de criação da Ceilândia. O material fotográfico, contudo, nem sempre está associado ao passado,

⁹⁰ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 8.530, de 14 de março de 1985*. Cria o Arquivo Público do Distrito Federal-ArPDF, define sua relativa autonomia e dá outras providências.

⁹¹ MARTINS, op. cit., p. 297.

pois verificamos que, em alguns dossiês, os agentes do patrimônio produziram novos registros fotográficos para compor o processo de tombamento. Isso se mostra no dossiê da Casa da Fazenda Gama, de 2006, em que as fotografias inventariaram não apenas o objeto a ser tombado no momento dos estudos, mas também o trabalho de campo realizado pelos agentes do patrimônio (figura 16).

Figura 16. Fotografias do trabalho de campo da equipe anexadas ao dossiê de tombamento da Casa da Fazenda Gama



Fonte: Processo nº 150.001.907/2005. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico, 2006.

Praticamente todos os dossiês de tombamento possuem fotografias anexadas. Entretanto, como vimos, existem modos diferentes de agregar a fonte fotográfica à pesquisa patrimonial, seja pela busca por fotografias em acervos ou pela produção de novos registros para compor o processo. As fotografias têm como característica fundamental a comunicação por meio da imagem direta. Assim, a seleção ou produção dessa fonte não apenas complementa o discurso patrimonial, mas também é capaz de produzir uma narrativa visual própria.

Além de material fotográfico, outros registros compõem dossiês de tombamento, como matérias de jornais, ilustrações, literatura e transcrição de material audiovisual. Assim como ocorre com as fotografias, as matérias de jornais estão presentes em praticamente todos os dossiês que integram nossas análises, indicando que a pesquisa patrimonial buscou discussões presentes em veículos de comunicação periódicos. A historiadora Tânia de Luca assinala que a fonte jornalística, por muito tempo, foi vista como ina-

dequada pelos historiadores devido à sua falta de objetividade.⁹² Contudo, conforme lembra a autora, nenhum vestígio do passado pode ostentar imparcialidade, e a mídia impressa passou a ser cada vez mais valorizada como uma “enciclopédia do cotidiano”.⁹³ Para Ana Luiza Martins, o uso da fonte impressa periódica para o patrimônio cultural é importante, na medida em que a “recuperação de imagens do passado, cotidiano e mentalidades revelou-se de tal ordem que ela própria se torna patrimônio cultural a ser preservado”.⁹⁴

Em que pese o uso de matérias de jornais ser recorrente em dossiês, o modo que elas compõem a pesquisa patrimonial se difere. No dossiê do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, de 1982, a fonte jornalística integra os textos elaborados pelos agentes do patrimônio de forma descritiva, como mostra o documento intitulado *Participação da imprensa*. Este descreve e referencia reportagens no próprio corpo do texto, por exemplo, narrando que “o *Diário de Brasília* de 06.04.73 publica em ‘Exposição mostra Planaltina antiga’, informações sobre amostra que reúne peças de mais de 100 anos” ou ainda que “o *Vanguarda*, divulgando o evento que se realizou de 06 a 13.04.73, proclama o significado desta evocação das inegáveis tradições do Planalto Central”.⁹⁵

Na grande maioria das vezes, contudo, o uso da fonte jornalística foi resultado de pesquisa, seleção e posterior anexação de recortes de reportagens, sem propriamente a incorporação do seu conteúdo aos textos elaborados pelos agentes do patrimônio. As matérias de jornais, assim, na maior parte dos dossiês, ilustram a discussão midiática do cotidiano da época do tombamento e geralmente são dispostas em sequência em uma seção específica da documentação (figura 17).

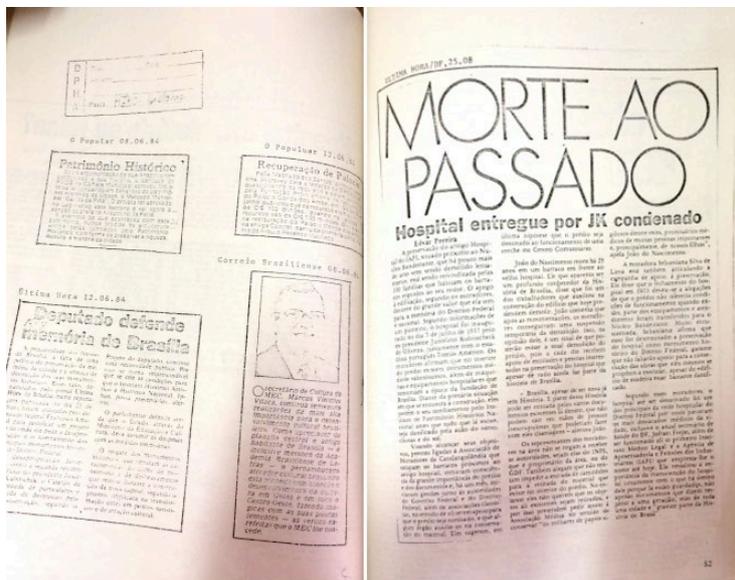
⁹² LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 116.

⁹³ LUCA, op. cit., p. 116.

⁹⁴ MARTINS, op. cit., p. 296.

⁹⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Participação da Imprensa*. In *Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

Figura 17. Exemplo da disposição de recortes de jornal no dossiê de tombamento do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO)



Fonte: Processo nº 13.553/1983. Brasília, DePHA, 1985.

As matérias de jornais selecionadas pelos agentes do patrimônio e anexadas aos dossiês são bastante variadas quanto ao conteúdo, já que a coleta desse material buscou considerar a amplitude da discussão na mídia impressa. A partir dessa perspectiva, trazemos uma amostra parcial dessa fonte, apontando alguns tipos de reportagens que podem compor dossiês.

Verifica-se que algumas reportagens de jornais fazem referência a debates públicos sobre a perspectiva de proteção do bem, a exemplo dos dossiês de tombamento do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, de 1985, e da Igreja São Geraldo do Paranoá, de 1993 (figura 18, matérias 1 e 2). Essas reportagens são um registro de como parte da mídia deu cobertura à discussão sobre o tombamento.

Já em outros dossiês, há recortes de jornais em que a reportagem não alude ao tombamento da edificação, mas, sim, a questões relativas à população local ou à própria Região Administrativa correspondente. Como exemplo, uma matéria de jornal que informa sobre o processo de gentrificação na Candangolândia estampa uma fotografia da Igreja São José Operário, mas sem relação com o tombamento (matéria 3 da figura 18). Além disso, jornais que noticiam o tombamento do bem, destacando seu valor patrimonial, também integram os dossiês, como no da Casa da Fazenda Gama de 2006 (figura 18, matéria 4). Isso indica que a coleta de fontes jornalísticas para a montagem final dos dossiês considerou notícias sobre o êxito do tombamento em questão.

Figura 18. Exemplos de matérias de jornal anexadas a dossiês de tombamento



Fonte: Processos nº (1) 13.553/1983. Brasília, DePHA, 1985; (2) 150.000.276/93. Brasília, DePHA, 1993; (3) 147.000.594/98. Brasília, DePHA, 1998; e (4) 150.001.907/2005. Brasília, DePHA, 2006.

Independentemente do estilo de reportagem anexada a dossiês, constata-se que os agentes do patrimônio buscaram pesquisar e registrar como a discussão sobre o tombamento fez parte da imprensa, empenhando-se em demonstrar como o assunto teria tido espaço na sociedade civil.

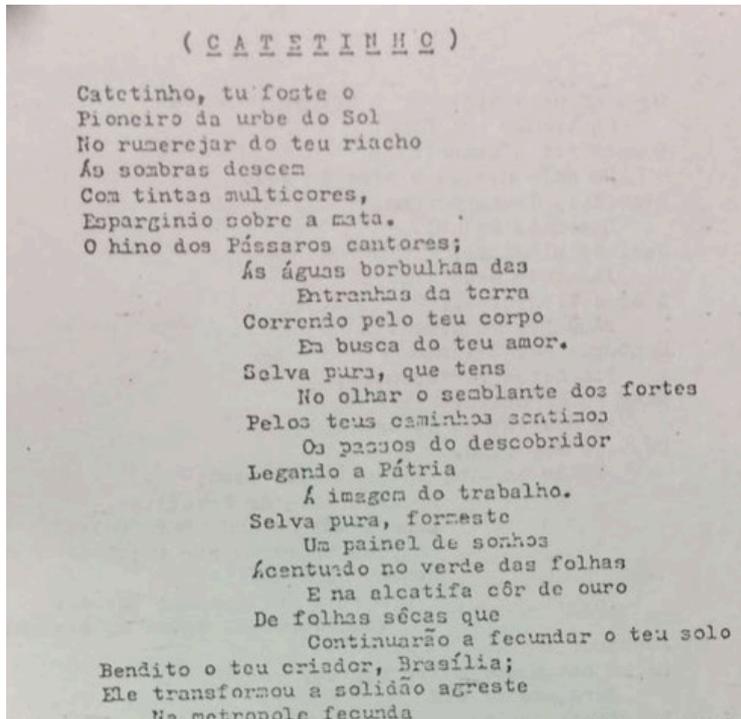
Ao contrário da fonte jornalística, que integra praticamente todos os dossiês de tombamento, as fontes literárias são menos recorrentes, embora sejam destaque em alguns processos. Ana Luiza Martins ressalta a sua importância como fonte para o patrimônio cultural na medida em que elas “passaram a ser esmiuçadas no propósito da investigação histórica do patrimônio”.⁹⁶ Essa perspectiva é importante, pois permite recuperar referências sobre o bem tombado em obras literárias, como a poesia.

Essa fonte também pode ser entendida como aliada para reforçar a importância daquele tombamento para a sociedade, pois assinala a representação do bem como fonte de inspiração para artistas e poetas, por exemplo. Isso se mostra no dossiê do Catetinho,

⁹⁶ MARTINS, op. cit., p. 298.

de 1959, em que há a reprodução de um poema intitulado *Catetinho*, de autoria de Wilson Moreira da Costa (figura 19).⁹⁷

Figura 19. Extrato do poema *Catetinho*



Fonte: Processo nº 594-T-1959. Brasília, DePHA, 1991.

Já no dossiê de tombamento da Pedra Fundamental de Planaltina, de 1982, um documento elaborado pelos agentes do patrimônio intitulado *Aquela Pedra, a Antemanhã de Brasília* teve seu título inspirado em um poema homônimo. O documento articula o poema à argumentação pelo tombamento, pois “‘Aquela Pedra, a Antemanhã de Brasília’, exaltada nos versos de Dinah Silveira de Queiroz (agosto/71) representa um dos marcos culminantes da vida nacional (...)”.⁹⁸ Nota-se que, nesse exemplo, a fonte literária funcionou como suporte para a elaboração de textos, mas não há a reprodução do poema original.

Já no dossiê de tombamento da Caixa d’Água da Ceilândia, de 2013, em semelhança ao do *Catetinho*, houve a reprodução integral de um poema intitulado *A Falta d’Água*, de

⁹⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. [Documento sem título]. In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁹⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Aquela Pedra, a Antemanhã de Brasília*. In *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

autoria de Nadir Tavares.⁹⁹ Algumas fotografias da Caixa d'Água foram posicionadas ao redor do poema, de modo que a montagem do dossiê buscou construir uma relação entre a fonte literária e o bem tombado (figura 20).

Figura 20. Poema *A Falta d'Água* no dossiê de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia



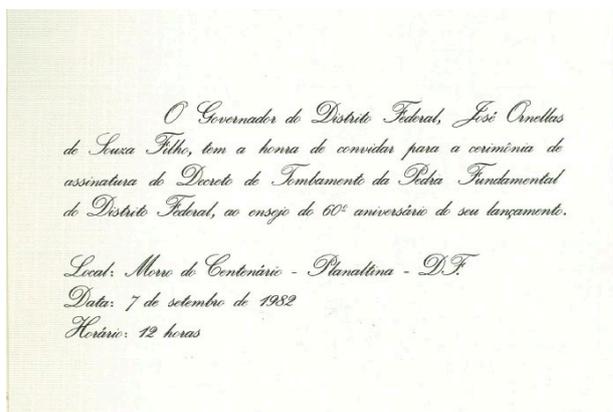
Fonte: Processo nº 150.000.781/2011. Brasília, SUPHAC, 2013.

Outro importante recurso utilizado pelos agentes do patrimônio é a reprodução de discursos de autoridades que haviam sido proferidos na ocasião do tombamento do bem. O pronunciamento do então diretor da DPHAN Rodrigo Melo Franco de Andrade na cerimônia de tombamento do Catetinho, em 1959, integra o dossiê. De modo análogo, a transcrição do discurso do então governador do Distrito Federal José Ornellas na ocasião do tombamento da Pedra Fundamental, em 1982, faz parte de seu dossiê de tombamento.

Isso indica que os agentes do patrimônio entendiam o evento da cerimônia do tombamento como parte do processo patrimonial. Isso fica evidente porque, além da reprodução de discursos de autoridades, outros elementos referentes a algumas dessas cerimônias integram os dossiês, como o convite para o evento (figura 21).

⁹⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Imagens. In Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), Brasília, 2013.

Figura 21. Convite para o tombamento da Pedra Fundamental de Planaltina anexado ao seu dossiê de tombamento



Fonte: Processo nº 125.274/81. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982

A pesquisa realizada por agentes do patrimônio também buscou inserir depoimentos de pessoas como parte da fonte para o patrimônio cultural, com destaque para relatos de moradores. No dossiê de tombamento da Igreja São José Operário da Candangolândia, de 1998, vários textos elaborados pelos agentes do patrimônio aludem a depoimentos de pessoas que contam sua própria experiência, sem, contudo, especificar a procedência desses relatos. Eles aparecem de forma principalmente descritiva, por exemplo: “conforme conta o relato da irmã Olga, ela e a irmã Terezinha foram as primeiras missionárias a chegarem aqui, e o Padre Primo Seussolino, o primeiro padre contratado pela Novacap. Logo que ficaram prontos os primeiros alojamentos, eles foram morar lá”.¹⁰⁰ Tais depoimentos foram utilizados, sobretudo, como um complemento à narrativa dos agentes do patrimônio, que se utilizam dessa fonte como suporte para narrar e descrever eventos do passado.

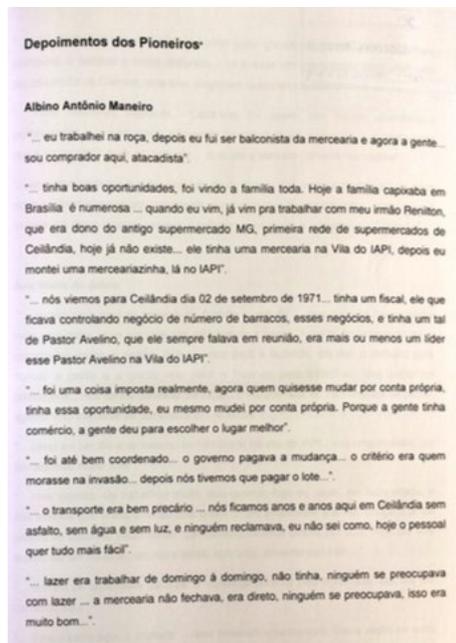
O dossiê de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia, de 2013, por sua vez, acomoda a transcrição de trechos de depoimentos orais coletados pelo Arquivo Público do Distrito Federal no início dos anos 2000, como parte do Programa de História Oral.¹⁰¹ A pedido dos agentes do patrimônio, o ArPDF cedeu a transcrição desses depoimentos, e alguns trechos foram dispostos em sequência em um documento do dossiê da Caixa d'Água intitulado *Depoimentos dos pioneiros*¹⁰² (figura 22).

¹⁰⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Histórico. In *Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

¹⁰¹ ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. *Programa de história oral*. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/programa-de-historia-oral/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

¹⁰² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Depoimentos dos pioneiros*. In *Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

Figura 22. Amostra da transcrição de trechos de depoimentos orais no dossiê de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia



Fonte: Processo nº 150.000.781/2011. Brasília, SUPHAC, 2013.

Ao utilizarem-se da fonte oral como um recurso para a pesquisa histórica, os agentes do patrimônio acenam para uma aproximação com a História Oral como fonte para o patrimônio cultural. Verena Alberti, referência na pesquisa envolvendo o tema, aponta a importância dessa fonte, sobretudo, “para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade”.¹⁰³ O recurso a relatos e depoimentos orais é um modo de agregar à pesquisa patrimonial diferentes pontos de vista de diferentes grupos sociais, o que está em sintonia com tendências de pesquisa nas ciências humanas.

Outro ponto a ser considerado na pesquisa para o patrimônio cultural é o momento do tombamento, pois os dossiês que analisamos foram elaborados ao longo de mais de cinco décadas. O primeiro tombamento, o do Catetinho, ocorreu em 1959, e o último, o da Escola Industrial de Taguatinga, em 2014. Assim, esse amplo período temporal que separa o primeiro do último dossiê testemunhou tanto o advento de novos lugares de pesquisa quanto o surgimento de novas tecnologias, que contribuíram para a pesquisa de fontes. As tecnologias digitais, a partir dos anos 1990, ampliaram não apenas as

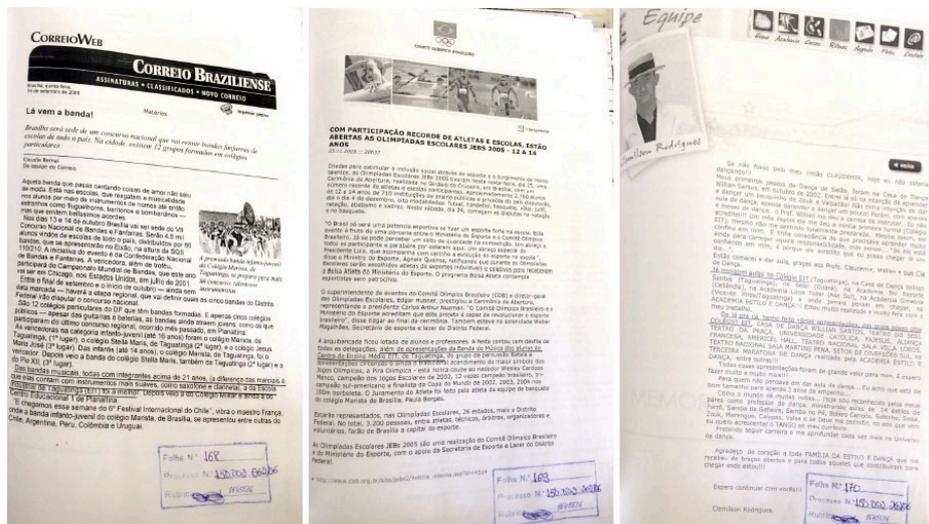
¹⁰³ ALBERTI, Verena. História oral: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 164.

possibilidades de pesquisa, mas também facilitaram o armazenamento de uma maior variedade de informação em arquivos em rede. Considerando a relação entre pesquisa histórica e o advento de novas tecnologias digitais, Maria de Lourdes Janotti afirma que o avanço da tecnologia e principalmente da informática

agilizou pesquisas quantitativas e seriais, as comunicações de forma geral, a transferência de capitais, a concepção de tempo e memória e mesmo a de realidade. A *internet* aproximou os homens em tempo real, inventou uma linguagem própria e diminuiu distâncias e diferenças.¹⁰⁴

A produção de dossiês de tombamento mais recentes reflete o avanço da tecnologia na sociedade, embora a maior parte da coleta de material realizada pelos agentes do patrimônio tenha continuado a privilegiar lugares de pesquisa consagrados, como acervos institucionais. Ainda assim, verifica-se que alguns materiais foram coletados por meio de pesquisa digitais, em especial jornais *online*, conforme a figura 23 a seguir:

Figura 23. Exemplo de material proveniente de pesquisas digitais no dossiê da Escola Industrial de Taguatinga (EIT)



Fonte: Processo nº 150.002.262/2006. Brasília, SUPHAC, 2014.

O advento de novas tecnologias digitais representou um importante apoio para a pesquisa e o armazenamento de dados. Contudo, segundo Marcos Napolitano, discorrendo sobre o uso dessas tecnologias para a pesquisa histórica, “a *internet* é mais um depósito de informações, um grande arquivo virtual de referência, do que um arquivo

¹⁰⁴ JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro Fontes Históricas como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 17.

material de fontes primárias”.¹⁰⁵ A pesquisa *online* realizada pelos agentes do patrimônio, conforme nossas constatações, buscou sobretudo incluir novas possibilidades mais dinâmicas a um trabalho de coleta que já existia. Por exemplo, as matérias de jornal *online* somam-se a recortes de jornal impressos anexados a dossiês de tombamento, mas sem substituí-los necessariamente.

De acordo com o que vimos neste texto, os dossiês de tombamento acomodam documentação bastante variada e proveniente de diversos lugares de pesquisa, além de possuírem um processo de montagem e organização única. Contudo, em que pese as particularidades dessa fonte, é possível perceber esse material como um conjunto ou uma fonte serial, na concepção de José d’Assunção Barros.¹⁰⁶ Segundo o autor,

o objetivo de uma serialização de fontes é identificar, para um determinado processo historiográfico que você tem em vista, um certo padrão, as repetições ou recorrências que ocorrem na série, mas também as variações que indicam uma tendência, os fluxos e refluxos que podem assinalar um ciclo.¹⁰⁷

Nenhuma fonte, contudo, é serial por excelência, pois, conforme reforça Barros, essa característica deve ser determinada pelo pesquisador de acordo com seus objetivos de análise. Nesse sentido, os dossiês analisados neste trabalho comportam arquivos que, unidos, fazem referência ao conjunto patrimonial de Brasília localizado a certa distância do Plano Piloto. A produção contínua dessa fonte, assim como a perspectiva de considerar um processo de patrimonialização específico – o patrimônio de Brasília para além do Plano Piloto –, permitiu-nos considerar os dossiês como uma fonte serial.

Ao longo deste texto, buscamos apresentar a nossa própria experiência com os dossiês de tombamento, bem como descrever as características da documentação e demonstrar a materialidade dessa fonte a partir também de exemplos ilustrados do material encontrado neles. Além disso, buscamos apoio na bibliografia para dar suporte à discussão que considerou o modo como os agentes do patrimônio, a partir de pesquisa, coleta e produção de fontes, realizaram a organização e a montagem dos dossiês.

É certo que os dossiês de tombamento, por acomodarem amplo material relativo ao patrimônio cultural, permitem a escolha de diferentes percursos de pesquisa. Para fins desta tese, alguns documentos mostraram-se mais relevantes do que outros, já que o pesquisador, conforme aponta Carlos Bacellar, “é capaz de estabelecer uma maior ou

¹⁰⁵ NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 264-265.

¹⁰⁶ BARROS, op. cit.

¹⁰⁷ BARROS, op. cit.

menor importância de cada arquivo a partir de seu objeto de pesquisa, seus interesses e questionamentos”.¹⁰⁸ A análise empreendida privilegiou documentos que evidenciam o modo como se construiu um discurso relativo ao patrimônio cultural, e a partir desse objetivo selecionamos a documentação que julgamos mais pertinente.

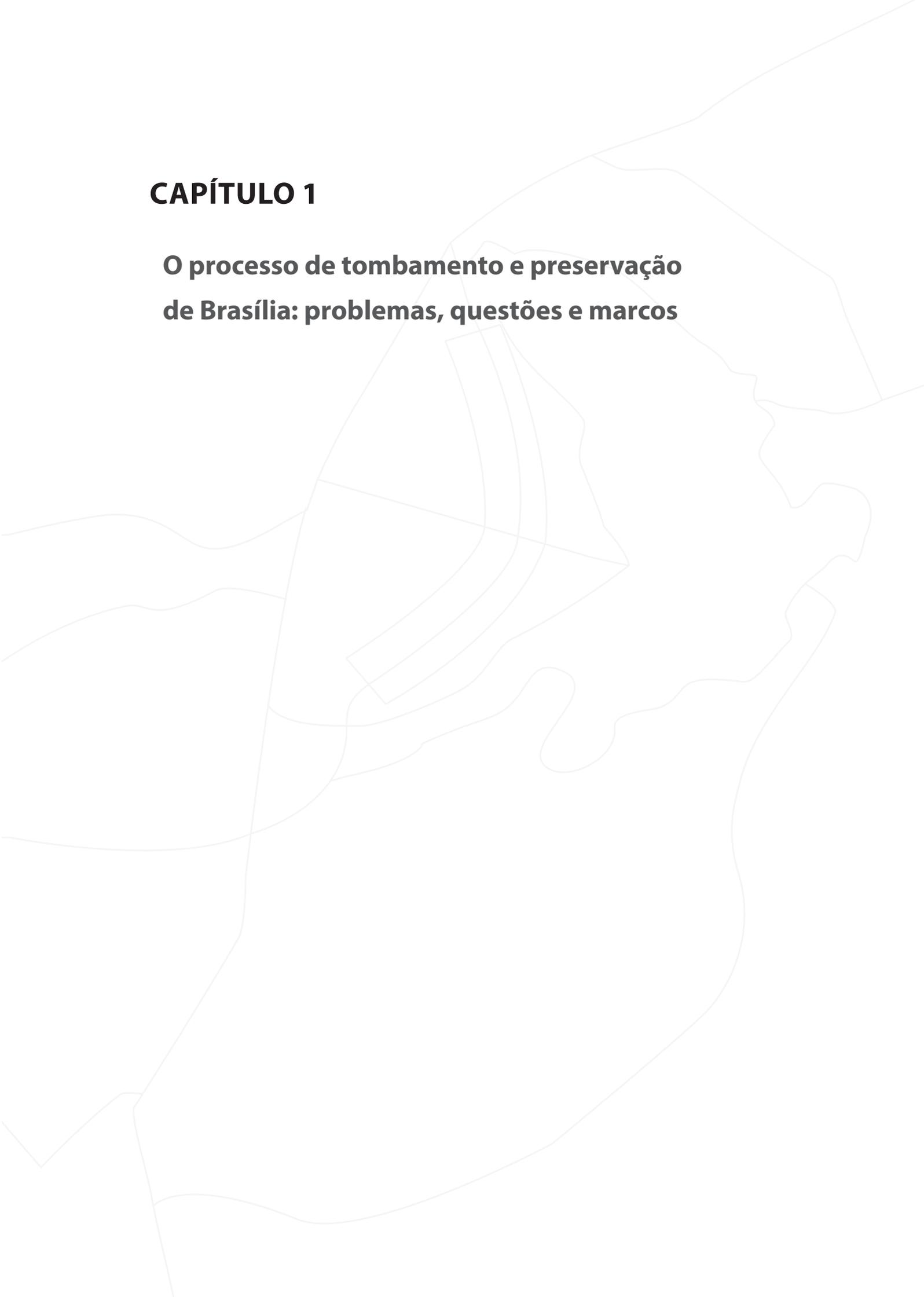
Ressalte-se que uma etapa fundamental nesse processo foi a coleta de dados que resultou nos Fichamentos, disponíveis no anexo 2 desta tese. Tal etapa permitiu uma maior aproximação com o material anexado aos dossiês.

Por fim, as informações apresentadas neste texto buscaram familiarizar o leitor com a documentação a que tivemos acesso, de modo que se priorizou uma descrição de características da forma e conteúdo dessa fonte. Esses dossiês, contudo, de acordo com informações dos profissionais da DIPRES, em breve não estarão mais acessíveis ao público para consulta. A instituição pretende digitalizar os arquivos e disponibilizá-los apenas em meio digital, sob demanda, devido à fragilidade do material, que tende a se desgastar com a manipulação. Até o momento de finalização desta pesquisa (2021), a documentação ainda não havia sido digitalizada, e a única possibilidade de contato com esses arquivos era por meio de visita ao acervo da DIPRES para pesquisa e coleta de material no local.

¹⁰⁸ BACELLAR, op. cit., p. 23-80.

CAPÍTULO 1

O processo de tombamento e preservação de Brasília: problemas, questões e marcos



NO PRESENTE CAPÍTULO, BUSCAMOS analisar e discutir problemas e questões da preservação de Brasília. Por *Brasília*, entendemos tratar-se do conjunto de Regiões Administrativas que compõem o Distrito Federal, e não apenas o núcleo derivado do plano-piloto de Lucio Costa de 1957. Como se sabe, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 32¹⁰⁹, veda expressamente a divisão do Distrito Federal em municípios, tendo sido organizado em Regiões Administrativas (RAs). Frente às distintas representações patrimoniais em Brasília, a discussão se desenvolve em três tópicos com o intuito de situar os debates em torno de temáticas específicas.

Em primeiro lugar, no tópico 1.1, debruçamo-nos na análise do modo como a bibliografia discutiu os pontos principais sobre a proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), que corresponde ao núcleo modernista derivado do plano-piloto de Lucio Costa de 1957 e seu entorno imediato. A aproximação com os debates em torno da proteção do CUB é importante para o entendimento do peso do dito projeto original de Lucio Costa em discussões e definições preservacionistas no Distrito Federal.

Em um segundo momento, no tópico 1.2, avançamos na análise da preservação de Brasília a partir do que significou a fixação e o tombamento da Vila Planalto, um antigo aglomerado de acampamentos de obras localizado na atual Região Administrativa do Plano Piloto, a RA I. A presença de um núcleo não planejado e tombado no CUB promoveu um debate relevante na bibliografia, pois a continuidade da Vila Planalto significou, entre outras questões, um embate direto com Lucio Costa.

Por fim, no tópico 1.3, o texto segue na análise da gestão patrimonial em Brasília, tendo como principal referência os marcos da atuação do órgão local e sua estruturação ao longo dos anos. Essa análise é importante, pois os processos em foco nesta tese são, majoritariamente, fruto de tombamento local entre 1982 e 2014. Criada em 1975 no âmbito da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico possui uma trajetória marcada por períodos de maior e menor relevância institucional, com mudanças tanto estruturais quanto de nomenclatura. Para fins desta pesquisa, o conhecimento desse processo auxilia no entendimento das competências e limites do órgão local.

¹⁰⁹ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

1.1 O tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília: debates e questões

Brasília tem uma área urbana reconhecida como patrimônio cultural pelos governos distrital e federal, além de ser inscrita na lista de Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A área tombada, de aproximadamente 112 km², é o Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) e corresponde ao Plano Piloto e seu entorno imediato.

É importante salientar que o denominado Plano Piloto é uma área delimitada de Brasília que deriva parcialmente do plano-piloto de Lucio Costa, vencedor do concurso para a nova capital de 1957. Assim, enquanto o termo “Plano Piloto” faz referência a um conjunto urbano, o “plano-piloto” está relacionado ao plano-diretor, ou ao projeto original da cidade. Essa diferenciação é importante, pois foi crucial para sintonizar os dois conceitos em 1987 para a definição da área a ser tombada.

O CUB é delimitado ao sul pelo Córrego Riacho Fundo, a oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), ao norte pelo Ribeirão Bananal e a leste pela orla oeste do Lago Paranoá, conforme legislação vigente.¹¹⁰ Os procedimentos que resultaram na preservação do CUB, o primeiro sítio moderno reconhecido como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO, em 1987, suscitam debates na historiografia sobre Brasília, e neste texto analisamos algumas tônicas da discussão à luz de bibliografia específica.

Em linhas gerais, o reconhecimento de Brasília como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO mobiliza determinados valores, entre os quais destaca-se a concepção da cidade como

uma realização artística singular, uma criação primordial do gênio humano representando, em escala urbana, a expressão viva dos princípios e ideais do Movimento Modernista e efetivamente encarnados nos trópicos por meio de projetos urbano e arquitetônico de autoria de Lucio Costa e Oscar Niemeyer.¹¹¹

A descrição da UNESCO, em suma, reconhece uma excepcionalidade de Brasília na representação do modernismo e destaca o protagonismo de seus principais autores.

¹¹⁰ BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 421, de 31 de outubro de 2018*. Altera a Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016, que estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências.

¹¹¹ *Brasília is a singular artistic achievement, a prime creation of the human genius, representing, on an urban scale, the living expression of the principles and ideals advanced by the Modernist Movement and effectively embodied in the Tropics through the urban and architectural planning of Lucio Costa and Oscar Niemeyer*. UNESCO. Brasília. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/445/>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

A preservação de Brasília resultou em normativas, e o debate acerca do sistema de proteção da área tombada representa um dos modos de analisar esse patrimônio. Implicações socioeconômicas do tombamento são outra pauta na discussão, em que autores consideram as dinâmicas entre a área tombada e os demais núcleos do Distrito Federal. Ambos os pontos são abordados a seguir.

1.1.1 Brasília tombada: as normativas e a perspectiva socioeconômica em debate

O reconhecimento de Brasília como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1987 foi precedido pela elaboração de uma legislação no mesmo ano para proteção da cidade pelo Distrito Federal, o Decreto nº 10.829.¹¹² Posteriormente, em 1990, o Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na época denominado Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC). A legislação de tombamento federal passou por revisões em 1992,¹¹³ em 2016¹¹⁴ e em 2018.¹¹⁵ O CUB, assim, está protegido em três instâncias:

- » pelo Governo do Distrito Federal por meio do Decreto nº 10.829, de 1987;¹¹⁶
- » pela resolução da UNESCO a partir da inscrição nº 445 na lista de Patrimônio Mundial, em 1987;
- » pelo tombamento federal por meio da Portaria nº 4 de 1990, modificada pela de nº 314 de 1992,¹¹⁷ ainda vigente. Em 2016, ela foi complementada pela Portaria nº 166¹¹⁸ e, em 2018, alterada pela de nº 421.¹¹⁹

O decreto que instituiu a proteção de Brasília pelo Governo do Distrito Federal em 1987 embasou tanto a inscrição na lista de Patrimônio Mundial pela UNESCO quanto o tombamento federal pelo IPHAN. O modo como a preservação de Brasília está con-

¹¹² DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987*. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília.

¹¹³ BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. *Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992*. [Sem ementa]

¹¹⁴ BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016*. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências.

¹¹⁵ BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 421, de 31 de outubro de 2018*. Altera a Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016, que estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências.

¹¹⁶ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987*. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília.

¹¹⁷ BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. *Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992*. [Sem ementa]

¹¹⁸ BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016*. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências.

¹¹⁹ BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 421, de 31 de outubro de 2018*. Altera a Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016, que estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências.

substanciada pela legislação se estrutura na manutenção de características essenciais por zonas da cidade, as escalas urbanísticas – *monumental, residencial, gregária e bucólica*.

A título de esclarecimento sobre a representação das escalas urbanísticas, apontamos definições presentes na Cartilha de Preservação de Brasília editada pelo IPHAN, em 2007.¹²⁰ Parafraseando a descrição da Cartilha do IPHAN, a escala monumental representa Brasília como capital do país e é reservada para edifícios públicos importantes para a república, como o Congresso Nacional e demais sedes do governo. A escala residencial, por sua vez, faz referência ao principal modo de habitação derivado do plano-piloto de Lucio Costa vencedor do concurso de 1957, as superquadras, e é caracterizada por Unidades de Vizinhança. Já a escala gregária consiste na interseção entre as anteriores e é o centro do núcleo urbano, abrigando os setores comercial, hoteleiro, bancário e a Rodoviária do Plano Piloto. Por fim, a escala bucólica se insere nas demais e as permeia, sendo composta por uma área predominantemente arborizada e de urbanização dispersa.

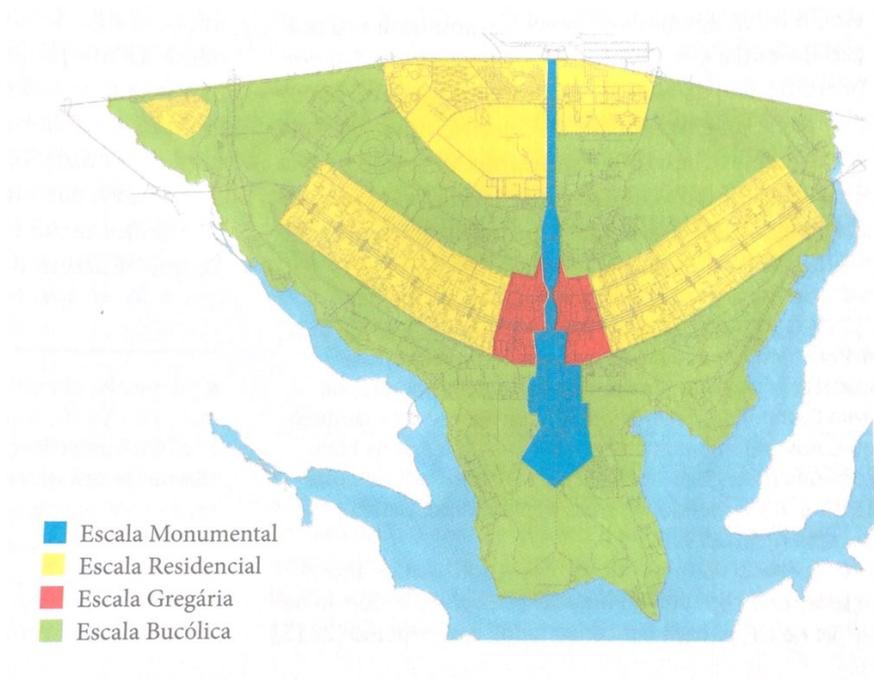
A formulação das escalas urbanísticas como meio de preservação de Brasília é resultante de proposta redigida pelo arquiteto Ítalo Campofiorito em 1987, com anuência de Lucio Costa. O conceito de três das quatro escalas – monumental, residencial e bucólica – estava presente já no relatório do plano-piloto de 1957, enquanto a quarta escala, a gregária, foi mencionada por Costa em 1974 por ocasião do I Seminário de Estudos e Problemas Urbanos de Brasília.¹²¹ As escalas foram formuladas graficamente apenas em 1987 conforme a figura 24 a seguir, compondo o Decreto nº 10.829, de 1987,¹²² e a Portaria nº 314, de 1992.¹²³

¹²⁰ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Plano Piloto 50 anos: cartilha de preservação – Brasília*. – Brasília, DF: IPHAN / 15ª Superintendência Regional, 2007. 103 p.: il. ; 16 cm, p. 13-14.

¹²¹ COUTO, Beatriz Coroa do. *O processo de elaboração do plano de preservação do conjunto urbanístico de Brasília: uma representação conceitual da política de preservação urbana no DF*. 2015. 152f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. p. 53.

¹²² DISTRITO FEDERAL, *Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987*. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília.

¹²³ BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. *Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992*. [Sem ementa]

Figura 24. Escalas de Brasília predominantes por área

Fonte: adaptado de INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Plano Piloto 50 anos: cartilha de preservação – Brasília*. Brasília, 2007, p. 32.

O atributo mais original da preservação por escalas advém do fato de o tombamento não incidir sobre edificações isoladas, mas, sim, na perspectiva da manutenção de características pré-determinadas por área. Essa particularidade, conforme José Pessôa, resulta em uma inovação na questão da preservação de sítios modernos e é entendida pelo autor como o tombamento de uma *ideia*.¹²⁴ A ideia a que se refere o autor é a de conservar a essência do plano original de Lucio Costa, e o tombamento seria a única maneira de assegurar às gerações futuras a oportunidade de conhecer Brasília tal qual foi concebida.¹²⁵ Simultaneamente, Pessôa entende a preservação por escalas como uma forma de permitir o desenvolvimento da cidade por esquivar-se de impedimentos característicos do tombamento clássico.

Tendo como referência as escalas, a relação entre o CUB e o projeto proveniente do relatório do plano-piloto de Brasília elaborado por Lucio Costa representa um importante debate na bibliografia. Se Thiago Perpétuo busca compreender quais elementos do tombamento se referem ao projeto de 1957 e quais se relacionam à cidade efetivamente

¹²⁴ PESSÔA, José Simões. Brasília e o tombamento de uma ideia. In: *5º Seminário Docomomo/Brasil – Arquitetura e Urbanismo Modernos: projeto e preservação*. São Carlos/SP, 2003.

¹²⁵ PESSÔA, op. cit.

construída,¹²⁶ Pessôa, conforme já vimos, reconhece na preservação pelas quatro escalas uma tradução da concepção original de Brasília.¹²⁷

Em um debate análogo, autores como Sandra Ribeiro,¹²⁸ Carlos Reis¹²⁹ e Sylvia Ficher¹³⁰ questionam indefinições e lacunas entre a representação conceitual da área tombada e o objeto efetivamente protegido. No entanto, vale salientar, tais análises se referiam ainda à Portaria nº 314 de 1992¹³¹, lembrando que a Portaria nº 166 de 2016¹³², em parte, solucionou críticas apontadas pelos autores. Suas críticas relacionavam as indefinições da legislação às dificuldades de gestão patrimonial, pois, ainda que o núcleo derivado do plano de Lucio Costa fosse detectado na poligonal de tombamento, esta contemplava também agrupamentos urbanos não previstos no projeto original e com critérios de preservação pouco claros.

Os autores assinalam como algumas imprecisões eram notórias na escala residencial, por exemplo, pois ela era composta por distintos núcleos com, aparentemente, o mesmo interesse de proteção. A escala residencial, por exemplo, conforme demonstrado na 24, abrange as Asas Norte e Sul – resultantes do plano de Lucio Costa de 1957 –, o Noroeste e o Sudoeste – decorrentes do documento Brasília Revisitada de 1985, também de Costa – e a Candangolândia – proveniente de um antigo acampamento de obras não previsto no projeto original. Além disso a Vila Planalto, outro núcleo derivado de acampamentos de obras, está inserida na escala bucólica, apesar de ser predominantemente residencial.

A partir dessas observações, Sylvia Ficher aponta que “nada ficou estabelecido para o restante da área tombada [além do Plano Piloto], na qual se encontram bairros de diferentes temporalidades e estágios de consolidação”.¹³³ Essas questões levaram Thiago Perpétuo a concluir que a definição de critérios de proteção da Portaria nº 314 de

¹²⁶ PERPÉTUO, Thiago Pereira. Revisitando o processo de tombamento de Brasília: uma contribuição historiográfica para novas interpretações do objeto protegido. In: INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. *Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília*. Organização: Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Perpétuo; textos de Ana Elisabete Medeiros et al. Brasília-DF: IPHAN, 2016, p. 52-75.

¹²⁷ PESSÔA, op. cit.

¹²⁸ RIBEIRO, Sandra Bernardes. *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 124.

¹²⁹ REIS, Carlos Madson. Conjunto urbanístico de Brasília: preservação à la carte. *Thesis*, v. 5, p. 254-274, 2018, p. 261.

¹³⁰ FICHER, Sylvia. Brasília: legislação patrimonial e gestão urbana. *Thesis*, v. 5, p. 275-294, 2018, p. 280.

¹³¹ BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. *Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992*. [Sem ementa]

¹³² BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016*. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências.

¹³³ FICHER, Sylvia. Brasília: legislação patrimonial e gestão urbana. *Thesis*, v. 5, p. 275-294, 2018, p. 280.

1992¹³⁴ intencionou encaixar a cidade construída em seu plano original, eclipsando a presença de outros agrupamentos na poligonal tombada.¹³⁵

As indefinições expressas na Portaria nº 314 de 1992¹³⁶ apontadas por autores (Sandra Ribeiro,¹³⁷ Thiago Perpétuo,¹³⁸ Carlos Reis¹³⁹ e Sylvia Ficher¹⁴⁰) foram em parte resolvidas em 2016, pois houve uma revisão dos critérios de tombamento que praticamente reestruturou o grau de interesse na proteção de áreas. Essa revisão resultou na Portaria nº 166,¹⁴¹ interpretada por autores como André Castro¹⁴² e Carlos Reis¹⁴³ como uma exitosa investida do IPHAN em preencher lacunas de sua antecessora e equilibrar tensões entre o projeto e a cidade construída. Os autores tratam a normativa como um avanço técnico no reconhecimento da complexidade do objeto tombado.

A figura 25, a seguir, permite identificar na determinação da Portaria nº 166¹⁴⁴ a divisão da poligonal de Brasília por macroáreas, delimitando regiões. As escalas permanecem, mas a demarcação da área do núcleo derivado do projeto de Lucio Costa constitui uma zona específica de interesse de preservação pela sua representação como essência do plano original – em termos coloquiais, o “avião”, composto pelos eixos monumental e rodoviário com as Asas Norte e Sul.

¹³⁴ BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. *Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992*. [Sem ementa]

¹³⁵ PERPÉTUO, op. cit., p. 52-75.

¹³⁶ BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. *Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992*. [Sem ementa]

¹³⁷ RIBEIRO, op. cit., p. 124.

¹³⁸ PERPÉTUO, op. cit., p. 52-75.

¹³⁹ REIS, op. cit., p. 261.

¹⁴⁰ FICHER, op. cit., p. 280.

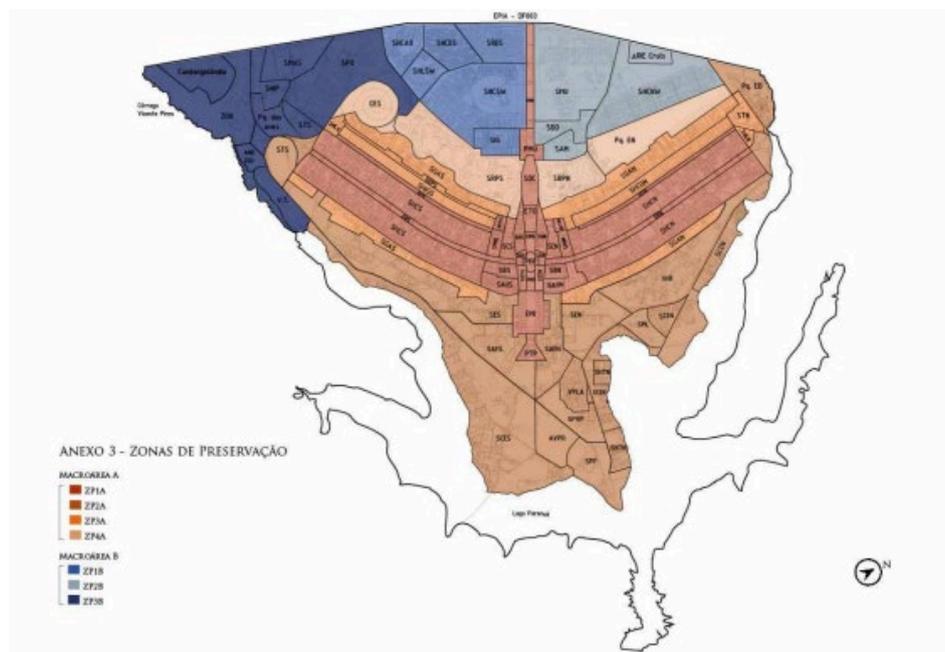
¹⁴¹ BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016*. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências.

¹⁴² CASTRO, André Luiz de Souza. Notas sobre as inovações da Portaria nº 166/2016 para a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. In: RIBEIRO, Sandra Bernardes; PERPÉTUO, Thiago (orgs.). *Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais*. Brasília-DF: IPHAN, 2016, p. 136-155.

¹⁴³ REIS, op. cit., p. 254-274.

¹⁴⁴ BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016*. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências.

Figura 25. Conjunto Urbanístico de Brasília com delimitação das Macroáreas de Proteção A e B



Fonte: BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 166*, de 11 de maio de 2016.

As atualizações propostas pela Portaria nº 166 de 2016, conforme assinala Carlos Reis, foram consideradas “oportunas e bem recebidas pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco”,¹⁴⁵ especialmente com relação à melhoria da gestão patrimonial resultante de maior definição do objeto de interesse. Até o momento da finalização desta tese (2021), a portaria mais recente é a de nº 421 de 2018,¹⁴⁶ que promoveu alguns acréscimos e alterações em sua antecessora de 2016.

O Decreto do Governo do Distrito Federal (GDF) (nº 10.829 de 1987)¹⁴⁷ e as Portarias do IPHAN (nº 314 de 1992,¹⁴⁸ nº 166¹⁴⁹ de 2016 e nº 421 de 2018),¹⁵⁰ contudo, não são a única forma de debater a legislação referente ao Conjunto Urbanístico de Brasília

¹⁴⁵ REIS, op. cit., p. 270.

¹⁴⁶ BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 421*, de 31 de outubro de 2018. Altera a Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016, que estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências.

¹⁴⁷ DISTRITO FEDERAL *Decreto nº 10.829*, de 14 de outubro de 1987. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília.

¹⁴⁸ BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. *Portaria nº 314*, de 8 de outubro de 1992. [Sem ementa.]

¹⁴⁹ BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 166*, de 11 de maio de 2016. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências.

¹⁵⁰ BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 421*, de 31 de outubro de 2018. Altera a Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016, que estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências.

(CUB). Outro debate importante é o potencial em torno do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), de iniciativa do GDF, embora sem expectativa de finalização. A preservação de Brasília sob a ótica de formulações do Governo Distrital é tema de autores como Carlos Reis¹⁵¹ e Beatriz Couto,¹⁵² com ênfase na problemática em torno do PPCUB. Os autores entendem que essas iniciativas se mostraram insatisfatórias de modo geral, pois, nas palavras de Reis, se arrastam em um “lento, confuso e conflituoso processo”.¹⁵³

Conforme discute o mesmo autor, houve uma primeira tentativa infrutífera do GDF em 1995 de criar um Plano Diretor da Região Administrativa do Plano Piloto – a RA I –, seguida por outra tentativa em 1999, igualmente sem sucesso.¹⁵⁴ Em sequência, em meados dos anos 2000, a Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (SEGETH) levou adiante um trabalho com vistas à elaboração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Beatriz Couto¹⁵⁵ e Carlos Reis¹⁵⁶ apontam indefinições e entraves ao longo da conflituosa trajetória da elaboração desse plano, que em 2021 ainda se encontrava em estágio de revisão.

Para autores como André Castro¹⁵⁷ e Carlos Reis,¹⁵⁸ o PPCUB, se implantado, representa uma possibilidade de gestão compartilhada bem-sucedida do CUB entre o GDF e o IPHAN, desde que acompanhada por uma maior interação entre preservação e planejamento urbano.¹⁵⁹ Castro entende essa potencialidade como um importante passo em direção à concretização de recomendações da Carta de Washington de 1987. O documento aconselha a integração entre preservação e planejamento urbano, pois, segundo Isabelle Cury, tem como um de seus objetivos “a salvaguarda de bairros e cidades históricas [como] parte de uma política coerente de desenvolvimento econômico e social, considerada nos planos de ordenamento e de urbanismo a todos os níveis”.¹⁶⁰ As expectativas dos autores quanto a um processo de gestão compartilhada são po-

¹⁵¹ REIS, Carlos Madson. *Gestão de Centros Históricos no Brasil. As cidades patrimônio mundial: os casos de Brasília e São Luís*. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

¹⁵² COUTO, op. cit.

¹⁵³ REIS, Carlos Madson. *Conjunto urbanístico de Brasília: preservação à la carte*. *Thesis*, v. 5, p. 254-274, 2018, p. 260.

¹⁵⁴ REIS, Carlos Madson. *Gestão de Centros Históricos no Brasil. As cidades patrimônio mundial: os casos de Brasília e São Luís*. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

¹⁵⁵ COUTO, op. cit.

¹⁵⁶ REIS, Carlos Madson. *Conjunto urbanístico de Brasília: preservação à la carte*. *Thesis*, v. 5, p. 254-274, 2018, p. 261.

¹⁵⁷ CASTRO, op. cit., p. 151.

¹⁵⁸ REIS, op. cit., p. 269.

¹⁵⁹ CASTRO, op. cit., p. 151.

¹⁶⁰ CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

sitivas, em especial se considerados os potenciais da proposta. Contudo, a lentidão em torno da elaboração do PPCUB suscita dúvidas quanto às possibilidades de sua concretização.

Além da legislação de preservação, outro ponto bastante discutido na bibliografia é a relação entre a área tombada e os demais núcleos do Distrito Federal, em uma perspectiva socioeconômica. Nesse sentido, para entender a problemática levantada por autores como a geógrafa Marcia Mathieu¹⁶¹ e a arquiteta Sylvia Ficher,¹⁶² é necessário ressaltar que o Decreto de 1987 – definidor da área tombada – assim como as normativas subsequentes referem-se ao Plano Piloto e seu entorno imediato. Contudo, como se sabe, já em 1987 Brasília tinha uma expansão metropolitana que ia muito além desse núcleo original. A partir dessa premissa, parte da crítica aponta o elitismo do Plano Piloto de Brasília e interpreta o tombamento como mais um fator de desagregação, por reforçar o contraste socioeconômico entre a área tombada e os demais núcleos.

Esse contraste aparece primeiramente pelo fato de os primeiros núcleos-satélites terem sido planejados a uma certa distância do Plano Piloto, apartando as realidades do Distrito Federal. Além disso, o Plano Piloto concentra um maior número de empregos, infraestrutura e projetos de planejamento urbano, de modo a tornar mais confortável a vida de seus habitantes. É nesse sentido que o tombamento do Plano Piloto reforça a importância simbólica dessa área, sendo mais um fator de diferenciação.

Na bibliografia, destacamos a análise de Marcia Mathieu, que, em pesquisa de 2019 sobre a relação entre planejamento urbano e patrimônio, analisa os impactos das medidas de preservação nas dinâmicas territoriais de Brasília.¹⁶³ Para a autora, os parâmetros definidores do tombamento pareceram considerar a área protegida como uma “entidade autônoma e autossuficiente”,¹⁶⁴ o que, segundo Mathieu, negligencia os demais núcleos integrantes do território e as relações entre eles e o Plano Piloto.

Essa análise sugere que o tombamento do CUB legitima a proteção não apenas de critérios destacados pela UNESCO – a cidade como testemunha histórica do movimento moderno e seu aspecto arquitetural excepcional –, mas também de um modo de

¹⁶¹ MATHIEU, Marcia Regina. Brasília, é uma cidade só? O impacto das medidas preservacionistas do Plano Piloto na expansão dos espaços urbanos da Área Metropolitana de Brasília. In: VASCONCELOS, Ana Maria Nogales et al. (orgs.). *Território e sociedade: as múltiplas faces da Brasília metropolitana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Institut de Recherche pour le Développement (IRD), 2019, p. 197-209.

¹⁶² FICHER, Sylvia. Brasília: legislação patrimonial e gestão urbana. *Thesis*, v. 5, p. 275-294, 2018, p. 291.

¹⁶³ VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; MOURA, Leides Barroso Azevedo; JATOBÁ, Sergio Ulisses et al. (orgs.). *Território e sociedade: as múltiplas faces da Brasília metropolitana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Institut de Recherche pour le Développement-IRD, 2019.

¹⁶⁴ MATHIEU, op. cit., p. 197-209.

vida distanciado das demais realidades do Distrito Federal. Nesse aspecto, o geógrafo Hervé Théry aponta que o tombamento do CUB reforçou medidas de contenção da área tombada, mas, devido às dinâmicas locais, houve um crescimento desequilibrado em outras localidades urbanas submetidas às pressões oriundas das medidas de preservação.¹⁶⁵ A expansão urbana no DF, assim, não contou com o mesmo nível de infraestrutura da área tombada.

Em análise similar à de Mathieu¹⁶⁶ e também recente, Sylvia Ficher critica a falta de integração entre os núcleos componentes do Distrito Federal, mas, ao contrário da geógrafa, evidencia o caráter simbólico do Plano Piloto. Conforme suas conclusões,

o Plano Piloto não existe no vácuo, ele é parte da metrópole, é dela igualmente dependente e só poderá ter sua carga simbólica preservada caso se fortaleçam e se estreitem os elos entre esse core de alto significado urbanístico e arquitetônico e a aglomeração maior.¹⁶⁷

Além disso, a autora reforça a importância de se considerar o caráter metropolitano de Brasília ao assinalar que “quanto mais aproximarmos o Plano Piloto dessa outra Brasília, quanto mais elevada a urbanidade dessa outra Brasília, mais garantida estará a sua salvaguarda”.¹⁶⁸

Conforme vimos, parte das discussões sobre a preservação do CUB concentra-se em eventos fruto do tombamento, seja com base na legislação (como José Pessôa,¹⁶⁹ Sandra Ribeiro,¹⁷⁰ Thiago Perpétuo,¹⁷¹ Beatriz Couto,¹⁷² André Castro¹⁷³ e Carlos Reis),¹⁷⁴ seja com base nas tensões entre a área protegida e outros núcleos do Distrito Federal (como Hervé Théry¹⁷⁵, Marcia Mathieu¹⁷⁶ e Sylvia Ficher).¹⁷⁷ Em diversos pontos, tais análises convergem para a necessidade de estreitar relações entre a preservação e o planejamento urbano.

¹⁶⁵ THÉRY, Hervé. L'évolution du “modele” de Brasília: vers une métropole banale? In *Cahiers des Amériques latines*, 41 2002, p. 123-136.

¹⁶⁶ MATHIEU, op. cit., p. 197-209.

¹⁶⁷ FICHER, op. cit., p. 291.

¹⁶⁸ FICHER, op. cit., p. 291.

¹⁶⁹ PESSÔA, op. cit.

¹⁷⁰ RIBEIRO, op. cit.

¹⁷¹ PERPÉTUO, op. cit., p. 52-75.

¹⁷² COUTO, op. cit.

¹⁷³ CASTRO, op. cit.

¹⁷⁴ REIS, op. cit., p. 254-274.

¹⁷⁵ THÉRY, op. cit.

¹⁷⁶ MATHIEU, op. cit.

¹⁷⁷ FICHER, op. cit., p. 275-294.

1.1.2 A trajetória da proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília: contribuições historiográficas

Uma série de acontecimentos que tiveram início no período da construção de Brasília é discutida na bibliografia como parte do processo que culminou na efetivação da preservação da cidade, em 1987. A partir dessa perspectiva, este texto avança na análise do modo como a bibliografia abordou tais eventos na trajetória da proteção de Brasília. As iniciativas com esse objetivo, conforme ficará claro na discussão, evidenciam o peso do dito plano original da cidade, em que pesem as adversidades na definição do próprio objeto a ser protegido. Essa perspectiva privilegiou a patrimonialização do Plano Piloto em 1987 e resultou nas normativas já abordadas.

O plano-piloto de Lucio Costa, vencedor do concurso para a nova capital,¹⁷⁸ certamente representou a principal orientação projetual para as obras de construção da cidade a partir de 1957. Mas, enquanto algumas alterações desse plano original já haviam sido realizadas imediatamente após o resultado do concurso,¹⁷⁹ outras se sucederam entre 1957 e 1964, registradas em plantas urbanísticas analisadas por Francisco Leitão.¹⁸⁰

Conforme destaca Carlos Reis, “a transposição do projeto para o chão não foi literal”,¹⁸¹ e, além de alterações no próprio núcleo derivado do plano de Lucio Costa, houve a precoce expansão de Brasília por cidades-satélites, a começar por Taguatinga, inaugurada em 1958. Ademais, ainda que a construção de Brasília tenha propiciado um fluxo migratório importante para o Centro-Oeste do Brasil, a região já era habitada – de fato, no território do atual Distrito Federal havia fazendas e algumas cidades goianas, como Planaltina e Brazlândia. Essa constatação é importante para reforçar a complexidade da ocupação desse território.

Às vésperas da inauguração de Brasília – sendo a cidade ainda um imenso canteiro de obras –, elaborou-se a Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, mais conhecida como Lei Santiago Dantas,¹⁸² para organizar diversos serviços no novo Distrito Federal. A normativa é usualmente referida em trabalhos sobre a preservação de Brasília, a

¹⁷⁸ COSTA, Lucio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília* [1957]. Brasília: GDF, 1991.

¹⁷⁹ CARPINTERO, Antonio. *Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998*. São Paulo: FAU/USP, 1998, p. 161.

¹⁸⁰ LEITÃO, Francisco Chagas. *Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília, 1957-1964*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

¹⁸¹ REIS, op. cit., p. 127.

¹⁸² BRASIL. *Lei nº 3.751, de 13 de abril 1960*. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal.

exemplo das pesquisas de Carlos Reis,¹⁸³ Sandra Ribeiro,¹⁸⁴ Karina Ramos¹⁸⁵ e Marcos Antonio dos Santos,¹⁸⁶ como a primeira medida protetiva da nova capital em termos de legislação.

Os autores, em suas constatações, se apoiam no artigo nº 38 da Lei Santiago Dantas, que determina que “qualquer alteração no plano-piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal”.¹⁸⁷ Interpreta-se a resolução como um modo de prevenir interferências não previstas na cidade, pois elas necessitariam de aprovação prévia pelo Congresso Nacional.¹⁸⁸ No entanto, Carlos Reis denomina a lei como impraticável, pois, como Brasília ainda estava bastante incompleta, definições de projeto eram tomadas no momento da execução das obras, não permitindo discussões mais aprofundadas.¹⁸⁹ Nota-se que a normativa aponta, ainda, para uma reafirmação do projeto de Lucio Costa como diretriz máxima para a conclusão das obras, conforme indica Marcos Antonio dos Santos.¹⁹⁰

No entanto, o modo de interpretar a normativa vai além disso, pois a Lei Santiago Dantas contribuiu para uma narrativa bastante associada à Brasília, a de que o Plano Piloto já teria nascido tombado. Karina Ramos, referenciando-se ao artigo nº 38 dessa lei, por exemplo, assinala que “a construção e a preservação do Plano Piloto de Lucio Costa caminham de mãos dadas”,¹⁹¹ em semelhança com a perspectiva de Marcos Antonio dos Santos ao identificar uma relação intrínseca entre o Plano Piloto e o tombamento.¹⁹² Essa abordagem sugere que o discurso de patrimonialização emergiu com o surgimento da cidade.

Em contrapartida, Thiago Perpétuo alerta para os perigos da confusão entre os termos plano-piloto – expresso na Lei Santiago Dantas, e que se referia ao plano diretor da cidade – e Plano Piloto – delimitação territorial atualmente representativa do núcleo

¹⁸³ REIS, Carlos Madson. *Brasília: espaço, patrimônio e gestão urbana*. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2001, p. 114.

¹⁸⁴ RIBEIRO, op. cit., p. 100.

¹⁸⁵ RAMOS, Karina Felix. *A preservação de Brasília: reflexos da formação do conceito de patrimônio cultural*. 2005. 225 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

¹⁸⁶ SANTOS, Marcos Antonio dos. Brasília e o Tombamento: Patrimônio e Especulação na Cidade Modernista. In: *8º Seminário Nacional – DOCOMOMO – Brasil*, 2009, Rio de Janeiro. *8º Seminário Nacional – DOCOMOMO – Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN – Rio de Janeiro, 2009.

¹⁸⁷ BRASIL. *Lei nº 3.751, de 13 de abril 1960*. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal.

¹⁸⁸ REIS, op. cit., p. 114.

¹⁸⁹ REIS, op. cit., p. 115.

¹⁹⁰ SANTOS, op. cit., p. 6.

¹⁹¹ RAMOS, op. cit., p. 45.

¹⁹² SANTOS, op. cit., p. 6.

derivado do projeto de Lucio Costa.¹⁹³ A partir da indicação de Perpétuo, o artigo nº 38 da Lei Santiago Dantas buscava, na realidade, prever alterações de projeto em 1960, e não apontar uma área a ser protegida.

A preocupação com o controle sobre o andamento das obras no cenário pré-inauguração de Brasília coexistiu com investidas contra a própria continuidade da cidade como sede da república. Após o fim do mandato de Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1961, a renúncia de Jânio Quadros em agosto do mesmo ano e a atribulada posse de seu vice, João Goulart, o Brasil se encaminhava para a tomada de poder pelos militares, inaugurando, em 1964, um regime que perdurou por vinte anos. Nessa conjuntura, a transferência da capital em 1960, conforme discutem Carlos Reis,¹⁹⁴ Thiago Perpétuo¹⁹⁵ e Karina Ramos,¹⁹⁶ não havia garantido de imediato a consolidação de Brasília como nova capital do país, pois havia ameaças de retorno da administração federal para o Rio de Janeiro. Esse cenário foi modificado apenas no governo dos militares, pois eles deram continuidade às obras e garantiram o estabelecimento de Brasília como capital.

Esse governo foi marcado por sofridas rupturas em inúmeros e diversos aspectos da sociedade brasileira, conforme se sabe. No entanto, com relação às obras de Brasília, a bibliografia aponta para uma continuidade, em especial pela valorização do projeto de Lucio Costa. Conforme apontam Carlos Reis¹⁹⁷ e Karina Ramos,¹⁹⁸ os militares deram andamento às obras de Brasília e afirmaram que o plano de Costa seria um elemento primordial para consolidar a cidade.

Entre as medidas inaugurais do governo dos militares com relação à continuidade das obras de Brasília, houve a implantação de órgãos tais quais o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e a Secretaria de Viação e Obras, ambos pela Lei nº 4.545, de 1964.¹⁹⁹ Vale lembrar que o CAU criado pelos militares não corresponde ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo atual, também CAU, que é derivado de outra formulação institucional. Karina Ramos chama a atenção ao fato de constarem entre os integrantes do CAU de 1964, como “membros natos”, Lucio Costa, Oscar Niemeyer e Israel

¹⁹³ PERPÉTUO, Thiago Pereira. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília*. 2015. 273 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015, p. 189.

¹⁹⁴ REIS, op. cit., p. 115.

¹⁹⁵ PERPÉTUO, op. cit., p. 97.

¹⁹⁶ RAMOS, op. cit., p. 50.

¹⁹⁷ REIS, op. cit., p. 115.

¹⁹⁸ RAMOS, op. cit., p. 50.

¹⁹⁹ DISTRITO FEDERAL. *Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964*. Dispõe sobre a organização Administrativa do Distrito Federal e dá outras providências.

Pinheiro, todos protagonistas da construção de Brasília.²⁰⁰ Essa particular composição é entendida por Ramos como um modo do então governo atribuir aos autores da cidade o privilégio de poder monitorar a execução das obras de Brasília.²⁰¹

A tomada de poder pelos militares foi precedida por um elemento fundamental no discurso de preservação de Brasília: a solicitação de seu tombamento, ainda em 1960, por parte de Juscelino Kubitschek. Ainda que o cenário de ameaça da consolidação de Brasília como capital viria a se tornar mais evidente a partir de 1961, Kubitschek antecipou possíveis recuos à continuidade das obras após seu governo, conforme análise de Carlos Reis.²⁰² O então presidente, temeroso, buscou na instituição do patrimônio a garantia do estabelecimento de Brasília, em paralelo à recente aprovação da Lei Santiago Dantas. Em junho de 1960, dois meses após a data inaugural de Brasília, redige de próprio punho bilhete ao então presidente do IPHAN – que na época se chamava DPHAN – Rodrigo Melo Franco de Andrade solicitando o tombamento de Brasília.

O bilhete de JK a Rodrigo, de modo similar à Lei Santiago Dantas, é por vezes recuperado na bibliografia para indicar um suposto marco inicial na narrativa patrimonial de Brasília, como é o caso do trabalho de Janaína Peres e Luiz Fernando Bessa.²⁰³ Thiago Perpétuo, por sua vez, discute como esse documento principiou outra leitura bastante recorrente da nova capital, a de que a cidade estaria ameaçada pela descaracterização ou incompletude.²⁰⁴ A preocupação de Juscelino Kubitschek quanto a isso está expressa no trecho do bilhete em que o tombamento seria “uma barreira às arremetidas demolidoras que já se anunciam vigorosas”.²⁰⁵

Os militares, conforme já destacamos, acabaram por dar continuidade às obras de Brasília. No entanto, o discurso de ameaça da descaracterização, segundo Thiago Perpétuo, se tornou recorrente nos anos subsequentes, civis ou militares.²⁰⁶ Esse discurso foi reforçado na década de 1970, a exemplo de debates empreendidos no I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, em 1974²⁰⁷ (conforme apon-

²⁰⁰ RAMOS, op. cit.

²⁰¹ RAMOS, op. cit., p. 48.

²⁰² REIS, Carlos Madson. Conjunto urbanístico de Brasília: preservação à la carte. *Thesis*, v. 5, p. 266, 2018.

²⁰³ PERES, Janaina Lopes Pereira; BESSA, Luiz Fernando Macedo. Brasília, capital-patrimônio: sinergia para o desenvolvimento. *GeoGraphos*. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, nº 87 (19), p. 7, jun. 2016.

²⁰⁴ PERPÉTUO, op. cit., p. 129.

²⁰⁵ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Brasília, bilhete de JK a Rodrigo Melo Franco de Andrade*. “Rodrigo, a única defesa para Brasília...”. Brasília: Acervo Casa Lucio Costa, 2006.

²⁰⁶ PERPÉTUO, op. cit., p. 129.

²⁰⁷ SENADO FEDERAL (1974). *Anais do I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília*. Brasília, 1994.

tam Carlos Reis,²⁰⁸ Thiago Perpétuo²⁰⁹ e Beatriz Couto²¹⁰ e mais tarde, na perspectiva da inscrição na UNESCO, que avançou na década de 1980 (conforme apontamentos de Osvaldo Peralva²¹¹ e análises de Thiago Perpétuo,²¹² por exemplo).

Com relação ao I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília de 1974, um dos tópicos da discussão foi a importância de proteger o que era entendido como o projeto original da capital – considerado ainda inconcluso e ameaçado pela especulação imobiliária. Thiago Perpétuo discute como, na ocasião, os empreendedores imobiliários

compareceriam como um fator de ameaça ao “plano”, por motivação que seria, na análise mais elementar da lógica capitalista, de fácil compreensão: sua atividade, ao visar o lucro, não restaria motivada por razões de ordem simbólica, histórica ou mesmo conceitual e, portanto, o respeito ao projeto de Lucio Costa para Brasília se tornaria, de todo, irrelevante.²¹³

No contexto em que Brasília é descrita como ameaçada pela especulação imobiliária, Perpétuo aponta que coube a Lucio Costa, um dos principais oradores do Seminário de 1974, defender a permanência de algumas características “originais” de Brasília para a conclusão da cidade, como

a manutenção do gabarito de seis pavimentos nos blocos residenciais das superquadras, sem permitir acréscimo de áreas para novas projeções, a insistência do plantio da cortina de arborização em volta de cada superquadra, e a manutenção dos pilotis das edificações livres.²¹⁴

De modo semelhante, e já a partir de meados dos anos 1980, a perspectiva do tombamento foi colocada pelo então governador José Aparecido de Oliveira como um tópico fundamental na luta contra a descaracterização da cidade pela especulação imobiliária, conforme aponta Osvaldo Peralva.²¹⁵ O autor, em seu livro de 1988, recupera parte de um pronunciamento de Oliveira na ocasião das tratativas para o reconhecimento mundial pela UNESCO em 1987, em que o então governador afirma que “como teste-

²⁰⁸ REIS, op. cit., p. 266.

²⁰⁹ PERPÉTUO, op. cit.

²¹⁰ COUTO, op. cit.

²¹¹ PERALVA, Osvaldo. *Brasília, patrimônio da humanidade: um relatório*. Ministério da Cultura; Coordenadoria de Comunicação Social, 1988.

²¹² PERPÉTUO, op. cit.

²¹³ PERPÉTUO, op. cit., p. 106.

²¹⁴ PERPÉTUO, op. cit., p. 105.

²¹⁵ PERALVA, op. cit.

munho da criatividade de nosso tempo, Brasília tem de manter a força plástica de sua face original e defender-se da especulação imobiliária”.²¹⁶

Além da especulação imobiliária que descaracterizaria a cidade, o processo de urbanização de Brasília pela inauguração de núcleos-satélites distantes é entendido por autores como Aldo Paviani²¹⁷ e Jusselma Brito²¹⁸ como uma estratégia de proteção do Plano Piloto –, embora, nesse aspecto, os autores não relacionem a *proteção* a um sentido *preservacionista*. O modelo polinucleado de expansão urbana, que marcou os anos 1960 e 1970, sugere uma contraposição entre o Plano Piloto e outros tipos de urbanização no território do Distrito Federal, com o intuito de controlar os limites do núcleo central.

Jusselma Brito, no entanto, atenta para uma mudança no modelo polinucleado de expansão, principalmente nos anos 1980 e com consolidação nos anos 1990. Segundo a autora, prevaleceu uma expansão em tecido contínuo pelo quadrante sudoeste, interligando-se o Plano Piloto a Taguatinga e Ceilândia a partir da Asa Sul.²¹⁹ As figuras 26 e 27, a seguir, foram coletadas do trabalho de Brito e apresentam a mancha urbana de Brasília em 1986 (figura 26) e em 1995 (figura 27), mostrando essa expansão urbana.

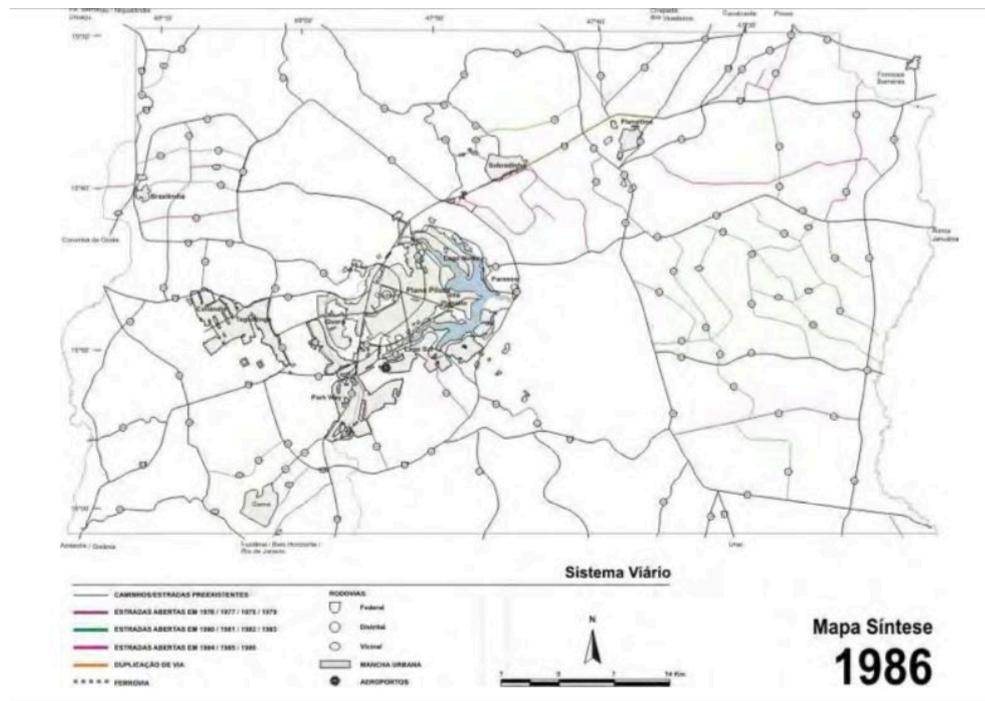
²¹⁶ PERALVA, op. cit., p. 40.

²¹⁷ PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária. In: PAVIANI, Aldo (org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. 2. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, 292 p.; 22cm (Coleção Brasília), p. 83-116.

²¹⁸ BRITO, Jusselma Duarte de. *De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília*. 2009. 346 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

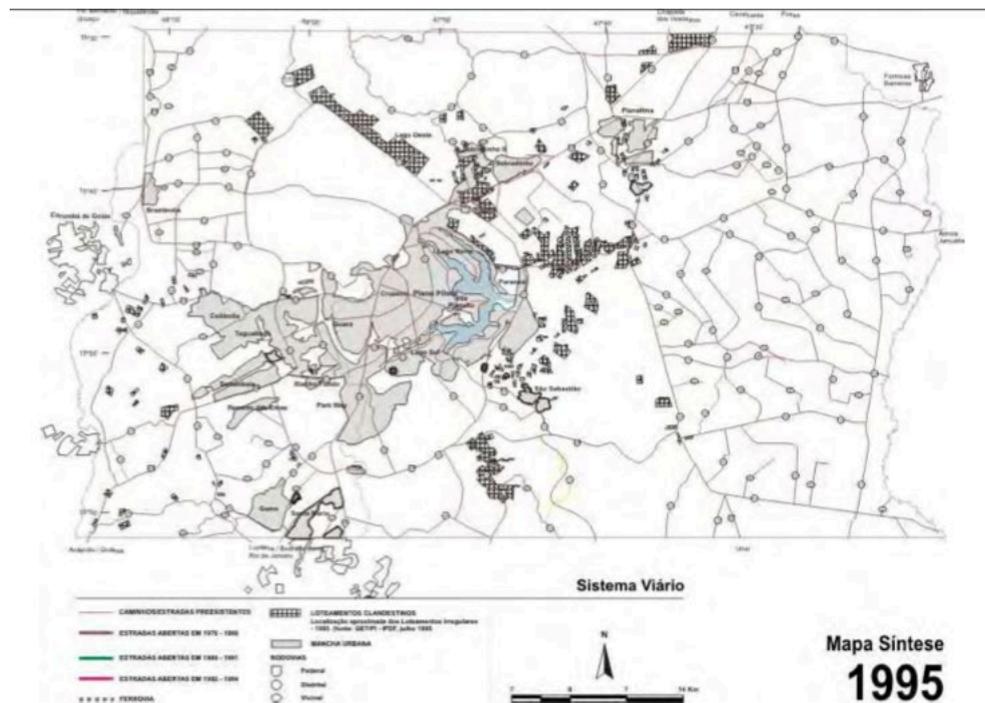
²¹⁹ BRITO, op. cit., p. 228-232.

Figura 26. Mancha urbana de Brasília em 1986



Fonte: BRITO, Jusselma Duarte de. *De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília*. 2009, p. 233.

Figura 27. Mancha urbana de Brasília em 1995



Fonte: BRITO, Jusselma Duarte de. *De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília*. 2009, p. 233.

Mesmo em face do cenário de conurbação que se anunciava nos anos 1980, as medidas de proteção buscaram estabelecer limites entre a Asa Sul e os núcleos urbanos imediatamente adjacentes, conforme ficou evidente nas normativas de proteção já analisadas. Isso demonstra, mais uma vez, o peso do projeto original na representação da cidade como patrimônio.

Os anos 1980 representam provavelmente o período mais emblemático na trajetória da preservação de Brasília, pois foram testemunha dos trâmites que levaram à sua candidatura a Patrimônio Mundial pela UNESCO. A relevância dos anos 1980 para a definição do patrimônio de Brasília fez, inclusive, com que autores como José Pessôa²²⁰ e Ana Clara Giannecchini e Alba Bispo²²¹ concentrassem suas análises nos marcos daquela década.

Ademais, os debates referentes à preservação de Brasília, como os trabalhos de Carlos Reis,²²² Sandra Ribeiro,²²³ José Pessôa,²²⁴ Karina Ramos,²²⁵ Thiago Perpétuo,²²⁶ Andrey Schlee,²²⁷ Jéssica Silva²²⁸ e Alba Bispo,²²⁹ perpassam principalmente dois fatos principais da década de 1980. O primeiro é a atuação de um Grupo de Trabalho conhecido como GT-Brasília, responsável pelo dossiê de candidatura de Brasília a Patrimônio Cultural pela UNESCO. Alguns autores, como Sandra Ribeiro²³⁰ e Jéssica Silva,²³¹ direcionaram suas análises para o entendimento da contribuição do GT para a preservação da cidade. O segundo fato é a proposta de Ítalo Campofiorito sobre a preservação por escalas, que embasou tanto o decreto da proteção de Brasília pelo Distrito Federal

²²⁰ PESSÔA, José Simões. Brasília e o tombamento de uma ideia. 5º Seminário Docomomo/Brasil – Arquitetura e Urbanismo Modernos: projeto e preservação. São Carlos-SP, 2003.

²²¹ GIANNECCHINI, Ana Clara; BISPO, Alba. Gestão, Planejamento e Preservação no Plano Piloto: a Experiência do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília 2009-2013. In: Arquimemória 4 – sobre preservação do patrimônio edificado, 2013, Salvador. *Anais do Arquimemória 4: sobre preservação do patrimônio edificado*, 2013.

²²² REIS, Carlos Madson. *Brasília: espaço, patrimônio e gestão urbana*. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

²²³ RIBEIRO, op. cit.

²²⁴ PESSÔA, op. cit.

²²⁵ RAMOS, op. cit.

²²⁶ PERPÉTUO, op. cit.

²²⁷ SCHLEE, Andrey Rosenthal. O Hall dos brasileiros. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Superintendência do Iphan no Distrito Federal. *Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília*. Organização: Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Perpétuo; textos: Ana Elisabete Medeiros et al. – Brasília-DF, 2016, p. 90-99.

²²⁸ SILVA, Jéssica Gomes da. *O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital*. 2019. 246 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

²²⁹ BISPO, Alba Nélide de Mendonça. Escalas de composição e preservação do Plano Piloto de Brasília: a partitura urbana como patrimônio moderno. *Revista Docomomo Brasil*, v. 1, p. 28-38, 2017.

²³⁰ RIBEIRO, op. cit.

²³¹ SILVA, op. cit.

e a inscrição definitiva na agência das Nações Unidas, em 1987, quanto o tombamento federal, em 1990. Autores como José Pessôa²³² e Alba Bispo²³³ priorizam em suas análises a preservação da cidade a partir dos critérios definidos por Campofiorito.

» O patrimônio do Distrito Federal identificado pelo GT-Brasília em discussão

A preservação de Brasília por escalas a partir da proposta de Ítalo Campofiorito direcionou a elaboração de uma legislação para a proteção de Brasília em 1987, conforme já foi colocado. Entretanto esse processo foi precedido por estudos por parte do Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, o GT-Brasília, com o propósito de definir tanto o objeto a ser preservado quanto critérios de preservação a serem adotados em uma vasta área.

O GT-Brasília foi instituído pelo Decreto nº 5.819²³⁴ em fevereiro de 1981 por meio de um convênio firmado entre o SPHAN/Pró-Memória, a Universidade de Brasília e a Secretaria de Cultura do Distrito Federal. O GT-Brasília manteve-se ativo por quase uma década e teve distintos integrantes ao longo de sua existência, encerrando suas atividades em 1988. É normalmente discutido na bibliografia (Sandra Ribeiro,²³⁵ Thiago Perpétuo²³⁶ e Jéssica Silva)²³⁷ como responsável por inovações na proposta da preservação de Brasília, embora a legislação de proteção da cidade não tenha sido elaborada a partir de seus estudos.

A importância do GT é lembrada por autores como Sandra Ribeiro pela elaboração do conceito de preservação dinâmica – pautado na manutenção de características essenciais do espaço.²³⁸ Em nossas análises, interessa particularmente o modo como o GT-Brasília é entendido por recomendar a preservação de um rol mais amplo de manifestações no Distrito Federal para além do Plano Piloto.

O vanguardismo do GT-Brasília na perspectiva de entender o patrimônio de Brasília como mais amplo do que o núcleo modernista da cidade acompanha as análises de

²³² PESSÔA, op. cit.

²³³ BISPO, op. cit., p. 28-38.

²³⁴ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981*. Cria o Grupo de Trabalho para estudar, propor e adotar medidas que visem a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília.

²³⁵ RIBEIRO, op. cit.

²³⁶ PERPÉTUO, op. cit.

²³⁷ SILVA, op. cit.

²³⁸ RIBEIRO, op. cit.

autores como Sandra Ribeiro,²³⁹ Alex Silveira²⁴⁰ e Karina Ramos.²⁴¹ Ribeiro assinala que, para o Grupo, a importância cultural de Brasília abrangia todo o Distrito Federal e não apenas o Plano Piloto, pois nas investigações dessa iniciativa constavam

os primórdios das razões da mudança da capital, os artefatos produzidos pelos moradores que aqui ocupavam o espaço rural, a paisagem existente e modificada, a evolução de ocupação deste espaço desde as manifestações vernáculas de Brazlândia e Planaltina, a criação de cidades-satélites, os acampamentos de obras até a implantação e desenvolvimento do projeto modernista de Lucio Costa.²⁴²

O próprio discurso de ex-integrantes do GT-Brasília reforça uma ideia de inovação em considerar aspectos mais amplos do patrimônio do Distrito Federal. Isso está expresso em depoimentos que integram o livro do IPHAN intitulado *GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal*, publicado em 2016. Um tom de orgulho transparece na narração sobre o modo como os primeiros membros, na tentativa de entender o Distrito Federal, haviam iniciado o trabalho pela “periferia” em busca da ancestralidade do território.²⁴³

Entre esses relatos, chama a atenção a fala de Briane Bicca ao narrar o modo como, ainda em 1979, alguns dos futuros integrantes do GT-Brasília já teriam iniciado os estudos, mas “ao redor do objeto” – que era o Plano Piloto. Conforme Bicca, os trabalhos tiveram início

pelas fazendas antigas, pelos acampamentos, por Planaltina, por Brazlândia. O Márcio [Vianna] e a Yêda [Barbosa] andavam por esse DF todo, encontrando com gente da Emater em busca das antigas fazendas desse território. Se andou muito por essa periferia para ir vendo como podia ser feita essa aproximação com o Plano Piloto propriamente, dando-nos tempo para reflexão.²⁴⁴

Bicca sugere, em seu relato, que os integrantes não sabiam exatamente o que estavam buscando. Assim, nesse discurso, um ponto de apoio teria sido o entendimento do patrimônio como aquilo que seria antigo ou histórico no território, em uma busca por indicadores de como havia se formado o Distrito Federal.

²³⁹ RIBEIRO, op. cit., p. 79.

²⁴⁰ SILVEIRA, Alex Ricardo Medeiros da. *Entre calles e eixos: práticas de patrimônio nas cidades de Brasília e Havana*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília-UnB, 2010.

²⁴¹ RAMOS, op. cit.

²⁴² RIBEIRO, op. cit., p. 79.

²⁴³ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal*. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. Organização de Carlos M. Reis, Sandra B. Ribeiro e Thiago P. Perpétuo; texto Briane Bicca et al. Brasília: IPHAN, 2016.

²⁴⁴ IPHAN, op. cit., p. 23.

Em que pese o GT-Brasília ter lançado um olhar inédito sobre o patrimônio do Distrito Federal, Thiago Perpétuo entende que o Grupo pareceu incorporar narrativas consagradas sobre Brasília na escolha desse patrimônio.²⁴⁵ Para o autor, o GT teria se baseado na ideia de que a nova capital teria sido resultado de uma aspiração antiga de personagens ilustres, como José Bonifácio ou os Inconfidentes. Assim, na análise de Perpétuo, o GT-Brasília, ao empreender estudos em todo o território do Distrito Federal, selecionava o que poderia constituir a memória de Brasília a partir de determinadas referências históricas.²⁴⁶ A reflexão de Perpétuo associa as recomendações do GT-Brasília a certas imagens bastante associadas às narrativas patrimoniais de Brasília, como a de uma certa “pré-existência da capital” e a da construção da cidade como uma “aventura de contornos heroicos”, nos termos do autor.²⁴⁷

A bibliografia, contudo, é unânime ao destacar que uma importante contribuição do GT-Brasília reside no fato de o Grupo ter entendido o patrimônio do Distrito Federal como um conjunto a ser preservado pela proposta da preservação dinâmica. O GT, nesse sentido, estudou e referenciou quais seriam os atributos referentes ao Plano Piloto, mas também às antigas fazendas, aos centros urbanos originariamente goianos, aos antigos acampamentos de obras e à paisagem natural.

Outra discussão recorrente na bibliografia sobre como o GT-Brasília contribuiu para uma visão patrimonial mais ampla do Distrito Federal se refere ao caráter pluri-institucional do Grupo, assunto abordado por autores como Carlos Reis,²⁴⁸ Beatriz Couto²⁴⁹ e Karina Ramos.²⁵⁰ Os autores destacam especialmente a parceria firmada entre o GT-Brasília e o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DePHA), o órgão local do patrimônio derivado da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, que havia sido fundada em 1975.

A sintonia entre o DePHA e o GT-Brasília, conforme destaca Karina Ramos, se deu “tanto na troca de informações, quanto na composição de seus quadros, em que profissionais se revezavam e se sucediam durante todo o período de funcionamento do Grupo”.²⁵¹ Com relação a essa parceria, Carlos Reis²⁵² destaca como resultados mais

²⁴⁵ PERPÉTUO, op. cit., p. 176-177.

²⁴⁶ PERPÉTUO, op. Cit., p. 176-177.

²⁴⁷ PERPÉTUO, op. cit., p. 33-52.

²⁴⁸ REIS, op. cit.

²⁴⁹ COUTO, op. cit.

²⁵⁰ RAMOS, op. cit.

²⁵¹ RAMOS, op. cit., p. 74.

²⁵² REIS, op. cit., p. 124.

emblemáticos os tombamentos do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO) em 1985 pelo Decreto nº 9.036²⁵³ e o da Vila Planalto em 1988 pelo Decreto nº 11.079.²⁵⁴

Mais do que os tombamentos como um ato isolado, a interpretação da bibliografia sobre a parceria entre o GT-Brasília e o DePHA, muitas vezes, confere ao GT-Brasília um papel de divisor de águas com relação à notabilidade do órgão local. De modo similar, a atuação do DePHA nos anos 1980 muitas vezes se confunde com a do GT-Brasília devido às ações desenvolvidas em conjunto nos anos 1980. A percepção do GT-Brasília como motor para tombamentos locais aparece na pesquisa de Karina Ramos, por exemplo. A autora afirma que tombamentos realizados individualmente pelo DePHA, das construções de Planaltina em 1982 até os exemplares de madeira, sendo o último em 1998, “teriam sido ações impulsionadas pelos estudos do GT”.²⁵⁵ De fato, o Grupo recomendou a preservação de um conjunto de distintas referências no Distrito Federal, mas não podemos deixar de considerar iniciativas que ocorriam de forma paralela e eram independentes do GT-Brasília, conforme discutiremos mais a fundo no próximo tópico 1.2 deste capítulo.

Por fim, destaca-se que as recomendações gerais do GT-Brasília para a preservação de Brasília estão expressas no relatório síntese de 1985, revisto e publicado pelo IPHAN em 2016.²⁵⁶ Além disso, para um maior conhecimento acerca da contribuição do GT-Brasília com relação às recomendações para a preservação do Distrito Federal, a referência é o próprio livro do IPHAN,²⁵⁷ ou análises de autores, como Sandra Ribeiro,²⁵⁸ Thiago Perpétuo²⁵⁹ e Jéssica Silva.²⁶⁰

» A realização de uma proposta para a preservação de Brasília em debate

O GT-Brasília foi o responsável pela elaboração do dossiê de candidatura para a UNESCO. O documento, submetido em 1986, previa um repertório bastante amplo de manifestações culturais e naturais do Distrito Federal para preservação. Além do Plano Piloto, recomendava-se a proteção de antigas fazendas e centros urbanos origi-

²⁵³ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 9.036, de 13 de novembro de 1985*. Dispõe sobre o tombamento do conjunto do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO e dá outras providências.

²⁵⁴ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 11.079, de 21 de abril de 1988*. Dispõe sobre o tombamento do conjunto da Vila Planalto e dá outras providências.

²⁵⁵ RAMOS, op. cit., p. 75.

²⁵⁶ IPHAN, op. cit.

²⁵⁷ IPHAN, op. cit.

²⁵⁸ RIBEIRO, op. cit.

²⁵⁹ PERPÉTUO, op. cit.

²⁶⁰ SILVA, op. cit.

nariamente goianos, além dos antigos acampamentos de obras e da paisagem natural do Distrito Federal. Contudo, a legislação da proteção de Brasília, pela elaboração do Decreto nº10.829,²⁶¹ privilegiou o Plano Piloto como objeto de proteção, em uma abrupta mudança de rumos que excluiu a proposta do GT-Brasília, cujos trâmites são descritos e analisados por Thiago Perpétuo.²⁶²

Em linhas gerais, a comissão da UNESCO, ao avaliar o dossiê de candidatura elaborado pelo GT-Brasília, solicitou correções, especialmente com relação a uma maior precisão acerca do objeto a ser protegido e o método de proteção. A partir dessa solicitação e do curto tempo disponível, o então procurador-geral do Distrito Federal Humberto Gomes de Barros, com aval de José Aparecido de Oliveira, propôs a recuperação da Lei Santiago Dantas de 1960 como solução emergencial para delimitar a área a ser preservada. Perpétuo ressalta que “a estratégia jurídica acabou por consagrar o dito pelo não dito”,²⁶³ em referência ao modo como o plano-piloto da normativa de 1960 – referente ao plano diretor – foi resgatado em 1987 e reinterpretado como a área do atual núcleo denominado Plano Piloto.

Já a preservação por escalas resultou da ideia, defendida por Ítalo Campofiorito, de retomar uma proposta já expressa por Lucio Costa, conforme vimos neste texto. O modo como os trâmites se encaminharam, de acordo com Andrey Schlee, expressou um recurso frente às exigências impostas pela UNESCO e ao exíguo tempo para revisões.²⁶⁴ Além disso, conforme Thiago Perpétuo, representou também um modo de conferir certa historicidade às iniciativas preservacionistas da área atualmente denominada Plano Piloto de Brasília ao resgatar tanto uma ideia do plano original – as escalas – quanto uma normativa de 1960 – a Lei Santiago Dantas.²⁶⁵

Os ex-integrantes do GT-Brasília narram, em seus relatos de 2016, o mal-estar resultante desses novos encaminhamentos, pois a legislação elaborada era bastante diversa das propostas do Grupo. Maria Elaine Kohlsdorf relembra ter ficado surpresa quando soube dos procedimentos finais, e assim expressa:

neste momento eu vesti luto. Era como se tivessem traído o grupo e nós, voltando pra trás na trajetória democrática que o Brasil ainda iniciava, depois de um perí-

²⁶¹ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987*. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília.

²⁶² PERPÉTUO, op. cit., p. 182-200.

²⁶³ PERPÉTUO, op. cit., p. 189.

²⁶⁴ SCHLEE, op. cit., p. 94-95.

²⁶⁵ PERPÉTUO, op. cit., p. 182-200.

odo longo e negro. Porque foi um trabalho tão puro, tão honesto; fomos honestos e de repente, agredidos por esse encaminhamento. Sem diálogo nem defesa.²⁶⁶

Assim, as discussões expressas na bibliografia e também os relatos de ex-integrantes atestam como o Grupo é visto como inovador por ter considerado elementos além do Plano Piloto como objeto de preservação. Nota-se que esse olhar mais amplo do GT-Brasília representa um contraponto com o que foi de fato reconhecido como patrimônio de Brasília pelo Decreto nº 10.829, de 1987,²⁶⁷ o Plano Piloto e seu entorno imediato.

Conforme este tópico pretendeu demonstrar, a ideia de que a implantação de Brasília deveria seguir o projeto traçado por Lucio Costa acompanhou a cidade, desde a sua construção até seu tombamento. Os anos 1980 foram marcados pelo advento do GT-Brasília e suas recomendações de preservação para além do Plano Piloto de Brasília, resultando no dossiê de candidatura enviado à UNESCO em 1986. Contudo, consoante observamos, o tombamento acabou por privilegiar o Plano Piloto a partir da indicação de uma poligonal em que está inserido o núcleo urbano derivado do projeto de Lucio Costa. A preservação por escalas – monumental, residencial, gregária e bucólica – embasou o decreto de proteção distrital, a inscrição na agência das Nações Unidas e o tombamento federal, assim como suas sucessivas revisões.

A preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) e as consequências para a gestão patrimonial pelas normativas representa uma das várias faces da discussão sobre a preservação de Brasília. O patrimônio de Brasília, contudo, não se encerra no Plano Piloto, pois, além do CUB, temos outras manifestações reconhecidas como patrimônio pelo Distrito Federal. No próximo tópico, avançamos na análise do processo de fixação e tombamento de um desses locais, a Vila Planalto.

²⁶⁶ IPHAN, op. cit., p. 36.

²⁶⁷ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987*. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília.

1.2 Vila Planalto: marco patrimonial

Em meio às discussões para a preservação de Brasília ao longo dos anos 1980, entram em cena procedimentos para a fixação definitiva e tombamento de um aglomerado de antigos acampamentos de obras que resistia ao desmonte, a Vila Planalto. A discussão sobre o tombamento da Vila Planalto é essencial para este trabalho, pois representou um marco da inserção da memória da construção de Brasília em discursos de preservação.

A Vila Planalto é um núcleo urbano que foi reconhecido como patrimônio do Distrito Federal em 1988 pelo Decreto nº 11.079,²⁶⁸ em um ato que também garantiu a fixação da população moradora no local. A Vila Planalto pertence à Região Administrativa do Plano Piloto de Brasília – a RA I – e não constava no projeto de Lucio Costa para Brasília, o que pode ser entendido como um grande desvirtuamento do plano original. Em contraste com o conceito de Unidades de Vizinhança ordenadas que caracteriza parte da proposta para Brasília, a Vila Planalto advém de um conjunto de 22 antigos acampamentos de obras para dar apoio à construção da cidade, cuja implantação se deu a partir de 1956.

A partir de 1960, a Vila Planalto passou a ser considerada ilegal, assim como todos os demais antigos acampamentos de obras. Desde então, até 1988, o núcleo era constantemente ameaçado de destruição por sucessivos governos, e mesmo que projetos de remoção tenham sido eficientes na diminuição considerável do seu espaço, parte da ocupação conseguiu permanecer irregularmente no local por quase 30 anos. Esse complexo processo é analisado por Sandra Zarur,²⁶⁹ Christiane Coêlho²⁷⁰ e Matías Pacheco.²⁷¹ Para os autores, ao mesmo tempo em que houve a destruição de barracos para eliminação do espaço e a resistência de pessoas que permaneciam no local, houve também a chegada de outros moradores de melhor poder aquisitivo, atraídos pela localização privilegiada do núcleo.

²⁶⁸ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 11.079, de 21 de abril de 1988*. Dispõe sobre o tombamento do conjunto da Vila Planalto e dá outras providências.

²⁶⁹ ZARUR, Sandra Beatriz Barbosa. *A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília*. 1991. 234 f., il. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

²⁷⁰ COÊLHO, Christiane Machado. *Changements dans les coulisses de Brasília : les ambiguïtés du processus de maintien de Vila Planalto (1956-2006)*. Orientação : Robert Castel. École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris). Mémoire ou thèse (version d'origine). 1 vol. (495 f.) : ill. ; 29 cm. 2006.

²⁷¹ PACHECO, Matías. *Os limites da gentrificação na Vila Planalto*. 2015. 217 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

Atualmente, a Vila Planalto é composta majoritariamente por habitações individuais e pela relação direta entre as casas e a rua, assemelhando-se às cidades tradicionais do interior do Brasil. Ela está localizada entre a Praça dos Três Poderes e o Palácio da Alvorada, conforme ilustrado na figura 28 a seguir.

Figura 28. Localização da Vila Planalto entre a Praça dos Três Poderes e o Palácio da Alvorada



1. Plano Piloto de Brasília
2. Praça dos Três Poderes
3. Vila Planalto
4. Palácio da Alvorada

Fonte: Manipulação digital com base em imagem do Google Earth.

1.2.1 Embates na preservação da Vila Planalto

Parte da bibliografia sobre a Vila Planalto, como o trabalho precursor de Sandra Zarur de 1991²⁷² e outro mais recente, o de Sandra Ribeiro de 2005,²⁷³ discute como, a partir de 1985, o GT-Brasília se empenhou pela fixação do núcleo, levando adiante estudos para o seu tombamento. Para as autoras, a intervenção do GT-Brasília foi um canal de comunicação fundamental entre a população e os governantes.

²⁷² ZARUR, op. cit.

²⁷³ RIBEIRO, op. cit., p. 117-120.

Quanto ao papel da população residente, Ribeiro ressalta como ponto forte a existência de uma população que já estava organizada em Associações de Moradores na Vila Planalto, e reforça como essa especificidade favoreceu um trabalho em conjunto entre o GT-Brasília e moradores.²⁷⁴ Já Zarur assinala como a população, com orientação do GT-Brasília, soube agregar à justificativa pela preservação conceitos como “ritmo de Brasília”, “pioneirismo”, “desenvolvimento do Brasil” e “marcha para o oeste”.²⁷⁵ Assim, Zarur entende que a mediação do GT-Brasília agregou uma imagem heroica da construção de Brasília às demandas internas pela fixação.

A relação entre o GT-Brasília e a população da Vila Planalto é normalmente entendida pela bibliografia como sendo harmônica, como é o caso dos trabalhos de Zarur²⁷⁶ e Ribeiro.²⁷⁷ Mas Christiane Coêlho, em sua pesquisa de 2006, assinala como alguns dos moradores, a princípio, viam com desconfiança a ideia do tombamento, pois ansiavam por reformas em suas casas de madeira.²⁷⁸ A observação de Coêlho acena para um fato relevante, sugerindo que para os moradores interessava mais a regulamentação do núcleo do que o reconhecimento como patrimônio de Brasília.

A Vila Planalto, conforme já colocamos, está localizada em uma área privilegiada de Brasília, entre a Praça dos Três Poderes e o Palácio da Alvorada. Uma das principais polêmicas envolvendo a fixação da Vila Planalto, conforme Sandra Ribeiro, provém das contradições entre a proposta do GT-Brasília e a de Lucio Costa para a urbanização do espaço.²⁷⁹ Com o fim de entender essa contradição, devemos nos atentar para o fato de que o então governador José Aparecido de Oliveira, ao mesmo tempo em que sinalizou apoio aos trabalhos do GT-Brasília, convidou Lucio Costa para realizar uma avaliação da cidade e propor a sua expansão urbana. A partir do convite do então governador, Lucio Costa elaborou em 1985 o documento intitulado *Brasília Revisitada: Complementação, Preservação, Adensamento e Expansão Urbana*, ou simplesmente Brasília Revisitada.²⁸⁰

O documento propunha, entre outros projetos, a destruição da Vila Planalto tal qual ela existia para a criação das *Quadras Planalto* no local, um setor residencial que seria

²⁷⁴ RIBEIRO, op. cit., p. 117-120.

²⁷⁵ ZARUR, op. cit., p. 24.

²⁷⁶ ZARUR, op. cit.

²⁷⁷ RIBEIRO, op. cit.

²⁷⁸ COÊLHO, op. cit.

²⁷⁹ RIBEIRO, op. cit., p. 117-120.

²⁸⁰ COSTA, Lucio. *Brasília Revisitada 1985-87: Complementação, Preservação, Adensamento e Expansão Urbana*. GDF, Brasília, 1987

semelhante às Asas Norte e Sul. A proposta de Lucio Costa, conforme Sandra Ribeiro, representava um profundo contraste com os trabalhos em desenvolvimento pelo GT-Brasília, pois a fixação da Vila Planalto proposta pelo Grupo iria manter as características originais do espaço, contrariamente ao Brasília Revisitada.²⁸¹ A proposta do GT-Brasília, em linhas gerais, implicava a manutenção de um antigo acampamento de obras como parte de Brasília.

Os principais sujeitos envolvidos nos embates relativos à fixação da Vila Planalto são o GT-Brasília, Lucio Costa, o então governador José Aparecido, além da população residente e da mídia, como Christiane Coêlho enfatiza.²⁸² A autora salienta que a imprensa, provavelmente tomada pelos ares da recente redemocratização do país, deu grande cobertura aos eventos em torno do que ocorria na Vila Planalto com relação às propostas para a sua fixação.

Nesse sentido, além dos contrastes evidentes entre o Brasília Revisitada e a proposta do GT-Brasília, destaca-se outro evento ocorrido em 1986, movimentando a cobertura midiática: a *Carta da Leiliane*. Na ocasião, uma criança moradora da Vila Planalto, chamada Leiliane Rebouças, conseguiu entregar uma carta ao então presidente José Sarney em que rogava pela permanência da Vila e teve uma resposta favorável da parte do presidente. A mídia evidenciou esse evento, ao passo em que publicava também as mudanças anunciadas pelo Brasília Revisitada.

Assim, por um lado, o jornal *Correio Braziliense* noticiava, em 1986, a vitória da população da Vila Planalto pela fixação, apoiando-se principalmente nos acontecimentos em torno da carta da Leiliane. Uma manchete do jornal de 1986, por exemplo, era intitulada *Leiliane vence e a Vila Planalto fica onde está*,²⁸³ relacionando a ainda incerta fixação da Vila Planalto a uma conquista da criança. Por outro lado, em 1987, os croquis do Brasília Revisitada estampavam manchetes do mesmo jornal, assim como a opinião de Lucio Costa sobre as Quadras Planalto, “a única forma realista de fixação da Vila Planalto”.²⁸⁴ As oposições expressas no jornal *Correio Braziliense* em 1986 e em 1987 evidenciam os embates em torno da regulamentação do espaço, em especial porque qualquer proposta de fixação que não fosse resultante do Brasília Revisitada representaria um choque direto com Lucio Costa.

²⁸¹ RIBEIRO, op. cit., p. 99.

²⁸² COÊLHO, op. cit., p. 241-242.

²⁸³ LEILIANE vence e a Vila Planalto fica onde está. *Correio Braziliense*. Brasília, edição 8544A, Caderno Cidade, p. 20, 28 de agosto de 1986.

²⁸⁴ AS NOVAS formas de morar no Plano. *Correio Braziliense*. Brasília, edição 8723, Caderno Cidade, p. 17, 25 de fevereiro de 1987.

Ao final, o então governador José Aparecido voltou-se para a proposta do GT-Brasília de fixação da Vila Planalto em detrimento daquela de Lucio Costa. Esse movimento é interpretado por Christiane Coêlho como resultado principalmente de pressões da imprensa e da população de Brasília de modo geral, naquele momento simpatizante à regularização da Vila Planalto aos moldes da concepção do GT-Brasília. Conforme a autora

ações desse tipo – reconhecimento de uma carta de uma criança demandando a regularização de seu espaço de moradia como um espaço pioneiro da cidade – podem ser percebidas de modo positivo pela população nacional tanto como símbolo de mudança quanto de possibilidade de diálogo entre homens da política e movimentos sociais de base nesse novo regime político no país.²⁸⁵

A Vila Planalto foi tombada em 21 de abril de 1988. No Decreto nº 11.079,²⁸⁶ de tombamento, são elencados pontos principais para justificar a proteção do núcleo, por exemplo: a sua relevância como testemunha da construção de Brasília, o papel dos moradores como parte da história viva da cidade e o ambiente bucólico do espaço, em especial a sua área verde. O decreto considera as seguintes características a serem preservadas:

I – Preservação da característica de mimetização da Vila na paisagem, através da manutenção de sua vegetação; II – A área de tutela será *non aedificandi*, com preservação da cobertura vegetal do cerrado nativo e os trechos livres serão arborizados na forma de bosques de maneira a reforçar a presença da vegetação sobre as edificações; III – Preservação do traçado urbano original, caracterizado por quarteirões, ruas, largos e praças; IV – Preservação da identidade, pontos de encontro e relações de vizinhança próprias a cada um dos Acampamentos da Vila; V – Preservação da linguagem arquitetônica peculiar; VI – Preservação dos espaços de valor simbólico e referencial para a população e história do conjunto da Vila Planalto; VII – Preservação de sua estrutura urbana original, admitindo-se apenas a restauração das unidades em ruína.

As características físicas e simbólicas que relacionam a Vila Planalto ao período da construção de Brasília são valorizadas, em sintonia com a estratégia do GT-Brasília em agregar tais elementos à luta da população pela fixação. O decreto de tombamento também garantiu a fixação de moradores sob certas condições, e chama a atenção o fato de praticamente impedir novas construções em áreas vazias, denominando-as como *non aedificandi*, além de, a princípio, impedir a substituição das casas de madeira. Porém, a despeito do decreto, atualmente apenas alguns exemplares da Vila

²⁸⁵ COÊLHO, op. cit., p. 241-242.

²⁸⁶ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 11.079 de 21 de abril de 1988*. Dispõe sobre o tombamento do conjunto da Vila Planalto, e dá outras providências.

Planalto conservam o material construtivo original, como a Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompeia e um conjunto de construções denominado Fazendinha.

1.2.2 Por que, além da fixação, o tombamento da Vila Planalto?

A pergunta que intitula este subtópico é pouco explorada na bibliografia. Boa parte dos autores, como Sandra Zarur²⁸⁷ Sandra Ribeiro²⁸⁸ e Christiane Coêlho,²⁸⁹ concentra-se no percurso da Vila Planalto, explorando principalmente a sua evolução de ilegalidade a patrimônio histórico. As autoras evidenciam, em especial, a resistência da população em deixar o local, a parceria de moradores estabelecida com o GT-Brasília e o papel da mídia e de atores políticos, conforme visto no item anterior.

A fixação e o tombamento da Vila Planalto aparecem na análise de Ribeiro como um trunfo importante do GT-Brasília à revelia de Lucio Costa,²⁹⁰ aspecto que também compõe a narrativa de alguns ex-integrantes do GT. A ex-integrante Maria Elaine Kohlsdorf, por exemplo, aponta que “o trabalho [do GT-Brasília] foi ímpar, lindíssimo e exemplar de como se trabalha projeto de preservação com os moradores [referindo-se à experiência com a Vila Planalto]”.²⁹¹

Já outra ex-integrante, Briane Bicca, cita expressamente a reação de Lucio Costa com relação à ideia de manutenção da Vila Planalto. O urbanista, ao ouvir de membros do GT sobre a necessidade de fixação do núcleo pelo seu valor histórico, segundo Bicca, teria sido categoricamente contra, argumentando que “não, aquilo ali, junto do lago, deve ser destinado para uma população de mais alto poder aquisitivo”.²⁹² A partir do discurso das ex-integrantes, identificamos a exaltação de uma vitória do GT-Brasília em parceria com a população original da Vila Planalto, em oposição ao que teria sido, aos olhos das depoentes, a proposta de Lucio Costa caso fosse levada adiante.

Ainda que as Quadras Planalto não tenham vingado, a opinião de Lucio Costa com relação à fixação da Vila Planalto não foi ignorada, pois, conforme menciona Sandra Ribeiro, foi a partir de negociações com o arquiteto representante do SPHAN, Augusto Telles, que Costa acabou por acatar a proposta do GT.²⁹³ O “aceite” de Lucio Costa,

²⁸⁷ ZARUR, op. cit.

²⁸⁸ RIBEIRO, op. cit.

²⁸⁹ COÊLHO, op. cit.

²⁹⁰ RIBEIRO, op. cit., p. 117.

²⁹¹ IPHAN, op. cit., p. 33.

²⁹² IPHAN, op. cit., p. 33.

²⁹³ RIBEIRO, op. cit., p. 99.

contudo, não parece ser apenas um detalhe na complexa trajetória da fixação da Vila Planalto. Nesse sentido, destacamos três pontos que consideramos essencial problematizar e que, em parte, buscam responder à pergunta lançada no título deste item: *Por que, além da fixação, o tombamento da Vila Planalto?*

Em primeiro lugar, indagamos o que teria feito Lucio Costa mudar de ideia e abrir mão das Quadras Planalto. Talvez o urbanista, percebendo o direcionamento político da fixação da Vila Planalto, tenha decidido acatar o modelo proposto pelo GT-Brasília, mostrando-se favorável a mudanças no Brasília Revisitada. Em segundo lugar, cabe questionar a necessidade, por parte dos agentes envolvidos na fixação da Vila Planalto – como o SPHAN e o então governador José Aparecido –, de legitimar a regularização do núcleo pela validação de um dos protagonistas de Brasília. Ao que nos parece, em última instância, esses agentes careciam da anuência final de Lucio Costa, como se o urbanista detivesse poderes sobre o destino de Brasília.

Além disso, após o tombamento da Vila Planalto, a cobertura da mídia envolvendo o caso não cessou, e a imprensa noticiou indicativos do que Lucio Costa esperava para o local – reforçando a ideia de que o urbanista detinha, de fato, poderes sobre o destino de Brasília. O jornal *Correio Braziliense* publicou uma matéria em 1988 com a manchete *Lucio Costa fica sem Quadras Planalto*,²⁹⁴ indicando uma derrota pessoal do urbanista. Contudo, em seu relato para o jornal, Costa se mostrou conformado com a ideia, pois apontou diretrizes para a continuidade do núcleo. Para ele, do ponto de vista social, a ocupação da Vila Planalto deveria “garantir permanência aos antigos moradores que chegaram com o início da construção”.²⁹⁵ Já no plano histórico, Costa pontua ser essencial a preservação de alguns exemplares de madeira e da estrutura urbana que caracteriza o espaço.²⁹⁶ Nesse sentido, verifica-se que o urbanista incorporou um aspecto da vitória dos construtores de Brasília na história oficial da cidade.

A mesma reportagem do jornal *Correio Braziliense* acena para outro ponto relevante da discussão sobre por que a Vila Planalto foi efetivamente *tombada*, e não apenas *regularizada*, característica que a diferencia dos demais antigos acampamentos de obras fixados – o que nos leva ao terceiro e último ponto. Na matéria do jornal, Carlos Magalhães, então secretário de Viação de Obras, garantiu que iria “seguir à risca o decreto de tombamento” com relação à definição dos limites do espaço.²⁹⁷ Essa declara-

²⁹⁴ OLIVEIRA, Denise. Lucio Costa fica sem Quadras Planalto. *Correio Braziliense*. Brasília, edição 9.229, Caderno Cidade, p. 28, 24 de julho de 1988.

²⁹⁵ OLIVEIRA, op. cit., p. 28.

²⁹⁶ OLIVEIRA, op. cit., p. 28.

²⁹⁷ OLIVEIRA, op. cit., p. 28.

ção parece responder aos anseios de Lucio Costa, que ao mesmo tempo em que propôs modos de continuidade da Vila Planalto, também demonstrou inquietação, alegando existir o risco de o espaço entre o Palácio do Planalto e a Praça dos Três Poderes se tornar “um extenso segmento de casarios”.²⁹⁸ Nota-se uma preocupação com o descontrole da ocupação da Vila Planalto caso houvesse apenas a fixação, situação que poderia ser contornada pelas normas do tombamento, segundo a promessa de Carlos Magalhães.

A proposta da fixação da Vila Planalto em 1988, no fundo, significava uma desvirtuação gritante do dito projeto original, especialmente por estar o núcleo localizado na poligonal que havia sido reconhecida como patrimônio no ano anterior. O tombamento da Vila Planalto, assim, pode ser visto como uma solução frente às inquietações demonstradas por Lucio Costa e outros gestores, como Carlos Magalhães. Nessa perspectiva, o tombamento significou um instrumento de controle, a fim de impedir possíveis expansões descontroladas do núcleo ao delimitar limites e definir a manutenção de determinadas características.

O depoimento da ex-integrante do GT-Brasília Yêda Barbosa confirma a hipótese do tombamento como instrumento de controle, pois, em sua narrativa,

a Vila Planalto, efetivamente no resultado final, ela foi tombada. Ou ela fica tombada ou ela sai. Então fica tombada, graças a Deus existe tombamento, vamos lá, tomba, para ela poder ficar.²⁹⁹

Em suma, ou a Vila Planalto estaria submetida a um controle governamental no núcleo por meio do tombamento, ou ela seria erradicada. Nesse sentido, e conforme Christiane Coêlho, a população que havia se mostrado resistente ao tombamento acabou por acatar a ideia, ao perceber tratar-se do único recurso para a fixação.³⁰⁰

Os procedimentos que levaram à fixação e tombamento da Vila Planalto em 1988, conforme vimos, são muitas vezes interpretados como uma exitosa parceria entre o GT-Brasília e moradores organizados, como é o caso da pesquisa de Sandra Zarur.³⁰¹ Além disso, Sandra Ribeiro³⁰² e Christiane Coêlho³⁰³ consideram o momento político

²⁹⁸ OLIVEIRA, op. cit., p. 28.

²⁹⁹ IPHAN, op. cit., p. 36.

³⁰⁰ COÊLHO, op. cit.

³⁰¹ ZARUR, op. cit.

³⁰² RIBEIRO, op. cit., p. 117-120.

³⁰³ COÊLHO, op. cit., p. 241-242.

favorável à fixação, pois, com o fim do regime militar em 1984, o país atravessava novas possibilidades baseadas na participação popular.

Por fim, as narrativas expressas na bibliografia, em matérias de jornal e em relatos de ex-integrantes do GT-Brasília possibilitaram uma reflexão sobre por que a Vila Planalto foi efetivamente tombada, e não apenas fixada. Conforme destacamos, o tombamento parece ter sido mobilizado como um instrumento de controle do espaço, pois a continuidade da Vila Planalto representava um contraste com o projeto original e com a perspectiva de Lucio Costa para o local. Ainda assim, conforme discutido, a necessidade de aprovação final do urbanista com relação ao destino da Vila Planalto reforça o controle simbólico que ele possuía com relação à evolução de Brasília.

1.3 O patrimônio local em processo

As construções tombadas em Brasília que fazem parte de nossa pesquisa são tuteladas majoritariamente pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC), e os dossiês de tombamento encontram-se sob a égide da Diretoria de Preservação (DIPRES). Vinculada à SECEC, a DIPRES foi criada após sucessivas estruturas institucionais que deram continuidade a um trabalho iniciado em 1975 pela criação da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, que era subordinada à então Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. O órgão do patrimônio local, desde então, alternou momentos de maior e menor prestígio, além de ter sofrido alterações tanto estruturais quanto de nomenclatura.

Ainda que nosso objeto de estudo seja o conjunto dos 12 dossiês de tombamento, o conhecimento da instituição que os produziu é essencial. Conforme Carlos Bacellar, o pesquisador que trabalha com arquivos “deveria ter preocupações em conhecer o funcionamento da máquina administrativa para o período que pretende pesquisar e estar ciente, por exemplo, das mudanças de nomenclatura e competências das repartições ao longo do tempo”.³⁰⁴ Esta análise, assim, se concentra nas competências, limites e marcos relativos à gestão patrimonial local.

Esta análise beneficiou-se de material fundamental cedido pela DIPRES – como os organogramas e informações sobre o período de diretorias. Esse material foi elaborado pelos profissionais da DIPRES e encontrava-se ainda em processo de atualização até o momento de finalização desta tese (2021). Portanto, algumas informações apresentadas neste texto podem ser passíveis de revisão conforme avançam as pesquisas internas nessa diretoria.

O material elaborado pela DIPRES deixa transparecer algumas lacunas na trajetória da instituição do patrimônio de Brasília, como a incerteza da duração da gestão de diretores e mudanças na hierarquia do órgão que não estão expressas em nenhum decreto. Nesse ponto, percebe-se um claro contraste com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A história e a trajetória do IPHAN são constantemente analisadas e revisitadas, sendo o órgão federal objeto de pesquisas de peso, como as

³⁰⁴ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 44.

de Silvana Rubino,³⁰⁵ Márcia Chuva,³⁰⁶ Marcia Sant'Anna,³⁰⁷ Maria Cecília Fonseca³⁰⁸ e Mariza Veloso Santos.³⁰⁹ Para além da bibliografia, a própria narrativa contada pelo IPHAN, tanto em publicações quanto em seu *site* institucional, encarrega-se em atualizar e destacar momentos em seu trajeto.³¹⁰

Por sua vez, as questões relativas ao órgão do patrimônio de Brasília seguem pouco exploradas em pesquisas, mas algumas contribuições são essenciais para embasar nossa discussão. É o caso dos trabalhos de Carlos Reis³¹¹ e de Beatriz Couto,³¹² que analisam questões relativas à gestão patrimonial local e discutem, conseqüentemente, a estruturação e a atuação da instituição do patrimônio de Brasília. A nossa análise busca avançar em questões levantadas pela bibliografia, que normalmente se concentram no período de maior relevância institucional do órgão – anos 1980 – ou na sua atuação específica com relação ao Conjunto Urbanístico de Brasília.

A criação da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal no âmbito da Secretaria de Educação e Cultura, pelo Decreto nº 2.893, de 1975,³¹³ foi a primeira ação institucional local cujas ações visavam à identificação, proteção e gestão do patrimônio de Brasília. Entre as competências dessa divisão, estava: “(...) III. Tombar documentos, edifícios e acervos de valor histórico e artístico do Distrito Federal; IV. Conservar monumentos e obras de arte de valor histórico e artístico do Distrito Federal (...)”³¹⁴

Em suma, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal responderia tanto pela identificação de bens de valor cultural quanto pela sua proteção, em semelhança às atribuições desempenhadas pelo IPHAN – então SPHAN – em nível

³⁰⁵ RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. 1992. [209]f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992.

³⁰⁶ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

³⁰⁷ SANT'ANNA, Marcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990*. Salvador: Oiti Editora, 2014.

³⁰⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

³⁰⁹ SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a academia SPHAN: a relação entre o modernismo e o barroco*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

³¹⁰ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Comunicação*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/273>> Acesso em: 12 set. 2019.

³¹¹ REIS, op. cit.

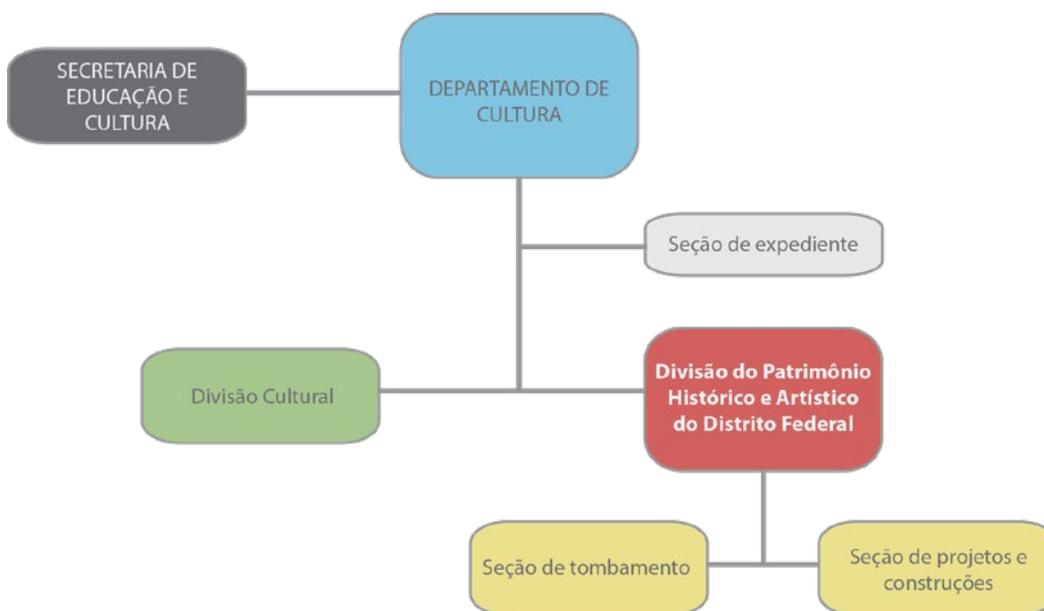
³¹² COUTO, op. cit.

³¹³ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 2.893, de 13 de maio de 1975*. Aprova o Regimento da Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências.

³¹⁴ DISTRITO FEDERAL, *Decreto nº 2.893, de 13 de maio de 1975*. Aprova o Regimento da Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências.

federal. O primeiro diretor dessa divisão foi Sérgio Neto, e a figura 29, a seguir, ilustra o organograma da instituição quando da sua criação, em 1975.

Figura 29. Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal pelo Decreto nº 2.893, de 1975



Fonte: formulação a partir de organograma fornecido pela DIPRES.

Em 1978, quando o arquivista Walter Mello assumiu a diretoria do órgão, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal deu um importante passo com relação a um maior desenvolvimento de suas atribuições. Mello destacou-se no cargo, entre 1978 e 1986, e enquanto arquivista, interessava-se primordialmente pelos vestígios em madeira do período da construção de Brasília. Pensando na proteção desses vestígios, idealizou um projeto denominado *Raízes Históricas*, que, conforme a reportagem de 1980 do jornal *Correio Braziliense*, intitulada *E a memória de Brasília? Monumentos históricos jazem sob o efeito implacável do tempo*,³¹⁵ tinha como intuito o tombamento e recuperação de algumas construções em madeira, como igrejas e escolas.

Conforme depoimento de Walter Mello para a reportagem,

há uma preocupação da Secretaria de Educação em preservar os pontos históricos de Brasília. Por isso, a recuperação da igreja da Metropolitana, da Escola

³¹⁵ ARAÚJO, Carlos. E a memória de Brasília? Monumentos históricos jazem sob o efeito implacável do tempo. *Correio Braziliense*. Brasília, edição 6.246, Caderno Fim de semana, p. 3, 16 mar. 1980.

Julia Kubitschek e de núcleos pioneiros está dentro do plano de comemoração dos vinte anos de Brasília.³¹⁶

Além de construções em madeira, o projeto da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal previa a preservação do núcleo histórico de Planaltina e da Cachoeira Saia Velha, por exemplo.³¹⁷ A proposta de registrar tanto as origens do território do Distrito Federal quanto os primórdios da construção de Brasília é evidente, e nota-se o desenvolvimento de um discurso patrimonial que marcaria os anos subsequentes da instituição, em especial pela definição de valores e critérios de preservação.

A proposta de Walter Mello fazia coro com outras iniciativas do período com relação ao estudo de vestígios da época da construção de Brasília. Como exemplo, temos o *Estudo da Construção de Brasília*, de Aloísio Magalhães, em 1979, ainda no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Conforme análise de Thiago Perpétuo, a proposta de Magalhães era o levantamento e documentação de arquivos referentes ao período inicial da construção da cidade,

considerando também o que estava sendo entendido como modo específico de vida dos candangos da Cidade Livre, atual Região Administrativa do Núcleo Bandeirante, e dos canteiros de obra, propondo-os como primeiros elementos socioculturais marcantes da identidade local.³¹⁸

Além da iniciativa de Aloísio Magalhães, outro trabalho sobre a permanência de vestígios da construção de Brasília estava em curso na Universidade de Brasília no final dos anos 1970, o de Muhdi Koosah, professor serra-leonês da faculdade de Arquitetura e Urbanismo. A pesquisa de Koosah era intitulada *Proposta para uma documentação (historiográfica) dos assentamentos humanos construídos precários e/ou deteriorados do DF*, e, conforme Jéssica Silva tinha, como intuito abordar antigos acampamentos de obras e ocupações irregulares já em uma perspectiva de preservação.³¹⁹

Essas iniciativas, todas concentradas no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, demonstram que o interesse por exemplares arquitetônicos e elementos sociais da época da construção de Brasília estava em ascensão. Nessas propostas, destaca-se não só o anseio do registro da memória da construção de Brasília, mas também a alegação de um potencial turístico não explorado nesses espaços. O próprio Walter Mello, no

³¹⁶ ARAÚJO, op. cit., p. 3.

³¹⁷ ARAÚJO, op. cit., p. 3.

³¹⁸ PERPÉTUO, op. cit., p. 156.

³¹⁹ SILVA, op. cit., p. 127.

Projeto Raízes, previa incrementar o turismo em Brasília pelo tombamento de algumas construções, além de transformar casas de madeira no Núcleo Bandeirante que estivessem em bom estado em museus.³²⁰ Assim, Walter Mello buscou aliar a preservação desses exemplares de madeira ao desenvolvimento turístico local.

Na gestão de Mello, entre 1978 e 1986, os procedimentos para o tombamento das construções em Planaltina tomaram forma, e, em 1982, foram tombados o Museu Histórico e Artístico de Planaltina,³²¹ a Igreja São Sebastião de Planaltina³²² e a Pedra Fundamental de Planaltina.³²³ Nesse mesmo ano de 1982, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal efetuou o tombamento da Igreja Nossa Senhora de Fátima, conhecida como Igrejinha,³²⁴ e do Museu da Cidade,³²⁵ edificações localizadas no Plano Piloto. Em seguida, em 1985, foi tombado o Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira.³²⁶

Além disso, em 1981, o GT-Brasília havia sido criado, sendo Walter Mello um dos integrantes fundadores. Em seguida, em 1983 houve uma reestruturação da instituição local do patrimônio, e a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal tornou-se o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DePHA), pelo Decreto nº 7.451.³²⁷ A figura 30, a seguir, ilustra o organograma do DePHA em 1983.

³²⁰ ARAÚJO, op. cit., p. 3.

³²¹ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 6.939, de 19 de agosto de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, Distrito Federal e respectivo mobiliário histórico.

³²² DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 6.940, de 19 de agosto de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório da Igreja de São Sebastião – Planaltina, Distrito Federal.

³²³ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 7.010, de 7 de setembro de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório da Pedra Fundamental do Distrito Federal e seu entorno.

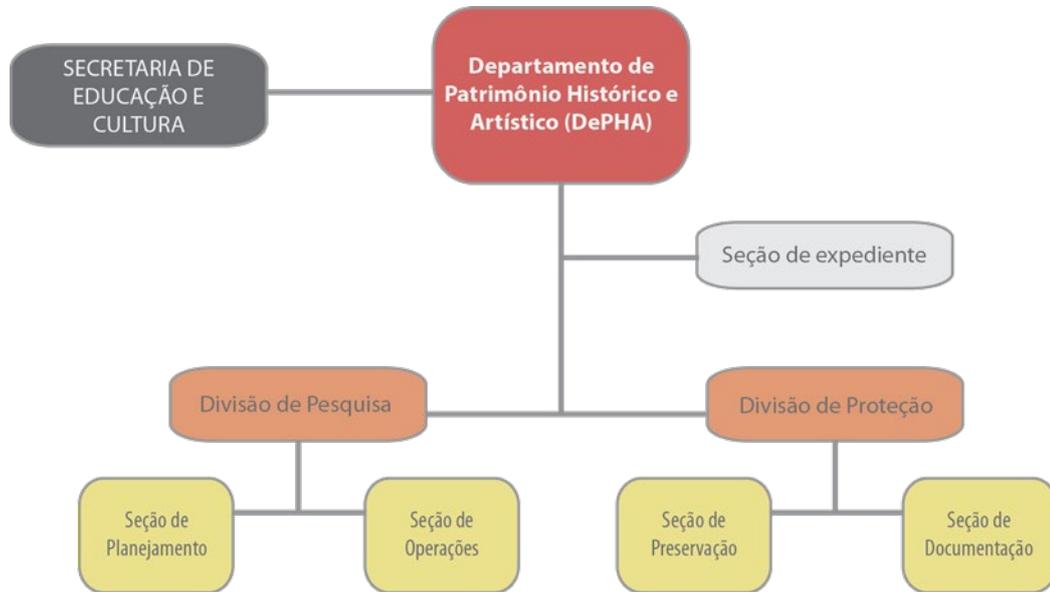
³²⁴ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 6.717, de 28 de abril de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório da Igreja Nossa Senhora de Fátima.

³²⁵ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 6.718, de 28 de abril de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório do Museu da Cidade.

³²⁶ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 9.036, de 13 de novembro de 1982*. Dispõe sobre o tombamento do conjunto do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO e dá outras providências.

³²⁷ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 7.451, de 23 de março de 1983*. Extingue e cria Órgãos na Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, e dá outras providências.

Figura 30. O DePHA pelo Decreto nº 7.451, de 1983



Fonte: formulação a partir de organograma fornecido pela DIPRES.

O DePHA, conforme Karina Ramos, era mais bem equipado do que a divisão que o precedeu, o que, para a autora, é uma consequência imediata da criação, em 1981, do GT-Brasília, que promoveu movimentações institucionais em prol do estudo do patrimônio da cidade.³²⁸ No entanto, conforme lembra Carlos Reis, os trabalhos do GT-Brasília nos primórdios de sua atuação haviam ficado restritos a setores internos dos órgãos envolvidos. O autor discute como esse cenário modifica-se apenas em 1985, quando José Aparecido de Oliveira foi nomeado governador do Distrito Federal e incluiu o Grupo em sua agenda política.³²⁹ O GT-Brasília, assim, pode certamente ter impulsionado uma reestruturação do órgão local do patrimônio, mas não foi o único fator envolvido. Não podemos ignorar, por exemplo, o destaque da atuação de Walter Mello desde o final dos anos 1970 à frente da Divisão do Patrimônio, além de sua continuidade como diretor do DePHA até 1986.

A relação entre o GT-Brasília e o DePHA é entendida na bibliografia como tendo sido marcada por cooperação mútua, conforme observamos em diferentes pontos do tópico 1.1 deste capítulo. Em linhas gerais, essa parceria exitosa resultou nos estudos para elaboração do dossiê de candidatura de Brasília a Patrimônio Mundial pela UNESCO, assim como em tombamentos locais. Entre eles, Carlos Reis destaca os do Hospital

³²⁸ RAMOS, op. cit., p. 75.

³²⁹ REIS, op. cit.

Juscelino Kubitschek de Oliveira em 1985 e da Vila Planalto, em 1988³³⁰ – sendo que o tombamento da Vila Planalto ocorreu na gestão de Sílvio Cavalcante, que sucedeu à de Walter Mello. Além disso, Sandra Zarur³³¹ e Sandra Ribeiro³³² destacam que as ações do DePHA e do GT-Brasília na Vila Planalto foram acompanhadas por um importante diálogo com a população, o que, para as autoras, representou um ponto positivo nas práticas patrimoniais em Brasília.

Ao tombamento do HJKO, em 1985, seguiu-se a transferência da sede do DePHA para o antigo conjunto hospitalar. Segundo Sandra Ribeiro, isso permitiu o acompanhamento, por parte do DePHA, das intervenções no antigo hospital para transformação no Museu Vivo da Memória Candanga, inaugurado em 1990.³³³ Além disso, conforme aponta Carlos Reis, essa transferência da sede favoreceu o desenvolvimento de um projeto mais amplo de recuperação de outras construções de madeira que remontam ao período da edificação de Brasília.³³⁴

O projeto da intervenção no Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira para sua reutilização como museu foi de autoria de integrantes do DePHA na gestão do arquiteto Sílvio Cavalcante, diretor do órgão entre 1986 e 1995. Sua gestão, a mais longa da história do órgão, teve como uma característica a continuidade da sua antecessora quanto ao tombamento de vestígios da construção de Brasília, tendo sido tombado todo o conjunto urbano da Vila Planalto em 1988³³⁵ e a Igreja São Geraldo do Paranoá, em 1993.³³⁶ Ambos os tombamentos estão inseridos na ideia da valorização da memória da construção de Brasília, que faz referência a um processo mais amplo da atuação do órgão local.

Ainda assim, em um período bastante marcado pela discussão em torno de vestígios da construção de Brasília, a gestão de Sílvio Cavalcante tombou o Relógio de Taguatinga em 1989,³³⁷ em resposta à demanda da população. Isso sugere que houve uma ampliação das possibilidades patrimoniais em Brasília, em especial se considerarmos que a atuação inicial do órgão estava bastante focada nas origens do território e no período

³³⁰ REIS, op. cit., p. 219.

³³¹ ZARUR, op. cit.

³³² RIBEIRO, op. cit.

³³³ RIBEIRO, op. cit., p. 84.

³³⁴ REIS, op. cit., p. 124.

³³⁵ DISTRITO FEDERAL. *Decreto n° 11.079, de 21 de abril de 1988*. Dispõe sobre o tombamento do conjunto da Vila Planalto e dá outras providências.

³³⁶ DISTRITO FEDERAL. *Decreto n° 15.156, de 27 de outubro de 1993*. Dispõe sobre o tombamento da Igreja São Geraldo, e dá outras providências.

³³⁷ DISTRITO FEDERAL. *Decreto n° 11.823, de 18 de setembro de 1989*. Dispõe sobre o Tombamento do Relógio da Praça Central de Taguatinga, e dá outras providências.

da construção de Brasília. Já no Plano Piloto, no mesmo período, foram tombados a Árvore do Buriti em 1985,³³⁸ o Memorial JK em 1986³³⁹ e a Escola Classe da 308 Sul em 1988.³⁴⁰ Também em 1988 foi tombada a Ermida Dom Bosco, no Lago Sul.³⁴¹

O DePHA passou por reestruturações importantes ao longo da gestão de Sílvio Cavalcante. Em 1986, o órgão havia se tornado a Coordenação do Programa de Patrimônio Cultural pelo Decreto nº 9.798,³⁴² mas dois anos mais tarde, em 1988, voltou a ser o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal pelo Decreto nº 11.176.³⁴³

A reintrodução da nomenclatura DePHA provavelmente espelha o prestígio que o órgão já havia conquistado pelas ações empreendidas ao longo dos anos 1980. Conforme vimos, a atuação do órgão nessa década destacou-se tanto pelas ações em conjunto com o GT-Brasília quanto por importantes tombamentos realizados em nível local, o que lhe deu visibilidade política e social. As figuras 31 e 32, a seguir, ilustram as reestruturações do DePHA em 1986 e em 1988.

Figura 31. A Coordenação do Programa de Patrimônio Cultural pelo Decreto nº 9.798, de 1986



Fonte: da autora, a partir de organograma fornecido pela DIPRES.

³³⁸ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 8.623, de 30 de maio de 1985*. Dispõe sobre o tombamento provisório da árvore Buriti plantada na Praça do mesmo nome, e dá outras providências.

³³⁹ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 9.411, de 20 de abril de 1986*. Dispõe sobre o tombamento do Memorial JK e dá outras providências.

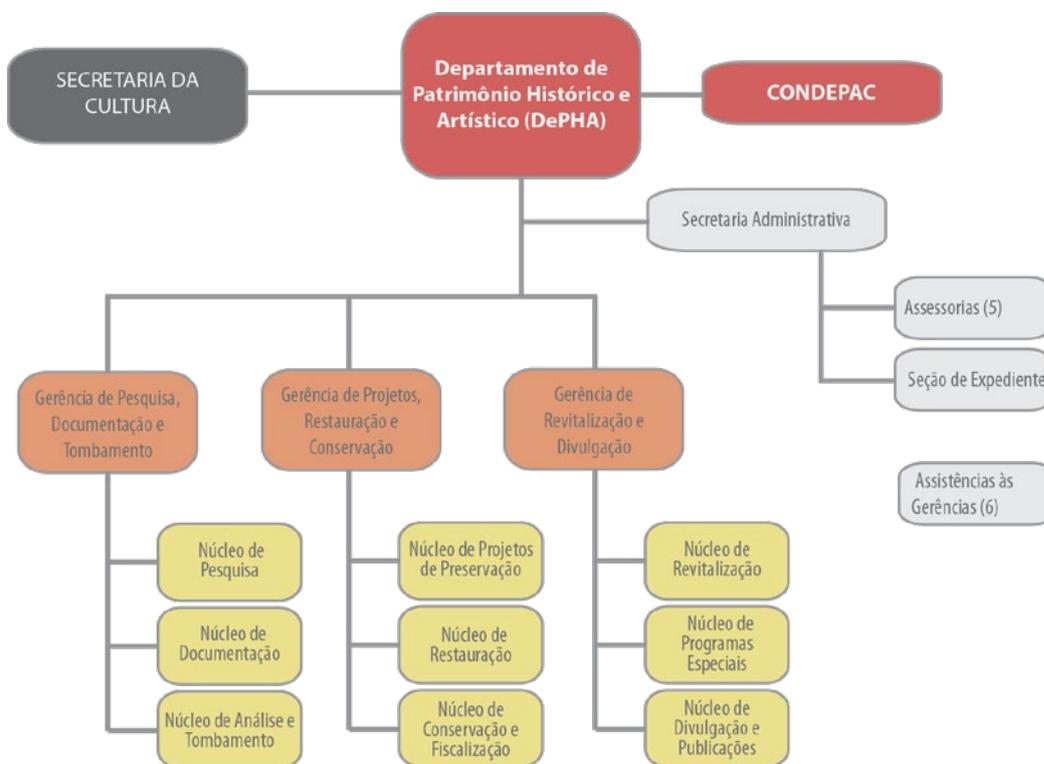
³⁴⁰ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 11.234, de 2 de setembro de 1988*. Dispõe sobre o tombamento da Escola Classe 308 Sul.

³⁴¹ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 11.032, de 2 de março de 1988*. Dispõe sobre o tombamento da Ermida "Dom Bosco" e dá outras providências.

³⁴² DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 9.798, de 13 de outubro de 1986*. Aprova o Regimento da Secretaria da Cultura, cria funções do Grupo Direção e Assessoramento Superiores e do Grupo Direção e Assistência Intermediárias, na Tabela de Pessoal do Distrito Federal, e dá outras providências.

³⁴³ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 11.176, de 29 de julho de 1988*. Extingue Órgãos nas Secretarias de Educação e da Cultura e cria o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal DePHA/DF, e dá outras providências.

Figura 32. O DePHA pelo Decreto nº 11.176, de 1988



Fonte: formulação a partir de organograma fornecido pela DIPRES.

O texto do Decreto de nº 11.176 de 1988³⁴⁴ justifica essa reformulação pela necessidade de tornar o órgão à altura das exigências com relação ao reconhecimento de Brasília como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1987. Conforme o texto normativo, a reestruturação foi realizada considerando, primeiramente, “o compromisso assumido pelo Governo do Distrito Federal, junto à Unesco, de assegurar a preservação do seu patrimônio cultural, condição indispensável para a inscrição de Brasília na lista de bens do Patrimônio da Humanidade”.³⁴⁵ O decreto considerava ainda a necessidade do Governo do Distrito Federal em ter “em sua estrutura administrativa um órgão capaz de executar com agilidade e eficiência a política de preservação do Distrito Federal”.³⁴⁶

A reformulação do DePHA em 1988, conforme mostrou a figura 32, havia criado também um Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural (CONDEPAC), mas ele foi ex-

³⁴⁴ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 11.176, de 29 de julho de 1988*. Extingue Órgãos nas Secretarias de Educação e da Cultura e cria o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal DePHA/DF, e dá outras providências.

³⁴⁵ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 11.176, de 29 de julho de 1988*. Extingue Órgãos nas Secretarias de Educação e da Cultura e cria o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal DePHA/DF, e dá outras providências.

³⁴⁶ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 11.176, de 29 de julho de 1988*. Extingue Órgãos nas Secretarias de Educação e da Cultura e cria o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal DePHA/DF, e dá outras providências.

tinto no ano seguinte pela Lei nº 49.³⁴⁷ Após a extinção do conselho, em 1989, houve novas articulações para a sua recriação em 1993³⁴⁸ e em 1994,³⁴⁹ sem sucesso. Apenas nos anos 2010 o assunto voltou a ser pauta, e um novo CONDEPAC foi instituído em 2017.³⁵⁰

Em meio à reorganização interna do DePHA pelo Decreto nº 11.176³⁵¹ em 1988, o Distrito Federal dá um novo passo em direção à formulação de uma legislação local sobre o patrimônio cultural. A promulgação da Constituição Federal em 1988 abriu caminhos para que o DF pudesse dar início à viabilização de sua autonomia política, pois, até então, uma comissão no Senado Federal era responsável pela elaboração de leis locais. Em 1989, instituiu-se uma legislação distrital específica para proteção do patrimônio, a Lei nº 47, de 2 de outubro de 1989,³⁵² a qual dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural, regulamentando o processamento e os efeitos do tombamento.

O Distrito Federal, até então, não possuía competência para legislar sobre tombamentos, mas, sim, para expedir atos administrativos e decretos de efeitos práticos. Em outras palavras, o Distrito Federal possuía, desde o princípio, a competência administrativa para realizar tombamentos e adotar outras medidas com a finalidade de preservar o patrimônio cultural. Esses tombamentos eram realizados com fundamento na Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, a Lei Santiago Dantas, mais especificamente seu artigo 3º, que conferiu expressamente ao DF a competência para “(...) III – Proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico”.³⁵³ Nesse sentido, os tombamentos locais já efetuados não haviam sido pautados por nenhuma legislação distrital que normatizasse os critérios de preservação ou que previsse seus efeitos.

Inclusive, até mesmo o Decreto nº 10.829, de proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), de 1987, foi expedido sem que houvesse uma legislação específica

³⁴⁷ DISTRITO FEDERAL. *Lei nº 49, de 25 de outubro de 1989*. Altera a estrutura da administração do Distrito Federal, extingue órgãos e dá outras providências.

³⁴⁸ DISTRITO FEDERAL. *Portaria de 30/12/1993*. Constitui Comissão Especial com o objetivo de proceder estudos para a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

³⁴⁹ DISTRITO FEDERAL. *Portaria de 27/05/1994*. Prorroga o prazo da Portaria 28/02/1994, que prorrogou o prazo da Portaria de 30/12/1993, que constitui Comissão Especial com o objetivo de proceder estudos para a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

³⁵⁰ DISTRITO FEDERAL. *Lei Complementar 934, de 7 de dezembro de 2017*. Institui a Lei Orgânica da Cultura dispendo sobre o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal.

³⁵¹ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 11.176, de 29 de julho de 1988*. Extingue Órgãos nas Secretarias de Educação e da Cultura e cria o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal DePHA/DF, e dá outras providências.

³⁵² DISTRITO FEDERAL. *Lei nº 47, de 2 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural.

³⁵³ BRASIL. *Lei nº 3.751, de 13 de abril 1960*. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal.

para estabelecer parâmetros para o ato do tombamento. Em semelhança aos demais tombamentos locais, esse decreto também se embasou na Lei Santiago Dantas, embora tenha regulamento o seu artigo nº 38, que determinava que “qualquer alteração no plano-piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal”,³⁵⁴ conforme já vimos.

O final da década de 1980 foi marcado por um cenário de expectativas a respeito de normativas no Distrito Federal com relação à proteção do patrimônio. Conforme vimos, o Decreto de nº 11.176 de 1988³⁵⁵ reforçou as competências do DePHA, indicando a necessidade de alçar o órgão à altura das exigências de preservação idealizadas pela UNESCO para Brasília. Além disso, houve a estruturação da Lei nº 47, de 2 de outubro de 1989,³⁵⁶ que organizou o sistema de preservação local.

Contudo, Carlos Reis³⁵⁷ e Beatriz Couto³⁵⁸ identificam que houve uma progressiva perda de atribuições do órgão local a partir de então com relação à gestão da área tombada do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB). Para Reis, apesar da ampliação da visibilidade do DePHA em decorrência do reconhecimento internacional de Brasília em 1987, “pouca coisa alterou quanto à sua fragilidade institucional e poder de influência no processo de gestão urbana do Plano Piloto”.³⁵⁹

A fragilidade institucional do DePHA evidenciou-se com o encerramento do GT-Brasília em 1988, evento que marcou o enfraquecimento da articulação entre as instâncias local e federal do patrimônio – pois o GT-Brasília tinha integrantes tanto do DePHA quanto do IPHAN, conforme já vimos. A partir disso, as relações entre o DePHA e o IPHAN espelharam o contexto brasileiro mais geral, em que, conforme a crítica de Marcia Sant’Anna, prevalecem sistemas paralelos e descoordenados entre as instâncias local e federal de tombamento.³⁶⁰

Para entendermos essa questão, é necessário retomarmos brevemente a conjuntura nacional quando da criação do órgão local em 1975, com o nome de Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal. A sua criação foi reflexo de um

³⁵⁴ BRASIL. *Lei nº 3.751, de 13 de abril 1960*. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal.

³⁵⁵ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 11.176, de 29 de julho de 1988*. Extingue Órgãos nas Secretarias de Educação e da Cultura e cria o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal DePHA/DF, e dá outras providências.

³⁵⁶ DISTRITO FEDERAL. *Lei nº 47, de 2 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural.

³⁵⁷ REIS, op. cit., p. 112.

³⁵⁸ COUTO, op. cit.

³⁵⁹ REIS, op. cit.

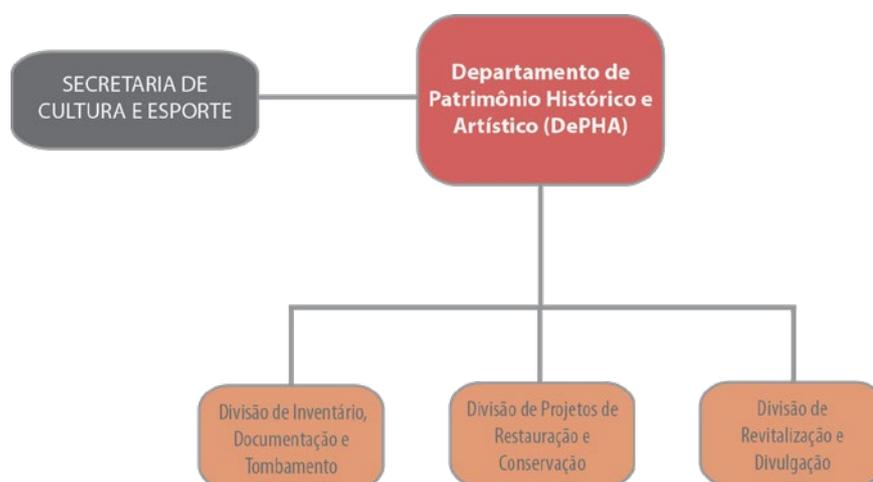
³⁶⁰ SANT’ANNA, op. cit., p. 257.

plano de ação mais amplo dos anos 1970 com o objetivo de descentralizar o órgão federal, à época o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A criação de sistemas estaduais e municipais, a princípio, daria um passo importante em direção ao recomendado pelos documentos resultantes do Compromisso de Brasília de 1970 e do Compromisso de Salvador de 1971. Ambos, conforme Maria Cecília Fonseca, aconselhavam que

Estados e municípios exercessem uma atuação supletiva à federal na proteção dos bens culturais de valor nacional e assumissem, sob orientação técnica do Sphan, a proteção dos bens de valor regional.³⁶¹

Em Brasília, a parceria que havia sido firmada entre as instâncias local e federal, por intermédio do GT-Brasília ao longo dos anos 1980, é entendida como bem-sucedida, conforme já discutido. Contudo, essa simbiose perdeu força especialmente a partir dos anos 1990, com prejuízo para o DePHA, o que se mostra pelo Decreto nº 12.590,³⁶² conforme ilustra a figura 33 a seguir.

Figura 33. O DePHA pelo Decreto nº 12.590, de 1990



Fonte: formulação a partir de organograma fornecido pela DIPRES.

A perda de influência do DePHA sobre o Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) está relacionada a questões externas ao órgão, pois em 1995 foi criada a Comissão Especial de Brasília (CEB), órgão que, segundo discutem Carlos Reis,³⁶³ Sandra Ribeiro³⁶⁴ e

³⁶¹ FONSECA, op. cit., p. 151-152.

³⁶² DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 12.590, de 10 de agosto de 1990*. Aprova o Regimento da Secretaria de Cultura e Esporte – SCE, define as funções correspondentes, e dá outras providências.

³⁶³ REIS, op. cit.

³⁶⁴ RIBEIRO, op. cit.

Beatriz Couto,³⁶⁵ foi fundamental para a desvinculação do DePHA à gestão do CUB. Couto aponta que a CEB estava ligada diretamente à presidência do IPHAN e estabeleceu contato direto com os órgãos de planejamento urbano de Brasília, desconsiderando o envolvimento do DePHA.³⁶⁶ Na mesma trilha, Ribeiro entende que as articulações entre as esferas federal e local foram se enfraquecendo devido à resistência por parte do IPHAN em manter um diálogo e uma atuação partilhada com o DePHA.³⁶⁷ A partir das análises dos autores, nota-se ter havido uma ruptura com o modelo que marcou os anos 1980, caracterizado por uma parceria entre os órgãos federal e local do patrimônio.

O DePHA, nesse cenário de perda de competências, de acordo com Beatriz Couto, elaborou estratégias ao longo dos anos subsequentes, na tentativa de se reerguer e tentar se afirmar na gestão do CUB, mas que se mostraram infrutíferas.³⁶⁸ Apesar desse cenário, o DePHA manteve uma importante atuação em nível local, pois concentrou-se em práticas de tombamento e preservação do patrimônio do Distrito Federal, além de ações ligadas à educação patrimonial, em especial por meio de parcerias com escolas e museus, conforme salienta Couto.³⁶⁹

O ano de 1995 marcou o fim da gestão de Sílvio Cavalcante no DePHA, encerrando um período de nove anos na diretoria do órgão. Seu sucessor foi Antônio Menezes Júnior, que permaneceu à frente do DePHA até 1998. Os tombamentos realizados no período se caracterizaram pela continuidade de uma prática iniciada nos anos 1980, a valorização de vestígios da construção de Brasília. Ao longo dos anos 1990 – durante as gestões de Sílvio Cavalcante (1986-1995) e de Antônio Menezes Júnior (1995-1998) – foram tombadas a Igreja São Geraldo do Paranoá em 1993,³⁷⁰ o Centro de Ensino Metropolitana em 1995³⁷¹ e a Igreja São José Operário em 1998,³⁷² todas construções de madeira localizadas em Regiões Administrativas derivadas de antigos acampamentos de obras.

³⁶⁵ COUTO, op. cit.

³⁶⁶ COUTO, op. cit., p. 94.

³⁶⁷ RIBEIRO, op. cit.

³⁶⁸ COUTO, op. cit.

³⁶⁹ COUTO, op. cit.

³⁷⁰ DISTRITO FEDERAL. *Decreto n° 15.156 de 27 de outubro de 1993*. Dispõe sobre o tombamento da Igreja São Geraldo, e dá outras providências.

³⁷¹ DISTRITO FEDERAL. *Decreto n° 16.744, de 12 de setembro de 1995*. Dispõe sobre o tombamento do Centro de Ensino de 1º Grau Metropolitana, antiga Escola Classe Metropolitana, e dá outras providências.

³⁷² DISTRITO FEDERAL. *Decreto n° 19.960, de 29 de dezembro de 1998*. Dispõe sobre o tombamento da Igreja São José Operário, e dá outras providências.

Outro evento que marcou os anos 1990 foi a inscrição do Catetinho em Livro do Tombo pelo DePHA, em 1991,³⁷³ em respeito também à Lei nº 47, de 1989, que organizou a proteção do patrimônio local.³⁷⁴ A lei, em seu artigo 6º, determinou que “os bens tombados pela União, localizados no Distrito Federal, serão inscritos *ex-officio* nos Livros de Tombo definidos no art. 8º desta lei”.³⁷⁵ O Museu do Catetinho já era administrado desde os anos 1970 pelo Governo do Distrito Federal, que cuidava de sua manutenção e limpeza.

A partir da promulgação da Lei nº 47 em 1989,³⁷⁶ em suma, diversos bens isolados em Brasília que haviam sido previamente tombados pelo IPHAN foram incluídos em Livros do Tombo do GDF. É o caso, além do Catetinho, da Catedral Metropolitana de Brasília, tombada em 1967, e da Placa de Ouro Oferecida a Rui Barbosa por sua Participação no Congresso de Haia em 1907, tombada em 1986. O Catetinho, então, é patrimônio federal desde 1959 e patrimônio do Distrito Federal desde 1991.

Em seguida, os anos 2000 foram marcados por alguns episódios com relação à gestão patrimonial de Brasília, alguns referentes ao CUB e outros ao próprio DePHA. No ano 2000, pelo Decreto nº 21.288, a competência da gestão do patrimônio urbano de Brasília é transferida para a Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (SEGETH).³⁷⁷ Carlos Reis indica que a concentração, no mesmo órgão, dos temas “preservação” e “planejamento” gerou grande expectativa com relação à política urbana. Contudo, conforme o autor, “o que se viu foi a diluição e a submissão das ações preservacionistas às demandas do planejamento urbano, cuja lógica é outra e quase sempre contraditória à preservação”.³⁷⁸ Essa discussão tem efeitos relacionados principalmente ao Conjunto Urbanístico de Brasília, mas reforça a desvinculação do DePHA ao CUB.

No mesmo ano de 2000, o DePHA é transformado na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico,³⁷⁹ mantendo-se o acrônimo. A DePHA, agora uma diretoria e não mais um

³⁷³ DISTRITO FEDERAL. *Livro II – Edifícios e Monumentos Isolados* – DePHA – GDF – folha 003, inscrição nº 011. Brasília, 19 de novembro de 1991.

³⁷⁴ DISTRITO FEDERAL. *Lei nº 47, de 2 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural.

³⁷⁵ DISTRITO FEDERAL. *Lei nº 47, de 2 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural.

³⁷⁶ DISTRITO FEDERAL. *Lei nº 47, de 2 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural.

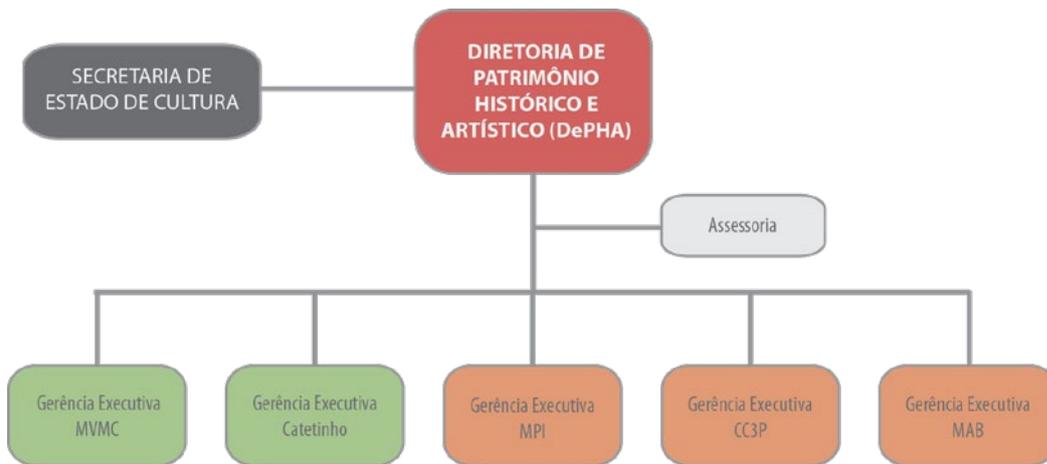
³⁷⁷ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 21.288, de 27 de junho de 2000*. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação e dá outras providências.

³⁷⁸ REIS, op. cit., p. 129.

³⁷⁹ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 21.675, de 31 de outubro de 2000*. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Cultura.

departamento, continha gerências subordinadas a ela, como a do Catetinho e a do Museu Vivo da Memória Candanga, conforme ilustra a figura 34 a seguir.

Figura 34. A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico pelo Decreto nº 21.675, de 2000



Fonte: formulação a partir de organograma fornecido pela DIPRES.

As fragilidades da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico – a nova DePHA – intensificam-se e ficam ainda mais evidentes nos anos 2000, em especial se consideradas algumas reportagens que tratam do alegado abandono do patrimônio do Distrito Federal. Um exemplo é a reportagem do jornal *Correio Braziliense* de 2005 intitulada *Lamento histórico*, denunciando tanto o longo período de fechamento do Museu Histórico e Artístico de Planaltina quanto a situação precária das igrejas de madeira.³⁸⁰ De fato, a conservação desses templos era inadequada, pois a Igreja São Geraldo no Paranoá veio a desabar em 2005 por falta de manutenção,³⁸¹ ao passo que a Igreja Nossa Senhora Aparecida da Metropolitana foi destruída por um incêndio em 2007.³⁸² Esses eventos refletem a instabilidade política e administrativa do órgão local, a DePHA, sugerindo que a perda de infraestrutura institucional resultou na manutenção insuficiente de bens já tombados ou em área de tutela.

No entanto, ao mesmo tempo em que os anos 2000 testemunharam a falta de investimento material em construções tombadas, a DePHA havia iniciado um trabalho interno com foco no levantamento e organização de dossiês de tombamento. O órgão era dirigido por José Carlos Coutinho quando se empenhou na remontagem de dossiês de tom-

³⁸⁰ AMORIM, Rovênia. Lamento histórico. *Correio Braziliense*. Brasília, Caderno Cidades, p. 28-29, 22 de maio de 2005.

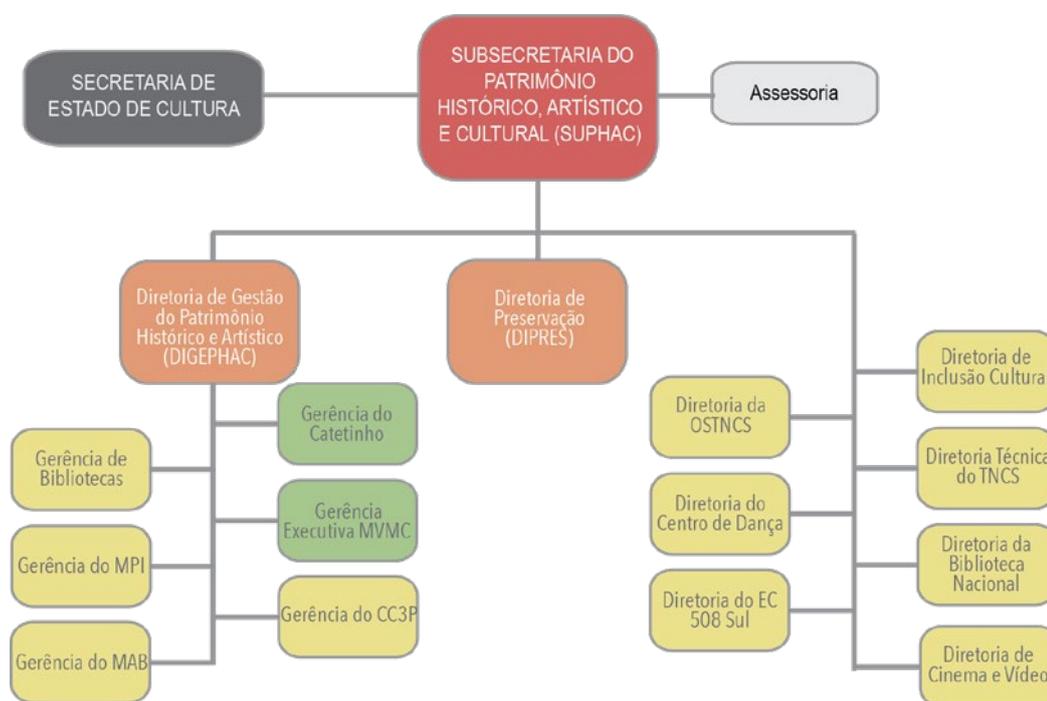
³⁸¹ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. *Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal*. Organização: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro; elaboração do texto: José Mauro de Barros Gabriel. Brasília-DF: IPHAN, 2016, p. 48.

³⁸² IPHAN, op. cit., p. 44.

bamento concluídos, uma ação relevante para a organização de arquivos já coletados e a recuperação de documentação perdida. A indicação de remontagem está registrada nos dossiês de tombamento do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, da Igreja São Sebastião de Planaltina, do Relógio de Taguatinga, do Centro de Ensino Fundamental Metropolitana e da Igreja São José Operário da Candangolândia, ou seja, quase metade dos dossiês analisados nesta pesquisa. A data de remontagem de todos é 2007.

A gestão subsequente à de José Carlos Coutinho, a de Marta Gomes Icó, ainda que tenha durado apenas um ano (setembro de 2009 a dezembro de 2010), foi palco de uma nova reestruturação no órgão local. A DePHA é extinta, e em 2010 é criada a Diretoria de Gestão do Patrimônio Histórico e Artístico (DIGEPHAC) pelo Decreto nº 31.653,³⁸³ vinculada à Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), que, por sua vez, era subordinada à Secretaria de Estado de Cultura. Além da DIGEPHAC, nota-se que havia também a Diretoria de Preservação, a DIPRES. Essa reestruturação está expressa na figura 35 a seguir.

Figura 35. A SUPHAC e a DIGEPHAC pelo Decreto nº 31.653, de 2010



Fonte: formulação a partir de organograma fornecido pela DIPRES.

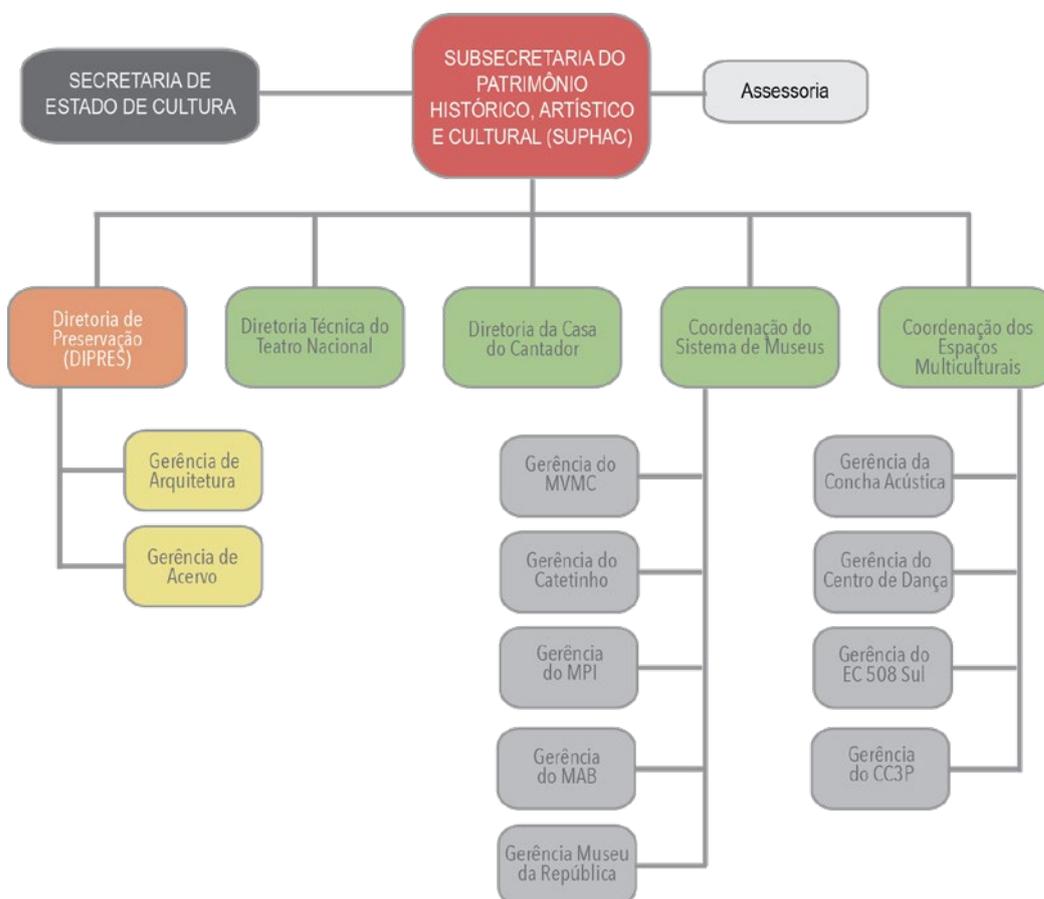
O órgão do patrimônio sofreu sucessivas revisões de hierarquia ao longo dos anos, e, para Beatriz Couto, essa reestruturação de 2010 era uma tentativa de reforçar sua

³⁸³ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 31.653, de 6 de maio de 2010*. Altera a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal e dá outras providências.

estrutura e superar a instabilidade que ele atravessava.³⁸⁴ No entanto, ao contrário do reforço de estrutura esperado, a DIGEPHAC acabou por ser extinta em uma nova reformulação do órgão pelo Decreto nº 33.147,³⁸⁵ em 2011, na gestão de Jônatas Calôro. A extinção da DIGEPHAC é criticada por Couto, pois teria ocorrido “sob a alegação de sobreposição de atribuições com a SUPHAC, sem nenhuma substituição institucional que de fato compensasse a lacuna deixada”.³⁸⁶

À DIPRES, sob cuja égide encontram-se os dossiês de tombamentos analisados nesta tese, foram subordinadas duas gerências, a de Arquitetura e a de Acervo. Essa nova reestruturação está expressa na figura 36 a seguir.

Figura 36. A SUPHAC e a DIPRES pelo Decreto nº 33.147, de 2011



Fonte: formulação a partir de organograma fornecido pela DIPRES.

³⁸⁴ COUTO, op. cit.

³⁸⁵ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 33.147, de 23 de agosto de 2011*. Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, e dá outras providências.

³⁸⁶ COUTO, op. cit., p. 101.

Em meio às reestruturações internas, o final dos anos 2000 e os anos 2010 testemunharam também intervenções ou reconstruções de igrejas de madeira que haviam sido destruídas nos anos 2000 por falta de manutenção. A reconstrução dessas igrejas, algumas tombadas e outras em área de tutela, indica uma retomada mais expressiva de ações por parte do órgão. Assim, essas duas décadas foram marcadas por reinaugurações, a da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompeia em 2006, a da Igreja Nossa Senhora Aparecida da Metropolitana, em 2008, a da Igreja São José Operário, em 2014, e a da Igreja São Geraldo, também em 2014, a maioria após sofrer desabamentos ou incêndios.

Além da reconstrução de igrejas de madeira, a instituição realizou novos tombamentos ao longo dos anos 2000 e 2010: o da Casa da Fazenda Gama em 2006,³⁸⁷ da Caixa d'Água da Ceilândia em 2013³⁸⁸ e da Escola Industrial de Taguatinga, em 2014.³⁸⁹ O tombamento da Casa da Fazenda Gama faz referência a uma atuação que remonta aos anos 1980, em especial se levarmos em consideração as recomendações do GT-Brasília quanto à preservação de antigas fazendas do território. Por seu turno, os tombamentos efetuados em Taguatinga e em Ceilândia nos anos 2010 reforçam a inclusão da representatividade cultural dessas que são as duas maiores Regiões Administrativas de Brasília.

No mesmo período, outras construções no Plano Piloto de Brasília e adjacências foram tombadas como patrimônio material. Foi tombada a Escola Parque 308 Sul, em 2004,³⁹⁰ seguida do Teatro Dulcina de Moraes e dos acervos fotográfico, textual e cênico da atriz,³⁹¹ além do Cine Brasília,³⁹² ambos em 2007. Em 2009, foram tombados a Unidade de Vizinhança 107/307 e 108/308 Sul,³⁹³ o Clube do Golfe³⁹⁴ e Obras de

³⁸⁷ DISTRITO FEDERAL. *Decreto n° 26.660, de 21 de março de 2006*. Dispõe sobre o tombamento da Casa da Fazenda Gama e dá outras providências.

³⁸⁸ DISTRITO FEDERAL. *Decreto n° 34.845, de 18 de novembro de 2013*. Dispõe sobre o tombamento do Reservatório Elevado de Ceilândia, conhecido como Caixa D'Água da Ceilândia, e dá outras providências.

³⁸⁹ DISTRITO FEDERAL. *Decreto n° 35.483, de 30 de maio de 2014*. Dispõe sobre o tombamento do Centro de Ensino Médio EIT/CEMEIT e do Centro Cultural Teatro da Praça, e dá outras providências.

³⁹⁰ DISTRITO FEDERAL. *Decreto n° 24.861, de 4 de agosto de 2004*. Dispõe sobre o tombamento da Escola Parque 307/308 Sul e sua área de tutela e dá outras providências.

³⁹¹ DISTRITO FEDERAL. *Decreto n° 28.518, de 7 de dezembro de 2007*. Dispõe sobre o tombamento do Teatro Dulcina de Moraes e dos acervos fotográfico, textual e cênico da atriz.

³⁹² DISTRITO FEDERAL. *Decreto n° 28.519, de 7 de dezembro de 2007*. Dispõe sobre o tombamento do Cine Brasília.

³⁹³ DISTRITO FEDERAL. *Decreto n° 30.303, de 27 de abril de 2009*. Dispõe sobre o Tombamento da Unidade de Vizinhança 107/307 e 108/ 308 Sul.

³⁹⁴ DISTRITO FEDERAL. *Decreto n° 30.839, de 25 de setembro de 2009*. Dispõe sobre o Tombamento do Clube de Golfe de Brasília.

Athos Bulcão existentes em diversas Regiões Administrativas.³⁹⁵ Já em 2011 foram tombados os Jardins de Burle Marx em Brasília,³⁹⁶ e, por fim, em 2014, tombou-se o Templo Budista.³⁹⁷

Além disso, em 2007 o IPHAN havia tombado uma série de edificações em Brasília, como o Espaço Lucio Costa, o Teatro Nacional e a Casa de Chá, assim como praticamente todos os palácios modernistas da cidade, como o Congresso Nacional, o Palácio da Justiça, o Palácio do Planalto, entre outros. A lista completa desses bens pode ser consultada no *site* institucional do IPHAN,³⁹⁸ e todas essas construções foram inscritas de ofício em Livros do Tombo do Distrito Federal, em respeito à Lei nº 47, de 1989.³⁹⁹

Em 2010, conforme vimos, a DePHA foi extinta e foi criada a Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, SUPHAC, com duas diretorias, a DIGEPHAC e a DIPRES. Em seguida, em 2011, houve uma nova reestruturação, com a extinção da DIGEPHAC. É nesse cenário institucional que ocorre a maior parte dos trâmites para os tombamentos da Caixa d'Água da Ceilândia de 2013 e da Escola Industrial de Taguatinga (EIT) de 2014, últimos eventos analisados por nós neste trabalho.

Contudo, é importante ampliar o recorte temporal com relação ao órgão local, avançando no debate sobre sua trajetória a fim de entender sua estruturação no momento atual (2021). Em 2015, a Subsecretaria de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC) passou a ser a Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC).⁴⁰⁰ Essa reestruturação privilegia uma nomenclatura que abandona os termos *histórico* e *artístico*, reforçando a valorização do caráter cultural do patrimônio.

³⁹⁵ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 31.067, de 23 de novembro de 2009*. Dispõe sobre o tombamento da Obra de Athos Bulcão e dá outras providências.

³⁹⁶ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 33.224, de 27 de setembro de 2011*. Dispõe sobre o Tombamento dos Jardins de Burle Marx em Brasília, e dá outras providências.

³⁹⁷ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 36.166, de 19 de dezembro de 2014*. Dispõe sobre o tombamento do Templo Budista de Brasília.

³⁹⁸ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Bens tombados e processos em andamento. Brasília: IPHAN, 2019. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BENS%20TOMBADOS%20E%20PROCESSOS%20EM%20ANDAMENTO%202019%20MAIO.pdf>> Acesso em: 24 out. 2019.

³⁹⁹ DISTRITO FEDERAL. *Lei nº 47, de 2 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural.

⁴⁰⁰ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 36.325, de 29 de janeiro de 2015*. Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, que especifica e dá outras providências.

A mudança alinha-se à Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 216 havia substituído a já consagrada denominação *Patrimônio Histórico e Artístico* por *Patrimônio Cultural*.⁴⁰¹ Para Ulpiano Bezerra de Menezes,

a nova Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. O patrimônio é antes de mais nada um fato social.⁴⁰²

Além disso, é importante considerar que a atualização das definições do patrimônio incorporou um conceito de preservação mais abrangente, que deve muito à atuação de Aloísio Magalhães desde 1975, pela criação do CNRC e, a partir de 1979, à frente do SPHAN. Conforme aponta Maria Cecília Fonseca, Aloísio Magalhães desempenhou um papel fundamental no alargamento das possibilidades de manifestações culturais a serem reconhecidas como patrimônio, em especial aquelas que não eram consideradas como excepcionais por critérios estético-estilísticos ou históricos.⁴⁰³

A incorporação de uma nomenclatura mais alinhada ao conceito de referência cultural, por parte da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, reflete ainda uma prática do órgão existente desde os anos 1980, em alinhamento com o discurso de Aloísio Magalhães no SPHAN. É o caso de tombamentos associados à memória operária da construção de Brasília, como a Vila Planalto.

Em 2017, por fim, a SUPAC testemunhou mais uma importante reestruturação, pela recriação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal (CONDEPAC) pela Lei Orgânica da Cultura (LOC) – Lei Complementar nº 934.⁴⁰⁴ O CONDEPAC, subordinado à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC) – nova denominação da antiga Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal –, tem como atribuições o determinado pela Portaria nº 296 de 2018,⁴⁰⁵ dentre as quais

⁴⁰¹ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

⁴⁰² BEZERRA DE MENESES, Ulpiano Toledo. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Ouro Preto-MG, 2009. Coordenação: Weber Sutti. Brasília, DF: IPHAN, 2012, p. 33.

⁴⁰³ FONSECA, op. cit., p. 33.

⁴⁰⁴ DISTRITO FEDERAL. *Lei Complementar 934, de 7 de dezembro de 2017*. Institui a Lei Orgânica da Cultura dispendo sobre o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal.

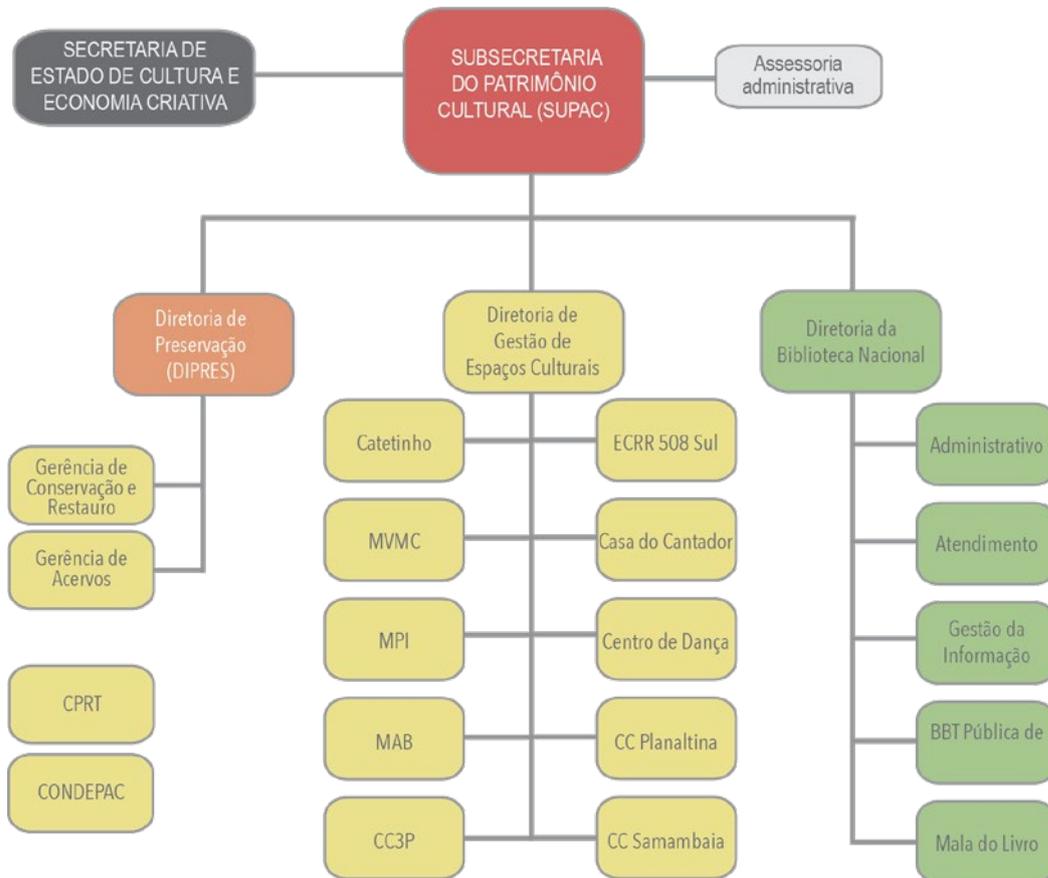
⁴⁰⁵ DISTRITO FEDERAL. *Portaria nº 296, de 5 de setembro de 2018*. Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal – CONDEPAC, e dá outras providências.

Art. 3º (...) II – deliberar privativamente sobre tombamento de bens móveis e imóveis e registro de formas de expressão, manifestações, saberes, ofícios, modos de fazer, celebrações e lugares como patrimônio cultural do Distrito Federal, bem como sobre cancelamento de registro e tombamento.⁴⁰⁶

O CONDEPAC de 2017 surgiu como um reforço na proteção do patrimônio de Brasília e veio para suprir um antigo anseio de criação de um conselho consultivo. O primeiro CONDEPAC havia sido implementado em 1988 no âmbito do DePHA e extinto em 1989, conforme já vimos neste texto.

O Decreto nº 39.805⁴⁰⁷ reflete a situação da SUPAC e DIPRES em 2019, com o CONDEPAC, conforme a figura 37 a seguir.

Figura 37. A SUPAC e a DIPRES pelo Decreto nº 38.805, de 2019



Fonte: formulação a partir de organograma fornecido pela DIPRES.

⁴⁰⁶ DISTRITO FEDERAL. *Portaria nº 296, de 5 de setembro de 2018*. Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal – CONDEPAC, e dá outras providências.

⁴⁰⁷ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 39.805, de 6 de maio de 2019*. Altera a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, e dá outras providências.

Atualmente e de acordo com informações coletadas do *site* da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, para que um bem seja tombado no âmbito distrital, um pedido contendo documentação necessária para análise da relevância desse bem deve ser encaminhado à SECEC.⁴⁰⁸ Em seguida, a Subsecretaria do Patrimônio Cultural, a SUPAC, procederá à instrução e complementação do processo, o que resulta na produção e montagem do dossiê de tombamento. O dossiê, por sua vez, é submetido à deliberação do CONDEPAC e caso o parecer seja favorável, encaminha-se a minuta do Decreto de Tombamento para o governador do Distrito Federal. Em seguida, após a publicação no Diário Oficial do DF, o bem é inscrito em um dos livros do tomo correspondentes e passa a ser patrimônio cultural do Distrito Federal. Os dossiês de tombamento ficam sob a guarda da Diretoria de Preservação, a DIPRES. Retomando as premissas iniciais deste texto, nossa intenção era destacar pontos significativos para uma análise crítica da estruturação de sistemas de gestão do patrimônio no âmbito do Distrito Federal.

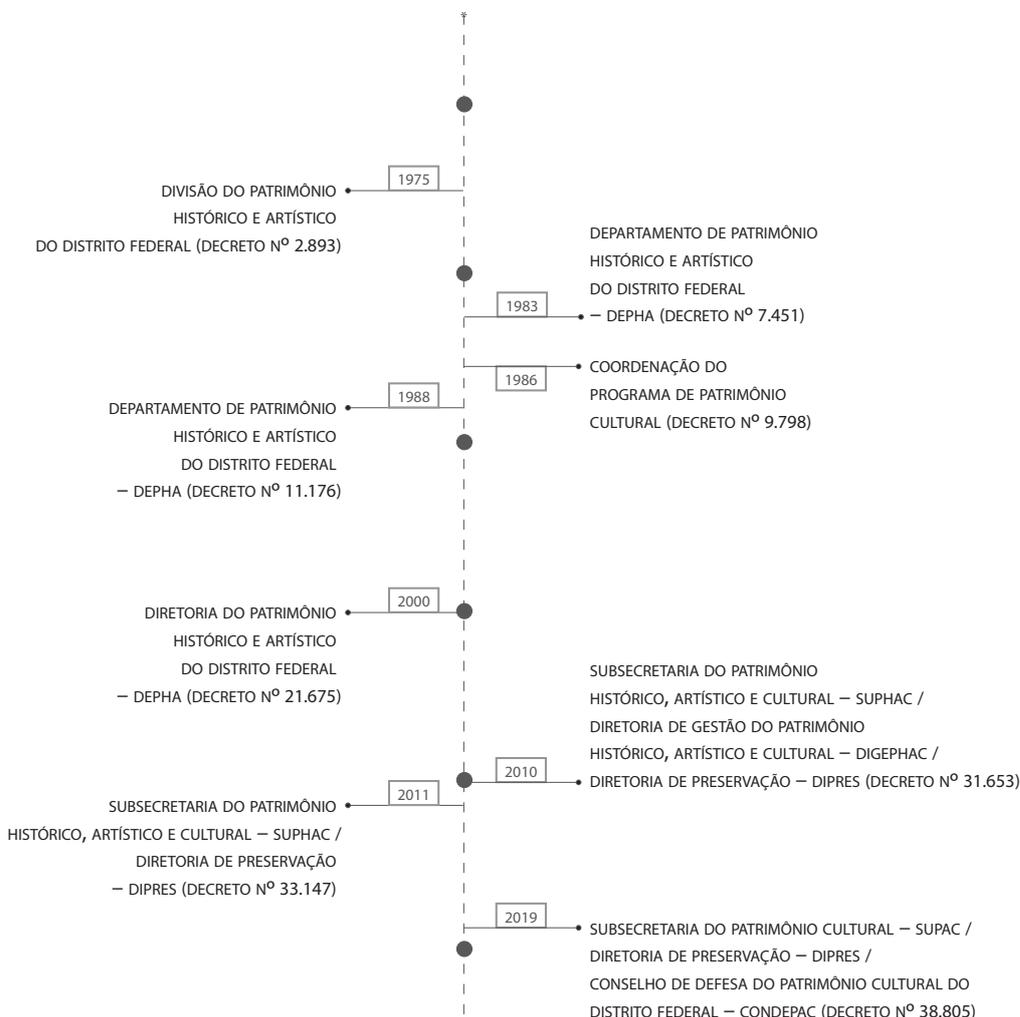
A tortuosa trajetória da instituição do patrimônio de Brasília é pouco explorada na bibliografia, e a nossa análise buscou avançar no entendimento do seu percurso a fim de contribuir para a discussão sobre o sistema preservacionista local. Conforme vimos, houve períodos de maiores e menores atribuições do órgão do patrimônio, embora as ações para os tombamentos locais tenham se mantido com uma relativa estabilidade. Além disso, nossas análises buscaram elencar a atuação de diretores que se destacaram em ações patrimoniais, alguns dos quais pouco conhecidos.

Por fim, salientamos que nossa análise se concentrou no patrimônio material localizado além do Plano Piloto. Mas estamos cientes de que a atuação local compreende outras questões mais amplas, como outros tombamentos, a conservação de bens e a educação patrimonial, além do reconhecimento e registro do patrimônio imaterial. Essas e outras atribuições da SUPAC não compõem as nossas análises, mas podem ser tema de pesquisas posteriores.

A figura 38, a seguir, assinala os marcos significativos de nossas análises sobre o percurso da instituição local do patrimônio de Brasília.

⁴⁰⁸ SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL (SECEC). *Patrimônio cultural*. Disponível em <http://www.cultura.df.gov.br/patrimonio/>. Acesso em: 12 maio 2021.

Figura 38. Marcos significativos na trajetória do órgão do patrimônio de Brasília



Fonte: elaboração da autora.

*

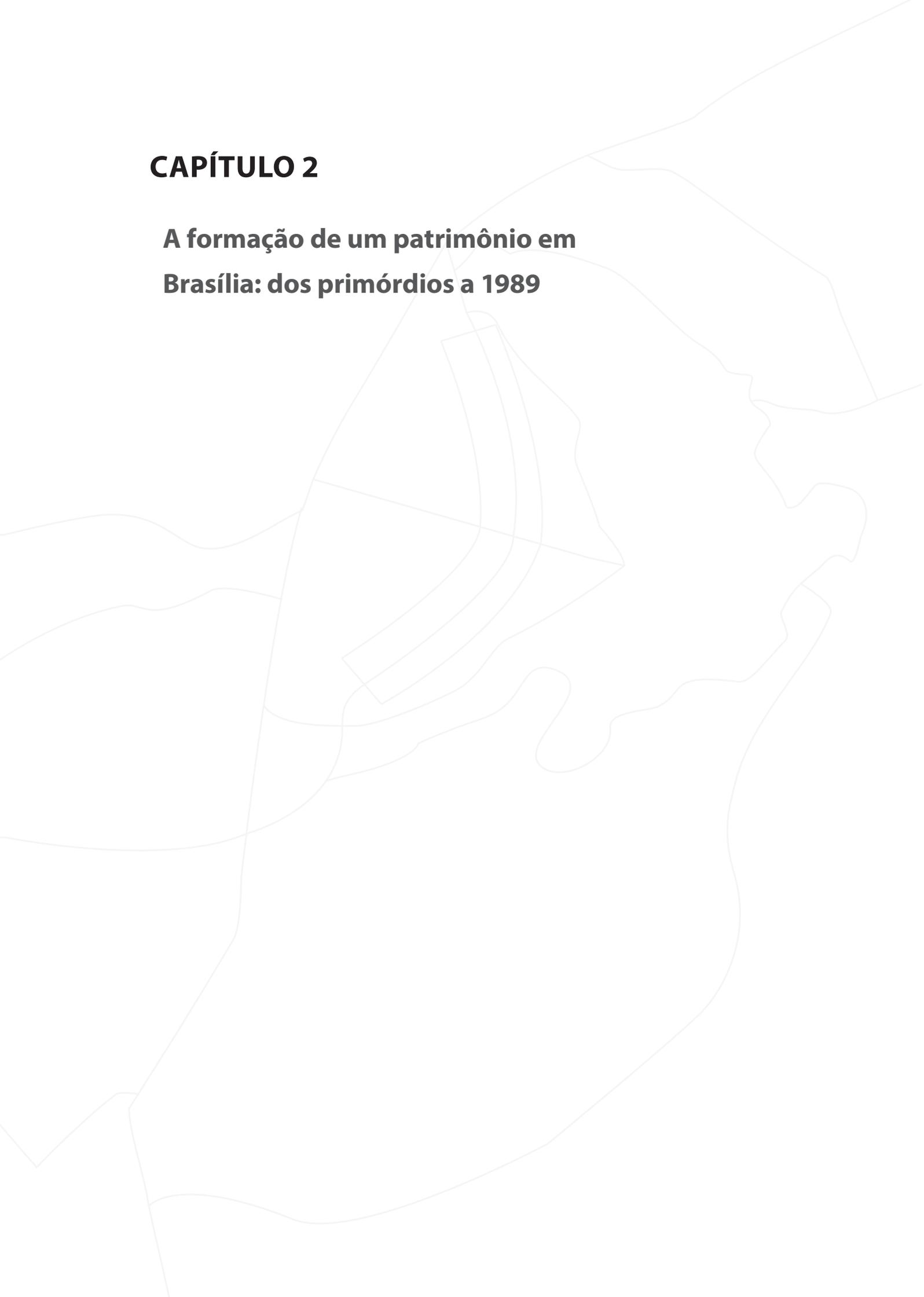
Neste capítulo, analisamos algumas questões e problemas da preservação de Brasília, com destaque para o processo de tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, a fixação e o tombamento da Vila Planalto e, por fim, as competências e limites do órgão local do patrimônio. Verificamos como as discussões em torno da preservação de Brasília consideraram a relação entre o projeto original e a cidade construída, seja com relação aos critérios de proteção, às dinâmicas centro-periferia, seja quanto a uma perspectiva histórica da definição desse patrimônio.

As tensões entre o projeto e a cidade construída na definição do patrimônio de Brasília se evidenciaram nos embates em torno da preservação da Vila Planalto, que, embora seja um espaço claramente não previsto para permanecer, teve sua fixação acata-

da, desde que controlada pelo instrumento do tombamento. A informalidade da Vila Planalto, assim, foi inserida no patrimônio de Brasília, desde que estabelecidos limites de ocupação e expansão do espaço. Por fim, analisamos o processo patrimonial de Brasília, tendo como enfoque o órgão local. Nossas discussões mostraram como o seu percurso foi marcado por períodos de maior e menor estabilidade institucional, ainda que essas questões se evidenciem principalmente com relação à gestão compartilhada do Conjunto Urbanístico de Brasília. Apesar das fragilidades institucionais, que se refletiu inclusive na falta de manutenção de construções tombadas, houve uma continuidade relevante de tombamentos locais, assim como movimentações internas para a organização de arquivos relativos a processos anteriores.

CAPÍTULO 2

A formação de um patrimônio em Brasília: dos primórdios a 1989



NESTE CAPÍTULO DAMOS INÍCIO à análise mais detida dos dossiês de tombamento e nos concentramos naqueles que evidenciam o processo de formação do discurso patrimonial em Brasília. Desde o primeiro tombamento desta série, em 1959, até o último, em 1989, consagraram-se valores preservacionistas relativos à representação de Brasília para além do seu Plano Piloto.

No tópico 2.1, analisamos o dossiê do primeiro monumento de Brasília, o Catetinho, tombado em 1959 pelo IPHAN. Por se tratar de um dossiê que contém documentação relativa ao tombamento federal e à requisição do processo pelo IPHAN-DF nos anos 1970, tivemos acesso a arquivos referentes a ambos os períodos. A análise dessa documentação nos possibilitou ampliar o debate sobre o tombamento do Catetinho, e verificamos um protagonismo da recém-criada Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do DF com relação à proposta de tombamento local.

Em seguida, o tópico 2.2 se concentra na análise dos dossiês de tombamento das três construções tombadas em Planaltina em 1982, o Museu Histórico e Artístico, a Igreja São Sebastião e a Pedra Fundamental. A nossa análise buscou relacionar esses três processos, marcando tanto os seus pontos em comum quanto suas particularidades, o que nos permitiu verificar como esses tombamentos ressaltam a importância de Planaltina no Distrito Federal, reforçando não só a história centenária do núcleo, mas também o seu papel como auxiliar nos eventos relativos à mudança da capital.

Por fim, no tópico 2.3, avançamos na análise dos dossiês de tombamento do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1985 e do Relógio de Taguatinga, de 1989. Ambos os tombamentos foram resultado de demanda de moradores, e verificamos como esse instrumento passou a ser apropriado de modo mais evidente por setores da sociedade civil. Nesse sentido, este tópico elucida processos de tombamento que foram acompanhados por outras demandas, como a luta por moradia, por serviços de saúde e pela manutenção de espaços representativos para a população.

2.1 O Palácio do Catetinho: tombamento e atualização

A inauguração de Brasília, em 1960, foi precedida pelo primeiro tombamento da cidade, o do Catetinho, em 1959. Projetada por Oscar Niemeyer, a edificação em madeira tem volumetria retangular e horizontal em dois pavimentos, sobre pilotis e telhado em uma água. Recebeu esse nome em alusão ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, embora também seja conhecida por “Palácio de Tábuas”. Com obras que duraram apenas dez dias, foi concebida para abrigar temporariamente despachos administrativos e reuniões de Juscelino Kubitschek e sua comitiva no período da construção de Brasília.

A princípio, não havia a expressa pretensão de salvaguardar o Catetinho, pois, assim como os demais apoios para a construção de Brasília, ele tinha caráter provisório. O tombamento foi resultado de solicitação pessoal do então presidente da república Juscelino Kubitschek ao IPHAN – na época, DPHAN –, o que elevou o Catetinho a monumento nacional referente à nova capital, ainda em obras. O precursor tombamento do Catetinho em 1959 permitiu que a edificação em madeira fosse sintonizada à história da construção de Brasília de modo permanente.

As discussões sobre o Catetinho são norteadas pela simbologia construída em torno de sua relação com Brasília. Adrián Gorelik⁴⁰⁹ e José Pessôa⁴¹⁰ discutem como o tombamento federal da edificação visava a criar um símbolo de progresso capaz de anunciar a monumentalidade vindoura da nova capital e apontam como a valorização do Catetinho em fins dos anos 1950 estava em sintonia com o discurso desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

Para Gorelik, o Catetinho consagrou-se como “uma arquitetura capaz de expressar a essência política e cultural da epopeia de Brasília”,⁴¹¹ pois o governo JK via na arquitetura moderna um motor de desenvolvimento social e no Catetinho um marco comemorativo dessa promessa de um futuro melhor. Por sua vez, José Pessôa assume um tom que se aproxima da apologia, assinalando que o tombamento do Catetinho ocorreu porque “toda odisseia precisa de heróis e símbolos que reafirmem a sua grandeza para as gerações futuras”.⁴¹²

⁴⁰⁹ GORELIK, Adrián. Brasília O museu da Vanguarda 1950 e 1960. *Margens/Márgenes: Revista de Cultura (2002-2007)*, [S.l.], n. 4, p. 50-59, 2003.

⁴¹⁰ PESSÔA, José Simões. Brasília e o tombamento de uma ideia. In: *5º Seminário DOCOMOMO/Brasil – Arquitetura e Urbanismo Modernos: projeto e preservação*. São Carlos/SP, 2003, p. 3.

⁴¹¹ GORELIK, op. cit., p. 54.

⁴¹² PESSÔA, op. cit., p. 3.

Outros estudos sobre o Catetinho consideram não apenas a simbologia que foi atribuída a ele com relação à construção de Brasília, mas também articulam o tombamento à conservação do patrimônio em madeira no Brasil. Ana Elisabete Medeiros e Maritza Dantas reforçam que os valores históricos referentes ao Catetinho, embora não tão claros no momento do tombamento, teriam ficado mais evidentes ao longo dos anos.⁴¹³ Diante da importância patrimonial da edificação, as autoras discutem os desafios da conservação de seu material, indicando que faltam diretrizes mais precisas. De modo análogo, Marina Mennucci e Pedro Paulo Palazzo discutem o estado de conservação do Catetinho e, ao recuperarem intervenções ocorridas na edificação ao longo dos anos, assinalam os desafios de manutenção de aspectos originais de um patrimônio que, a princípio, seria uma estrutura temporária.⁴¹⁴

A nossa análise, em um primeiro momento, soma-se ao debate mais amplo da bibliografia, pois consideramos o modo como a DPHAN, a partir da necessidade de preservar o Catetinho por determinação presidencial em 1958, atribuiu um valor patrimonial à edificação. Entretanto, a história do Catetinho enquanto patrimônio de Brasília não se encerra com o seu tombamento federal. Em 1975, com a criação da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, houve uma tentativa de tombamento local da edificação, consubstanciada pela alegada necessidade de atualização desse patrimônio. Embora essa iniciativa não tenha logrado êxito de imediato, ela abre possibilidades de análise sobre a trajetória patrimonial do Catetinho, considerando o protagonismo do órgão local do patrimônio, à época a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal.

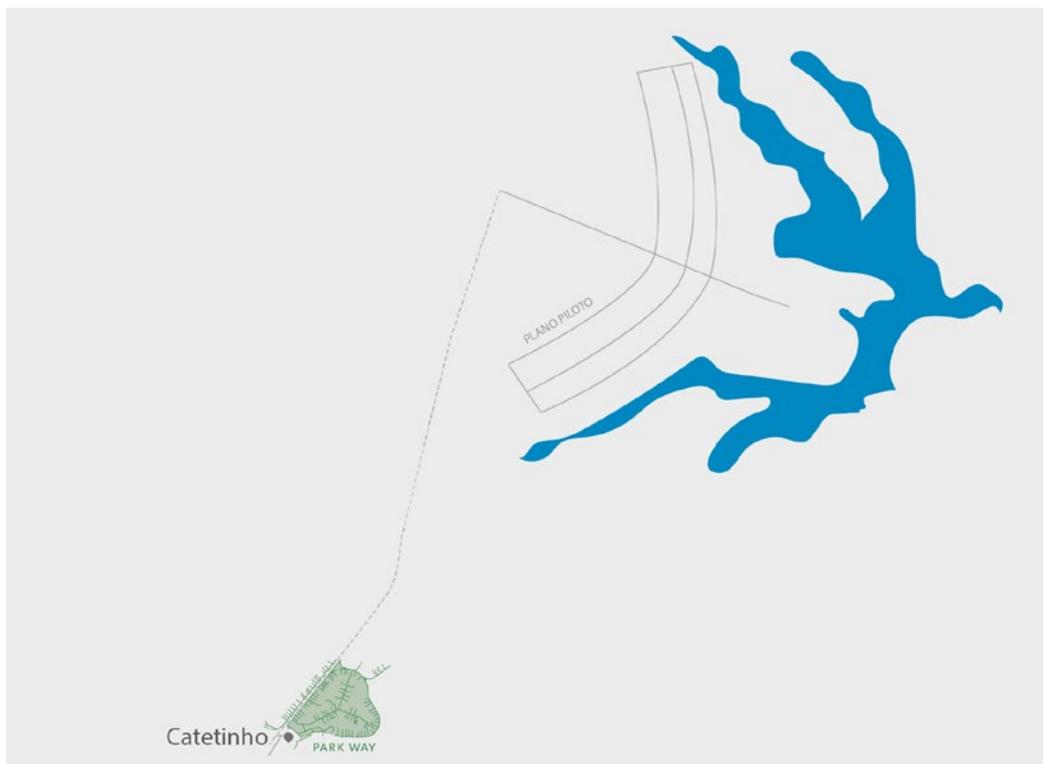
Assim, avançaremos na problematização apontada pela bibliografia ao trazer ao debate uma documentação sobre o tombamento local do Catetinho que tende a ser pouco explorada. Essa abordagem é possível graças aos documentos a que tivemos acesso, como a cópia do processo original, de 1959, e outros referentes aos anos 1970, quando da requisição da documentação pelo IPHAN em Brasília. Eles se encontram sob a égide da Diretoria de Preservação (DIPRES), subordinada à Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC). O dossiê acomoda uma série de documentos de períodos diversos e, para este trabalho, convencionou-se referenciá-lo com a data do tombamento distrital, 1991.

⁴¹³ DANTAS, Maritza; MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. Brasília modernista e o uso da madeira: tombamento e desafios na preservação do Catetinho. In: *13 Seminário Docomomo Brasil, 2019, Salvador. Anais do 13 Seminário Docomomo Brasil, 2019.*

⁴¹⁴ MENNUCCI, Marina Martin; PALAZZO, Pedro Paulo. Catetinho: The first presidential house in Brasília, Brazil. In: WOUTERS, Inge; VAN de VOORDE, Stephanie; BERTELS, Inge. (Org.). *Building Knowledge, Constructing Histories.* 1ed. Leiden: CRC: Balkema, 2018, v. 2.

A localização do Catetinho com relação ao Plano Piloto de Brasília está indicada na figura 39, a seguir.

Figura 39. Localização do Catetinho com relação ao Plano Piloto de Brasília



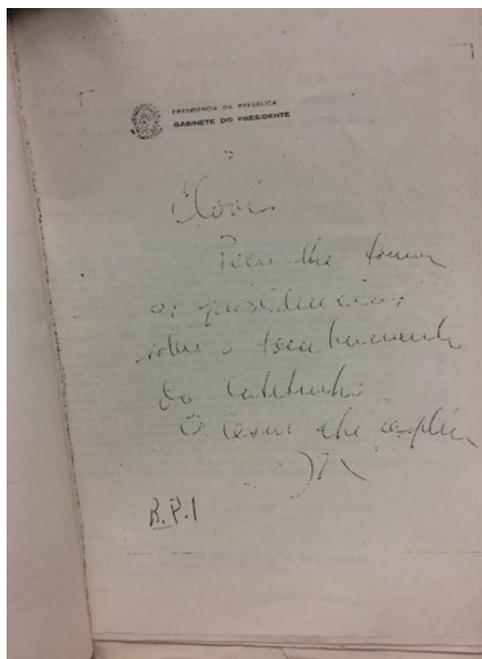
Elaboração: Daniela Barbosa.

2.1.1 A construção do significado do Catetinho a partir do pedido de tombamento nos anos 1950

O tombamento do Catetinho teve início em 1958, quando o então presidente Juscelino Kubitschek escreveu, de próprio punho, um bilhete a Clóvis Salgado, então ministro da Educação, em que pedia para “tomar os procedimentos sobre o tombamento do Catetinho”.⁴¹⁵ O bilhete abre o dossiê do Catetinho, demonstrando como a DPHAN buscou valorizar a solicitação presidencial como evento inaugural do processo de tombamento (figura 40).

⁴¹⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Bilhete. In 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

Figura 40. Bilhete de Juscelino Kubitschek a Clóvis Salgado



Fonte: 594-T-1959. DePHA, 1991.

A DPHAN se esforçou por construir uma narrativa do tombamento caracterizada pela informalidade e simplicidade, e o singelo bilhete assinado apenas pelas iniciais JK reforça essa ideia, pois não destaca o nome ou o alto cargo do demandante. O tombamento do Catetinho, em que pese ter sido fruto de determinação presidencial, é marcado pela simplicidade das mensagens entre os envolvidos.

A demanda presidencial fez com que os técnicos da DPHAN tomassem as providências para a proteção do Catetinho. Esse processo foi protagonizado pelo então diretor do órgão Rodrigo Melo Franco de Andrade, tendo sido responsável por solicitar medidas imediatas de proteção da edificação junto à Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) e iniciar a pesquisa e coleta de informações.

Em um primeiro momento, ainda em 1958, Rodrigo Andrade solicita colaboração da NOVACAP, reforçando que a proposta de proteção do Catetinho deveria ser levada adiante “de acordo com determinação presidencial”.⁴¹⁶ A menção a Juscelino Kubitschek, além de indicar a origem da solicitação pelo tombamento, confere maior legitimidade ao pedido. À NOVACAP, Andrade solicita colaboração a fim de garantir

⁴¹⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ofício n. 358. In 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

a integridade e a conservação permanente da edificação existente em Brasília sob a designação de RPI [Residência Presidencial I, antiga denominação oficial do Catetinho] ou “Catetinho”, medida essa justificada por ter sido não só a primeira construção erigida na área da Nova Capital, mas também a primeira sede da administração pública no local.⁴¹⁷

Essa mensagem explícita não apenas a solicitação pela proteção do Catetinho, mas também justificativas para o tombamento. De acordo com o trecho anteriormente citado, o valor do Catetinho estaria relacionado à sua precedência em Brasília e à sua funcionalidade enquanto primeira sede da república. Assim, a DPHAN dá início à atribuição de valor à edificação já a partir desse primeiro telegrama enviado à NOVACAP, e essas justificativas preliminares são retomadas ao longo do processo.

Ainda no mesmo telegrama enviado à NOVACAP, a DPHAN solicita que “não seja tomada iniciativa alguma suscetível a alterar-lhe as características originais, nem modificar-lhe o aspecto primitivo”.⁴¹⁸ Essa mensagem assinala a importância da manutenção de aspectos originais do Catetinho, acenando para um processo que viria a valorizar a arquitetura simples da edificação. Por fim, o pedido de proteção imediata do bem à NOVACAP estende-se ao seu mobiliário,⁴¹⁹ o que aponta para uma intenção, por parte do órgão, em manter um ambiente doméstico associado à experiência de Juscelino Kubitschek nos anos iniciais da construção de Brasília. O texto desse telegrama permite constatar que a DPHAN se propôs a compor a história da construção de Brasília por meio do patrimônio, mantendo o Catetinho equipado e preservado, no tempo e no espaço, do modo como Juscelino Kubitschek o havia deixado.

Ainda em 1958, e paralelamente às solicitações à NOVACAP, Rodrigo Andrade contou Oscar Niemeyer, autor do projeto do Catetinho. O telegrama enviado ao arquiteto é carregado de informalidade, característica marcante nesse processo de tombamento. Em primeiro lugar, o então diretor da DPHAN descreve a solicitação presidencial, a de “conservar, com a feição primitiva, a primeira construção feita em Brasília, projetada por você”.⁴²⁰ Nessa mensagem, a alusão à precedência do Catetinho em Brasília se alinha à ideia da valorização dos aspectos primitivos da edificação.

⁴¹⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ofício n. 358. *In 594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴¹⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ofício n. 358. *In 594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴¹⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ofício n. 358. *In 594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴²⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Of. 538. *In 594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

Rodrigo Andrade demonstra comprometimento com a preservação do Catetinho, mas, no início do processo, o telegrama enviado a Niemeyer transparece hesitação com relação ao instrumento do tombamento como medida mais apropriada para a proteção. No telegrama, em um primeiro momento o então diretor da DPHAN afirma que “parece que ele [Juscelino Kubitschek] tinha a intenção de promover o tombamento da construção pelo interesse histórico que já adquiriu no desenvolvimento do plano da Nova Capital”.⁴²¹ Contudo, em seguida, ressalta:

desde a iniciativa daquela edificação ao momento atual, o tempo decorrido ainda é curto para considerá-la na perspectiva histórica. Temos, pois, de cumprir a determinação presidencial, independentemente da consumação do tombamento. E o que importa, aliás, é preservar a casa e velar por sua conservação cuidadosa e permanente.⁴²²

A partir desse trecho, verifica-se que Rodrigo Andrade apontou as dificuldades em atribuir um valor histórico ao Catetinho, por isso considerava outro sistema de proteção que não o tombamento. O documento indica uma proposta de conservação, mas não a elevação a monumento histórico. O trecho citado reforça a boa vontade do então diretor da DPHAN em zelar pela edificação independentemente do tombamento, pois reforça seu empenho na “conservação cuidadosa e permanente” do Catetinho.

Nesse mesmo telegrama, Rodrigo Andrade solicita uma cópia do projeto do Catetinho a Oscar Niemeyer, indicando como esse contato com o arquiteto visou também à coleta de material. Em sintonia com outros documentos do dossiê, esse pedido é marcado por um tom pessoal, centrado na expectativa de que o projeto seja localizado pelo arquiteto:

Tenho certo temor de que você não saiba do paradeiro desse trabalho, a que se seguiram tantos outros de importância incomensuravelmente maior. Entretanto, espero que você consiga recuperá-lo.⁴²³

A expectativa de Rodrigo Andrade para que o projeto do Catetinho seja localizado assinala como a proposta de tombamento da edificação surgiu para a DPHAN como algo inesperado. Por esse motivo, Andrade se mostra compreensivo caso o projeto não fosse encontrado, sugerindo que, no momento da construção, a edificação não teria a importância que adquiriu depois, com a perspectiva do tombamento.

⁴²¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ot. 538. *In 594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴²² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ot. 538. *In 594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴²³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ot. 538. *In 594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

Em seguida, no telegrama enviado a Oscar Niemeyer, verifica-se uma incipiente ideia de transformação do Catetinho em museu, desejo também atribuído ao então presidente Juscelino Kubitschek. Rodrigo Andrade assim se coloca para Oscar Niemeyer: “quero consultar você se não lhe parecerá conveniente ligar a preservação da RPI à iniciativa da construção e instalação do Museu de Brasília, desejado também pelo presidente”.⁴²⁴ Esse trecho indica que o diretor da DPHAN, a princípio, chegou a considerar os futuros usos da edificação após o tombamento. Essa reflexão, contudo, não avançou ao longo do processo.

Por fim, embora o telegrama enviado a Niemeyer não esclareça se o edifício seria propriamente a sede desse futuro museu, Rodrigo Andrade já havia recomendado que a NOVACAP preservasse não apenas a edificação, mas também o mobiliário no local, conforme já mencionamos. Assim, muito provavelmente, a proposta da DPHAN seria a manutenção do Catetinho como um ambiente temático relativo à construção de Brasília, completamente equipado com mobiliário da época. A transformação do edifício em museu ocorreu em 1972, mas o dossiê leva a ver que a proposta integrou discussões sobre o tombamento já em 1958. A DPHAN, nesse sentido, buscou prever uma atração turística sobre a memória da construção de Brasília enquanto a cidade ainda estava em obras.

Esses telegramas, anexados ao dossiê, permitem conhecer os trâmites iniciais para o tombamento e demonstram como Rodrigo Andrade buscou um contato com a NOVACAP e com Oscar Niemeyer para dar andamento à preservação do Catetinho. Permitem, também, antever questões relacionadas à atribuição de valores à edificação. A DPHAN, de imediato, destaca a precedência do Catetinho em Brasília e o descreve como um apoio importante para o presidente no início das obras. Os documentos anexados ao dossiê, em seguida, aprimoram essas justificativas, ampliando as referências e agregando à narrativa eventos e personagens da construção de Brasília.

O aperfeiçoamento do discurso de tombamento evidencia-se em um documento redigido por Flávio D’Aquino, diretor do Departamento de Urbanismo e Arquitetura (DUA) da NOVACAP – o mesmo antes dirigido por Oscar Niemeyer. Esse documento, em semelhança às justificativas esboçadas por Rodrigo Melo em telegramas, descreve o Catetinho como a primeira edificação em Brasília e, portanto, representativa da grandiosidade da nova capital, ainda vindoura.⁴²⁵ Ressalte-se que a noção de preeminência

⁴²⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ot. 538. *In 594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴²⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. [Documento sem título]. *In 594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

do Catetinho é bastante reforçada na historiografia de Brasília. Marina Mennucci e Pedro Paulo Palazzo, por exemplo, apontam que o tombamento da edificação ocorreu “devido à sua importância histórica como a primeira estrutura da construção de Brasília”.⁴²⁶

Além disso, o mesmo documento do DUA buscou expandir tal representação inicial ao valorizar eventos ocorridos no Catetinho, pois

Foi nessa residência piloto que o fundador de Brasília e seus imediatos auxiliares puderam, talvez com mais comodidade, traçar planos e tomar providências para o posterior desenvolvimento da Nova Capital – a cidade moderna que se estende, como asas abertas do plano de Lúcio Costa, pela vastidão do Planalto Central.⁴²⁷

Esse documento atribui ao Catetinho um papel central com relação a eventos preliminares para dar andamento às obras, indicando como a singela “residência-piloto” havia sido importante para os planos iniciais que definiram a história da construção de Brasília. Para tanto, o documento descreve a edificação como ponto de apoio essencial para despachos presidenciais, indicando que a sua importância seria de ordem prática, e não apenas simbólica. O documento, em seguida, associa o Catetinho à realização, ainda em curso, de uma Brasília idealizada, descrevendo-a como “a cidade moderna que se estende, como asas abertas do plano de Lúcio Costa, pela vastidão do Planalto Central”.⁴²⁸

Embora o documento elaborado pelo DUA tenha indicado alguns valores patrimoniais do Catetinho, o texto se concentrou principalmente em traçar a trajetória da edificação, buscando contar sua história. Além disso, em grande medida, privilegiou uma narrativa em que o processo de planejamento e construção do Catetinho estaria associado ao contexto de união e aventura alusivo à transferência da capital. O documento, em primeiro lugar, narra a proposta de construção da edificação como resultado do trabalho em conjunto de pessoas ligadas ao então presidente, identificadas no texto como o “grupo de amigos”.

O documento assim relata o processo:

Um grupo de amigos do presidente Juscelino Kubitschek, conhecendo-lhe o desejo [de pernoitar no local da construção de Brasília], resolveram construir no menor espaço de tempo possível – e para tanto empregando recursos de que

⁴²⁶ MENNUCCI & PALAZZO, op. cit.

⁴²⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. [Documento sem título]. In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴²⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. [Documento sem título]. In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

dispunham – uma casa de madeira que atendesse àquelas condições, isto é, pudesse abrigar com relativa comodidade os responsáveis imediatos pela obra a realizar-se.⁴²⁹

O documento descreve o grupo de amigos – entre os quais, estava Oscar Niemeyer – como sendo formado por idealistas da construção de Brasília que ansiavam por colaborar com as obras. A construção do Catetinho, nessa narrativa, teria sido um presente para o então presidente, e o documento reforça como esse grupo utilizou de recursos próprios para tanto, ressaltando o sentido de amizade e cooperação entre eles.

Essa narrativa nos remete à imagem de euforia e otimismo que, no discurso de Juscelino Kubitschek, teria caracterizado a construção de Brasília. Conforme aponta Laurent Vidal, o Governo JK usou de estratégias políticas para fazer da transferência da capital “o ponto de convergência de todas as esperanças brasileiras e de todas as aspirações nacionais”.⁴³⁰ Para Vidal, o presidente foi capaz de engendrar um discurso político centrado na ideia de que a construção da cidade seria a única solução para as dificuldades do Brasil. Nesse ponto, a narrativa construída pelo documento elaborado pelo DUA insere tanto o planejamento do Catetinho quanto os personagens envolvidos em uma imagem mais ampla pautada na união e esperança pela transferência da capital.

Ainda conforme o documento elaborado pelo DUA, a construção do Catetinho se deu em meio a dificuldades de acesso ao local, em um discurso que agrega um tom de aventura à concretização da edificação. No entanto, o documento privilegia uma narrativa sobre a superação dessas dificuldades por parte das pessoas envolvidas e ressalta as vitórias:

Certos de que trabalhavam em zona perigosa, perdida bem no meio do Brasil, muniram-se [referindo-se ao grupo de amigos de Juscelino Kubitschek e auxiliares] preventivamente do indispensável em casos de emergência. Importava, todavia, sem sacrifício grave para ninguém, continuar a obra começada. E, contudo, era de se esperar acidentes, como o ocorrido logo de início com o cozinheiro Batista, cuja vida foi salva graças ao soro antiofídico aplicado contra veneno de jararaca.⁴³¹

Nesse trecho, há menções a perigos relativos a um ambiente inóspito, “perdido bem no meio do Brasil”, o que insere o processo de edificação do Catetinho em uma narrativa

⁴²⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. [Documento sem título]. In 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴³⁰ VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital* (séculos XIX-XX). Tradução de Florence Marie Dravet. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009, p. 243.

⁴³¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. [Documento sem título]. In 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

alusiva ao desbravamento do Planalto Central. As pessoas envolvidas estariam cientes das dificuldades a serem enfrentadas, mas, conforme o documento, seriam guiadas pela perspectiva da construção de Brasília.

O Planalto Central, por sua vez, integra o discurso do documento como uma região desabitada, inóspita e perigosa, em uma alusão à suposta ausência demográfica ou cultural no território. A ideia desse vazio civilizatório é uma tônica no documento, pois, em outro trecho, assinala que, “como naquela região não existissem recursos de espécie nenhuma, organizou-se uma caravana de caminhões que partiu do interior de Minas Gerais conduzindo material, pessoal e abastecimento, tudo afinal que se julgou indispensável à construção [do Catetinho]”.⁴³²

Conforme os trechos citados permitem depreender, as descrições sobre a construção do Catetinho alinham-se à própria imagem da construção de Brasília. A DPHAN, por meio desse discurso, descreve o Catetinho como tendo sido precursor da grande obra e, simultaneamente, parte integrante do ideal da transferência da capital.

A argumentação de que o Planalto Central seria insuficientemente ocupado é exemplar nesse aspecto, pois se alinha a uma ideia mais ampla de que a alegada ausência de civilização justificaria a necessidade da transferência da capital. A urgência de ocupação do interior do Brasil, de acordo com Lauro Cavalcanti, ganhou grande importância na década de 1950 e fez parte de uma estratégia do governo JK para solucionar as diferenças de ocupação entre o litoral e o interior do Brasil – ou, pelo menos, torná-las menos evidentes.⁴³³ Na esteira desse debate, Laurent Vidal, ressalta que Juscelino Kubitschek e seus aliados utilizaram-se do discurso de que o Planalto Central seria desprovido de civilização para ressaltar a urgência da transferência da capital e, enfim, da ocupação do interior do país.⁴³⁴ Importa ressaltar, entretanto, que a ideia de que o Planalto Central seria desocupado até a construção de Brasília desconsidera os núcleos urbanos e rurais existentes. Conforme salientam Noé Sandes e Luiz Ricardo Magalhães, trata-se de uma perspectiva que reduz a história da região à construção da nova capital.⁴³⁵

A despeito das ocupações que existiam no território, o emblema desenvolvimentista que marcou o governo de Juscelino Kubitschek reforçou Brasília como um meio de

⁴³² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. [Documento sem título]. In 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴³³ CAVALCANTI, Lauro. Brasília: a construção de um exemplo. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Anos JK: Margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa Lúcio Costa, 2002.

⁴³⁴ VIDAL, op. cit.

⁴³⁵ SANDES, Noé Freire; MAGALHÃES, Luiz Ricardo. Sertão Planaltino na perspectiva dos lugares, nomes e acontecimentos em um tempo marcado pela presença da Nova Capital. In *Territórios e Fronteiras*, v. 10, 2017, p. 349.

promover a integração nacional pelo desbravamento e ocupação do Planalto Central. O discurso de tombamento do Catetinho expresso no documento elaborado pelo DUA, além de reforçar a ideia de que o Planalto Central seria desprovido de civilização, consagrou a implantação da edificação inaugural como o primeiro passo para a ocupação desse território, em alusão ao desenvolvimento que se anunciava.

Conforme vimos até aqui, o dossiê do Catetinho se esforça por atribuir valor à edificação pela sua precedência em Brasília e pela sua importância como apoio para a comitiva presidencial. Em paralelo, os documentos descrevem como os entusiastas da transferência da capital, a partir da tarefa da construção do Catetinho, teriam tido contato com um ambiente inóspito e perigoso, indicando a importância da ocupação do Planalto Central.

Esses mesmos tópicos integram o pronunciamento de Rodrigo Melo Franco de Andrade na ocasião de tombamento do Catetinho em 1959, mas o então diretor da DPHAN se aprofunda em algumas questões, em especial com relação aos valores da edificação. O discurso de Andrade consagrou-se como um importante registro histórico sobre o local, pois, conforme Marina Mennucci e Pedro Paulo Palazzo, trata-se do documento mais completo, entre os que constam do dossiê, que faz alusão ao modo como o órgão atribui valores patrimoniais à edificação.⁴³⁶ A transcrição desse pronunciamento está no dossiê de tombamento do Catetinho, e assim tem início:

O ato singelo que se realiza aqui, neste momento, tem uma significação cívica muito importante. O pensamento que o inspirou foi de preservar, para os brasileiros de amanhã, a primeira edificação em que o Chefe do Estado começou a exercer, no sítio escolhido para a nova capital do país, as atribuições do poder executivo da União.⁴³⁷

Um ponto marcante das palavras de Rodrigo Andrade é que a preservação do Catetinho se justificaria como modo de prover às gerações futuras a possibilidade de conhecer a primeira edificação de Brasília e entender a sua importância como ponto de apoio para dar andamento à obra recém-iniciada. O local, nesse discurso, teria sua importância associada ao momento do tombamento, mas a sua preservação estaria relacionada às experiências futuras, dos “brasileiros de amanhã”.

Para Rodrigo Andrade, o Catetinho seria um símbolo da garantia da transferência da capital, pois teria sido responsável por acelerar as obras recém-iniciadas e, assim, im-

⁴³⁶ MENNUCCI & PALAZZO, *op. cit.*

⁴³⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Discurso do Dr. Rodrigo M. F. de Andrade em Brasília, ao receber o “Catetinho” (11.XI.59). In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

pulsionar o sentimento de confiança no desenvolvimento do país. Em outro trecho da sua fala, o então diretor da DPHAN assinala que:

Preservá-la [a edificação] não apenas por ter sido, inicialmente, a sede do governo, mas sobretudo porque sua instalação teve o objetivo de acelerar a obra imensa de transferir do litoral, onde permanecia quatro séculos e meio, para o centro do território nacional, a Capital do País, erigindo-a como um testemunho ciclópico de confiança no futuro da Pátria.⁴³⁸

Nesse trecho, o termo “confiança no futuro da Pátria” é exemplar, pois faz alusão à possibilidade da superação de questões relacionadas ao passado e ao atraso do Brasil. O Catetinho, enquanto obra inaugural de Brasília, foi fundamental para a construção dessa narrativa, e seu valor estaria associado à ideia de entusiasmo pelo desenvolvimento que se anunciava com a transferência da capital.

Em sequência, Rodrigo Andrade justifica o valor histórico atribuído ao Catetinho como marco comemorativo de Brasília, ainda em construção. De acordo com o texto do pronunciamento, “estranhar-se-á que tão cedo, enquanto o empreendimento grandioso ainda se encontra distante da conclusão, já se lhe pretenda comemorar a história”.⁴³⁹ Contudo, a despeito desse possível estranhamento inicial,

o que se visou foi, em pleno desenvolvimento da tarefa gigantesca da construção de Brasília, proteger a tempo a pequena edificação em que nossos compatriotas do futuro conhecerão a origem rústica e quase humilde da majestade da nova capital.⁴⁴⁰

Chama a atenção o modo como a DPHAN, recorrentemente, reforça que o valor patrimonial do Catetinho seria alusivo às experiências das gerações futuras. No trecho citado, Rodrigo Andrade assinala que o tombamento garantiria que “os compatriotas do futuro” conhecessem a origem rústica de Brasília, enquanto em outro trecho, também já citado, há menção aos “brasileiros de amanhã”.

A ideia de que o tombamento seria um modo de garantir a preservação para as gerações futuras é uma tônica no discurso de proteção do Catetinho e remonta a práticas patrimoniais mais amplas da DPHAN. Para ilustrá-la, trazemos ao debate as consi-

⁴³⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Discurso do Dr. Rodrigo M. F. de Andrade em Brasília, ao receber o “Catetinho” (11.XI.59). In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴³⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Discurso do Dr. Rodrigo M. F. de Andrade em Brasília, ao receber o “Catetinho” (11.XI.59). In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴⁴⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Discurso do Dr. Rodrigo M. F. de Andrade em Brasília, ao receber o “Catetinho” (11.XI.59). In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

derações de José Pessôa, que relata como Lucio Costa, enquanto diretor de estudos e tombamentos do órgão, recomendou o tombamento da Igreja da Pampulha ainda em construção, em 1947, abrindo um precedente para a preservação de edifícios recém-construídos. O autor ressalta que, para o urbanista, essa proteção justificava-se como um “tombamento preventivo”, “para garantir às gerações futuras a legítima arquitetura do século XX”.⁴⁴¹

O tombamento da Igreja da Pampulha evidencia outra semelhança com o tombamento do Catetinho, que é a proteção de construções recentes. Portanto, em que pese Rodrigo Andrade ter assinalado, em 1958, no já citado telegrama a Oscar Niemeyer que o tempo seria curto para considerar o Catetinho na perspectiva histórica, o tombamento de construções recentes já tinha, então, precedentes na prática da DPHAN. Isso, no âmbito do SPHAN/DPHAN, está relacionado à valorização da arquitetura moderna, fenômeno que se explica pela filiação modernista dos principais intelectuais do grupo fundador do órgão nos anos 1930, conforme analisa Maria Cecília Fonseca.⁴⁴²

No entanto, ao contrário de outras construções recém-construídas e tombadas, o Catetinho não era visto pela DPHAN necessariamente como representante do modernismo, e sim como uma edificação rústica. Verifica-se que Rodrigo Andrade, em seu pronunciamento, constrói uma narrativa de valorização desse caráter “rústico e humilde”, e, nessa ótica, a rusticidade anteciparia a grandiosidade de Brasília. Conforme o então diretor do órgão,

O objetivo mais amplo da medida adotada é garantir e cultivar, por meio da proteção dos marcos expressivos do desenvolvimento da civilização nacional, a memória luminosa da identidade do Brasil do futuro com o do passado, estabelecendo a ligação entre as aspirações gloriosas alcançadas e as realizações toscas e modestas de que se originaram.⁴⁴³

Para a DPHAN, o Catetinho seria um marco simbólico entre o passado e o futuro da nação, e sua arquitetura é um ponto importante nesse discurso, pois assinala como seria possível construir um futuro desenvolvido mesmo a partir de bases modestas. Nessa perspectiva, o valor patrimonial da edificação estaria muito mais associado à simbologia de esperança de uma nova era do que a uma arquitetura excepcional.

⁴⁴¹ PESSÔA, op. cit., p. 2.

⁴⁴² FONSECA, Maria Cecília. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 121.

⁴⁴³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Discurso do Dr. Rodrigo M. F. de Andrade em Brasília, ao receber o “Catetinho” (11.XI.59). In 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

Em que pesem as características arquitetônicas do Catetinho terem um sentido menor no momento do tombamento, elas adquiriram importância ao longo dos anos na bibliografia. A discussão sobre o Catetinho tende a ressaltar as qualidades técnicas e arquitetônicas da edificação, inserindo-o na historiografia sobre a arquitetura moderna em madeira e sobre a obra de Oscar Niemeyer. Ana Elisabete Medeiros e Maritza Dantas assinalam que “a arquitetura em madeira produzida por Niemeyer na nova capital trazia consigo suas constantes projetuais e mostrava o esforço do arquiteto em realizar obras relevantes tanto para sua carreira, como para a vertente modernista da arquitetura brasileira”.⁴⁴⁴

De modo semelhante, Adrián Gorelik reconhece as qualidades do Catetinho e o descreve como uma “feliz conjugação de critérios modernos e tradicionais”, sendo formado por uma “elegante tira de uma só água sobre pilotis, com uma ampla galeria em toda a sua extensão e uma escada exterior, com materiais ‘pobres’, madeira e chapa”.⁴⁴⁵ Enquanto isso, no pronunciamento de tombamento do Catetinho, Rodrigo Andrade menciona Oscar Niemeyer para destacar que coube ao arquiteto “os monumentos principais de Brasília”,⁴⁴⁶ não havendo alusão à excepcionalidade do projeto arquitetônico da construção em madeira.

Além disso, Rodrigo Andrade reforça a existência de uma relação de coleguismo com Oscar Niemeyer, assinalando que a DPHAN se orgulhava de ter tido o arquiteto como “companheiro”.⁴⁴⁷ Esse trecho nos remete ao fato de que, ao longo do dossiê, de modo geral, e conforme já mencionamos, prevalece um tom de informalidade entre os envolvidos no processo, em especial Rodrigo Andrade, Oscar Niemeyer e Juscelino Kubitschek.

O então presidente possui um protagonismo bastante evidente no processo de tombamento do Catetinho. Os documentos atestam que JK não apenas solicitou o tombamento da edificação, mas também acompanhou ativamente o processo, comunicando-se com Rodrigo Andrade para se inteirar dos acontecimentos ou sugerir novas ações. Um exemplo é o telegrama ilustrado na figura 41, em que Kubitschek solicita que o diretor da DPHAN “abrevie medidas” para o andamento do processo:

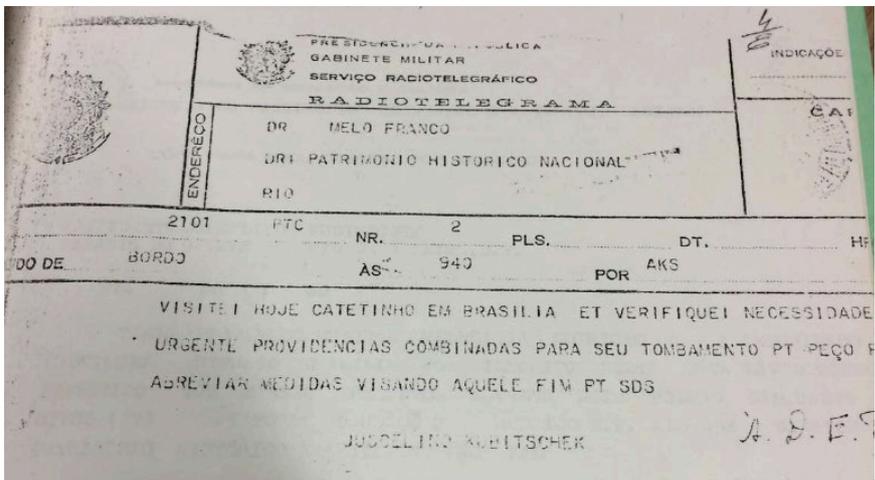
⁴⁴⁴ DANTAS & MEDEIROS, op. cit., p. 10.

⁴⁴⁵ GORELIK, op. cit., p. 54.

⁴⁴⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Discurso do Dr. Rodrigo M. F. de Andrade em Brasília, ao receber o “Catetinho” (11.XI.59). In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴⁴⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Discurso do Dr. Rodrigo M. F. de Andrade em Brasília, ao receber o “Catetinho” (11.XI.59). In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

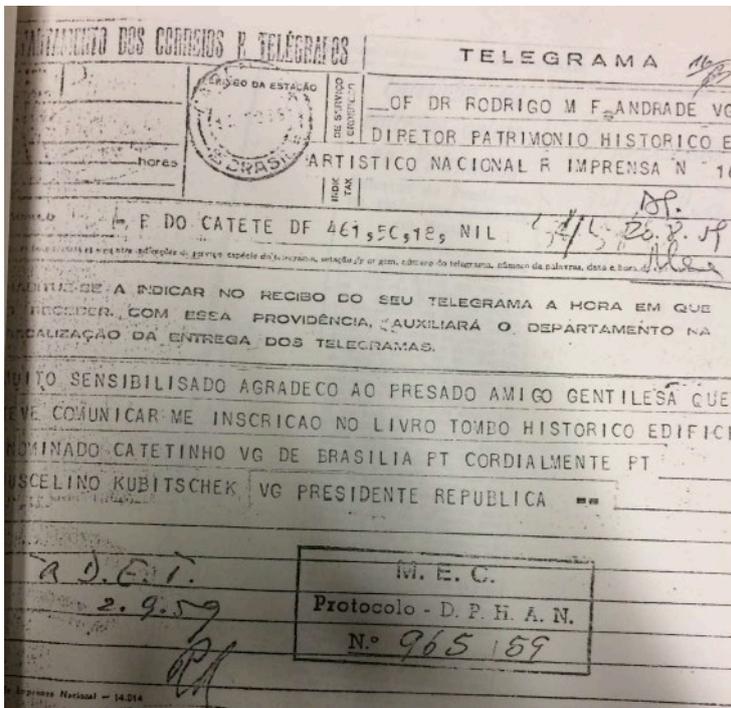
Figura 41. Telegrama de Juscelino Kubitschek a Rodrigo Melo Franco de Andrade (1)



Fonte: 594-T-1959. DePHA, 1991.

A relação de amizade entre os envolvidos evidencia-se em outro telegrama de Juscelino Kubitschek a Rodrigo Andrade, logo após o tombamento do Catetinho, em 1959, em que o então presidente se diz “muito sensibilizado” e trata o então diretor da DPHAN por “amigo”:

Figura 42. Telegrama de Juscelino Kubitschek a Rodrigo Melo Franco de Andrade (2)



Fonte: 594-T-1959. DePHA, 1991.

Esses documentos levam a ver como os trâmites para o tombamento fizeram parte de uma prática entre um grupo de pessoas conhecidas e dispostas a contribuir entre si.

A documentação apresentada até aqui, elaborada seguramente entre 1958 e 1959, faz referência ao tombamento federal. Em meio a essa documentação dos anos 1950, identificamos um poema intitulado *Catetinho* com data incerta, cuja autoria foi atribuída a Wilson Moreira da Costa. Para esta análise, deixamos em aberto o momento exato de sua produção, assim como o contexto de sua inclusão no dossiê. Contudo, é importante salientar que a inclusão de uma fonte literária no dossiê demonstra que o órgão do patrimônio se esforçou por demonstrar que a simbologia do *Catetinho* extrapolava os meios políticos e institucionais, pois teria sido objeto de inspiração para poetas.

Chama a atenção como o poema, em seus versos, atribui grande importância a Juscelino Kubitschek, transparecendo apoio político e pessoal ao ex-presidente. O poema inicia-se com os dizeres “Catetinho, tu foste o pioneiro da urbe do sol”,⁴⁴⁸ reforçando a importância da edificação nos primórdios de Brasília. Em seguida, o texto tece uma série de elogios a Juscelino Kubitschek, referindo-se a ele como “presidente candango” e assim o glorifica: “Glória ao teu pai, Brasília/Que já se sentiu só, incompreendido/Que dialogou também com a solidão/E não se deixou abater pela indiferença, pela rotina/Pela ignorância”.⁴⁴⁹ Esse trecho exalta como Juscelino Kubitschek teria superado as dificuldades, e termos como “incompreensão”, “solidão” ou “ignorância” buscam sintetizar o contexto político difícil que o ex-presidente atravessava.

Assim, essa fonte literária é importante por ser o único documento do dossiê que sugere a existência de uma oposição política a Juscelino Kubitschek. Os demais documentos, de modo geral, retratam o período da construção de Brasília como tendo sido caracterizado por esperança e união nacional, o que pacifica conflitos e compõe uma narrativa harmoniosa em torno da transferência da capital. No entanto, em meados dos anos 1950, a transferência da capital era desacreditada por muitos e criticada pela oposição. Conforme Adrián Gorelik, o *Catetinho* fez parte de uma campanha publicitária oficial “sobre a inflexível decisão política da construção e a conseqüente mudança da capital”.⁴⁵⁰ Preservá-lo, portanto, significava reforçar a convicção da construção de Brasília, em um movimento que pretendia fortalecer o governo e, certamente, desacreditar a oposição política.

⁴⁴⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. [Documento sem título]. In 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴⁴⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. [Documento sem título]. In 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴⁵⁰ GORELIK, op. cit., p. 54.

De acordo com o que vimos neste texto, os documentos do dossiê tendem a descrever o Catetinho como uma edificação caracterizada por simplicidade arquitetônica e grande simbologia. Verificamos que o dossiê valoriza sua arquitetura pelo seu aspecto rústico, o que nos permite constatar que a inserção da edificação na historiografia do movimento moderno brasileiro foi feita *a posteriori*. No próximo tópico, avançamos na análise do modo como a documentação tratou da conservação do material do Catetinho, a madeira.

2.1.2 A conservação do material

O dossiê do Catetinho indica que, após o início do processo de tombamento, em 1958, setores da DPHAN se mostraram preocupados com a conservação do material da edificação, a madeira. O documento que aponta de modo mais evidente essa preocupação advém da Seção de Arte da DPHAN. Em um primeiro momento, o texto reconhece a legitimidade do tombamento do Catetinho, pois a edificação havia sido “a unidade inicial do empreendimento urbanístico e arquitetônico de Brasília”,⁴⁵¹ o que está em sintonia com um discurso mais amplo do dossiê. A preocupação com a conservação do material vem em seguida, pois conforme o documento,

Uma vez, porém, que a mesma construção [o Catetinho] foi feita com materiais ligeiros por se destinar a simples “barracão”, tal como consta dos croquis anexos ao processo, recomenda-se à DPHAN providenciar desde logo o estudo dos meios adequados à sua proteção, considerando-se que seria inadmissível reconstruir a edificação periodicamente.⁴⁵²

Segundo esse trecho, o Catetinho havia sido projetado para ser provisório, um “simples barracão”. Esse documento reforça que não havia a intenção inicial de manter a edificação, que, por isso, havia sido projetada com materiais não duráveis. Ao mesmo tempo, alerta para a impossibilidade de sua reconstrução periódica e, assim, recomenda estudos para a sua conservação. Essa questão suscitava um desafio para a DPHAN, pois o tombamento significava a conservação permanente de uma edificação com “materiais ligeiros”.

A preocupação do documento com a fragilidade do material, no entanto, parece fazer alusão muito mais ao uso de “materiais ligeiros”, devido ao caráter inicialmente tem-

⁴⁵¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. [Documento sem título]. In 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴⁵² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. [Documento sem título]. In 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

porário da edificação, do que ao fato de ser de madeira, pois o Catetinho não inaugurou o debate sobre a manutenção permanente de edificações em madeira no Brasil. O arquiteto e pesquisador Oscar Ferreira, em análise sobre o patrimônio em madeira de Brasília, chama a atenção para a existência de projetos que antecederam a construção da capital, como o Park Hotel São Clemente em Nova Friburgo, projetado por Lucio Costa e inaugurado em 1944.⁴⁵³ Para Ferreira, foi a partir desse projeto que Costa lançou as bases para a arquitetura moderna em madeira no Brasil, e o autor, inclusive, reconhece no Catetinho uma composição semelhante. Assim, constata-se que o fato de a edificação em análise ser de madeira não representava, por si só, uma inovação na problemática da conservação do material, pois o projeto citado por Ferreira havia sido um precedente importante.

No dossiê do Catetinho, não identificamos documentos que indiquem qualquer avanço com relação às preocupações da conservação do material que haviam sido levantadas pela Sessão de Arte da DPHAN. O texto do pronunciamento de Rodrigo Melo Franco de Andrade na ocasião do tombamento do Catetinho sugere que o órgão não privilegiou qualquer estudo com relação à conservação do material, pois as possíveis dificuldades envolvidas aparecem como um “estímulo” aos futuros técnicos da instituição.

Conforme o pronunciamento, em um primeiro momento, “objetar-se-á que se tenha procurado converter em monumento duradouro para as gerações posteriores uma construção que, pela própria fragilidade, não possui as condições necessárias para subsistir”.⁴⁵⁴ Em seguida, Rodrigo Andrade esclarece que, “quanto à precariedade intrínseca da arquitetura, constituirá um estímulo ao engenho dos peritos, aos quais caberá lhe assegurar a sobrevivência”.⁴⁵⁵ A partir desse trecho, percebe-se que a DPHAN deixou em aberto qual seria o modo mais apropriado para a conservação do Catetinho.

A preocupação com a fragilidade do material do Catetinho remonta aos anos 1950 e ainda hoje suscita questões. Marina Mennucci e Pedro Paulo Palazzo contribuíram para o debate ao analisarem as intervenções realizadas na edificação ao longo dos anos, embora indiquem que não houve um efetivo registro documental de todas as

⁴⁵³ FERREIRA, Oscar Luís. A Madeira no Patrimônio Moderno: O caso de Brasília. In: *13º Seminário Docomomo Brasil Arquitetura Moderna Brasileira. 25 anos do Docomomo Brasil. Todos os mundos. Um só mundo*, 2019, Salvador/BA. Anais do 13º Seminário Docomomo Brasil: Arquitetura Moderna Brasileira. 25 anos do Docomomo Brasil. Todos os mundos. Um só mundo. Salvador/BA: Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), 2019. v. 1.

⁴⁵⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Discurso do Dr. Rodrigo M. F. de Andrade em Brasília, ao receber o “Catetinho” (11.XI.59). In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴⁵⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Discurso do Dr. Rodrigo M. F. de Andrade em Brasília, ao receber o “Catetinho” (11.XI.59). In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

alterações.⁴⁵⁶ As mudanças mais conhecidas ocorreram, provavelmente, conforme os autores, a partir de intervenções realizadas nos anos 1957, 1960, 1978, 1995–97, 2002 e 2012, algumas das quais com substituição de material original por madeira de outro tipo.

A substituição de material original de edificações tombadas é um assunto controverso na discussão sobre a intervenção no patrimônio. Para Ana Elisabete Medeiros e Maritza Dantas, intervenções “arbitrárias e não impulsionadas por uma aspiração de recuperar características fundamentais da edificação iriam contra princípios de autenticidade histórica e da integridade do patrimônio cultural”.⁴⁵⁷ Entre as intervenções no material do Catetinho, houve a substituição de diversos elementos originais, de madeira de ipê (*Handroanthus*), por outras, de madeira de angelim-ripa (*Ormosia arborea*), que seria mais resistente, conforme Marina Mennucci e Pedro Paulo Palazzo.⁴⁵⁸ A despeito das intervenções realizadas com o intuito de reforçar sua estrutura, ainda hoje o Catetinho apresenta graves problemas de conservação e manutenção, que, de acordo com o Inventário do IPHAN de 2017, são ocasionados pelo contato do material com o público visitante e pela carência de pessoal de apoio.⁴⁵⁹

Por sua vez, o trabalho de Ana Elisabete Medeiros e Maritza Dantas sobre a conservação do Catetinho insere a edificação em um debate mais amplo sobre o patrimônio moderno em madeira. Segundo elas, a conservação desse tipo de bem no Brasil representa um desafio devido, em especial, à falta de procedimentos técnicos específicos para a preservação e restauro do material.⁴⁶⁰ No cenário internacional, as recomendações para a conservação do patrimônio em madeira foram sintetizadas no documento *Principles for the conservation of wooden built heritage*, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), de 1999,⁴⁶¹ que reúne recomendações da Carta de Veneza, de 1964, da Declaração de Amsterdam, de 1975, da Carta de Burra, de 1979, e do Documento de Nara, de 1994. Essas recomendações representam um avanço na

⁴⁵⁶ MENNUCCI, Marina Martins; PALAZZO, Pedro Paulo. Catetinho: The first presidential house in Brasília, Brazil. In: Wouters, Inge; van de Voorde, Stephanie; Bertels, Inge. (Org.). *Building Knowledge, Constructing Histories*. 1ed. Leiden: CRC: Balkema, 2018, v. 2, p. 929.

⁴⁵⁷ DANTAS, Maritza; MEDEIROS, Ana Elisabete. Brasília modernista e o uso da madeira: tombamento e desafios na preservação do Catetinho. In: *13 Seminário Docomomo Brasil, 2019*, Salvador. Anais do 13 Seminário Docomomo Brasil, 2019, p. 12.

⁴⁵⁸ MENNUCCI & PALAZZO, op. cit., p. 929.

⁴⁵⁹ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário do Catetinho*. Brasília: IPHAN. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, 2017. (Volume 1).

⁴⁶⁰ DANTAS & MEDEIROS, op. cit., p. 8.

⁴⁶¹ CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). *Principles for the Conservation of Wooden Built Heritage*. Mexico: Icomos, 1999. (12ª Assembleia Geral no México.)

discussão e na elaboração de diretrizes e, certamente, contribuem para o debate sobre a conservação do Catetinho na contemporaneidade.

Conforme este tópico buscou demonstrar, a Sessão de Arte da DPHAN entendia que o tombamento do Catetinho exigia estudos mais completos sobre a conservação da edificação, descrita como um “simples barracão”. Essa descrição reforça a ideia de que o órgão, no momento do tombamento, não via o Catetinho como integrante do movimento moderno, e sim como uma construção rústica e de caráter inicialmente provisório. Por fim, verificamos ainda que a conservação do Catetinho é um problema que persiste na contemporaneidade, suscitando um debate atual sobre o patrimônio em madeira.

Este tópico encerrou a análise da documentação do dossiê do Catetinho referente aos anos 1950. A seguir, avançamos na análise considerando a documentação que foi anexada a partir da década de 1970, contribuindo para uma discussão de como a edificação passou a integrar os debates patrimoniais no âmbito do Distrito Federal.

2.1.3 O Catetinho na pauta de tombamentos no Distrito Federal nos anos 1970

A documentação anexada ao dossiê do Catetinho a partir dos anos 1970 é um importante registro sobre a discussão da proteção da edificação no âmbito do Distrito Federal, e a nossa análise permite avançar no debate sobre os valores atribuídos à edificação após Brasília ter se consolidado como capital do país. Embora no dossiê não conste o contexto de anexação de todos os documentos posteriores ao tombamento, trata-se de um processo que teve início quando Belmira Finageiv, arquiteta do IPHAN-DF, solicitou ao IPHAN, em 1975, fotocópia de todo o processo de tombamento.⁴⁶² Alguns dos documentos anexados posteriormente são provenientes da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, criada em 1975. Assim, constata-se que a solicitação de Finageiv, ao garantir a existência de uma cópia do processo em Brasília, possibilitou um protagonismo mais evidente da recém-criada divisão.

Em um primeiro momento, a documentação dos anos 1970 alinha-se ao discurso original do tombamento ocorrido nos anos 1950, pois reforça a simbologia da edificação relativa à construção de Brasília, a exemplo da transcrição de depoimento do engenheiro José Pereira de Castro Chaves, ou “Juca Chaves”, que participou da construção do

⁴⁶² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Of. N. 364/75/IPHAN/BSB. *In* 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

Catetinho.⁴⁶³ Embora não haja indicação da data desse depoimento, o engenheiro cita o livro *Por que construí Brasília*, de 1975, de modo que seu relato foi coletado a partir de meados dos anos 1970.

Juca Chaves identifica-se como um dos integrantes do “grupo de amigos” do presidente e, em seu relato, explicita os momentos de esperança e união do período da construção de Brasília. O engenheiro, em tom de idealização, ressalta o esforço do grupo de amigos para a construção do Catetinho, mas insere esse evento em um cotidiano aprazível, pois “o trabalho intenso era amenizado nas horas de lazer pelo violão de Dilermano Reis, as serestas de César Prates, que encantavam os candangos”.⁴⁶⁴ Esse relato expande a representação da implantação da edificação, pois, nas lembranças de Juca Chaves, tratava-se de um projeto que possibilitou a confraternização entre as pessoas envolvidas.

Em seguida, Chaves relata sua convivência pessoal com Juscelino Kubitschek, retratando-o como orgulhoso pela obra iniciada: “lembro-me também com emoção no dia da sua chegada [a de Juscelino Kubitschek ao Catetinho], deitado no divã da sala, e sentado ao seu lado ter ouvido: Juca, considero uma dádiva divina a oportunidade de construir Brasília”.⁴⁶⁵ O engenheiro, em suas memórias, retrata o Catetinho como um local em que o então presidente e amigos partilhavam expectativas com relação à construção de Brasília. Nesse aspecto, percebemos a inclusão de novas nuances à narrativa construída nos anos 1950, pois esse relato agrega à memória do local uma imagem mais pessoal das experiências de JK, e não apenas como chefe do executivo.

Por fim, e também em sintonia com o discurso de tombamento, o engenheiro reforça que o Catetinho teria sido resultado de um trabalho em equipe harmonioso e equilibrado, apontando como isso teria inspirado as obras de Brasília, pois

a construção do Catetinho caracterizou-se como um trabalho de equipe em que cada um dos participantes, sem destaque, deu o melhor de seu esforço de maneira solidária. O exemplo frutificou, porque a partir daquele momento, a construção da cidade processou-se em ritmo vertiginoso, o chamado “ritmo de Brasília”. O

⁴⁶³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Construção de Brasília – Catetinho. Depoimento do Engenheiro José Pereira de Castro Chaves, Juca Chaves. In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴⁶⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Construção de Brasília – Catetinho. Depoimento do Engenheiro José Pereira de Castro Chaves, Juca Chaves. In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴⁶⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Construção de Brasília – Catetinho. Depoimento do Engenheiro José Pereira de Castro Chaves, Juca Chaves. In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

trabalho de equipe e a solidariedade sempre foi a sua característica [referindo-se a Juscelino Kubitschek].⁴⁶⁶

O depoimento de Juca Chaves, conforme podemos constatar, indica que houve uma retomada do discurso preservacionista do Catetinho ao longo dos anos 1970, que abriu espaço para a inclusão de uma imagem positiva de Juscelino Kubitschek enquanto pessoa. Além disso, a união e a solidariedade entre personagens da época reforçam a representação do Catetinho como parte de uma memória gloriosa. Assim, a edificação permanece como um marco comemorativo de Brasília, mas, ao passo que o tombamento em 1959 reforçou sua representação como símbolo da esperança no futuro, o relato de Juca Chaves o entende como um valor da memória da construção de Brasília.

Esse relato, de modo geral, situa a importância do Catetinho como parte de um passado idealizado. Enquanto isso, outros documentos anexados ao dossiê e elaborados em 1976 pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal buscaram atualizar a representação patrimonial da edificação, com o intuito de realizar o tombamento local. Essa documentação é importante porque especifica o protagonismo da recém-criada divisão, que indicou a necessidade de entender os valores do Catetinho sob uma perspectiva contemporânea.

Um desses documentos, de 1976 e elaborado pela citada divisão, aponta que no momento do tombamento federal, em 1959, o Catetinho simbolizava “a importância de fatos pioneiros em Brasília”. Deste modo, reconhece-se que o tombamento pela DPHAN havia sido essencial para preservar uma memória referente aos primórdios de Brasília. Entretanto, no momento da escritura do documento, era

necessário vê-lo [o Catetinho] como elucidativo do progresso do país, perceber o contraste entre seu primitivismo e o resultado das decisões projetadas dali, destinadas a plantar na aridez do Planalto Central a metrópole arquitetônica e urbanística arrojada que se desenvolve a cada dia.⁴⁶⁷

Ainda que o documento faça referência à importância do tombamento em 1959, alega-se a existência de novos desafios, em uma perspectiva que busca legitimar o tombamento local devido à evolução urbana de Brasília, “uma metrópole que se desenvolve a cada dia”. Nessa narrativa, a capital não seria mais uma promessa, e sim uma cidade

⁴⁶⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Construção de Brasília – Catetinho. Depoimento do Engenheiro José Pereira de Castro Chaves, Juca Chaves. In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴⁶⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Memo. Nº ____ /STO/DPHA. In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

dinâmica e real, e daí a necessidade de reforçar a representação do Catetinho, porém considerando a passagem do tempo.

Em seguida, indicando a necessidade de observar a área circundante e, mais uma vez, apontando novas questões relativas a esse patrimônio, o documento ressalta que a área ao redor da edificação estaria “quase inalterada” e guardaria características “próprias da construção de Brasília”.⁴⁶⁸ A perspectiva da valorização dessa área natural ao redor do Catetinho é relevante por evidenciar questões que apenas poderiam ser percebidas com o passar dos anos, discurso evidente em 1976. A argumentação gira em torno da ideia de que a área circundante não se destacava com relação à paisagem natural mais ampla da região em 1959. Já em 1976, essa área ganha uma importância maior, pois teria se mantido quase intacta em meio à intensa urbanização ocorrida após a inauguração de Brasília, preservando, assim, características ambientais originais desse ambiente. Embora a proposta local do tombamento tenha se caracterizado como um reforço ao discurso original de preservação, incluiu uma envoltória que passou a ser valorizada como vestígio de uma época.

Ainda de acordo com esse mesmo documento de 1976, o tombamento local fundamentava-se porque o Distrito Federal já seria, desde 1971, responsável pela manutenção da edificação. Nesse sentido, o Catetinho teria sido “recentemente recuperado pelo governo do Distrito Federal, tendo sido passada a responsabilidade de todo o seu patrimônio móvel, imóvel e utensílios, então de propriedade da NOVACAP, ao Departamento de Turismo do DF”.⁴⁶⁹ Assim, outro ponto-chave na argumentação para o tombamento local eram responsabilidades e custos que o Distrito Federal já havia assumido desde 1971.

Esse documento leva a ver como havia interesse por parte da Divisão do Patrimônio do Distrito Federal em tomar o Catetinho desde pelo menos 1976, caracterizando o tombamento como precursor no Distrito Federal. Na ocasião, o processo não foi levado adiante, provavelmente porque não havia previsão legal no âmbito distrital para a sobreposição de tombamentos entre diferentes instâncias. Como discutimos no capítulo 1, apenas em 1989 o DF passou a contar com uma legislação específica para tombamentos, a Lei nº 47, de 2 de outubro de 1989.⁴⁷⁰

⁴⁶⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Memo. Nº ____/STO/DPHA. In 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴⁶⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Memo. Nº ____/STO/DPHA. In 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴⁷⁰ DISTRITO FEDERAL. Lei nº 47, de 2 de outubro de 1989. Dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural.

Essa mesma lei determinou que “os bens tombados pela União, localizados no Distrito Federal, serão inscritos *ex-officio* nos Livros de Tombo definidos no art. 8º desta Lei”,⁴⁷¹ o que tornou obrigatório o tombamento local do Catetinho, que foi inscrito em Livro do Tombo do Distrito dois anos mais tarde, em 1991. Embora não esteja claro o motivo desse intervalo de dois anos, provavelmente está relacionado a trâmites legais, pois na mesma Lei nº 47, de 1989 está previsto que “o tombamento dos bens pertencentes à União Federal dependerá de anuência da autoridade responsável”.⁴⁷²

O processo que resultou no tombamento local do Catetinho é pouco debatido na bibliografia, pois geralmente os estudos concentram-se em questões referentes ao tombamento federal. Além disso, algumas informações são imprecisas e o resultado de algumas ações locais é pouco claro, por exemplo, o dossiê não indica até que ponto a discussão sobre o tombamento local avançou nos anos 1970. Contudo, ainda que o tombamento local não tenha ocorrido nessa década, os documentos a que tivemos acesso permitiram ampliar o debate sobre a trajetória patrimonial do Catetinho, em especial pelo modo como a Divisão do Patrimônio justificou a necessidade de sua proteção em nível local. O anseio pelo tombamento local em 1976, conforme vimos neste tópico, estava consubstanciado não apenas pela alegada necessidade de reforçar a representação patrimonial da construção pioneira na contemporaneidade, mas também pelo fato do governo local já ser responsável pela manutenção da edificação desde 1971.

A seguir, passamos para o último tópico da discussão sobre o Catetinho, em que analisamos o modo como o dossiê o retrata como um importante ponto turístico no Distrito Federal, lembrando que na edificação funciona um museu desde 1972.

2.1.4 O Catetinho como ponto turístico

Conforme vimos, ainda em 1958 Rodrigo Melo Franco de Andrade havia solicitado à NOVACAP a preservação do mobiliário do Catetinho,⁴⁷³ assim como havia levantado a ideia de relacionar o tombamento da edificação à criação de um museu em Brasília, em mensagem dirigida a Oscar Niemeyer.⁴⁷⁴ Essas mensagens levam a ver como algumas

⁴⁷¹ DISTRITO FEDERAL. *Lei nº 47, de 2 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural.

⁴⁷² DISTRITO FEDERAL. *Lei nº 47, de 2 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural.

⁴⁷³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ofício n. 358. *In 594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴⁷⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ot. 538. *In 594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

questões referentes à transformação do Catetinho em museu haviam sido gestadas já nas tratativas iniciais para seu tombamento, em 1958. O Museu do Catetinho foi implementado em 1972, mas, conforme Marina Mennucci e Pedro Paulo Palazzo, a história do Catetinho como museu carece de registros, em especial quanto a intervenções não documentadas realizadas na edificação e à origem de peças de mobiliário.⁴⁷⁵ Em que pese o dossiê a que tivemos acesso não detalhar os trâmites para a transformação do Catetinho em museu, há documentos que registram partes desse processo, e outros que indicam a representação turística do local. Essas duas questões guiam a análise deste tópico.

Em um primeiro momento, destacamos um documento anexado ao dossiê que registra e descreve o acervo do Catetinho, intitulado *Termo de entrada e recebimento de todo o patrimônio móvel, imóvel e utensílios, situados no Catetinho, de propriedade da Novacap*, de 1971.⁴⁷⁶ O documento lista e descreve os 58 itens existentes na edificação, entre bens móveis e imóveis, apontando suas características. A título ilustrativo, trazemos parte dessa relação a fim de demonstrar o modo como esses itens são descritos: “um prédio anexo, onde funcionava a cozinha presidencial e residência de moradores em madeira; (...) uma churrasqueira rústica; (...) duas mesas de madeira sendo uma forrada de alumínio; (...) quatro armários pequenos para banheiro (...)”.⁴⁷⁷ Esse Termo de Entrada é importante porque marca o momento em que o Catetinho e seus objetos passaram a ser de propriedade do Departamento de Turismo do Distrito Federal, podendo contribuir com pesquisas que busquem um maior conhecimento desse inventário. No ano seguinte, 1972, o Catetinho foi transformado no Museu do Catetinho.

Outros documentos indicam como o Distrito Federal buscou valorizar o local como ponto turístico, entre os quais se destaca a Ficha de Registro do imóvel na Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Esse documento não possui data, dificultando situar a sua produção. Contudo, é sabido que a empresa foi criada em 1966, de forma que a ficha foi seguramente elaborada após o tombamento e anexado ao dossiê a partir dos anos 1970. Ela destaca as qualidades do Catetinho como ponto turístico, assinalando tanto os pontos positivos de sua ambientação quanto sua importância como símbolo da construção de Brasília. O texto assim descreve o Catetinho:

⁴⁷⁵ MENNUCCI & PALAZZO, op. cit., p. 929.

⁴⁷⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Termo de entrada e recebimento de todo o patrimônio móvel, imóvel e utensílios, situados no Catetinho, de propriedade da Novacap. In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴⁷⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Termo de entrada e recebimento de todo o patrimônio móvel, imóvel e utensílios, situados no Catetinho, de propriedade da Novacap. In *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

Uma simples construção de madeira, lembrando uma casa sede das fazendas brasileiras. É um dos pontos turísticos mais aprazíveis do Distrito Federal. O Catetinho simboliza a força e a coragem de uma raça. Ele representa o marco de uma grande escalada que assombrou o mundo.⁴⁷⁸

Um ponto que chama a atenção na descrição das características do Catetinho é o modo como o documento o compara a antigas fazendas brasileiras, embora sem detalhar essa comparação. A título de especulação, estima-se que a ficha vinculou a horizontalidade marcante do Catetinho e o seu material construtivo, a madeira, à rusticidade, e a paisagem bucólica do local pode ter contribuído para essa associação. Além disso, o mobiliário, que remonta aos anos 1950 e possui elementos associados a fazendas, como um fogão a lenha, pode ter reforçado a sintonia com a ruralidade da região. De todo modo, ao comparar o Catetinho a uma antiga fazenda brasileira, a Ficha da EMBRATUR o afasta do movimento moderno, associando-o a referências rústicas, vernaculares e antigas.

O documento também descreve características gerais do Catetinho, e valoriza o mobiliário por ele ser original da época da construção de Brasília, atribuindo a cada cômodo e objeto descrito um valor histórico relativo à experiência de Juscelino Kubitschek:

A sala de reuniões, de onde se despachou a partir de 1956, conserva ainda hoje, o primeiro telefone ali instalado, a primeira bandeira nacional hasteada no local e fotos das primeiras obras de Brasília (...). No quarto que pertenceu a JK, restam apenas uma cama, sobre a qual está a colcha original que pertenceu ao ex-presidente, um pequeno armário e, na parede uma placa com inscrições.⁴⁷⁹

Ao indicar que a figura de JK passou a compor a narrativa turística do Catetinho, a ficha agrega um valor de memória à edificação, tendo como recurso principal a construção de um cotidiano centrado na vivência do ex-presidente.

Por fim, o último documento do dossiê sobre o discurso turístico em torno do Catetinho que analisamos é o *Guia de Visita do Catetinho*, elaborado com expectativa de lançamento como parte das comemorações dos 30 anos da edificação, ou seja, em 1986.⁴⁸⁰ Embora não haja informações sobre a data de elaboração desse documento, a sua perspectiva de lançamento indica que a sua inclusão no processo alcançou os anos 1980.

⁴⁷⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. EMBRATUR – Catetinho. In 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴⁷⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. EMBRATUR – Catetinho. In 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴⁸⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Guia de Visita do Catetinho. In 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

Esse documento, em linhas gerais, cria uma proposta de como os visitantes deveriam experienciar a visita ao Museu do Catetinho. O guia, em sintonia com um discurso mais amplo do tombamento, reforça a simbologia do local como marco da construção de Brasília, pois, conforme um texto direcionado a futuros visitantes,

Daqui [do pátio externo] você observa o “Palácio de Tábuas”. Foi o primeiro projeto de Oscar Niemeyer para Brasília. O Catetinho foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 21/07/59; representa hoje o marco de uma escalada que assombrou o mundo com a força e a coragem dos brasileiros.⁴⁸¹

Em que pese o *Guia de Visita* citar que o Catetinho foi projetado por Oscar Niemeyer, não há menções às características projetuais ou qualidades arquitetônicas da edificação. Conforme podemos constatar, o documento cita Niemeyer para indicar que esse teria sido seu primeiro projeto para Brasília, em um discurso que privilegia a simbologia do local como marco inaugural na construção da cidade.

O texto do *Guia de Visita do Catetinho*, em semelhança à Ficha da EMBRATUR, atribui importância histórica ao mobiliário e utensílios do Catetinho, reforçando que eles seriam originais da época da construção de Brasília. De modo análogo, Juscelino Kubitschek é um personagem fundamental na descrição da visita ao Catetinho, o que nos permite constatar que esse documento inseriu a figura do ex-presidente na construção da experiência de turistas no local. Conforme o texto do *Guia de Visita*,

Comece então a visitar o primeiro quarto à sua esquerda. Lembrando-se de que, tudo o que você aqui encontrar permanece no seu estado original. Este é o quarto do presidente, com suíte. Aqui se encontra uma cama de casal, de madeira, com criado embutido (...). [Também se encontra] uma placa de bronze com os dizeres: aqui, neste quarto, pernitoou pela primeira vez, a 10 de novembro de 1956, o presidente Juscelino Kubitschek (...) em que um fulgurante ideal e uma vontade inquebrantável fizeram nascer Brasília.⁴⁸²

Nesse sentido, o documento foi capaz de sintonizar as imagens do Catetinho e de Juscelino Kubitschek como recurso discursivo para compor um cenário turístico alusivo à construção da capital.

O texto do *Guia de Visita* encerra nossas análises do dossiê. Contudo, para ampliar o debate sobre a trajetória do Catetinho, trazemos as constatações de Marina Mennucci e Pedro Paulo Palazzo sobre as intervenções realizadas na edificação, com especial

⁴⁸¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Guia de Visita do Catetinho*. In 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

⁴⁸² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Guia de Visita do Catetinho*. In 594-T-1959. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

atenção para o modo como a sua transformação em museu demandou intervenções. Conforme ressaltam os autores, as intervenções feitas entre 1959 e 1972 não teriam sido significativas, mas sua abertura ao público, em 1972, teria exigido infraestrutura e mobiliário.⁴⁸³

Os autores apontam que a perspectiva de abertura do Catetinho ao público demandou a substituição total de revestimentos e a aplicação de pintura, em diferentes momentos. As campanhas que realizaram intervenções mais agressivas, segundo os autores, foram aquelas de 1995-1997 e de 2012.⁴⁸⁴ Elas contemplaram não apenas o edifício do Catetinho, mas também seus arredores, e, entre os acréscimos, os autores citam a construção de uma cafeteria e de uma sede administrativa, assim como um novo projeto de iluminação e outras obras diversas.⁴⁸⁵

A discussão empreendida neste tópico sobre a documentação do tombamento do Catetinho contou com uma fonte privilegiada, pois tivemos acesso tanto ao processo original, de 1959, quanto a documentos anexados a partir de 1975, quando houve requisição do processo no Distrito Federal.

A análise da documentação dos anos 1950 nos permitiu discutir o modo como a DPHAN construiu valores históricos e simbólicos para uma edificação que deveria ter sido provisória e cuja continuidade, portanto, não se previa. Um ponto fundamental no discurso do órgão foi apontar os aspectos rústicos e humildes do Catetinho como ponto de partida para o desenvolvimento do Brasil pela ocupação do Planalto Central. No valor atribuído ao local, considerou-se o discurso referente à transferência da capital, em especial pela ideia de que os protagonistas de Brasília, movidos pelo idealismo, teriam desbravado um território inóspito e pouco explorado.

Já a análise da documentação referente aos anos 1970 possibilitou avançar no debate e apontar questões relativas ao modo como a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal propôs o tombamento local. A recém-criada divisão reforçou valores já consagrados, embora a partir de uma perspectiva contemporânea, que passou a valorizar a representação e o ambiente natural do Catetinho como vestígios da construção de Brasília.

Ao longo do dossiê, a valorização da arquitetura do Catetinho está bastante associada à rusticidade e simplicidade, não havendo alusão direta à influência da arquitetura mo-

⁴⁸³ MENNUCCI & PALAZZO, op. cit., p. 931.

⁴⁸⁴ MENNUCCI & PALAZZO, op. cit., p. 931.

⁴⁸⁵ MENNUCCI & PALAZZO, op. cit., p. 931.

derna. Nesse sentido, em que pese a bibliografia inserir o Catetinho na historiografia da arquitetura moderna produzida por Oscar Niemeyer, constatamos que essa questão não integra o dossiê. Inclusive, conforme vimos, um documento da EMBRATUR relacionou o Catetinho a antigas fazendas da região, provavelmente em uma referência ao caráter rústico e ambientação bucólica. Por fim, constatamos como a figura de Juscelino Kubitschek ganhou cada vez mais importância ao longo do dossiê e integrou-se à memória do local ao ponto de o ex-presidente tornar-se um personagem essencial para as programações turísticas.

2.2 Planaltina e as alegadas origens do território e de Brasília

Planaltina é uma Região Administrativa de Brasília, a RA VI, que foi desmembrada do estado de Goiás e incorporada ao Distrito Federal pelo Decreto nº 4, de 1960.⁴⁸⁶ Assim, ao contrário da maior parte das demais Regiões Administrativas de Brasília, que foram construídas a partir da segunda metade da década de 1950, Planaltina tem suas origens no século XVIII como parte do estado de Goiás. Neste tópico, analisamos os dossiês referentes ao Museu Histórico e Artístico de Planaltina, à Igreja São Sebastião de Planaltina e à Pedra Fundamental de Planaltina, todas construções tombadas em 1982. Tais tombamentos foram precursores no âmbito da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, e apontam a valorização de Planaltina no processo de seleção do patrimônio de Brasília.

Na bibliografia, o historiador Paulo Bertran é referência na pesquisa sobre o período colonial de Planaltina, considerando principalmente as origens do povoamento e o crescimento do núcleo.⁴⁸⁷ Já Pedro Paulo Palazzo, em um trabalho fundamental para a nossa pesquisa, analisou as narrativas referentes aos ciclos históricos de Planaltina, em uma perspectiva que identificou o modo como as relações entre Planaltina e Brasília foram sendo construídas por meio de relatos e descrições.⁴⁸⁸

A partir do século XIX, conforme Pedro Paulo Palazzo, Planaltina foi palco de eventos que, mais tarde, sintonizariam as histórias de Planaltina e de Brasília, e as Missões Cruls são acontecimentos emblemáticos nesse sentido. Ocorridas entre 1892 e 1894 com a finalidade de estudar e demarcar a área destinada à futura nova capital do país, o seu roteiro incluía Planaltina. Em seguida, o lançamento da Pedra Fundamental do novo Distrito Federal nos arredores de Planaltina, em 1922, teve como propósito principal demarcar a futura capital. De acordo com Palazzo, tais eventos foram referência para que a história de Planaltina passasse a ser “narrada como um dos aspectos da transferência da capital do Brasil para o Planalto Central”.⁴⁸⁹

A sintonização entre as histórias de Planaltina e de Brasília possibilitou a estruturação de narrativas relacionadas a uma suposta preexistência de Brasília tendo como base eventos ocorridos no antigo núcleo goiano. Essa perspectiva fez com que o historiador

⁴⁸⁶ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 4, de 10 de maio de 1960*. Dispõe sobre a divisão do território do Distrito Federal, para efeito de fiscalização e arrecadação das rendas públicas.

⁴⁸⁷ BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Editora da UnB, 2011.

⁴⁸⁸ PALAZZO, Pedro Paulo. Planaltina e suas narrativas: cultura, memória e patrimônio em publicações locais desde o século XX. *Historiae*, v. 6, p. 360-382, 2015.

⁴⁸⁹ PALAZZO, op. cit., p. 373.

Mario Castro, por exemplo, afirmasse que a história de Planaltina seria “os antecedentes da história de Brasília”.⁴⁹⁰ Contudo, a inserção de Planaltina na historiografia da nova capital tende a limitar o núcleo goiano à função de subsidiário de Brasília, nas palavras de Palazzo.⁴⁹¹

Outro estudo fundamental sobre Planaltina é a pesquisa de Luiz Ricardo Magalhães, que considera os anseios e experiências dos habitantes do Planalto Central com relação à ideia da mudança da capital.⁴⁹² O autor aponta que a expectativa de desenvolvimento da região fazia parte do imaginário e das aspirações dos habitantes do Planalto Central. No entanto, a realidade moderna imposta por Brasília representou frustrações para a população de Planaltina, pois, de acordo com Magalhães,

trouxe uma vinculação diferente do que fora planejado como desenvolvimento regional. Portanto, o sentido externo e direto da apreensão das novidades é algo que veio contrariar as perspectivas de mudanças que animaram as gerações anteriores.⁴⁹³

A construção de Brasília resultou em um crescimento acelerado em Planaltina, e a chegada de novos habitantes, conforme David Epstein, resultou em um “choque cultural, como se tivesse havido uma nova colonização”.⁴⁹⁴

Em seguida, o Plano de Urbanização de Planaltina, elaborado em 1966 pelo urbanista e então administrador do núcleo Paulo Magalhães, acabou por segregar moradores novos e antigos. É o que apontam os estudos conduzidos pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DePHA) que resultaram no livro *Ruas de Planaltina* em 1998⁴⁹⁵, e pelo IPHAN, que editou em 2012 o *Inventário do Setor Tradicional de Planaltina*, com importante colaboração de Pedro Paulo Palazzo.⁴⁹⁶

O livro do DePHA assinala as dificuldades de integração cultural entre os habitantes de Planaltina, pois os moradores novos não se reconhecem nas referências tradicionais

⁴⁹⁰ CASTRO, Mário. *A realidade pioneira*. Brasília, Thesaurus, 1986, p. 15.

⁴⁹¹ PALAZZO, op. cit., p. 373.

⁴⁹² MAGALHÃES, Luiz Ricardo. *Sertão Planaltino: cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950 - 1964)*. 2010. 304 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

⁴⁹³ MAGALHÃES, op. cit., p. 28.

⁴⁹⁴ EPSTEIN, David. *Brasília: plan and reality. A study of planned and spontaneous urban development*. Los Angeles: University of California Press, 1973, p. 82.

⁴⁹⁵ DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO DISTRITO FEDERAL (DePHA). *Ruas de Planaltina: inventário do Patrimônio Cultural de Planaltina*. Brasília: Departamento Histórico e Artístico do DF, 1998.

⁴⁹⁶ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Inventário do Setor Tradicional de Planaltina*. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, Brasília, 2012.

do núcleo e vice-versa, o que se reflete na gestão patrimonial.⁴⁹⁷ Entretanto, conforme os estudos conduzidos pelo IPHAN, o Plano de 1966 intencionou dotar a nova expansão de autonomia, mas com respeito ao núcleo tradicional de Planaltina. Assim, “entre esses dois setores, uma larga faixa pouco permeável de lotes institucionais, o Setor de Integração, dificultou o acesso de um lado a outro”.⁴⁹⁸ Isso levou, conforme o livro, “a um isolamento urbanístico e social da comunidade planaltinense já estabelecida antes da construção de Brasília”.⁴⁹⁹

Entre as construções tombadas em Planaltina, o Museu Histórico e Artístico e a Igreja São Sebastião estão localizados no Setor Tradicional. Já a Pedra Fundamental está assentada no Morro do Centenário, situado a aproximadamente 9 km de Planaltina. A localização das três construções tombadas em Planaltina está indicada na figura 43 a seguir.

Figura 43. Localização das construções tombadas em Planaltina com relação ao Plano Piloto de Brasília



Elaboração: Daniela Barbosa.

⁴⁹⁷ DePHA, op. cit.

⁴⁹⁸ IPHAN, op. cit., p. 35.

⁴⁹⁹ IPHAN, op. cit., p. 35.

2.2.1 O contexto político dos tombamentos em Planaltina: uma análise

Os três tombamentos realizados em Planaltina em 1982, conforme documentos anexados ao dossiê da Pedra Fundamental de Planaltina, fizeram parte de projetos culturais do governo, formado por militares. De acordo com um documento intitulado *Tombamento histórico da Pedra Fundamental*, os tombamentos em Planaltina teriam feito parte de “providências definidas pelo Governador [José] Ornellas, através da Secretaria de Educação e Cultura, no sentido de preservação da memória histórica e cultural do Distrito Federal”.⁵⁰⁰ Consta no documento que o Plano de Educação e Cultura do Distrito Federal 1980/83 teria norteado o projeto, pois se previa o estabelecimento de normas específicas de preservação do patrimônio cultural.

A referência ao Plano de Educação e Cultura do Distrito Federal 1980/83 é recorrente no dossiê de tombamento da Pedra Fundamental para ressaltar as ações culturais do governo. Em diferentes documentos do dossiê, as menções a esse plano reforçam que o governo tinha como intuito a “valorização da história do Distrito Federal”,⁵⁰¹ o “despertar da consciência da população local para o alto significado do patrimônio cultural”⁵⁰² e a ideia de “desenvolver a identidade cultural na sociedade do Distrito Federal”.⁵⁰³ Esses termos articulam o patrimônio à ideia de resgate e valorização de uma história e do desenvolvimento identitário, e, nesse sentido, os tombamentos em Planaltina representariam o aspecto tradicional e antigo no contexto do Distrito Federal.

Além disso, o pronunciamento do então governador José Ornellas na ocasião do tombamento da Pedra Fundamental destaca que a valorização de bens culturais no Distrito Federal estaria alinhada com “preocupações da política cultural do governo do presidente [João] Figueiredo”.⁵⁰⁴ Esse trecho sugere que o governo brasileiro, na época dirigido pelos militares, buscava integrar ações ligadas à cultura a projetos de desenvolvimento nacional. Conforme análise de Marcia Sant’Anna, contudo, o governo militar via na cultura um campo estratégico, em especial por se tratar de importante espaço de manipulação ideológica. Segundo a autora,

⁵⁰⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Tombamento histórico da Pedra Fundamental. In *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁰¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Discursos. In *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁰² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Discursos. In *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁰³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. O.I. nº 40/82-DEC-SEC. In *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁰⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Discursos. In *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

a cultura foi posta a serviço de um projeto de hegemonia, no qual assumiram postos estratégicos, a integração nacional e a memória nacional. Mais até do que no Estado Novo, a construção de uma cultura nacional que reforçasse a unidade do país fazia sentido.⁵⁰⁵

Já a partir de meados dos anos 1970, a atmosfera política se mostrava cada vez mais propensa à redemocratização. Esse contexto de maior abertura, segundo a cientista social Natalia Fernandes, repercutiu na esfera cultural, tanto em projetos governamentais quanto em iniciativas da sociedade civil.⁵⁰⁶ A criação do Centro Nacional de Referência Cultural em 1975 por Aloísio Magalhães, por exemplo, fez parte dessa conjuntura política e representou um marco na ampliação do conceito de patrimônio cultural ao abranger manifestações mais diversas da cultura brasileira.

No pronunciamento do tombamento da Pedra Fundamental, aparecem referências à união nacional por meio de projetos locais de fomento à cultura. Do mesmo modo, pretendia-se lançar um olhar mais abrangente sobre a história e a cultura do Distrito Federal, em um movimento que buscava articular referências mais antigas no território à modernidade do Plano Piloto de Brasília.

O tombamento do Museu Histórico e Artístico e da Igreja São Sebastião ocorreu em 19 de agosto de 1982, em uma cerimônia única, como parte do 123º aniversário de Planaltina. Já o tombamento da Pedra Fundamental aconteceu no mês seguinte, em 7 de setembro de 1982, para coincidir com o 60º aniversário de lançamento da pedra e em razão das comemorações da denominada “semana da pátria”.⁵⁰⁷ Nesse aspecto, Planaltina se destaca entre as demais Regiões Administrativas de Brasília, pois, além do Plano Piloto, foi a única contemplada por tombamentos relativos ao Plano de Educação e Cultura do Distrito Federal 1980/83. Enquanto isso, no Plano Piloto, foram tombados a Igreja Nossa Senhora de Fátima, conhecida como Igrejinha,⁵⁰⁸ e o Museu da Cidade,⁵⁰⁹ ambos em 1982.

Ao longo dos próximos tópicos, analisamos como os dossiês constroem justificativas para os tombamentos e atribuem valor às construções em Planaltina.

⁵⁰⁵ SANT’ANNA, Marcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990*. Salvador: Oiti Editora, 2014, p. 215.

⁵⁰⁶ FERNANDES, Natalia Morato. A política cultural à época da ditadura militar. *In Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 3, p. 173-192, 2013, p. 186.

⁵⁰⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Tombamento histórico da Pedra Fundamental. *In Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁰⁸ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 6.717 de 28 de abril de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório da Igreja Nossa Senhora de Fátima.

⁵⁰⁹ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 6.718 de 28 de abril de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório do Museu da Cidade.

2.2.2 Planaltina descrita como antiga e depositária de tradições regionais

O dossiê do Museu Histórico e Artístico de Planaltina possui documentação relativa tanto à transformação do imóvel em museu, em 1973, quanto ao seu tombamento, em 1982. O discurso de criação do museu foi apropriado pelos técnicos do patrimônio e acabou por integrar a narrativa de tombamento, confundindo-se com ela.

Um documento intitulado *Antecedentes legais do imóvel* aponta que a transformação do casarão em museu ainda em 1973 foi bastante estimulada pela imprensa da época, que teria reforçado os valores históricos do imóvel após a organização de uma exposição no local.⁵¹⁰ Outro documento, *Participação da imprensa*, remete a uma série de reportagens que aludem à exposição de modo elogioso, em especial a do *Jornal de Brasília* intitulada *Museu de Planaltina, uma Casa com gosto de história*.⁵¹¹ A expressão “casa com gosto de história”, emprestada da reportagem, é recorrente no dossiê de tombamento para se referir ao casarão e seu mobiliário como guardiões de uma memória de Planaltina.

Além do casarão, o mobiliário do imóvel foi reconhecido como patrimônio devido ao seu alegado valor cultural, o que reforça a importância de Planaltina pelo seu valor regional. Esse discurso está evidente no documento *Laudo de Avaliação para a desapropriação do imóvel*, de 1973, segundo o qual o patrimônio móvel do casarão seria formado por objetos “que atestam o desenvolvimento material e social de uma cidade que durante séculos ficou vigiando o planalto, possuindo lembranças e mensagens históricas dignas de serem admiradas”.⁵¹² Nessa narrativa, o documento valoriza os objetos como testemunha da passagem do tempo, pois, além de antigos, teriam ficado “vigiando o planalto”.

Além disso, o documento descreve a importância de objetos considerando a sua origem, sua idade e o modo como chegaram à Planaltina, como “o piano importado da Alemanha e trazido por carro de bois de Ipameri a Planaltina em 1925”.⁵¹³ O enfoque da narrativa, nota-se, é valorizar o esforço de se trazer o piano da Alemanha para Planaltina, levando em conta também o carro de bois e o transporte como parte dessa história. Essas e outras descrições presentes no laudo de avaliação, conforme nossas

⁵¹⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Antecedentes legais do imóvel. *In Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵¹¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Antecedentes legais do imóvel. *In Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵¹² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Laudo de avaliação. *In Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵¹³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Laudo de avaliação. *In Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

constatações, foram incorporadas ao dossiê de tombamento a fim de converter o casarão e os objetos em testemunhas do desenvolvimento local.

O fato de o dossiê de tombamento do Museu Histórico e Artístico de Planaltina retomar o processo de criação do museu como parte do discurso patrimonial nos remete à ideia de que as propostas e iniciativas preservacionistas em Planaltina precedem os tombamentos. No ano de 1973, além da criação desse museu pela desapropriação de um antigo casarão,⁵¹⁴ o então administrador de Planaltina, Francisco Faria Pereira, solicitou ao SPHAN o tombamento federal da Igreja São Sebastião de Planaltina, de acordo com o dossiê da Igreja.⁵¹⁵

Em seguida, em 1980, a administração local de Planaltina criou a Área Histórica de Planaltina pela Ordem de Serviço nº 41/80.⁵¹⁶ Instituída pelo então administrador de Planaltina, Salviano Antônio Guimarães Borges, essa área resultou de um interesse em delimitar um perímetro de preservação, descrito na Ordem de Serviço como “de reconhecido valor histórico e cultural situado no Setor Tradicional”, e cujos interesses contemplavam “promover a fixação da população radicada nesse núcleo, que conserva atividades típicas e hábitos peculiares herdados do passado e profundamente vinculados ao meio urbano tradicional”.⁵¹⁷ O intuito era preservar imóveis localizados no Setor Tradicional, assim como reforçar a necessidade de manter a população original na área.

As iniciativas supracitadas levam a ver que a proteção de edificações antigas localizadas no Setor Tradicional era um objetivo da administração regional, pois se buscou, por meio dos instrumentos legais disponíveis, a preservação do núcleo antigo. Além disso, a concentração de iniciativas preservacionistas no Setor Tradicional tendeu a associar o valor patrimonial de Planaltina a uma história e uma tradição centradas no núcleo mais antigo.

Os dossiês de tombamento do Museu Histórico e Artístico e da Igreja São Sebastião de Planaltina – ambos no perímetro de preservação instituído pela Área Histórica em 1980 – reforçam os valores que haviam sido estabelecidos no texto de definição dessa Área Histórica. Ao longo dos documentos anexados a ambos os dossiês, termos como

⁵¹⁴ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 2.452 de 29 de novembro de 1973*. Declara de utilidade pública e de interesse social imóvel e respectivo mobiliário histórico, na cidade satélite de Planaltina, e dá outras providências.

⁵¹⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Preservação de patrimônio / histórico / arquitetônico / religioso*. In *Processo nº 320.644/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵¹⁶ DISTRITO FEDERAL. Atos do Administrador. *Ordem de serviço nº 41/80-RA VI, de 9 de julho de 1980*. Cria a área histórica de Planaltina e dá outras providências.

⁵¹⁷ DISTRITO FEDERAL. Atos do Administrador. *Ordem de serviço nº 41/80-RA VI, de 9 de julho de 1980*. Cria a área histórica de Planaltina e dá outras providências.

“identidade cultural”, “tradição local” e “valores tradicionais” são recorrentes para se referir a um patrimônio que representaria Planaltina. Esses valores são atribuídos tanto às edificações, que seriam depositárias de uma tradição regional, quanto à comunidade de Planaltina, descrita como tradicional.

O dossiê de tombamento do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, de modo recorrente, reforça que a tradição regional de Planaltina seria um valor partilhado entre o imóvel e o núcleo. O documento intitulado *Preservação de “uma casa com gosto de história”* traz essa ideia ao apontar as vantagens da escolha da edificação para transformação em museu:

Planaltina insere-se no novo Distrito Federal, conservando sua identidade cultural na qual o homem se integra naturalmente a seus costumes, suas vivências e suas tradições. A instalação do Museu ‘em uma casa com gosto de história’ é uma realização feliz.⁵¹⁸

Assim, apesar de Planaltina ter sido incorporada ao Distrito Federal em 1960, o núcleo teria sido capaz de conservar, nos anos seguintes, a sua própria “identidade cultural”.

A identidade, na concepção de Stuart Hall, é uma construção social formada e transformada pela representação sobre os indivíduos.⁵¹⁹ Nesse prisma, os sujeitos são fragmentados e a noção de identidade é construída a depender do contexto social, pois

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, a medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.⁵²⁰

Nesse sentido, só seria possível entender o que significaria uma identidade regional de Planaltina a partir do modo como essa identidade veio a ser representada pela cultura local como um “conjunto de significados”.⁵²¹

No documento anteriormente citado, a “identidade cultural”, na qual “o homem se integra a seus costumes, vivências e tradições”, ganha contornos mais precisos em outros documentos do dossiê. O documento intitulado *Todo um passado presente*, por exem-

⁵¹⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Preservação de uma “casa com gosto de história”. In *Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵¹⁹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

⁵²⁰ HALL, op. cit., p. 13.

⁵²¹ HALL, op. cit., p. 49.

plo, destaca um passado relacionado a costumes, vivências e tradições específicas, pois o museu seria originário de uma

Casa onde o acato e o repouso são concedidos aos colonizadores, às caravanas oficiais, às representações parlamentares que buscam a capital do Goiás. Objetos que falam do poder, das lutas, de colonização, dos costumes e da fé. Documentos que nos informam sobre fatos, que dizem da coragem e do pioneirismo de muitos.⁵²²

Essa descrição atribui ao museu um protagonismo relacionado à memória de eventos selecionados, associados a determinadas referências do passado colonial da região, como as caravanas, o poder das lutas e da fé. A narrativa é construída de modo a atribuir ao local valores de um passado colonial e católico.

A perspectiva de que um passado pode ser selecionado e requisitado para servir ao presente nos remete às reflexões do historiador Jacques Le Goff, segundo o qual tudo aquilo que sobrevive do passado é resultado de uma seleção efetuada por pessoas que detêm um poder de escolha e pelas forças que atuaram em cada época histórica.⁵²³ Assim, o “passado” escolhido para representar o Museu Histórico e Artístico de Planaltina como patrimônio do Distrito Federal não é um passado qualquer, pois, como vimos, trata-se de um passado colonial, católico e com destaque para figuras como os desbravadores e as comitivas oficiais.

Essa narrativa, por reforçar a importância patrimonial do museu como referente a uma tradição colonial, alinha-se a um discurso mais tradicional do SPHAN entre 1937 e 1967. Essas primeiras décadas correspondem ao período no qual Rodrigo Melo Franco de Andrade era o diretor do órgão, que a bibliografia, a exemplo de Maria Cecília Fonseca, convencionou denominar de *fase heroica*.⁵²⁴ Nesse período, conforme discutem autoras como Silvana Rubino,⁵²⁵ Márcia Chuva,⁵²⁶ Maria Cecília Fonseca⁵²⁷ e Mariza Santos,⁵²⁸ os intelectuais fundadores do SPHAN, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade,

⁵²² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Todo um passado presente. In *Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵²³ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1990 (1924). (Coleção Repertórios), p. 535.

⁵²⁴ FONSECA, op. cit.

⁵²⁵ RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. 1992. [209]f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992.

⁵²⁶ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

⁵²⁷ FONSECA, op. cit.

⁵²⁸ SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a academia SPHAN: a relação entre o modernismo e o barroco*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

privilegiaram bens coloniais e de tradição católica, em especial o barroco, para construir um discurso das origens da nação.

Para tanto, a seleção do barroco buscou consagrar uma memória comum a todo o país, e é nesse sentido que Márcia Chuva entende que os fundadores do SPHAN teriam sido “arquitetos da memória”.⁵²⁹ Na esteira desse debate, Silvana Rubino aponta que o SPHAN, ao assimilar o barroco como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, buscou representar o Brasil como um país “extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia”.⁵³⁰

O patrimônio de Planaltina, enquanto representação de um núcleo colonial e católico, complementa a imagem já consagrada do patrimônio do Brasil que havia sido moldada pelo SPHAN. Além disso, o processo de seleção das origens culturais do território do Distrito Federal permitiu inserir o passado de Brasília também nesse imaginário colonial. Planaltina, nesse prisma, teria uma tradição que seria uma referência histórica para Brasília e, ainda que tenha acompanhado a modernidade trazida pela nova capital, teria orgulho de sua “identidade regional”.

A tradição associada ao Museu Histórico e Artístico de Planaltina também faz referência à hospitalidade do antigo núcleo goiano. A casa que deu origem ao museu é descrita como local de acolhimento e hospedagem de personagens importantes, os “corajosos e pioneiros que buscavam a capital do Goiás”, aos quais eram oferecidos “o acato e o repouso”, conforme o trecho já citado do documento *Todo um passado presente*.⁵³¹ Nota-se que a narrativa do acolhimento constrói uma imagem do passado em que Planaltina não seria o destino final dessas pessoas, e sim parte de uma jornada maior, indicando um local de passagem hospitaleira.

Outro documento, intitulado *Preservação de uma “casa com gosto de história”*, reforça a narrativa do acolhimento e da hospitalidade de Planaltina, indicando a importância do casarão no recebimento das comissões que buscavam a mudança da capital. De acordo com o documento,

Esta casa, que sempre teve suas portas abertas às caravanas e comissões que se dirigiam ao planalto buscando a concretização da mudança da capital, continuará

⁵²⁹ CHUVA, op. cit.

⁵³⁰ RUBINO, Silvana. O Mapa do Brasil passado. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996, p. 98.

⁵³¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Todo um passado presente*. In *Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

com sua missão social, atendendo aos interesses da comunidade e contribuindo para o enriquecimento do processo educativo, razão principal de um museu.⁵³²

O documento resgata a função da casa no passado – relativa ao acolhimento das comissões – e estabelece um sentido de continuidade na contemporaneidade, pois o museu “continuará com sua missão social”. A partir disso, o documento constrói uma narrativa pautada na ideia de que, embora a vocação de Planaltina enquanto local de passagem e acolhimento de caravanas não exista mais, o museu continuará contribuindo “para o enriquecimento do processo educativo”, o que reforça a sua importância no presente.

Além disso, nota-se que o trecho citado se esforça em sintonizar as histórias de Planaltina e de Brasília. Essa discussão será retomada em um tópico à parte.

Enquanto o dossiê de tombamento do Museu Histórico e Artístico recupera uma tradição associada a um passado colonial, conforme vimos, o dossiê da Igreja São Sebastião mobiliza uma memória recente e nostálgica de tradições regionais que estariam em declínio. Um documento do dossiê de tombamento dessa igreja intitulado *Histórico* retrata um passado saudoso e em vias de se perder, mas ainda presente na lembrança da população idosa, que, conforme o documento, se ressentia da perda de um cotidiano em que a igreja desempenhava um papel central na vivência de Planaltina. O documento relata que quando questionada, a população idosa

relembra com melancolia tempos em que a antiga matriz era largamente utilizada como espaço onde se desenrolavam as festividades do Divino Espírito Santo, novenas tradicionais, casamentos, batizados, pagamentos de promessas, fatos que revelam uma face da evolução deste núcleo social, desde a sua criação.⁵³³

As festividades citadas reforçam a noção de uma tradição preexistente à Brasília. O documento, assim, dá sentido a uma narrativa pautada na ideia de que tais tradições, ainda que remontem a tempos longínquos, teriam se mantido centrais na sociedade, pois ainda fariam parte da memória da população idosa. Nesse sentido, o texto se esforça por elaborar uma tradição local norteadada pela fé católica e que estaria em vias de desaparecer. Verifica-se que essa perspectiva se alinha ao que José Reginaldo Gonçalves sintetizou na expressão “retórica da perda”,⁵³⁴ para se referir ao tombamento como um esforço de preservar algo importante para a memória de uma comunidade

⁵³² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Preservação de uma “casa com gosto de história”. In *Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵³³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Histórico*. In *Processo nº 320.644/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵³⁴ GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002.

devido ao risco de desaparecimento. O lamento pela perda, segundo o autor, não é um componente externo ao discurso, mas algo que coexiste com o esforço da preservação.⁵³⁵ O dossiê de tombamento da Igreja São Sebastião, nessa ótica, recorre ao perigo da perda de uma memória como discurso retórico para legitimar a preservação do templo.

O documento citado descreve a Igreja São Sebastião como um espaço agregador da comunidade por sediar festividades relacionadas à tradição regional, indicando a existência de uma comunidade de moradores que praticam tradições: as “festividades do Divino Espírito Santo, novenas tradicionais, casamentos, batizados, pagamentos de promessas”, de acordo com o documento *Histórico*.⁵³⁶ A partir dessas referências, constata-se uma diferença com relação ao discurso engendrado pelo dossiê do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, pois, conforme vimos, privilegiou-se a descrição da casa como um local de passagem e acolhimento temporário de viajantes. Contudo, em ambos os dossiês de tombamento, nota-se um esforço em dotar Planaltina de uma cultura e tradição próprias, contrapondo-se a uma visão corrente de que a região seria vazia e desocupada antes da construção de Brasília.

A arquitetura da Igreja São Sebastião é apresentada no dossiê de tombamento como um elemento típico da região, o que também reforça a existência de uma cultura e identidade próprias e anteriores a Brasília. Segundo o documento intitulado *Ficha técnica*, a igreja apresenta “forma arquitetônica e tecnologia construtiva que a identificam com outros exemplares datados do mesmo período existentes no Centro-Oeste brasileiro, especialmente no estado de Goiás”.⁵³⁷ Esse discurso insere a igreja em um conjunto mais amplo de edifícios similares na região.

Em paralelo, outro documento, intitulado *Preservação de patrimônio/histórico/arquitetônico/religioso*, aponta que o templo é representativo de uma “mostra original no contexto arquitetônico do Distrito Federal”.⁵³⁸ A importância arquitetônica da igreja, assim, estaria relacionada tanto a valores de uma tradição regional quanto à excepcionalidade no contexto de Brasília e sua modernidade.

⁵³⁵ GONÇALVES, op. cit., p. 25.

⁵³⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Histórico*. In *Processo nº 320.644/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵³⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Ficha técnica*. In *Processo nº 320.644/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵³⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Preservação de patrimônio/histórico/arquitetônico/religioso*. In *Processo nº 320.644/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

Outros documentos anexados a ambos os dossiês – Museu Histórico e Artístico de Planaltina e Igreja São Sebastião de Planaltina – sugerem que a tradição de Planaltina não se limitaria à representação das edificações, pois também associam o patrimônio à importância da população local. No entanto, o modo como essa população é inserida em discursos patrimoniais se difere nos dois dossiês.

Um tópico recorrente no dossiê da Igreja São Sebastião de Planaltina é o protagonismo de famílias antigas e tradicionalmente importantes da região para a construção do templo e para a própria formação de Planaltina. Conforme um documento intitulado *Igreja São Sebastião*, a região de Mestre D'Armas – antiga denominação de Planaltina – era formada por fazendas, “das quais as de maior destaque foram as de propriedade das famílias Gomes Rabello e Carlos Alarcão”.⁵³⁹

O documento evidencia a proeminência dessas famílias tradicionais e de alto poderio econômico, além de sustentar a ideia de que elas, movidas pela fé católica, teriam buscado resolver problemas graves na região. Conforme consta no documento intitulado *Histórico*, as famílias Gomes Rabello e Carlos Alarcão doaram parte de suas terras ao mártir São Sebastião em 1811 “para que se pudesse cumprir a promessa de construção de um templo em homenagem ao santo, livrando a região de uma epidemia que se abatera sobre fazendeiros e escravos”.⁵⁴⁰ A construção da capela, agenciada pelas famílias, é apontada no documento como um elemento fundamental para as origens de Planaltina, pois indica que ao lado dessa capela teria se formado um aglomerado de casas, dando origem ao povoado.

Contudo, a proeminência dessas famílias não teria se limitado à doação das terras, pois, segundo o documento intitulado *Motivo da construção da Igreja São Sebastião em Planaltina*,

D. Marta Carlos Alarcão mandou vir de Portugal uma imagem do protetor invocado, trabalhada em madeira e de tamanho pequeno; posteriormente foi substituída por uma maior, quando a capela foi ampliada. A primeira imagem voltou para a família Alarcão com a qual ainda se encontra.⁵⁴¹

A menção às origens portuguesas da imagem de São Sebastião reflete o poderio econômico da família Carlos Alarcão, além de indicar como a família teria a responsabi-

⁵³⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Igreja São Sebastião. In *Processo nº 320.644/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁴⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Histórico. In *Processo nº 320.644/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁴¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Motivo da construção da Igreja São Sebastião em Planaltina. In *Processo nº 320.644/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

lidade de viabilizar o artefato para a capela recém-construída. Além disso, conforme o trecho citado, a imagem original do mártir, quando substituída por outra, voltou para a família Alarcão, mostrando como objetos da família transitavam entre o lar particular e a igreja. Essa citação, em suma, enfatiza a influência das famílias pelo seu poderio econômico, cultural e social na região.

Enquanto essa primeira capela, em taipa, teria sido construída entre 1811 e 1812, a construção definitiva da Igreja São Sebastião, em adobe, foi em 1870. Essa cronologia de acontecimentos é retomada em diversos momentos ao longo do dossiê de tombamento para enfatizar o papel das famílias Gomes Rabello e Carlos Alarcão nos eventos. Isso mostra como a narrativa do dossiê relaciona a herança cultural de Planaltina à proeminência dessas famílias.

A importância de famílias tradicionais e de alto poderio econômico, de acordo com o trabalho de Wycler Mata, integra muitos relatos sobre Planaltina.⁵⁴² Em um desses relatos analisados por Mata, uma depoente cita nomes como Epaminondas da Silva Campos, Salviano Monteiro Guimarães e João Carlos Alarcão, referindo-se a eles como “tudo gente de poderes”.⁵⁴³ Isso sugere como a relação de poder econômico de famílias teria acompanhado o imaginário de moradores sobre a formação do núcleo. O dossiê da Igreja São Sebastião, nesse sentido, reforça esse imaginário no discurso de tombamento.

Enquanto no dossiê da Igreja São Sebastião enfatiza-se o protagonismo de famílias antigas, citando-se nomes e sobrenomes, o dossiê do Museu Histórico e Artístico faz alusão a uma “comunidade de Planaltina”, que seria coesa e orgulhosa de seus ancestrais. O documento intitulado *Preservação de uma “casa com gosto de história”* alega que “a comunidade de Planaltina vive permanentemente este ‘gosto de história’”.⁵⁴⁴ Além disso, retrata essa comunidade como sendo orgulhosa e ciente de ser a legítima herdeira da memória de Planaltina, pois por intermédio do museu, “retorna feliz a um passado de glória que lhe pertence, na história do novo Distrito Federal e do país”.

A construção de uma relação de pertencimento entre a população e o patrimônio nos aproxima das análises do historiador Dominique Poulot, para quem a noção de patrimônio “mobiliza um grupo humano, uma sociedade, capaz de reconhecê-lo como sua

⁵⁴² MATA, Wycler Cruzeiro da. *A produção do espaço urbano no Distrito Federal: da construção de Brasília à expansão urbana de Planaltina/DF - o viés histórico-social*. 2014. xii, 59 f., il. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

⁵⁴³ MATA, op. cit., p. 66.

⁵⁴⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Preservação de uma “casa com gosto de história”*. In *Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

propriedade”.⁵⁴⁵ Nota-se que o discurso do pertencimento tende a articular o patrimônio à existência de um conjunto único e harmonioso de habitantes, que seria formado apenas por antigos moradores e seus descendentes.

A pesquisa de Ederson Oliveira sugere que isso se confirma com relação aos moradores do Setor Tradicional de Planaltina, pois “a população (...) reconhece seus monumentos como patrimônio histórico e cultural”.⁵⁴⁶ Ressalte-se que essas constatações privilegiaram a experiência de moradores do Setor Tradicional. Assim, o dossiê de tombamento do museu, ao fazer referência aos herdeiros de um “passado de glória” contempla apenas os moradores tradicionais, e essa delimitação implicou a definição de um patrimônio concentrado no Setor Tradicional, excluindo o núcleo expandido.

Nesse sentido, o livro do DePHA *Ruas de Planaltina* aponta que a incompatibilidade de “identidade” entre os habitantes de Planaltina se reflete na gestão patrimonial do núcleo. Conforme o livro editado pela instituição, o principal obstáculo para a integração entre os moradores seria a ideia de que

só o passado colonial reflete a herança goiana da cidade e que apenas essa herança constitui o patrimônio cultural da comunidade. Por isso, muitos moradores não se sentem como participantes dessas histórias e, por essa razão, a preservação seria responsabilidade de apenas uns poucos, os tradicionais.⁵⁴⁷

De fato, o patrimônio regional e tradicional do denominado Setor Tradicional de Planaltina, representado principalmente pelo Museu Histórico e Artístico e pela Igreja São Sebastião, dialoga muito mais com a parcela da população antiga e original do núcleo. Nesse aspecto, o dossiê do museu reforça que o patrimônio estaria associado a um passado que pertenceria a essa comunidade específica.

As questões em torno dos limites representativos do patrimônio de Planaltina levantadas neste texto nos remetem à análise mais ampla de Sandra Pelegrini sobre o patrimônio como elemento indicativo de pertencimento. Conforme a autora,

se considerarmos verdadeira a assertiva de que as memórias e referências do passado fundamentam a coesão entre os sujeitos que compartilham sensibilidades, memórias, tradições e histórias, não podemos ignorar que esses mesmos referen-

⁵⁴⁵ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 203.

⁵⁴⁶ OLIVEIRA, Ederson Gomes de. *Patrimônio Histórico e Cultural de Planaltina (DF): Memória e Identidade Social*. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014, p. 87.

⁵⁴⁷ DePHA, op. cit., p. 13.

ciais também evidenciam diferenças culturais que ampliam a compreensão da diversidade como valor essencial para o convívio em sociedade.⁵⁴⁸

Por fim, verifica-se que o fato de o dossiê de tombamento do museu ter restringido as referências históricas e culturais de Planaltina ao Setor Tradicional representou um processo que Michael Pollak chama de “enquadramento da memória”, que

se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.⁵⁴⁹

Nesse sentido, o patrimônio de Planaltina foi interpretado de acordo com um prisma parcial de eventos de sua história, agregando apenas uma porcentagem da população que poderia se identificar com esse passado selecionado para o discurso de tombamento. A diversidade da população local, assim, não se reflete em seu patrimônio cultural, pois os novos moradores não possuem as referências históricas e tradicionais que representam a Planaltina antiga.

2.2.3 Planaltina como participante do processo de mudança da capital

Alguns eventos ocorridos em Planaltina e arredores possibilitaram sintonizar as histórias de Planaltina e de Brasília, de modo a construir uma narrativa relacionada aos antecedentes da nova capital. Pedro Paulo Palazzo discutiu essa questão, apontando como a historiografia sobre Planaltina recuperou eventos, como as Missões Cruls e o lançamento da Pedra Fundamental, para inserir a antiga cidade goiana na história de implantação da nova capital.⁵⁵⁰

A criação da Área Histórica em Planaltina pela Ordem de Serviço nº 41 de 1980 também reforçou a relação histórica entre Planaltina e Brasília. De acordo com o texto da Ordem de Serviço, o estabelecimento de um perímetro de preservação em Planaltina justificava-se pela “participação direta de bens patrimoniais existentes nesse núcleo

⁵⁴⁸ PELEGRINI, Sandra. patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. In *Patrimônio e Memória*, São Paulo: UNESP/FCLAs/CEDAP, v. 3, n. 1, p. 87-100, 2007, p. 89.

⁵⁴⁹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 3-15, 1989.

⁵⁵⁰ PALAZZO, op. cit.

na história da implantação de Brasília”.⁵⁵¹ Isso mostra como essa associação atendia a interesses locais de preservação.

Em dossiês de tombamento, verificamos que a representação de Planaltina como parte do processo da implantação de Brasília é recorrente, em especial nos dossiês do Museu Histórico e Artístico e da Pedra Fundamental.

No dossiê do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, o documento *Preservação de “uma casa com gosto de história”* coloca o imóvel como participante de eventos que teriam antecipado Brasília, pois a casa “sempre teve suas portas abertas às caravanas e comissões que se dirigiam ao planalto buscando a concretização da mudança da capital”.⁵⁵² Assim, em sintonia com a imagem de Planaltina como local de acolhimento – representação já analisada neste texto –, o documento reforça o auxílio prestado às comissões mudancistas.

O mesmo documento detalha quais comissões seriam essas e reforça o valor de memória do museu por ter recebido missões, muitas das quais em épocas diferentes, que tiveram como propósito demarcar ou indicar que a região seria, no futuro, sede da capital do país. Conforme o documento,

a comunidade de Planaltina recebe os integrantes da Missão Cruis, o engenheiro Ernesto Balduino de Almeida e sua comitiva, a Comissão Poly Coelho, a Comissão José Pessoa, cada vez que visita o seu museu histórico; esta lembrança devolve a todos eles o respeito pela coragem, pela capacidade de suas decisões, pela hospitalidade. É a exaltação dos fatos de maior expressão histórica da região e da cidade.⁵⁵³

Ao indicar o modo como a comunidade de Planaltina presta homenagem a esses eventos pretéritos e a seus personagens ao visitar o museu, o documento constrói uma narrativa entre o passado e o presente do núcleo, reforçando que a população local teria consciência da importância de Planaltina para a concretização de Brasília. Além disso, transparece um tom de orgulho no documento, pois a memória representada pelo museu faria referência “à exaltação dos fatos de maior expressão histórica da região e da cidade”. O discurso de tombamento, assim, reforça a importância histórica do imóvel pelo seu papel como ponto de apoio ao longo de uma trajetória que resultou na mudança da capital, com especial referência às comissões que passaram por Planaltina.

⁵⁵¹ DISTRITO FEDERAL. Atos do Administrador. *Ordem de serviço nº 41/80-RA VI, de 9 de julho de 1980*. Cria a área histórica de Planaltina e dá outras providências.

⁵⁵² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Preservação de uma “casa com gosto de história”*. In *Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁵³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Preservação de uma “casa com gosto de história”*. In *Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

No dossiê de tombamento da Pedra Fundamental, o discurso que sintoniza as histórias de Planaltina e de Brasília também é evidente, a começar pela própria iniciativa, por parte da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, de realizar estudos sobre o local. Conforme um ofício enviado à Câmara dos Deputados para solicitação de material sobre a Pedra Fundamental, as pesquisas em curso no órgão distrital faziam parte de estudos “sobre a interiorização e conseqüente implantação da Nova Capital do País”.⁵⁵⁴ Assim, nota-se que a coleta de material e o direcionamento da pesquisa sobre a Pedra Fundamental já tinham como enfoque a sua vinculação direta à trajetória de Brasília, pois a Pedra foi lançada em 7 de setembro de 1922 com o intuito de demarcar a área da futura nova capital do Brasil, não havendo ainda previsão para a sua construção. O lançamento da Pedra Fundamental se deu em cumprimento ao Decreto nº 4.494, de 1921,⁵⁵⁵ de autoria dos deputados Americano do Brasil e Rodrigues Machado, em seguida sancionado pelo então presidente Epitácio Pessoa.

A construção de uma relação histórica entre a Pedra Fundamental e Brasília guiou o processo de tombamento e evidencia-se no documento intitulado *Pedra Fundamental da Futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil*, elaborado pela Divisão do Patrimônio do Distrito Federal nos anos 1980. Nele, alguns eventos foram dispostos cronologicamente a fim de dar sentido à trajetória mudancista, e o lançamento da Pedra Fundamental é inserido na trama. Nessa narrativa, a proposta de José Bonifácio de Andrada e Silva, de 1823, por exemplo, teria sido um importante marco, pois, conforme o documento, ela propunha “uma Cidade Central, no interior do Brasil para sede da capital, sugerindo também sua localização a 15 graus de latitude”.⁵⁵⁶ Esse trecho busca evidenciar semelhanças entre essa proposta de 1823 e aspectos da Brasília inaugurada, em especial por termos como “cidade central” e “15 graus de latitude”.

Em seguida, esse documento reforça a importância não apenas do lançamento da Pedra Fundamental em 1922, mas também de personagens e acontecimentos em torno do evento. É nesse sentido que o documento *Pedra Fundamental da Futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil* destaca as ações do engenheiro Balduino de Almeida, líder da comitiva que tinha como missão inaugurar a Pedra Fundamental no Planalto Central. À comitiva liderada por Balduino, cabiam o transporte e a instalação

⁵⁵⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. O.E. nº 034/82-DEC-SEC. In *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁵⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Câmara dos Deputados. N. 680 – A 1921. In *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁵⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Pedra Fundamental da Futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil*. In *Processo nº 125.274/81*. Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, Brasília, 1982.

do obelisco. Verificamos que as dificuldades enfrentadas pela comitiva aparecem no documento como uma aventura, pois descrições como “trechos de enormes sacrifícios”⁵⁵⁷ e “rampas e aclives difíceis de vencer”⁵⁵⁸ compõem a narrativa.

A escolha do local para o lançamento da Pedra Fundamental ficou a cargo de Balduino, e o dossiê de tombamento atribui o fato de o engenheiro não ter selecionado o local exato onde a capital foi posteriormente erguida ao exíguo tempo de que a comitiva dispunha para executar a tarefa. Nesse documento, Balduino é descrito como obstinado e eficiente em suas tomadas de decisões e improvisos, justificando-se o suposto “erro”, pois,

impossibilitado de visitar os quatorze mil quilômetros quadrados, na exiguidade de tempo que lhe era concedido, para formar opinião definitiva para a localização da Nova Capital, e cravar aí o Marco da Pedra Fundamental, o Dr. Balduino decide por uma colina nas proximidades de Mestre d’Armas, região muito elogiada por Varnhagen. (...) A escassez do tempo não permitiu que Dr. Balduino observasse a região entre os rios Descoberto e Preto, área escolhida definitivamente para receber a Nova Capital do País. Ressalta-se, contudo, o dinamismo do engenheiro para atender o encargo que lhe fora imposto.⁵⁵⁹

Conforme o trecho citado, Balduino teria escolhido um local que havia sido elogiado por Francisco Adolfo de Varnhagen em 1877, reforçando como decisões e atos do engenheiro teriam posto em prática ideias precursoras a ele quanto à mudança da capital.

Nota-se, ainda, que o documento confere um sentido de desbravamento e descoberta do Planalto Central na descrição da missão de Balduino. Isso se evidencia pelo fato de que o Morro do Centenário, onde atualmente está situada a Pedra Fundamental, teria sido batizado por Balduino em alusão ao centenário da independência na ocasião do lançamento da Pedra. Conforme o documento, “a região conta com duas elevações mais pronunciadas, que foram por ele [Balduino] chamadas – morro Sete de Setembro e Morro do Centenário”.⁵⁶⁰ Entretanto, para Pedro Paulo Palazzo, o fato de esse acidente geográfico de dimensões consideráveis e tão próximo a Planaltina não possuir

⁵⁵⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Pedra Fundamental da Futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil. *In Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁵⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Pedra Fundamental da Futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil. *In Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁵⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Pedra Fundamental da Futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil. *In Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁶⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Pedra Fundamental da Futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil. *In Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

um nome até 1922 – pelo menos não oficialmente –, contribuiu para a construção da ideologia do “mito do vazio”, ou seja, de que Brasília teria sido construída “a partir do nada”.⁵⁶¹

O documento intitulado *Pedra Fundamental da Futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil* alude ao vazio demográfico da região, pois reforça que o Planalto Central em 1922 seria caracterizado pelo atraso e isolamento, conferindo urgência à ideia da transferência da capital. Conforme o documento, os moradores de Mestre d’Armas – antiga denominação de Planaltina – teriam ficado assustados com os veículos da comissão de Balduino, tendo apelidado os “Ford-bigode” de “bichos pretos”, que eram descritos como “carro que corre sem boi, fazendo um barulho dos infernos e esconjurado pelos moradores assustados”.⁵⁶² Assim, ainda que houvesse uma ocupação no Planalto Central no período, ela é descrita no documento como atrasada ou insuficiente, evidenciando a ruralidade dos moradores.

Essa documentação, embora faça referência a eventos e relatos dos anos 1920, foi elaborada nos anos 1980 pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico. Dessa forma, importa considerar que os relatos que haviam sido produzidos sobre a Pedra Fundamental na década de 1920 ganharam um novo sentido pelo discurso do tombamento, na medida em que eles são recuperados e valorizados com relação ao processo da transferência da capital, mas com Brasília já inaugurada havia duas décadas. Os relatos da década de 1920 sobre a Pedra Fundamental haviam perdido importância ao longo do tempo, mas ganharam um novo significado com a perspectiva da mudança da capital, e isso fica evidente no documento intitulado *Solenidade de lançamento da Pedra Fundamental do novo Distrito Federal*:

Durante os anos, da morte do engenheiro [Balduino] até a doação do documentário [pela viúva de Balduino, Velleda Menezes de Almeida, que em 1939 doou ao Museu do Ipiranga documentação referente ao lançamento da Pedra Fundamental], havia grande incredibilidade quanto à concretização dos planos de transferência da capital, razão por que não se atribuiu valor à importância dos registros.⁵⁶³

Assim, a documentação referente ao lançamento da Pedra Fundamental em 1922 foi recuperada nos anos 1980 de modo a valorizar eventos e personagens identificados

⁵⁶¹ PALAZZO, op. cit., p. 362.

⁵⁶² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Pedra Fundamental da Futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil*. In *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁶³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Solenidade de lançamento da Pedra Fundamental do novo Distrito Federal*. In *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

como idealistas da mudança da capital para o Planalto Central. O dossiê, ao cerzir acontecimentos selecionados do passado para compor uma narrativa histórica, nos remete ao que Manoel Guimarães denomina “domesticação do passado”. Conforme o autor, esse trabalho consiste na ideia de

ordenar, dar forma e tornar significativo um conjunto disperso de experiências e vivências segundo certos padrões e dispositivos capazes de serem apreendidos por uma comunidade de leitores/intérpretes.⁵⁶⁴

Além da documentação relativa ao lançamento da Pedra Fundamental, em 1922, o dossiê de tombamento também possui documentos que fazem referência à cerimônia de tombamento da Pedra Fundamental em 1982, como a transcrição do pronunciamento de José Ornellas na ocasião. Em sintonia com o discurso mais amplo do dossiê, Ornellas ressalta que o lançamento da Pedra Fundamental teria sido um marco representativo de ações centenárias para a mudança da capital, pois

São seis décadas transcorridas desde que o presidente Epitácio Pessoa, durante as comemorações do centenário da Independência, mandou fincar aqui esta pedra-símbolo. E, mais que símbolo, prenúncio da concretização do ‘sonho arquissecular do patriarca’ [referindo-se a José Bonifácio de Andrada], para usar-se a expressão de Lucio Costa. É a manifestação efetiva de que a profecia de Dom Bosco se realizaria. Na verdade, de um certo modo, sobre esta Pedra se edificou uma cidade.⁵⁶⁵

Nesse pronunciamento, tanto a Pedra Fundamental de Planaltina quanto personagens associados a Brasília são rememorados como responsáveis por terem, simbolicamente, participado da fundação da nova capital. A Pedra Fundamental, nessa narrativa, ganha destaque por ser um marco concreto nessa trajetória, e não apenas uma ideia. O pronunciamento também insere a profecia de Dom Bosco nesse discurso, agregando à construção de Brasília um tom de anunciação divina.

O então governador segue seu pronunciamento, reforçando a antiguidade das propostas mudancistas e conferindo historicidade ao lançamento da Pedra Fundamental:

a ideia da mudança da capital para o interior do país – segundo relata a nossa história – não é tão recente. Assim o desejavam os inconfidentes; José Bonifácio de Andrada e Silva também preconizava criar uma cidade central, que pudesse não só assegurar maior tranquilidade administrativa, como também permitisse o desenvolvimento do interior brasileiro (...). Seguiram-se pronunciamentos por

⁵⁶⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrever a história, domesticar o passado. In: LOPES, Antonio Herculano; VELOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatayh (Orgs.). *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. organizadores. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 47.

⁵⁶⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Discursos. In *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

todo o século XIX e primeira metade do século XX em defesa da interiorização da capital. E mais do que isso: além de pronunciamentos diversos, projetos de lei foram apresentados.⁵⁶⁶

A Pedra Fundamental, desse modo, seria parte de uma rede de acontecimentos que envolveram o processo de implantação de Brasília, em uma narrativa que atribui a mudança da capital a uma ideia secular. O pronunciamento também destaca o papel de Juscelino Kubitschek na concretização da mudança da capital, assim como dos governos militares de concluir a obra iniciada. Conforme o documento,

Depois disso, [do lançamento da Pedra Fundamental, em 1922] as comissões de demarcação aqui vieram e novos projetos de lei surgiram. E, para provar que a história se faz como uma corrente, onde diversos elos se entrelaçam, coube ao Presidente Juscelino Kubitschek, com reconhecida determinação, efetuar a mudança da capital para este Planalto Central. E aos governos que o sucederam sua consolidação como centro das decisões políticas e administrativas desta grande nação.⁵⁶⁷

O pronunciamento reforça que a construção de Brasília seria um sonho compartilhado por vários idealistas ao longo dos anos e sugere que cada episódio histórico teria avançado na proposta. De uma ideia dos inconfindentes à consolidação da nova capital pelos militares, passando pelo lançamento da Pedra Fundamental e pela obstinação de Juscelino Kubitschek, Brasília teria sido resultado de uma ação continuada ao longo dos séculos, conforme o documento.

No dossiê de tombamento da Pedra Fundamental, valoriza-se sobretudo a simbologia da pedra enquanto marco da transferência da capital. Nesse sentido, os documentos que descrevem suas características físicas, de modo geral, aludem à sua modéstia e simplicidade. O documento intitulado *Esta pedra, a antemanhã de Brasília*, aponta que a Pedra seria um “monumento modesto que guarda, no silêncio do morro onde se localiza, os gritos de liberdade de uma nova civilização”.⁵⁶⁸ A Pedra Fundamental é um obelisco, de volumetria piramidal e base quadrada com aproximadamente 4 m de altura.

Outro documento, um ofício interno da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, salienta que o valor da Pedra Fundamental pela sua modéstia estaria amparado pelas re-

⁵⁶⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Discursos. *In Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁶⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Discursos. *In Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁶⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Aquela Pedra, a antemanhã de Brasília*. *In Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

comendações da Carta de Veneza de 1964, que reconheceu o valor de uma arquitetura considerada simples.⁵⁶⁹ Esse ofício se apoia no texto da citada carta, indicando que

A noção de monumento histórico [do conceito oriundo da Carta de Veneza] abrange a criação arquitetônica isolada, assim como o sítio urbano ou rural que expressa o testemunho de uma determinada civilização, de uma evolução significativa e de um acontecimento histórico. Tal noção compreende não somente as grandes criações, senão também as obras modestas que com o tempo têm adquirido um significado cultural.⁵⁷⁰

A Carta de Veneza é entendida na bibliografia como um documento que favoreceu a ampliação da noção de patrimônio cultural ao considerar como monumento exemplares de uma arquitetura considerada menor e cotidiana. Para Marcia Sant'Anna, a Carta de Veneza, “ao definir como monumento uma arquitetura trivial e menor, ampliou consideravelmente o universo a tombar e a proteger”.⁵⁷¹ Em que pese a Pedra Fundamental não ser propriamente uma arquitetura, mas, sim, um artefato, o discurso de tombamento privilegiou uma leitura da Carta de Veneza que a considerou como um monumento modesto, porém “testemunho de uma determinada civilização, de uma evolução significativa e de um acontecimento histórico”.⁵⁷² Assim, embora seja um monumento descrito como menor ou trivial, a simbologia da Pedra Fundamental segue como sendo uma referência intencional à construção da nova capital, reforçando a monumentalidade de Brasília e inserindo esse bem em um discurso de valorização dessa obra maior.

2.2.4 O monumento e seu entorno: a ambientação dos bens tombados em Planaltina

Todas as três construções tombadas em Planaltina possuem a determinação de um entorno a ser protegido, cuja delimitação está expressa nos respectivos Decretos de Tombamento. No entanto, a menção a esse entorno e a justificativa para protegê-lo aparecem de modo mais evidente em documentos anexados aos dossiês de tombamento da Pedra Fundamental e da Igreja São Sebastião de Planaltina.

⁵⁶⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. O.I 04/82-DEC-SEC. *In Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁷⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. O.I 04/82-DEC-SEC. *In Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁷¹ SANT'ANNA, op. cit., p. 207-208.

⁵⁷² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. O.I 04/82-DEC-SEC. *In Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

A integração do termo “entorno” ao discurso patrimonial, assim como a definição de meios para a sua proteção, é recente. Até os anos 1970, vigorava o estabelecido pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937, o de criação do SPHAN, e era a partir da noção de “vizinhança da coisa tombada” que havia a previsão de que alterações nos arredores do bem dependeriam de prévia autorização do órgão.⁵⁷³ O termo “entorno”, por sua vez, conforme aponta Lia Motta, foi cunhado pelos técnicos do IPHAN ao longo da década de 1970, tratando-se, à época, de um neologismo.⁵⁷⁴ Em seguida, principalmente a partir dos anos 1980, ainda segundo Motta, “foram desenvolvidos trabalhos nos entornos de bens tombados individualmente para proteção de sua ambiência”,⁵⁷⁵ e esses espaços “passaram a ser protegidos por meio desse instrumento legal”.⁵⁷⁶

O tombamento da Pedra Fundamental de Planaltina incorporou a prática em ascensão nos anos 1980 ao considerar o entorno do bem tombado como passível de proteção. O documento intitulado *Tombamento do monumento e entorno* assinala que

No caso do marco histórico a que se refere esta proposição [a Pedra Fundamental de Planaltina], a proteção simultânea ao entorno é imprescindível, para assegurar a visibilidade da ambiência, contribuindo, já, para a preservação da paisagem natural, contexto onde ele se insere. Assim, o monumento a vir a ser tombado estará mantido em sua moldura.⁵⁷⁷

Termos como “visibilidade da ambiência” e “moldura” apontam que a preservação do entorno da Pedra Fundamental deveria assegurar a manutenção de um cenário marcado por uma “paisagem natural”, também mencionada na citação. Esses termos assinalam a importância de impedir a descaracterização da ambiência do objeto, o que significa a conservação da vegetação do cerrado ao seu redor.

Já no dossiê de tombamento da Igreja São Sebastião de Planaltina, ao contrário do da Pedra Fundamental, privilegia-se a descrição do entorno e sua relação com a igreja, mas não são apontadas justificativas para a conservação do ambiente que circunda o templo. Conforme o documento intitulado *Ficha técnica*, sobre as características ambientais da Igreja:

⁵⁷³ BRASIL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

⁵⁷⁴ MOTTA, Lia. *Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural, 1975 a 1990*. 2000. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 40.

⁵⁷⁵ MOTTA, op. cit., p. 40.

⁵⁷⁶ MOTTA, op. cit., p. 40.

⁵⁷⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Tombamento do monumento e entorno*. In *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

As edificações que comprometem o entorno da Igreja, variam de casas que a identificam com a época de sua construção até construções mais recentes, posteriores à inauguração de Brasília, promovendo um contraste arquitetônico que revela as várias fases da história de Planaltina.⁵⁷⁸

Alguns termos presentes nesse trecho, como “contraste arquitetônico” ou “fases da história de Planaltina”, sugerem que a Igreja estaria inserida em uma paisagem plural, com edificações erguidas em períodos diferentes. Planaltina não possui efetivamente um centro histórico tombado, embora a criação da Área Histórica de Planaltina em 1980 determinou um perímetro de proteção no Setor Tradicional. O documento *Ficha técnica*, assim, valorizou uma área histórica descaracterizada, destacando a sua pluralidade.

Nesse sentido, a igreja e alguns casarões antigos inseridos no perímetro de proteção do Setor Tradicional seriam vestígios de uma época passada e convivem com outras construções mais recentes, em uma aproximação com o conceito de “cidade-documento” discutido por Marcia Sant’Anna.⁵⁷⁹ Segundo assinala a autora, a partir da década de 1980,

não são mais as qualidades estéticas ou a homogeneidade estilística e tipológica do conjunto as principais razões da preservação. A possibilidade de informar sobre os processos econômicos e sociais formadores do espaço urbano e a importância da localidade como núcleo promotor do povoamento de determinada região passaram a ser as principais motivações.⁵⁸⁰

A descrição do entorno da Igreja São Sebastião no dossiê, assim, parece orientar-se no processo de evolução sociocultural que marcou a ocupação do Setor Tradicional de Planaltina, valorizando esse contexto dinamizado, e não apenas os monumentos.

Por sua vez, ao longo do dossiê de tombamento do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, não há elementos que demonstrem uma preocupação com a proteção ou mesmo a definição de seu entorno. Ainda que essa ideia não esteja desenvolvida na documentação elaborada pela Divisão do Patrimônio, a definição do entorno da edificação é estabelecida no Decreto de Tombamento, o de nº 6.939, de 1982:

⁵⁷⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Ficha técnica*. In *Processo nº 320.644/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁷⁹ SANT’ANNA, op. cit.

⁵⁸⁰ SANT’ANNA, op. cit., p. 328.

Art. 2º – A proteção ao elemento referido no artigo anterior [o Museu Histórico e Artístico] é extensiva ao seu entorno, abrangendo toda a área do Lote nº 1 e Quadras 43, 44, 55, 56 e 57 e Praça Cel. Salviano Monteiro.⁵⁸¹

A Praça Salviano Monteiro, de fato, confere visibilidade ao museu, e por isso a preocupação em incluí-la como parte de sua ambientação. Do mesmo modo, define-se uma proteção extensiva aos lotes contíguos compostos por construções térreas, muitas das quais de estilo arquitetônico semelhante ao do museu.

2.2.5 O apoio da população pelos tombamentos

A preocupação em evidenciar a concordância da população de Planaltina com relação aos tombamentos é uma tônica em todos os dossiês. No do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, o documento *Preservação de uma “casa com gosto de história”* reforça que o tombamento teria sido resultado do anseio popular. Dois eventos locais, o I e o II Encontros do Patrimônio Cultural de Planaltina ocorridos em 1979 e 1980 respectivamente, são mencionados para reforçar que a “comunidade se manifestava eloquentemente no sentido da preservação do bem histórico em objeto”.⁵⁸² Ao recuperar esses eventos e reforçar a vontade popular pela preservação do museu, o documento salienta que o tombamento espelha uma vontade popular anterior ao tombamento.

Além disso, o Conselho Comunitário de Planaltina, entidade que se coloca como representativa da população, foi chamado a opinar sobre o tombamento das três construções em Planaltina, e o documento de aprovação está anexado a cada um dos dossiês.

Conforme o documento relativo à reunião de aprovação do citado conselho, o tombamento do Museu Histórico e Artístico de Planaltina foi aprovado pelos seguintes motivos:

(1). A importância histórica que se reveste o Museu Histórico e Artístico de Planaltina; (2). Que a Casa que abriga o Museu ‘sempre esteve aberta às diversas comissões e caravanas que ao Planalto se dirigiam, com a incumbência de tarefas relacionadas à mudança da capital e ponto de convergência de ilustres homens públicos que visitavam o indevassável centro geofísico do Brasil’, além de seu valor arquitetônico característico do século XVIII; (3). Os interesses comunitários que este Conselho Comunitário representa.⁵⁸³

⁵⁸¹ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 6.390, de 19 de agosto de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, Distrito Federal, e respectivo mobiliário histórico.

⁵⁸² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Preservação de uma “casa com gosto de história”*. In *Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁸³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Of. Nº 05/82/CCP. In *Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

Os motivos apontados pelo Conselho Comunitário de Planaltina, em linhas gerais, coincidem com justificativas expressas ao longo do dossiê. O documento reforça a representação histórica do museu, assim como o seu papel como apoio para as comissões que estavam de passagem pela região, com destaque para aquelas que buscavam a mudança da capital.

Esse padrão argumentativo se repete no documento de aprovação, pelo mencionado conselho, do tombamento da Igreja São Sebastião de Planaltina. De acordo com o documento, a proteção justifica-se pelos seguintes motivos:

(1) A importância histórica que se reveste a Igreja de São Sebastião; (2). As suas características arquitetônicas de fins do século XVIII e sua importância religiosa e afetiva para a comunidade; (3). Os interesses comunitários que esse Conselho Comunitário representa.⁵⁸⁴

Assim, em sintonia com o discurso geral do dossiê da igreja, o Conselho Comunitário de Planaltina assinala a importância do templo como um marco histórico e arquitetônico. Além disso, verifica-se a referência à “importância religiosa e afetiva para a comunidade”, destacando que o templo seria um lugar de afeição para a população, do ponto de vista do Conselho Comunitário.

A discussão sobre o valor afetivo do patrimônio, conforme assinala o pesquisador Jean-Yves Andrieux, ganhou força principalmente a partir dos anos 1980, pois os debates passaram a ser norteados também pela relação do objeto tombado com a comunidade.⁵⁸⁵ De acordo com o autor, um dos tópicos mais recorrentes dessa discussão é o fator afetivo e familiar entre o indivíduo e esses testemunhos da história.⁵⁸⁶ As constatações de Andrieux levam a ver que a inserção de um sentido afetivo ao patrimônio pretendia superar um olhar unicamente técnico quanto aos bens que deveriam ser tombados, aproximando-se da ideia de que a população deveria se identificar emocionalmente com o patrimônio.

O Conselho Comunitário de Planaltina, assim como foi com as outras construções tombadas, considerou e aprovou o tombamento da Pedra Fundamental. O documento de aprovação justifica o aceite do tombamento pelos seguintes motivos:

(1). A importância histórica que se reveste a Pedra Fundamental do Distrito Federal, marco físico da decisão de interiorização da Capital do País; (2). Que a área onde está situado o referido Marco, pode vir a ser objeto de interesses

⁵⁸⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Of. Nº 03/82/CCP. In *Processo nº 320.644/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁸⁵ ANDRIEUX Jean-Yves (sous la dir. de). *Patrimoine et Histoire*. Paris: Belin, 1997, p. 96.

⁵⁸⁶ ANDRIEUX, op. cit., p. 96.

imobiliários, crescentes em Planaltina; (3). Os interesses comunitários que esse Conselho Comunitário de Planaltina representa.⁵⁸⁷

O texto do Conselho Comunitário de Planaltina alinha-se ao discurso mais amplo do dossiê de tombamento, reforçando a importância da Pedra Fundamental de Planaltina como marco para a interiorização da capital. Além disso, chama a atenção como o conselho atribui à ideia do tombamento uma forma eficaz de conter as pressões imobiliárias no local, o que se alinha à definição da proteção desse bem como modo de garantir a proteção não apenas da pedra, mas de toda a paisagem natural ao seu redor.

O Conselho Comunitário de Planaltina, conforme vimos, foi chamado a opinar no tombamento de todas as construções, embora sua relevância no processo de escolha e efetivação desses tombamentos não esteja clara. Verifica-se que o conselho deliberou a respeito dos tombamentos ao mesmo tempo, em julho de 1982, segundo consta na data dos documentos anexados aos dossiês. Os tombamentos do Museu Histórico e Artístico de Planaltina e da Igreja São Sebastião foram realizados um mês mais tarde, em agosto de 1982, enquanto o da Pedra Fundamental ocorreu em setembro do mesmo ano. Nesse sentido, estima-se que o Conselho Comunitário de Planaltina provavelmente não atuou na seleção desse patrimônio, mas, sim, na confirmação de sua importância.

O esforço dos dossiês em conferir à população uma participação nas decisões pelo tombamento buscou inserir os moradores no processo, o que está em sintonia com o discurso que Aloísio Magalhães introduziu no SPHAN a partir de 1979. Conforme aponta Maria Cecília Fonseca, o então diretor desenvolveu uma política patrimonial de modo a “ampliar a noção de patrimônio e estimular a participação social, propondo uma relação de colaboração entre Estado e sociedade”.⁵⁸⁸ A autora, contudo, discute como tal proposta pouco mudou as práticas centralizadoras do órgão, e a inclusão da população ficou muito mais no nível do discurso. De modo análogo, Lia Motta indica como essa ideia não foi capaz de transformar nem mesmo as práticas consagradas de escolha dos bens culturais, afirmando que “predominaram os padrões estético-estilísticos e de excepcionalidade à semelhança daqueles implantados pelos modernistas, que lideraram os trabalhos iniciais de preservação no Brasil”.⁵⁸⁹ Isso se evidencia nos tombamentos realizados em Planaltina, pois os bens selecionados fazem referência ao

⁵⁸⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Of. nº 04/82/CCP. *In Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁵⁸⁸ FONSECA, op. cit., p. 21-22.

⁵⁸⁹ MOTTA, op. cit., p. 17.

valor histórico das construções relativo ao período colonial, além da participação delas no processo de transferência da capital.

2.2.6 As motivações turísticas para o tombamento de construções em Planaltina

A bibliografia sobre patrimônio é unânime ao ressaltar que, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, a ideia do patrimônio como fomento ao turismo aparece de modo majoritariamente positivo em Cartas Patrimoniais, como nas Normas de Quito, de 1967⁵⁹⁰ e na Resolução de São Domingos, de 1974.⁵⁹¹ Essa perspectiva considera o turismo como motor de desenvolvimento econômico. Conforme aponta Paulo Ormindo Azevedo, sobre as Normas de Quito,

se pregava abertamente a utilização do patrimônio cultural para alavancar o desenvolvimento dos países membros por meio do turismo. A palavra chave era *puesta en valor* ou promoção dos monumentos e sítios históricos para o mercado turístico. Essa política se inspirava na recuperação econômica de países como Itália, França e Espanha, depois da II Guerra Mundial. Naquele momento era cunhada a expressão ‘turismo cultural’.⁵⁹²

O incentivo ao turismo nas Cartas Patrimoniais elaboradas entre as décadas de 1960 e 1970, contudo, segundo Cláudia Leal, não ocorreu sem reservas, pois os documentos continham advertências quanto ao potencial destrutivo da atividade turística sobre o patrimônio.⁵⁹³

Enquanto um discurso majoritariamente otimista prevaleceu entre as décadas de 1960 e 1970, André Köhler ressalta que a partir dos anos 1970 o turismo – representado principalmente pela iniciativa privada – passava a ser visto como uma ameaça à preservação cultural em Cartas Patrimoniais.⁵⁹⁴ O autor aponta que os grandes marcos nessa ruptura foram o Manifesto de Amsterdã, de 1975,⁵⁹⁵ e a Recomendação de Nairóbi, de 1976.⁵⁹⁶ Esta, conforme discute Köhler,

⁵⁹⁰ CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

⁵⁹¹ CURY, op. cit.

⁵⁹² AZEVEDO, Paulo Ormindo de. PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana. *An. mus. paul.*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 237-256, abr. 2016.

⁵⁹³ LEAL, Claudia Feierabend Baeta (Org.). *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.

⁵⁹⁴ KÖHLER, André Fontan. As cartas patrimoniais e sua relação com o turismo cultural: teorias, práticas e seus desdobramentos no caso brasileiro. *Revista Iberoamericana de turismo*, v. 9, p. 138-163, 2019.

⁵⁹⁵ CURY, op. cit.

⁵⁹⁶ CURY, op. cit.

vai contra o predomínio de interesses imobiliários e turísticos, e defende a preservação de cidades e conjuntos antigos não apenas pelo valor patrimonial em si, mas também como contraposição à crescente banalização e homogeneidade da cidade contemporânea.⁵⁹⁷

A despeito de advertências expressas em Cartas Patrimoniais, as relações entre o patrimônio e o turismo intensificaram-se, e os bens culturais tornaram-se, cada vez mais, bens de consumo. O historiador Dominique Poulot discute essa relação e aponta que

nas nossas sociedades de consumo e de cultura de massa, o uso do patrimônio, sua interpretação e até mesmo sua simulação passam a ser um instrumento de desenvolvimento local ou nacional em função do turismo e das práticas mercantis do saber e do lazer.⁵⁹⁸

Essa discussão é bastante atual, e a subordinação do patrimônio ao turismo é recorrentemente problematizada na bibliografia. Nesse sentido, autores consagrados como Henri-Pierre Jeudy⁵⁹⁹ e Françoise Choay⁶⁰⁰ criticam o patrimônio a serviço do mercado do entretenimento. Para Choay, o patrimônio, quando tratado primordialmente como um produto cultural, “passa a ser um pastiche, ou uma casca sem conteúdo”.⁶⁰¹ Na esteira desse debate, o antropólogo José Reginaldo Gonçalves aponta que

em sua busca obsessiva pelo objeto de uma perda irreparável, esteja ele situado no universo autêntico do “passado” ou das “culturas populares”, ou das “culturas primitivas”, o patrimônio na verdade transforma localidades em pontos de atração turística.⁶⁰²

No Brasil, a inserção do turismo no discurso patrimonial passou a ser um importante projeto de desenvolvimento nacional, em especial a partir dos anos 1970, quando o inspetor de monumentos franceses Michel Parent, a pedido do SPHAN, realizou visitas ao Brasil em 1966 e 1967. Os relatórios elaborados por Parent, conforme Marcia Sant’Anna, estruturaram as práticas preservacionistas do SPHAN, que passaram a ser norteadas pelo planejamento urbano e aproveitamento turístico.⁶⁰³

⁵⁹⁷ KÖHLER, op. cit., p. 153.

⁵⁹⁸ POULOT, op. cit., p. 200.

⁵⁹⁹ JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

⁶⁰⁰ CHOAY, Françoise, *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

⁶⁰¹ CHOAY, op. cit.

⁶⁰² GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (Orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. – Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 243.

⁶⁰³ SANT’ANNA, op. cit., p. 153.

Essa nova perspectiva criou um cenário favorável a propostas de “revitalização”, pois, segundo Ana Elisabete Medeiros, o tombamento passou a ser um modo de angariar recursos para a recuperação de construções ou áreas urbanas, tendo como foco a exploração turística. De acordo com a autora,

no contexto nacional, o processo de construção patrimonial é, via de regra, sinônimo de ‘revitalização de antigas áreas urbanas centrais’. Trata-se de uma estratégia de desenvolvimento local através da associação entre turismo e cultura, entre valor econômico e valor cultural.⁶⁰⁴

Esse direcionamento certamente orientou práticas patrimoniais locais, pois a maior parte das instituições locais foi criada a partir da década de 1970, a exemplo da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, implementada em 1975. Nos dossiês de tombamento das construções em Planaltina, a preservação das construções aparece como um reforço para ampliar o circuito turístico do Distrito Federal, em uma proposta que articula patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento.

O dossiê de tombamento do Museu Histórico e Artístico de Planaltina assinala que a criação de um museu seria um meio de divulgação histórica e cultural do núcleo no Distrito Federal. Esse discurso é evidente no documento *Trâmite administrativo da proposta*, de 1973, que tratava da criação do museu. Conforme o documento,

O texto [de um Parecer, o de nº 12/73] emite considerações sobre o desenvolvimento da civilização do Planalto Central e a importância que a instalação do Museu acrescentaria ao enfoque turístico da Capital Federal.⁶⁰⁵

Esse trecho, ao valorizar o “desenvolvimento da civilização do Planalto Central”, representado por um museu em Planaltina, aponta para um diferencial do núcleo com relação aos demais núcleos-satélites de Brasília, reforçando a sua importância histórica.

No mesmo documento, há a menção a um outro processo, o Ofício Interno nº 052/73-RA-VI, de abril de 1973, que reitera a importância do museu como um modo de incrementar o turismo na região. De acordo com o documento, nesse processo de 1973, o então administrador de Planaltina teria defendido que a instalação de um museu traria benefícios sociais, culturais e econômicos por meio do turismo. A implementação do museu, conforme o documento, compensaria o corte de empregos

⁶⁰⁴ MEDEIROS, Ana Elisabete. Brasília: patrimônio mundial de desenvolvimento local? In RIBAS, Otto (Org.). *Visões de Brasília: patrimônio, preservação & desenvolvimento*. Brasília: Instituto de Arquitetos do Brasil, 2005, p. 113.

⁶⁰⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Trâmite administrativo da proposta*. In *Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

resultante de medidas tomadas para encerrar outras atividades tidas como nocivas para o meio ambiente, pois

Foi prudente a contenção do crescimento físico de Planaltina em virtude da necessidade de se preservar da poluição as águas do futuro lago São Bartolomeu. A eliminação do Setor Industrial daquela cidade seria outra medida já aprovada, por razões de ordem sanitária. De tantas restrições viria a gerar limitações de empregos, fato que viria a se agravar anos depois. Decorre dos motivos anteriormente expostos, a decisão de se pensar desenvolver na Região Administrativa de Planaltina a chamada ‘indústria sem chaminés’, ou seja, do turismo.⁶⁰⁶

O documento assinala que o então administrador de Planaltina, com o intuito de antecipar uma crise econômica que viria com a restrição da geração de empregos, buscou viabilizar o turismo como estratégia de desenvolvimento local. Nesse sentido, o documento indica que houve uma preocupação em proteger o meio ambiente e proporcionar qualidade de vida à população, reforçando o potencial do núcleo no campo cultural.

Além disso, constata-se que a criação de um museu em Planaltina possibilitou um diálogo com setores do governo do Distrito Federal com relação ao uso e manutenção desse equipamento cultural. De acordo com um documento de 1977 intitulado *Tombamento do Museu Histórico e Artístico de Planaltina*,

O recebimento do Museu em referência, já efetuado por este Departamento, permite que este Órgão [a Secretaria de Cultura] possa iniciar a orientação das necessárias obras de recuperação daquele Bem Cultural, como também a programação de atividades artístico-culturais.⁶⁰⁷

Em que pese esse documento se referir a ações que antecederam o tombamento, nota-se um discurso que aponta para a necessidade de “revitalização” do imóvel, o que, conforme Ana Elisabete Medeiros, marcou a relação entre patrimônio e turismo a partir dos anos 1970.⁶⁰⁸ O tombamento do museu, em 1982, reforçou o potencial turístico do núcleo no âmbito do Distrito Federal pelo reconhecimento da importância do casarão e seus objetos para Brasília. Além disso, o tombamento atribuiu ao Governo do Distrito Federal responsabilidades sobre o museu, o que indica o recebimento de recursos financeiros e a perspectiva de inclusão de Planaltina em projetos turísticos de Brasília.

⁶⁰⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Trâmite administrativo da proposta. *In Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁶⁰⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Tombamento do Museu Histórico e Artístico de Planaltina. *In Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁶⁰⁸ MEDEIROS, op. cit., p. 113.

Enquanto isso, o dossiê de tombamento da Igreja São Sebastião de Planaltina assinala que o potencial turístico do templo residiria na originalidade de sua arquitetura no âmbito do Distrito Federal. De acordo com o documento intitulado *Preservação de patrimônio/histórico/arquitetônico/religioso*, “as programações turísticas irão encontrar nesse bem cultural dinamizado uma mostra original no contexto arquitetônico do Distrito Federal”.⁶⁰⁹ Este trecho reitera o valor histórico da Igreja São Sebastião com relação à arquitetura moderna de Brasília, pois o templo seria representativo de uma arquitetura excepcional por fazer referência a uma época anterior à construção da capital. Já o termo “dinamizado”, presente na citação anterior, faz referência ao ambiente da igreja, em que coexistiriam construções de diferentes épocas.

Além disso, o tombamento da Igreja São Sebastião, em 1982, possibilitou uma intervenção no local, realizada dois anos depois. Consta no dossiê de tombamento que, em 1984, foi feita uma “restauração através do convênio firmado entre a Administração Regional de Planaltina, Pró-Memória e Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal”.⁶¹⁰ Novamente, vemos o tombamento como um meio de promover a reforma de construções e atrair programações turísticas, estratégia marcante nos procedimentos em Planaltina.

Por sua vez, o dossiê da Pedra Fundamental de Planaltina busca articular tombamento e “restauração” como parte das ações de preservação. Conforme um ofício enviado à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pela Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, “este monumento, marco de indiscutível valor histórico não só para esta cidade, mas para a Nação Brasileira, deverá ser restaurado e tombado como Bem de Patrimônio Cultural do Distrito Federal”.⁶¹¹ O tombamento, assim, viria acompanhado de perspectivas de melhoria no local por meio de reformas e maiores investimentos em cultura.

Enquanto isso, a indicação do potencial turístico da Pedra Fundamental estaria relacionada a intervenções na pequena praça que a entorna, de acordo com o documento *Pedra Fundamental*.⁶¹² Essa praça, formada por calçamentos de concreto e alguns ban-

⁶⁰⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Preservação de patrimônio / histórico / arquitetônico / religioso*. In *Processo nº 320.644/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁶¹⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Ficha técnica*. In *Processo nº 320.644/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁶¹¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. O.E. nº 820/82-SEC. In *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁶¹² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Pedra Fundamental*. In *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

cos, “contribui para o bem-estar dos visitantes, com passeios e bancos de concreto”.⁶¹³ Nesse sentido, ainda que o documento não tenha citado expressamente o turismo, a menção ao “bem-estar dos visitantes” indica que o tombamento previa estimular visitas ao local, reforçando o seu potencial como ponto turístico de Brasília.

Conforme vimos neste subtópico, os dossiês de tombamento de Planaltina articulam o patrimônio ao desenvolvimento do turismo local, e a alusão à importância histórica das construções tombadas busca justificar o potencial turístico. Também observamos como o tombamento possibilitou propostas de revitalização desse patrimônio e seu entorno para melhor acolher visitantes. Além disso, nota-se que todos os três tombamentos foram realizados no mesmo ano de 1982, e estima-se que isso contribuiu para a afirmação de Planaltina como um local histórico e ponto turístico importante no Distrito Federal. Essa perspectiva chama a atenção para a necessidade de um olhar diferenciado para este núcleo e para a sua alegada importância histórica e cultural em Brasília, assim como para seu papel como suporte para a concretização da nova capital.

⁶¹³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Pedra Fundamental. *In Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

2.3 Reivindicação comunitária e construção do patrimônio: Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira e Relógio de Taguatinga

Neste tópico, prosseguimos com a análise de dossiês, considerando o modo como a reivindicação comunitária passou a embasar o discurso patrimonial, pois movimentos organizados de moradores de Brasília apropriaram-se do instrumento do tombamento como um recurso para legitimar uma luta coletiva. Esse aspecto representou uma nova orientação com relação aos tombamentos ocorridos até 1982, em que o protagonismo de governantes na seleção dos bens foi mais evidente. Os dossiês analisados neste tópico são os do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), de 1985, e o do Relógio de Taguatinga, de 1989.

Ambos os tombamentos são referentes a construções bastante diferentes entre si, em que pese estarem agrupados em um único tópico de análise neste trabalho. Enquanto o HJKO é um antigo hospital de campanha e em madeira do período da construção de Brasília que passou a ser moradia irregular, o Relógio de Taguatinga é uma torre ofertada ao núcleo em 1970 pelo então presidente da *Citizen Watch*, Eiichi Yamada. Contudo, em ambos os tombamentos, verificamos um ponto em comum relativo à reivindicação popular para impedir a destruição do bem. Nesse sentido, o órgão local do patrimônio, que a partir de 1983 passou a ser o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DePHA), se aproximou da ideia do patrimônio como resultado de demandas comunitárias.

As pautas comunitárias passaram a compor o discurso preservacionista brasileiro de modo mais evidente a partir do final dos anos 1970. A bibliografia reconhece, com certa unanimidade, que a incorporação dessas possibilidades no discurso patrimonial originou-se do trabalho desenvolvido por Aloísio Magalhães no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975 pelo próprio Magalhães. Conforme destaca Maria Cecília Fonseca, o CNRC propunha “a atualização da conceituação de patrimônio até então vigente, que era focada em determinados momentos da cultura do colonizador, além de possuir um caráter elitista na seleção e no trato dos bens culturais”.⁶¹⁴

Em sequência, as pautas populares passaram a integrar o discurso oficial do IPHAN a partir de 1979, quando o CNRC foi incorporado pelo órgão e Aloísio Magalhães se tornou seu diretor, inaugurando aquilo que ficou conhecido como a *fase moderna*. O

⁶¹⁴ FONSECA, Maria Cecília Londres. *Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio*. Rio de Janeiro: Repositório do Conhecimento do IPEA, 2003, p. 152.

IPHAN transformou-se na Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – que voltaria a ser novamente o IPHAN anos mais tarde, em 1994. Segundo a mesma autora, a gestão de Magalhães no órgão agregou ao discurso do SPHAN a ideia de que o patrimônio

não devia se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história oficial, mas devia incluir também manifestações culturais representativas para os outros grupos que compõem a sociedade brasileira – os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral.⁶¹⁵

Ao abranger novas temáticas no discurso preservacionista, o Brasil alinhava-se a um contexto internacional mais amplo. A partir de meados do século XX, conforme destaca Fonseca, “começam a ser introduzidas nos patrimônios as produções dos ‘esquecidos’ pela história factual, mas que passaram a ser o objeto principal de interesse da história das mentalidades: os operários, os camponeses, os imigrantes, as minorias étnicas, etc.”.⁶¹⁶

No entanto, além de uma reformulação que seria centrada em instituições e no modo institucional de selecionar o patrimônio, Aloísio Magalhães sustentava a ideia de que a comunidade deveria ter uma voz mais ativa nessa escolha. Conforme assinala Lia Motta, o lema do SPHAN na gestão de Magalhães, entre 1979 e 1982, passou a ser “a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio”, e termos como “participação popular” passaram a integrar o discurso oficial do órgão.⁶¹⁷ No entanto, a bibliografia reconhece que houve uma discrepância entre a prática e o discurso do SPHAN. Conforme já mencionamos no tópico 2.2 deste capítulo, autoras como Maria Cecília Fonseca⁶¹⁸ e Lia Motta⁶¹⁹ apontam que uma maior inclusão da comunidade em práticas patrimoniais esbarrou na centralização estatal do processo.

Ao mesmo tempo, verifica-se que o SPHAN buscou cada vez mais a chancela da população para fundamentar a escolha do bem a ser tombado. Para Regina Abreu, uma característica fundamental dos processos de patrimonialização a partir dos anos 1980, em especial aqueles ligados a bens culturais de sociedades tradicionais, é que “os grupos sociais ligados a estes bens deveriam demandar a patrimonialização, ou pelo me-

⁶¹⁵ FONSECA, op. cit., p. 111-112.

⁶¹⁶ FONSECA, op. cit., p. 72.

⁶¹⁷ MOTTA, op. cit., p. 40.

⁶¹⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 21-22.

⁶¹⁹ MOTTA, op. cit.

nos endossar as demandas de patrimonialização”.⁶²⁰ Além disso, ainda que os processos patrimoniais tenham continuado a ser bastante centralizados no Estado, a bibliografia chama a atenção para a ampliação do uso do instrumento do tombamento na sociedade, a exemplo da reivindicação popular. O patrimônio, como se sabe, não é um direito a ser adquirido, mas aparece, como Cíntia Nigro discute, muitas vezes, como um recurso para garantir a manutenção de marcos e referenciais urbanos significativos.⁶²¹

No Brasil, o tombamento federal do Terreiro da Casa Branca em Salvador, em 1986, foi um marco do patrimônio como resultado da reivindicação comunitária. Para Gilberto Velho, relator do processo, era a primeira vez que a tradição afro-brasileira obtinha reconhecimento oficial do Estado, e daí a importância do tombamento desse terreiro de candomblé na ampliação das representações patrimoniais no país.⁶²² Além disso, conforme destaca Marcia Sant’Anna, esse tombamento fundamentou-se na preservação de um espaço considerado sagrado, mas que estava ameaçado pela venda do terreno.⁶²³ A utilização do instrumento pela população, assim, fez parte de uma estratégia de pressão política e social pelo reconhecimento da importância do bem. Além disso, chamou a atenção para questões sociais mais amplas envolvendo a comunidade que fez a solicitação, no caso, o respeito à diversidade religiosa.

Em sintonia com esse contexto, a mobilização da população por tombamentos desenvolveu-se em Brasília durante a década de 1980, consagrando-se como um modo de expressão e reivindicação de moradores para garantir a preservação de bens referenciais para a comunidade. Além disso, conforme veremos neste texto, a demanda por tombamentos teve como intuito dar visibilidade a outras demandas coletivas, associando o patrimônio a reivindicações pela melhoria da qualidade de vida de moradores. No pedido de tombamento do HJKO, a incorporação da história da construção de Brasília ao discurso patrimonial deu visibilidade aos anseios da comunidade por moradia e pela prestação de serviços de saúde. Já a demanda pelo tombamento do Relógio de Taguatinga se apoia na própria história do núcleo para traçar uma relação com o presente e denunciar as alegadas injustiças cometidas pelo governo central, indicando a urgência da valorização da memória de Taguatinga e da proteção de seus espaços públicos.

⁶²⁰ ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In DOBERDEI, Vera; TARDY, Cécile (Orgs.) *Memória e novos patrimônios*. Louvain-la-Neuve: Open Editions Press, 2015, p. 73. (Coleção do programa Saint-Hilaire.)

⁶²¹ NIGRO, Cíntia. Patrimônio cultural e território urbano. In *Boletim Paulista de Geografia*, n. 78, p. 45-76, 2001, p. 57.

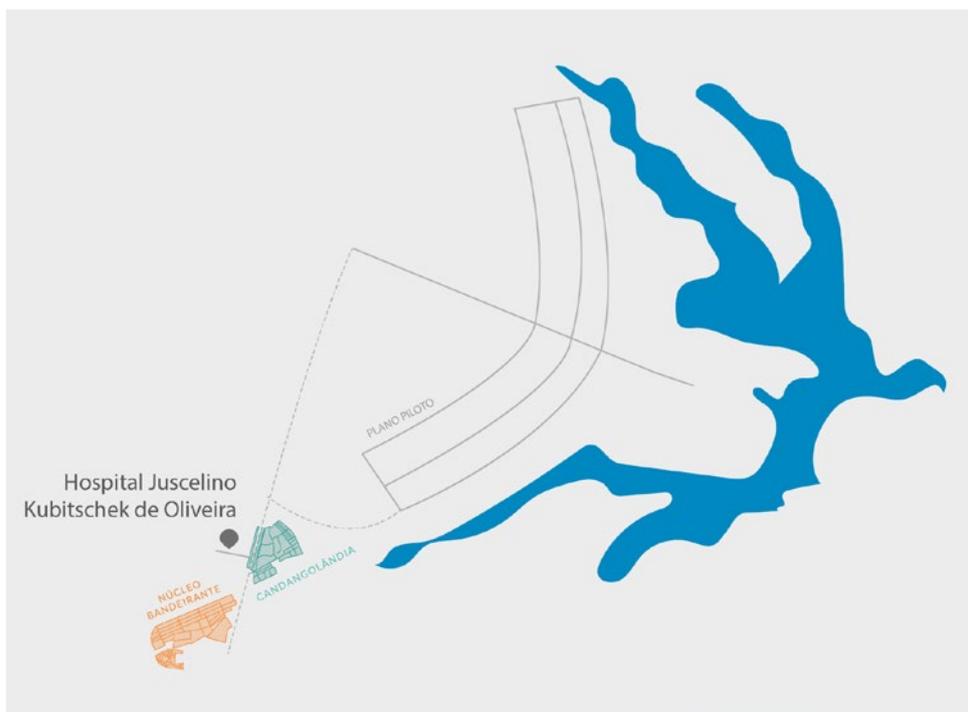
⁶²² VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, abr. 2006.

⁶²³ SANT’ANNA, op. cit.

Além disso, importa considerar o contexto institucional que marcou esses tombamentos, caracterizado por uma atribuição mais ativa da instituição do patrimônio local. O DePHA, conforme visto no capítulo 1, obteve maior relevância nos anos 1980 devido às tratativas para o reconhecimento de Brasília como Patrimônio Mundial pela UNESCO, em parceria com o SPHAN e o GT-Brasília. Como resultado, o órgão distrital conquistou maior prestígio e logrou um maior aparelhamento institucional ao longo dos anos 1980, como destacam Carlos Reis⁶²⁴ e Beatriz Couto.⁶²⁵

Neste texto, os três primeiros subtópicos são dedicados à análise mais detida do dossiê de tombamento do HJKO, enquanto o quarto e último subtópico se concentra na análise do dossiê do Relógio de Taguatinga. A localização do HJKO e do Relógio de Taguatinga está indicada a seguir (figuras 44 e 45):

Figura 44. Localização do HJKO com relação ao Plano Piloto de Brasília

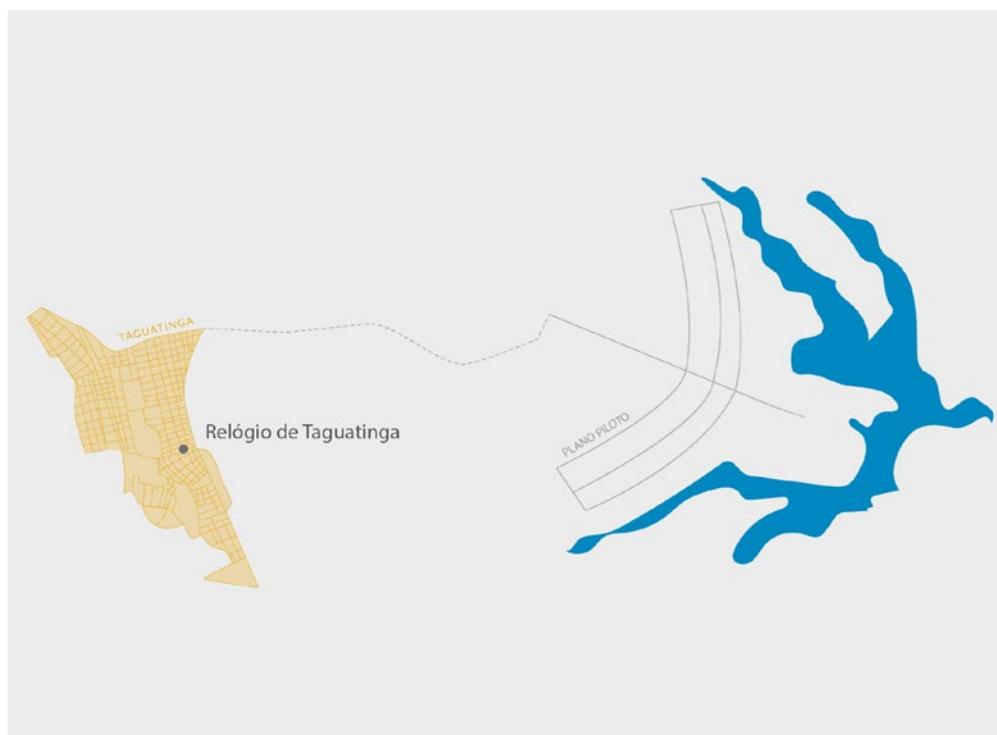


Elaboração: Daniela Barbosa.

⁶²⁴ REIS, Carlos Madson. *Brasília: espaço, patrimônio e gestão urbana*. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

⁶²⁵ COUTO, Beatriz Coroa do. *O processo de elaboração do plano de preservação do conjunto urbanístico de Brasília: uma representação conceitual da política de preservação urbana no DF*. 2015. 152f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

Figura 45. Localização do Relógio de Taguatinga com relação ao Plano Piloto de Brasília



Elaboração: Daniela Barbosa.

2.3.1 O tombamento do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira como reivindicação comunitária

A trajetória do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), de hospital abandonado a patrimônio e museu, foi analisada por Maria Cecília Gabriele em sua pesquisa de 2012.⁶²⁶ A autora aponta como após a desativação do conjunto hospitalar, em 1973, e seu abandono pelo poder público, o local foi ocupado principalmente por antigos empregados do HJKO. Em seguida, ainda conforme Gabriele, houve em 1983 uma tentativa de derrubada do conjunto e expulsão dos moradores pelo Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), então proprietário da área. A investida do instituto gerou reação dos moradores, e, a partir de Ação Popular assinada pelo líder comunitário e funcionário público Nilton Rosa, impediu-se a demolição. Concomitantemente, Rosa solicitou o tombamento ao SPHAN, e o processo foi levado adiante em parceria com o GT-Brasília e o DePHA.

⁶²⁶ GABRIELE, Maria Cecília. *Musealização do patrimônio construído: inclusão social, identidade e cidadania: Museu Vivo da Memória Candanga*. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2012.

A Ação Popular, que se coloca como fruto da organização da coletividade de moradores do conjunto HJKO pela figura do líder comunitário Nilton Rosa, está anexada ao dossiê de tombamento e abre a nossa análise. O texto lançou mão da estratégia de atribuir ao antigo hospital valores relacionados ao seu papel ao longo da construção de Brasília. Para tanto, recupera, em primeiro lugar, o ideário da mudança da capital e reforça sua importância para todo o país, apoiando-se fortemente no protagonismo de Juscelino Kubitschek e outros personagens. De acordo com o documento:

O saudoso e inesquecível Juscelino Kubitschek de Oliveira, inspirado na profecia de Dom Bosco, dando cumprimento à promessa feita em Jataí, no seu primeiro comício como candidato à presidência da república, ao lado de Israel Pinheiro, Bernardo Sayão e tantos outros brasileiros, principiava a mais espetacular obra arquitetônica do século: a mudança da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central.⁶²⁷

Nota-se que a Ação Popular privilegia uma descrição idealizada do ex-presidente Juscelino Kubitschek, retratando-o como “saudoso e inesquecível”. Além disso, a recuperação de uma origem profética associada a Brasília, nesse texto, reforça a ideia de obstinação do então presidente no cumprimento da tarefa da transferência da capital.

Em seguida, o documento insere nesse universo a classe operária de Brasília, os denominados *candangos*, apoiando-se no papel dos operários para principiar o que seria a “grande obra”:

Em diversas frentes de trabalho os candangos davam os primeiros passos para construir os andaimes embaixadores da grande obra: Aeroporto provisório, Catetinho, Cidade Livre, em cujas proximidades, nos idos de 1957, o presidente inaugurava o primeiro hospital da cidade, em madeira, que, em sua homenagem recebeu o nome de Hospital JK.⁶²⁸

Esse trecho descreve o cenário inicial da construção de Brasília, privilegiando tanto o papel dos operários no começo das obras quanto as primeiras inaugurações: o aeroporto provisório, o Catetinho, a Cidade Livre e o Hospital JK. O hospital aparece como um dos primeiros apoios para a construção da cidade, tendo sido batizado em homenagem ao então presidente, com o intuito de reforçar sua importância patrimonial.

O documento, em seguida, reforça os sacrifícios aos quais foram submetidos os operários durante o período da construção de Brasília e aponta como o HJKO havia sido

⁶²⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Ação Popular. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶²⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Ação Popular. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

testemunha de um processo marcado não só por provações e dificuldades, mas também por esperança e realizações. Segundo a Ação Popular,

Neste Hospital JK nasceram os primeiros brasilienses e morreram os primeiros candangos, cujo sangue foi dado em holocausto àquela geração emergente de uma nova era. Além disso, foi ali que os candangos feridos em acidentes no trabalho receberam socorros e puderam tornar aos andaimes da construção, animados por um sonho lépido, às vezes, transformado em choro fúnebre, como disse o poeta.⁶²⁹

O texto traz à luz as contradições de Brasília com relação ao ideário da construção da cidade, pois exalta tanto o “sonho lépido” quanto o “choro fúnebre” como parte da experiência dos operários. Esse discurso deu sentido à noção de que, apesar do sacrifício da classe operária, Brasília seria um sonho compartilhado entre todos os participantes da construção da cidade, desde o ex-presidente ao humilde construtor. Para tanto, o documento se apoia em imagens de forte impacto, como o “sangue dado em holocausto àquela geração emergente de uma nova era” para mencionar problemas da construção de Brasília, ainda que em tom epopeico. O trecho citado atribui ao HJKO um protagonismo central nessa trama.

Além disso, a Ação Popular estabeleceu uma forte relação entre o antigo hospital e os construtores de Brasília, os *candangos*, em um esforço por evidenciar a representação operária do hospital. O discurso que integra a demanda pelo tombamento, nesse sentido, partiu do pressuposto de que o construtor de Brasília teria sido um herói anônimo, alinhando-se a um discurso mais amplo bastante associado a Brasília com relação ao papel dos operários como idealistas da construção.

A imagem idealizada do candango, conforme aponta Luísa Videsott em pesquisa de 2009, foi criada e impulsionada por políticos para consagrar uma imagem positiva da transferência da capital.⁶³⁰ A autora analisa o modo como o discurso midiático oficial da década de 1950 foi eficiente ao associar a Brasília imagens positivas como progresso e desenvolvimento do país, e os operários eram retratados como heróis anônimos e parceiros do então presidente.⁶³¹ Na esteira desse debate, Thiago Perpétuo, em pesquisa de 2015, aponta como o governo JK foi capaz de impulsionar uma imagem positiva das relações entre trabalhadores e governantes. Essa estratégia consistia em

⁶²⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Ação Popular. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶³⁰ VIDESOTT, Luísa. *Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história*. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

⁶³¹ VIDESOTT, op. cit., p. 187-275.

costurar uma parceria com os guerreiros anônimos que estariam ombreados a JK em espírito de aventura e aspiração pela vitória: os trabalhadores da construção. Personagens que foram representados com heroísmo análogo, exaltados como obreiros de sua glória.⁶³²

As ações de governantes contribuíram para que o imaginário popular sobre a construção de Brasília incorporasse uma ideia vinculada ao heroísmo dos operários, discurso que integra o dossiê de tombamento do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A Ação Popular tinha como propósito imediato impedir a derrubada do HJKO em 1983, mas mesmo uma decisão jurídica favorável não significava a garantia de preservação permanente do conjunto. Nilton Rosa, provavelmente ciente disso, encaminhou ao mesmo tempo uma solicitação de tombamento do hospital ao SPHAN. O fato de que o pedido de tombamento estaria em análise pelo órgão conferiu um caráter de urgência ao impedimento da derrubada do local por parte da justiça, pois, conforme a Ação Popular, “o SPHAN ainda não se manifestou sobre o pedido de tombamento, mas haverá uma frustração completa, se reconhecer o valor do bem a ser preservado, depois de completamente demolido”.⁶³³

A decisão judicial foi no sentido de impedir a demolição do conjunto e aguardar o Parecer do SPHAN. Ainda em 1983, o órgão emite um parecer favorável ao tombamento, e o processo passou a ser da competência do governo de Brasília, especificamente o DePHA. O tombamento do HJKO, conforme Carlos Reis⁶³⁴ e Karina Ramos,⁶³⁵ foi resultado de uma parceria bem-sucedida entre o DePHA, o SPHAN e o GT-Brasília, pois envolveu uma participação conjunta de entidades de diferentes níveis governamentais e em diálogo com a população local. Neste texto, citaremos apenas o órgão distrital quando nos referirmos ao processo local, mas entendemos que houve a parceria entre as entidades mencionadas.

Após o parecer favorável do SPHAN, a proposta do tombamento passou à análise pelo DePHA. Nesse tempo, o assunto ganhou cobertura da mídia, que deu visibilidade tanto à proposta de proteção do hospital quanto ao significado que a comunidade havia atribuído a ele. Alguns recortes de reportagens previamente selecionados e coletados

⁶³² PERPÉTUO, Thiago Pereira. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília*. 2015. 273 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015, p. 49.

⁶³³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Ação Popular. *In Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶³⁴ REIS, op. cit.

⁶³⁵ RAMOS, Karina Felix. *A preservação de Brasília: reflexos da formação do conceito de patrimônio cultural*. 2005. 225 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

pelo órgão compõem o dossiê de tombamento do HJKO e são importantes indicativos de que o anseio da população pelo tombamento incluía também a demanda por moradia. Em um jornal não identificado anexado ao dossiê, explicita-se que

Os residentes no acampamento do HJKO não desejam apenas o tombamento do estabelecimento. Eles querem fazer parte dos planos da Candangolândia, porque não aguentam viver sem ter um lugar definitivo. No Acampamento, o IAPAS proíbe uma série de coisas. Durante 20 anos a pequena população ficou sem telefone, até que um de seus integrantes decidiu apelar para a Telebrasil. Mas há casos piores. O único armazém existente, de Benedito Pedro da Silva, foi fechado, e é proibida, segundo os moradores, a entrada de verdureiros, padeiros e leiteiros.⁶³⁶

Esse trecho da reportagem enfatiza ainda a situação precária dos moradores e as dificuldades que enfrentavam enquanto residentes irregulares no espaço, ressaltando a necessidade de assentamento formal dessa população. O discurso midiático leva a ver que os moradores do HJKO conseguiram agregar à campanha pelo tombamento não apenas o desejo pela proteção e recuperação do conjunto, mas também o seu anseio pela conquista de moradia permanente em Brasília.

Outro ponto que chama a atenção é que a história pessoal de moradores integrou matérias de jornal anexadas ao dossiê. Uma edição do *Jornal de Brasília* de novembro de 1984, por exemplo, conta que Nilton Rosa “chegou ao HJKO em 1959, quando tinha apenas 3 anos de idade” e continua narrando que “lá, no conjunto de casas que circundam o Hospital, já moravam suas duas irmãs, uma delas técnica de enfermagem (...)”.⁶³⁷ Além de Nilton Rosa, outros habitantes tiveram suas histórias contadas por jornais, agregando à campanha pelo tombamento a memória e trajetória pessoal de moradores.

A campanha pelo tombamento deu visibilidade à luta por moradia dos habitantes do conjunto HJKO e foi eficaz, pois eles foram assentados na Candangolândia em 1984. Contudo, uma reportagem intitulada *JKO tombado é o sonho de uma comunidade*, do jornal *Correio Braziliense*, de julho de 1984, anexada ao dossiê, evidencia que as pressões pelo tombamento se mantiveram. Segundo a reportagem, os moradores do HJKO se recusavam a deixar o conjunto hospitalar enquanto não houvesse o tombamento, pois temiam que o IAPAS demolisse o local.⁶³⁸ Nilton Rosa, em entrevista ao jornal, assinalou que

⁶³⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Recortes de jornal. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶³⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Recortes de jornal. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶³⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Recortes de jornal. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

No HJKO não pagamos nada, mas sabemos que aquilo nunca será nosso. O que o GDF está fazendo com o assentamento da Candangolândia é nos dar oportunidade de comprar nosso canto. O nosso movimento agradece essa posição do GDF, mas não gostaríamos de sair [do HJKO] antes que fosse determinado pelo GDF e Sphan o tombamento dessa área. Temos medo de que ao sairmos, o IAPAS derrube um patrimônio de todos os brasilienses. Por isso viemos pedir ao secretário Haroldo que nos ajude, dando uma força para que esse tombamento seja rápido.⁶³⁹

Nota-se que Nilton Rosa, ao pedir que o então secretário de Serviços Sociais Haroldo de Castro “dê uma força” para a proteção do HJKO, equipara o tombamento à concessão de um favor, ainda que resultado de pressões políticas. Do mesmo modo, a conquista por moradia na Candangolândia é retratada como uma oferta do governo, pois o líder comunitário assinala que o movimento de moradores “agradece essa posição do GDF” de lhes “dar oportunidade para comprar nosso canto”. Nesse aspecto, é importante considerar que o Brasil estava em processo de redemocratização, e o discurso de Rosa na reportagem acena para uma possibilidade de diálogo mais efetiva entre movimentos sociais e políticos nesse nascente regime democrático.

Ainda que o tombamento do HJKO tenha sido um instrumento importante na demanda por moradia, não é possível reduzir a luta pela proteção do conjunto a uma mera estratégia discursiva. Tanto a Ação Popular quanto as matérias de jornal anexadas ao dossiê indicam que houve uma preocupação dos moradores em reforçar a importância histórica do hospital para Brasília, o que sugere um processo de conscientização em torno do significado do conjunto hospitalar na própria coletividade. Muitos dos moradores, conforme sugerem matérias de jornal, habitavam o HJKO desde o período da construção de Brasília. Nesse sentido, a permanência dessas pessoas no local, provavelmente, possibilitou um diálogo continuado ao longo dos anos, o que deu sentido à luta pela preservação do hospital.

Os moradores acabaram por concordar em deixar as dependências do HJKO antes do tombamento, em 1985. Contudo, a reportagem anteriormente citada sugere que a pressão pela proteção provavelmente não iria se encerrar com a transferência da população, pois os moradores mostraram-se dispostos a acompanhar o processo. A campanha, assim, foi eficaz ao utilizar a história operária da construção de Brasília como fonte de negociação pela proteção de conjunto e pelo assentamento da população, mobilizando-se um passado ligado à memória do antigo hospital.

⁶³⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Recortes de jornal. *In Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

Essa perspectiva nos remete à discussão empreendida pelo sociólogo Jean Davallon sobre o modo como o tombamento é capaz de construir um laço entre o presente e o passado.⁶⁴⁰ Contudo, conforme ressalta o autor, esse passado é selecionado para servir aos interesses de quem pleiteia o tombamento.⁶⁴¹ Assim, constata-se que, a partir da ação pela proteção do HJKO, a comunidade foi capaz de estabelecer uma continuidade entre passado e presente tendo como fundamento um passado selecionado e específico: a memória operária da construção de Brasília.

O DePHA deliberou pelo tombamento do HJKO e, a partir das motivações expressas na Ação Popular, construiu um discurso de valorização do hospital tendo como base a memória operária de Brasília, mas complementando ou expandindo essas referências iniciais. Isso evidencia-se nos documentos elaborados pelo DePHA e anexados ao dossiê de tombamento, como no documento *Apresentação*, que aponta:

O Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), foi o primeiro da nova capital. Equipamento de importância fundamental para a dinâmica sócio urbana da época referente à construção de Brasília, comparece hoje como um dos poucos testemunhos do viver operário que escreveu a história popular deste período.⁶⁴²

No trecho citado, termos como “viver operário” e “história popular” buscam reforçar a representação operária do HJKO e o seu lugar como espaço de vivência de *candangos*. O trecho sugere ainda que o tombamento do HJKO viria complementar uma história de Brasília centrada em protagonistas, pois agregaria ao discurso a “história popular do período”.

Esse mesmo padrão discursivo se repete em outros documentos elaborados pelo órgão distrital. De acordo com um documento intitulado *Justificativa*, “é importante frisar também, que nenhum testemunho do viver comunitário e dos fatos que marcaram a construção de Brasília, ao nível popular, foi até hoje preservado como objeto de valor histórico”.⁶⁴³ Esse trecho lança mão de termos como “viver comunitário” e “nível popular”, reforçando a importância de integrar essa representação operária à memória e ao patrimônio de Brasília.

⁶⁴⁰ DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In DOBERDEI, Vera; TARDY, Cécile (Orgs.) *Memória e novos patrimônios*. Louvain-la-Neuve: Open Editions Press, 2015, p. 48. (Coleção do programa Saint-Hilaire.)

⁶⁴¹ DAVALLON, op. cit., p. 48.

⁶⁴² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Apresentação. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁴³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Justificativa. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

Nesse ponto, é possível perceber uma diferença com relação ao tombamento do Catetinho em 1959, já analisado no tópico 2.1 deste capítulo. Embora em ambos exista a valorização do bem tombado como um vestígio da construção de Brasília, o dossiê do Catetinho tende a se concentrar na importância e na experiência de protagonistas, como Juscelino Kubitschek, ao passo que o do HJKO coloca em evidência o modo de viver dos operários. Assim, enquanto o tombamento do Catetinho se propunha a consagrar uma memória da monumentalidade de Brasília ainda vindoura, exaltando as aspirações maiores de governantes, o do antigo hospital se coloca como complementar a esse discurso, reforçando a contribuição dos operários para a construção de Brasília.

A ideia da convivência harmoniosa e agradável entre os vários funcionários do hospital também é uma tônica no dossiê. Esse discurso evidencia-se em um documento intitulado *Histórico*, elaborado pelo DePHA, pois narra que “o corpo de funcionários era composto inicialmente por seis médicos, mais enfermeiras e funcionários, contando ainda com uma ambulância (a ‘baiana’ – numa analogia dos moradores: ‘gorda, de roupa branca, com sirene escandalosa’)”.⁶⁴⁴ Esse trecho ressalta a informalidade entre empregados do hospital e moradores, indicando a existência de um grupo de pessoas conhecidas e que teriam estabelecido vínculos de amizade e coleguismo entre si.

No mesmo documento, além da ideia de coleguismo, a noção de uma vizinhança igualitária ganha destaque, apontando-se que funcionários de diferentes classes sociais habitavam o próprio conjunto hospitalar, o Acampamento JKO. O documento sugere que havia a coexistência harmônica entre esses moradores, pois

O acampamento JKO surgiu da necessidade de se construir moradias para os funcionários, já que estes moravam no próprio hospital. As residências que compunham o acampamento eram locadas de modo tal que, médico e enfermeiro, funcionário, diretor, todos partilhavam a mesma vizinhança e espaço comum.⁶⁴⁵

A convivência entre funcionários do hospital, conforme descreve o documento, teria sido caracterizada por relações de amizade, companheirismo e boa vizinhança.

Essa descrição do HJKO remete a um discurso mais amplo associado à construção de Brasília como um momento caracterizado pela informalidade entre trabalhadores de diferentes classes sociais e governantes. A ideia da democracia e confraternização entre classes durante a construção de Brasília foi discutida na bibliografia de modo

⁶⁴⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Histórico*. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁴⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Histórico*. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

precursor por David Epstein, em 1973.⁶⁴⁶ Para o autor, prevalecia no período a “democracia de fronteira”, pois as linhas formadoras de diferenças sociais tendiam a ser atenuadas. Assim, o período proporcionou um convívio mais estreito entre diferentes classes sociais, já que engenheiros, médicos e trabalhadores civis, muitas vezes, habitavam casas de madeira nos acampamentos de obras e partilhavam um mesmo espaço de convivência social.⁶⁴⁷ O dossiê apoia-se nessa ideia da suposta igualdade para compor o discurso patrimonial e contribui para reforçar a imagem de que durante a construção de Brasília prevalecia uma convivência harmoniosa.

As relações sociais existentes durante a construção de Brasília é um tema bastante tratado na bibliografia, a exemplo das pesquisas de Nair Bicalho de Sousa,⁶⁴⁸ Gustavo Lins Ribeiro⁶⁴⁹ e Sandra Zarur.⁶⁵⁰ Ribeiro, em seu livro de 2008 derivado de pesquisa dos anos 1980, empreende um debate sobre as várias formas de exploração da mão de obra no período e destaca o grande desrespeito às leis trabalhistas.⁶⁵¹ Do mesmo modo, Zarur, em pesquisa de 1991 sobre a Vila Planalto, reforça que houve segregação social entre operários e funcionários mais graduados, “embora o discurso predominante ressaltasse uma pretensa igualdade e confraternização entre todos os ‘pioneiros’”.⁶⁵² Ainda que a pesquisa da autora tenha se concentrado na Vila Planalto, suas considerações sobre a divisão social do espaço se aplicam aos demais antigos acampamentos de obras.

No dossiê do HJKO, conforme vimos, o documento *Histórico* se esforçou em recuperar e consagrar uma imagem idealizada de boa vizinhança e boa convivência durante a construção de Brasília. Contudo, em paralelo e de modo recorrente, o dossiê reforça as dificuldades da classe operária, retratando o hospital como testemunha dos sacrifícios dos *candangos*. Com relação a isso, os técnicos do DePHA apropriaram-se de trechos da Ação Popular para compor o dossiê e, no documento *O HJKO e a Comunidade*, recuperam parte do seu conteúdo, assim indicando:

⁶⁴⁶ EPSTEIN, op. cit.

⁶⁴⁷ EPSTEIN, op. cit.

⁶⁴⁸ SOUSA, Nair Bicalho de. *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis: Vozes, 1983.

⁶⁴⁹ RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

⁶⁵⁰ ZARUR, Sandra Beatriz Barbosa. *A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília*. 1991. 234 f., il. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

⁶⁵¹ RIBEIRO, op. cit.

⁶⁵² ZARUR, op. cit., p. 90.

No texto da Ação Popular movida em 22 de setembro de 1983, na intenção de proteger o Hospital JKO, é ressaltada a lembrança de que ali nasceram os primeiros brasilienses e morreram os primeiros candangos, como também foram dados os primeiros socorros aos operários feridos em acidentes de trabalho.⁶⁵³

Nesse sentido, o dossiê exibe um cotidiano que, embora apresentasse momentos de dificuldades e de sacrifícios, teria sido marcado por boa vizinhança e harmonia social. Descreve, assim, o hospital como testemunha de um cotidiano singular que havia marcado a construção de Brasília, com foco na experiência dos operários. O patrimônio foi capaz de atuar nessas contradições referentes à construção da cidade, em especial por meio de um discurso que insere as dificuldades como parte da memória gloriosa do local.

O discurso do dossiê não se limita a relacionar a memória do HJKO exclusivamente aos empregados e moradores da época construção de Brasília, pois o Parecer do SPHAN, ainda em 1983, buscou expandir essa representação no tempo e no espaço.⁶⁵⁴ O documento descreve o hospital como “um importante marco referencial para a memória social dos pioneiros que ainda habitam (ou não) o conjunto, e para aqueles a quem foi transmitida a história dos nascimentos, mortes e acontecimentos que ali se passaram”.⁶⁵⁵ Assim, o documento reforça a importância do hospital como um marco referencial tanto para os construtores de Brasília, de modo geral, quanto para seus descendentes e as novas gerações, ampliando a relevância patrimonial do conjunto. Nesse trecho, o órgão demonstra reconhecer que o patrimônio operário deveria ser preservado e transmitido às novas gerações, e ressalta a importância do local como depositário da memória popular da construção de Brasília.

De modo similar, outros documentos do dossiê, como o intitulado *Histórico*, reforçam a ideia de que os moradores atuais do HJKO, nos anos 1980, seriam basicamente os antigos empregados do hospital e seus descendentes, atribuindo legitimidade aos anseios dos residentes no local. Conforme o documento, a partir da tentativa de demolição do local em 1983, “a comunidade reagiu promovendo uma Ação Popular, com pedido de liminar contra este órgão”.⁶⁵⁶ Em seguida, “os moradores, basicamente ex-funcionários

⁶⁵³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. O HJKO e a Comunidade. *In Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁵⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Of. 273/83. *In Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁵⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Of. 273/83. *In Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁵⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Histórico*. *In Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

do hospital, continuaram na área até dezembro de 1984”.⁶⁵⁷ Nesse sentido, o documento estabelece um vínculo entre o passado e o presente (1983) e atribui ao HJKO, que estava abandonado, em ruínas e ocupado por moradores, um símbolo importante relativo ao resgate da memória da construção de Brasília.

Além disso, o DePHA se coloca como uma instituição patrimonial que valoriza a incipiente participação popular na definição do patrimônio de Brasília. Isso se vê no documento intitulado *Histórico*, em que a descrição sobre o modo como a população se organizou pelo tombamento enfatiza a sua iniciativa como precursora, pois “resalte-se que este foi o primeiro caso de pedido de tombamento feito pelos próprios moradores de Brasília”.⁶⁵⁸ Conforme esse discurso, o tombamento do HJKO seria um marco patrimonial na nova capital, pois representaria os anseios de um conjunto de moradores pela defesa do seu patrimônio.

O órgão distrital, assim, incorporou à sua atuação os anseios de uma coletividade organizada, e o tombamento do HJKO, nessa ótica, possibilitou a construção de uma imagem do patrimônio de Brasília que contemplaria não apenas uma arquitetura monumental e modernista, mas também lutas e reivindicações de comunidades identificadas como pioneiras. Assim, a atuação do DePHA se alinhava ao discurso do SPHAN que marcou a gestão de Aloísio Magalhães, entre 1979 e 1982, e que resultou em um novo direcionamento do órgão pela ampliação das possibilidades de tombamento para além de uma cultura associada a elites.⁶⁵⁹

Contudo, apesar de um contexto favorável à proteção de um equipamento referente à memória dos operários de Brasília, a perspectiva de tombamento do HJKO gerou divergências de opiniões na sociedade civil. Para a sua análise, recorreremos novamente aos jornais anexados ao dossiê, que indicam que houve questionamentos quanto ao valor do conjunto.

Nas reportagens publicadas, as opiniões divergentes sobre o valor do HJKO são geralmente atribuídas a especialistas na área, que se dividiam entre julgar que o hospital não passava de uma ruína de madeira e enfatizar sua representatividade para a memória operária de Brasília. Entre as opiniões trazidas por matérias de jornal, destacamos aquela do arquiteto Raul Molinas, que, apesar de ser integrante do DePHA, posicio-

⁶⁵⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Histórico*. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁵⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Histórico*. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁵⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. *Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio*. Rio de Janeiro: Repositório do Conhecimento do IPEA, 2003, p. 111-112.

nou-se contra o tombamento. Seu relato integra uma reportagem do *Jornal do Brasil*, de agosto de 1984, intitulada *Tombamentos em Brasília são causa de divergência e anexada ao dossiê*. Segundo Molinas,

O hospital é um barraco. E se é histórico é mórbido. Ainda estamos estudando a possibilidade de tombá-lo provisoriamente, mas pergunto, tombá-lo para que? Para fazer um museu? É preciso entender que Brasília foi um canteiro de obras, e não podemos tomar tudo quanto é barraco de madeira. Nem tudo que foi primeiro tem valor histórico e artístico.⁶⁶⁰

Para Raul Molinas, o fato de o HJKO ter sido o primeiro hospital de Brasília não deveria ser considerado importante, pois a cidade toda, um dia, havia sido um canteiro de obras, e, nessa ótica, o local seria apenas um barracão entre vários outros daquele tipo. Ao posicionar-se contra o tombamento, nota-se que Molinas demonstrou estar em desacordo com parte de seus colegas do DePHA, do SPHAN e do GT-Brasília, que seriam favoráveis ao processo e estavam dando andamento a ele. Nesse sentido, ainda que a bibliografia destaque a estreita colaboração entre essas entidades ao longo dos anos 1980, a exemplo das pesquisas de Carlos Reis,⁶⁶¹ Karina Ramos⁶⁶² e Beatriz Couto,⁶⁶³ a história não é linear, e havia opiniões divergentes em um mesmo contexto institucional.

Outras reportagens anexadas ao dossiê do HJKO apresentam apreciações favoráveis ao tombamento, como a de José Coutinho, membro do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Na matéria de um jornal de 1983 não identificado intitulada *Entidades pedem tombamento: HJKO*, Coutinho lamenta a demora do GDF em dar um posicionamento favorável ao tombamento e aponta que o valor do conjunto seria “bem mais histórico do que arquitetônico”.⁶⁶⁴ Na reportagem, o arquiteto defende a proteção do conjunto, alegando que os vestígios da construção de Brasília estariam desaparecendo, e reforça a importância de preservar os exemplares mais significativos.

As matérias de jornais que trouxemos ao debate apresentam uma amostra de reportagens anexadas ao dossiê. Ao trazermos essas reportagens para a análise, verificamos os embates com relação ao valor do conjunto hospitalar, retratado ora como barraco, ora como exemplar significativo da construção de Brasília. Constata-se ainda que as

⁶⁶⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Recortes de jornal. *In Processo nº 13.553/1983*. Brasília, DePHA, 1985.

⁶⁶¹ REIS, op. cit.

⁶⁶² RAMOS, op. cit.

⁶⁶³ COUTO, op. cit.

⁶⁶⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Recortes de jornal. *In Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

divergências expressas em reportagens anexadas ao dossiê incorporam ao discurso patrimonial do HJKO a ideia de que a luta pelo tombamento não havia se encerrado com o impedimento da derrubada ou com o parecer favorável do SPHAN, ambos em 1983.

A discussão na mídia sobre o valor do HJKO evidenciou o abandono dos vestígios da memória da construção de Brasília, além de trazer à tona a crise habitacional que ocorria na capital do país, pois o hospital servia de moradia irregular. Os debates em torno desse tombamento, assim, contribuíram para evidenciar problemas sociais em Brasília. A proteção do conjunto possibilitou a construção de uma memória operária que estaria centrada na luta pela recuperação do conjunto e na ideia de valorização do anseio dos moradores e sua trajetória junto ao hospital. Além disso, a campanha pelo tombamento estava articulada à luta por moradia, e o assentamento na Candangolândia representou uma vitória para a população.

2.3.2 O estado de conservação do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira

Ao longo do dossiê de tombamento do HJKO, a preocupação dos técnicos do patrimônio com o estado de conservação do hospital é recorrente, em especial pela fragilidade do conjunto em madeira, pois não se previa sua manutenção. Neste tópico, avançamos em uma análise mais detida sobre o modo como a conservação do HJKO teve impacto na discussão sobre o seu tombamento.

O Parecer do SPHAN de 1983, favorável ao tombamento, já transparecia essa preocupação, ao recomendar medidas imediatas para impedir uma maior deterioração do conjunto. Conforme o documento, as primeiras medidas imediatas de proteção deveriam ser: “1. Proteção em lona plástica dos pavilhões que compõem o hospital; 2. Cadastramento/Listagem dos materiais, equipamentos e demais móveis que se acham no interior do edifício; 3. Limpeza da área em questão”.⁶⁶⁵ As recomendações expressas no Parecer são resultado de uma visita preliminar realizada no local por técnicos do SPHAN, DePHA e GT-Brasília.

Na ocasião dessa visita, os técnicos identificaram que parte da estrutura original do HJKO se encontrava em bom estado, indicando a possibilidade de reaproveitamento. O Parecer do SPHAN reforça ainda que o processo de recuperação do local poderia ser realizado em parceria com a população, pois, conforme o documento,

⁶⁶⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Of. 273/83. *In Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

a. O pavilhão (assinalado em anexo) detém de maneira mais íntegra suas características originais; b. constata-se a existência de material de construção a ser reaproveitado; c. se evidencia a disposição dos atuais moradores em participar da recuperação/reutilização da área do acampamento JKO.⁶⁶⁶

A ideia da participação ativa da comunidade indica que o SPHAN intencionava manter um diálogo com a população, em uma forte aproximação com a ideia de gestão participativa do patrimônio cultural. Além disso, o órgão mostrava-se otimista com relação à reutilização de material original para o processo de recuperação do conjunto.

No entanto, a expectativa de reaproveitamento do material original do HJKO tende a ser reduzida ao longo do processo, de acordo com o que se verifica nos documentos do dossiê. Como não houve a implementação das medidas imediatas de conservação em 1983, outro documento, de 1985, intitulado *Estado de Conservação*, alerta para a piora progressiva do estado do hospital, e o tom é alarmante quanto à necessidade de novas medidas imediatas de proteção. Além disso, esse documento transparece um lamento pelo não cumprimento das recomendações de dois anos antes, pois

O edifício do Hospital encontra-se em franco processo de arruinamento. Já nos primeiros relatórios de visita à área, constatou-se que mais da metade do prédio estava em ruínas, e o que se mantinha em pé necessitaria de providências urgentes no sentido de sua estabilização e, no segundo momento, sua recuperação. Nenhuma medida de proteção foi acionada e, atualmente, a restauração do prédio seria entendida como uma reconstrução, já que muito pouco do material original poderia ser reaproveitado.⁶⁶⁷

O trecho aponta, em tom de resignação, a necessidade de reconstrução do HJKO com material não original, devido à impossibilidade de reaproveitamento do material autêntico. A garantia da autenticidade do material de um bem tombado é um assunto controverso entre pesquisadores do patrimônio. Conforme já colocamos na discussão sobre o Catetinho, Ana Elisabete Medeiros e Maritza Dantas apontam que intervenções no material original devem ser feitas apenas quando associadas a uma aspiração de recuperar características essenciais da edificação.⁶⁶⁸ O HJKO, conforme o dossiê, estava em processo de deterioração, e a substituição do material original, segundo o DePHA, seria a única opção possível.

⁶⁶⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Of. 273/83. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁶⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Estado de conservação. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁶⁸ DANTAS & MEDEIROS, op. cit., p. 12.

Embora a ideia de sucessiva deterioração do conjunto seja marcante no dossiê, os moradores são identificados como tendo sido responsáveis por manter, ainda que de modo precário, uma relativa integridade física do espaço. Conforme o documento *Estado de Conservação*, “a saída dos moradores [em dezembro de 1984] veio agravar o aspecto de abandono, tendo o mato se expandido em todas as direções, ameaçando inclusive a segurança do conjunto pela iminência da propagação de incêndio, tão comum no cerrado nesta época do ano”.⁶⁶⁹

O mesmo documento atribui a manutenção do HJKO ao longo dos anos à permanência dos moradores, relativizando as descaracterizações ocorridas, pois

Apesar de pequenas descaracterizações nas edificações que compõem o conjunto, causadas por acréscimos em alguns cômodos das casas, a integridade física da área foi mantida graças à presença dos moradores que, embora não tendo permissão para promover melhorias, foram responsáveis, até então, pela sua conservação.⁶⁷⁰

O documento reconhece as atitudes positivas dos moradores, dando-lhes crédito por promover melhorias no conjunto ao longo dos anos. Nota-se que, ainda que as descaracterizações sejam citadas, elas são descritas como “pequenas”, minimizando as alterações e acréscimos.

Os moradores do HJKO, de modo geral, são identificados como um conjunto harmônico formado, basicamente, por ex-funcionários do hospital, conforme já vimos. Contudo, o documento intitulado *Histórico*, estabelece uma diferenciação entre os moradores originais e os denominados “invasores” com relação ao processo de manutenção do local ao longo dos anos. De acordo com o documento,

(1) esses moradores [os ex-funcionários do hospital], apesar da situação irregular e insegura, procuraram manter a integridade física de suas habitações, às quais ao longo do tempo, introduziram acréscimos; (2) a área foi invadida por pessoas que ali chegaram e construíram seus barracos.⁶⁷¹

Embora o documento não aponte o momento da chegada dessas pessoas, indica-se que elas teriam sido responsáveis pela descaracterização do conjunto a partir da necessidade de construção de novos barracos ao redor das estruturas originais. Em paralelo,

⁶⁶⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Estado de conservação. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁷⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Estado de conservação. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁷¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Histórico. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

o documento reforça que os ex-funcionários do hospital teriam sido responsáveis por manter a integridade física das estruturas originais do local, a despeito dos acréscimos. Ainda que o documento estabeleça uma diferença entre os moradores originais e os “invasores”, essa distinção não acompanha o discurso geral do dossiê. Isso fica evidente na descrição da mobilização para o tombamento, em que o mesmo documento apresenta os moradores como parte de uma comunidade, sendo responsável pela luta pela proteção do HJKO em 1983. De acordo com um documento intitulado *Histórico*,

Em meados de 1983, o IAPAS (Instituto de Administração Financeira de Previdência e Assistência Social – antigo IAPI), então proprietário da área, tentou iniciar a demolição do que restava do hospital JKO, ao que a comunidade reagiu promovendo uma Ação Popular, com pedido de liminar contra este órgão, a qual foi prontamente concedida pela Justiça Federal em setembro de 1983, e a demolição foi sustada.⁶⁷²

Verifica-se, assim, que o documento retrata o pedido de tombamento como resultado de uma ação conjunta de uma comunidade descrita como unida e uniforme, ainda que de origens diferentes. Nesse sentido, o trecho citado sugere que os moradores novos teriam sido acolhidos pelos originais e acabaram por formar uma comunidade única. Os dois grupos, conforme o dossiê, uniram-se em torno dos mesmos propósitos, e todos os moradores conseguiram a transferência para a Candangolândia.

No dossiê, a constatação de que o antigo hospital sofria de problemas estruturais convive com um discurso de valorização da arquitetura do conjunto, e alguns documentos chamam a atenção para o fato de essa arquitetura ser representativa da época da construção de Brasília. Isso se mostra no Parecer do SPHAN de 1983, que ressalta as qualidades arquitetônicas do HJKO:

O conjunto das residências e hospital são elementos significativos para a memória de Brasília no sentido em que dão importante testemunho do momento inicial da construção e da vida da cidade. O conjunto se constitui em um monumento – no sentido etimológico da expressão – de uma urbanização, de uma arquitetura e de uma técnica construtiva únicas, desenvolvidas na ocasião e nas circunstâncias específicas da mudança da capital.⁶⁷³

Para o SPHAN, a importância arquitetônica do HJKO reside no fato de o hospital representar um momento único na história do Brasil, em que as circunstâncias da época teriam exigido um modo específico de projetar, construir, habitar e conviver.

⁶⁷² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Histórico*. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁷³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Of. 273/83. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

De modo similar, outro documento intitulado *Aspectos físicos* descreve a arquitetura do HJKO como representativa “pela singeleza da escala, pela severidade do traço arquitetônico e pelo material empregado: oportuna combinação entre madeira, alvenaria, telhas de barro ou zinco, pisos em cimento liso”.⁶⁷⁴ Novamente, percebe-se um esforço em dotar o HJKO de valor arquitetônico relativo à construção de Brasília.

Nesse aspecto, constata-se uma diferença com o processo de tombamento do Catetinho, de 1959, com relação ao reconhecimento do valor da arquitetura. Conforme vimos no tópico 2.1 deste capítulo, a bibliografia reconheceu as qualidades técnicas e arquitetônicas do Catetinho posteriormente ao tombamento, mas seu dossiê não indica a existência dessas qualidades. Em contrapartida, no dossiê do HJKO há uma atenção mais clara em descrever e explicar as características e técnicas construtivas dessa arquitetura, valorizando a composição do conjunto. Essas constatações indicam que uma discussão sobre a representatividade da arquitetura do período da construção de Brasília evoluiu com o passar dos anos, e apenas anos após a inauguração da cidade houve um efetivo reconhecimento de que se tratava de um marco importante do período.

O alegado valor histórico e cultural do conjunto justificou as vantagens para a sua recuperação e preservação. Soma-se a isso a alegação de que o aglomerado, por ser de pequenas dimensões, teria sua recuperação justificada. Isso se mostra no documento intitulado *Recuperação/preservação*, que relativiza os problemas referentes à fragilidade do material construtivo e privilegia as vantagens de recuperação. Conforme o documento,

As dificuldades para a preservação do conjunto do HJKO – totalmente construído com material que requer cuidados permanentes para sua conservação – podem ser minorados pelo fato de tratar-se de aglomerado de pequenas dimensões, se comparado com outros acampamentos. Diante da convicção do valor cultural deste conjunto e da importância de sua preservação, o custo de sua restauração torna-se perfeitamente justificável.⁶⁷⁵

O documento, além disso, compara o HJKO com outros antigos acampamentos de obras, com o intuito de justificar os esforços para a recuperação do conjunto. Essa comparação é um reforço para justificar a recuperação física do conjunto e assinalar seu valor cultural. Esse padrão comparativo entre o local e demais acampamentos se repete em outros documentos do dossiê, como no intitulado *Valor histórico*, segundo

⁶⁷⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Aspectos físicos. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁷⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Recuperação/preservação. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

o qual, “de todos os acampamentos pioneiros, o conjunto do HJKO é o mais resguardado de invasões e acréscimos posteriores, muito provavelmente por estar em terreno cercado”.⁶⁷⁶ O dossiê, assim, constrói uma narrativa que ressalta as vantagens do tombamento pela viabilidade de recuperação do HJKO.

Nesse sentido, o DePHA buscou avaliar não apenas as condições físicas das estruturas do hospital, mas também a ambiência geral do conjunto, que é formado por vários blocos e uma área verde. No documento *Estado de Conservação*, o órgão destaca os pontos positivos do local, com elogios à área verde e localização, pois “a ambiência do conjunto vem melhorando a cada ano, devido ao crescimento de árvores de porte, com áreas verdes de sombreamento denso e localização geográfica privilegiada”.⁶⁷⁷ Essa descrição leva a ver que o DePHA, provavelmente, estava antevendo tanto as potencialidades do espaço quanto a sua reutilização futura, uma vez que há uma expectativa de reuso considerando a localização privilegiada e as vantagens ambientais do local. No próximo subtópico, avançamos na análise considerando o modo como definiram-se as futuras instalações do HJKO.

2.3.3 A definição das futuras instalações do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira

O HJKO, após ser tombado em 1985, tornou-se o Museu Vivo da Memória Candanga, em 1990. A definição dos futuros usos do local, contudo, não se deu sem divergências, pois houve diferenças entre as aspirações da comunidade que pleiteou o tombamento e o DePHA. O modo como essas questões se apresentam no dossiê indica que o discurso de tombamento acabou por silenciar conflitos de interesses.

A diferença de interesses sobre os futuros usos do HJKO nos aproxima da análise de Antônio Augusto Arantes acerca das distintas ambições de atores sociais com relação a tombamentos. Conforme salienta o autor, a prática da preservação não apenas legitima sentidos socialmente atribuídos a um bem, mas também põe em prática critérios e concepções definidas por técnicos e especialistas. Consequentemente, “as decisões das instituições de preservação podem estar em desacordo – e não raramente estão – com os valores vigentes locais”.⁶⁷⁸ Para fins de nossa análise, nota-se que, enquanto a Ação

⁶⁷⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Valor histórico. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁷⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Estado de conservação. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁷⁸ ARANTES, Antônio Augusto. O Patrimônio Cultural e seus usos: a dimensão urbana. In *Revista Habitus*, Goiânia, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan./jun. 2006, p. 427.

Popular se coloca como representativa da comunidade de moradores que solicitou o tombamento, os documentos elaborados pelo DePHA representariam o resultado das decisões institucionais.

A Ação Popular, como vimos, foi responsável por impedir a demolição do conjunto em 1983, dando início a todo o processo de tombamento. Neste texto, já discutimos algumas questões referentes a esse documento, em especial as justificativas mobilizadas para fundamentar a proteção do conjunto. Além disso, no entanto, o texto indica claramente qual era o anseio da população com relação ao futuro do HJKO, pois o hospital “poderá e haverá de ser restaurado, e instalado um Posto de Saúde para atender a comunidade das imediações”.⁶⁷⁹ A instalação de um posto de saúde no local estaria diretamente relacionada ao uso original do hospital e indica o anseio da comunidade pela implementação de serviços públicos e gratuitos nos arredores.

Em paralelo à Ação Popular, conforme já mencionamos, Nilton Rosa solicitou o tombamento do HJKO ao SPHAN. Verifica-se que, em um primeiro momento, o Parecer do SPHAN de 1983 menciona a área da saúde como modo de reutilização do espaço, ainda que de modo pouco claro:

Quanto à forma de reutilização do monumento, a comunidade interessada adiantou que existem carências de equipamentos generalizados, inclusive da própria área da saúde, e qualquer solução atenderia igualmente às comunidades vizinhas, principalmente à Candangolândia.⁶⁸⁰

Entretanto, em seguida, verifica-se que uma proposta envolvendo serviços de saúde perde força ao longo do processo, dando lugar à ideia do aproveitamento turístico do espaço. Após o Parecer do SPHAN, que havia mencionado a questão de serviços de saúde, os demais documentos elaborados pelo DePHA sequer se referem a tal proposta, que não foi endossada pelo órgão do patrimônio. De acordo com o documento intitulado *Estado de conservação*, de 1985,

Ele [o HJKO] deverá abrigar novamente uma atividade polarizadora, não apenas no plano funcional, mas também no plano simbólico. Convém considerar o potencial turístico do local para a proposição desta atividade. Dentro desta premissa, o desenvolvimento da proposta e sua implementação deverão ser objeto de ampla discussão envolvendo a comunidade e as diversas instituições.⁶⁸¹

⁶⁷⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Ação Popular. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁸⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Of. 273/83. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁸¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Estado de conservação. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

Esse documento, ao indicar o potencial turístico do local, descarta a proposta de implantação de um posto de saúde. Ainda assim, o documento ressalta que a decisão final das formas de reutilização do espaço deveria ser fruto de diálogo com a população.

O trecho citado aponta que o DePHA considerava importante que o local abrigasse “novamente uma atividade polarizadora”. A palavra “novamente” sugere retomada ou recuperação e indica que o DePHA buscou estabelecer uma ligação entre o passado e o futuro do conjunto ao agregar ao tombamento a ideia da volta de um dinamismo atribuído ao HJKO do passado, enquanto hospital. Assim, para o órgão, a ideia de o local abrigar uma atividade polarizadora mais uma vez no futuro deveria ser um requisito importante para a definição das instalações do HJKO.

Outros documentos do dossiê também reforçam o potencial turístico do conjunto HJKO. Conforme um documento intitulado *Localização*, “sua localização [a do HJKO] na entrada de Brasília, exatamente na confluência das duas principais rodovias de acesso à cidade (Belo Horizonte/Rio e Goiânia/São Paulo), em muito contribui para seu potencial turístico”.⁶⁸² Esses documentos sugerem que o DePHA já ansiava pela transformação do espaço em um museu – ou outro equipamento turístico –, e não havia intenção de reutilizá-lo como posto de saúde. Nesse sentido, nota-se que, embora o texto da Ação Popular tenha fundamentado boa parte das argumentações para o tombamento, o DePHA traçou novos planos com relação aos futuros usos do HJKO, pois divergiam dos interesses da população.

Os anseios da população e do órgão não eram coincidentes com relação à destinação funcional das futuras instalações do HJKO, conforme vimos. Contudo, a vitória da população com relação ao tombamento silenciou seus anseios quanto aos futuros usos do HJKO como posto de saúde. O próprio dossiê, por diversas vezes, se esforça em ressaltar a importância que a participação popular teve no processo de tombamento, mas sempre com foco na demanda pela proteção, conforme vimos ao longo deste texto. De modo similar, a bibliografia enfatiza a vitória da população. Maria Cecília Gabriele aponta que “em todo o processo de tombamento, a comunidade local, organizada, manifestou-se veementemente pela defesa do HJKO junto aos órgãos estaduais e federais”.⁶⁸³ Nesse sentido, a noção de que a população lutava pelo tombamento – que de fato ocorreu – reforça o discurso de vitória da comunidade, pacificando demais os conflitos de interesses.

⁶⁸² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Localização*. In *Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

⁶⁸³ GABRIELE, op. cit., p. 156.

A despeito dos conflitos, os documentos elaborados pelo DePHA evidenciam os momentos de união e apoio mútuo pelo tombamento, sugerindo uma sintonia de interesses entre a população e o DePHA. Assim, a divergência com relação ao uso final do espaço parece ter sido eclipsada, e a vontade da população e a do órgão local acabaram por compor uma narrativa única no processo de produção da história da patrimonialização do HJKO.

Ao tombamento, seguiu-se o *Projeto HJKO* para a sua recuperação, que promoveu também, conforme discute Carlos Reis, “a reintegração dessa área à dinâmica urbana da cidade, por meio da sua transformação no Museu Vivo da Memória Candanga”.⁶⁸⁴ A transformação do HJKO em um museu confirmou as aspirações do DePHA para o local e indica um entendimento, por parte do órgão local, do potencial turístico de exemplares da construção de Brasília.

As iniciativas com relação à transformação de exemplares da construção de Brasília em pontos turísticos remontam, no mínimo, aos anos 1970. O Catetinho exemplifica isso, pois foi tombado em 1959 pela DPHAN e, em 1972, tornou-se o Museu do Catetinho. Além disso, conforme já vimos no capítulo 1, Walter Mello, enquanto diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal – o órgão que deu origem ao DePHA –, havia criado em 1980 o *Projeto Raízes Históricas*, que, entre outras questões, previa a implementação de pontos turísticos em exemplares de madeira da época da construção de Brasília.⁶⁸⁵ Entre as propostas desse projeto, estavam o tombamento da Escola Julia Kubitschek e a seleção de casas de madeira no Núcleo Bandeirante para transformação em museu.

Tendo isso em vista, é possível constatar que a criação do Museu Vivo da Memória Candanga, em 1990, fez parte de aspirações que estavam em ascensão no período e que viam na valorização da memória da construção de Brasília um modo de fomentar o turismo no Distrito Federal. O dossiê, nesse sentido, já havia destacado o potencial de recuperação do HJKO, pois, como vimos, alguns documentos apontaram que o conjunto era um dos poucos exemplares da construção de Brasília praticamente inalterado. Esse motivo justificou as vantagens para a sua preservação, e a perspectiva do tombamento favoreceu um olhar mais atento para o potencial turístico, pois o HJKO foi visto como um antigo acampamento de obras, de pequenas dimensões e com baixo custo de recuperação.

⁶⁸⁴ REIS, op. cit., p. 124.

⁶⁸⁵ ARAÚJO, Carlos. E a memória de Brasília? Monumentos históricos jazem sob o efeito implacável do tempo. *Correio Braziliense*, Brasília, edição 6.246, Caderno Fim de semana, p. 3, 16 mar. 1980.

A transformação do HJKO em museu representou uma derrota para a população, embora os moradores tenham saído vitoriosos na campanha pelo tombamento e na conquista por moradia. Isso se mostra na pesquisa de Maria Fernanda Derntl, que aponta como houve um ressentimento por parte de alguns antigos moradores, que ansiavam por um posto de saúde, com relação à transformação do espaço em museu.⁶⁸⁶ Enquanto um deles assinalou que “um hospital teria seria melhor do que um Museu Vivo”, outro declarou que, embora a população tivesse se empenhado pelo tombamento, “a gente precisava mesmo que tivessem restaurado o hospital, não aconteceu”.⁶⁸⁷

O Museu Vivo da Memória Candanga foi fundado com a missão de preservar e difundir a memória e a cultura dos operários que trabalharam na construção de Brasília. O acervo do museu, contudo, reforça a imagem do operário como herói anônimo da construção da cidade, tendo como suporte a visão idealizada que havia sido impulsionada pelo Governo JK. Isso fica evidente pela escolha de um trecho do pronunciamento de Juscelino Kubitschek na ocasião da inauguração de Brasília para abrir a exposição permanente do Museu:

Brasília só pode estar aí, como a vemos, e já deixando entender o que será amanhã, porque a fé em Deus e no Brasil nos sustentou a todos nós, a esta família aqui reunida, a vós todos, candangos, a que me orgulho de pertencer. Viestes, alguns de Minas Gerais, outros de estados limítrofes, a maioria do Nordeste. Caminhastes de qualquer maneira até aqui, por estradas largas e ásperas, porque ouvistes, de longe, a mensagem de Brasília: porque vos contaram que uma estrela nova iria acrescentar-se às outras vinte e uma da bandeira da Pátria. Sei bem – todos o sabem – que os episódios do erguimento desta cidade, mesmo os mais obscuros, figurarão na história que escrevestes com o vosso suor. Um dia virá alguém que fixará no papel a nossa vida de “candango”. As gerações futuras desejarão saber tudo o que aconteceu na Capital da Esperança.

A escolha desse trecho do pronunciamento para compor o acervo do museu reforça uma imagem positiva do candango e sugere a união entre os operários e a classe política durante a construção de Brasília, pois o ex-presidente havia identificado a si próprio como *candango*. Além disso, a criação do Museu Vivo da Memória Candanga aparece como um modo de cumprir o que havia sido anunciado por Juscelino Kubitschek em 1960, uma vez que, conforme o pronunciamento, o então presidente havia dito que “um dia alguém fixará no papel a nossa vida de ‘candango’, pois as gerações futuras desejarão saber tudo o que aconteceu na Capital da Esperança”.

⁶⁸⁶ DERNTL, Maria Fernanda. Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. *Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 1, p. 11-34, 2019, p. 27.

⁶⁸⁷ DERNTL, op. cit., p. 27.

Este subtópico encerra a nossa análise sobre o dossiê do HJKO. Buscamos evidenciar como a ênfase na memória operária de Brasília permeou todo o processo de tombamento do antigo hospital e embasou o discurso para a sua preservação e recuperação. A proteção do local resultou da reivindicação organizada de moradores em um cenário político caracterizado pela redemocratização do país, o que favoreceu a estruturação de grupos organizados. Além disso, o tombamento de um equipamento representativo da memória operária de Brasília beneficiou-se do discurso preservacionista do SPHAN, que incentivava a participação de comunidades na escolha do seu patrimônio.

A reivindicação pela preservação do HJKO, conforme vimos, estava articulada à demanda por moradia e ao desejo de que o local fosse recuperado e voltasse a desempenhar a função hospitalar para atender à comunidade. Embora as reivindicações pelo tombamento e por moradia tenham logrado êxito, a transformação do espaço em museu e não em posto de saúde foi motivo de frustração para parte dos antigos moradores.

2.3.4 O tombamento do Relógio de Taguatinga

Este subtópico se concentra na análise do tombamento do Relógio de Taguatinga, de 1989. Constata-se que esse processo foi uma exceção em um momento bastante marcado pela recuperação e tombamento de espaços referentes à memória operária da construção de Brasília, período que ocorreu entre meados dos anos 1980 até final dos anos 1990. Após o tombamento do HJKO, em 1985, seguem-se os de todo o perímetro urbano da Vila Planalto em 1988, da Igreja São Geraldo no Paranoá em 1993, do Centro de Ensino Metropolitana em 1995 e, por fim, da Igreja São José Operário na Candangolândia, em 1998. Enquanto a Vila Planalto é formada por um aglomerado de antigos acampamentos de obras, as demais construções tombadas são todas exemplares de madeira do período da construção de Brasília.

A princípio, percebe-se um claro distanciamento entre o tombamento do Relógio de Taguatinga e o dos demais bens tombados no mesmo período pelo DePHA. Contudo, o tombamento do relógio parece ter sido resultado de uma reação local mais ampla que refletiu o descontentamento da população com relação à destruição de espaços públicos no núcleo, e isso se mostra em documentos anexados ao dossiê.

A campanha pelo tombamento desse bem teve início em 1987 quando integrantes do *Movimento Taguatinga tem memória* organizaram um abaixo-assinado com o intuito de conscientizar a população local e colher assinaturas para o processo. Ressalte-se que um dos líderes dessa campanha era o advogado, jornalista e ativista local Wílon

Wander Lopes, ligado ao *Jornal Satélite*. Fundado em 1966 em Taguatinga pelo próprio Wílson Lopes, o periódico tinha como enfoque a divulgação de assuntos que considerava relevantes para a população local.

Ressalte-se ainda o protagonismo de Lopes no circuito político e cultural relativo aos núcleos-satélites de Brasília. O advogado e jornalista foi um dos fundadores da Feira de Amostras do Comércio e da Indústria em Taguatinga (FACITA), além de ter fundado e presidido a Associação dos Advogados de Taguatinga (AATA) e a Subseção de Taguatinga da Ordem dos Advogados do Brasil-DF, conforme informações do *Jornal Satélite*.⁶⁸⁸

O abaixo-assinado organizado pelo movimento liderado por Wílson Lopes pelo tombamento do relógio é intitulado *Taguatinga não quer que Relógio da Praça seja demolido*, contém 1.120 assinaturas e está anexado ao dossiê.⁶⁸⁹ Ainda que o dossiê não mencione o trabalho de Wílson Lopes como jornalista, o processo de coleta de assinaturas provavelmente envolveu sua atuação mais direta, bem como a do *Jornal Satélite*. Assim, importa considerar que a campanha para o tombamento do Relógio de Taguatinga, certamente, buscou dar visibilidade à atuação de Lopes junto ao jornal.

O texto de abertura do abaixo-assinado é um documento fundamental para o entendimento do discurso de ativismo local pelo tombamento do Relógio de Taguatinga, e que refletiu um descontentamento da população com relação à destruição dos espaços do núcleo. O texto apoia-se na perspectiva iminente de destruição do relógio para reforçar, em tom de indignação, a urgência de sua proteção. Para tanto, o texto recupera a demolição já efetuada de quatro espaços descritos como importantes, reforçando que o núcleo seria vítima “da especulação imobiliária e do desrespeito de governantes”.⁶⁹⁰

O primeiro espaço é a Praça do Mercado Norte, cuja demolição, conforme o documento, teria sido levada adiante para implantação de um terminal de transporte integrado, embora sem consulta à população. O documento reforçou os pontos negativos dessa mudança, pois afirma que a população teria ficado descontente a ponto de se referir ao terminal como “curral”.⁶⁹¹ O modo como o documento assinala o descontentamento da

⁶⁸⁸ JORNAL SATÉLITE. *Wilson Wander Lopes fundou e dirige o Jornal Satélite desde 1966*. Disponível em: <http://www.jornalsatelite.com.br/nossa-historia/159-wilson-wander-lobes-fundou-e-dirige-o-jornal-satelite-desde-1966>. Acesso em: 25 abr. 2021.

⁶⁸⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DA CULTURA. *Taguatinga não quer que o Relógio da Praça seja demolido*. In *Processo nº 030.009.850/1988*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1989.

⁶⁹⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DA CULTURA. *Taguatinga não quer que o Relógio da Praça seja demolido*. In *Processo nº 030.009.850/1988*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1989.

⁶⁹¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DA CULTURA. *Taguatinga não quer que o Relógio da Praça seja demolido*. In *Processo nº 030.009.850/1988*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1989.

população é relevante, pois traz à tona não apenas a demolição, mas também as experiências negativas que a mudança havia proporcionado para a população.

Em seguida, o documento denuncia a destruição paulatina da “histórica Praça do Bicalho”, descrevendo como a reestruturação da praça teria modificado radicalmente o local pela implantação de uma agência dos Correios, uma igreja, um posto de saúde e uma escola.⁶⁹² A indicação de que a praça destruída seria histórica é um reforço para a denúncia de que a especulação imobiliária estaria, aos poucos e sucessivamente, acabando com espaços representativos da história de Taguatinga.

De modo análogo, o texto denuncia a destruição em curso da denominada Praça do DI, pois no local original da praça já haviam sido construídos o prédio da Secretaria de Finanças e uma escola.⁶⁹³ Além disso, aponta que o que restou da praça estaria em vias de ser destruído, uma vez que “já venderam outra parte da praça para que seja construída, ali, mais uma agência dos Correios”.⁶⁹⁴ O documento, ao indicar os novos prédios públicos e privados construídos, assinala como as praças de Taguatinga estariam sendo vítimas de loteamento para uso ou venda, sem o consentimento dos moradores.

O mesmo padrão de denúncia e indignação segue, e o texto condena a destruição da Caixa d'Água de Taguatinga, cuja perda é descrita como tendo sido bastante lamentável para a população do núcleo. O documento reforça que a destruição do espaço teria sido um atentado contra o anseio popular, porque os moradores haviam se mobilizado pela preservação do bem. O tom do texto é de revolta, indicando que a população, mesmo representada judicialmente, não teria sido ouvida pelas autoridades competentes, pois

[a destruição do] mais tradicional símbolo e ponto de referência de Taguatinga, a histórica Caixa d'Água, construída na época da fundação da cidade, à sua entrada, conhecida nacionalmente, contrariando sentença judicial que, em Ação Popular impetrada por um grupo de advogados da cidade sob alegação de que a comunidade não tinha sido ouvida, considerou a Caixa d'Água um bem histórico, condicionando sua demolição a um real interesse utilitário – ou seja, a ouvir o povo.⁶⁹⁵

O texto do abaixo-assinado descreve a Caixa d'Água de Taguatinga como sendo não apenas histórica, mas também o “mais tradicional símbolo e ponto de referência de Taguatinga”, e inclusive “conhecida nacionalmente”.

⁶⁹² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DA CULTURA. Taguatinga não quer que o Relógio da Praça seja demolido. *In* *Processo nº 030.009.850/1988*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1989.

⁶⁹³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DA CULTURA. Taguatinga não quer que o Relógio da Praça seja demolido. *In* *Processo nº 030.009.850/1988*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1989.

⁶⁹⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DA CULTURA. Taguatinga não quer que o Relógio da Praça seja demolido. *In* *Processo nº 030.009.850/1988*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1989.

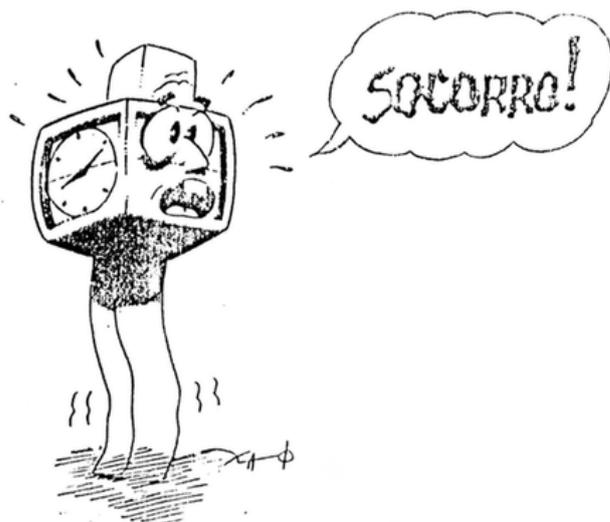
⁶⁹⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DA CULTURA. Taguatinga não quer que o Relógio da Praça seja demolido. *In* *Processo nº 030.009.850/1988*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1989.

Assim, o texto sugere que a demolição da Caixa d'Água marcou o descaso do governo para com a opinião da população, enfatizando a tentativa infrutífera de moradores de salvá-la. O trecho citado leva a ver como o abaixo-assinado, com o intuito de estimular a adesão pelo tombamento do Relógio de Taguatinga, construiu uma narrativa que destaca o descaso não apenas com a história do núcleo, mas também com os anseios da população. O documento levanta a necessidade da urgência do tombamento do relógio, sugerindo tratar-se do único modo de evitar a demolição. Além disso, sugere que o tombamento estaria relacionado a uma compensação simbólica pelas demolições efetuadas no passado.

Em tom alarmista, finaliza a listagem dos bens destruídos, citando a Praça do Relógio. Conforme esse documento, o espaço estaria ameaçado de destruição devido à programação, por parte do governo de Brasília, de “uma total reformulação da Praça do Relógio, cujas obras já vão ser iniciadas”.⁶⁹⁶ O texto não deixa claras quais seriam as mudanças já programadas para a Praça do Relógio, mas indica que haveria a possibilidade da destruição do espaço, haja vista os demais locais que foram demolidos.

Uma ilustração em que o Relógio “pede socorro” complementa o texto de abertura do abaixo-assinado (figura 46).

Figura 46. Ilustração do Relógio de Taguatinga no abaixo-assinado pelo tombamento



Fonte: Processo nº 030.009.850/1988. DePHA, Brasília, 1989.

⁶⁹⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DA CULTURA. Taguatinga não quer que o Relógio da Praça seja demolido. In *Processo nº 030.009.850/1988*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1989.

O tombamento do Relógio de Taguatinga assumiu um caráter preventivo à sua demolição, pois, segundo o texto de abertura do abaixo-assinado, bastaria que “algum tecnocrata do GDF ache que o Relógio não está combinando com o ‘novo visual’ que pretendem implantar na praça, destruindo-o ou modificando-o sem consultar o povo”.⁶⁹⁷ Esse trecho complementa o tom de indignação que acompanha o documento e sugere que a população deveria ser consultada e ouvida quanto às modificações em espaços significativos de Taguatinga. Nesse aspecto, mais do que indicar a necessidade de preservar os espaços públicos, o texto chama a atenção para o fato de que os moradores deveriam ser consultados sobre o planejamento urbano do núcleo.

Nota-se que os requerentes pelo tombamento acreditavam haver uma oposição entre os “tecnocratas do GDF” e os moradores de Taguatinga. O texto, em vários momentos, aponta que representantes do governo de Brasília estariam agindo contra os interesses do núcleo ao destruir espaços considerados importantes, e o modo como essa relação de poder é descrita nos aproxima do conceito de violência simbólica, empreendido pelo sociólogo Pierre Bourdieu.⁶⁹⁸ Conforme salienta Bourdieu, a violência simbólica está associada à imposição de um sistema de gestão de espaços públicos pautado na aparência legítima de suas práticas. Segundo essa perspectiva, verifica-se que o governo de Brasília seria a instituição competente e legítima para tomar decisões e, desta forma, estaria validando a demolição de espaços públicos, ainda que em detrimento da vontade da população.

O documento do abaixo-assinado, ao levantar o conflito entre população e autoridades, busca expressar um sentimento recorrente de exclusão por parte dos moradores. Isso nos remete às tensões sociais entre o Plano Piloto e Taguatinga, pois enquanto esta tinha seus espaços destruídos, aquele beneficiou-se de um planejamento que garantiu a continuidade de espaços representativos. Embora o documento não mencione o Plano Piloto, é preciso considerar “os silêncios dos documentos”, conforme aponta Jacques Le Goff.⁶⁹⁹ Para o historiador, é preciso “delimitar, explicar as lacunas, os silêncios da história, e assentá-la tanto sobre esses vazios, quanto sobre os cheios que sobreviveram”.⁷⁰⁰

Ignez Ferreira, em pesquisa de 2010, analisa a formação de núcleos-satélites em Brasília e chama a atenção para o fato de que o Plano Piloto recebeu mais investimentos em

⁶⁹⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DA CULTURA. Taguatinga não quer que o Relógio da Praça seja demolido. *In* Processo nº 030.009.850/1988. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1989.

⁶⁹⁸ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

⁶⁹⁹ LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

⁷⁰⁰ LE GOFF, op. cit., p. 54.

infraestrutura do que os demais núcleos, favorecendo o crescimento de uma periferia que não se beneficiou dos mesmos cuidados.⁷⁰¹ Assim, embora Taguatinga tenha sido planejada, o documento do abaixo-assinado reforça o sentimento de descaso com os espaços públicos e com a população. Ao longo dos anos, conforme atesta o documento, o núcleo passou por sucessivas transformações que desagradaram os moradores, o que teria impulsionado o sentimento de descaso e de exclusão.

O instrumento do tombamento, assim, serviu como um modo de a população se reportar ao DePHA e tentar garantir um ambiente considerado ameaçado. O medo da destruição do relógio justificava-se porque outros tantos espaços já haviam sido demolidos sem a concordância dos moradores. Assim, esse tombamento aparece, em grande medida, conforme discute Simone Scifoni,

como uma forma de garantir o uso e a apropriação social do espaço da cidade, ameaçado diante de uma lógica de produção do urbano que prioriza o valor de troca em detrimento do valor de uso e, por vezes, põe em risco a existência do próprio espaço público na cidade”.⁷⁰²

A campanha pelo tombamento do Relógio de Taguatinga, nesse sentido, tomou impulso a partir do descontentamento de moradores. Do mesmo modo, percebe-se que o abaixo-assinado sugere que a população estaria interessada em se envolver nas decisões sobre a manutenção ou destruição de áreas do núcleo.

Entre as construções ou espaços destruídos em Taguatinga e denunciados no documento de abertura do abaixo-assinado, chama a atenção o processo da Caixa d'Água de Taguatinga, pelo fato de ter havido uma tentativa, por parte de moradores, de impedir a demolição. O local havia sido construído entre 1958 e 1960 e, no início dos anos 1980, o então governo do Distrito Federal decidiu pela sua demolição para dar espaço a obras para alargamento de pistas. Diante dessa perspectiva, nove advogados de Taguatinga, entre os quais Wílson Wander Lopes, ajuizaram uma Ação Popular, com pedido liminar, com o intuito de impedir a demolição da Caixa d'Água. De acordo com documentos sob a guarda do Centro de Memória Digital do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), os autores argumentavam, em 1980, que

mesmo após sua desativação como instrumento de distribuição de água, o símbolo da cidade continuou a merecer carinho e cuidados especiais dos taguatinsenses, que nunca admitiram a ideia de sua demolição, posto que, além de mar-

⁷⁰¹ FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, 292 p.; 22cm (Coleção Brasília), p. 73.

⁷⁰² SCIFONI, Simone. Patrimônio cultural e lutas sociais. *Espaço & Geografia*, v. 16, n. 2, p. 515-528, 2013, p. 521.

co histórico que nunca incomodou ninguém, embora muitas vezes incomodada, transformou-se, também, em privilegiado ponto-de-referência geográfico que servia a quem procurasse se situar em Taguatinga, a exemplo do que acontece com a Torre de Televisão em Brasília, com o Corcovado com relação ao Rio.⁷⁰³

Nota-se que esses argumentos acenavam para uma potencial proposta de tombamento da Caixa d'Água por meio da reivindicação popular, mas isso não ocorreu, e o local foi demolido em 1981. Para Vinícius Pereira e Ana Lúcia Gomes, o fato de o Distrito Federal não possuir à época nenhum bem tombado localmente comprometeu a questão da proteção desse espaço.⁷⁰⁴

De fato, entre a demolição da Caixa d'Água de Taguatinga, em 1981, e o tombamento do Relógio de Taguatinga, em 1989, houve uma evolução notável com relação aos debates e práticas patrimoniais no Distrito Federal. Em 1981, as tratativas para o tombamento de construções em Planaltina, por exemplo, estavam ainda se encaminhando, assim como o GT-Brasília estava ainda no início de seus trabalhos. Seis anos depois, em 1987, o Conjunto Urbanístico de Brasília foi reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO. Até 1989, o Distrito Federal já havia testemunhado os tombamentos do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1985, e o da Vila Planalto, em 1988 – ambos fundamentados na história popular de Brasília. Assim, verifica-se que, entre 1981 e 1989, as práticas de tombamento em Brasília avançaram bastante, tanto em número de bens tombados quanto na fundamentação dos processos, assim como ficou mais nítida a possibilidade de tombamentos ligados à memória de comunidades locais.

O tombamento do Relógio de Taguatinga, conforme vimos, tomou impulso por meio de um abaixo-assinado que alertava para sua destruição iminente, e a partir de então os técnicos do DePHA deram andamento ao processo. O órgão conferiu legitimidade ao tombamento principalmente pelo modo como houve uma mobilização popular, reforçando que buscava incluir anseios de moradores em sua atuação. Conforme um ofício interno:

O presente processo é resultado da iniciativa espontânea de vários segmentos da comunidade de Taguatinga, conforme atestam as assinaturas anexas a este processo que, reunidas, atentaram-se para a necessidade de salvaguardar os bens públicos que, ao longo dos anos, assumiram elevado grau de importância.⁷⁰⁵

⁷⁰³ TRIBUNAL de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Processo nº 15.429/1981. In *Centro de Memória Digital do Tribunal do Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Processos Históricos*. Brasília, s/d.

⁷⁰⁴ PEREIRA, Vinícius Carvalho; GOMES, Ana Lúcia de Abreu. Caixa d'água da Ceilândia e de Taguatinga: tombamento e destruição do patrimônio. *Museologia e Patrimônio*, v. 11, p. 159-180, 2018, p. 173.

⁷⁰⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DA CULTURA. O.I. nº 077/88-DePHA/SC. In *Processo nº 030.009.850/1988*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1989.

O documento, ao mencionar a necessidade de salvaguardar os bens públicos pela importância que adquiriram ao longo dos anos, fazia referência aos espaços descritos no abaixo-assinado. Contudo, todos esses bens públicos, com exceção do Relógio de Taguatinga, já haviam sido demolidos, o que reforça o tombamento como uma compensação simbólica pelas demolições efetuadas. A importância deles, de acordo com o texto, estaria relacionada tanto à sua representação como “referência na paisagem urbana” e pela simbologia conectada a “personagens ou datas históricas”.⁷⁰⁶ Nesse sentido, o dossiê indica a importância de considerar eventos relativos à história de Taguatinga, sem, contudo, especificar quais.

Em um primeiro momento, a documentação elaborada pelo DePHA reforça as justificativas já expressas no abaixo-assinado, em especial com relação ao perigo da destruição do relógio pela especulação imobiliária. Segundo o documento intitulado *Histórico*,

Apesar de seu incontestável valor para a comunidade local, a sua demolição já foi várias vezes proposta. Em vista desta constante ameaça, representantes da população, pediram o tombamento do Relógio da Praça ao Governo do Distrito Federal, reforçados com um abaixo assinado de 1120 assinaturas de moradores da cidade.⁷⁰⁷

O trecho citado, assim, projeta para Taguatinga uma nova realidade em que a população, vitoriosa, poderia vivenciar seus espaços públicos.

Além disso, o DePHA buscou expandir o sentido patrimonial do relógio já expresso no abaixo-assinado. O documento intitulado *Histórico* indica que o local havia se tornado um dos principais marcos de referência de Taguatinga, “devido à sua localização central e sua configuração arquitetônica”.⁷⁰⁸ Há menção à configuração arquitetônica do relógio, elemento que parece estar associado principalmente ao modo como a população reconhece as formas do espaço e o identifica na paisagem urbana.

Esse discurso reforça uma necessidade de consagrar a imagem do núcleo a partir de um elemento arquitetônico representativo para a população. Isso se justificaria, nas palavras de Maria Fernanda Derntl, pela ideia de que “a elaboração de certa imagem da comunidade poderia se tornar mais visível quando referenciada num suporte material

⁷⁰⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DA CULTURA. O.I. nº 077/88-DePHA/SC. In *Processo nº 030.009.850/1988*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1989.

⁷⁰⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DA CULTURA. *Histórico*. In *Processo nº 030.009.850/1988*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1989.

⁷⁰⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DA CULTURA. *Histórico*. In *Processo nº 030.009.850/1988*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1989.

presente na paisagem urbana”.⁷⁰⁹ Com isso, o documento articula o tombamento à ideia da construção de um símbolo arquitetônico para a população de Taguatinga.

O valor do relógio como representativo de um cotidiano contemporâneo e essencial para a vivência atual da população de Taguatinga também embasou as justificativas do DePHA para o tombamento. Um documento intitulado *Aspectos Ambientais* é exemplar nesse sentido, pois indica que

O Relógio está localizado na principal Praça da cidade, que por sua vez encontra-se na área central, sendo, portanto intensamente utilizada para encontros, descanso, circulação, comícios, árvores (Sibipirunas, Baiúneas, Mangueiras, Flamboyants, Espatódias), arbustos e muitas formações em canteiros cuja bordas servem de bancos aos usuários, proporcionando assim um ambiente agradável e harmônico com seu entorno.⁷¹⁰

O documento reforça a necessidade de manutenção de um local representativo e cotidiano dos moradores. Nesse aspecto, a transformação de espaços urbanos em bens patrimoniais impõe novos desafios ao instrumento do tombamento, pois sua preservação vai além da materialidade do patrimônio. Esse instrumento foi criado, a princípio, para garantir a integridade física de bens culturais, mas, conforme discute Cíntia Nigro, passou a ser utilizado também para assegurar a perpetuação dos usos e vivências de bens ou áreas urbanas.⁷¹¹

O documento *Aspectos Ambientais*, nessa perspectiva, buscou vincular o Relógio de Taguatinga a uma reivindicação mais ampla da população, relacionada à permanência de um espaço propício a atividades do dia a dia, como o descanso, eventos públicos e o contato com a natureza em meio a uma paisagem urbana. Nota-se que o documento se esforça em descrever todo um cotidiano da população que estaria centrado no espaço do relógio, citando encontros, descanso e comícios por exemplo. O espaço, nessa ótica, seria um elemento fundamental nessa vivência, além de um marco importante na paisagem urbana.

A ideia do patrimônio como parte do cotidiano e da vivência da população local é bastante presente no dossiê do Relógio de Taguatinga. Aloísio Magalhães, já no final dos anos 1970, sustentava a ideia de que o patrimônio deveria estar em sintonia com o cotidiano de uma comunidade. Conforme aponta Reginaldo Gonçalves, embora o registro da cotidianidade apareça em diversos discursos patrimoniais,

⁷⁰⁹ DERNTL, op. cit., p. 26.

⁷¹⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DA CULTURA. Aspectos ambientais. In *Processo nº 030.009.850/1988*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1989.

⁷¹¹ NIGRO, op. cit., p. 70.

ele é fortemente tematizado no espaço público através do discurso articulado por Aloísio Magalhães, nos anos 70. Em seu discurso, desloca-se a valorização quase exclusiva dos chamados “bens patrimoniais”, associados ao passado da nação, para o que ele chamava de “bens culturais”, integrantes da vida presente dos diversos segmentos da população.⁷¹²

Além disso, destaca-se que o discurso do tombamento do Relógio de Taguatinga, ao mobilizar a noção do cotidiano, alinha-se ao recomendado pela Declaração de Amsterdam, de 1975, que, segundo assinalam Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini, aconselhava a integração do patrimônio à vida social.⁷¹³ Os autores discutem como essa Carta “introduziu orientações para viabilizar a implantação de ‘políticas de conservação integrada’, inaugurando uma abordagem pautada pela noção de integração do patrimônio à vida social”.⁷¹⁴ Ainda que a Declaração de Amsterdam indicasse a necessidade de evitar a evasão de habitantes originais de núcleos urbanos devido à especulação imobiliária – o que não se aplica necessariamente ao discurso patrimonial de Taguatinga –, ela chamou a atenção para a importância do cotidiano e “dos valores ligados à identidade micro local”, conforme apontam Funari & Pelegrini.⁷¹⁵

As nossas análises do dossiê de tombamento do Relógio de Taguatinga apontam que a reivindicação de moradores pela preservação do bem evidenciou um sentimento recorrente de descontentamento e de exclusão. Também verificamos como essa proteção representou uma compensação simbólica pelas demolições de outros espaços efetuadas no passado e denunciadas pela população. Além disso, o tombamento contribuiu para a estruturação de um marco arquitetônico referencial para o núcleo, que a população poderia reconhecer como símbolo de Taguatinga. Por fim, conforme vimos, o DePHA buscou integrar o valor do cotidiano da cidade no discurso patrimonial, valorizando as relações estabelecidas entre a população e o relógio.

*

Neste capítulo, analisamos o processo de formação de valores patrimoniais em Brasília entre 1959 e 1989 com relação a tombamentos realizados para além do Plano Piloto. O Catetinho, primeiro monumento local tombado em 1959, consagrou-se como um marco referencial e comemorativo da construção da cidade, ainda em obras. A precedência do Catetinho em Brasília é marcante no dossiê, assim como a valorização de

⁷¹² GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi de. (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 119.

⁷¹³ FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra. *O patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

⁷¹⁴ FUNARI & PELEGRINI, op. cit., p. 33.

⁷¹⁵ FUNARI & PELEGRINI, op. cit., p. 33.

uma arquitetura rústica e simples, porém necessária para a ocupação do território e a transferência da capital. Anos mais tarde, com a criação da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, em 1975, a importância de situar o Catetinho no contexto da evolução urbana de Brasília ganha força, reforçando valores patrimoniais consagrados. Em seguida, em 1982, a história e a cultura antigas de Planaltina passam a compor o discurso patrimonial de Brasília. Assim, enquanto o Catetinho teria sido valorizado como marco da construção na nova capital, os dossiês de Planaltina reforçam a existência de uma tradição bem mais antiga no Planalto Central e destacam a contribuição dessa cultura e dessa tradição regional no processo de transferência da capital e na formação do território.

Posteriormente, outras referências somam-se ao patrimônio de Brasília, com destaque para a reivindicação de moradores pela proteção de bens como forma de evitar a destruição. O tombamento do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1985, foi resultado de reivindicação de moradores. Esse tombamento agregou ao discurso patrimonial de Brasília a valorização da memória do operário da construção da cidade, dando visibilidade a demandas locais por moradia e pela prestação de serviços. Contudo, conforme vimos, a decisão do GDF pela transformação do conjunto hospitalar em museu minou as expectativas da população pela recuperação de um hospital, o que evidenciou como o patrimônio é um campo de tensões sociais. O tombamento do Relógio de Taguatinga, em 1989, também resultado de reivindicação de moradores, por sua vez, demonstrou o descontentamento da população local, pois a reivindicação pela preservação do equipamento denunciava a destruição dos espaços públicos e dos marcos referenciais de Taguatinga. O tombamento, deste modo, garantiu a proteção de um espaço público descrito como importante para a população e inseriu o valor do cotidiano de populações locais no discurso patrimonial de Brasília.

Com exceção do tombamento do Catetinho, que precede a própria inauguração de Brasília, os tombamentos ocorridos ao longo dos anos 1980 apresentam uma relação com a própria estruturação do sistema patrimonial de Brasília. A Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, ainda em 1980, dera início a projetos que buscavam estudar e preservar as origens do território de Brasília e vestígios da construção da cidade. Em seguida, membros da Divisão do Patrimônio – que em 1983 passou a ser o DePHA – integraram o GT-Brasília, atuante até 1988. Os estudos em conjunto valorizaram tanto os núcleos urbanos e rurais anteriores a Brasília quanto os antigos acampamentos de obras, e essas recomendações de preservação integraram o dossiê de candidatura de Brasília a Patrimônio Mundial pela UNESCO. Em paralelo, o patrimônio como resultado da reivindicação de moradores passa a integrar a atua-

ção do DePHA de modo mais efetivo nos anos 1980, e o discurso da vontade popular direcionou um processo de atribuição de valor ao patrimônio de Brasília. Essa prática refletiu ainda o novo direcionamento do SPHAN, que passou a considerar pautas populares no discurso preservacionista, conforme vimos.

A nossa análise apontou que os tombamentos analisados neste capítulo expandiram ou complementaram uma certa imagem monumental associada à Brasília. Destacaram-se, nesse discurso, os antecedentes do território como parte do contexto de formação da nova capital, a idealização do período da construção da cidade como uma aventura e a importância de um olhar mais atento para núcleos-satélites.

CAPÍTULO 3

Continuidade e consolidação: 1993 a 2014



ESTE CAPÍTULO DÁ PROSSEGUIMENTO à análise dos dossiês de tombamento referentes às construções tombadas entre 1993 e 2014 e situadas fora do Plano Piloto de Brasília. A partir dos anos 1990, reestruturações políticas e institucionais fizeram com que o órgão local do patrimônio, o DePHA, perdesse atribuições sobre a área tombada do Conjunto Urbanístico de Brasília, conforme vimos no capítulo 1. O DePHA, desde sua criação, em 1975, com o nome de Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, alternou momentos de maior e menor atribuição institucional, e suas fragilidades ficaram mais evidentes a partir da década de 1990. No ano 2000, o órgão deixou de ser um departamento e tornou-se a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico, sob a mesma sigla; mais tarde, em 2010, em uma nova reestruturação, foi extinto. Nessa recomposição institucional, cria-se a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (SUPHAC), e a ela foram subordinadas algumas diretorias, entre as quais a Diretoria de Preservação (DIPRES) e a Diretoria de Gestão do Patrimônio Histórico e Artístico (DIGEPHAC), que foi extinta no ano seguinte.

Com relação às práticas de seleção e atribuição de valor ao patrimônio local, verifica-se que não houve mudanças significativas com relação à atuação que havia se consagrado ao longo dos anos 1980. Os tombamentos analisados neste capítulo, como veremos, consolidaram valores patrimoniais, indicando que a atuação do órgão local foi caracterizada sobretudo por uma continuidade das práticas estruturadas naquela década.

Em primeiro lugar, no tópico 3.1, analisaremos como os primeiros tombamentos realizados na década de 1990 representaram uma continuidade com relação ao trabalho iniciado por Walter Mello e posteriormente desenvolvido em conjunto com o GT-Brasília ao longo dos anos 1980, em especial quanto à recomendação pela preservação de antigos acampamentos de obras. A noção de que a memória operária de Brasília teria valor patrimonial havia se tornado parte importante da atuação do DePHA, que deu sequência a essa prática com o tombamento da Igreja São Geraldo no Paranoá, em 1993, do Centro de Ensino Metropolitana, em 1995 e, por fim, da Igreja São José Operário na Candangolândia, em 1998.

Em seguida, no tópico 3.2, analisaremos o processo de tombamento, em 2006, da Casa da Fazenda Gama, uma antiga sede de fazenda da região que atualmente se encontra nas dependências do Brasília Country Club. Esse tombamento remonta a discussões que fizeram parte da década de 1980 e reforçou a busca pelas origens do território de Brasília no discurso patrimonial, o que demonstra uma atuação continuada da DePHA com relação à atribuição de valores patrimoniais.

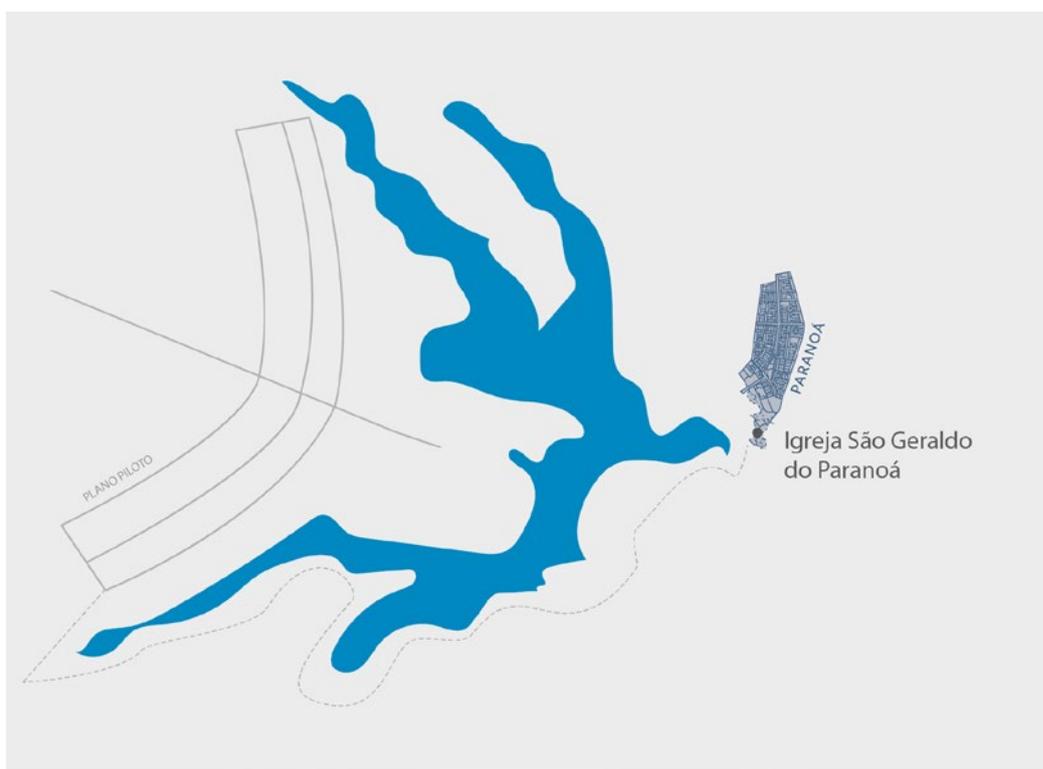
Por fim, conforme analisaremos no tópico 3.3, nos anos 2010, a instituição do patrimônio acolhe os pedidos de tombamento da Escola Industrial de Taguatinga e da Caixa d'Água da Ceilândia, localizadas nas duas maiores Regiões Administrativas de Brasília. Esses processos tiveram início a partir da demanda de moradores organizados, o que representa uma continuidade da ideia do patrimônio como resultado de reivindicação popular. Esse discurso havia marcado os anos 1980, em especial com os tombamentos do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1985, e do Relógio de Taguatinga, em 1989. Além disso, os tombamentos da Caixa d'Água da Ceilândia, em 2013, e da Escola Industrial de Taguatinga, em 2014, estão fortemente relacionados a demandas por melhorias e investimentos nos referidos núcleos.

3.1 Acampamentos de obras e memória operária

Neste tópico analisamos os dossiês de tombamento de construções em madeira que haviam sido erguidas na época da construção de Brasília, entre 1956 e 1960. Trata-se da Igreja São Geraldo no Paranoá, tombada em 1993, do Centro de Ensino Metropolitana, em 1995, e da Igreja São José Operário na Candangolândia, em 1998. Ressalte-se ainda que, na área de tutela do Centro de Ensino Metropolitana, estão a Igreja Nossa Senhora Aparecida e o Campo de Futebol, que também remontam à época da construção de Brasília.

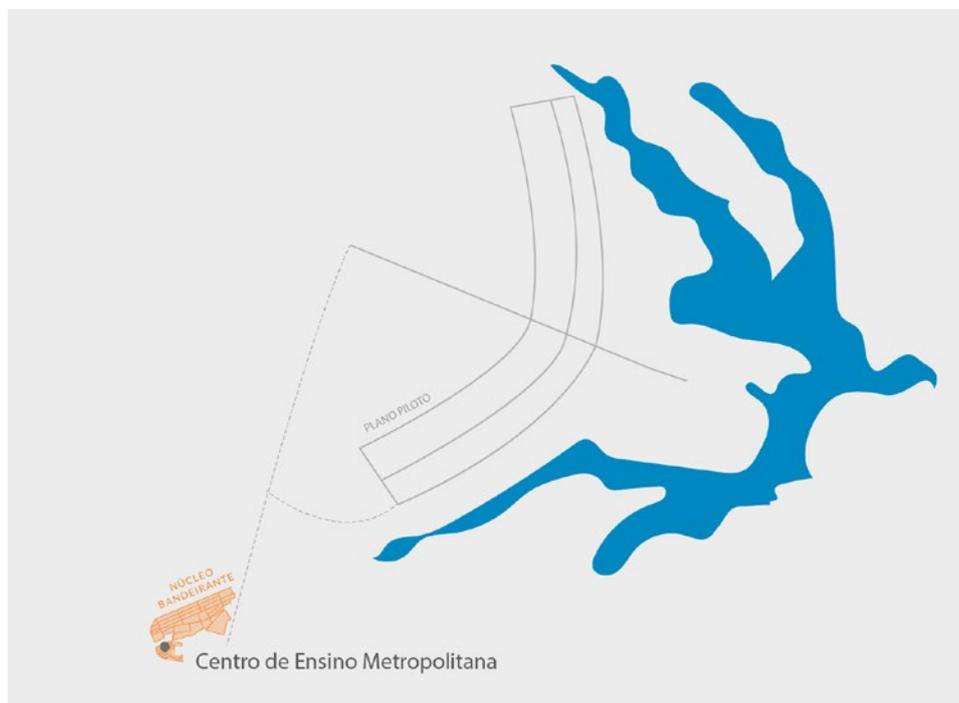
A localização desses bens tombados está indicada nas figuras 47, 48 e 49 a seguir:

Figura 47. Localização da Igreja São Geraldo no Paranoá com relação ao Plano Piloto de Brasília



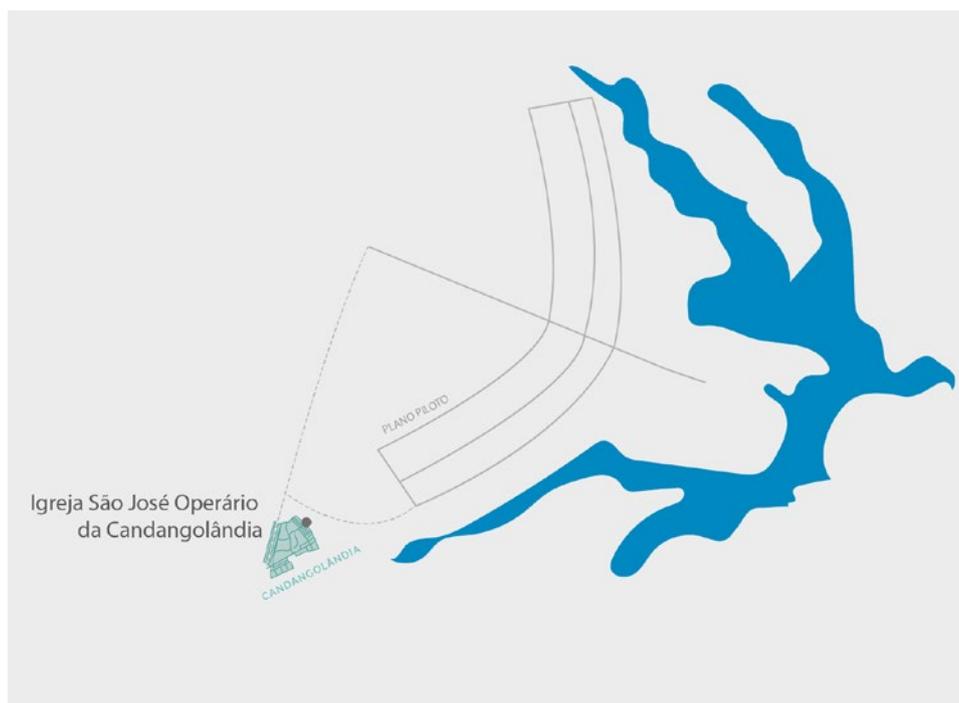
Elaboração: Daniela Barbosa.

Figura 48. Localização do Centro de Ensino Metropolitana com relação ao Plano Piloto de Brasília



Elaboração: Daniela Barbosa.

Figura 49. Localização da Igreja São José Operário na Candangolândia com relação ao Plano Piloto de Brasília



Elaboração: Daniela Barbosa.

Essas construções tombadas se localizam em Regiões Administrativas que integravam antigos acampamentos de obras, cuja regulamentação ocorreu ao longo dos anos 1980: a Metropolitana, a Candangolândia e o Paranoá. A permanência de acampamentos de obras – ou outros núcleos de apoio para a construção de Brasília – não estava prevista no projeto original da cidade. Contudo, já em 1961, pela Lei nº 4.020,⁷¹⁶ houve a precursora fixação da Cidade Livre, um núcleo de habitações, comércios e serviços que deram sustentáculo à construção de Brasília, com o novo nome de Núcleo Bandeirante.

A exitosa campanha pela sua fixação foi encabeçada em grande parte por comerciantes do núcleo que fizeram uso de pressões políticas para a tramitação da proposta no governo, conforme discute Viviane Ceballos.⁷¹⁷ De acordo com a autora, “mesmo considerado como o grande paradoxo de Brasília, o Núcleo Bandeirante conseguiu mobilizar em torno do Movimento de Pró-Fixação um grande número de colaboradores, o que deu ao movimento força social e política”.⁷¹⁸ A campanha pela fixação da Cidade Livre, conforme aponta Ceballos, acabou por ressaltar o caráter pioneiro do lugar e de seus habitantes, o que deu suporte simbólico ao movimento.⁷¹⁹ Assim, a proposta inicial de eliminação do núcleo esbarrou no argumento de que os pioneiros seriam abandonados, pois essas pessoas, “que teriam sido recrutadas e acolhidas com fervor no início da construção da cidade, agora seriam deslocadas do lugar onde tinham fixado raízes e construído parte de sua história”.⁷²⁰

Passadas duas décadas desse movimento, houve a fixação dos antigos acampamentos de obras que integram a análise deste texto: a Metropolitana, a Candangolândia e o Paranoá. A Metropolitana foi regularizada na gestão de José Ornellas, pelo Decreto de nº 7.533, em 1983,⁷²¹ e tornou-se um bairro do Núcleo Bandeirante. A fixação da Candangolândia ocorreu na mesma gestão, pelo Decreto de nº 7.892, de 1984.⁷²² Em ambos os casos, a população foi assentada no local original do antigo acampamento de obras. Já a regularização do Paranoá aconteceu por força do Decreto nº 11.208,

⁷¹⁶ BRASIL. *Lei nº 4.020, de 20 de dezembro de 1961*. Considera cidade satélite o chamado Núcleo Bandeirante, no atual Distrito Federal.

⁷¹⁷ CEBALLOS, Viviane Gomes de. *“E a história se fez cidade...”: a construção histórica e historiográfica de Brasília*. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

⁷¹⁸ CEBALLOS, op. cit.

⁷¹⁹ CEBALLOS, op. cit., p. 90.

⁷²⁰ CEBALLOS, op. cit., p. 91.

⁷²¹ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 7.533 de 6 de junho de 1983*. Homologa a decisão 48/83, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, que aprovou o loteamento urbano referente ao plano de ocupação da área atualmente denominada Acampamento da Metropolitana situada na cidade satélite do Núcleo Bandeirante.

⁷²² DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 7.892 de 24 de fevereiro de 1984*. Homologa a decisão 08/84, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, que aprovou o projeto urbanístico referente ao parcelamento urbano, com a denominação de Candangolândia, na Região Administrativa de Brasília.

de 1988,⁷²³ na gestão de José Aparecido de Oliveira. No ano seguinte, o governo de Joaquim Roriz, por meio do Decreto nº 12.027,⁷²⁴ decidiu pela transferência dos moradores para uma área contígua ao acampamento original, dando-se início ao projeto de urbanização do novo local, onde foi inaugurado o Parque Vivencial do Paranoá, em 1992. Lá está localizada a Igreja São Geraldo.

Ainda na década de 1980, em meio às expectativas de fixação desses espaços, houve propostas de considerar os vestígios de madeira da época da construção de Brasília na perspectiva preservacionista, conforme já observamos no capítulo 1. Nesse processo, destaca-se o *Projeto Raízes Históricas*, idealizado por Walter Mello, em 1980, enquanto diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal.⁷²⁵ Em seguida, os estudos do GT-Brasília recomendaram a preservação de antigos acampamentos de obras, articulando a importância histórica desses espaços à conquista da população por moradia. De acordo com o texto originalmente publicado no Relatório do GT de 1985 e de autoria de Márcio Vianna,

A preservação e fixação destes acampamentos pioneiros significam, de sua parte, um resgate da memória da construção de Brasília, além de preservação também do espaço conquistado por parte da população pioneira em sua parcela remanescente nas proximidades da área ‘nobre’.⁷²⁶

Nota-se que, assim como ocorreu no processo de fixação do Núcleo Bandeirante, a imagem do pioneiro integra o discurso do GT-Brasília de valorização de antigos acampamentos de obras. No trecho citado, a identificação dos moradores como “pioneiros” teve como intuito tanto justificar a importância da fixação e preservação dos antigos acampamentos de obras quanto reforçar a conquista da população em permanecer nesses espaços.

A partir disso, constata-se que a imagem do pioneiro deu sentido à assimilação dos antigos acampamentos como parte da memória de Brasília também no discurso patrimonial. Isso ficou evidente no processo de fixação e tombamento de todo o perímetro urbano da Vila Planalto em 1988, conforme discutimos no capítulo 1. A campanha

⁷²³ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 11.208 de 17 de agosto de 1988*. Dispõe sobre o processo de melhoria urbana gradativa na Vila Paranoá e estabelece os critérios para regular a sua ocupação.

⁷²⁴ DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 12.027 de 4 de dezembro de 1989*. Declara de relevante interesse público e social a transferência e o assentamento da Vila Paranoá.

⁷²⁵ ARAÚJO, Carlos. E a memória de Brasília? Monumentos históricos jazem sob o efeito implacável do tempo. *Correio Braziliense*. Brasília, edição 6.246, Caderno Fim de Semana, p. 3, 16 mar. 1980.

⁷²⁶ VIANNA, Márcio. Conjuntos representativos da época da construção de Brasília. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. *GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal*. Organização de Carlos M. Reis, Sandra B. Ribeiro e Thiago P. Perpétuo; textos de Briane Bicca et al. Brasília: IPHAN, 2016, p. 138.

pela permanência do núcleo, ao construir uma identidade em torno do pioneiro de Brasília, proporcionou a base para uma ação conjunta pela fixação. Já no caso do patrimônio relativo a antigos acampamentos de obras que já haviam sido regulamentados – Metropolitana, Candangolândia e Paranoá –, a noção de que o espaço havia sido formado por pioneiros deu sentido ao tombamento de vestígios da história e da trajetória do local.

Nos próximos subtópicos, damos prosseguimento à análise, considerando como a memória da construção de Brasília relativa a antigos acampamentos de obras já regularizados se construiu no discurso de dossiês de tombamento. Um ponto relevante é o modo como os dossiês registraram a participação de políticos ou autoridades nos processos, que é tema do subtópico a seguir.

3.1.1 Patrimônio, comunidade e política

A participação de pessoas do meio político ou da administração pública do Distrito Federal em processos de tombamento torna-se muito mais expressiva na década de 1990, segundo documentos anexados aos dossiês. Sabe-se que o estabelecimento de relações entre os processos de patrimonialização e as especificidades do contexto político são indissociáveis. Conforme já observamos no capítulo 1, as negociações em torno da fixação e tombamento da Vila Planalto em 1988 envolveram o então presidente José Sarney, o então governador José Aparecido de Oliveira e Lucio Costa. Já no capítulo 2 verificamos como o tombamento do Catetinho, ainda em 1959, foi resultado direto de determinação do então presidente da república Juscelino Kubitschek. De modo análogo, como vimos novamente no capítulo 2, os moradores do HJKO fizeram uso de pressão política ao recorrerem ao então secretário de Serviços Sociais Haroldo de Castro em 1984 para que o tombamento do conjunto pudesse ser agilizado.

Com relação ao envolvimento de agentes políticos nos tombamentos do HJKO e da Vila Planalto nos anos 1980, os governantes haviam sido convocados pela própria população para agir, sendo que esses processos estavam articulados a outras demandas, como a luta por moradia. Contudo, no caso dos tombamentos ocorridos ao longo dos anos 1990, verificamos que políticos ou gestores públicos, por iniciativa própria, buscaram inserir a sua atuação no processo de definição do patrimônio junto à população ou ao DePHA, muitas vezes com o tombamento já em curso.

No dossiê da Igreja São Geraldo no Paranoá, observa-se como o tombamento do templo foi permeado por uma trama envolvendo a população do Paranoá, a então deputada

distrital Lúcia Carvalho, o então governador Joaquim Roriz e o DePHA. Uma matéria do *Jornal de Brasília* de agosto de 1991 intitulada *Comunidade Salva Igreja* e anexada ao dossiê de tombamento é um importante documento para situar o processo de proteção do local e o envolvimento de políticos.⁷²⁷ Segundo a reportagem, os moradores do Paranoá, ao tomarem conhecimento da proposta de demolição da igreja pela Terracap, se reuniram no local para pressionar pela sua proteção. A reportagem narra que o então diretor do DePHA Sílvio Cavalcante, na ocasião, “foi convocado pelos moradores para pedir a suspensão da ordem de derrubada [da igreja] para que possa ser feito um levantamento da situação”,⁷²⁸ pois, “além de impedir a derrubada, os moradores querem o tombamento da Igreja”.⁷²⁹

O movimento de moradores pela proteção da Igreja São Geraldo chamou a atenção não apenas da mídia, mas também de governantes. De acordo com outra reportagem anexada ao dossiê, do mesmo jornal e também de agosto de 1991, intitulada *Igreja São Geraldo será preservada*, “o governador [Joaquim Roriz] visitou o templo e disse que o governo já estava estudando, inclusive, a restauração da Igreja”.⁷³⁰ A reportagem destaca ainda que o governo pretendia criar um parque no local do acampamento original, o que de fato ocorreu no ano seguinte com a criação do Parque Vivencial do Paranoá. Ressalte-se que os moradores haviam sido transferidos da área original do acampamento de obras do Paranoá para uma área contígua em 1988. A igreja, mantida no local, estava em desuso e em processo de deterioração quando houve a tentativa de demolição que resultou na campanha pela proteção do templo.

Nesse cenário, a então deputada distrital Lúcia Carvalho se colocou como representante da população em defesa da Igreja São Geraldo. No ano seguinte ao movimento que impediu a derrubada da igreja, a deputada enviou ao DePHA, para apreciação, o Projeto de Lei (PL) nº 462/92, de sua autoria, para o tombamento da edificação, e esse documento está anexado ao dossiê.⁷³¹ Contudo, nota-se que pela Lei nº 47, de 1989, tombamentos não poderiam ser realizados por meio de elaboração de leis, como havia proposto Lúcia Carvalho, pois, conforme o texto legal, “o tombamento far-se-á me-

⁷²⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Matérias de jornal. In *Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

⁷²⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Matérias de jornal. In *Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

⁷²⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Matérias de jornal. In *Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

⁷³⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Matérias de jornal. In *Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

⁷³¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Projeto de Lei nº 462/92 (Da Deputada Lúcia Carvalho). In *Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

diante ato do Governador do Distrito Federal, com base em deliberação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal”.⁷³² Isso indica que houve uma interpretação diferente da normativa por parte de Carvalho, e leva a ver como a então deputada buscou reforçar a sua atuação junto à população do Paranoá pela preservação da igreja.

Juntamente com o PL que dispunha sobre o tombamento da Igreja São Geraldo, a então deputada enviou ao DePHA um documento intitulado *Justificação*, em que descreve os fundamentos para esse tombamento.⁷³³ O documento justifica a necessidade de preservação da edificação devido às ameaças de destruição, e a então deputada reforça sua atuação enquanto representante dos interesses da população. Em seu texto, Lúcia Carvalho afirma que “a Igreja, já tendo sido ameaçada de ser derrubada, defendida pelos moradores, necessita ser tombada para preservar a memória local”.⁷³⁴ Nota-se como a então deputada se esforçou por demonstrar uma atuação política em sintonia com a defesa dos anseios e reivindicações dos moradores do Paranoá.

Ainda no mesmo documento, Lúcia Carvalho, que era filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT-DF), critica a atuação do então governador do Distrito Federal Joaquim Roriz, à época filiado ao Partido Progressista (PP-DF). Ambos os partidos políticos eram adversários, e a deputada, no documento, assinala que Roriz não estaria dando a devida atenção à proteção da igreja, pois “o Senhor Governador, num rom-pante, compareceu ao local, prometendo o tombamento, mas, até a presente data, nada fez”.⁷³⁵ As informações expressas no documento sugerem que o tombamento passou a ser um campo de disputas políticas em torno do movimento organizado dos moradores. Nota-se que, conforme o documento, a igreja foi “defendida por moradores” e que o então governador “foi ao local, prometendo o tombamento, mas nada fez”. O tombamento, nesse sentido, é retratado como um instrumento de interação entre a população e políticos, na medida em que serviu para estabelecer diálogos, evidenciar reivindicações e pressionar por medidas de ação quanto aos anseios da população.

Com relação à reivindicação por tombamentos, uma maior interação entre governantes e setores da sociedade civil, em especial movimentos sociais, pode ser entendida

⁷³² DISTRITO FEDERAL. *Lei nº 47, de 2 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural.

⁷³³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Justificação*. In *Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

⁷³⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Justificação*. In *Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

⁷³⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Justificação*. In *Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

como um dos reflexos do processo de redemocratização do Brasil nos anos 1980. Para Simone Scifoni, foi sobretudo nessa década “que as mobilizações pró-tombamento de alguns bens ganham mais força, melhor organização e principalmente apoio político e presença constante nos meios de comunicação”.⁷³⁶ No caso em análise, vimos como a cobertura midiática do movimento de moradores pela proteção da Igreja São Geraldo foi um reforço para o tombamento, pois a classe política pode ter se sentido incitada a se posicionar e agir. A então deputada Lúcia Carvalho, nesse cenário, se esforçou por demonstrar comprometimento ao pressionar pelo tombamento e atuou no sentido de buscar instrumentos para a proteção do templo.

Contudo, não foi por meio da iniciativa da então deputada que o processo de tombamento teve início, pois os trâmites já estavam em curso no DePHA no momento em que Carvalho enviou o projeto de lei de sua autoria. O órgão, em resposta à então deputada, esclareceu que o processo já estaria em andamento, mas não deixou de elogiar a atitude da parlamentar. Conforme o ofício endereçado a ela e anexado ao dossiê, “em primeiro lugar gostaríamos de elogiar a atitude da nobre deputada na defesa da memória da Vila Paranoá e, particularmente, no que se refere ao tombamento da igreja São Geraldo”.⁷³⁷

Em seguida, o documento afirma que o tombamento da Igreja São Geraldo já estaria em curso e reforça que o processo teria tido início por iniciativa do DePHA a partir da reivindicação de moradores. Segundo o documento,

Este departamento, ao ser acionado pelos moradores, tomou todas as providências para que aquele imóvel não fosse demolido e, no presente momento, está concluindo o processo de tombamento da Igreja São Geraldo, a fim de encaminhar às instâncias competentes para sua efetivação.⁷³⁸

Em seguida, o texto elucida a legislação que rege tombamentos e, apoiando-se na Lei nº 47, de 2 de outubro de 1989, esclarece que, “entre outras coisas, o texto legal estabelece que o tombamento far-se-á mediante ato do Governador do Distrito Federal, e a inscrição dos bens de valor cultural nos Livros de Tombo é competência exclusiva do Executivo, através deste Departamento”.⁷³⁹ O DePHA, a partir desse ofício, explica que o PL apresentado por Lúcia Carvalho não seria o instrumento adequado para o

⁷³⁶ SCIFONI, Simone. Patrimônio cultural e lutas sociais. *Espaço & Geografia*, v. 16, n. 2, p. 515-528, 2013, p. 518.

⁷³⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. O.I. nº 136/92-DePHA/SCECS. *In Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

⁷³⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. O.I. nº 136/92-DePHA/SCECS. *In Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

⁷³⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. O.I. nº 136/92-DePHA/SCECS. *In Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

tombamento da Igreja São Geraldo. Por fim, o documento reforça a convergência de objetivos entre as partes interessadas pela preservação da memória do Paranoá e, em tom de cordialidade, finaliza a mensagem:

na certeza que, superadas as divergências de interpretações legais que regem a questão do tombamento, compartilhamos o mesmo objetivo comum que é a defesa, preservação e restauração da memória do Paranoá, colocamo-nos ao inteiro dispor de V. Exa. para eventuais esclarecimentos ou desdobramentos que o assunto venha a requerer.⁷⁴⁰

Em resposta ao órgão, por meio de outro ofício, Carvalho sustenta a convicção de que poderia atuar, sim, na elaboração de uma lei para o tombamento, pois “pelo Decreto Legislativo 001/91, Artigo 1º, inciso XII, combinado com o § 2º do mesmo artigo, me é facultado apresentar projeto de Lei a respeito”.⁷⁴¹ Entretanto, mais do que argumentar sobre competências legais, a resposta da deputada intencionou reiterar a relevância de sua atuação política no processo de proteção da Igreja São Geraldo junto à população, enumerando suas ações e expectativas:

1. Participei do processo, denunciando a derrubada da igreja São Geraldo, ocasião em que foi suspensa. Num rompante, o Governo foi ao local e se comprometeu a fazer o tombamento; 2. Infelizmente, até a data em que apresentei o projeto não havia notícia de que isso houvesse sido feito (...).⁷⁴²

Nota-se como a deputada, além de se colocar como participante ativa na luta pela proteção da Igreja São Geraldo junto à população, reforça as críticas ao governo, certamente referindo-se novamente ao então governador Joaquim Roriz. Nota-se que Carvalho, ainda que não tenha sido a responsável pela demanda do tombamento da Igreja São Geraldo, reivindicava um lugar de destaque nesse processo junto ao DePHA, reforçando sua atuação.

Nesse mesmo documento, a deputada demonstra estar acompanhando outros eventos ocorridos no Paranoá e enfatiza que sua atuação junto à comunidade não havia se limitado à proposta de tombamento da Igreja São Geraldo, pois

⁷⁴⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. O.I. nº 136/92-DePHA/SCECS. *In Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

⁷⁴¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ofício LC nº 250/92-E. *In Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

⁷⁴² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ofício LC nº 250/92-E. *In Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

(...) 3. Embora a igreja não tenha ‘tombado’, o Centro de Ensino sofreu um processo de destruição completa, sendo impossível sua recuperação, mesmo este sendo um importante sítio histórico.⁷⁴³

Ressalte-se que o termo “tombado”, na citação anterior, foi usado como sinônimo de “desabado”. Nesse trecho, Lúcia Carvalho reforça sua preocupação com a perda de demais vestígios da época da construção de Brasília que estavam no acampamento original do Paranoá. Nesse sentido, intenciona demonstrar que sua atuação teria sido resultado de um conhecimento mais amplo da situação do núcleo e seus vestígios históricos, e não algo momentâneo apenas com relação à Igreja São Geraldo.

Por fim, no mesmo documento, a então deputada ressalta o objetivo comum entre sua iniciativa em tomba a Igreja e o processo em curso no DePHA, pois, “não obstante tudo isso, nosso maior interesse é pela preservação daquele importante marco da construção de Brasília, e espero que isso seja feito o quanto antes”.⁷⁴⁴ Ainda que seu projeto de lei não tenha sido adequado em termos legais, Carvalho reivindicou o reconhecimento de sua atuação junto ao órgão do patrimônio. Suas iniciativas ficaram registradas no dossiê como parte dos trâmites para o tombamento da Igreja São Geraldo, o que lhe rendeu um lugar de destaque no processo.

O processo de tombamento do Centro de Ensino Metropolitana também teve a participação de governantes. Primeiramente, embora a escola tenha sido tombada em 1995, ainda em 1988 houve uma movimentação pela sua recuperação e tombamento que foi conduzida pela então diretora Dalva Rodrigues. A documentação anexada ao dossiê, com o intuito de reforçar a importância da escola, recupera essa iniciativa anterior como parte do processo patrimonial. Conforme o documento intitulado *Histórico*,

Em 1988, a comunidade da Vila [Metropolitana] e a então Diretora Dalva Inácia Rodrigues deram início a uma campanha para a reconstrução da escola, já que suas instalações encontravam-se em condições impróprias para o funcionamento, com dois blocos interditados.⁷⁴⁵

Em seguida, o documento indica o êxito da campanha, pois a reforma da escola teria sido vista como prioritária pelo então governador Joaquim Roriz. O texto reforça que houve reconhecimento da importância histórica da escola pelo governo, pois o DePHA

⁷⁴³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ofício LC nº 250/92-E. In *Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

⁷⁴⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ofício LC nº 250/92-E. In *Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

⁷⁴⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Histórico*. In *Processo nº 150.000.370/1995*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995.

teria ficado responsável pelo projeto de reconstrução e ampliação do espaço. Na ocasião, o tombamento chegou a ser anunciado, sem que houvesse um processo oficial. Conforme o mesmo documento,

Como resultado da campanha, a Escola Classe da Metropolitana foi então incluída entre as prioridades do Programa de Reformas e Construção de Estabelecimentos Escolares do Governo Roriz. O projeto de reconstrução e ampliação ficou a cargo do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico – DePHA, seguindo os critérios de preservação histórica, sendo a Fundação Educacional do Distrito Federal responsável por sua execução. A Escola foi inteiramente reconstruída e ampliada, com a construção de novos pavilhões em alvenaria, sendo reinaugurada em 01 de fevereiro de 1990, quando foi anunciado seu tombamento, sem, contudo, existir qualquer registro oficial no Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico – DePHA.⁷⁴⁶

O documento sugere que teria havido frustração por parte de moradores da Metropolitana pela não concretização do tombamento, em um esforço de associar a necessidade de proteção da escola a um anseio antigo e legítimo da população.

A campanha de 1988 pela reforma do Centro de Ensino Metropolitana logrou êxito ao dar visibilidade à discussão sobre a importância histórica do espaço, o que se evidenciava em recortes de jornal anexados ao dossiê de tombamento. Uma matéria do jornal *Correio Braziliense* de 1988 intitulada sugestivamente *Pioneira e abandonada* denuncia a falta de manutenção do edifício identificado como histórico pela reportagem, pois

O fato de ser pioneira não livrou a escola da falta de conservação. O passado histórico também não foi suficiente para impedir a danificação dos sistemas elétricos e hidráulicos, as infiltrações em toda a extensão do prédio e a falta de segurança verificada na escola.⁷⁴⁷

A reportagem indica que o estado de conservação insatisfatório do local estaria relacionado ao descaso com a história e a memória “pioneira” de Brasília. Isso se torna mais evidente a partir do relato da então diretora Dalva Rodrigues, para a reportagem:

“Ninguém leva a sério esse pioneirismo”, lamenta a diretora, que foi obrigada a remover todos os alunos para o bloco anexo, ante o risco de desabamento que rondava o teto de telhas velhas e quebradas. Com a perspectiva de recuperação dos blocos antigos, a direção da escola espera resgatar, também, o significado histórico da escola, e não só para a comunidade do Núcleo Bandeirante.

⁷⁴⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Histórico. *In Processo nº 150.000.370/1995*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995.

⁷⁴⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Recortes de jornal. *In Processo nº 150.000.370/1995*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995.

“Todos os moradores de Brasília deveriam conhecer a história da escola”, propõe Dalva.⁷⁴⁸

A citação anterior faz referência à “comunidade do Núcleo Bandeirante”, e vale lembrar que o antigo acampamento da Metropolitana, local que abriga o Centro de Ensino, foi regularizado em 1983 como um bairro do Núcleo Bandeirante.

Nota-se que a reportagem articula a reforma do espaço a um projeto de “resgate do significado histórico da escola”, reforçando a necessidade de valorizar o edifício e mantê-lo em condições de representar o que seria parte da memória do período construção de Brasília. A campanha pela recuperação da escola alertava para os perigos da perda dessa história, e, nesse discurso, os governantes e a população de Brasília são chamados a valorizar o local pelo seu “pioneirismo”, em uma perspectiva que justifica a manutenção cuidadosa do espaço pelo seu papel nos anos iniciais da construção de Brasília.

O discurso dessa reportagem nos remete à pesquisa de Maria Fernanda Derntl, que considerou os relatos de moradores sobre a formação de Regiões Administrativas de Brasília.⁷⁴⁹ A autora aponta que, em diversas ocasiões nas falas dos entrevistados, “o atributo de pioneirismo serviu para reforçar a necessidade de prover o lugar de equipamentos urbanos ou reclamar maior atenção política”.⁷⁵⁰ Verifica-se ser justamente o caso da campanha pela reforma do Centro de Ensino Metropolitana, o que demonstra que a noção do pioneirismo foi um importante reforço simbólico para justificar a necessidade de uma efetiva prestação de serviços educacionais no núcleo.

A proposta de tombamento da escola foi retomada em 1995. Na ocasião, a mesma deputada Lúcia Carvalho, que havia participado do processo da Igreja São Geraldo em 1992, também tomou parte no tombamento em questão. Assim, verifica-se uma atuação continuada da parlamentar no apoio a tombamentos ligados à memória de antigos acampamentos de obras.

Para o tombamento, a então deputada atuou em conjunto com a diretoria do Centro de Ensino Metropolitana e o DePHA. Na ocasião, houve um esforço dos envolvidos em associar o tombamento da escola a um evento comemorativo previsto para ocorrer na Metropolitana, a “Semana dos Pioneiros”. Isso se mostra em alguns documentos

⁷⁴⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Recortes de jornal. *In Processo nº 150.000.370/1995*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995.

⁷⁴⁹ DERNTL, Maria Fernanda. Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. *Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 1, p. 11-34, 2019.

⁷⁵⁰ DERNTL, op. cit., p. 28.

do dossiê, a exemplo de um ofício de autoria da parlamentar, que por intermédio do DePHA foi enviado à Secretaria de Cultura do Distrito Federal. De acordo com o documento:

Quero sugerir, nesta oportunidade, que o referido processo tramite em regime de urgência, de modo a tornar possível a assinatura do decreto de tombamento pelo Excelentíssimo Sr. Governador Cristovam Buarque durante a “Semana dos Pioneiros”, entre 11 e 15 de setembro de 1995.⁷⁵¹

O patrimônio reforçou as possibilidades de interação entre a população e governantes por meio de um evento comemorativo alusivo à memória e à história da Metropolitana, pois políticos de Brasília estariam presentes no evento “Semana dos Pioneiros”.

Assim, o tombamento da escola não apenas faria referência a aspectos históricos e simbólicos relativos ao Centro de Ensino Metropolitana, mas também relacionado a uma cerimônia comemorativa que seria realizada com o intuito de destacar a atuação de governantes junto à população. Nota-se que, na ocasião, o governador do Distrito Federal era Cristovam Buarque, à época do PT, o mesmo partido da deputada Lúcia Carvalho. Isso explica uma atuação mais integrada entre políticos aliados, o que contrasta com o cenário de adversidades entre a parlamentar e Joaquim Roriz no processo de tombamento da Igreja São Geraldo do Paranoá, conforme vimos.

A necessidade de que o tombamento do Centro de Ensino Metropolitana fizesse parte das comemorações da “Semana dos Pioneiros” destaca-se em outro ofício do DePHA enviado à Secretaria de Cultura, que reforça a urgência do processo, tendo em vista o evento. No documento, o órgão do patrimônio sugere que

sua tramitação ocorra em regime de urgência, com vistas a possibilitar a assinatura do Decreto de Tombamento, pelo Excelentíssimo Sr. Governador Cristovam Buarque, durante a programação da “Semana dos Pioneiros”, entre 11 e 15 de setembro de 1995.⁷⁵²

O DePHA, assim, considerou oportuno associar o tombamento a um evento comemorativo, pois seria uma oportunidade de reforçar sua relevância institucional junto à população e a governantes por meio de um evento público e temático.

Constata-se, ainda, que o DePHA, como um modo de reforçar que a “Semana dos Pioneiros” seria representativa para os moradores da Metropolitana, atribuiu a seleção da data para a assinatura do Decreto de Tombamento à própria população. O documento intitulado *Histórico* salienta que “a comunidade local da Vila, no início de

⁷⁵¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ofício LC nº 247/95-E. In *Processo nº 150.000.370/1995*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995.

⁷⁵² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. O.I. nº 165/95-DePHA. In *Processo nº 150.000.370/1995*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995.

1995, veio requerer o tombamento oficial da referida escola, manifestando o desejo que o mesmo ocorra durante as comemorações da ‘Semana dos Pioneiros’ – set/95”.⁷⁵³ Assim, nota-se que o texto construiu uma narrativa centrada nos anseios dos moradores não apenas pelo tombamento da escola, mas também pela forma como se daria a oficialização.

A elaboração de uma imagem alusiva ao pioneirismo da escola e dos moradores, além de inserir os habitantes da Metropolitana na memória de Brasília, favoreceu a proeminência de políticos que vincularam sua atuação à preservação de marcos representativos do núcleo. Além disso, a proteção do espaço esteve articulada, desde 1988, à campanha por sua reforma e recuperação física. O tombamento da escola, em 1995, representou, portanto, um reforço para garantir recursos para a sua manutenção mais efetiva e seu uso pela população.

Assim como ocorreu com os tombamentos da Igreja São Geraldo e do Centro de Ensino Metropolitana, no caso da Igreja São José Operário também houve a participação de autoridades do meio político, desta vez o então administrador regional da Candangolândia, João Almeida e Silva. Ressalte-se que, em Brasília, cada Região Administrativa possui um administrador específico, indicado pelo governador do Distrito Federal.

O tombamento da Igreja São José Operário, em 1998, resultou de iniciativa interna do DePHA, que alegou considerar as aspirações da população. Conforme o documento *Histórico*, “o vínculo afetivo da população com a igreja provocou a solicitação do tombamento, fato que não ocorreu com a reivindicação da população, e sim mais tarde por determinação do próprio GDF”.⁷⁵⁴ Nota-se que, na ocasião, já haviam sido tombados a Igreja São Geraldo no Paranoá, em 1993, e o Centro de Ensino Metropolitana, em 1995. Isso reforça como o órgão manteve uma atuação continuada com relação à proteção de vestígios da construção de Brasília ao decidir pelo tombamento da edificação na Candangolândia, de tipologia e origem semelhante às das demais construções.

Nesse contexto, a participação do então administrador do núcleo no processo de tombamento ocorreu posteriormente à abertura do processo pelo DePHA, em 1997. Em 1998, João Almeida e Silva enviou ao órgão um ofício com a proposta de incluir a igre-

⁷⁵³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Histórico. In *Processo nº 150.000.370/1995*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995.

⁷⁵⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Histórico. In *Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

ja no processo de tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília.⁷⁵⁵ No documento, o então administrador baseia-se, primeiramente, no fato de a Candangolândia estar localizada na poligonal de tombamento de Brasília, afirmando que

A Candangolândia, fundada em 03.11.56, conforme Decreto nº 16.084/94, está inserida na Poligonal de Tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, cuja regulamentação deu-se por meio do Decreto nº 10.829 de 14.10.1987, em âmbito local e da portaria nº 04 do IBPC, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, substituído pela Portaria nº 314 do mesmo Instituto.⁷⁵⁶

Em seguida, solicita ao DePHA “estudar a possibilidade de inserção da igreja de São José Operário neste processo de tombamento por tratar-se de obra de relevante interesse histórico e urbanístico”.⁷⁵⁷ A sugestão do então administrador não só se baseia na localização da igreja na poligonal de tombamento de Brasília para solicitar sua inclusão no processo, mas também reforça a relevância “histórica e urbanística” do templo. Assim, almejava-se o reconhecimento da Igreja São José Operário como parte da história e da representação monumental de Brasília pela valorização de um vestígio da construção da cidade.

A sugestão de João Almeida e Silva ocorreu no ano subsequente à abertura do processo pelo DePHA, e é provável que Silva estivesse ciente dos procedimentos em curso para o tombamento local da igreja. O então administrador da Candangolândia pode ter vislumbrado uma possibilidade que iria além do tombamento local e, percebendo uma oportunidade de colaborar para a ampliação da proposta, buscou destacar sua atuação junto a moradores e órgãos públicos. A expectativa de inclusão da Igreja São José Operário no tombamento de Brasília, nesse sentido, aos olhos do então administrador da Candangolândia, ampliaria o reconhecimento e a importância do lugar no âmbito do Distrito Federal.

No dossiê, não localizamos nenhum documento indicativo de resposta do DePHA a João Almeida e Silva quanto à proposta de incluir a Igreja São José Operário na poligonal de tombamento de Brasília. Porém, um parecer do DePHA encaminhado ao Gabinete da Administração Regional da Candangolândia que faz referência a um outro ofício – o de nº 327/98-DGPA, relativo a um projeto de reconstrução da Igreja São José Operário e que não conta no dossiê –, esclarece:

⁷⁵⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Of. nº 32/98-Gab. RA XIX. *In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

⁷⁵⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Of. nº 32/98-Gab. RA XIX. *In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

⁷⁵⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Of. nº 32/98-Gab. RA XIX. *In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

Na Candangolândia, o tombamento não incide isoladamente sobre as edificações, mas sobre a área, que tem seu conjunto incorporado à poligonal de tombamento do Plano Piloto de Brasília, conforme descrição do Decreto 10.829 de 14 de outubro de 1987, onde dispõe no § 2º do Art. 1º, do Capítulo I, “A área a que se refere o *caput* deste artigo é delimitada a leste pela orla do Lago Paranoá, a oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA, ao sul pelo córrego Vicente Pires e ao norte pelo Córrego Bananal”.⁷⁵⁸

O trecho, assim, explicita que a Poligonal de Tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília abrange toda a área da Candangolândia; portanto, a proposta de tombamento da Igreja isoladamente naquele processo não procede.

Os dossiês de tombamento da Igreja São Geraldo, do Centro de Ensino Metropolitana e da Igreja São José Operário registraram a participação de agentes políticos e gestores públicos nos trâmites para o tombamento, o que nos possibilitou perceber os equívocos, embates políticos e discussões que fizeram parte do processo. Como resultado, diferentes demandas e iniciativas de tombamento de uma mesma edificação acabaram por se sobrepor. O projeto de lei para tombamento da Igreja São Geraldo elaborado pela deputada Lúcia Carvalho, por exemplo, foi apresentado ao DePHA enquanto o órgão finalizava o processo de tombamento da mesma igreja. Do mesmo modo, o então administrador da Candangolândia propôs estudos para a inclusão da Igreja São José Operário na poligonal de tombamento de Brasília enquanto o departamento avançava nos trâmites para o tombamento local.

Outro ponto a destacar é que os tombamentos das três construções ocorreram posteriormente à fixação definitiva da Metropolitana, da Candangolândia e do Paranoá, nos anos 1980. Ressalte-se que a regulamentação desses antigos acampamentos de obras deu fim a uma trajetória de incertezas quanto ao assentamento da população, e esse cenário certamente abriu espaço para que governantes mostrassem apoio às conquistas recentes dos moradores e reforçassem a necessidade de valorização da história e da memória desses núcleos.

A participação ativa de moradores, por sua vez, não é tão marcante, sendo mais evidente no processo de tombamento da Igreja São Geraldo no Paranoá, pois a população impediu a derrubada do templo e reivindicou sua proteção. Contudo, o DePHA não deixou de destacar que os tombamentos estariam fundamentados no anseio popular, reforçando o papel representativo desse patrimônio para os habitantes.

⁷⁵⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Parecer nº 117/98-GPRC/DePHA. In *Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

3.1.2 A percepção do patrimônio como um conjunto

Para fins deste trabalho, consideramos que os doze dossiês de tombamento analisados são uma série de processos que se somam e se complementam para definir o patrimônio de Brasília para além do seu Plano Piloto, conforme já destacamos no texto de apresentação e descrição das fontes. Entretanto, para além desse entendimento mais geral da nossa parte, constata-se que essa ideia integra parte dos discursos de tombamento.

Isso se evidencia quando a instituição do patrimônio trata os tombamentos como parte de um conjunto ou subconjunto patrimonial representativo de um mesmo estilo ou alusivo a um local específico, mesmo que cada processo tenha sido realizado individualmente, em momentos diferentes e por motivos específicos. Os tombamentos das três construções em Planaltina, por exemplo, conforme vimos no capítulo 2, são descritos no dossiê da Pedra Fundamental como um projeto único do governo de José Ornellas que envolvia a preservação da história e da cultura do Distrito Federal.⁷⁵⁹ Os dossiês de tombamento analisados neste tópico, do mesmo modo, tratam as construções tombadas como parte de um conjunto patrimonial, agregando ao discurso valores associados a tombamentos já efetuados ou reforçando a representação do antigo acampamento de obras como depositário da memória da construção de Brasília.

No dossiê de tombamento da Igreja São Geraldo, como vimos, há documentos que evidenciam a participação da então deputada distrital Lúcia Carvalho. Carvalho, ao justificar o tombamento da Igreja São Geraldo, o equipara a outras edificações representativas da construção de Brasília, pois segundo o documento *Justificação*, “compara-se esse logradouro a sítios como o Catetinho e o HJKO, sendo marcos da construção de Brasília”.⁷⁶⁰ A parlamentar, em sua argumentação, buscou associar a importância da Igreja São Geraldo a construções de madeira que haviam servido como suporte para a construção de Brasília, mas que, naquele momento, já haviam sido tombadas e transformadas em museus. O Catetinho, conforme vimos no capítulo 2, tornou-se um museu em 1972 e carrega uma simbologia bastante associada aos primórdios da capital. O HJKO, por sua vez, foi transformado no Museu Vivo da Memória Candanga em 1990 e teve como função registrar e divulgar a história dos construtores de Brasília.

Nota-se que Lúcia Carvalho privilegiou uma comparação a um patrimônio já consagrado, em um esforço por associar a representação da Igreja São Geraldo a um con-

⁷⁵⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Tombamento histórico da Pedra Fundamental. *In* *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁷⁶⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Justificação*. *In* *Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

junto patrimonial importante e relativo à construção de Brasília. Outras construções de tipologia e origem semelhante acabaram por não ser mencionadas na fala da então deputada, como as demais igrejas de madeira, o Centro de Ensino Metropolitana e outros exemplares, como a Fazendinha na Vila Planalto. Essas edificações, assim como a Igreja São Geraldo, fazem alusão a antigos acampamentos de obras que conseguiram se estabelecer em Brasília. Seja por desconhecimento da existência dessas construções ou pela intenção de fazer referência apenas a bens previamente tombados e reconhecidos como importantes para a memória da construção de Brasília, Lúcia Carvalho menciona apenas o Catetinho e o HJKO.

Outro documento do dossiê da Igreja São Geraldo elaborado pelo DePHA, intitulado *Histórico*, destaca a representatividade da igreja como integrante de uma área de preservação ecológica que seria representativa do período da construção de Brasília. Conforme vimos, a área do acampamento de obras original tornou-se o Parque Vivencial do Paranoá em 1992, fundado após a remoção dos antigos moradores para uma área contígua. O documento *Histórico* reforça a existência de um conjunto de remanescentes da construção de Brasília nesse parque, pois

Após a fixação da vila [do Paranoá], a área do antigo acampamento tornou-se área de preservação, um parque ecológico, aprovado pelo CAUMA em 03 de julho de 1992, com objetivo de preservar a vegetação da antiga Vila, as edificações e implantação de infraestrutura para lazer ecológico.⁷⁶¹

A ideia de que o parque reuniria um conjunto de vestígios da construção de Brasília evidencia-se na noção de que a preservação da Igreja São Geraldo estaria vinculada à proposta de manter a vegetação e outras edificações do acampamento de obras original. O documento também sugere as vantagens da transformação da área em um parque ecológico, que proporcionaria lazer à população a partir da preservação ambiental e da implantação de infraestrutura específica.

Além disso, a implantação e manutenção de um parque ecológico de importância histórica na área está em sintonia com a intenção de governantes de evitar que o local fosse ocupado por novas famílias e lá se formasse uma nova “invasão”. Isso se mostra em uma matéria de jornal intitulada *DF ganha mais dois parques*, de junho de 1992, anexada ao dossiê de tombamento da Igreja São Geraldo. Essa reportagem evidencia as motivações para a transformação da área original do acampamento do Paranoá em um parque de preservação:

⁷⁶¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Histórico. In Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

Os projetos de cada um dos parques ecológicos [do Paranoá e de Sobradinho] ainda serão melhor detalhados, mas já é certo que no Paranoá, por exemplo, serão preservados os pomares das antigas residências da Vila. As edificações, como a igreja, serão restauradas e será implantada infraestrutura para lazer ecológico. Maria do Carmo [então secretária adjunta da Secretaria do Meio Ambiente] frisou que este parque é importante também para evitar que famílias invadam a área.⁷⁶²

Na perspectiva de setores do governo, a criação de uma área de preservação ambiental no local do antigo acampamento de obras seria determinante para o controle do espaço e tinha como intuito também evitar novas “invasões”. A proposta evidenciou, ainda, como a destinação de áreas de Brasília favorece diferentes grupos sociais, impondo-se limites e demarcando as proibições de expansão e de ocupação.

Ressalte-se que os habitantes do acampamento original do Paranoá haviam sido transferidos em 1989 para uma área contígua. Desse modo, tanto a transformação da área original do antigo acampamento em área de preservação quanto o tombamento da Igreja São Geraldo foram vistos por governantes como uma decisão acertada, no sentido de dificultar uma nova ocupação irregular no mesmo espaço. O tombamento da Igreja São Geraldo, nesse prisma, foi permeado por medidas paliativas com relação à crise habitacional em Brasília, na medida em que governantes buscaram impedir a proliferação de ocupações irregulares sem, contudo, resolver problemas sociais.

O dossiê de tombamento do Centro de Ensino Metropolitana, por sua vez, buscou valorizar a escola como integrante de um conjunto de vestígios do período da construção de Brasília, mas todos localizados na própria Metropolitana. Esse conjunto seria formado pelo Centro de Ensino Metropolitana, pela Igreja Nossa Senhora Aparecida da Metropolitana e pelo campo de futebol, todos em lotes contíguos.

Ao longo do dossiê de tombamento da escola, os documentos reforçam a importância da manutenção desses elementos como parte da história do núcleo. A ideia de um conjunto patrimonial, primeiramente, fica evidente porque o tombamento do espaço definiu uma área de tutela que contemplou os lotes da igreja e do campo de futebol. O documento intitulado *Área de Tutela* sintetiza a necessidade da delimitação dessa área pela “proteção da ambiência do bem tombado, valorizando sua visão e sua compreensão no espaço urbano”.⁷⁶³ Assim, para o DePHA, a preservação do Centro de Ensino Metropolitana exigia a permanência desses outros dois elementos ao seu redor,

⁷⁶² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Matérias de jornal. *In Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

⁷⁶³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Área de tutela. In Processo nº 150.000.370/1995*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995.

de modo a formar um ambiente coerente, integrado e que garantisse a boa visibilidade da escola.

Além disso, a preservação desse conjunto se justificaria pelo modo como a população da Metropolitana se relacionaria com esses espaços, descritos como representativos da história do núcleo para os moradores. Isso se mostra no documento intitulado *Histórico*, que aponta os valores atribuídos a esse local pela população da Metropolitana, pois

A preservação do patrimônio histórico local sempre foi uma preocupação dos moradores da Vila Metropolitana. Os dois barracões da escola, construídos em madeira em estilo rústico, típicos da época, são considerados, pela comunidade, como um dos últimos e principais testemunhos históricos e simbólicos desse acampamento pioneiro, como também o são a Igreja Nossa Senhora Aparecida, o Campo de Futebol e a Praça da Igreja.⁷⁶⁴

Conforme o documento, os moradores estariam cientes da relevância histórica do conjunto formado pela escola, praça e campo de futebol, pois reconheciam nele um símbolo do “acampamento pioneiro”. A narrativa construída pelo documento articula a trajetória da Metropolitana à formação de uma comunidade homogênea de moradores que estaria comprometida com a valorização e a preservação da memória do núcleo.

Nota-se, ainda, que o documento valoriza a arquitetura do local como sendo “rústica” e “típica da época”, além reforçar a representação da escola, juntamente com a da igreja e a do campo de futebol, como “os últimos e principais testemunhos históricos e simbólicos desse acampamento pioneiro”. Nesse prisma, a coletividade do núcleo é descrita como um grupo de pessoas com origens similares, pois teriam vivenciado os anos iniciais da construção de Brasília e se orgulhariam dos vestígios de sua história.

O documento, ao apontar a necessidade da preservação do que seriam os últimos testemunhos históricos da Metropolitana, se refere ao fato de que a regularização do antigo acampamento resultou na substituição da maior parte das construções originais, em madeira, por outras, em alvenaria. Na concepção da geógrafa Odette Seabra, trata-se da preservação do que ela denomina “espaços residuais” de um espaço urbano, ou seja, fragmentos de outrora que sobreviveram no processo de modificação de um bairro ou cidade ao seu redor. A importância da proteção desses espaços, conforme Seabra, se justifica porque

a partir das permanências que guardam, pode-se indagar sobre as genealogias, sobre as coexistências, sobre as continuidades e as discontinuidades, sobre as temporalidades e sobre o devir. Neles, de alguma forma permanece retida a his-

⁷⁶⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Histórico*. In *Processo nº 150.000.370/1995*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995.

tória inteira, vivida e experimentada com sua riqueza e pobreza, com seus impasses e contradições, porque eles são acumulação de tempos sociais e históricos.⁷⁶⁵

Ainda segundo Seabra, esses espaços devem ser preservados porque podem ser entendidos como não funcionais pelo poder público ou por setores da sociedade e, portanto, podem correr o risco de destruição.⁷⁶⁶

A UNESCO, referência mundial na definição e preservação do patrimônio, recomenda a proteção de vestígios de um espaço urbano descaracterizado. Isso está expresso no documento *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial*, que, ao tratar de bairros ou cidades habitadas, recomenda a preservação de elementos significativos e residuais do passado daquele núcleo, ou seja, “setores, bairros ou unidades isoladas que constituam, ainda que em estado residual, uma evidência coerente do caráter da cidade histórica desaparecida”.⁷⁶⁷ Nesses casos, segundo o documento, “as zonas e as edificações que sobreviveram devem ser testemunho suficiente da totalidade do conjunto inicial”.⁷⁶⁸ Percebe-se que essa noção integra o discurso do dossiê do Centro de Ensino Metropolitana, na medida em que o conjunto de vestígios do período da construção de Brasília seria representativo do antigo acampamento de obras.

O mesmo argumento se repete no documento *Ficha Técnica*, ao qual se soma a importância desse conjunto de vestígios da construção de Brasília como marco referencial na paisagem urbana da Metropolitana. Conforme o documento,

A escola está localizada junto da Praça da Igreja Nossa Senhora Aparecida. A praça, a igreja, a escola e o campo de futebol contíguo constituem-se nos últimos remanescentes do acampamento pioneiro da Vila Metropolitana. Este conjunto histórico está situado logo na chegada da Vila Metropolitana, configurando-se como um local de destaque no espaço urbano.⁷⁶⁹

No trecho citado, termos como “situado logo na chegada” e “destaque no espaço urbano” intencionam reforçar que esse conjunto de bens seria dotado de forte simbolismo para a Metropolitana, impactando positivamente a paisagem. Em seguida, o mesmo documento aponta a importância da dinâmica atual entre a escola, a igreja e o

⁷⁶⁵ SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. *Cidades: Revista Científica*, v. 1, n. 1, p. 181-206, 2004, p. 185-186.

⁷⁶⁶ SEABRA, op. cit., p. 185-186.

⁷⁶⁷ UNESCO. Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial*. Tradução de Francisco Agarez (edição de 2015), Cíntia Pereira de Sousa (edições de 2008, 2011 e 2013) e Traductanet (edição de 2017)]. Lisboa: UNESCO, jul. 2018, p. 71.

⁷⁶⁸ UNESCO, op. cit., p. 71.

⁷⁶⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ficha técnica. *In Processo nº 150.000.370/1995*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995.

campo de futebol, indicando tratar-se de equipamentos em pleno uso pela população. Ressalte-se que o Centro de Ensino Metropolitana é uma escola em atividade. O texto aponta, ainda, as vantagens da interação proporcionada pela localização da escola e demais bens, pois

O lado [do Centro de Ensino Metropolitana] voltado para a praça [da Igreja], a divisa em alambrado permite a visualização e integração do jardim da escola e o da praça. As demais divisas são em muro de alvenaria com uma abertura voltada para o campo de futebol, o que permite sua utilização nas atividades esportivas da escola.⁷⁷⁰

Nota-se que, ao incluir a Praça da Igreja e o campo de futebol na área de tutela do Centro de Ensino Metropolitana, o DePHA reforçou a noção de integração entre esses espaços. Além disso, de acordo com o documento, a importância desse conjunto não seria apenas histórica, pois haveria um uso continuado, cotidiano e integrado desses locais.

A noção de que o patrimônio da Metropolitana seria formado por um conjunto de vestígios de uma época possibilitou a proteção de equipamentos públicos que fazem referência a um passado descrito como histórico, compartilhado pelos três bens, embora apenas o centro de ensino tenha sido efetivamente tombado. Este centralizou a representação desse conjunto como um modo de garantir a manutenção não apenas do edifício, mas também de serviços educacionais no núcleo, ação que não seria possível pelo tombamento da igreja, por exemplo. Ressalte-se que a campanha pela reforma e preservação da escola remonta a 1988, e seu tombamento, em 1995, conforme vimos, foi um reforço para garantir a manutenção constante e permanente de uma escola pública e em plena atividade.

Já no dossiê de tombamento da Igreja São José Operário da Candangolândia, o templo é identificado como parte de um conjunto de quatro igrejas de madeira do período da construção de Brasília – além da São José Operário, a São Geraldo, no Paranoá; a Nossa Senhora Aparecida, na Metropolitana; e a Nossa Senhora do Rosário da Pompeia, na Vila Planalto. A assimilação de um conjunto patrimonial articulou o tombamento da igreja na Candangolândia a um programa para captação de recursos financeiros visando à recuperação física de todos esses templos de madeira. Tal objetivo, atrelado ao tombamento, se evidencia ao longo do documento *Campanha para recuperação*

⁷⁷⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ficha técnica. *In Processo nº 150.000.370/1995*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995.

das igrejas remanescentes dos Acampamentos Pioneiros,⁷⁷¹ elaborado pelo DePHA e anexado ao dossiê.

Em um primeiro momento, o texto assinala a importância dos acampamentos de obras no suporte à construção de Brasília e identifica as igrejas como elementos representativos dos primórdios da cidade, pois

Estas igrejas se constituem como bens de natureza arquitetônica representativos, testemunhos autênticos da fase pioneira de Brasília (antes da inauguração). Neste período, implantaram-se assentamentos de caráter provisório, os chamados acampamentos pioneiros, destinados a abrigar os trabalhadores que construíram a cidade, entre eles engenheiros, dirigentes da Novacap e operários de toda espécie.⁷⁷²

O documento relata como os antigos acampamentos de obras, inicialmente temporários, haviam sido um ambiente favorável à convivência entre operários, engenheiros e dirigentes da Novacap. As igrejas, nesse sentido, são entendidas no documento como edificações autênticas de um modo de viver e projetar alusivo ao período da construção de Brasília e, portanto, elementos fundamentais para a configuração do espaço.

Em seguida, o documento aponta que “alguns acampamentos permaneceram mesmo com o desenvolvimento urbano de Brasília, e, deles restaram elementos remanescentes, dentre os quais as igrejas”.⁷⁷³ O texto, nota-se, constrói uma narrativa que destaca a importância da permanência das igrejas, em meio às transformações urbanas ocorridas na cidade. Mais uma vez, a ideia dos “espaços residuais”⁷⁷⁴ está presente, com o intuito de reforçar a necessidade de preservar vestígios da construção que haviam resistido à pressão do tempo e às mudanças no espaço urbano.

Esses argumentos, no documento, vão sendo construídos com o objetivo de ressaltar a importância das igrejas e, ao final, justificar um projeto de recuperação desse conjunto. Nesse percurso discursivo, é assinalada a relevância das igrejas para a vida comunitária e cotidiana nos núcleos urbanos correspondentes, indicando como o papel desses templos não teria se limitado ao passado, alcançando o momento atual. Ainda

⁷⁷¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Campanha para recuperação das igrejas remanescentes dos Acampamentos Pioneiros. *In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

⁷⁷² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Campanha para recuperação das igrejas remanescentes dos Acampamentos Pioneiros. *In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

⁷⁷³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Campanha para recuperação das igrejas remanescentes dos Acampamentos Pioneiros. *In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

⁷⁷⁴ SEABRA. op. cit.

conforme o documento *Campanha para recuperação das igrejas remanescentes dos Acampamentos Pioneiros*, “tal qual foram no passado, estes pequenos templos exercem papel importante do ponto de vista cultural e social, pois, constituem-se em espaço de agregação e encontro das comunidades”.⁷⁷⁵ Esse discurso sustenta a ideia de que, se no passado as igrejas haviam sido fundamentais para a consolidação de comunidades de “pioneiros”, atualmente, elas não apenas seriam guardiãs dessa memória, mas também teriam sua importância vinculada ao cotidiano atual de moradores.

O mesmo documento reforça a representação das igrejas no espaço urbano, identificando-as como referenciais simbólicos das Regiões Administrativas correspondentes. Segundo o texto, “a forma de inserção dos edifícios nos contextos urbanos específicos confere aos mesmos um papel de destaque na paisagem urbana, concorrendo assim, para o reforço da importância destes enquanto elementos de referência no imaginário coletivo”.⁷⁷⁶

A narrativa construída reforça a relevância histórica e a importância simbólica das igrejas, conforme vimos. Após descrever os atributos positivos desses templos, o documento, por fim, justifica o projeto de recuperação física desses edifícios, apresentando uma proposta concreta para tal finalidade:

Considerando que o poder público local tem responsabilidades sobre o patrimônio cultural do Distrito Federal e, considerando que as comunidades, nas quais se localizam estas igrejas, reivindicam a recuperação destes espaços de referência, o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico – DePHA – elaborou uma proposta de ação do GDF, comunidades e igrejas no sentido de viabilizar a restauração dos quatro templos remanescentes dos acampamentos pioneiros.⁷⁷⁷

O documento, ao lançar uma proposta única de restauração das igrejas, ressalta que tal projeto seria resultado de reivindicação das comunidades.

O projeto de recuperação dessas igrejas elaborado pelo DePHA, contudo, não dispunha de uma perspectiva orçamentária. O documento, nesse sentido, aponta que o órgão buscava apoio para a execução desse projeto, destacando algumas possibilidades concretas:

⁷⁷⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Campanha para recuperação das igrejas remanescentes dos Acampamentos Pioneiros*. In *Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

⁷⁷⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Campanha para recuperação das igrejas remanescentes dos Acampamentos Pioneiros*. In *Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

⁷⁷⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Campanha para recuperação das igrejas remanescentes dos Acampamentos Pioneiros*. In *Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

O DePHA, através da sua Gerência de Projetos Arquitetônicos, Restauro e Conservação, elaborou os projetos de restauração e, no momento, aguarda a definição dos orçamentos a serem realizados pela Novacap. Posteriormente, o projeto será encaminhado ao Ministério da Cultura para ser avaliado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, o qual poderá definir incentivos através do mecenato.⁷⁷⁸

Uma possibilidade apresentada pelo documento era angariar recursos financeiros através do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). Este se destinava a fomentar o apoio à cultura por meio da transferência de recursos de pessoas físicas ou pessoas jurídicas interessadas em patrocinar projetos culturais e, em contrapartida, obter benefícios fiscais.

A partir da análise do documento citado, constata-se que houve uma movimentação importante, por parte do DePHA, em levar adiante uma proposta para intervir e “restaurar” as quatro igrejas de madeira. O órgão do patrimônio, assim, demonstrou uma prática contínua no processo de identificação, valorização e manutenção de edifícios de madeira da época da construção de Brasília, o que se consagrou, de fato, como uma de suas ações principais ao longo da década de 1990.

Contudo, a campanha de recuperação das igrejas de madeira conduzida pelo DePHA é um indicativo de que os recursos para a manutenção dessas edificações seriam insuficientes, em que pese o fato de todas integrarem o contexto patrimonial de Brasília desde 1988. Nota-se que, com o tombamento da Vila Planalto, em 1988, houve o entendimento de que a Igreja Nossa Senhora do Rosário da Pompeia era um edifício representativo e, portanto, foi preservada. Em seguida, em 1993, houve o tombamento da Igreja São Geraldo, no Paranoá, enquanto, em 1995, a Igreja Nossa Senhora Aparecida da Metropolitana foi inserida na área de tutela do Centro de Ensino Metropolitana. O dossiê de tombamento da Igreja São José Operário, ao indicar que houve um esforço para a recuperação das quatro igrejas, sugere que o tombamento ou a inclusão desses templos em áreas tombadas não havia garantido um processo efetivo de preservação.

A articulação entre o tombamento da Igreja São José Operário e o projeto de recuperação das quatro igrejas de madeira evidencia-se também em um parecer do DePHA indicando que o órgão local havia logrado êxito na campanha para a captação de recursos financeiros. Conforme o documento,

⁷⁷⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Campanha para recuperação das igrejas remanescentes dos Acampamentos Pioneiros. *In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

Esta gerência reitera o interesse de preservação da referida Igreja [São José Operário], e dentro dessa perspectiva é que iniciamos o projeto de recuperação das quatro Igrejas Pioneiras do DF. Tal projeto vem sendo desenvolvido com a participação da comunidade e, como resultado desse processo de Gestão Participativa, é que foram obtidos recursos do Orçamento Participativo, o que ocorreu com as Igrejas da Metropolitana, Paranoá e Candangolândia.⁷⁷⁹

Segundo o texto, os recursos teriam sido obtidos graças ao Orçamento Participativo, um artifício governamental que permite aos cidadãos influenciar ou deliberar sobre os orçamentos públicos. O projeto de recuperação das igrejas conduzido pelo DePHA, embora seja parte de uma proposta única, exigiu que moradores de distintos pontos do Distrito Federal se engajassem no Orçamento Participativo, pois cada igreja está localizada em uma Região Administrativa diferente. Isso sugere ter havido uma orientação e um incentivo para estimular a população a se envolver no programa, a fim de viabilizar a captação de recursos para a recuperação de igrejas.

Nota-se que o DePHA, a partir da campanha pela recuperação das igrejas de madeira, construiu uma narrativa de valorização dessas edificações em torno de um anseio partilhado entre moradores de diferentes localidades. Com isso, o DePHA reforçou a importância desses templos como um conjunto remanescente do período da construção de Brasília e como símbolo atual dos núcleos urbanos correspondentes, em um discurso que insere a coletividade de moradores desses locais como herdeiros de uma memória única.

Conforme nossas análises permitem constatar, a noção de que havia conjuntos ou subconjuntos patrimoniais em Brasília foi sendo desenvolvida ao longo da prática do DePHA. No dossiê da Igreja São Geraldo, percebe-se que a recuperação dos tombamentos do Catetinho e do HJKO foi usada para justificar a inclusão do templo nesse conjunto patrimonial. Essa relação buscou reforçar a importância da Igreja São Geraldo e inserir seu tombamento como parte de uma lógica relativa à proteção de vestígios da construção da capital, com destaque para aqueles que já haviam sido considerados importantes. Além disso, houve a assimilação de que o Parque Vivencial do Paranoá seria um lugar relevante para a memória de Brasília, e a importância de preservá-lo enquanto parque ecológico visava a impedir que agrupamentos humanos viessem a ocupar aquele espaço.

Por seu turno, no dossiê do Centro de Ensino Metropolitana, houve um esforço em consagrar o núcleo urbano como depositário de um conjunto representativo da memó-

⁷⁷⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Parecer nº 117/98-GPRC/DePHA. In *Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

ria de Brasília, com destaque para a história e a vivência local. Já no dossiê da Igreja São José Operário, a justificativa pelo tombamento do templo considerou que as quatro igrejas de madeira que se mantinham de pé formavam um subconjunto patrimonial de Brasília, o que reforçou a sintonia entre os edifícios com relação à sua origem, tipologia, trajetória e função religiosa.

3.1.3 A representação do pioneirismo e a configuração dos espaços

Conforme vimos ao longo dos últimos subtópicos, a elaboração de uma imagem pioneira relativa aos antigos acampamentos de obras mostrou-se um recurso discursivo eficiente para justificar tanto o tombamento de construções representativas quanto intervenções para a sua recuperação e melhoria na oferta de serviços para o núcleo correspondente. Neste subtópico, avançamos na análise, considerando o modo como os dossiês tratam a formação dessa identidade pioneira. Chamou a nossa atenção o fato de que termos como “operário”, “candango”, “comunidade”, “morador” e “trabalhador” acabaram por se fundir no discurso preservacionista, ou por complementá-lo, o que reforçou o sentido de um passado homogêneo entre moradores atuais desses núcleos.

Nesse sentido, conforme veremos, as edificações tombadas tendem a ser descritas nos dossiês como elementos de fundamental importância para a formação de “comunidades pioneiras” no período da construção de Brasília. Esse discurso está presente principalmente nos dossiês da Igreja São José Operário e do Centro de Ensino Metropolitana.

No caso do dossiê de tombamento da igreja citada, alguns documentos extrapolam a sua representação patrimonial e agregam ao discurso tanto as demais igrejas quanto os acampamentos de obras correspondentes, como vimos. Esses documentos mostraram-se importantes para a análise, pois, além de relatarem questões pontuais relativas a cada igreja, referem-se ao processo de formação dos antigos acampamentos de obras como um todo, o que nos auxilia a compreender a mobilização da imagem do pioneiro nesse discurso.

Isso se mostra em um parecer elaborado pelo DePHA, que assinala a contribuição das quatro igrejas remanescentes para a melhoria dos antigos acampamentos de obras. Segundo o documento, os templos teriam sido fundamentais para transformar um ambiente provisório e desprovido de referências culturais em lugares semelhantes às terras de origem dos novos moradores, pois: “as igrejas dos acampamentos constituem símbolo claro de edifícios construídos pela comunidade para atender às suas necessidades de recriar em um espaço estranho àqueles novos moradores uma atmosfera que

lembrasse suas terras de origem”.⁷⁸⁰ Nesse discurso, a “comunidade de moradores” teria sido responsável pela idealização e construção desses templos a partir da necessidade de instituir referenciais simbólicos, reforçando um sentido de união comunitária.

O texto do documento privilegia o modo como antigos acampamentos de obras haviam sido estruturados de forma a se tornarem espaços com aspecto mais familiar e acolhedor. Isso nos remete a outras descrições desses espaços que haviam sido empreendidas pelo GT-Brasília, ainda nos anos 1980, e pelo IPHAN, já em 2016, pois observa-se uma semelhança no discurso, ainda que com nuances específicas. De acordo com o texto do GT-Brasília, elaborado por Márcio Vianna, a formulação dos acampamentos de obras seria resultado de

uma releitura e recuperação do caráter tradicional das pequenas cidades brasileiras, que constituem, com certeza, os locais de origem da população pioneira de Brasília, com estrutura espacial profundamente marcada pela carga tradicional de vivência dos engenheiros e arquitetos que os projetaram como funcionários das firmas construtoras responsáveis pela instalação destes acampamentos.”⁷⁸¹

Nota-se uma semelhança latente com o texto do dossiê de tombamento da Igreja São José Operário, em especial pela ideia da transformação do espaço em um local que lembrasse as terras de origem da população. A descrição do GT-Brasília, embora atribua um protagonismo a engenheiros e arquitetos no processo de formulação desses locais, indica que essa estruturação viria a beneficiar toda a “população pioneira de Brasília”.

A descrição do IPHAN sobre os antigos acampamentos de obras encontra-se no livro *Roteiro dos Acampamentos Pioneiros do Distrito Federal*, de 2016.⁷⁸² O texto apresenta argumentos similares aos das demais descrições ao equiparar antigos acampamentos de obras a cidades tradicionais do Brasil. Mas destaca que essa semelhança tinha como propósito prover conforto psicológico aos operários e suas famílias, ainda que se tratasse de locais de habitação provisória. De acordo com o livro do IPHAN,

Tais acampamentos, apesar de serem constituídos de construções provisórias que deveriam ser desativadas e desmontadas assim que as obras fossem concluídas, foram organizados à feição de pequenas cidades tradicionais, de modo

⁷⁸⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Parecer nº 117/98-GPRC/DePHA. *In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

⁷⁸¹ VIANNA, op. cit., p. 136.

⁷⁸² INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. *Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal*. Organização de Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro; elaboração do texto de José Mauro de Barros Gabriel. Brasília: IPHAN, 2016.

a tentar recriar, para os operários e suas famílias, a ambiência a que estavam acostumados em suas cidades natais.⁷⁸³

O IPHAN, nota-se, privilegia uma leitura sobre o modo como essa estruturação beneficiaria “os operários e suas famílias”, priorizando uma descrição alusiva à experiência dos trabalhadores.

As descrições sobre o processo de implantação de antigos acampamentos de obras, conforme vimos, podem se distinguir entre as diferentes fontes e privilegiar o protagonismo dos operários, de funcionários da Novacap ou da comunidade em sentido amplo. No entanto, em todos os casos, associa-se as feições dos antigos acampamentos de obras a uma concessão aos operários, reforçando que se tratava de um recurso para proporcionar bem-estar aos trabalhadores de Brasília.

O dossiê de tombamento da Igreja São José Operário, de modo análogo, privilegia uma narrativa em torno dos operários ao narrar as relações sociais que se firmavam em um espaço em formação, delimitando o sujeito relativo ao patrimônio. O documento intitulado *Histórico* descreve que houve o desenvolvimento de um sentimento de união entre os operários e, ao longo do texto, a necessidade de convivência entre eles aparece como motivação para a construção da Igreja São José Operário como um centro social.

Em um primeiro momento, o documento narra o processo de formação e expansão do acampamento que deu origem à Candangolândia, que teria crescido

devido às facilidades para se abrir negócios e arrumar empregos, e ao sonho de participar da construção da nova capital. Movidos por esse sonho os “candangos”, nome dado aqueles que aqui vieram para trabalhar, não paravam de chegar, e devido ao crescimento populacional e ao desenvolvimento necessário, o acampamento logo virou uma vila, conhecida como Vila Operária.⁷⁸⁴

O crescimento do núcleo, no documento, estaria articulado à ideia de que Brasília seria uma terra de oportunidades para migrantes, identificados como “candangos”. Contudo, mais do que oportunidades financeiras, o texto ressalta que o “sonho da construção da nova capital” seria o atrativo principal para a chegada dos operários, pois eles seriam “movidos por esse sonho”.

Segundo o trecho anteriormente citado, houve uma evolução urbana, em que um *acampamento provisório* teria se tornado uma *vila*, o que salienta como o local se assemelhava cada vez mais a uma *cidade*. Os marcos referenciais para essa evolução seriam

⁷⁸³ IPHAN, op. cit., p. 17.

⁷⁸⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Histórico. In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

a rápida expansão do núcleo, assim como o fato de ele ter agregado novas funções comerciais e de serviço, o que aponta para um maior dinamismo no espaço social. Em seguida, o mesmo documento relata que a Vila Operária passou a ser conhecida como Candangolândia “nome que eram conhecidos os operários”.⁷⁸⁵ A nomeação do núcleo faz uma clara alusão aos próprios operários, em que “candango” associa-se ao sufixo “lândia” para indicar uma “cidade dos candangos”. Percebe-se que o texto se esforçou em construir um discurso centrado na representação dos operários para a formação da Candangolândia.

Na narrativa da estruturação do núcleo, o documento aponta que houve a formação de uma conexão entre os trabalhadores e o lugar, a partir da qual surgiu a necessidade da construção de um local de convivência entre as pessoas. Conforme o texto,

Com o passar do tempo, as pessoas que vieram para trabalhar começaram a criar um vínculo com o lugar. Como eles não podiam trazer suas famílias, pois a intenção era que eles fossem embora para suas terras após a construção, aumentou a necessidade de se construir uma espécie de centro comunitário, um ponto de encontro e união entre eles.⁷⁸⁶

O trecho citado assinala que a falta de estrutura familiar no acampamento de obras teria feito emergir a necessidade de criar um ponto de encontro para propiciar a convivência entre os operários.

Ainda que o documento enfoque um processo que visava à superação das dificuldades relacionadas à falta das famílias, essa citação nos remete ao controle social ao qual os operários eram submetidos durante a construção de Brasília, assunto tratado na bibliografia por Gustavo Ribeiro⁷⁸⁷ e Sandra Zarur.⁷⁸⁸ Conforme os autores, os operários residiam em alojamentos coletivos, denominados “dos solteiros”, não eram autorizados a levar suas famílias e sofriam um maior controle cotidiano por parte das construtoras. O dossiê de tombamento da Igreja São José Operário afasta-se desse discurso e prioriza uma imagem de boa convivência e união entre os trabalhadores.

No trecho citado, depreende-se que a Candangolândia, apesar de ter sido planejada para ser temporária, foi sendo aos poucos equipada e melhorada, e novos serviços

⁷⁸⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Histórico. *In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

⁷⁸⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Histórico. *In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

⁷⁸⁷ RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

⁷⁸⁸ ZARUR, Sandra Beatriz Barbosa. *A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília*. 1991. 234 f., il. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

foram sendo implantados para suprir a necessidades de acolhimento dos trabalhadores que lá se instalavam. Nesse contexto, o documento reforça a atuação da Novacap na efetivação desses serviços, indicando que os governantes estariam se empenhando em dar suporte à população. Uma dessas necessidades, conforme o documento, foi a construção de uma igreja para desempenhar o papel de centro comunitário e social para os trabalhadores.

Isso se mostra quando o documento *Histórico* relata que as missas, inicialmente, eram realizadas em pátios ou locais improvisados pelo Padre Primo Seussolino, identificado como o primeiro padre contratado pela Novacap. Contudo, o documento sugere que o improvisado foi cedendo lugar a outras formas de ocupação do espaço, pois “a população solicitou ao Padre Primo a construção de uma igreja, a capela Nossa Senhora Aparecida que funcionou no atual setor de postos e motéis, durante dois anos e meio”.⁷⁸⁹ O Padre Primo, assim, intermediou a relação entre a população e a companhia para a construção dessa primeira igreja, que não era a São José Operário ainda.

A proeminência da Novacap em proporcionar um espaço para o convívio entre moradores aparece novamente no mesmo texto, ao relatar que essa primeira igreja, a Nossa Senhora Aparecida, teria sido desativada após a inauguração da rodovia que liga Brasília a Belo Horizonte, o que impossibilitou o acesso ao templo. O documento ressalta ter sido nesse contexto que “novamente a população se mobilizou e solicitou, através de um abaixo-assinado à Novacap, que eles cedessem um novo espaço para construção de uma nova igreja, a São José Operário”.⁷⁹⁰ A construção de uma igreja teria sido motivada pela necessidade de um ponto de encontro para convívio social entre os moradores, conforme vimos. Nesse sentido, o registro sugere que a Novacap e o Padre Primo teriam sido importantes por permitir que um espaço marcado pela provisoriedade fosse dotado de um elemento formador de uma comunidade, uma igreja.

Com relação à construção da Igreja São José Operário, o documento reforça o sentido de união entre os moradores a partir do empenho para o levantamento do templo, pois

Contam alguns relatos que os moradores ajudaram na construção [da Igreja São José Operário] nas suas horas de folga, domingos e feriados. Faziam gambiarras e fogueiras para trabalharem à noite, e suas mulheres faziam o cafezinho. A igreja ficou pronta em 30 dias.⁷⁹¹

⁷⁸⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Histórico*. In *Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

⁷⁹⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Histórico*. In *Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

⁷⁹¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Histórico*. In *Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

O trecho aponta que os moradores “ajudaram” na construção da Igreja, sugerindo uma parceria entre os habitantes da Candangolândia e, provavelmente, setores das próprias construtoras que seriam responsáveis pela organização do espaço. Segundo o documento, os moradores teriam ajudado na construção com um grande comprometimento, pois trabalhavam em suas horas de folga e com poucos recursos materiais, fazendo “gambiarras”. Esse discurso busca evidenciar que os habitantes ansiavam pela rápida construção da igreja, em um esforço de mostrar como houve dedicação e interesse por parte dos moradores em equipar seu espaço de convivência.

O trecho citado sugere, ainda, ter havido uma maior naturalização com relação à presença de famílias dos moradores no local, pois as suas esposas “faziam cafezinho”. Nota-se que o documento indica que seriam as esposas de “moradores”, e não necessariamente dos operários, ainda que o discurso geral do dossiê enfoque as relações sociais dos operários na formação da Candangolândia, conforme vimos.

A ênfase no documento, contudo, é a de que os moradores, agora acompanhados de suas esposas, estariam construindo um lugar para si, o que reforça o sentido de pertencimento a uma cidade em formação. A ideia da estruturação de uma urbe é oportuna, pois, como descreve Philippe Panerai, os vilarejos e cidades pré-industriais no Brasil estabeleciam-se pelo espaço central da praça da igreja, em volta da qual configuravam-se as residências, os serviços comerciais e a vida comunitária.⁷⁹² Nesse aspecto, notam-se semelhanças entre o texto de Panerai e o modo como o documento descreve o processo de formação da Candangolândia.

O mesmo documento *Histórico*, em seguida, relata o desenvolvimento social possibilitado pela construção da igreja, com destaque para eventos comunitários ocorridos no local, pois

A imagem de São José foi levada para a igreja na véspera da inauguração, e no dia da inauguração, Dom José Newton foi rezar a missa e crismou muita gente. A igreja servia como sala de reuniões e centro comunitário onde a população se reunia para fazer suas festas, quermesses, aulas, etc.⁷⁹³

A Igreja São José Operário, assim, é descrita como tendo sido fundamental para a configuração da Candangolândia enquanto espaço de convivência e socialização dos moradores durante a construção de Brasília.

⁷⁹² PANERAI, Philippe. Brasília, cidade modernista, cidade concreta. *Revista Thésis*, [S. l.], v. 2, n. 5, 2019, p. 53.

⁷⁹³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Histórico. In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

Esse documento, conforme vimos, traçou uma linha discursiva fundamentada na ideia de que os moradores haviam estabelecido vínculos com um núcleo em expansão. Em seguida, a partir da necessidade da estruturação de um espaço para o convívio social, o texto aponta que a Novacap teria concedido autorização para a construção da igreja, sugerindo que os governantes estariam agindo de modo a cuidar da população. Reforçou, ainda, que a Igreja, quando inaugurada, teria intensificado o sentido da vida comunitária e contribuído para a construção de um referencial de lugar para os moradores da Candangolândia.

A proeminência da companhia em proporcionar serviços do cotidiano em acampamentos de obras está implícita em outro documento intitulado *Campanha para recuperação das igrejas remanescentes dos Acampamentos Pioneiro*.⁷⁹⁴ Como vimos, esse texto fez parte de campanha do DePHA para a recuperação das quatro igrejas de madeira e, ainda que integre o dossiê da Igreja São José Operário na Candangolândia, trata também das igrejas de outros antigos acampamentos de obras – Metropolitana, Vila Planalto e Paranoá.

Com relação à formação da Metropolitana, o documento traz o depoimento de dona Raimunda, identificada como moradora do núcleo, que em tom de aprovação, relatou que, “logo que começou, aqui [na Metropolitana] tinha de tudo! Almojarifado, Posto de Saúde, farmácia e supermercado. A escola funcionava desde 59, e tinha muitas famílias morando aqui”.⁷⁹⁵ O relato transparece a ideia de que o período da construção de Brasília teria sido caracterizado por uma ampla oferta de serviços para os moradores, reforçando o papel dos governantes em aparelhar esses núcleos provisórios.

Contudo, o relato de dona Raimunda nos remete também à ideia de que havia serviços diferentes consoante a classe social. Isso se evidencia pela indicação de que existiam “muitas famílias” na Metropolitana, e provavelmente se tratava das famílias de funcionários mais graduados e não de operários – que não eram autorizados a levar famílias. Para avançar nessa questão, recorreremos novamente à análise de Sandra Zarur sobre as diferenças sociais durante a construção de Brasília. A autora aponta que os funcionários mais graduados da Novacap, ao contrário dos operários, “conseguiram algumas

⁷⁹⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Campanha para recuperação das igrejas remanescentes dos Acampamentos Pioneiros. *In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

⁷⁹⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Campanha para recuperação das igrejas remanescentes dos Acampamentos Pioneiros. *In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

regalias, como clubes, escolas e serviços, que eram requisitos para que pudessem permanecer no emprego e, ao mesmo tempo, assegurar conforto às suas famílias”.⁷⁹⁶

Isso indica que a criação de escolas intencionava atender aos funcionários mais graduados da Novacap, o que nos leva à análise do processo de formação e estruturação do Centro de Ensino Metropolitana à luz do discurso do seu dossiê de tombamento. No documento *Histórico* do dossiê do Centro de Ensino Metropolitana, em um primeiro momento, indica-se que “o Acampamento da Metropolitana foi criado para abrigar os engenheiros da Companhia Metropolitana, que vieram para o Planalto Central, ainda em 1956, com a incumbência de construir a primeira pista de pouso para aeronaves de Brasília”.⁷⁹⁷ De acordo com o texto, os primeiros moradores do acampamento seriam engenheiros, o que indica a existência de uma infraestrutura mais equipada para esses funcionários e suas famílias.

Ainda em 1956, segundo o mesmo registro, a Novacap havia criado o Departamento de Educação e Difusão Cultural, que tinha como objetivo “promover atividades educacionais até a implantação definitiva do Sistema Educacional do Distrito Federal”.⁷⁹⁸ A análise de Sandra Zarur nos permite constatar que a implantação desse sistema provisório de educação deveria servir aos filhos dos engenheiros da Metropolitana, que seriam funcionários mais graduados. Contudo, o documento se afasta dessa ideia e, embora tenha mencionado inicialmente os engenheiros como primeiros moradores do núcleo, inclui os filhos dos operários nesse plano educacional, pois

Com a rapidez com que se formavam as primeiras aglomerações humanas, concentradas, na maior parte, em torno dos locais de trabalho, e, com a chegada, a partir de 1957, das famílias dos operários, tornou-se necessária a criação de escolas de caráter transitório, nesses pontos de maior concentração.⁷⁹⁹

A narrativa construída nesse documento sugere que, embora os serviços de educação, a princípio, houvessem sido reservados às elites, o governo teria incluído os operários nesses planos devido não apenas à chegada de suas famílias, mas também ao aumento generalizado no número de habitantes. Esse discurso privilegia uma narrativa segundo a qual os governantes, preocupados com a população, teriam propiciado educação para os filhos dos operários, sugerindo que a Novacap teria trazido benefícios para essa par-

⁷⁹⁶ ZARUR, op. cit., p. 89.

⁷⁹⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Histórico. In *Processo nº 150.000.370/1995*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995.

⁷⁹⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Histórico. In *Processo nº 150.000.370/1995*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995.

⁷⁹⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Histórico. In *Processo nº 150.000.370/1995*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995.

cela de moradores. Esse discurso reforça o caráter paternalista do governo de Juscelino Kubitschek, e se alinha à imagem de que o período da construção de Brasília teria sido caracterizado pela igualdade entre diferentes classes sociais, assunto já tratado no capítulo 2 a propósito do tombamento do HJKO.

O discurso do dossiê do Centro de Ensino Metropolitana sugere, ainda, que após a inauguração de Brasília a comunidade da Metropolitana permaneceu no local, beneficiando-se da estrutura que havia sido fornecida pela Novacap. Ao longo dos anos, conforme um parecer do DePHA anexado ao dossiê, a população acabou por estabelecer um vínculo com o Centro de Ensino Metropolitana, sugerindo que a escola teria importância histórica para o local. Segundo o Parecer,

a comunidade da Metropolitana reconhece na Escola além do seu valor histórico e social, o valor sentimental, constituindo-se num importante referencial para a memória de seus moradores e devendo, portanto, ser preservada e valorizada como a primeira escola construída naquele núcleo pioneiro à época da construção de Brasília.⁸⁰⁰

Também de acordo com esse trecho, a comunidade da Metropolitana teria sido formada por um conjunto de moradores que partilhavam uma história e uma memória em comum, relacionada à formação do acampamento de obras e à continuidade de seus edifícios e marcos significativos. Esse discurso tende a delimitar os sujeitos do patrimônio cultural e, ao legitimar o tombamento, reforça que o núcleo seria formado por uma comunidade de “pioneiros”. O tombamento do espaço, assim, sugere a valorização da trajetória de uma comunidade, sobretudo operária, que teria se estabelecido ali e construído laços afetivos com a escola.

Os dossiês de tombamento tanto da Igreja São José Operário da Candangolândia quanto do Centro de Ensino Metropolitana privilegiam uma narrativa em torno do modo como os operários da construção de Brasília teriam estabelecido relações sociais entre si em um espaço em formação. Os dossiês também reforçam a maneira como a Novacap teria se prestado a fornecer serviços e equipar os espaços provisórios conforme as necessidades e demandas da população. Essa narrativa, como vimos, pacifica conflitos sociais e privilegia uma imagem positiva das relações entre governantes e moradores.

⁸⁰⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. O.I. nº 165/95-DePHA. *In Processo nº 150.000.370/1995*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995.

3.1.4 “Acampamento pioneiro” e “invasão”

A fixação definitiva dos núcleos urbanos derivados dos antigos acampamentos de obras que integram esta pesquisa ocorreu após aproximadamente duas décadas de ilegalidade, marcadas por tentativas de destruição desses espaços. As pesquisas de Nair Bicalho de Sousa,⁸⁰¹ Aldo Paviani,⁸⁰² José Walter Nunes,⁸⁰³ Viviane Ceballos,⁸⁰⁴ Reinaldo de Lima Reis Júnior,⁸⁰⁵ Edson Beú,⁸⁰⁶ entre outros autores, analisam o processo de formação do território de Brasília, destacando que a permanência de antigos acampamentos de obras ocorreu a despeito do planejamento inicial.

Viviane Ceballos reforça que as investidas oficiais pela erradicação desses espaços estavam consubstanciadas pela necessidade de fazer do Plano Piloto de Brasília “um espaço livre dos vícios, livre das invasões e de todos os símbolos que pudessem representar o subdesenvolvimento e os problemas que caracterizavam as grandes cidades brasileiras”.⁸⁰⁷ Na esteira desse debate, Edson Beú assinala que, “logo após a inauguração [de Brasília], os governos locais começaram a colocar em prática a política de extinguir os antigos acampamentos de operários, uma ameaça que se fazia latente desde a pós-inauguração”.⁸⁰⁸ O processo de fixação de antigos acampamentos, conforme José Walter Nunes, foi resultado de “lutas cotidianas [dos moradores] pela conquista de espaços na cidade”.⁸⁰⁹ A discussão dos autores sobre a fixação desses espaços ressalta principalmente as tensões envolvendo governantes e moradores, e aponta para um processo marcado pela luta e resistência da população.

O discurso dos dossiês traz à tona tanto o processo de erradicação de acampamentos de obras após a inauguração de Brasília quanto a luta da população pela fixação, embora de modo sutil. O documento *Campanha para recuperação das igrejas remanescentes dos Acampamentos Pioneiros*, conforme vimos, trata das quatro igrejas de madeira. Sobre a permanência da Igreja Nossa Senhora do Rosário da Pompeia no espaço que

⁸⁰¹ SOUSA, Nair Bicalho de. Memória da organização e mobilização dos trabalhadores do DF. *Revista RH-DF*, v. 1, p. 25-28, 1985.

⁸⁰² PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *A Conquista da Cidade: Movimentos populares em Brasília*. Cap. 5. Brasília: Ed. de Brasília, 1991, p. 115-141.

⁸⁰³ NUNES, José Walter. *Patrimônios subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Annablume, 2005.

⁸⁰⁴ CEBALLOS, op. cit.

⁸⁰⁵ REIS JÚNIOR, Reinaldo de Lima. Cidade, trabalho e memória: os trabalhadores da construção de Brasília (1956-1960). 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

⁸⁰⁶ BEÚ, Edson. *Os filhos dos candangos: Brasília sob o olhar da periferia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

⁸⁰⁷ CEBALLOS, op. cit., p. 91.

⁸⁰⁸ BEÚ, op. cit., p. 15.

⁸⁰⁹ NUNES, op. cit., p. 155.

mais tarde se tornaria a Vila Planalto, o texto indica que, “com a diminuição do ritmo das obras e a remoção das populações para as cidades satélites, as igrejas dos outros acampamentos foram sendo desativadas, restando apenas a igreja do acampamento Planalto”.⁸¹⁰

Nota-se que o documento denomina as pessoas removidas por “populações”, esquivando-se tanto do termo “operário” quanto da ideia do invasor. Além disso, sugere que a eliminação de acampamentos de obras teria sido um processo natural e resultante da diminuição do ritmo das obras, pois as demais igrejas teriam sido apenas “desativadas”. Assim, o discurso da permanência da Igreja da Vila Planalto tem um tom que se aproxima da causalidade, negligenciando conflitos relativos às tensões que caracterizaram o processo de remoção de pessoas e eliminação de antigos acampamentos de obras.

A ideia de luta e resistência da população pela permanência no espaço também aparece no discurso do dossiê, com destaque para o papel da Igreja São Geraldo do Paranoá. O mesmo documento *Campanha para recuperação das igrejas remanescentes dos Acampamentos Pioneiros* atribui a essa igreja um valor de resistência dos habitantes, pois “foi ela que centralizou a luta dos moradores pela fixação da Vila”.⁸¹¹ O documento, ao descrever o templo como representativo da luta pela fixação do núcleo, reforça uma aliança estabelecida entre moradores unidos em torno de uma mesma causa. Lembramos que esse texto, embora trate da Igreja São Geraldo no Paranoá, está anexado ao dossiê de tombamento da Igreja São José Operário, da Candangolândia.

Já no próprio dossiê de tombamento da Igreja São Geraldo, o relato sobre a trajetória de formação da Vila do Paranoá sugere uma ambivalência entre pioneirismo e invasão com relação ao espaço. Isso se evidencia no documento *Histórico*, que descreve o núcleo ora como acampamento pioneiro, ora como invasão, a depender do período ao qual se refere. Conforme o texto,

a Vila Paranoá é um dos raros locais remanescentes da época da construção de Brasília. Foi fundada em 1957 quando da implantação dos canteiros de obras para a construção da barragem do lago Paranoá, tornando-se, mais tarde, a maior invasão do Distrito Federal.⁸¹²

⁸¹⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Campanha para recuperação das igrejas remanescentes dos Acampamentos Pioneiros. *In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

⁸¹¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Campanha para recuperação das igrejas remanescentes dos Acampamentos Pioneiros. *In Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

⁸¹² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Histórico*. *In Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

O trecho citado aponta que, com o tempo, a Vila Paranoá teria se tornado uma invasão, referindo-se à expansão do espaço e à chegada de novos moradores. Em seguida, o mesmo documento assinala que a Igreja São Geraldo “é reconhecidamente um marco histórico para a memória daquele núcleo pioneiro”.⁸¹³

O registro, assim, se reveste de ambiguidades ao se referir ao Paranoá, o que nos permite constatar que as descrições de antigos acampamentos de obras podem variar conforme a referência. Nota-se que, ao fazer alusão à memória do período inicial da construção de Brasília, o documento considerou o Paranoá como um núcleo pioneiro ou mesmo uma vila. Contudo, após a expansão do núcleo original e a chegada de novos moradores, o núcleo pioneiro teria sido ampliado com o que foi denominado “invasão”.

Nesse sentido, o documento aponta que o tombamento da Igreja São Geraldo faria referência à importância histórica do templo para o “núcleo pioneiro”, em uma referência à memória daquele espaço original. Em paralelo, o mesmo documento reforça a importância da luta de moradores pela fixação do Paranoá nos anos 1980, o que sugere uma união entre os habitantes. Segundo o documento, “através de uma longa resistência e de uma luta pela fixação, os antigos moradores [do núcleo original] foram assentados, muito embora em áreas distintas à do acampamento pioneiro”.⁸¹⁴ Assim, a importância patrimonial da igreja seria relativa não apenas ao seu valor memorialístico para o acampamento de obras, mas também como um símbolo da luta pela fixação dos moradores do núcleo, que teria se expandido e formado uma “invasão”.

A análise do discurso dos dossiês leva a ver que, na perspectiva da valorização da história e da memória de antigos acampamentos de obras, os documentos recorrem a termos como “pioneiro”, “candango” ou “operário” para se referir à população ou ao espaço. Entretanto, quando os documentos assinalam o crescimento desordenado desses espaços ou os programas governamentais de remoções de moradores, verificamos que termos como “invasão”, “invasores”, “populações” ou simplesmente “pessoas” são mais comuns. Nesse sentido, ao pioneiro ou ao operário são associadas imagens positivas, o que reforça a representação patrimonial dos vestígios da construção de Brasília como símbolo da trajetória e da memória dos moradores originais de acampamentos de obras.

⁸¹³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Histórico. *In Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

⁸¹⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Histórico. *In Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

Contudo, em alguns casos, observa-se que o discurso do tombamento reforçou o processo de expansão do núcleo original, o que incluiu na formação do espaço moradores que haviam chegado depois e ocupado o denominado núcleo pioneiro. Conforme vimos, todavia, isso ocorre sobretudo quando a luta da população pela fixação ou por moradia integra o discurso dos dossiês, como foi o caso do tombamento da Igreja São Geraldo no Paranoá.

O patrimônio foi capaz de atuar nas ambiguidades e contradições de Brasília para construir discursos centrados na memória operária da construção. Isso pode ser percebido como uma prática que incluiu o construtor da cidade no discurso preservacionista da nova capital, pois contribuiu para valorizar a preservação de espaços inicialmente provisórios e legitimar a fixação de uma comunidade operária. Contudo, ao delimitar um período e um grupo específico – os operários da construção de Brasília –, tende a restringir a legitimidade do direito de ocupação desses espaços à denominada “população pioneira de Brasília”, tendo como principal fundamento o seu papel na implantação da nova capital.

Este subtópico encerra a análise dos tombamentos realizados ao longo da década de 1990. O tombamento da Igreja São Geraldo ocorreu em 1993; o do Centro de Ensino Metropolitana em 1995; e o da Igreja São José Operário, em 1998. Esses tombamentos sequenciais demonstram uma prática continuada do DePHA, que reforçou os valores da memória da construção de Brasília. Os tombamentos do HJKO, em 1985, e da Vila Planalto, em 1988, foram precedentes importantes na formação desse valor patrimonial no Distrito Federal.

Contudo, mesmo que a memória operária de Brasília tenha guiado a atribuição de valor dessas construções, nossas análises apontaram para novas questões que surgiram em torno dos tombamentos realizados nos anos 1990 com relação aos seus antecessores. Enquanto aqueles da década anterior foram caracterizados por uma forte relação entre o tombamento e a luta pela fixação de moradores, nos anos 1990 a luta por moradia parece ter sido superada no discurso patrimonial, trazendo novas implicações à ideia da valorização da memória operária. Vimos, por exemplo, que governantes e gestores públicos passaram a se apropriar, de modo mais evidente, do instrumento patrimonial como forma de reforçar sua atuação junto a moradores de Regiões Administrativas recém-regularizadas. Além disso, os tombamentos estavam articulados a um meio de converter antigos acampamentos de obras em áreas de preservação ou angariar recursos financeiros para a recuperação de edificações e manutenção de serviços públicos, conforme constatamos.

Além disso, vimos que os dossiês construíram uma narrativa em torno da ideia de que a formação de comunidades unidas em antigos acampamentos de obras estava associada à implementação de equipamentos religiosos e educacionais nesses espaços. Nessa trama, verifica-se um padrão argumentativo similar nos documentos, em especial pela noção de que os acampamentos, inicialmente provisórios e desprovidos de referências culturais, haviam se tornado locais familiares para os moradores. Nesse discurso, a Novacap teria possibilitado a construção da Igreja São Geraldo, da Igreja São José Operário e do Centro de Ensino Metropolitana, descritos como edificações centrais para o desenvolvimento de comunidades e para o fortalecimento das relações sociais entre os moradores.

O discurso, contudo, tendeu a homogeneizar a representação dos moradores de núcleos derivados de antigos acampamentos de obras. Conforme vimos, os dossiês da Igreja São José Operário e do Centro de Ensino Metropolitana associaram os tombamentos ao anseio de uma coletividade pioneira que, após conquistar seu espaço em Brasília, passou a desejar a preservação de exemplares que simbolizassem uma memória em comum.

Os dossiês também evidenciaram problemas sociais durante a construção de Brasília, como a diferença na oferta de serviços segundo a classe social e a tentativa de erradicação de acampamentos de obras após a inauguração da cidade, embora isso apareça de modo mais sutil. Nesse sentido, constatou-se como a fronteira entre acampamento e invasão dependeu do enfoque da narrativa. Isso ficou mais evidente no dossiê de tombamento da Igreja São Geraldo, pois, embora tenha descrito o Paranoá como uma invasão em alguns momentos, reconheceu a união dos moradores pela preservação da igreja como memória do “acampamento pioneiro”.

A definição do patrimônio, nesse sentido, valorizou os atributos relativos ao pioneiro e ao pioneirismo. Embora tenha havido um discurso de preservação de espaços relativos a comunidades operárias de Brasília, o discurso hegemônico acabou por limitar os sujeitos e os espaços que fazem parte desse contexto de proteção. Conforme vimos, o discurso patrimonial articulou a importância dos vestígios da construção de Brasília às especificidades e características das pessoas e edificações pioneiras, valorizando sobretudo o modo como elas teriam dado suporte para a criação da obra monumental.

3.2 A Casa da Fazenda Gama e a memória rural do Planalto Central

Após o tombamento da Igreja São José Operário na Candangolândia, em 1998, quase uma década se passou até o próximo tombamento analisado nesta tese, o da Casa da Fazenda Gama, em 2006. Sede de uma antiga fazenda na atual região do Distrito Federal, o local tinha uma área de 171 hectares e era propriedade do casal Agostinho de Almeida e Silva e Rogélia Teles da Silva até a desapropriação do imóvel para a construção de Brasília, em 1956. A edificação é um exemplar da arquitetura que existia no Planalto Central entre os séculos XVIII e XIX, com traços do período colonial brasileiro.

Em outubro de 1956, o espaço serviu de hospedagem para Juscelino Kubitschek e sua comitiva em visita ao sítio destinado à construção de Brasília, momento no qual o local passou a compor a narrativa política da transferência da capital. A casa dispunha de localização privilegiada, pois, conforme aponta Antônio Moreira da Silva, estava próximo ao aeroporto provisório e apresentou condições favoráveis para servir de ponto de apoio inicial para JK.⁸¹⁵ A hospedagem no recinto rendeu a divulgação de fotografias oficiais do então presidente em meio a um espaço rural no planalto goiano que estaria destinado a se transformar na nova capital do país. Para Noé Sandes e Luiz Ricardo Magalhães, a intenção era retratar a comitiva presidencial como “emissários do futuro” e, assim, promover a imagem de desenvolvimento prometida pela mudança da capital.⁸¹⁶

Em 1958, com as obras de Brasília ainda curso, o Brasília Country Club foi inaugurado e a Casa da Fazenda Gama passou a ser propriedade do clube por estar em suas dependências. O tombamento, em 2006, ocorreu por solicitação de dirigentes do próprio clube recreativo, e atualmente a edificação é um museu. A sua localização está indicada na figura 50 a seguir.

⁸¹⁵ MOREIRA DA SILVA, Antônio. *Brasília e sua história*. Goiânia: Cidade Gráfica Editora, 2010.

⁸¹⁶ SANDES, Noé Freire; MAGALHÃES, Luiz Ricardo. Sertão Planaltino na perspectiva dos lugares, nomes e acontecimentos em um tempo marcado pela presença da Nova Capital. *Territórios e Fronteiras*, v. 10, 2017, p. 345.

Figura 50. Localização da Casa da Fazenda Gama com relação ao Plano Piloto de Brasília



Elaboração: Daniela Barbosa.

Embora tenha ocorrido em 2006, o tombamento da Casa da Fazenda Gama remonta a estudos dos anos 1980 sobre a catalogação e preservação de antigas fazendas no território do Distrito Federal. No início dessa década, conforme vimos no capítulo 1, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal lançou o *Projeto Raízes Históricas*, que previa o estudo de antigas fazendas da região.⁸¹⁷ Em seguida, o GT-Brasília catalogou cerca de 40 exemplares desse tipo de espaço e recomendou a preservação de alguns deles, entre os quais a Gama. Conforme o Relatório do GT-Brasília, essas fazendas “conservam, até hoje, ainda que parcialmente, seus caracteres tradicionais e deixam, assim, muito claro, o contraste entre duas épocas e duas formas de ocupação deste território”.⁸¹⁸

Dos aproximadamente 40 exemplares de antigas fazendas da região que haviam sido identificadas pelo GT-Brasília, a Casa da Fazenda Gama é a única que foi reconhecida como patrimônio pelo Distrito Federal, graças à iniciativa do Brasília Country Club de

⁸¹⁷ ARAÚJO, op. cit.

⁸¹⁸ VIANNA, Márcio. O vernáculo da Região Centro-Oeste. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. *GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal*. Organização de Carlos M. Reis, Sandra B. Ribeiro e Thiago P. Perpétuo; texto de Briane Bicca et al. Brasília, 2016, p. 129.

formalizar a solicitação junto à DePHA. O órgão acatou a proposta e levou adiante um processo cujos valores patrimoniais já haviam sido formulados desde os anos 1980, o que reforça o sentido de continuidade de sua atuação. Além disso, atribuiu-se à edificação um valor excepcional relativo aos primórdios de Brasília, discurso sustentado pela hospedagem da comitiva presidencial no recinto em 1956.

3.2.1 A demanda do Brasília Country Club pelo tombamento: valores patrimoniais e potencial turístico

O processo de tombamento da Casa da Fazenda Gama teve início em 2005 a partir de demanda do então presidente do Brasília Country Club, Ataíde Rodrigues de Oliveira. O documento de solicitação enviado à DePHA abre o dossiê, indicando tanto os valores atribuídos à edificação pelo clube quanto as expectativas de sua diretoria com relação ao tombamento.⁸¹⁹

Em um primeiro momento, o documento recupera o reconhecimento de Brasília como Patrimônio Mundial pela UNESCO, em 1987, e insere a Casa da Fazenda Gama nesse discurso preservacionista, reforçando o papel da edificação como apoio para a realização da nova capital. Conforme o documento,

Se Brasília, na vanguarda e ousadia de sua proposta urbanística, arquitetônica e de estratégia geopolítica, foi consagrada como patrimônio histórico nacional e mundial, esse *status* se pauta não só nas imagens modernistas que frequentaram as Antologias da Arquitetura e do Urbanismo Mundial à época de sua construção, mas em todo o contexto cultural que forneceu cenário e suporte à sua realização. Nesse cenário incluem-se as antigas fazendas existentes na região, os núcleos urbanos pré-existent no território onde se delimitou o Distrito Federal, o patrimônio arqueológico, o próprio patrimônio natural.⁸²⁰

O texto reforça que Brasília apenas pôde existir e se tornar um patrimônio mundial consagrado graças ao “contexto cultural que forneceu cenário e suporte à sua realização”, sugerindo que a cidade não havia sido construída de forma isolada de seu entorno regional.

Com o intuito de reforçar a representação da Casa da Fazenda Gama nesse cenário, o documento reitera a importância das manifestações e referências que existiam no território anteriormente à construção de Brasília. Para tanto, recupera e valoriza os

⁸¹⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Ofício nº 216/2005. In *Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸²⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Ofício nº 216/2005. In *Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

tombamentos que haviam sido efetuados em Planaltina em 1982, indicando como a Casa da Fazenda Gama se somaria a esse reconhecimento já iniciado. De acordo com o texto, “o Governo do Distrito Federal já reconheceu parte deste contexto quando dos tombamentos, em Planaltina, da igreja de São Sebastião, do Museu e da Pedra Fundamental”.⁸²¹ Assim, o tombamento da Casa da Fazenda Gama integraria um trabalho em curso, por parte do Governo do Distrito Federal, de valorização dos marcos regionais representativos em torno do processo de implantação de Brasília. O documento, nesse sentido, reconhece que edificações que precedem Brasília seriam um conjunto patrimonial representativo devido ao suporte concedido durante a transferência da capital.

Além disso, o registro ressalta o mérito da diretoria do clube com relação à manutenção da Casa da Fazenda Gama ao longo dos anos, indicando que o imóvel havia se tornado parte tanto do planejamento financeiro quanto do cotidiano do clube. De acordo com o documento, “a Casa Velha, como a chamamos, foi por nós preservada ao longo destes anos. Encontra-se em estado de conservação bastante satisfatório, mérito de nossos antecessores na Presidência deste clube e de todos nós associados”.⁸²² Esse trecho, ao mencionar que a edificação era chamada “Casa Velha” pelos dirigentes e integrantes do clube, se esforça por evidenciar uma relação de afeição que havia sido construída, o que reitera a noção de que o cuidado com a edificação teria sido caracterizado por zelo e comprometimento.

O Brasília Country Club também sugere que a edificação poderia ser mais bem aproveitada caso fosse transformada em um ponto de visita no Distrito Federal. Isso se mostra quando o documento indica a existência de um potencial turístico não explorado na Casa da Fazenda Gama, apontando a possibilidade de, com o tombamento, integrá-la ao roteiro turístico do Catetinho. Conforme o documento,

A atual gestão [do Brasília Country Club] pretende integrá-la efetivamente ao patrimônio histórico de Brasília e a seus roteiros de turismo cultural. Lembramos que somos vizinhos do Catetinho, e foi a Fazenda Gama que pela primeira vez recebeu o Presidente JK, que foi sócio fundador e benemérito do clube, junto com Israel Pinheiro, Moacir Gomes de Souza, Pery da Rocha França, Nei Dutra Ururahy e tantos outros.⁸²³

⁸²¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Ofício nº 216/2005. In *Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸²² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Ofício nº 216/2005. In *Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸²³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Ofício nº 216/2005. In *Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

O potencial turístico do local, segundo o documento, se justificaria tanto pela proximidade entre as duas edificações quanto pelo protagonismo da Casa da Fazenda Gama como sítio escolhido por Juscelino Kubitschek para se hospedar em 1956.

Nota-se, ainda, que o trecho citado não deixa de ressaltar o Brasília Country Club como parte da história da formação de Brasília, valorizando-o como espaço caro a JK e outros protagonistas. Assim, o clube se coloca como parte da história de Brasília, reforçando o interesse público no tombamento da Casa da Fazenda Gama. As motivações expressas no ofício que solicitou o tombamento explicitam os interesses do clube no processo, pois, para o Brasília Country Club, ter uma edificação tombada em seu terreno seria um atrativo turístico e um elemento de valorização.

A DePHA acatou o pedido do Brasília Country Club e, em 2005, instituiu uma comissão para proceder às tratativas para o tombamento da Casa da Fazenda Gama. Nos próximos subtópicos, veremos as motivações expressas para o tombamento que integram a documentação elaborada pelo órgão.

3.2.2 A Casa da Fazenda Gama e sua tradição regional como valor patrimonial

A comissão formada no âmbito da DePHA, em 2005, realizou a coleta de informações e elaborou material para fundamentar o tombamento da Casa da Fazenda Gama. Um dos tópicos mais marcantes nessa documentação é a indicação de que a edificação seria depositária de tradições regionais. Isso se mostra no documento intitulado *Tombamento da Casa da Fazenda Gama*, pois ele aponta que o local seria o único remanescente de um conjunto de outras sedes de fazenda da região que teriam sido demolidas, chamadas Ponte Alta e Ipê.

Em um primeiro momento, o documento reforça o modo de vida pastoril que prevalecia na região, pois “essas Fazendas [Ponte Alta, Ipê e Gama], provavelmente, foram demarcadas durante a segunda metade do século XVIII e seus proprietários sobreviviam de roças de subsistência e de criação de gado”.⁸²⁴ Esse trecho busca indicar o predomínio da ruralidade na região anteriormente à construção de Brasília. Ainda conforme o documento, essas sedes de antigas fazendas teriam sido pontos de apoio importantes para acolher caravanas e comissões que se dirigiam ao Planalto Central, o que reforça a representação da Casa da Fazenda Gama como única testemunha remanescente desse contexto cultural. Segundo o texto,

⁸²⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Tombamento da Casa da Fazenda Gama. *In Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

Relatos dos viajantes que visitaram o Planalto Central, nas primeiras décadas do século XIX, contam que a Fazenda Ponte Alta serviu de hospedagem para o naturalista austríaco Dr. Johan Emanuel Pohl, em 1818; o cientista francês Auguste Provençal de Saint-Hilaire, em 1819, e o marechal Raymundo José da Cunha Mattos, nascido em Portugal e Comandante de Armas da Capitania de Goyaz, em 1823. A Casa da Fazenda Gama é o único testemunho histórico dessa época que ainda resta, as demais foram demolidas.⁸²⁵

Esse trecho nos remete ao discurso de tombamento do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, em 1982. Conforme vimos no capítulo 2, o dossiê buscou reforçar a importância do imóvel que deu origem ao museu como um local de acolhimento de comissões que estavam de passagem pela região. Nota-se que a mesma ideia do acolhimento foi associada a núcleos urbanos e rurais no Planalto Central em diferentes dossiês, reforçando a ideia de que a região teria dado suporte a viajantes e caravanas diversas.

Esse mesmo padrão argumentativo se repete no documento *Arquitetura Vernácula*, anexado ao dossiê da Casa da Fazenda Gama, embora ressalte que as antigas fazendas teriam sido locais de hospedagem de personalidades importantes tanto no período da construção de Brasília quanto após a inauguração.⁸²⁶ O documento indica que as sedes das fazendas Gama e Ponte Alta teriam recebido “visitas ilustres”, entre as quais Juscelino Kubitschek e Bernardo Sayão. Além deles, conforme o documento, “na década de 70, [a fazenda Ponte Alta] foi visitada por um príncipe japonês, na época em que a fazenda era ocupada por uma família nissei”.⁸²⁷ Essas menções indicam que os técnicos da DePHA buscaram atribuir valor às antigas fazendas pelos eventos e acontecimentos ocorridos no local e ligados a personagens importantes. Nesse sentido, a ideia do acolhimento aparece como sendo parte de uma tradição secular da região, com destaque para a hospedagem de autoridades ou figuras históricas.

Além disso, contradizendo a noção de que o território de Brasília seria caracterizado por um vazio demográfico e cultural antes da mudança da capital, o documento *Tombamento da Casa da Fazenda Gama* descreve e valoriza festividades e celebrações referentes a uma cultura antiga e que continuaria influente na região. O documento, para tanto, se apoia nas ações de um líder religioso que teria sido essencial para impulsionar tradições regionais, o Padre Luiz da Gama. Conforme o documento, os eventos organizados por ele teriam influenciado toda a região, pois

⁸²⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Tombamento da Casa da Fazenda Gama. *In Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸²⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Arquitetura vernácula*. *In Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸²⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Arquitetura vernácula*. *In Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

Padre Gama foi o grande responsável pela celebração da Festa do Divino, manifestação de cunho histórico-cultural daquela região. Fé e harmonia, música, dança, boa comida e acolhida e um número expressivo de visitantes, assim era a Festa do Divino organizada por Padre Gama. Hoje, com mais de dois séculos de tradição, a Festa tornou-se uma atração cultural da região que atrai turistas do Brasil e do mundo, graças à iniciativa daquele pioneiro.⁸²⁸

O documento destaca uma tradição regional marcada pela fé e pela boa convivência, pois a Festa do Divino conduzida pelo Padre Gama seria caracterizada por “harmonia, música, dança e boa comida”, indicando também a fartura da festividade na região. Ainda conforme esse texto, a Festa do Divino seria uma celebração importante também na atualidade, apontando que essa tradição teria sido capaz de se estabelecer na região mesmo após a construção de Brasília.

Contudo, a relação entre o Padre Gama e a Casa da Fazenda Gama não está clara, pois o documento assinala que “a Fazenda Gama, o platô e o ribeirão, provavelmente, originaram-se do nome do Padre Luiz da Gama e Mendonça que, em 1747, chegou às Minas de Santa Luzia, hoje Luziânia e foi o primeiro sacerdote da região”.⁸²⁹ O termo “provavelmente” sugere dúvidas quanto à origem do nome, mas, ainda assim, o documento se empenha em conciliar essas imprecisões para estabelecer uma relação entre a Casa da Fazenda Gama e a importância cultural atribuída à atuação do Padre Gama. A edificação, nesse discurso, deveria ser protegida e valorizada como o último vestígio material entre as fazendas da região e, portanto, única testemunha dessas tradições centenárias que se perpetuaram.

O documento sugere, ainda, que Juscelino Kubitschek estaria ciente da importância dessas festividades e tradições quando decidiu se hospedar no local em 1956. Após relatar a contribuição do Padre Gama para o desenvolvimento cultural da região, o mesmo documento aponta que “a Fazenda Gama foi escolhida pelo Presidente Juscelino Kubitschek para, junto à sua equipe, tratar de assunto de grande relevância – a transferência da Capital Federal para o Planalto Central – dada a importância histórico-cultural do local”.⁸³⁰ O dossiê, a partir dessa referência, busca agregar à decisão presidencial de se hospedar no local um sentido simbólico, e não apenas prático.

⁸²⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Tombamento da Casa da Fazenda Gama. *In Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸²⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Tombamento da Casa da Fazenda Gama. *In Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸³⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Tombamento da Casa da Fazenda Gama. *In Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

Nota-se que o discurso do tombamento traz à tona novas nuances com relação às impressões de Juscelino Kubitschek sobre a região. Conforme vimos no capítulo 2, autores como Lauro Cavalcanti,⁸³¹ Laurent Vidal,⁸³² Luiz Ricardo Magalhães⁸³³ e Pedro Paulo Palazzo⁸³⁴ destacam como a noção de que o Planalto Central seria desprovido de civilização e precisava ser ocupado fez parte da estratégia política do então presidente para justificar a transferência da capital. Além disso, após a inauguração de Brasília, a Casa da Fazenda Gama passou a integrar relatos de políticos e autoridades que participaram do processo de mudança da capital, e a noção de que a região seria desabitada é marcante em alguns depoimentos publicados em jornais da época. Um exemplo é a reportagem do jornal *Correio Braziliense*, de novembro 1961, intitulada *Sette Câmara: empregar nossas forças para terminar Brasília*.⁸³⁵ Na reportagem, o então prefeito do Distrito Federal José Sette Câmara narra sua experiência durante a construção de Brasília na companhia de protagonistas e, em tom de exaltação, aponta que

não poderia deixar de evocar neste momento a minha primeira visita na companhia do Presidente Juscelino Kubitschek e de Israel Pinheiro a estes sítios, então quase inatingíveis, onde se erguia solitária a Fazenda do Gama.⁸³⁶

O relato de Sette Câmara utiliza-se de termos como “sítios inatingíveis” e descreve que a Casa da Fazenda Gama se erguia “solitária”. Esse discurso insere o espaço na noção de que o Planalto Central seria um local inóspito e insuficientemente habitado antes da construção de Brasília, em contraste com a descrição do documento anexado ao dossiê, que exalta a cultura e as festividades que ocorriam no local, indicando inclusive que elas eram conhecidas do então presidente Juscelino Kubitschek. O patrimônio, nesse sentido, atua nas imprecisões e ambiguidades com relação à ocupação do território do Distrito Federal que caracterizou o período anterior à construção de Brasília.

A DePHA, além disso, não deixa de destacar que a Casa da Fazenda Gama havia integrado propostas anteriores de proteção, recuperando as recomendações que o GT-Brasília elaborou na década de 1980 para a preservação de antigas fazendas da região.

⁸³¹ CAVALCANTI, Lauro. Brasília: a construção de um exemplo. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Anos JK: Margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa Lucio Costa, 2002.

⁸³² VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Tradução de Florence Marie Dravet. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

⁸³³ MAGALHÃES, Luiz Ricardo. *Sertão Planaltino: cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950-1964)*. 2010. 304 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

⁸³⁴ PALAZZO, Pedro Paulo. Planaltina e suas narrativas: cultura, memória e patrimônio em publicações locais desde o século XX. *Historiae*, v. 6, p. 360-382, 2015.

⁸³⁵ SETTE CÂMARA, José. Empregar nossas forças para terminar Brasília. *Correio Braziliense*. Brasília, edição 0469, 1º Caderno, p. 8, 8 de novembro de 1961.

⁸³⁶ SETTE CÂMARA, op. cit., p. 8.

A recuperação desses estudos foi um importante recurso para indicar que o tombamento da edificação seria uma retomada e uma continuidade de iniciativas pretéritas, e isso se mostra no documento intitulado *Arquitetura Vernácula*, que aponta:

Na área rural, os estudos realizados pelo GT Brasília, em 1982/85, registraram mais de trinta fazendas na área rural do Distrito Federal. Naquela época, foram selecionados e inventariados doze exemplares significativos e passíveis de preservação. Dentre elas, figura a Fazenda Gama, a Monjolo, a Jardim, a Jacaré, a Ponte Alta, a Curralinho I, a Bela Vista, a Sobradinho, a Capão, a Guariroba, a Sobradinho Mugy e a Guimarães.⁸³⁷

Os agentes da DePHA incluíram essas referências no dossiê para valorizar a Casa da Fazenda Gama como representante da “arquitetura vernácula” de Brasília. Isso implicou ressaltar que as características arquitetônicas e construtivas da edificação aludiam a um modo de vida de uma sociedade que havia se estabelecido no local muito antes da construção de Brasília, pois, conforme o mesmo documento,

A arquitetura vernácula do Centro-Oeste brasileiro caracteriza-se por apresentar aspectos representativos dos modos de vida e produção de tempos remotos dessa região. Várias referências urbanas e rurais, registros que antecedem à construção de Brasília, são muitos semelhantes. As construções, na maioria dos casos, são de adobe ou pau-a-pique, com paredes espessas, telhados em telhas de barro, estrutura em madeira, características que se adaptam às condições oferecidas pela região no que diz respeito ao clima, solos e matérias-primas facilmente encontráveis.⁸³⁸

O texto identifica a Casa da Fazenda Gama como parte desse contexto anterior à construção de Brasília e, em seguida, a coloca como parte de um conjunto patrimonial urbano e rural que contemplaria a arquitetura vernácula do Distrito Federal. Segundo o mesmo documento, Planaltina seria representativa da arquitetura vernácula em área urbana, pois

Na área urbana destacam-se o Setor Tradicional de Planaltina, a Igreja São Sebastião e o Museu Histórico de Planaltina, ambos na cidade de Planaltina-DF. O Governo do Distrito Federal, reconhecendo a importância dessa arquitetura como referência histórica e cultural dos anos que antecederam à construção de Brasília, tomou a iniciativa de tombá-la a Igreja São Sebastião e o Museu Histórico de Planaltina no ano de 1982.⁸³⁹

⁸³⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Arquitetura vernácula*. In *Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸³⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Arquitetura vernácula*. In *Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸³⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Arquitetura vernácula*. In *Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

O discurso, novamente, remete aos tombamentos efetuados em Planaltina para justificar a importância da Casa da Fazenda Gama como parte do patrimônio referente ao período que antecedeu Brasília. Nesse sentido, o documento reforça a existência de um conjunto de referências urbanas e rurais da arquitetura vernácula no Distrito Federal, destacando a importância de considerar as origens do território e a importância regional para a implantação de Brasília.

3.2.3 A hospedagem de Juscelino Kubitschek no recinto como um marco para Brasília

O dossiê da Casa da Fazenda Gama, de modo recorrente, identifica a hospedagem de Juscelino Kubitschek no local, em 1956, como um marco simbólico da transferência da capital. Isso se mostra, primeiramente, no documento elaborado pelo Brasília Country Club, responsável pela solicitação do tombamento, conforme já destacamos. Em seguida, os documentos elaborados pela DePHA reforçam a importância simbólica do evento. Um memorando interno do órgão, por exemplo, aponta que a passagem do então presidente pelo recinto teria sido um importante marco para a construção de Brasília:

Registramos, por oportuno, que a Casa da Fazenda Gama hospedou a comitiva do Presidente Juscelino Kubitschek, quando de sua primeira visita ao Planalto Central, ocorrida em 2 de outubro de 1956, representando, simbolicamente, o marco da transferência da Capital Federal para Brasília.⁸⁴⁰

O trecho identifica a Casa da Fazenda Gama como um marco inaugural de Brasília, e, conforme vimos ao longo deste trabalho, outros dossiês de tombamento buscaram sintonizar o bem tombado em questão às origens simbólicas da cidade. O discurso de tombamento do Catetinho, descrito no capítulo 2, considerou a sua precedência em Brasília como sede do governo e, portanto, marco simbólico da construção da cidade. Ainda em 1959, Rodrigo Melo Franco de Andrade justificava a necessidade de proteger a edificação “por ter sido não só a primeira construção erigida na área da Nova Capital, mas também a primeira sede da administração pública no local”.⁸⁴¹ Enquanto isso, também no capítulo 2, vimos como o lançamento da Pedra Fundamental de Planaltina em 1922 foi descrito como um ato inaugural da nova capital. Isso ficou claro no dis-

⁸⁴⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Memo. N° 033/2005-DePHA/SEC. *In Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸⁴¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Ofício n. 358. *In 594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

curso do então governador José Ornellas, que assinalou que “de certo modo, sobre esta Pedra, se edificou uma cidade”.⁸⁴²

A Casa da Fazenda Gama, de modo análogo, segundo podemos constatar pelo memorando da DePHA, é descrita como um marco simbólico da transferência da capital federal. Nesse sentido, percebe-se como a ideia de um marco inaugural de Brasília deu sentido a discursos preservacionistas por diferentes motivos e em distintos períodos. Esses discursos, conforme nosso entendimento, não são concorrentes nem contrastantes, mas, sim, complementares, pois buscam mostrar como, em diferentes momentos, foi possível avançar em direção à implementação da nova capital.

No dossiê de tombamento da Casa da Fazenda Gama, a noção de que o local teria sido importante para a implementação de Brasília é complementada pela experiência de Juscelino Kubitschek no local. Nesse discurso, o ex-presidente é retratado como um homem idealista e sonhador, e isso se mostra no documento *Tombamento da Casa da Fazenda Gama*, que aponta:

Ao sentar-se num tronco de árvore, nas proximidades da Casa Velha, o Presidente JK, num registro do seu testemunho para a história, pronunciou a frase: ‘Deste Planalto Central, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu País e antevejo esta alvorada com uma confiança sem limites no seu grande destino’.⁸⁴³

Ressalte-se que a célebre frase atribuída a Juscelino Kubitschek, atualmente, estampa o Museu da Cidade, um monumento que se destaca na Praça dos Três Poderes. Nota-se como o dossiê constrói uma narrativa de modo a atribuir a essa frase um produto de iluminação súbita, sugerindo que JK teria sido positivamente influenciado pelo ambiente da Casa da Fazenda Gama. Assim, esse trecho agrega ao discurso patrimonial da casa uma imagem relativa à determinação pessoal do então presidente para a construção de Brasília.

Esse mesmo padrão discursivo se repete quando o documento alega que Juscelino Kubitschek, ao se deparar com o cenário natural do local, teria exclamado “que paisagem deslumbrante!”.⁸⁴⁴ O documento, assim, privilegia uma narrativa de exaltação com relação aos atributos naturais da Fazenda Gama, reforçando as experiências positivas de JK no local.

⁸⁴² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Discursos. *In Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982.

⁸⁴³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Tombamento da Casa da Fazenda Gama. *In Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸⁴⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Tombamento da Casa da Fazenda Gama. *In Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

Contudo, se considerarmos as descrições do próprio ex-presidente sobre a Fazenda Gama em seu livro *Por que construí Brasília*, de 1975, nota-se um contraste com relação à narrativa do dossiê de tombamento. Em suas memórias, JK tende a depreciar o ambiente em geral, pois, além de indicar tratar-se de local inóspito e repleto de serpentes peçonhentas, desqualifica a edificação sede da Fazenda Gama. De acordo com Juscelino Kubitschek,

Até então [1956], o local onde iria ser Brasília não passava de um carrascal, infestado de cascavéis, com a terra seca esturricada, aberta em fendas pela inclemência do sol. O único testemunho da passagem do homem por ali era um par-dieiro, pretensiosamente denominado Fazenda do Gama, e que se resumia numa casa de telhado baixo, com um cercado no fundo, no qual viviam, confinados, uns cinco bois e uns três leitões.⁸⁴⁵

O texto de Juscelino Kubitschek assinalou que a construção de Brasília em um local nessas condições havia sido um grande desafio para seu governo. O discurso do dossiê de tombamento da Casa da Fazenda Gama, por seu turno, reforça que as impressões iniciais do então presidente teriam sido positivas e inspiradoras, em um discurso que intencionou valorizar a edificação e a paisagem natural ao seu redor.

Além disso, o documento *Tombamento da Casa da Fazenda Gama* se esforça em destacar que as interações entre Juscelino Kubitschek e a família que morava na Fazenda Gama teriam sido amigáveis. Para tanto, descreve o então presidente como uma pessoa simpática e de hábitos simples, e isso se evidencia na descrição de um evento ocorrido na Casa da Fazenda Gama que ficou bem conhecido devido às fotografias divulgadas na época, o *Café da Zenaide*. Conforme o texto, os integrantes da comitiva presidencial em 1956,

Ao chegarem à sede da Fazenda Gama, uma casa antiga a uns cem metros do local [a nascente de água visitada anteriormente], foram recepcionados com o cafezinho (servido numa bandeja e xícaras de ágata), feito por Zenaide, morena simpática, esposa de Arnaldo, zelador da Fazenda. O Presidente JK dirigiu-se à jovem com a pergunta: ‘Você já me conhece?’ E obteve a resposta: ‘Sei... é o Presidente Juscelino Kubitschek.’ Sorriu o Presidente.⁸⁴⁶

O registro do encontro entre o chefe de estado e pessoas humildes e interioranas reforça a ideia de desenvolvimento que a transferência da capital prometia. Ainda assim, o documento reforça a simplicidade desse encontro em torno de um singelo café. Em se-

⁸⁴⁵ KUBITSCHKEK, Juscelino. 1902-1976. *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p. 56. (Coleção Brasil 500 anos.)

⁸⁴⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Tombamento da Casa da Fazenda Gama. *In Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

guida, descreve como Juscelino Kubitschek havia orientado os fotógrafos que o acompanhavam para que o aspecto rural do local integrasse os registros fotográficos, pois

Enquanto JK tomava café, os fotógrafos encarregavam-se de registrar o acontecimento histórico. Presidente, comitiva e moradores da Fazenda posavam para a foto que perpetuaria a importância do momento, quando alguém lembrou-se de espantar os porcos e galinhas que “insistiam” em fazer parte da história. Mas a pedido do Presidente, os animais não foram retirados de cena.⁸⁴⁷

As fotografias mais difundidas desse momento registram tanto Juscelino Kubitschek junto a Zenaide servindo-se do café quanto o ex-presidente tomando o café, em pé, cercado por leitões e galinhas. Para Noé Sandes e Luiz Ricardo Magalhães, o discurso expresso nessas fotografias aponta como JK buscou construir uma imagem de “bandeirante moderno”:

No flash que paralisou o ano de 1956, é possível identificar o bandeirante moderno em Juscelino Kubitschek que, juntamente com uma trupe de burocratas e políticos, são recebidos no terreiro da Fazenda Gama pela família de Zenaide Barbosa.⁸⁴⁸

Para os autores, a estratégia política do governo Juscelino Kubitschek, ao divulgar essas fotografias, era retratar como o atraso e o subdesenvolvimento da região seriam deixados para trás com a construção de Brasília. Nesse sentido, o discurso do dossiê buscou reforçar uma narrativa caracterizada pela ideia de que um local marcado por fazendas isoladas, um café prosaico, porcos, galinhas e uma natureza selvagem estava destinado a dar espaço para a nova capital e o desenvolvimento que havia sido prometido.

Os eventos em torno do Café da Zenaide também integram relatos de protagonistas de Brasília em matérias de jornais dos anos 1960. O ex-presidente da Novacap Ernesto Silva, em reportagem do jornal *Correio Braziliense* intitulada *Surge a Novacap*,⁸⁴⁹ de 1965, relembra a hospedagem da comitiva presidencial na Casa da Fazenda Gama para ressaltar o contraste entre a vivência rural que caracterizava o Planalto Central e os planos grandiosos da construção da nova capital. Conforme Silva, em 2 de outubro de 1956,

⁸⁴⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Tombamento da Casa da Fazenda Gama. *In Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸⁴⁸ SANDES, Noé Freire; MAGALHÃES, Luiz Ricardo. Sertão Planaltino na perspectiva dos lugares, nomes e acontecimentos em um tempo marcado pela presença da Nova Capital. *Territórios e Fronteiras*, v. 10, 2017, p. 345.

⁸⁴⁹ SILVA, Ernesto. Surge a Novacap. *Correio Braziliense*, Brasília, edição 1.621, Correio Braziliense Cultural, p. 5, 12 de setembro de 1965.

o Presidente e todos nós fomos até o Cruzeiro e depois para a Fazenda do Gama, onde, em companhia da família que ali residia, o Presidente e todos nós tomamos um cafezinho, cercados de leitões e galinhas. A alegria nos invadia a alma, por sabermos ter de construir uma nova capital para o Brasil, partindo do nada, do absolutamente nada.⁸⁵⁰

O relato de Silva enfatiza que a comitiva presidencial estava em um ambiente rural caracterizado pelo prosaico cafezinho e em meio a animais típicos do meio pastoril. Nota-se que a ideia de que o Planalto Central precisaria ser ocupado integra esse relato, pois Ernesto Silva reitera que a construção de Brasília teria partido “do nada”. A imagem de Juscelino Kubitschek tomando café em meio aos animais da fazenda, assim, foi importante não apenas como estratégia política para reforçar a urgência da transferência da capital, mas também para dar sentido ao discurso de valorização da edificação que havia proporcionado o evento.

A proposta de tombamento da Casa da Fazenda Gama, inclusive, previu a participação de Zenaide Barbosa na cerimônia de tombamento da edificação, conforme o *Relatório final* da DePHA. De acordo com o documento, estava prevista uma filmagem “a ser realizada com a senhora Zenaide, esposa do caseiro da Fazenda Gama, que serviu o primeiro cafezinho ao Presidente Juscelino Kubitschek, quando de sua vinda ao Planalto Central, em 2 de outubro de 1956”.⁸⁵¹ Nesse sentido, constata-se que recuperar a imagem e a memória de Zenaide traria à tona as mudanças ocorridas na região, em especial o modo como a construção de Brasília havia deixado para trás um Planalto Central associado à ruralidade.

O registro fotográfico do café da Zenaide, atualmente, é parte importante do acervo do Museu da Casa da Fazenda Gama, pois, além de ter sido transformado em um painel localizado no exterior do edifício, faz parte da exposição permanente em seu interior (figura 51). Embora utensílios domésticos descritos como típicos de uma tradição anterior à Brasília também integrem o acervo do museu, as fotografias de Juscelino Kubitschek junto à mulher possuem grande destaque, reforçando a importância da hospedagem do ex-presidente no local como um marco para a transferência da capital.

⁸⁵⁰ SILVA, op. cit., p. 5.

⁸⁵¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Relatório final. *In Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

Figura 51. Registros de Juscelino Kubitschek e Zenaide Barbosa no museu da Casa da Fazenda Gama



Legenda: painel no exterior do edifício (esq.) e fotografia exposta no interior do Museu (dir.) Fotografias: Daniela Barbosa.

A Casa da Fazenda Gama, conforme vimos, é retratada no dossiê como um lugar simbolicamente importante por ter hospedado a comitiva de Juscelino Kubitschek. Além disso, a edificação aparece como um ponto de apoio importante no início das obras. De acordo com o documento *Tombamento da Casa da Fazenda Gama*, “a primeira estação de rádio de Brasília foi instalada na Fazenda Gama pela Panair do Brasil em 28 de outubro de 1956, em colaboração com a Novacap, objetivando estabelecer comunicação com o Rio de Janeiro”.⁸⁵² Em seguida, conforme o documento,

A Casa da Fazenda Gama serviu também de alojamento para a equipe de técnicos, operários e o guarda-campo Luciano Pereira, morador de Luziânia, responsável pelos campos de pouso da Fazenda e antigo funcionário da Aeronáutica, trazido para Brasília por Bernardo Sayão, em julho.⁸⁵³

Essas descrições intencionam inserir a Casa da Fazenda Gama, de modo mais efetivo, no processo de implantação de Brasília. Os trechos citados evidenciam, ainda, como a edificação havia sido completamente desvinculada de suas funções rurais para servir ao alegado desenvolvimento que chegava à região. Para o historiador Luiz Ricardo

⁸⁵² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Tombamento da Casa da Fazenda Gama. In Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸⁵³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Tombamento da Casa da Fazenda Gama. In Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

Magalhães, a conversão da Casa da Fazenda Gama em local de apoio para a construção de Brasília teria representado uma negação da cultura e da tradição existente na região, pois “com as obras, o cenário adquire a marca da provisoriedade e da ausência de identidades consistentes, já que o sertão que havia de fato tinha que ser negado”.⁸⁵⁴ O espaço, nessa ótica, estaria a serviço de um projeto que visava à superação das referências históricas e culturais do Planalto Central, pois a ideia de desenvolvimento trazida por Brasília exigia a construção de uma nova história para o local.

3.2.4 A desapropriação das terras

A efetivação da transferência da capital exigiu a desapropriação de uma série de terras na atual região do Distrito Federal que pertenciam ao estado de Goiás, entre elas as da Fazenda Gama. Um documento anexado ao dossiê da Casa da Fazenda Gama, intitulado *Sítio Castanho*, busca reforçar a proeminência de políticos no processo de implantação de Brasília, destacando em especial as medidas adotadas a fim de possibilitar a escolha do local e a desapropriação das fazendas da região. O texto, em um primeiro momento, relata o trabalho da Comissão de Localização da Nova Capital, criada ainda no governo de Getúlio Vargas, destacando sua importância para definir em 1953 o “Retângulo do Congresso”, que foi a área indicada como a mais favorável para a localização da nova capital.⁸⁵⁵

O documento, em seguida, destaca o protagonismo de Ernesto Silva e do Marechal Pessoa, que eram membros da referida comissão, em nomear o engenheiro Raul Pena Firme como relator e, assim, possibilitar o avanço na definição do local exato para a futura capital.⁸⁵⁶ O texto apoia-se nesses eventos para sintonizar a definição do sítio escolhido à ascensão de Juscelino Kubitschek enquanto candidato à presidência da república, pois

Numa coincidência metafísica, no dia 4 de abril de 1955, à mesma hora em que Raul Pena Firme apresentava à Comissão as normas técnicas com base na Lei nº 1.803, de 5 de janeiro de 1953, para o julgamento do melhor sítio dentre os cinco apresentados pela Donald Belcher, Juscelino Kubitschek de Oliveira fazia o seu primeiro comício de campanha à Presidência da República, em Jataí, Goiás,

⁸⁵⁴ MAGALHÃES, op. cit., p. 15.

⁸⁵⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Sítio Castanho*. In *Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸⁵⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Sítio Castanho*. In *Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

e era questionado por Antônio Soares Neto – Toniquinho – se iria cumprir a Constituição Federal.⁸⁵⁷

O documento recupera tais acontecimentos para apontar como Brasília já começava a converter-se em realidade, pois, além de se tornar a meta-síntese de Juscelino Kubitschek, o local de construção de Brasília havia sido definido, o Sítio Castanho. Além disso, a proeminência goiana nessa trama é destacada, reforçando como a promessa de construir Brasília teria ganhado força no estado de Goiás.

Em seguida, o texto assinala as dificuldades de Juscelino Kubitschek, já eleito, em desapropriar as terras do local e iniciar a transferência da capital, pois o então presidente era impedido por manobras da oposição.⁸⁵⁸ O documento indica que a solução teria partido de iniciativas de Ernesto Silva e Marechal Pessoa, que, em audiência com o então governador de Goiás José Ludovico de Almeida, teriam feito um apelo para que “o Estado de Goiás, por meio do decreto estadual, declarasse de utilidade pública, para efeito de desapropriação, todas as terras dentro do perímetro já definido do futuro Distrito Federal”.⁸⁵⁹

A participação do governo de Goiás na construção de Brasília é tema da pesquisa de Márcio de Oliveira, que aponta como a desapropriação das terras resultou de “interesses convergentes” entre o governo goiano e aliados de Juscelino Kubitschek.⁸⁶⁰ O governo do então presidente, nesse sentido, conforme Oliveira, beneficiou-se do apoio do estado de Goiás, e isso foi importante para superar as investidas contrárias da oposição com relação à transferência da capital. O discurso do dossiê de tombamento da Casa da Fazenda Gama ressalta a importância da aliança estabelecida entre os apoiadores de Juscelino Kubitschek e o governo goiano, pois, conforme o documento *Sítio Castanho*, o então governador de Goiás “fez a história avançar” e determinou a desapropriação amigável de terras na área do futuro Distrito Federal.⁸⁶¹ O documento narra esse episódio como uma vitória para membros do governo, como Ernesto Silva e Marechal Pessoa.

⁸⁵⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Sítio Castanho. In *Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸⁵⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Sítio Castanho. In *Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸⁵⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Sítio Castanho. In *Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸⁶⁰ OLIVEIRA, Márcio de. A participação goiana na construção de Brasília. *Sociedade e Cultura*, vol. 8, n. 1, p. 97-109, 2005.

⁸⁶¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Sítio Castanho. In *Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

Constata-se, assim, que a intenção desse documento era reforçar o papel desempenhado por aliados de Juscelino Kubitschek, como Ernesto Silva, Marechal Pessoa e José Ludovico de Almeida, para a construção de Brasília. O documento assinala que sem o apoio desses personagens,

o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e os milhares de candangos vindos de todos os rincões da Pátria não poderiam construir em pouco mais de 1.000 dias a Capital da República, e oferecer ao mundo o Patrimônio Cultural da Humanidade que é Brasília.⁸⁶²

O documento, assim, recupera eventos anteriores à construção de Brasília para inserir a desapropriação amigável das terras como uma vitória em uma disputa política que, conforme o trecho citado, havia sido determinante para garantir a existência da nova capital e sua monumentalidade.

No entanto, Luiz Ricardo Magalhães aborda como a desapropriação de terras, ainda que seja geralmente descrita como amigável, gerou uma sensação de insegurança na população do Planalto Central e questiona o quanto esse processo teria sido realmente desprovido de conflitos.⁸⁶³ Magalhães relata que a ideia da construção da nova capital no Planalto Central, a princípio, fazia parte das aspirações de boa parte da população goiana, em especial pela promessa de trazer modernidade para a região. Contudo, houve uma mudança de ânimos quando a proposta começou a se tornar realidade, pois “conceitos menos animadores como desapropriação, aceleração do tempo, impessoalidade e burocratização vieram mostrar como seria difícil lidar com a realidade em mutação acelerada”.⁸⁶⁴ Nesse sentido, o autor aponta que a população do Planalto Central não havia necessariamente se mostrado simpática à ideia de desapropriação de suas terras.

O dossiê de tombamento da Casa da Fazenda Gama, conforme vimos, privilegia a visão de políticos com relação às desapropriações, reforçando os pontos positivos da construção de Brasília. Do mesmo modo, o dossiê não alude a qualquer divergência de interesses envolvendo a desapropriação do espaço, já que os antigos proprietários são retratados como pessoas simples e orgulhosas por terem recebido a comitiva presidencial em 1956.

⁸⁶² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Sítio Castanho. *In Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

⁸⁶³ MAGALHÃES, op. cit.

⁸⁶⁴ MAGALHÃES, op. cit., p. 123-124.

Este subtópico encerra a discussão sobre o tombamento da Casa da Fazenda Gama. Como vimos, o tombamento da edificação resultou de demanda do Brasília Country Club, que intencionava prover o clube recreativo de um patrimônio histórico com potencial turístico. A DePHA, ao acolher a solicitação, buscou articular essa demanda atual a iniciativas que remontam aos anos 1980 de proteção de antigas fazendas, o que indica uma prática que consolidou valores patrimoniais referentes às origens do território.

A Casa da Fazenda Gama, contudo, teria seu valor associado não apenas às tradições regionais, pois o edifício havia recebido a comitiva presidencial em 1956. Esse discurso foi fundamental para inserir o espaço na narrativa dos preparativos para a transferência da capital e, assim, valorizá-la enquanto parte da história de Brasília centrada em protagonistas.

A hospedagem de JK na Casa da Fazenda Gama como parte dos preparativos para a construção de Brasília inseriu a edificação até mesmo no discurso de valorização das tradições regionais. Isso contestou o discurso de que a região seria caracterizada por um vazio demográfico e cultural, em especial pela exaltação das tradições relativas à Festa do Divino. Além disso, conforme vimos, o dossiê equipara a Casa da Fazenda Gama ao patrimônio histórico de Planaltina, indicando como essa representação regional teria dado suporte para a implementação da nova capital. A DePHA, assim, buscou reforçar o valor patrimonial dos denominados antecedentes de Brasília, e suas características são descritas como regionais e históricas.

Outro ponto importante na discussão foi o modo como o dossiê construiu uma imagem positiva da experiência de Juscelino Kubitschek no recinto, destacando tanto uma familiaridade com relação às celebrações organizadas pelo Padre Gama quanto os momentos acolhedores e aprazíveis durante a estadia. Essa narrativa, contudo, como vimos, contrasta com os relatos do ex-presidente, que reforçou os desafios de ocupação daquele espaço e a urgência de levar desenvolvimento ao local, descrito como inóspito e perigoso.

Por fim, vimos como o relato do dossiê sobre o processo de desapropriação de terras para a construção de Brasília é centrado nas expectativas de protagonistas, o que tende a desconsiderar embates e conflitos com a população local.

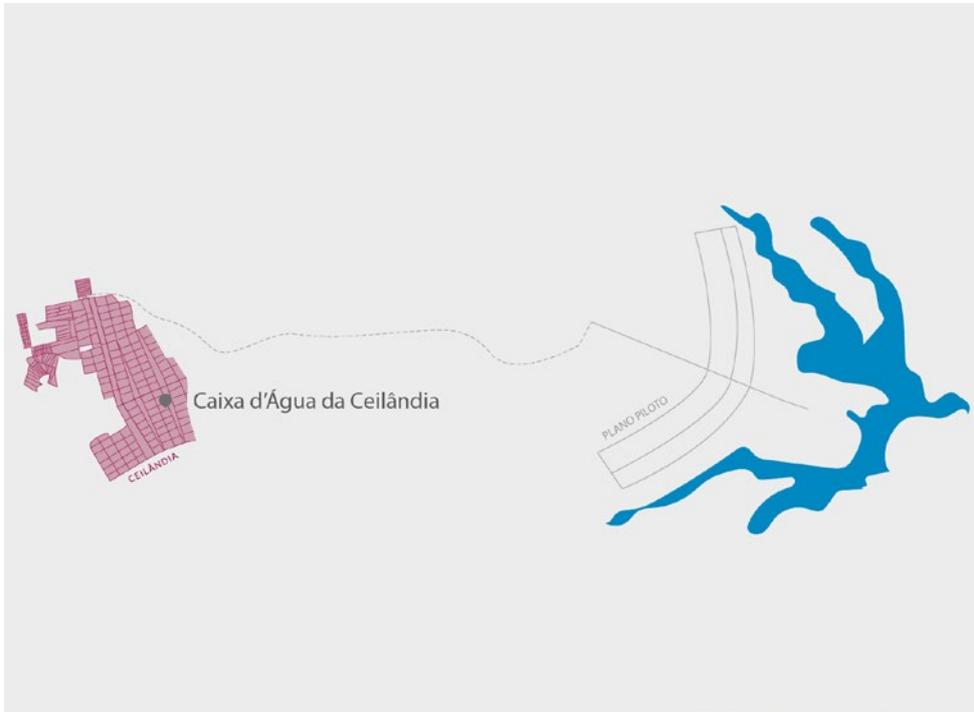
3.3 Caixa d'Água da Ceilândia e Escola Industrial de Taguatinga: lugar da comunidade e discurso de superação

A partir dos anos 2010, os dossiês de tombamento tendem a reforçar a ideia da importância da atuação da comunidade local para a escolha do patrimônio no Distrito Federal. É o caso dos processos da Caixa d'Água da Ceilândia e do Centro de Ensino Médio EIT/CEMEIT e Centro Cultural Teatro da Praça – aqui denominada Escola Industrial de Taguatinga (EIT), em concordância com a nomenclatura do dossiê – tombados, respectivamente, em 2013 e 2014. Ambos os tombamentos tomaram impulso a partir da organização de setores da sociedade civil, seja por meio de requerimentos formais, seja através de abaixo-assinados.

Esses tombamentos são fortemente marcados, nos dossiês, pela indicação de que os referidos núcleos, embora tenham tido um início difícil, haviam superado as principais dificuldades e estariam em busca de um futuro melhor. Para tanto, a documentação constrói uma imagem do patrimônio que relaciona passado e presente, chamando a atenção para as vitórias alcançadas e as expectativas para o desenvolvimento de Ceilândia e de Taguatinga.

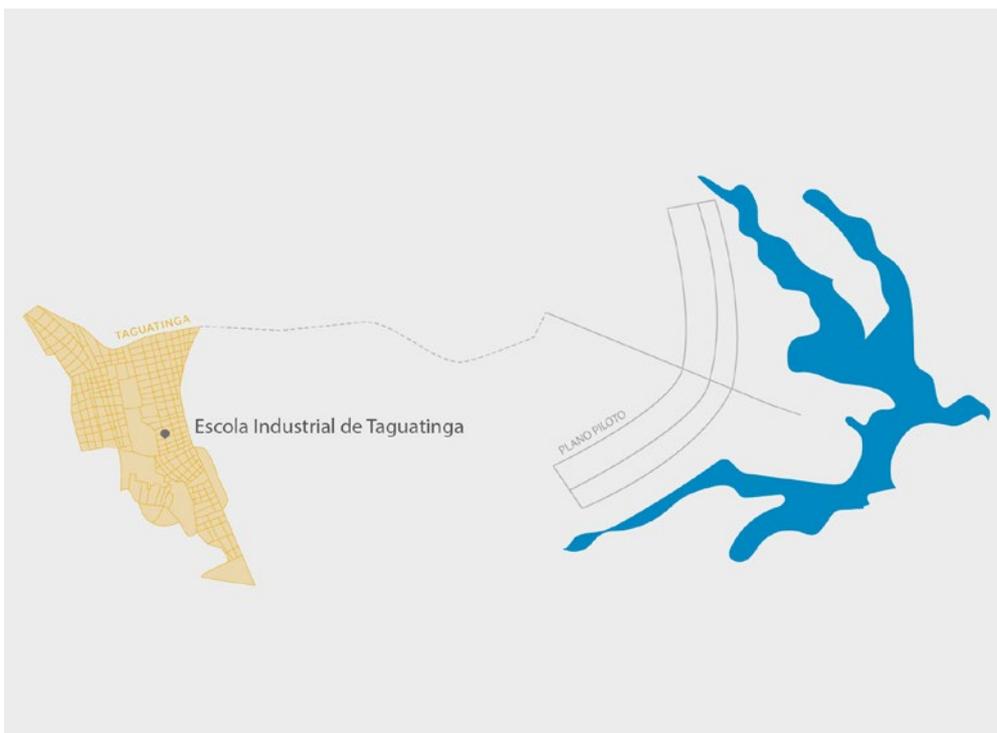
A localização da Caixa d'Água da Ceilândia e da Escola Industrial de Taguatinga está indicada nas figuras 52 e 53 a seguir.

Figura 52. Localização da Caixa d'Água da Ceilândia com relação ao Plano Piloto de Brasília



Elaboração: Daniela Barbosa.

Figura 53. Localização da Escola Industrial de Taguatinga com relação ao Plano Piloto de Brasília



Elaboração: Daniela Barbosa.

Taguatinga foi fundada em 1958, antes mesmo da inauguração de Brasília. Em 1959, o antigo Ministério da Educação e Cultura instituiu a primeira escola do núcleo, a Escola Industrial de Taguatinga, que tinha como intuito capacitar os alunos para o mercado de trabalho. Ceilândia, por sua vez, foi fundada anos mais tarde, em 1971, e a inauguração do reservatório elevado conhecido como Caixa d'Água ocorreu em 1973 como solução para o abastecimento de água no núcleo-satélite. Ambas as construções, assim, marcaram o início das respectivas Regiões Administrativas.

Para Vinícius Carvalho Pereira, esses tombamentos espelham uma política patrimonial que buscou considerar a importância econômica e demográfica que Taguatinga e Ceilândia adquiriram no Distrito Federal.⁸⁶⁵ Juntas, essas Regiões Administrativas possuem uma população de 638.597 habitantes, segundo dados de 2018.⁸⁶⁶ Nesse sentido, com relação a Taguatinga, Carolina Pescatori, Ricardo Trevisan e Ana Elisabete Medeiros destacam a autonomia socioeconômica do núcleo com relação ao Plano Piloto, “sendo um dos principais polos de emprego no Distrito Federal”.⁸⁶⁷ Janaína Peres, por sua vez, assinala a importância de Ceilândia na cena cultural do Distrito Federal, em especial pela ascensão do movimento *hip-hop* no núcleo, que, conforme a autora, contribuiu para explicitar “as controvérsias e tensões entre Ceilândia e o Plano Piloto”.⁸⁶⁸ Nota-se como os autores apontam particularidades dos locais e indicativos de autonomia no Distrito Federal.

Os dossiês de tombamento da Escola Industrial de Taguatinga e da Caixa d'Água da Ceilândia, como veremos, buscaram trazer à tona a necessidade da ampliação dos investimentos em ambas as Regiões Administrativas, apontando o potencial dos núcleos e o seu papel de destaque em Brasília.

3.3.1 A demanda pelo tombamento e a participação de moradores

Conforme vimos ao longo deste trabalho, a ideia do tombamento como resultado da vontade da população aparece em diferentes dossiês, com características distintas. No

⁸⁶⁵ PEREIRA, Vinícius Carvalho. *O tombamento da Caixa d'água da Ceilândia no contexto da política de patrimônio do Distrito Federal*. 2017. 119 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017, p. 94.

⁸⁶⁶ COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). Pesquisa Distrital por amostra de domicílios 2018. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2018/>. Acesso em: 5 maio 2021.

⁸⁶⁷ PESCATORI, Carolina; TREVISAN, Ricardo; MEDEIROS, Ana Elisabete. Taguatinga: conexões e centralidades. In: SABOIA, Luciana; DERNTL, Maria Fernanda (Orgs.). *Brasília 50 + 50: cidade, história e projeto*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014, p. 92.

⁸⁶⁸ PERES, Janaína Lopes. A cidade é uma cidade só? Brasília e os perigos de uma resposta única. In: VASCONCELOS, Ana Maria Nogales et al. (Orgs.). *Território e sociedade: as múltiplas faces da Brasília metropolitana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Institut de Recherche pour le Développement (IRD), 2019, p. 216.

capítulo 2, vimos como o Conselho Comunitário de Planaltina chancelou os tombamentos efetuados no núcleo em 1982, embora não haja indícios de que a população teria sido consultada com relação à definição do patrimônio. Em seguida, também no capítulo 2, discutimos como o tombamento do HJKO, em 1985, representou um marco na mobilização ativa de moradores como forma de impedir a demolição do antigo hospital e reivindicar moradia e serviços de saúde. O conjunto hospitalar, conforme vimos, foi transformado em um museu e não em um posto de saúde, o que representou frustração para parte dos moradores.

No tópico 3.1 deste capítulo, vimos como o órgão do patrimônio, o DePHA, buscou associar o tombamento das edificações de madeira ao anseio de populações descritas como pioneiras, com o intuito de articular a memória da construção de Brasília à trajetória de formação e consolidação de Regiões Administrativas derivadas de antigos acampamentos de obras. Por fim, também neste capítulo, tópico 3.2, vimos que o tombamento da Casa da Fazenda Gama, em 2006, foi resultado de solicitação da diretoria do Brasília Country Club, em um processo que articulou os interesses do clube recreativo aos da DePHA.

As particularidades que caracterizaram cada processo nos remetem ao fato de que o patrimônio cultural assumiu uma amplitude de temas e questões, entre as quais o processo de escolha e definição do bem a ser tombado. Conforme discute Ulpiano Bezerra de Meneses, o patrimônio se configura como um espaço de disputas e poder, pois os distintos atores sociais buscam se apropriar desse instrumento com interesses e objetivos próprios.⁸⁶⁹ Assim, os dossiês de tombamento evidenciam como populações locais se envolveram em cada caso e também revelam as contradições e ambiguidades por trás dos processos, bem como a participação de governantes e as divergências de interesses entre os sujeitos.

Os tombamentos realizados em Taguatinga e em Ceilândia tomaram impulso a partir da demanda de moradores, e isso nos auxilia a compreender o modo como a reivindicação popular contribuiu para a construção dos valores que estruturaram esses tombamentos.

O processo de tombamento da Escola Industrial de Taguatinga teve início em 2006. O pedido de tombamento é proveniente do movimento cultural Tribo das Artes em conjunto com o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO), entidades

⁸⁶⁹ BEZERRA DE MENESES, Ulpiano Toledo. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Coordenação de Weber Sutti. Ouro Preto-MG: IPHAN, 2009. *Anais...* Brasília-DF: IPHAN, 2012, p. 25-39.

que participaram ativamente da iniciativa e se colocaram como representantes da população. O documento *Proposta de Tombamento da Escola Industrial de Taguatinga – EIT*, encaminhado à DePHA, continha o seguinte material para fundamentar a proteção da escola:

Abaixo assinado com mais de mil assinaturas da comunidade de Taguatinga; Panfleto ‘Viva EIT’ (A4); Cartaz, mosquitinho e fotos do Show ‘Viva EIT’, realizados pelos grupos culturais de Taguatinga, dia 06/12/2006, das 17 às 20h, ao lado da EIT; Livro ‘Taguatinga: Duas décadas de cultura’, de Ivaldo Cavalcante, editado com auxílio da FAC – Secretaria de Cultura do DF; Artigo ‘Histórica Associação de Arte’, de Augusto Carlos Cacá, publicado em jan./01.⁸⁷⁰

Isso demonstra como houve um engajamento das entidades interessadas junto à população de Taguatinga, que organizou um abaixo-assinado a fim de reforçar o anseio popular pelo tombamento. Além disso, conforme a descrição dos documentos enviados à DePHA, constata-se que houve pesquisa, coleta e produção de material por parte das entidades que demandaram o tombamento, como material promocional alusivo à escola – panfleto, cartaz, mosquitinho e fotografias.

A Tribo das Artes, um movimento cultural idealizado por artistas de Taguatinga e criado no ano 2000, foi o principal responsável pelo processo de coleta e elaboração do material enviado à DePHA, ainda que com apoio do SINPRO. Conforme o *site* do Coletivo Palavra, que divulga a atuação da Tribo das Artes, trata-se de um movimento promotor da arte pela resistência,⁸⁷¹ que organiza regularmente saraus, circuitos poéticos e outros eventos em Taguatinga, além de publicar periódicos e informativos – alguns dos quais anexados ao dossiê de tombamento da EIT.

A produção do material informativo e publicitário sobre a escola fez parte da campanha pelo tombamento, que buscou tanto estimular a adesão da população local quanto dar visibilidade ao movimento. Entre os materiais anexados ao dossiê, o folder intitulado *Viva EIT* divulga um evento homônimo ocorrido em Taguatinga, que tinha como intenção principal mobilizar moradores e colher assinaturas pelo tombamento do espaço. O evento tinha como atrativos culturais apresentações locais de música, dança e poesia (figura 54).

⁸⁷⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Proposta de Tombamento da Escola Industrial de Taguatinga-EIT. *In Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁸⁷¹ COLETIVO PALAVRA. *Tribo das Artes*. Disponível em: <http://www.coletivopalavra.com.br/tribo-das-artes/>. Acesso em: 5 de maio 2021.

Embora a Tribo das Artes tenha feito a solicitação em 2006, o tombamento da escola ocorreu apenas em 2014, sendo que, ainda em 2007, a DePHA chegou a decretar o tombamento provisório. A demora dos trâmites, para Vinícius Pereira, poderia estar relacionada a interesses políticos ou empresariais em não preservar a EIT. Como a edificação encontra-se em localização privilegiada, o autor aponta que “a comunidade ouvia constantes boatos de que a área em que localizava o colégio poderia ser utilizada ou vendida pelo governo a qualquer momento por ter alto valor imobiliário”.⁸⁷³ Esse alegado receio nos remete ao processo de tombamento do Relógio de Taguatinga, em 1989, que, conforme vimos no capítulo 2, buscou reforçar que havia um constante e recorrente desrespeito aos espaços públicos de Taguatinga pelo governo, que permitiu a destruição de praças e outros equipamentos urbanos.

A demora dos trâmites para o tombamento da EIT também pode espelhar um período de maior instabilidade do órgão do patrimônio, que inclusive mudou de nome ao longo do percurso. Em 2006, quando o processo de tombamento da EIT teve início, tratava-se da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico. Posteriormente, em 2014, ano em que a EIT foi tombada, os trâmites estavam sob a responsabilidade da Diretoria de Gestão do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (DIGEPHAC), subordinada à Subsecretaria de Patrimônio Histórico e Artístico (SUPHAC). Portanto, a demora no processo pode estar relacionada tanto a interesses referentes ao uso do lote da EIT quanto às reestruturações internas da instância responsável pelo patrimônio.

Nesse processo, a Tribo das Artes divulgou acontecimentos e perspectivas com relação à escola por meio de informativos de circulação local, demonstrando estar acompanhando os trâmites para o tombamento e cobrando uma posição da DePHA. Isso se mostra no texto do informativo *Viva EIT: símbolo cultural de uma classe operária*, de junho de 2008, que salienta:

[Nós da Tribo das Artes] colhemos assinaturas para o tombamento da Escola, Teatro e Biblioteca e levamos ao DePHA em dezembro de 2006. Em agosto de 2007, conseguimos o primeiro passo: foi assinado o decreto do tombamento provisório. Mas ainda é necessário abrir uma linha de pesquisa, mobilizar recursos e criar ambientes adequados para estudo e exposição da história de Taguatinga.⁸⁷⁴

O texto aponta como o tombamento seria parte de um percurso para a criação de “ambientes adequados para estudo e exposição da história de Taguatinga”, indicando como a Tribo das Artes continuaria a pressionar por melhorias no núcleo. Nesse sentido,

⁸⁷³ PEREIRA, op. cit., p. 97.

⁸⁷⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Viva EIT: símbolo cultural de uma classe operária*. In *Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

verifica-se que o movimento teve uma voz ativa no processo, mobilizando moradores, divulgando sua atuação e indicando a necessidade de lutar por mais investimentos em Taguatinga.

A Tribo das Artes, em diversos materiais de divulgação, buscou articular a preservação da escola à renovação dos espaços de convivência do local, ampliação do acervo e investimento em pessoal. Nesse aspecto, os anseios e expectativas para o futuro dialogam com constatações de David Lowenthal de que as sociedades costumam exaltar um patrimônio, principalmente, pelo que ele deveria ser.⁸⁷⁵ Isso se mostra em um informativo publicado pela Tribo das Artes que descreve as expectativas com relação ao tombamento da EIT. Conforme esse documento, intitulado *Todo povo afirma sua história*,

Queremos o tombamento para reformar e valorizar a arquitetura do Teatro da Praça, da Biblioteca e do bloco de salas paralelo à avenida comercial, preservando o que ainda tem de original. Queremos que o acervo da Biblioteca seja atualizado, diversificado, catalogado e colocado à disposição do público, que haja ambiente adequado ao estudo e profissionais habilitados para o atendimento. Queremos que o Teatro seja aparelhado e ofereça boas condições de apresentações cênicas, musicais e cinematográficas, com equipe técnica capacitada para apoiar na direção do espaço (...). Queremos que esse conjunto de equipamentos culturais tenha uma administração pública, com participação comunitária, por meio de um órgão colegiado.⁸⁷⁶

A partir dessa estratégia, a população requerente buscou agregar ao discurso patrimonial a necessidade de investimentos financeiros em um local histórico e simbólico, além de representativo da arte e da cultura local. O trecho citado revela ainda que o anseio dos requerentes não se limitava ao tombamento, sendo extensivo à gestão participativa do espaço.

Além disso, sugere-se uma relação entre o tombamento e a ideia de revitalização da edificação. Essa proposta está presente na noção de que o tombamento deveria ser acompanhado de “reforma e valorização da arquitetura” preservando-se “o que ainda tem de original”, o que reforça uma preocupação com a autenticidade da edificação. A articulação entre tombamento e “revitalização”, conforme discute Ana Elisabete Medeiros, marcou práticas de tombamento no Brasil a partir dos anos 1970, em especial como um motor para o turismo.⁸⁷⁷

⁸⁷⁵ LOWENTHAL, David. Fabricating heritage. In: *History & Memory*, Bloomington: Indiana University Press, v. 10, n. 1, 1998.

⁸⁷⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Todo povo afirma sua história*. In *Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁸⁷⁷ MEDEIROS, Ana Elisabete. Brasília: patrimônio mundial de desenvolvimento local? In: RIBAS, Otto (Org.). *Visões de Brasília: patrimônio, preservação & desenvolvimento*. Brasília: Instituto de Arquitetos do Brasil, 2005.

Contudo, no caso em análise, o anseio em “reformular e valorizar a arquitetura” não está relacionado ao turismo, mas, sim, ao uso pela própria população do núcleo. Isso nos remete, novamente, ao dossiê de tombamento do Relógio de Taguatinga de 1989, que conforme vimos no capítulo 2, representou a ânsia de moradores pela valorização de espaços para uso cotidiano da população local. Isso indica como a necessidade de valorização dos espaços de convivência foi uma pauta importante em ambos os tombamentos do núcleo, em diferentes momentos.

Os organizadores da campanha pelo tombamento, como vimos, lançaram mão de uma série de instrumentos de apoio, como o abaixo-assinado, programação de eventos culturais e divulgação de material informativo, para estimular a adesão de pessoas e pressionar a DePHA. Essa mobilização remete à discussão da geógrafa Simoni Scifoni sobre o modo como a sociedade interessada em tombamentos geralmente se mobiliza. A autora identificou o uso de alguns recursos, com destaque para

abaixo-assinados como forma de envolver um número cada vez maior de pessoas; manifestações públicas para chamar atenção dos meios de comunicação; fundamentação técnica por meio de elaboração de pareceres de especialistas; pressão política junto aos canais de representação, seja nas Câmaras de Vereadores ou na Assembleia Estadual.⁸⁷⁸

A geógrafa ressalta que os sujeitos interessados na preservação de bens se espelham em experiências pretéritas que resultaram em êxito, e por isso reivindicações de origens diferentes tendem a possuir estratégias semelhantes.⁸⁷⁹ No contexto de Taguatinga, o exitoso tombamento do Relógio em 1989 teve início também por meio de um abaixo-assinado, o que pode ter inspirado o movimento pelo tombamento da EIT em 2006.

O tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia, em semelhança com o da Escola Industrial de Taguatinga, tomou impulso a partir de demanda da sociedade civil. Em 27 de março de 2011, a SUPHAC recebeu a demanda de representantes do Fórum de Cultura de Ceilândia, que formalizou a solicitação de tombamento da Caixa d'Água no documento *Requerimento de tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia*.⁸⁸⁰ A data escolhida para a apresentação da solicitação do tombamento – 27 de março – é simbólica, pois é o dia do aniversário de inauguração do núcleo.

⁸⁷⁸ SCIFONI, op. cit., p. 519.

⁸⁷⁹ SCIFONI, op. cit., p. 519.

⁸⁸⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Requerimento de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia. In *Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

O processo de estruturação do Fórum de Cultura de Ceilândia, entidade que solicitou o tombamento, não está claro. Vinícius Pereira se atentou para essa questão e apontou que na ocasião do quadragésimo aniversário de Ceilândia, em 2011, “alguns grupos culturais locais se reuniram no chamado Fórum de Cultura da Ceilândia, e emitiram um documento com o pedido de tombamento da Caixa d’Água para a Secretaria de Cultura”.⁸⁸¹ O autor indica que certamente houve uma orientação para que essa coletividade se reunisse em torno de um evento ou movimento local e assim pressionasse a SUPHAC.

O Fórum de Cultura da Ceilândia, por meio do documento que pleiteou o tombamento, referencia valores que moradores da Ceilândia teriam atribuído à Caixa d’Água. Conforme o documento *Requerimento de Tombamento da Caixa d’Água da Ceilândia*, a Caixa d’Água seria dotada de valor histórico e simbólico. Esses valores estariam relacionados, em primeiro lugar, às origens de Ceilândia, pois

Em 27 de março de 1971, o governador Hélio Prates lançava a Pedra Fundamental da nova cidade, no local onde está situada a Caixa d’Água, monumento histórico da cidade e símbolo representativo de nossa cidade.⁸⁸²

Esse trecho busca dotar a Caixa d’Água de um valor representativo a partir de datas históricas, indicando como as fundações da Ceilândia e da Caixa d’Água, simbolicamente, se sobrepõem. O documento, nesse sentido, estabelece uma relação direta entre a fundação de Ceilândia, em 1971, e a da Caixa d’Água, em 1973, o que reforçaria a importância histórica e simbólica do local para a população.

Em seguida, o documento alega que a preservação da Caixa d’Água “impedirá legalmente sua descaracterização, destruição, demolição ou mutilação”,⁸⁸³ demonstrando preocupação com possíveis projetos que eliminariam esse equipamento público. Esse discurso nos remete ao conceito de “retórica da perda”,⁸⁸⁴ de Reginaldo Gonçalves, já debatido no capítulo 2. Além disso, conforme vimos no mesmo capítulo, o discurso da ameaça da destruição do patrimônio foi bastante marcante nas justificativas para o tombamento do Relógio de Taguatinga, em 1989.

⁸⁸¹ PEREIRA, op. cit., p. 70.

⁸⁸² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Requerimento de tombamento da Caixa d’Água da Ceilândia. *In Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

⁸⁸³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Requerimento de tombamento da Caixa d’Água da Ceilândia. *In Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

⁸⁸⁴ GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002.

Em nossa análise do dossiê do Relógio de Taguatinga no capítulo 2, constatamos ainda que a campanha pelo tombamento denunciou a destruição de vários pontos descritos como importantes para o núcleo, entre os quais uma caixa d'água – mesmo tipo de elemento que, mais tarde, viria a ser escolhido como patrimônio da Ceilândia. A proposta de proteção desse equipamento público reforça sua relação simbólica com a formação tanto de Taguatinga quanto de Ceilândia. Além disso, verifica-se como o discurso da ameaça da destruição foi utilizado por moradores de Ceilândia e de Taguatinga em diferentes momentos, o que pode ser entendido como uma estratégia para tentar garantir a proteção de equipamentos em núcleos-satélites, que, geralmente, tendem a ser negligenciados pelo poder público.

A SUPHAC acolheu o pedido de tombamento proveniente do Fórum de Cultura de Ceilândia, dando prosseguimento ao processo pela criação de uma Comissão Especial que se encarregou de toda a pesquisa, coleta e produção da documentação. Já a participação do Fórum de Cultura da Ceilândia, conforme destacou Vinícius Pereira, se encerrou na solicitação de abertura do processo de tombamento, pois conforme o autor,

em nenhum outro momento foi relatada a participação do FCC [Fórum de Cultura da Ceilândia] ou consultas à população do DF. As entrevistas utilizadas para justificar a importância do bem e a relevância da questão do abastecimento de água em Ceilândia, foram realizadas pelo ArPDF até 10 anos antes do pedido de tombamento.⁸⁸⁵

Pereira chama a atenção para a condução bastante centralizada do processo, pois privilegiou-se a coleta de material já produzido em detrimento de um contato com a sociedade civil atual. Nesse sentido, é possível observar uma diferença com relação à participação da Tribo das Artes na campanha pelo tombamento da Escola Industrial de Taguatinga, uma vez que houve uma participação mais ativa de integrantes do movimento cultural na divulgação da campanha e acompanhamento do processo, como vimos.

Contudo, em nenhum dos casos houve a participação de membros da sociedade que pleiteou o tombamento em discussões internas no âmbito da instituição do patrimônio. Essa questão nos remete às considerações da geógrafa Cíntia Nigro, que aponta que, embora o tombamento tenha se tornado, muitas vezes, objeto de reivindicações, o instrumento ainda é relativamente fechado à participação da população interessada. Conforme a autora,

a atuação da sociedade civil está limitada à solicitação de abertura de processo de estudo de tombamento e à divulgação de sua luta junto aos meios de comu-

⁸⁸⁵ PEREIRA, op. cit., p. 100.

nicação e fóruns públicos, visando o esclarecimento da opinião pública como importante instrumento de pressão política.⁸⁸⁶

De fato, não houve uma representação da sociedade civil no andamento do processo de tombamento da Caixa d'Água, pois a Comissão Especial formada no âmbito da SUPHAC era formada por profissionais do órgão. Do mesmo modo, não há indícios de que tenha havido consultas ou diálogo com a população após a abertura do processo, o que limitou a participação de moradores. Entretanto, isso não significa que a participação da sociedade civil, por ser relativamente limitada, não seja representativa. O requerimento de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia proveniente do Fórum de Cultura de Ceilândia, por exemplo, indica que houve uma prévia organização e mobilização de moradores na definição do local como patrimônio do núcleo. Esse documento, conforme já mencionamos, apresentou justificativas e destacou os valores que a população atribuía ao equipamento, e apenas posteriormente o processo foi centralizado pela SUPHAC.

A origem popular das reivindicações, inclusive, integrou documentos técnicos que justificavam a importância dos tombamentos, e isso se mostra em ambos os dossiês analisados neste tópico. No dossiê de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia, uma nota técnica da Secretaria de Estado da Casa Civil se esforça em salientar que o processo teria “ampla participação popular”:

De acordo com o processo apresentado pelo Fórum de Cultura de Ceilândia, responsável pelo pedido de Tombamento à Secretaria de Cultura do Distrito Federal, verifica-se ampla participação da população de Ceilândia em relação ao processo de tombamento da Caixa d'Água da cidade, o que demonstra, além de atender outros requisitos de acordo com Lei n° 47, interesse público.⁸⁸⁷

O dossiê da Escola Industrial de Taguatinga, de modo análogo, estabelece uma relação entre o anseio popular e a legitimidade do tombamento da escola. Isso se mostra em um documento sem título elaborado pela DePHA, que aponta que “legitimada durante evento público realizado no próprio centro cultural, a proposta [de tombamento] teve adesão e participação da comunidade local, por meio de abaixo-assinado”.⁸⁸⁸

O discurso desses documentos leva a ver que o órgão do patrimônio reforçou como sua prática patrimonial considerava os anseios de coletividades de núcleos-satélites com

⁸⁸⁶ NIGRO, Cíntia. Patrimônio cultural e território urbano. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 78, p. 45-76, 2001, p. 57.

⁸⁸⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Nota Técnica n° 15/COPLAG/CACI. *In Processo n° 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

⁸⁸⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. [Documento sem título]. *In Processo n° 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

relação à definição do patrimônio do Distrito Federal. O tombamento como resultado da reivindicação de moradores, como já vimos, teve como marco fundamental o processo do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1985, analisado no capítulo 2.

Além disso, conforme também já vimos ao longo deste trabalho, a ideia de que comunidades deveriam participar na seleção do patrimônio integrava o discurso do SPHAN desde 1979, com Aloísio Magalhães na presidência do órgão. Um ponto fundamental nessa noção, segundo Regina Abreu, é que os processos de tombamento deveriam “deixar de ser atributo de apenas algumas falas autorizadas e legitimadas no aparelho estatal para se converterem em falas plurais”.⁸⁸⁹ Nota-se que essa ideia é marcante nos dossiês analisados neste tópico, em especial pelo esforço de atribuir o tombamento às falas de comunidades e destacar sua participação na definição desse patrimônio.

As propostas de tombamento da Escola Industrial de Taguatinga e da Caixa d'Água da Ceilândia tiveram início a partir de demanda da população, e isso é valorizado em ambos os dossiês, como vimos. Contudo, o envolvimento da população apresentou características diversas conforme o caso. Enquanto os requerentes pelo tombamento da EIT tiveram uma participação bem mais ativa, divulgando a campanha e pressionando o órgão do patrimônio, o processo da Caixa d'Água da Ceilândia acabou por ser bastante centralizado pela SUPHAC.

3.3.2 O patrimônio como parte da história das Regiões Administrativas de Taguatinga e de Ceilândia

Nos dossiês de tombamento, de modo recorrente, houve uma seleção de pontos da história da criação e consolidação de Taguatinga e de Ceilândia, estabelecendo-se uma relação entre eventos ocorridos nos referidos núcleos e a valorização do patrimônio. Nessa narrativa, a construção de uma imagem de superação de dificuldades é uma tônica nos dossiês, ressaltando os problemas sociais e econômicos que marcaram o início dos núcleos-satélites. A Escola Industrial de Taguatinga e a Caixa d'Água da Ceilândia, nessa perspectiva, aparecem como pontos-chaves no desenvolvimento do núcleo ou na ascensão social dos habitantes.

No dossiê da Escola Industrial de Taguatinga, o requerimento de tombamento elaborado pela Tribo das Artes, intitulado *Proposta de tombamento da Escola Industrial de*

⁸⁸⁹ ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: DOBERDEI, Vera; TARDY, Cécile (Orgs.) *Memória e novos patrimônios*. Louvain-la-Neuve: Open Editions Press, 2015, p. 72. (Coleção Programa Saint-Hilaire.)

Taguatinga-EIT, estabelece uma intensa relação entre a escola e as origens do núcleo, pois

Taguatinga nasceu querendo saber, querendo aprender, querendo beber da fonte do conhecimento acumulado ao longo da história. Com seis meses de vida, já colocou em funcionamento sua primeira escola de ensino médio: a Escola Industrial de Taguatinga (atual CEMEIT). A foto acima revela que três prédios da EIT foram construídos quando não havia nada ao redor. Sequer a Avenida Comercial tinha pavimentação. Esses prédios são um bloco de salas de aula, o Teatro da Praça e a Biblioteca Machado de Assis. Não é toda cidade que tem um começo tão honroso. Se um dia forem derrubados, seria como apagar alguns dos traços mais bonitos da história de Taguatinga.⁸⁹⁰

O trecho citado estabelece uma sintonia entre a fundação de Taguatinga e a vocação educacional do núcleo, uma vez que “Taguatinga nasceu querendo aprender”. Esse discurso busca ainda atribuir à EIT uma importância referente à precedência da escola na região, pois, quando as edificações da EIT haviam sido construídas, “não havia nada ao redor”, e “sequer a Avenida Comercial tinha pavimentação”.

O trecho citado transparece um tom de orgulho pelo fato de uma escola ter sido um dos primeiros edifícios de Taguatinga, considerando que “não é toda cidade que tem um começo tão honroso”. Por esses motivos, o documento reforça a necessidade de tombamento da EIT, para preservar o que seriam “alguns dos traços mais bonitos da história de Taguatinga”. Sugere-se que a população local, nesse sentido, teria se desenvolvido em torno da ideia do conhecimento e do saber que a escola teria proporcionado logo nos primórdios do núcleo. Assim, o documento reforça que Taguatinga teria tido uma origem honrosa e sugere o tombamento como um modo de alcançar um futuro melhor relacionado ao investimento em educação e cultura.

A ideia de que Taguatinga teria se originado em torno da escola acompanha o discurso de outros documentos. Contudo, a mobilização apresenta outros enfoques, em especial a noção de que a história da EIT havia sido permeada por um movimento de luta de moradores para que a escola servisse aos seus interesses e não aos dos governantes. Isso se mostra no documento elaborado pela Tribo das Artes intitulado *Porque tombam a EIT*, que relata que a EIT não havia sido criada, em 1959, para servir à nascente Taguatinga, e sim para formar operários no apoio à construção de Brasília. Conforme o documento,

⁸⁹⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Proposta de Tombamento da Escola Industrial de Taguatinga-EIT. *In Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

Quem imagina a história de Taguatinga a partir dessa foto da EIT [fotografia dos prédios da escola recém-inaugurada] pode deduzir que a cidade nasceu querendo educar seus filhos com aulas, livros e artes (...). Se isso não é a pura verdade, pelo menos é parte dela. Um pouco de nossa vontade virou história. O Teatro da Praça e a Biblioteca Machado de Assis foram conquistas dentro da luta pela educação permanente, livre e crítica. Mas, a história desses espaços começou bem diferente.⁸⁹¹

Nesse sentido, vemos como a narrativa sobre a estruturação da escola apresenta diferentes nuances, pois, embora a ideia de que Taguatinga “nasceu querendo aprender” esteja presente, o trecho citado indica que essa vontade apenas teria sido possível graças ao esforço da população em transformar o local. Em seguida, o mesmo documento reforça como a definição do uso dos espaços da EIT foi marcada por reivindicações dos habitantes locais, que teriam se recusado a continuar a servir aos “interesses burgueses”. O documento assinala que, apesar de a escola ter sido criada para formar novos operários,

Taguatinga não ficou restrita a interesses burgueses. Nossa história tem lutas, e uma das vitórias da cidade foi transformar essas duas oficinas [artes gráficas e marcenaria] em Teatro e Biblioteca (...). Queremos também pesquisar, registrar e expor a história das lutas da cidade. Para que todos saibam quem são os operários que construíram Brasília e saibam também que, ao mesmo tempo em que trabalhamos para os ricos, fizemos outra cidade para viver com nossas famílias.⁸⁹²

O texto sugere que os governantes não haviam previsto um teatro e uma biblioteca para atender aos moradores de Taguatinga, pois estes deveriam ser operários para servir, majoritariamente, à construção de Brasília. Além disso, reforça como a transformação de oficinas técnicas em espaços para a arte e o conhecimento crítico teriam sido uma vitória dos operários de Brasília, que teriam ido contra os “interesses burgueses”.

Nesse sentido, percebemos uma diferença fundamental com relação ao discurso hegemônico dos dossiês de tombamento das edificações em madeira de antigos acampamentos de obras – Igreja São Geraldo, Centro de Ensino Metropolitana e Igreja São José Operário. Conforme vimos no tópico 3.1 deste capítulo, a Novacap e os governantes são retratados em dossiês como responsáveis por oferecer serviços para a população operária, em um discurso que reforça uma relação de cuidado com a população.

⁸⁹¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Porque tomar a EIT. *In Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁸⁹² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Porque tomar a EIT. *In Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

No dossiê de tombamento da EIT, em contrapartida, a ideia de que os interesses dos governantes e da população operária de Taguatinga eram divergentes é marcante. O documento anteriormente citado reforça as diferenças sociais em Brasília e exalta a recusa dos operários de servirem exclusivamente às classes dominantes. É a partir dessa narrativa que se evidencia como os operários, apesar de trabalharem na “Brasília para os ricos”, também teriam construído “outra cidade para vivermos com nossas famílias”.

O documento indica que o papel do operário de Brasília deveria ser valorizado também pelas suas próprias conquistas em núcleos-satélites, e não apenas pela construção da obra monumental. Segundo o texto, as tensões e diferenças sociais eram marcantes desde a época da construção de Brasília, em um discurso que contrasta com a imagem idealizada de que o período havia sido marcado pela união entre classes sociais. Essa noção nos remete à pesquisa de Nair Bicalho de Sousa, que aponta como as situações de pobreza, segregação social e luta por melhores condições de vida dos operários existem em Brasília desde seu início.⁸⁹³ Percebe-se como o discurso de tombamento da EIT tende a assimilar a ideia dos conflitos sociais para valorizar as conquistas pretéritas de Taguatinga e, em uma referência às demandas iniciais do núcleo, reforça a necessidade de preservação dos equipamentos culturais para garantir novas melhorias no presente.

Em que pese o documento citado evidenciar a segregação social que havia já nos primórdios de Brasília, prevalece a ideia do orgulho de que a classe operária, por meio de “luta”, teria conseguido adequar as estruturas da escola para melhor atender aos seus interesses. Esse discurso é evidenciado pela transformação das oficinas em teatro e biblioteca, numa “vitória da cidade operária”. Nesse sentido, a escola é descrita como um símbolo dessa transformação e como modo de reforçar a importância das reivindicações sociais em Taguatinga, tanto no passado quanto no presente.

A narrativa de que os operários teriam transformado a escola para atender aos seus interesses convive com outra, a de que a EIT teria sido fundamental para formar artífices da obra monumental da construção de Brasília. Ainda conforme o documento *Porque tomba a EIT*, a escola

contribuiu muito para a formação de mão-de-obra absorvida durante o período da construção da capital. Com o seu tombamento, queremos registrar que, além

⁸⁹³ SOUSA, Nair Bicalho de. *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Brasília. Petrópolis: Vozes, 1983.

de Juscelino, Niemeyer e Lucio Costa, trabalharam na construção de Brasília Raimundos, Josés, Antônios, muitos deles consumidos em canteiros de obras.⁸⁹⁴

A ideia do sacrifício da classe operária está presente no documento, pois muitos dos trabalhadores teriam sido “consumidos em canteiros de obras”. Isso nos remete à imagem idealizada do *candango* como herói anônimo de Brasília que foi impulsionada por Juscelino Kubitschek e seus apoiadores. Como vimos no capítulo 2, o heroísmo e o sofrimento da classe operária foi um importante recurso discursivo para justificar o tombamento do HJKO em 1985.

Esse discurso também ecoa no tombamento da EIT, embora a ideia do anonimato do operário dê lugar a nomes hipotéticos, os “Raimundos, Josés e Antônios”. O documento, a partir disso, sugere que, embora o discurso hegemônico sobre Brasília os trate como operários anônimos, essas pessoas tinham nomes, sonhos e uma história de luta. Isso impõe nuances mais significativas à imagem idealizada do operário, colocando-o como idealista e questionador dos modos de dominação vigente. Ao operário da construção, assim, são agregados anseios relacionados ao seu local de moradia e à sua vivência, e não apenas ao sonho conjunto de construir Brasília.

Nota-se que a Escola Industrial de Taguatinga, conforme o documento, teria sido tanto objeto de reivindicações para uma efetiva apropriação de seus espaços pela população quanto um espaço a serviço da construção de Brasília. Isso mostra que o texto reconhece a importância da escola para a construção de Brasília, mas evidencia a consciência de classe do operariado.

Nesse dossiê, a ideia da luta operária para que a escola servisse aos interesses de Taguatinga está articulada à ascensão social desses trabalhadores. Isso se mostra no documento intitulado *Viva EIT*, também elaborado pela Tribo das Artes, que, em um primeiro momento, em semelhança a outros documentos do dossiê, indica qual era a intenção de governantes com a criação da Escola:

O nome Escola Industrial de Taguatinga é emblemático por revelar o tipo de formação destinada aos filhos dos operários que construíram Brasília. Deveriam ser também operários, enquanto os filhos dos ricos eram educados longe dali, com outro conteúdo voltado para a direção do processo produtivo político.⁸⁹⁵

⁸⁹⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Porque tomar a EIT. *In Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁸⁹⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Viva a EIT. *In Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

Em seguida, o texto aponta que, como resultado das conquistas operárias relacionadas às transformações da EIT, a escola teria contribuído para que os filhos de operários aprendessem outros ofícios e se permitissem sonhar com um futuro melhor. Em sequência ao trecho da citação anterior, afirma:

Mas nenhuma história é determinada apenas pela classe dominante. Por isso, muitos filhos de peões de obras, pedreiros, carpinteiros, motoristas, cozinheiras, lavadeiras, balconistas, cresceram na EIT aprendendo a usar o torno elétrico, a prensa tipográfica, e outras tarefas operárias. Mas também aprenderam um pouco de língua portuguesa, história, arte, dialética, biologia, companheirismo... E, sobretudo, sonharam com o que poderiam fazer se o mundo não fosse dividido em trabalhadores pobres e parasitas ricos.⁸⁹⁶

Mais do que o currículo escolar, o documento alega que os filhos dos operários aprenderam “companheirismo” na escola, o que indica como a EIT teria se tornado um espaço de união e esperança em que se permitiu desejar um mundo mais igualitário. Além disso, a diferença de classes sociais novamente se evidencia, pois há um lamento de que o mundo seria dividido “entre trabalhadores pobres e parasitas ricos”. Essa descrição em um material informativo e de divulgação local pode ser entendida como um incentivo para que a comunidade de Taguatinga possa se unir também politicamente para lutar contra um sistema dominante, em uma sugestiva referência à própria atuação da Tribo das Artes no presente. O movimento, assim, não apenas propõe o tombamento da escola, mas também busca evidenciar os contrastes sociais em Brasília ao mesmo tempo em que reforça a importância da união dos habitantes pela melhora do espaço, identificado como ponto-chave na ascensão social dos moradores.

Ao longo da documentação anexada ao dossiê de tombamento da EIT, o ponto de partida para contar tanto a história da escola quanto dos moradores de Taguatinga privilegia o momento da inauguração da EIT, em 1959. Sabe-se que a criação de Taguatinga, em 1958, foi motivada pelo anseio de erradicação da ocupação irregular denominada Vila Sarah Kubitschek, situada nas proximidades do HJKO, que somava cerca de 5 mil pessoas no mesmo ano, quando foi desmantelada. Taguatinga, assim, inaugurou o modelo da expansão urbana de Brasília pela fundação de núcleos-satélites distantes do Plano Piloto, tema debatido na bibliografia por Ignez Ferreira,⁸⁹⁷ Aldo Paviani,⁸⁹⁸ Paulo

⁸⁹⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Viva a EIT. In *Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁸⁹⁷ FERREIRA, Ignez da Costa Barbosa. O processo de urbanização metropolitana em Brasília. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, 292 p.; 22 cm. (Coleção Brasília.) p. 61-82.

⁸⁹⁸ PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, 292 p.; 22cm. (Coleção Brasília.) p. 83-116.

Bicca,⁸⁹⁹ Jusselma Brito,⁹⁰⁰ entre outros. No discurso do dossiê, contudo, o processo de remoção de pessoas que deu origem a Taguatinga não se evidencia, e privilegia-se a abordagem de que o núcleo “nasceu querendo aprender” com a fundação da escola.

Esse discurso representa um contraste com relatos de protagonistas de Brasília, que tendem a identificar os primeiros habitantes de Taguatinga como desprovidos de tudo e, assim, exaltar as ações dos governantes em fornecer auxílio para essa população. O relato de Juscelino Kubitschek sobre as origens do núcleo evidencia isso, pois, conforme o ex-presidente, a situação de Brasília, ainda em construção, tornou-se crítica em 1958, quando “cerca de 5 mil flagelados chegaram a Brasília e invadiram a Cidade Livre”.⁹⁰¹ Além disso, ainda segundo JK, “aqueles refugiados, depauperados como estavam, não podiam trabalhar”.⁹⁰²

O ex-presidente, conforme vimos, evidencia a situação de extrema pobreza e despreparo em que os futuros habitantes de Taguatinga se encontravam. Em seguida, ressalta o esforço do governo em lhes proporcionar melhores condições de vida, ainda que sob ameaças, pois

O pouco que aqueles flagelados haviam trazido – uns restos de farinha e uns pedaços de rapadura – logo fora consumido. E os cinco mil homens passaram, então, a exigir comida das autoridades da Novacap de forma ameaçadora. Não foi fácil a remoção dos cinco mil homens. Ernesto Silva, subindo num caixote, falou à multidão. Mostrou-lhes a planta do que seria a nova cidade-satélite [de Taguatinga], expondo-lhes a vantagem de já se instalarem em seus próprios lotes, onde, mais tarde, poderiam construir a casa definitiva. Prometeu que a Novacap se encarregaria de dar transporte a todos e que construiria os barracões provisórios, onde iriam alojar-se.⁹⁰³

O discurso do dossiê de tombamento da EIT, como vimos, se afasta da perspectiva do ex-presidente, que coloca os primeiros habitantes de Taguatinga como flagelados e hipossuficientes. O dossiê, assim, tende a destacar uma imagem da fundação de Taguatinga relacionada a operários sem recursos financeiros, porém inteligentes, guerreiros e autônomos na conquista de um espaço de educação e cultura representado pela EIT.

⁸⁹⁹ BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, 292 p.; 22cm. (Coleção Brasília.) p. 143-198.

⁹⁰⁰ BRITO, Jusselma Duarte de. *De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília*. 2009. 346 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

⁹⁰¹ KUBITSCHKEK, op. cit., p. 219.

⁹⁰² KUBITSCHKEK, op. cit., p. 219.

⁹⁰³ KUBITSCHKEK, op. cit., p. 219.

As referências existentes no dossiê de tombamento refletem as escolhas de sua produção, que priorizaram determinados acontecimentos, silenciando outros. Essa perspectiva nos aproxima da discussão de Jacques Le Goff sobre o silêncio dos documentos, pois, para o historiador, é preciso

questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos.⁹⁰⁴

A necessidade de considerar os “esquecimentos e os hiatos da história” citados por Le Goff é fundamental para entender a produção de uma memória por meio do patrimônio. O dossiê de tombamento da Escola Industrial de Taguatinga, conforme vimos, acabou por não destacar os conflitos precedentes à inauguração da EIT em seu discurso, embora tenha se esforçado em assinalar a necessidade de “pesquisar, registrar e expor a história das lutas da cidade”.⁹⁰⁵ A imagem de luta de uma comunidade de Taguatinga, expressa na documentação anexada ao dossiê, faz referência, não raramente, à apropriação de recursos educacionais, alegando que a EIT seria tanto o símbolo da fundação do núcleo quanto um marco para reivindicações de operários.

Ceilândia, assim como Taguatinga, originou-se de um programa governamental de remoção de pessoas de áreas próximas ao Plano Piloto, a Campanha de Erradicação das Invasões (CEI). O acrônimo CEI, inclusive, deu nome à Ceilândia, inaugurada em 1971. O dossiê de tombamento da Caixa d'Água, de modo recorrente, retoma o processo de criação do núcleo para traçar uma imagem de um “início difícil”. O equipamento público, nesse discurso, aparece como símbolo da superação das dificuldades iniciais relativas à falta de infraestrutura, e isso se mostra em um parecer elaborado pelos técnicos da SUPHAC:

A cidade de Ceilândia foi fundada em 27 de março de 1971, a partir da Campanha de Erradicação das Invasões (CEI), que tinha como objetivo dar fim ao favelamento no Distrito Federal (...). Começo difícil para os moradores, sem água, iluminação pública, asfalto e com transporte público precário. Na tentativa de se resolver um dos problemas básicos da cidade – a falta de água – constrói-se a Caixa d'Água de Ceilândia, monumento imponente, com linhas modernas e que, por amor do povo, tornou-se o símbolo da cidade.⁹⁰⁶

⁹⁰⁴ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990 (1924). (Coleção Repertórios), p. 109.

⁹⁰⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Porque tomar a EIT. *In Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁹⁰⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Parecer nº 003/2011-DIGEPHAC/SUPHAC/SECULT. *In Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

O trecho citado destaca como a Caixa d'Água teria se tornado um símbolo de Ceilândia “por amor do povo”, ressaltando também as formas da construção, descrita como um “monumento imponente, com linhas modernas”.

O texto, em seguida, menciona o autor do projeto arquitetônico, Gerhard Leo Linzmeyer, assim como sua filiação modernista, o que pode ser entendido como um esforço em apontar que Ceilândia também seria uma “cidade modernista”, com seus próprios arquitetos e monumentos emblemáticos. A vinculação do núcleo ao modernismo aparece também em outro documento intitulado *O nascimento da cidade*, desta vez com relação ao seu projeto urbanístico. Conforme o documento, Ceilândia foi planejada “sob dois eixos cruzados em ângulo reto, formando a figura de um barril”.⁹⁰⁷ Impossível não notar semelhanças com a própria descrição de Lucio Costa no relatório do plano urbanístico de Brasília de 1957, ao propor uma cidade construída a partir de “dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz”.⁹⁰⁸ Enquanto o Plano Piloto acabou por ser associado à figura de um avião, Ceilândia é associada à de um barril, uma imagem figurativa mais prosaica que não pertence ao ideário modernista da máquina.

Além da representação modernista, o dossiê mobilizou a noção de um “patrimônio sentimental” associado à Caixa d'Água para alegar como ela teria se tornado símbolo de Ceilândia. As dificuldades iniciais do núcleo ganham destaque novamente, e constrói-se uma narrativa centrada no modo como a população teria superado os problemas e, em paralelo, reconhecido no equipamento público um símbolo dessa superação. Conforme parecer da DIGEPHAC/SUPHAC,

O monumento, marco da cidade, manteve-se preservado, porque a comunidade se apropriou desse patrimônio; há um sentimento de pertencimento, que garantiu a integridade desse bem público. Construído em concreto e em formato de cálice, a Caixa d'Água faz parte do imaginário do povo ceilandense e é considerada, para muitos, um amuleto de sorte pela sua forma, que lembra duas mãos estendidas para o céu. Mais que um patrimônio edificado, a Caixa d'Água tornou-se um patrimônio sentimental. Símbolo do resgate da autoestima, para os pioneiros que ajudaram a erguer Brasília e que, depois, foram abandonados à própria sorte; a primeira referência de lugar. Isso justifica a ligação do monumento a um amuleto.⁹⁰⁹

⁹⁰⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. O nascimento da cidade. *In* *Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

⁹⁰⁸ COSTA, Lucio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília* [1957]. Brasília: GDF, 1991.

⁹⁰⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Parecer nº 003/2011-DIGEPHAC/SUPHAC/SECULT. *In* *Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

Termos como “formato de cálice”, “amuleto da sorte” ou “mãos estendidas para o céu” demonstram como o documento se esforçou por agregar uma imagem de misticismo à ideia de pertencimento da comunidade ao local. Nesse sentido, o trecho alega que a população, por reconhecer a si mesma na figura da Caixa d’Água, teria se empenhado na preservação de sua integridade e a considerava um símbolo do núcleo.

Para complementar a ideia da Caixa d’Água como símbolo de Ceilândia, o trecho citado mobiliza uma imagem de descaso e abandono com relação aos “pioneiros que ajudaram a erguer Brasília” e que depois teriam sido “abandonados à própria sorte”. A figura do pioneiro, bastante associada a antigos acampamentos de obras, aparece no documento como um modo de indicar que a população removida para o núcleo também teria tido um papel relevante no início da construção de Brasília. Nota-se como a imagem do pioneiro deu sentido a esse discurso, mesmo que o processo de remoção tenha ocorrido quase uma década após a inauguração da nova capital, o que reforça a carga simbólica que o “pioneiro de Brasília” carrega.

Esse pioneiro, contudo, conforme o documento, teria sido “abandonado à própria sorte”, e isso remete às dificuldades da população em se estabelecer em Brasília. A maior parte das pessoas removidas para Ceilândia era proveniente da denominada Vila do IAPI, que, segundo David Epstein, foi uma ocupação irregular que teve crescimento acelerado no final da década de 1960 como consequência tanto do sistema ineficiente de remoção de pessoas quanto pela chegada de novos migrantes em busca de melhores condições de vida.⁹¹⁰ O desmantelamento da Vila do IAPI e a transferência para Ceilândia foi um processo marcado pela violência com a população removida, pois, conforme Luiz Alberto Gouvêa,

A erradicação da Vila do IAPI se constitui no exemplo mais marcante deste período [anos 1970] devido à forma como se processou a sua remoção, bem como à sua dimensão. Composta de 12.000 barracos, com uma população de 82.000 pessoas, foi removida contra a vontade de seus moradores para um local sem infraestrutura urbana ou comunitária, localizado cerca de 30 km do Plano Piloto.⁹¹¹

No dossiê, a ideia de que os construtores de Brasília teriam sido abandonados à própria sorte remete ao modo como se deu o desmantelamento da Vila do IAPI e a posterior transferência da população na Campanha de Erradicação das Invasões. Além disso, a ideia do abandono dos moradores reforça a infraestrutura precária que prevaleceu nos

⁹¹⁰ EPSTEIN, David. *Brasília: plan and reality – a study of planned and spontaneous urban development*. Los Angeles: University of California Press, 1973.

⁹¹¹ GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. *Brasília: a capital da segregação e do controle social – uma avaliação da ação governamental na área da habitação*. São Paulo: Annablume, 1995.

primórdios do núcleo. O fato de Ceilândia ter sido inaugurada nesses moldes, conforme lembra Jusselma Brito, representou um grande contraste com a urbanização do Plano Piloto e realçou as condições de desigualdade social existentes em Brasília.⁹¹² Assim, percebe-se como o dossiê da Caixa d'Água assimila o discurso da exclusão social ao traçar uma relação com a experiência operária da construção na nova capital e suas dificuldades em conquistar um lugar para si.

A imagem das dificuldades iniciais dos operários é complementada pela ideia de que a construção de Brasília teria sido representativa da esperança dos trabalhadores por dias melhores. Isso está presente no documento intitulado *Tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia*, que expressa que

Em todo o Brasil as notícias sobre a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para o interior do país atraíram milhares de trabalhadores vindos de todos os rincões da Pátria, sobretudo daqueles redutos em que terra e trabalho eram escassos. Muitos brasileiros chegavam em busca de melhores condições de vida, fugindo da seca, da fome e da miséria em que viviam em seus Estados natais, perseguindo o sonho de participar da construção da nova capital do Brasil.⁹¹³

Embora a ideia do início difícil da Ceilândia seja uma tônica no dossiê, o documento anteriormente citado ressalta como os trabalhadores teriam vindo para realizar o “sonho de participar da construção da nova capital”, em um tom que tende a idealizar dificuldades. A equiparação da construção de Brasília a um sonho está em sintonia com o discurso de tombamento de edificações de madeira localizadas em Regiões Administrativas derivadas de antigos acampamentos de obras, conforme vimos neste capítulo 3. Entretanto, constata-se que a memória da construção da nova capital difere consoante os dossiês, pois mobilizam-se situações diferentes com relação à experiência dos trabalhadores. Enquanto as construções de madeira foram descritas em seus dossiês como testemunhas de uma memória relativa à convivência entre operários que haviam construído um lugar para si com o auxílio da Novacap, os trabalhadores removidos para Ceilândia teriam ficado desamparados. Nesse sentido, termos como “abandono” ou “dificuldades” são mais comuns no dossiê da Caixa d'Água.

Essa documentação, ao reforçar as dificuldades iniciais do núcleo, constrói uma narrativa baseada na ideia de que a construção da Caixa d'Água, em 1973, teria sido motivada para resolver os problemas da população. Para tanto, o dossiê se beneficia de depoimentos de moradores de Ceilândia que haviam sido coletados pelo Arquivo Público do Distrito

⁹¹² BRITO, op. cit., p. 137.

⁹¹³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia. *In Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

Federal (ArPDF), no início dos anos 2000. Esses depoimentos integram o documento intitulado *Tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia*.⁹¹⁴

O órgão do patrimônio selecionou trechos específicos desses depoimentos com o intuito de destacar os problemas de infraestrutura relacionados principalmente à falta d'água. Isso se mostra no relato de um depoente não identificado, que narra que “a água para beber tinha que ser guardada uns oito dias, pois o caminhão pipa só vinha de oito em oito dias, e a gente passava até três horas para conseguir a água, e saía muita gente ferida”.⁹¹⁵ Os trechos de depoimentos selecionados também abordam o contexto de insegurança e instabilidade pelo qual as pessoas haviam passado. Isso se evidencia em outro relato: “tu pensa que nós banhava os menino todo dia? Não tinha água, o carro pipa passava de 15 em 15 dias, ou de oito em oito dias, enchendo aqueles tambores, e o povo vinha de noite e roubava [a água]”.⁹¹⁶ Nota-se que a SUPHAC privilegiou depoimentos que descrevem um cenário de calamidade pública com relação à falta d'água.

Além de depoimentos de primeiros moradores provenientes do ArPDF, a transcrição de relatos de *rappers* locais do curta-metragem *Rap, O Canto da Ceilândia* integra o documento, agregando-se falas de origens diferentes à narrativa da falta d'água. Em um dos relatos, o *rapper* Marquim destaca a violência das remoções da Vila do IAPI para Ceilândia, apontando também as dificuldades iniciais:

Nasci na Vila do IAPI. Entendeu? Não lembro como vim de lá pra cá [para Ceilândia]. Devo ter vindo naqueles pau de arara, aqueles caminhão. O povo nordestino que veio de lá pra cá, a maioria do povo carente, veio, trabalhou, ralou, entendeu? E arrancaram o pessoal à força praticamente de lá da Vila do IAPI e jogaram aqui. Sem água, sem luz...⁹¹⁷

Enquanto isso, o depoimento de outro *rapper*, identificado como X-Câmbio Negro, de fato menciona a importância da Caixa d'Água como representativa da superação das dificuldades iniciais:

O que é a Caixa d'Água de Ceilândia, velho? A Caixa d'Água não é só uma caixa com água para servir a gente não, velho. Aquilo ali é um símbolo de uma história de luta, meu irmão. Aquilo ali é... foi a sobrevivência da gente, velho. Saca? De

⁹¹⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia*. In *Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

⁹¹⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia*. In *Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

⁹¹⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia*. In *Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

⁹¹⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia*. In *Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

botar as latas e tudo no carrinho de mão e tal não sei o que e ir lá pra buscar água enquanto o carro-pipa não passava.⁹¹⁸

Os depoimentos selecionados pelo órgão do patrimônio são de primeiros moradores ou de *rappers* locais. Termos como “história de luta” e apontamentos como “a gente tinha que se virar” são recorrentes. Em alguns dos depoimentos, relata-se a existência de uma comunidade sofrida e marcada por uma história de luta que seria comum a todos. Já em outros, sobressai a memória do medo e da insegurança dos moradores com relação aos anos iniciais de Ceilândia. A ideia da indiferença dos governantes com a situação precária da população também é marcante em relatos, indicando como a população havia sido “jogada na Ceilândia, sem água e sem luz”, conforme vimos. Uma tônica nos relatos é que a falta d’água é descrita como um problema generalizado dos primórdios do núcleo. No entanto, com exceção do depoimento do *rapper* X-Câmbio Negro, os demais sequer mencionam a Caixa d’Água, e, portanto, ela não aparece como tendo sido construída a partir de demandas ou exigências da população.

Enquanto isso, outro documento, intitulado *Ceilândia – Antecedentes Históricos*, reforça a preocupação dos governantes com o bem-estar da população, apontando como eles haviam se empenhado na resolução dos problemas iniciais do núcleo, como a falta d’água. Em um primeiro momento, o documento relata o processo de remoção, destacando a grande quantidade de pessoas envolvidas e o protagonismo do então governador Hélio Prates da Silveira na ocasião:

Os favelados somavam 70.128 pessoas, residindo em 14.607 barracos (...). Reconhecendo a urgência de resolver o problema, o então governador, Hélio Prates da Silveira, encomendou a Otomar Lopes Cardoso, Secretário de Serviços Sociais, a erradicação das favelas de Brasília.⁹¹⁹

Em seguida, o documento reforça a proeminência dos governantes na estruturação da recém-inaugurada Ceilândia, sugerindo que à população coube apenas aguardar o processo de consolidação do novo núcleo:

Ao mesmo tempo era lançada, pela primeira dama, Vera de Almeida Silveira, a Campanha de Erradicação das Invasões (CEI), formada por diversos órgãos do GDF. Esta foi responsável pela elaboração do projeto “Ceilândia”, com a incum-

⁹¹⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Caixa d’Água de Ceilândia. *In Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

⁹¹⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Ceilândia – Antecedentes Históricos. *In Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

bência de atender aos anseios da comunidade inerentes a remoção, habitação, infraestrutura e promoção social.⁹²⁰

Esse discurso se distancia da ideia do abandono e do descaso que se sobressaiu em outros documentos, pois reforça uma atribuição ativa dos governantes em atender aos anseios imediatos da população.

Os diferentes relatos e descrições sobre o período inicial da Ceilândia, embora possam ser contrastantes entre si, se somam para compor uma mesma narrativa sobre a falta d'água. Isso se mostra no documento intitulado *Caixa d'Água de Ceilândia*, que relata o modo como os governantes haviam resolvido os problemas da população com relação à falta d'água:

Ter acesso à água limpa e tratada era uma das principais queixas da população. No primeiro semestre de 1972, a CAESB (Companhia de Água e Esgoto de Brasília) se prepara para a construção de um Reservatório Circular Elevado com capacidade de 500m³, alimentado por um reservatório de 20.000m³ a ser construído a nível do solo, que resolveria o problema de abastecimento de água na região.⁹²¹

Esse documento tende a reforçar uma imagem de Ceilândia inaugurada às pressas e em meio a dificuldades, para então fazer referência à importância da Caixa d'Água para a resolução de problemas.

De modo similar, o documento *Tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia* reconhece que houve demora em dotar o núcleo de infraestrutura básica, mas relaciona esse atraso à pressa do governo em levar adiante as remoções. O texto, assim, sugere que os problemas iniciais teriam relação com a grande quantidade de removidos, pois

A Campanha de Erradicação das Invasões tinha pressa na transferência dos moradores da favela do IAPI para a recém-criada Ceilândia. No entanto, toda a infraestrutura urbana necessária para abrigar um contingente tão significativo de pessoas não foi terminada a tempo.⁹²²

Nota-se como o protagonismo com relação às iniciativas para a resolução dos problemas é geralmente atribuído aos governantes, e a experiência da população removida parece ser sintetizada na ideia do “início difícil”.

⁹²⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Ceilândia – Antecedentes Históricos. *In Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

⁹²¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Caixa d'Água de Ceilândia. *In Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

⁹²² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia. *In Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

Além disso, o mesmo documento sugere que a criação de Ceilândia foi um desafio para os governantes, pois tiveram que lidar com problemas inesperados com relação ao crescimento de ocupações irregulares em Brasília. Para fundamentar essa ideia, o texto alega que o projeto de Lucio Costa para Brasília não previa “cidades-satélites”. Conforme o documento,

O plano original de Lucio Costa não previa a construção de cidades-satélites. Com a inauguração da Capital, os trabalhadores retornariam aos seus estados de origem, mas não foi o que aconteceu. Após a construção da cidade, vários dos acampamentos pioneiros não foram desativados e acabaram por dar origem a diversas cidades-satélites do DF.⁹²³

A ideia de que os trabalhadores deveriam ter retornado aos seus estados faz coro à fala de Lucio Costa na ocasião do I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, organizado no Senado Federal em 1974.⁹²⁴ Para Francisco Leitão, a ideia de que a permanência da população teria resultado no transtorno da modificação do dito projeto original é inadequada, pois esse discurso atribui a criação não prevista de “cidades-satélites” à escolha dos migrantes em continuar em Brasília.⁹²⁵

No dossiê da Caixa d'Água da Ceilândia, nota-se como o documento *Tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia* reproduz pontos do discurso de Lucio Costa, incorporando a ideia de que a criação precoce de “cidades-satélites” teria sido um modo de arcar com a decisão da população de permanecer em Brasília. O núcleo, nesse prisma, é entendido como um mal necessário, embora resultante de esforços do governo em resolver problemas inesperados que não deveriam existir na nova capital.

A documentação do dossiê, nesse sentido, reforça discursos sociais sobre Brasília, em especial com relação às origens conflituosas da nova capital. No entanto, ainda que o discurso se atente para as questões referentes à exclusão social, há um esforço em inserir o núcleo como parte do ideário de Brasília. Esse esforço se dá, primeiramente, pelo reconhecimento de que os operários removidos para lá teriam vindo em busca de um sonho relacionado à nova capital, conforme vimos. Além disso, conforme também já analisamos, nota-se um esforço em assimilar a imagem da cidade modernista associada à Brasília a partir dos projetos tanto de Ceilândia quanto da Caixa d'Água.

⁹²³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia*. In *Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

⁹²⁴ SENADO FEDERAL. *Anais do I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília*. Brasília, 1994 (1974).

⁹²⁵ LEITÃO, Francisco Chagas. *Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília, 1957-1964*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2003, p. 14.

Outro ponto que chama a atenção é o modo como o dossiê buscou descrever os atos inaugurais e representativos do desenvolvimento do núcleo, o que reforça o discurso da superação das dificuldades iniciais. Isso se mostra no documento intitulado *Nascimento da Cidade*, que aponta quais teriam sido as primeiras famílias assentadas e os primeiros serviços públicos prestados. Conforme o texto, por exemplo, o dia 28 de março de 1971 marcou a primeira vez que um ônibus circulou entre Ceilândia e o Plano Piloto: “um ônibus da empresa Transportes Coletivos de Brasília – TCB fez a primeira viagem Ceilândia/Plano Piloto, com o valor da passagem custando 60 centavos”.⁹²⁶ Esse trecho reforça que os investimentos em infraestrutura estavam sendo constituídos, em um empenho em demonstrar que havia a presença do Estado no núcleo.

Além disso, o documento destaca a satisfação dos moradores com o novo local, pois a primeira criança nascida na Ceilândia, por muito pouco, não se chamou “Ceilândio”. Conforme o documento,

a primeira criança a nascer em Ceilândia foi Clébio Danton Melo Pontes, filho de Maria Eliete de Melo Pontes e Manuel de Pontes. O pai deu ao filho o nome de Ceilândio, mas o assistente social, Reinaldo Pitanga, o fez mudar de ideia.⁹²⁷

O tom geral desse texto é o de ressaltar que as dificuldades iniciais iam sendo superadas pouco a pouco, além de reforçar que a população já começava a se identificar e construir uma relação com o novo núcleo.

A narrativa de superação das dificuldades iniciais em Ceilândia é complementada por uma série de fotografias dispostas no dossiê da Caixa d'Água em ordem cronológica e com indicação de data, de modo a ilustrar a trajetória da criação do núcleo. A figura 55 representa uma amostra significativa da sequência existente no dossiê. A legenda de cada imagem corresponde à original, e as fotografias, assim como os depoimentos orais, foram cedidas pelo ArPDF.

⁹²⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. O Nascimento da Cidade. *In Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

⁹²⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Nascimento da Cidade. *In Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

Figura 55. O processo da criação de Ceilândia em fotografias



Fonte: Manipulação digital a partir de imagens coletadas no Processo nº 150.000.781/2011. Brasília, SUPHAC, 2013.

As primeiras fotografias são registros de 1970 da visita do então governador Hélio Prates e sua comitiva ao local onde seria inaugurada Ceilândia, seguindo-se por outras que retratam a Vila do IAPI em 1971. Em seguida, as fotografias revelam o processo de desmonte de barracos, a transferência e a inauguração da Ceilândia. Os últimos registros são de Ceilândia entre 1972 e 1976. A escolha da SUPHAC pelo ordenamento das imagens favoreceu uma leitura visual de momentos da história de formação da Ceilândia, em que se destacam a atuação de governantes e a ideia de que aquele teria se tornado um núcleo urbano estruturado e equipado com serviços essenciais, como o abastecimento de água.

3.3.3 Taguatinga e Ceilândia como potencialidades em Brasília

Os tombamentos da Caixa d'Água da Ceilândia e da Escola Industrial de Taguatinga são referentes a equipamentos públicos de infraestrutura urbana, mas os dossiês extrapolam essas funções para construir uma imagem de comunidades unidas em torno de uma pulsante vida cultural, por vezes descrita como autônoma e autossuficiente. Nesse sentido, um discurso recorrente em ambos os dossiês é a vinculação do tombamento às potencialidades de Taguatinga e de Ceilândia no Distrito Federal, indicando o que se espera para os núcleos. Os termos “taguatinguense” ou “ceilandense” são recorrentemente utilizados para se referir a projetos econômicos, educacionais ou culturais, em uma tentativa de reforçar que tais projetos seriam de mérito local. Esse discurso, em linhas gerais, está relacionado à noção de que os núcleos superaram as dificuldades iniciais, mas que seguiam buscando o desenvolvimento econômico e cultural.

O dossiê de tombamento da Escola Industrial de Taguatinga, de modo constante, exalta projetos e eventos culturais que tiveram seu auge nos anos 1980 e que teriam marcado a história do núcleo e da EIT. Nota-se um esforço em salientar a vocação cultural de Taguatinga e, assim, reforçar a necessidade de investimentos culturais. Isso se mostra em um artigo publicitário intitulado *Histórica Associação de Arte*, anexado ao dossiê, e que havia sido publicado no primeiro número da *Revista Tribo das Artes*, em 2001.⁹²⁸ O artigo, de autoria de Carlos Augusto “Cacá”, aponta como a criação da Feira de Arte e Cultura de Taguatinga (FACULTA), em 1982, ocorreu devido à demanda de artistas de Taguatinga e de Ceilândia por um espaço para apresentar sua produção.⁹²⁹ O artigo, ao relatar como os dois núcleos buscavam um ambiente para reunir artistas locais, indica haver um grupo de artistas suficientemente engajados para a criação de um movimento cultural centrado em Taguatinga.

O mesmo artigo menciona ainda a *I Semana de Arte e Cultura de Taguatinga*, ocorrida em 1983, e alega tratar-se de um marco na cena cultural do núcleo, exaltando os artistas e organizadores. Conforme o documento,

Éramos muito pretensiosos e isso enriquecia o evento. A semana tinha tudo que tinha na FACULTA e muito mais. Durava 10 dias. Ocupávamos o Teatro da Praça – principal símbolo de nossa cultura – com produção taguatinguense até de cinema. Mantê-lo cheio por 10 dias era nosso orgulho. Para participar da semana, vários artistas da cidade criavam músicas, poesias, telas, esculturas, fotos,

⁹²⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Histórica Associação de Arte*. In *Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁹²⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Histórica Associação de Arte*. In *Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

danças, cenas, crônicas e contos. A cada espetáculo que víamos, elevávamos nossa autoestima, nos amávamos mais.⁹³⁰

Esse trecho traz à tona questões importantes para o discurso de tombamento da EIT. Nota-se que o Teatro da Praça, que faz parte do complexo tombado da escola, é descrito no documento como o “principal símbolo de nossa cultura”. Esse espaço cultural, assim, seria representativo para uma coletividade “taguatinguense”, termo que também integra o trecho. No documento, transparece ainda um tom de orgulho por haver eventos em ascensão associados à cultura local, pois “a cada espetáculo dos artistas da cidade, elevávamos nossa autoestima”.

A noção de que a década de 1980 havia testemunhado o auge cultural de Taguatinga é uma tônica no dossiê. Nesse aspecto, outro documento, intitulado *É preciso registrar a história da Associação de Arte e Cultura de Taguatinga*, aponta que essa associação local “teve tanta importância nos anos 80 que influenciou outras cidades que criaram movimentos semelhantes a partir do conhecimento dessa experiência”.⁹³¹ Esse trecho sugere que Taguatinga havia sido precursora em iniciativas culturais no Distrito Federal, indicando a existência de uma centralidade no núcleo. Assim, o documento se esforça em apontar que aquela não seria uma mera “cidade-satélite” dependente do Plano Piloto, mas, sim, produtora de arte e cultura e um polo de atração.

A ideia de uma centralidade cultural em Taguatinga é evidente também no documento *A história do Teatro Rola Pedra*, que aponta como esse teatro havia sido palco de “expoentes importantes do rock brasileiro”.⁹³² O texto relata que nomes como Legião Urbana, Capital Inicial, Plebe Rude, Cássia Eller e Detrito Federal haviam se apresentado nos palcos do teatro, indicando como o local fazia parte do percurso de artistas brasileiros em ascensão. O destaque a nomes conhecidos da música local reforça a projeção de Taguatinga no cenário cultural de Brasília.

Nota-se que o dossiê acomoda diversos artigos e documentos referentes a determinados movimentos ou eventos culturais, como a Feira de Arte e Cultura de Taguatinga, a Associação de Arte e Cultura de Taguatinga e o Teatro Rola e Pedra, conforme vimos. A escolha pelo tombamento da EIT como símbolo dessa efervescência cultural possibilitou a construção de um discurso centrado na ideia de que a escola havia sido um ponto de convergência de projetos e programas culturais do núcleo durante a dé-

⁹³⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Histórica Associação de Arte*. In *Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁹³¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *É preciso registrar a história da Associação de Arte e Cultura de Taguatinga*. In *Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁹³² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *A história do Teatro Rola Pedra*. In *Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

cada de 1980. O tombamento indica a necessidade de valorização desse papel da EIT, reforçando o potencial do espaço para que ele se torne novamente, assim como havia sido no passado, um centro de referência de arte e cultura no Distrito Federal. Esse discurso, assim, busca articular a proposta de tombamento à garantia de investimentos no espaço, o que favoreceria a retomada de movimentos culturais em Taguatinga.

Em que pese a maior parte da documentação ressaltar que a relevância cultural de Taguatinga faria referência à década de 1980, o documento intitulado *Escola Industrial de Taguatinga – EIT* aponta como o espaço da escola continuava a ser referência cultural para a população. Conforme o documento,

Localizada, desde seu início, no coração da cidade de Taguatinga, a EIT sempre desempenhou um papel de vital importância para toda a comunidade. Laços fortes de identidade e memória unem a cidade à escola. Não apenas os alunos, mas toda a comunidade taguatinguense tem, nas suas dependências, um lugar de encontro, lazer e cultura. Como por exemplo, pode-se citar a banda de Música da EIT, que conquistou, em 2000 o prêmio de melhor conjunto na categoria acima de 21 anos, no VII Concurso Nacional de Bandas e Fanfarras.⁹³³

O trecho sugere que Taguatinga teria desenvolvido uma vocação cultural centrada na EIT graças ao esforço de artistas locais e ao interesse e participação da comunidade. Como parte desse legado da escola, segundo o texto, os artistas locais ainda se destacavam e continuavam a desempenhar um papel relevante. Esse discurso reforça o potencial do espaço da EIT, pois indica que os movimentos culturais existentes necessitavam de um local de encontro para o desenvolvimento de suas capacidades artísticas.

A associação entre a imagem de um passado marcado pela efervescência cultural e um futuro que busca a consagração desse legado compõe o discurso patrimonial da EIT e nos remete às análises de Dominique Poulot sobre o modo como o patrimônio atua nesse tipo de relação. Conforme o historiador, a noção de patrimônio “desenha um conjunto de valores que permite articular o legado do passado à espera, ou a configuração de um futuro, a fim de promover determinadas mutações e, ao mesmo tempo, de afirmar uma continuidade”.⁹³⁴

No discurso de tombamento da EIT, há a recuperação do legado de um passado que se deseja perpetuar, a fim de sintonizá-lo aos anseios do desenvolvimento para um futuro melhor. Isso se mostrou em diversos documentos que, conforme vimos, busca-

⁹³³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Escola Industrial de Taguatinga – EIT. *In Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁹³⁴ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 203.

ram descrever a escola como um equipamento fundamental para dar continuidade ao desenvolvimento da cultura de Taguatinga, destacando seus marcos e potenciais.

Enquanto o dossiê de tombamento da Escola Industrial de Taguatinga se concentra no modo como o núcleo teria se tornado uma referência no cenário cultural do Distrito Federal, o da Caixa d'Água da Ceilândia traz um amplo repertório de referências que indicam uma potencialidade do núcleo em diferentes setores – cultural, econômico e industrial, por exemplo. Isso se mostra no próprio documento *Requerimento de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia*, elaborado pelo Fórum de Cultura da Ceilândia, que reforça como o núcleo já estaria bastante ocupado em termos comerciais, industriais e culturais:

Ceilândia, IX Região Administrativa, está situada a 26km do Plano Piloto de Brasília. Possui cerca de cinco mil estabelecimentos comerciais, 1.600 indústrias, uma grande quantidade de feiras incluindo a nossa Feira Central. Também não se deve esquecer a Casa do Cantador, o Parque Ecológico e Vivencial do Rio Descoberto, o Centro Cultural e Desportivo, o Parque da Vaquejada, os Sítios Arqueológicos, do Museu da Memória Viva, da Praça do Cidadão, muito mais.⁹³⁵

O trecho aponta como Ceilândia teria desenvolvido e agregado novas funções socioeconômicas e culturais e, assim, seria merecedora de um bem patrimonial.

O mesmo texto, em seguida, busca evidenciar uma ativa vida cultural em Ceilândia, sugerindo que o núcleo ocuparia um lugar de destaque devido aos eventos culturais existentes e em desenvolvimento. De acordo com o documento,

Há muito Ceilândia não é mais uma cidade dormitório, a cultura é pulsante por aqui com eventos de grande porte, como: Festivais Nacionais de Repente, Shows de Hip-Hop, Festival Ferrock, Forrolândia e muito mais. Atualmente a cidade abriga o evento do carnaval do DF. Ceilândia é também uma forte candidata a receber o Sambódromo projetado por Oscar Niemeyer.⁹³⁶

A indicação de que Ceilândia não seria uma “cidade dormitório” assinala que o núcleo, embora tenha tido uma relação de dependência com o Plano Piloto, havia desenvolvido uma história e uma cultura local relevantes. Nesse sentido, a referência a Oscar Niemeyer, um dos principais protagonistas de Brasília, é um modo de valori-

⁹³⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Requerimento de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia. In *Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

⁹³⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Requerimento de tombamento da Caixa d'Água da Ceilândia. In *Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

zar Ceilândia, pois suas obras monumentais, nesse discurso, encontrariam espaço no núcleo.

O trecho citado também menciona alguns festivais musicais, destacando como estilos diferentes – repente, *hip-hop*, *rock* e forró – encontram espaço na Ceilândia. A intenção do documento, nota-se, é destacar a pluralidade cultural e o ecletismo do núcleo com relação aos estilos musicais. Esse mesmo padrão descritivo se repete no documento intitulado *Ceilândia hoje*, que reforça como o núcleo seria formado por diferentes referências culturais. De acordo com o documento,

Dignos de nota são o longa *Fora de Campo* e o curta *Rap, O Canto da Ceilândia*, ganhador de 13 prêmios no Brasil e vencedor do 35º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro (...). Na Ceilândia, cuja população constitui-se de 3% de nordestinos, a maioria piauiense; o repente convive com o samba e o *rap*, e é na Casa do Cantador que os poetas, cordelistas, músicos do improviso e escritores da literatura de cordel, locais e nacionais, se encontram.⁹³⁷

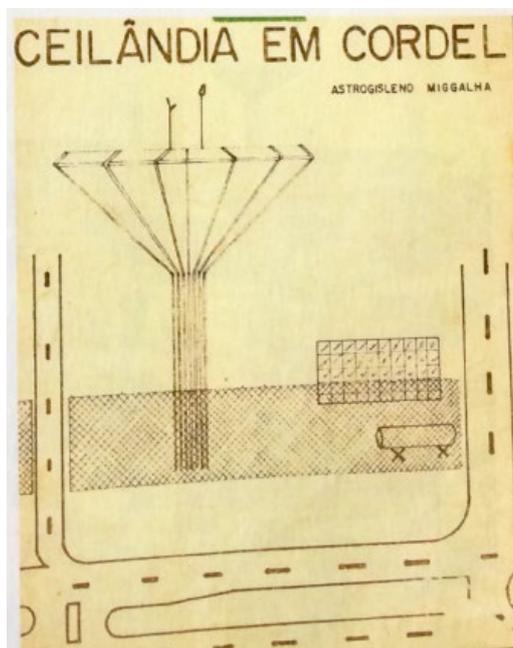
O trecho citado constrói uma imagem de Ceilândia como tendo perpetuado a cultura dos migrantes nordestinos – como o repente e o cordel. No entanto, essa cultura, conforme o documento, convive com outras referências que teriam se desenvolvido na região, como o samba e o *rap*, o que reforça a diversidade do núcleo. Ceilândia, nesse prisma, é retratada como um local que valoriza as origens da população migrante e, ao mesmo tempo, acolhe e incentiva o surgimento de novos estilos.

Com relação à assimilação da cultura dos migrantes nordestinos, a Casa do Cantador, como vimos, é mencionada como um ponto de encontro para artistas locais e nacionais, o que indica como o núcleo havia conquistado um lugar de destaque no Distrito Federal. Nota-se que a relação entre a imagem da Caixa d'Água e as origens nordestinas do núcleo é evidenciada em material gráfico cedido pelo Museu Casa da Memória Viva de Ceilândia, um pequeno museu comunitário, e anexado ao dossiê. Um exemplo é um livreto intitulado *Ceilândia em Cordel*, de Astrogisleno Migalha, cuja capa estampa uma ilustração estilizada da Caixa d'Água⁹³⁸ (figura 56).

⁹³⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Ceilândia hoje. In *Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

⁹³⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Imagens. In *Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

Figura 56. Ceilândia em Cordel



Fonte: Processo nº 150.000.781/2011. Brasília, SUPHAC, 2013.

O documento *Ceilândia hoje*, conforme vimos, reforça como as referências culturais provenientes do Nordeste brasileiro convivem com outros estilos em Ceilândia, dentre os quais o *hip-hop* – cultura artística que contempla o *rap*. A alusão ao *rap da Ceilândia* é marcante no dossiê, a exemplo dos depoimentos de *rappers* locais coletados do curta-metragem *Rap, o canto da Ceilândia*. A partir do discurso dos *rappers*, conforme vimos, buscou-se reforçar as dificuldades iniciais do núcleo, com enfoque no problema da falta d’água. Nota-se que essa expressão cultural, em uma visão corrente, é bastante associada à Ceilândia e à sua trajetória de desafios. Para Elane Peixoto *et al.*, trata-se de um “estímulo a fazer emergir uma postura de resistência às tentativas de apagamento da história e da memória dos construtores de Brasília”.⁹³⁹

As referências artísticas e culturais mencionadas nos documentos – como o *samba*, *rock*, *repente* e *rap* – são capazes de articular passado e presente da Ceilândia, indicando como o núcleo prosperou e se desenvolveu. Ainda assim, as dificuldades iniciais não haviam sido superadas por completo, pois o documento *Ceilândia hoje* enfatiza a necessidade de maiores investimentos no núcleo: “mesmo representando um grande potencial nas artes, a cidade ainda carece de equipamentos culturais. Produz cultura,

⁹³⁹ PEIXOTO, Elane Ribeiro; PERES, Janaína Lopes; WALDVOGEL, Alana; BATISTA, Marina Oliveira Vaz. O Rap da Ceilândia. In: *XVII Enanpur*, 2017, São Paulo. Desenvolvimento, Crise e Resistência: Quais os caminhos do planejamento urbano e regional?. São Paulo: FAU-USP, 2017. v. 1. p. 5.

mas não tem ainda uma sala de cinema”.⁹⁴⁰ Esse trecho, em tom de lamento, reforça como o investimento seria insuficiente se considerado o potencial do núcleo. O tombamento da Caixa d’Água, nesse sentido, agregaria um valor simbólico referente ao patrimônio cultural, e o discurso do documento chama a atenção para a necessidade de investimentos para que Ceilândia supere por completo as dificuldades, ainda presentes.

O texto enfatiza não apenas referências culturais marcantes em Ceilândia, mas também outros projetos em diversos setores, que reforçam a importância regional do núcleo. Um dos pontos destacados no mesmo documento é como Ceilândia estaria em pleno desenvolvimento econômico e industrial, sendo um polo atrativo no Distrito Federal:

A cidade – que nasceu com o objetivo de erradicar favelas do Distrito Federal – é uma das que mais cresce no país (...). Economicamente, a cidade é um potencial e tem atraído vários empresários. É uma das cidades do DF que ainda dispõe de área para instalação de polos industriais, o comércio é forte, em constante expansão e abriga indústrias exportadoras.⁹⁴¹

O trecho citado é exemplar por evidenciar a noção da superação das dificuldades iniciais, pois, embora Ceilândia tenha sido criada para receber uma população de “favelados”, o local teria evoluído rapidamente e estaria atraindo empresas e indústrias. Nota-se como o discurso patrimonial auxilia na construção da visão de um núcleo ativo, dinâmico, acolhedor e, de quebra, com um grande potencial a ser alcançado, em especial por termos como “dispõe de uma área” e “constante expansão”. A ideia do dinamismo do núcleo se destaca, e o documento aponta como o tombamento da Caixa d’Água seria um passo em direção à plena autonomia de Ceilândia.

Além do alegado desenvolvimento cultural e econômico, o documento traz indícios de um crescimento social em Ceilândia, principalmente pelo reconhecimento de importantes projetos educacionais. O texto relata que quatro escolas de ensino médio do núcleo teriam sido premiadas pela UNESCO por seus projetos, o que seria “motivo de orgulho da comunidade ceilandense”.⁹⁴² Com relação ao ensino superior, o documento reforça a importância da Ceilândia em nível regional pela inauguração de um *campus* da Universidade de Brasília em 2008, além das demais instituições de ensino superior particulares que existiriam no núcleo.

⁹⁴⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Ceilândia hoje. *In Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

⁹⁴¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Ceilândia hoje. *In Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

⁹⁴² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Ceilândia hoje. *In Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

Em que pese o documento *Ceilândia hoje* destacar sobretudo os pontos positivos de Ceilândia na contemporaneidade, os problemas sociais também integram a narrativa, em especial a violência urbana. De acordo com o mesmo documento,

Apesar dos 15 postos comunitários de segurança pública, a população local necessita de mais efetivo e viaturas nas ruas. A segurança é um dos maiores problemas dos moradores. Estatísticas apontam que, por ser a maior cidade do DF, Ceilândia registra um grande número de casos de crime. Entretanto, comparada às mortes mais violentas, a cidade aparece no décimo lugar do *ranking*.⁹⁴³

Conforme esse trecho buscou evidenciar, a violência em Ceilândia estaria diretamente relacionada às suas grandes proporções. Essa estatística, no entanto, conforme o documento, não se aplicaria a mortes mais violentas, em uma tentativa de amenizar a visão corrente de que o núcleo seria uma região extremamente perigosa. Novamente, o patrimônio aparece como parte de um caminho a ser trilhado para que se construa um futuro melhor, pois a melhoria da segurança pública é destacada como algo que se deseja ou se pretende para o local.

O documento, intitulado sugestivamente *Ceilândia hoje*, ao retratar o núcleo na contemporaneidade, mobiliza tanto os projetos em curso quanto as potencialidades e pontos a melhorar. O tombamento da Caixa d'Água, nesse aspecto, pode ser visto como uma estratégia para diferenciar Ceilândia de outras Regiões Administrativas, pois acrescentaria ao núcleo o prestígio de ter um patrimônio edificado. Essa ideia evidencia-se em um parecer da DIGEPHAC/SUPHAC favorável ao tombamento, que ressalta como o reconhecimento da construção como patrimônio do Distrito Federal seria motivo de orgulho para os moradores, pois

esse monumento, erguido no local onde foi lançada a pedra fundamental da cidade, será motivo maior de orgulho para Ceilândia, que terá no seu símbolo o primeiro patrimônio da cidade, tombado pelo governo do Distrito Federal”.⁹⁴⁴

O tombamento da Caixa d'Água, nesse discurso, sugere que o governo do Distrito Federal reconheceria a importância do símbolo de uma comunidade cuja formação se deu em meio a dificuldades. Ao estabelecer essa relação, o parecer da DIGEPHAC/SUPHAC propõe uma continuidade fluida entre os desafios do passado e sua superação, conciliando conflitos e contradições. O patrimônio, nesse aspecto, não só é acionado como uma compensação simbólica pelos sofrimentos do passado, mas também projeta uma ima-

⁹⁴³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Ceilândia hoje*. In *Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

⁹⁴⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Parecer nº 003/2011-DIGEPHAC/SUPHAC/SECULT. In *Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

gem de futuro melhor por revelar que Ceilândia, embora necessite superar problemas, estaria trilhando um caminho honroso.

Entre as construções existentes em Ceilândia, os representantes do Fórum de Cultura de Ceilândia selecionaram a Caixa d'Água para se tornar patrimônio do núcleo. No entanto, nota-se que outras construções ou lugares representativos, como a Casa do Cantador ou a Feira de Ceilândia, poderiam igualmente ter desempenhado esse papel, pois são espaços dotados de importância cultural e comunitária. A Caixa d'Água, porém, mais do que as outras construções, mostrou-se capaz de estabelecer um vínculo entre um passado de dificuldades e uma ideia de futuro melhor, discurso que de fato embasou o reconhecimento por maiores investimentos no núcleo.

3.3.4 Trâmites institucionais, contestações e indefinições

Ao longo dos dossiês de tombamento da Escola Industrial de Taguatinga e da Caixa d'Água da Ceilândia, sobressaem questões referentes ao valor histórico e simbólico desse patrimônio, conforme vimos nos subtópicos precedentes. Contudo, constata-se que o processo de tombamento da Escola Industrial de Taguatinga, especificamente, foi permeado por adversidades, disputas e indefinições quanto à condução dos procedimentos. Isso se mostra em documentos que registraram trâmites entre diferentes setores do governo.

O processo de tombamento da EIT, conforme vimos, teve início em 2006 a partir de solicitação da Tribo das Artes. Em seguida, em 2007, um Grupo de Trabalho foi constituído para dar andamento ao processo, e no mesmo ano o tombamento provisório chegou a ser decretado. Anos mais tarde, em maio de 2010, com o processo ainda em curso, a Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio Urbanístico e Imobiliário (PROMAI) emitiu um parecer recomendando a constituição de uma nova Comissão de Trabalho que contasse, necessariamente, com a participação de um membro indicado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Além disso, o parecer da PROMAI requisitou que a DIGEPHAC

se pronuncie sobre o interesse público na conservação do imóvel e sobre a conveniência e oportunidade de se tomar todo o seu lote ou apenas algumas edificações ou salas; que elabore as normas urbanísticas para o referido bem, de acordo com as finalidades perseguidas para o tombamento, propondo minuta de projeto e lei complementar; e analise a situação urbanística da futura área de tutela, para

que seja compatibilizada com os fins de conservação cultural, indicando a adoção de eventuais medidas cabíveis.⁹⁴⁵

Isso mostra como houve um questionamento da PROMAI com relação à condução do processo pela DIGEPHAC, em especial pela proposta de que fosse constituída uma nova Comissão. Em resposta, o órgão defendeu o modelo de trabalho que vinha sendo desenvolvido, reforçando que sua atuação seria adequada e coerente. Em primeiro lugar, argumentou que não havia necessidade de constituição de uma nova Comissão, pois a que havia sido formada em 2007

foi legitimamente instituída pelo Secretário de Estado de Cultura e formada por equipe técnica multidisciplinar desta diretoria que, abrangendo as áreas de arte-educação, pesquisa, história e arquitetura, procedeu à análise, avaliação e adequabilidade do pleito nas diversas áreas de conhecimento inerentes à matéria.⁹⁴⁶

Em seguida, com relação a esclarecimentos sobre o interesse público pelo tombamento da escola, a DIGEPHAC alega que a documentação anexada ao processo demonstra o anseio popular pela proteção da EIT, o que legitimaria o tombamento. De acordo com o documento enviado à PROMAI:

Em relação a um juízo técnico sobre o interesse público na conservação, mencionado pelo senhor Procurador (fls. 229), acredita-se que este já foi fartamente apresentado no processo. A própria solicitação de tombamento pela comunidade local, análise e documentação acostadas aos autos pela Diretoria atestam o juízo técnico de relevância dos espaços para Brasília e o Distrito Federal.⁹⁴⁷

A DIGEPHAC, ao alegar que o juízo técnico sobre o interesse público na conservação já teria sido “fartamente apresentado no processo”, refere-se principalmente ao material anexado ao dossiê de tombamento da EIT – como cartazes, informativos e matérias de jornal. A maior parte desse material, conforme vimos, tem forte cunho publicitário e, como foi elaborado pela Tribo das Artes, privilegiou seus pontos, motivações e expectativas para o tombamento. O parecer da PROMAI, nesse aspecto, tende a questionar a legitimidade do processo devido à escassez de material elaborado internamente pelo órgão, que, em contrapartida, defende que o vasto material elaborado pela Tribo das Artes e pelo SINPRO seria suficiente para suprir o quesito do citado “interesse público na conservação” da escola.

⁹⁴⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Parecer nº 30/2010-PROMAI. *In Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁹⁴⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. [Documento sem Título]. *In Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁹⁴⁷ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. [Documento sem título]. *In Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

Os conflitos entre setores institucionais trouxeram à tona o modo de conduzir processos e legitimar o tombamento de um bem, e essa discussão está inserida em um debate mais amplo sobre o papel do Estado ao tratar de demandas por tombamentos. Historicamente, conforme Márcia Chuva, a ação de preservação dos bens culturais era atribuída com exclusividade ao Estado, mas, a partir dos anos 1980, a participação da sociedade civil passou a ser cada vez mais reconhecida como legítima para a definição do patrimônio cultural.⁹⁴⁸ Nesse sentido, os embates entre a PROMAI e a DIGEPHAC sugerem como o processo de legitimação de um patrimônio possui diferentes interpretações no âmbito das instituições, em especial quanto às atribuições do órgão do patrimônio quando o processo de tombamento é resultado de demanda da sociedade civil.

Contudo, o parecer da PROMAI questiona uma série de lacunas no processo de tombamento, e não apenas o interesse público. No mesmo documento, solicitou-se uma maior precisão quanto aos prédios a serem tombados, assim como às normas urbanísticas e à área de tutela, pois tais informações não constavam no processo.⁹⁴⁹ A DIGEPHAC, em resposta, esclarece que o tombamento seria referente a todo o conjunto de prédios da EIT, e a área de tutela seria corresponde ao lote da escola.⁹⁵⁰ Esse documento, assim, acabou por definir melhor a abrangência da proteção do espaço, respondendo aos questionamentos levantados pela PROMAI.

Assim sendo, a resposta da DIGEPHAC buscou avançar em definições sobre a proteção do local, pois apontou expectativas e implicações do tombamento, em especial com relação ao acompanhamento de possíveis intervenções a serem realizadas. Conforme o documento,

O tombamento das edificações e sua respectiva área de tutela não representam engessamento de qualquer natureza, ou prejuízos ao potencial construtivo da área abrangida; representa, outrossim, o reconhecimento público legítimo da importância histórica, arquitetônica e cultural do bem que, conseqüentemente, implica maior acompanhamento das intervenções que, porventura, possam atrair a área.⁹⁵¹

O documento, de modo a evitar maiores contestações, se esforça em desvincular o tombamento da ideia de engessamento, indicando que a EIT continuará a se desen-

⁹⁴⁸ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 33.

⁹⁴⁹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Parecer nº 30/2010-PROMAI. *In Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁹⁵⁰ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. [Documento sem Título]. *In Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁹⁵¹ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. [Documento sem Título]. *In Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

volver, mas de modo a respeitar os valores históricos e simbólicos dos edifícios. Esse trecho, assim, reforça o papel do patrimônio como um instrumento regulador e de controle de intervenções em bens tombados.

Essa troca de mensagens entre a PROMAI e a DIGEPHAC havia ocorrido em 2010. Dois anos depois, conforme podemos constatar nos documentos anexados ao dossiê, houve uma nova discussão, dessa vez sobre a relação entre o tombamento da EIT e o uso de seu espaço. Na ocasião, o então secretário de Educação Denilson Bento da Costa sugeriu que o tombamento da escola fosse vinculado à criação do Complexo Cultural EIT e a usos específicos para o espaço.⁹⁵² O então secretário, ao propor essa relação, indicou que o *Seminário Taguatinga: memória e identidade* teria servido como referência e inspiração para suas proposições.⁹⁵³ O órgão do patrimônio, em resposta a Costa, esclareceu que a Legislação de Tombamento “não faculta ao órgão responsável a possibilidade de estabelecer vinculação de nenhuma natureza”.⁹⁵⁴ O documento também aclara que “não existe tombamento de uso, e ainda que a autoridade tombe um bem, não pode tomar seu uso”.⁹⁵⁵

Esses documentos levam a ver como houve indefinições quanto aos limites e atribuições do instrumento do tombamento, além de evidenciar como o processo de tombamento da EIT tramitou por diferentes setores do governo. Diante desse quadro, em que vários setores institucionais tiveram suas considerações incluídas nos procedimentos para o tombamento, a DIGEPHAC buscou afirmar sua hegemonia, e isso se mostra ainda no documento de resposta ao parecer da PROMAI, em 2010:

Cabe elucidar que a DIGEPHAC, da Secretaria de Estado de Cultura, é o único órgão da esfera do governo do Distrito Federal com competência regimental para proceder a todas as etapas que antecedem à assinatura do ato de tombamento pelo governador, além de subsidiar análise do Conselho de Cultura do Distrito Federal, formado por representantes do governo e da sociedade.⁹⁵⁶

Esse trecho assinala como agentes da DIGEPHAC sentiram a necessidade de esclarecer e reforçar o papel do órgão no âmbito do Distrito Federal, destacando sua impor-

⁹⁵² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁹⁵³ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁹⁵⁴ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁹⁵⁵ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

⁹⁵⁶ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. [Documento sem Título]. *In Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

tância e atribuições específicas com relação ao patrimônio cultural. Vale lembrar que o órgão local estava passando por um período de maior instabilidade, e a documentação anexada ao dossiê evidencia como o processo de tombamento da EIT foi caracterizado pela demora no andamento dos trâmites, novas recomendações e interferências de outros setores do governo. Nesse sentido, retomando as considerações de Vinícius Pereira, a demora e os impasses que retardaram a tramitação do processo podem estar associados a interesses públicos ou privados no lote da escola, pois trata-se de uma área valorizada em Taguatinga.⁹⁵⁷ Ressalte-se que o processo teve início em 2006, e o tombamento ocorreu apenas em 2014.

Este subtópico encerra a análise dos processos de tombamento da Escola Industrial de Taguatinga e da Caixa d'Água da Ceilândia. Os dossiês de tombamento, conforme vimos ao longo do texto, constroem uma narrativa em torno da ideia de que os núcleos seriam representativos de uma comunidade unida e próspera que venceu as dificuldades dos anos iniciais. As documentações têm como parâmetro o período da construção de Brasília para situar a ideia de um passado de atribulações, sugerindo que os operários da construção, além de tornar Brasília monumental, teriam conseguido se estabelecer e conquistar um lugar para si. Nesse sentido, a trajetória dessas pessoas havia sido permeada por lutas e reivindicações, entre as quais estaria o tombamento da EIT e da Caixa d'Água.

A isso se soma o discurso que estabelece uma relação direta entre um passado de dificuldades e o anseio por um futuro melhor. Os tombamentos valorizam os bens como representativos de um ideal de espaço urbano a ser construído, destacando a importância e o potencial de Taguatinga e de Ceilândia na estruturação do Distrito Federal. Assim, embora os dossiês recuperem um passado ligado a privações e adversidades durante a construção de Brasília, sugere-se que o crescimento de Taguatinga e de Ceilândia teria ocorrido de modo complementar ao do Plano Piloto. Os tombamentos, desse modo, reforçam a urgência de um olhar para a história de luta e sacrifícios desses núcleos-satélites para projetar um futuro de melhorias e maiores investimentos locais.

*

A análise empreendida neste capítulo buscou averiguar como se estruturou a construção de discursos preservacionistas em Brasília entre 1993 e 2014. Conforme vimos, os tombamentos deram continuidade a propostas que haviam sido formuladas ao longo

⁹⁵⁷ PEREIRA, op. cit., p. 97.

dos anos 1980, o que consolidou valores patrimoniais relativos aos bens localizados para além do Plano Piloto de Brasília.

Em um primeiro momento, como vimos, o DePHA deu continuidade a tombamentos de construções em madeira que faziam referência à memória da construção de Brasília, prática que de fato marcou a década de 1990. Os bens tombados foram a Igreja São Geraldo no Paranoá em 1993, o Centro de Ensino Metropolitana em 1995 e a Igreja São José Operário na Candangolândia em 1998. Esses tombamentos, ao contrário daqueles realizados nos anos 1980 e que também faziam alusão à memória operária de Brasília, ocorreram em Regiões Administrativas derivadas de antigos acampamentos de obras, porém já fixados.

Nesse aspecto, a luta por moradia que havia sido marcante nos anos 1980 deu lugar a outras questões relativas aos valores da memória da construção de Brasília, como a articulação entre patrimônio e espaços pioneiros. Os tombamentos realizados nos anos 1990, assim, aludem à monumentalidade da nova capital, mas expandem sua representação para agregar o modo de vida e a trajetória dos operários em seus espaços, destacando a necessidade de preservar os vestígios dessa história. O patrimônio, ao valorizar os espaços e seus habitantes por seu pioneirismo, delimitou os sujeitos que integram a memória e a história da cidade, com destaque para o seu papel desempenhado durante os primórdios de Brasília.

Em seguida, quase uma década se passou entre o tombamento da Igreja São José Operário em 1998 e o da Casa da Fazenda Gama em 2006. O tombamento da edificação ampliou a representação patrimonial de Brasília pela inserção de um exemplar rural no rol de bens tombados. Contudo, conforme vimos, também alude a iniciativas que remontam aos anos 1980, em que houve uma discussão pela preservação de antigas fazendas goianas no território. O tombamento dessa construção, assim, representou uma continuidade com relação à busca pelas origens do território de Brasília.

No entanto, a Casa da Fazenda Gama destacou-se entre as demais fazendas da região, pois foi a única efetivamente tombada. Esse tombamento está associado aos interesses da diretoria do Brasília Country Club, que ansiava por possuir em suas dependências um patrimônio cultural e histórico com potencial turístico. Além disso, o discurso do tombamento ganhou força pela recuperação da hospedagem de Juscelino Kubitschek no local ainda em 1956, o que contribuiu para sintonizar o edifício à história de Brasília. A antiga fazenda, nesse sentido, destacou-se não apenas pelos seus atributos históricos relativos às origens do território do Distrito Federal, mas também como um marco simbólico da transferência da capital. O tombamento, assim, reforçou a importância

da edificação como parte do contexto necessário para dar suporte à construção de Brasília, indicando ainda a necessidade do reconhecimento das referências históricas e culturais do Planalto Central.

Por fim, os últimos tombamentos que analisamos foram os da Caixa d'Água da Ceilândia, em 2013, e da Escola Industrial de Taguatinga, em 2014. Esses tombamentos, conforme vimos, tiveram início por meio de reivindicações de moradores organizados, o que representa uma continuidade com relação à prática do órgão do patrimônio de acolher e valorizar processos originários de demanda popular. Em ambos os casos, conforme vimos, a ideia de superação de dificuldades em um espaço que havia sido criado para receber populações carentes é marcante. Os dossiês apoiaram-se na ideia das desigualdades de Brasília e de como os operários haviam conseguido conquistar um lugar para si, a despeito das dificuldades e negligências por parte do governo central. A partir dessa ideia, as potencialidades de Ceilândia e de Taguatinga no Distrito Federal são reforçadas, indicando como as Regiões Administrativas careciam de maiores investimentos em cultura, educação e segurança.

O discurso relativo a esses tombamentos, como vimos, fez alusão às injustiças sociais deflagradas em Brasília, mas não deixou de ressaltar que os operários teriam sido atraídos pelo sonho de construir a nova capital e, a partir de então, conquistado um local para viver com seus iguais. Por fim, em que pese o discurso dos dossiês destacar os problemas sociais que marcaram a consolidação de Brasília, Ceilândia e Taguatinga não aparecem como um contraponto à monumentalidade do Plano Piloto. Ambos os núcleos, descritos como tendo sido formados por comunidades periféricas, são valorizados pela sua relevância demográfica, econômica e cultural. Desse modo, os dossiês destacam o seu papel como um complemento à centralidade do Plano Piloto de Brasília. Esse discurso buscou reforçar a necessidade de maiores investimentos nos núcleos, a fim de melhorar a qualidade de vida da população e, assim, alcançar uma maior autonomia no Distrito Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



“BRASÍLIA, PATRIMÔNIO MUNDIAL”. A imagem icônica de Brasília, bastante associada à monumentalidade do Plano Piloto, foi o que nos instigou a investigar a construção do patrimônio da cidade existente além desse núcleo central. A intenção de nos afastarmos do Plano Piloto enquanto objeto principal de estudo direcionou a análise para os espaços que o rodeiam, sem, contudo, reforçar supostas dualidades, contraposições ou paralelismos entre o núcleo central e as coloquialmente denominadas “cidades-satélites”.

Este estudo se propôs a contribuir para o debate sobre o patrimônio cultural de Brasília, e os dossiês de tombamento referentes às doze construções localizadas além dos limites do Plano Piloto foram nossa fonte privilegiada de análise. O objetivo foi problematizar questões sociais, políticas e espaciais em torno dos tombamentos realizados a partir do conteúdo da documentação anexada aos dossiês.

Documentação e patrimônio foram os principais pilares desta pesquisa. A etapa da pesquisa que consistiu especificamente na leitura e coleta de dados dos dossiês, ocorreu nas dependências da Diretoria de Preservação (DIPRES). Em um primeiro momento, a partir do contato e análise crítica da documentação que compõe os dossiês de tombamento, compreendemos o caráter complexo e interdisciplinar de produção e montagem desse material. A partir disso, com apoio da bibliografia específica, o texto **Fontes: o corpus documental e suas características** identificou os lugares de pesquisa preferenciais para o patrimônio cultural, o que permitiu uma reflexão sobre as práticas dos profissionais do patrimônio.

O texto apontou e discutiu as características de produção da documentação que integra os dossiês de tombamento, composta por material proveniente de acervos institucionais, fonte iconográfica e fonte jornalística, além de material elaborado internamente pelos agentes do patrimônio. Vimos como esse material de elaboração interna é o que mobiliza, de modo mais evidente, as justificativas e expectativas para os tombamentos. A familiarização com essa documentação, assim como a aproximação com o seu contexto de produção, nos permitiu avançar em questões mais específicas da pesquisa com relação aos procedimentos metodológicos. A análise, assim, se estruturou a partir da seleção de tópicos recorrentes na documentação que expressassem a formulação do discurso de tombamento.

O capítulo 1 desta tese, intitulado **O processo de tombamento e preservação de Brasília: problemas, questões e marcos**, se concentrou no debate sobre tópicos relativos à preservação de Brasília. O texto discutiu alguns marcos do processo de tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, a fixação e o tombamento da Vila Planalto e pontos relevantes da trajetória da instituição local do patrimônio. Essa aná-

lise apontou como a legislação da preservação de Brasília é pauta de debate constante e atualizado na bibliografia, o que nos permitiu identificar os pontos que passaram por revisões e reestruturações com vistas a preencher lacunas e estabelecer critérios mais claros de interesse de proteção.

A legislação vigente (Portaria nº 166,⁹⁵⁸ de 2016, alterada pela Portaria nº 421, de 2018)⁹⁵⁹ propõe a preservação de Brasília por escalas urbanísticas e deriva da proposta de Ítalo Campofiorito, de 1987. Ainda no capítulo 1, vimos como a bibliografia ressalta que, ao privilegiar a proteção do Plano Piloto e seu entorno imediato, a ideia de Campofiorito descartou a proposta derivada de estudos inovadores do GT-Brasília. A bibliografia identifica a participação do GT como parte importante na trajetória patrimonial de Brasília, e os autores que trouxemos para o debate destacaram como o Grupo havia incluído em suas recomendações a proteção não apenas do Plano Piloto, mas também de antigas fazendas, de acampamentos de obras, de antigos centros urbanos e da paisagem natural.

A discussão mostrou como o processo de preservação de Brasília tendeu a associar o valor da cidade ao núcleo derivado do projeto de Lucio Costa, o que estruturou a maior parte dos projetos que definiram a ocupação do território. Contudo, foi interessante perceber os limites, exceções e ambiguidades da problemática em torno do projeto original de Brasília a partir da análise dos embates em torno da fixação e tombamento da Vila Planalto, em 1988. Esta foi o único antigo acampamento de obras que teve todo o seu perímetro urbano tombado, e não apenas regulamentado, e apontamos como esse tombamento esteve associado ao controle sobre a expansão do núcleo. Nesse sentido, o discurso de preservação da Vila Planalto buscou inserir uma representação operária na história oficial de Brasília pela anuência final de Lucio Costa.

Outro tópico importante da pesquisa foi a apresentação e análise da trajetória do órgão local do patrimônio, em que buscamos apontar o estabelecimento de valores preservacionistas, as reestruturações mais marcantes e a atuação de alguns diretores nesse percurso institucional. Ao longo da discussão, identificamos como o órgão local do patrimônio passou por períodos de maior e menor estabilidade, bastante associados às suas competências com relação à área tombada do Conjunto Urbanístico de Brasília. Um ponto importante na discussão é que, mesmo que o cenário mais geral da insti-

⁹⁵⁸ BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016*. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências.

⁹⁵⁹ BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 421, de 31 de outubro de 2018*. Altera a Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016, que estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências.

tuição tenha sido caracterizado por uma sucessiva perda de competências, os tombamentos locais ocorreram com relativa estabilidade. Ao longo da análise vimos também como o órgão local, por diversas vezes, se alinha ao discurso do IPHAN com relação ao direcionamento do que pode ser considerado patrimônio, em especial pela inclusão de bens representativos de comunidades.

Os textos dos capítulos 2 e 3 concentraram-se na análise mais detida dos dossiês de tombamento. A condução da análise se estruturou a partir da leitura da documentação e identificação das recorrências, rupturas e continuidades que marcaram o processo de formulação do discurso patrimonial. Ao longo da análise, tendo como ponto norteador a hipótese do trabalho, avaliamos em que medida os tombamentos buscaram complementar ou expandir aspectos do patrimônio monumental de Brasília, em especial quanto à idealização do processo de concretização da nova capital.

O segundo capítulo, **A formação do patrimônio em Brasília: dos primórdios a 1989**, dedicou-se à discussão do processo de construção e consagração do patrimônio fora do Plano Piloto de Brasília, concentrando-se nos dossiês produzidos entre 1959 e 1989. A análise verificou que alguns valores se sobressaíram, como a memória da construção de Brasília, o processo histórico de formação do território do Distrito Federal e o patrimônio como resultado da reivindicação de moradores.

O tombamento do Catetinho em 1959 reconheceu na edificação, que tinha caráter inicialmente provisório, um valor associado à memória da construção de Brasília. A nossa discussão apontou como o argumento principal para o tombamento da edificação foi o seu papel como marco inaugural da construção de Brasília e, portanto, prelúdio da monumentalidade da nova capital. Ao longo da análise, percebemos que a arquitetura do Catetinho foi descrita como simples e tosca, o que deu sentido ao discurso da necessidade de ocupação do território para garantir o desenvolvimento do país. A partir disso, vimos como a inserção do Catetinho na historiografia da arquitetura moderna foi feita *a posteriori*, pois o dossiê valorizou os aspectos rústicos da edificação como parte do processo de desbravamento do território. Uma das particularidades desse dossiê é que ele acomoda tanto a documentação do processo de tombamento de 1959 quanto material anexado a partir dos anos 1970, já em Brasília. Foi interessante perceber como a documentação mais recente retoma e reforça o valor patrimonial do Catetinho relativo ao período pré-inauguração de Brasília, mas a partir de uma perspectiva contemporânea que passou a valorizar a envoltória da edificação como vestígio da construção da cidade. Nesse discurso, destacaram-se a relação do Catetinho com Brasília já inaugurada e a vegetação original como um importante resquício da memória da nova capital.

A valorização do processo de formação do território do Distrito Federal integrou o discurso de tombamento das construções localizadas em Planaltina: o Museu Histórico e Artístico, a Igreja São Sebastião e a Pedra Fundamental. Em linhas gerais, a nossa análise identificou dois argumentos principais que sustentam a proteção dessas construções: o seu valor histórico e regional e o seu papel como participante no processo de implantação da nova capital. Outras questões importantes se evidenciaram na documentação, como a relação do bem com o seu entorno, o anseio da comunidade pela proteção de seu patrimônio e o potencial turístico de Planaltina pela sua relevância histórica e arquitetônica no Distrito Federal. Nesse processo, o patrimônio do núcleo foi associado principalmente à sua população antiga, o que desconsiderou a sua expansão urbana e demográfica.

Ao longo da análise, identificamos como houve, em diferentes dossiês, um contraste com relação ao discurso do “vazio” demográfico e cultural associado à região do Distrito Federal. Enquanto no dossiê do Catetinho prevaleceu a imagem de uma região inóspita e desprovida de recursos, nos dossiês relativos às construções de Planaltina e, mais tarde, no da Casa da Fazenda Gama, valorizou-se a existência de uma tradição e uma cultura relevantes, destacando-se inclusive a participação da região e da população para a concretização de Brasília. A análise também mostrou como a ideia de um marco inaugural de Brasília, que se destaca no dossiê do Catetinho, também está expressa no discurso de tombamento da Pedra Fundamental de Planaltina. Conforme vimos, a narrativa do tombamento foi construída em torno da ideia de que o lançamento desse equipamento, em 1922, teria representado um importante marco simbólico para o processo de transferência da capital.

Vimos, ainda, como a valorização do patrimônio como resultado da reivindicação de moradores foi marcante no processo de tombamento do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), em 1985. Foi interessante perceber como a reivindicação pelo tombamento inseriu o HJKO como parte da memória da construção de Brasília, o que deu visibilidade à demanda por moradia da população, que também reivindicava serviços de saúde. Nesse discurso, a mobilização da imagem idealizada do *candango* como herói anônimo de Brasília foi essencial para valorizar o antigo hospital como representante da memória popular da cidade. A análise apontou que a valorização do operário se alinhou à imagem idealizada que havia sido construída por protagonistas de Brasília, em especial pela vinculação do *candango* à ideia de sacrifício e esperança para tornar a nova capital monumental.

O texto discutiu como essa narrativa deu sentido ao tombamento e à proposta de recuperação do conjunto pelo seu valor histórico. Foi interessante perceber que, nes-

se processo, os moradores conquistaram moradia definitiva na Candangolândia, mas houve frustração quanto aos futuros usos do HJKO. A perspectiva quanto ao uso do espaço, conforme vimos, não era unânime, pois, enquanto os moradores ansiavam por um posto de saúde, a documentação elaborada pelo órgão do patrimônio ressaltou o aproveitamento turístico do local.

A partir disso, vimos como a decisão pela transformação do HJKO no Museu Vivo da Memória Candanga espelhou uma discussão em curso no Governo de Brasília sobre o potencial turístico de edificações que remetiam ao período da construção da cidade. Além de o Catetinho ter sido transformado em museu em 1972, havia propostas de criação de um museu a partir do reaproveitamento de antigas casas de madeira no Núcleo Bandeirante nos anos 1980. O Museu do Catetinho e o Museu Vivo da Memória Candanga, assim, se referem ao mesmo período da história de Brasília, mas, ao passo que o primeiro é relativo à experiência do então presidente da república no local, o segundo buscou inserir o operário da construção na imagem gloriosa da implantação da nova capital.

O tombamento do Relógio de Taguatinga em 1989, assim como o do HJKO, foi resultado da reivindicação de moradores. Nossas análises observaram como a exigência da população local pela preservação do Relógio foi reflexo de um descontentamento dos moradores com relação à gestão do núcleo, pois o pedido de tombamento denunciou a destruição de espaços públicos identificados como simbólicos e históricos sem consulta à população. O texto discutiu como esse dossiê trouxe à tona a negligência com relação aos marcos simbólicos do núcleo-satélite, o que inseriu no discurso patrimonial de Brasília a reivindicação pela proteção de um elemento cotidiano para uso de uma comunidade local e específica.

Esses tombamentos fizeram parte do processo de formação do patrimônio em Brasília. Ao longo da análise, alguns temas se destacaram na atribuição de valor desse patrimônio, como o período da construção da cidade, os antecedentes da capital e a reivindicação comunitária. Esses tópicos principais foram permeados por particularidades de cada processo, como a reivindicação de um lugar de destaque no Distrito Federal, a luta por moradia e a formulação de símbolos locais. Além disso, a nossa análise não deixou de considerar como a instituição do patrimônio local, à época o DePHA, havia conquistado um maior prestígio ao longo dos anos 1980 devido às tratativas para o reconhecimento de Brasília como Patrimônio Mundial, o que lhe garantiu uma atribuição mais ativa.

O terceiro e último capítulo, **Continuidade e consolidação: 1993 a 2014**, foi dedicado à análise dos tombamentos realizados entre 1993 e 2014, que identificou como houve a recuperação dos valores consagrados ao longo da década de 1980, embora com novas nuances e características. Esses tombamentos ocorreram em paralelo às tentativas do órgão local de se reestabelecer e se reafirmar após a perda das competências sobre a área tombada do Conjunto Urbanístico de Brasília, embora esse período de menor estabilidade pouco tenha interferido nos tombamentos realizados localmente.

Os tombamentos realizados ao longo dos anos 1990, todos de edificações de madeira localizadas em antigos acampamentos de obras já regularizados, representaram uma continuidade com relação às práticas do DePHA com relação à valorização da memória da construção de Brasília. A nossa análise apontou como os bens tombados no período – Igreja São Geraldo no Paranoá, em 1993; Centro de Ensino Metropolitana, em 1995; e Igreja São José Operário da Candangolândia, em 1998 – foram descritos em seus dossiês como representativos do acampamento de obras correspondente, além de símbolo da memória de comunidades pioneiras. Foi interessante perceber como o fato de esses bens estarem localizados em Regiões Administrativas já regulamentadas trouxe novas questões relativas à memória da construção de Brasília. A análise mostrou que a perspectiva de proteção desses bens foi permeada por interesses de governantes e gestores públicos que buscaram reforçar sua atuação junto à população. Além disso, o tombamento articulou-se a propostas de recuperação física das edificações e de um maior investimento nos núcleos, até mesmo para evitar novas ocupações irregulares nos locais.

Ao longo da discussão ficou evidente como o discurso de tombamento, de modo geral, acabou por fundir termos como “candango”, “operário” e “comunidade” para se referir aos “pioneiros”, identificados como os legítimos herdeiros da memória da construção de Brasília. A idealização da figura do pioneiro e dos seus espaços de convivência foi marcante nos dossiês, o que justificou a preservação de edificações que simbolizassem esse pioneirismo. Esse processo acabou por construir uma narrativa da trajetória desses espaços que pouco se atentou para as tensões que permearam o seu processo de fixação, em especial as recorrentes tentativas de destruição dos antigos acampamentos de obras e remoção de pessoas. Quando essas tensões aparecem, identificamos que os textos dos dossiês privilegiaram termos como “invasor”, “pessoas” e “populações” para se referir a esse contexto, o que representou uma tentativa de desvincular o desmantelamento dos antigos acampamentos de obras da expulsão do pioneiro de seus espaços.

Como consequência, a representação da escola e das igrejas de madeira tombadas se restringiu aos moradores identificados como pioneiros, o que excluiu tanto outros pontos da trajetória desses habitantes quanto pessoas que chegaram depois. Vimos que esse discurso encontra semelhança com o processo de tombamento das construções em Planaltina, que acabou por definir um patrimônio representativo dos moradores do Setor Tradicional. No caso dos dossiês relativos às edificações de madeira, a ideia principal foi reforçar a importância do período da construção de Brasília como tendo sido responsável por formar a identidade pioneira.

Ao longo da análise, identificamos ainda como alguns processos de tombamento se esforçaram por apontar a existência de um conjunto patrimonial. Ainda que os tombamentos tenham sido realizados individualmente e por motivos diferentes, as igrejas de madeira, por exemplo, foram tratadas no dossiê da Igreja São José Operário como um conjunto, com o intuito de justificar a sua recuperação. Do mesmo modo, os vestígios da construção de Brasília existentes na Metropolitana foram descritos como um conjunto representativo do núcleo no dossiê do Centro de Ensino Metropolitana, o que justificou a determinação de uma área de tutela que contemplasse também a igreja de madeira e o campo de futebol contíguos. A ideia de um conjunto representativo da memória da construção de Brasília, além de ser um reforço à monumentalidade da nova capital, atende a interesses locais referentes à valorização e cuidado com os espaços. Também serviu para justificar a delimitação de áreas a serem protegidas e, assim, prevenir o surgimento de novas ocupações irregulares.

Enquanto isso, o dossiê de tombamento da Casa da Fazenda Gama, de 2006, buscou inserir o antigo casarão, que se encontra nas dependências do Brasília Country Club, como parte das origens do território de Brasília, o que também aponta para uma prática continuada da DePHA. A diretoria do clube recreativo justificou o tombamento da edificação como sendo de interesse público, e, a partir disso, vimos como o discurso de tombamento da Casa da Fazenda Gama destacou tanto a importância regional da edificação quanto o seu papel para a implantação da nova capital. Com o tombamento, a edificação tornou-se um patrimônio cultural com potencial turístico, o que alinhou os interesses da diretoria do Brasília Country Club e do Governo de Brasília.

Ao longo da análise, observamos como a documentação do dossiê valorizou a Casa da Fazenda Gama como parte do contexto necessário para a construção de Brasília, o que contribuiu para a formulação de um conjunto patrimonial representativo. Este, conforme vimos, é descrito no dossiê como sendo formado por antigas fazendas e antigos núcleos urbanos. A Casa da Fazenda Gama e as construções tombadas em Planaltina são descritas como parte da “arquitetura vernacular de Brasília” que teria dado supor-

te para a consolidação da nova capital. Um ponto importante na análise foi o fato de que a hospedagem de Juscelino Kubitschek na Casa da Fazenda Gama ainda em 1956 contribuiu para reforçar a sua representação como marco da transferência da capital, o que diferenciou a edificação das demais antigas fazendas que existiam na região. Nesse ponto, não deixamos de notar como a ideia de um “marco inaugural de Brasília” deu sentido não apenas a esse processo, pois também havia integrado o discurso dos tombamentos do Catetinho, em 1959, e da Pedra Fundamental de Planaltina, em 1982. Em que pese a ideia de “início de Brasília” ser marcante nos três dossiês, o texto discutiu que não há um sentido de contradição entre os discursos, mas, sim, a mobilização de tópicos e eventos específicos na trajetória de consolidação de Brasília.

Por fim, encerrando a análise dos dossiês, verificamos como os tombamentos da Caixa d’Água da Ceilândia em 2013 e da Escola Industrial de Taguatinga (EIT) em 2014, que se localizam nas duas maiores Regiões Administrativas de Brasília, tiveram início por reivindicação de moradores, o que reforçou o compromisso do órgão legal em associar o patrimônio ao anseio popular. Ao longo da análise, vimos que a documentação em ambos os dossiês formulou uma narrativa em torno das origens conflituosas de Brasília, destacando o modo como os operários teriam construído um lugar para si apesar das dificuldades e das injustiças sociais. Os trabalhadores da construção da capital são descritos, muitas vezes, como uma coletividade subvalorizada pelos governantes que se estabeleceu a duras custas. Nesse aspecto, não deixamos de perceber um contraste com a ideia de valorização do “pioneiro” que se sobressaiu nos dossiês referentes às construções de madeira e que indicou como os governantes teriam cuidado da população.

Os tombamentos da Caixa d’Água e da EIT, conforme apontaram nossas análises, mobilizaram justificativas diversificadas, embora o discurso da superação de dificuldades iniciais tenha prevalecido na narrativa da documentação. Contudo, esse discurso não deixou de inserir a formação desses núcleos-satélites em um processo idealizado da consolidação de Brasília. As nossas análises identificaram como o dossiê de tombamento da EIT reforça a participação da escola na formação de mão de obra para a construção da cidade, indicando a importância dos alunos e do espaço para o andamento das obras. Já o dossiê de tombamento da Caixa d’Água da Ceilândia, embora assinale como os operários da construção haviam sido “abandonados à própria sorte”, não deixa de destacar que eles teriam sido atraídos pelo “sonho de construir Brasília”. Em semelhança ao discurso de tombamento do Relógio de Taguatinga, esses tombamentos realizados em 2013 e 2014 reforçaram a necessidade de um maior investimento nos

núcleos-satélites correspondentes, apontando as potencialidades de desenvolvimento e as vantagens culturais e econômicas de Taguatinga e de Ceilândia.

Ao longo da análise, refletimos sobre o modo como os tombamentos da Caixa d'Água da Ceilândia e da Escola Industrial de Taguatinga se inserem em um discurso mais amplo referente a Brasília. Foi importante perceber que, embora haja uma denúncia quanto à existência de um centro abastado e uma periferia construída a duras custas, não houve a construção de uma narrativa paralela com relação ao patrimônio cultural. O que se buscou nesse discurso, conforme vimos, foi inserir as dificuldades dos trabalhadores na história da formação de Brasília e, por meio da indicação das potencialidades dos núcleos, reivindicar um lugar de destaque no Distrito Federal.

*

Esta tese buscou estudar a documentação referente aos tombamentos realizados em Brasília para além do Plano Piloto. Ao longo da pesquisa, verificamos como os dossiês, por meio de diferentes enfoques, inserem os tombamentos realizados no processo de formação e estruturação de Brasília, apontando a contribuição dos bens tombados. Entre as narrativas construídas, identificamos a recorrência de alguns tópicos, como o processo histórico de implantação da cidade, a idealização da memória da construção de Brasília e de seus personagens e, por fim, o processo de consolidação de um espaço social que, embora conflituoso, permitiu a formação de comunidades unidas e que teriam superado as dificuldades iniciais.

A formulação desses discursos recuperou imagens associadas a Brasília e buscou sintetizá-las a símbolos e especificidades locais, como o reconhecimento da importância do núcleo-satélite, a luta por moradia de comunidades específicas e a reivindicação por maiores investimentos na Região Administrativa correspondente. Retomando a hipótese deste trabalho, verificamos que, de fato, a formulação de discursos de tombamento não visou à construção de uma história paralela ou alternativa à oficial, mas complementou ou expandiu valores associados a Brasília, inserindo particularidades de cada local nessa narrativa.

Os dossiês analisados neste trabalho acomodam uma série de documentos diversos. Diante disso, privilegiamos um percurso de pesquisa a partir de uma leitura dessa documentação que foi resultado de definições e escolhas que consideramos atender à análise. Portanto, estamos cientes de que há diferentes interpretações a serem feitas e modos distintos de analisar esse material, e esperamos que outras pesquisas possam se apoiar em nossas análises no sentido de ampliar o debate sobre o tema. Os dossiês de

tombamento, isoladamente ou em subconjuntos, são uma rica fonte de pesquisa para estudar o processo patrimonial de Brasília e suas diversas representações.

Esperamos que esta análise contribua com o debate sobre o patrimônio de Brasília, em especial com relação ao processo preservacionista relativo aos bens localizados a certa distância do núcleo central. Estudar Brasília, por fim, é revisitar as narrativas construídas sobre a cidade. Isso envolve reconhecer que a formação de diferentes espaços sociais na capital do país é composta por representações, ora conflituosas, ora complementares, que atuam nos vários modos de perceber Brasília.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dossiês de tombamento

DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *594-T-1959*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), [1959] 1991. (Catetinho)

DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA *Processo nº 320.644/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982. (Museu Histórico e Artístico de Planaltina)

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Processo nº 321.013/73*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982. (Igreja São Sebastião de Planaltina)

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Processo nº 125.274/81*. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982. (Pedra Fundamental de Planaltina)

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *In Processo nº 13.553/1983*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985. (Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO)

DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DA CULTURA. *Processo nº 030.009.850/1988*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1989. (Relógio de Taguatinga)

DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Processo nº 150.000.276/93*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993. (Igreja São Geraldo no Paranoá)

_____. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Processo nº 150.000.370/1995*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995. (Centro de Ensino Metropolitana)

_____. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. *Processo nº 147.000.594/98*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998. (Igreja São José Operário na Candangolândia)

DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Processo nº 150.001.907/2005*. Brasília, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006. (Casa da Fazenda Gama)

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Processo nº 150.000.781/2011*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013. (Caixa d'Água da Ceilândia)

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Processo nº 150.002.262/2006*. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014. (Centro de Ensino Médio (EIT/CEMEIT) e Centro Cultural Teatro da Praça de Taguatinga)

Livros e trabalhos acadêmicos

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. *In: DOBERDEI, Vera; TARDY, Cécile (Orgs.). Memória e novos patrimônios*. Louvain-la-Neuve: Open Editions Press, 2015. (Coleção do Programa Saint-Hilaire.)

ALBERTI, Verena. História oral: histórias dentro da História. *In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

ANDRIEUX Jean-Yves (sous la dir. de). 1997. *Patrimoine et Histoire*. Paris: Belin, 1997.

ARANTES, Antônio Augusto. O Patrimônio Cultural e seus usos: a dimensão urbana. In *Revista Habitus*, Goiânia, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan./jun. 2006.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana. *An. mus. paul.*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 237-256, abr. 2016.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 23-80.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Editora da UnB, 2011.

BEÚ, Edson. *Os filhos dos candangos: Brasília sob o olhar da periferia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano Toledo. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural : Sistema Nacional de Patrimônio Cultural : desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Coordenação de Weber Sutti. Ouro Preto-MG: IPHAN, 2009. *Anais...* Brasília-DF: IPHAN, 2012, p. 25-39.

BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, 292 p.; 22cm. (Coleção Brasília.) p. 143-198.

BISPO, Alba Nélida de Mendonça. Escalas de composição e preservação do Plano Piloto de Brasília: a partitura urbana como patrimônio moderno. *Revista Docomomo Brasil*, v. 1, p. 28-38, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRITO, Jusselma Duarte de. *De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília*. 2009. 346 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CARPINTERO, Antonio. *Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998*. São Paulo: FAU/USP, 1998.

CASTRO, André Luiz de Souza. Notas sobre as inovações da Portaria nº 166/2016 para a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. In: RIBEIRO, Sandra Bernardes; PERPÉTUO, Thiago (orgs.). *Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais*. Brasília-DF: IPHAN, 2016, p. 136-155.

CASTRO, Mário. *A realidade pioneira*. Brasília, Thesaurus, 1986.

CAVALCANTI, Lauro. Brasília: a construção de um exemplo. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Anos JK: Margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa Lúcio Costa, 2002.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. *"E a história se fez cidade...": a construção histórica e historiográfica de Brasília*. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

CHOAY, Françoise, *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

- COÊLHO, Christiane Machado. *Changements dans les coulisses de Brasília : les ambiguïtés du processus de maintien de Vila Planalto (1956-2006)*. Orientação : Robert Castel. École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris). Mémoire ou thèse (version d'origine). 1 vol. (495 f.) : ill. ; 29 cm. 2006.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). *Principles for the Conservation of Wooden Built Heritage*. Mexico: Icomos, 1999. (12ª Assembleia Geral no México.)
- COSTA, Lucio. *Brasília Revisitada 1985-87: Complementação, Preservação, Adensamento e Expansão Urbana*. GDF, Brasília, 1987.
- COSTA, Lucio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília [1957]*. Brasília: GDF, 1991.
- COUTO, Beatriz Coroa do. *O processo de elaboração do plano de preservação do conjunto urbanístico de Brasília: uma representação conceitual da política de preservação urbana no DF*. 2015. 152f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- DANTAS, Maritza; MEDEIROS, Ana Elisabete. Brasília modernista e o uso da madeira: tombamento e desafios na preservação do Catetinho. In: *13 Seminário Docomomo Brasil*, 2019, Salvador. Anais do 13 Seminário Docomomo Brasil, 2019.
- DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In DOBERDEI, Vera; TARDY, Cécile (Orgs.) *Memória e novos patrimônios*. Louvain-la-Neuve: Open Editions Press, 2015. (Coleção do programa Saint-Hilaire.)
- DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO DISTRITO FEDERAL (DePHA). *Ruas de Planaltina: inventário do Patrimônio Cultural de Planaltina*. Brasília: Departamento Histórico e Artístico do DF, 1998.
- DERNTL, Maria Fernanda. Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. *Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 1, p. 11-34, 2019.
- EPSTEIN, David. *Brasília: plan and reality – a study of planned and spontaneous urban development*. Los Angeles: University of California Press, 1973.
- FERNANDES, Natalia Morato. A política cultural à época da ditadura militar. In *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 3, p. 173-192, 2013.
- FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, 292 p.; 22cm (Coleção Brasília), p. 61-82.
- FERREIRA, Oscar Luís. A Madeira no Patrimônio Moderno: O caso de Brasília. In: *13º Seminário Docomomo Brasil Arquitetura Moderna Brasileira*. 25 anos do Docomomo Brasil. Todos os mundos. Um só mundo, 2019, Salvador/BA. Anais do 13º Seminário Docomomo Brasil: Arquitetura Moderna Brasileira. 25 anos do Docomomo Brasil. Todos os mundos. Um só mundo. Salvador/BA: Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), 2019. v. 1.
- FERRO, Marc. A história institucional. In: FERRO, Marc. *A história vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FICHER, Sylvia. Brasília: legislação patrimonial e gestão urbana. *Thesis*, v. 5, p. 275-294, 2018.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- _____. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. Rio de Janeiro: *Repositório do Conhecimento do IPEA*, 2003.
- FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra. *O patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GABRIELE, Maria Cecília. *Musealização do patrimônio construído: inclusão social, identidade e cidadania: Museu Vivo da Memória Candanga*. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2012.

GIANNECCHINI, Ana Clara; BISPO, Alba. Gestão, Planejamento e Preservação no Plano Piloto: a Experiência do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília 2009-2013. In: Arquimemória 4 – sobre preservação do patrimônio edificado, 2013, Salvador. *Anais do Arquimemória 4: sobre preservação do patrimônio edificado*, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi de. (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. Os limites do patrimônio. In LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (Orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. – Blumenau: Nova Letra, 2007.

_____. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002.

GORELIK, Adrián. Brasília O museu da Vanguarda 1950 e 1960. *Margens/Márgenes: Revista de Cultura (2002-2007)*, [S.l.], n. 4, p. 50-59, 2003.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. *Brasília: a capital da segregação e do controle social – uma avaliação da ação governamental na área da habitação*. São Paulo: Annablume, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrever a história, domesticar o passado. In: LOPES, Antonio Herculano; VELOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. organizadores. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Inventário do Setor Tradicional de Planaltina*. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, Brasília, 2012.

_____. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. *Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal*. Organização de Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro; elaboração do texto de José Mauro de Barros Gabriel. Brasília: IPHAN, 2016.

_____. *GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal*. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. Organização de Carlos M. Reis, Sandra B. Ribeiro e Thiago P. Perpétuo; texto Briane Bicca et al. Brasília: IPHAN, 2016.

_____. *Inventário do Catetinho*. Brasília: IPHAN. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, 2017. (Volume 1).

_____. *Plano Piloto 50 anos: cartilha de preservação – Brasília*. – Brasília, DF: IPHAN / 15ª Superintendência Regional, 2007. 103 p.: il. ; 16 cm.

_____. *Processo de Tombamento nº 0594-T-59*. Edifício conhecido como RP-1 ou “Catetinho”, no município de Brasília, Distrito Federal. Rio de Janeiro: IPHAN, 1959; DePHA, 1991.

_____. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. *Inventário do Setor Tradicional de Planaltina*. Brasília: IPHAN, 2012.

_____. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. *Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal*. Organização: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro; elaboração do texto: José Mauro de Barros Gabriel. Brasília-DF: IPHAN, 2016.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro Fontes Históricas como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 9-22.

- KÖHLER, André Fontan. As cartas patrimoniais e sua relação com o turismo cultural: teorias, práticas e seus desdobramentos no caso brasileiro. *Revista Iberoamericana de turismo*, v. 9, p. 138-163, 2019.
- KUBITSCHKEK, Juscelino. 1902-1976. *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p. 56. (Coleção Brasil 500 anos.)
- _____. *Brasília, bilhete de JK a Rodrigo Mello Franco de Andrade*. “Rodrigo, a única defesa para Brasília...”. Brasília: Acervo Casa Lucio Costa, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990 (1924). (Coleção Repertórios.)
- LEAL, Claudia Feierabend Baeta (Org.). *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.
- LEITÃO, Francisco Chagas. *Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília, 1957-1964*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.
- LOWENTHAL, David. Fabricating heritage. In: *History & Memory*, Bloomington: Indiana University Press, v. 10, n. 1, 1998.
- LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.
- MAGALHÃES, Luiz Ricardo. *Sertão Planaltino: cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950 - 1964)*. 2010. 304 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 281-308.
- MATA, Wylcler Cruzeiro da. *A produção do espaço urbano no Distrito Federal: da construção de Brasília à expansão urbana de Planaltina/DF - o viés histórico-social*. 2014. xii, 59 f., il. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- MATHIEU, Marcia Regina. Brasília, é uma cidade só? O impacto das medidas preservacionistas do Plano Piloto na expansão dos espaços urbanos da Área Metropolitana de Brasília. In: VASCONCELOS, Ana Maria Nogales *et al.* (Orgs.). *Território e sociedade: as múltiplas faces da Brasília metropolitana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Institut de Recherche pour le Développement (IRD), 2019, p. 197-209.
- MEDEIROS, Ana Elisabete. Brasília: patrimônio mundial de desenvolvimento local? In RIBAS, Otto (Org.). *Visões de Brasília: patrimônio, preservação & desenvolvimento*. Brasília: Instituto de Arquitetos do Brasil, 2005.
- MENNUCCI, Marina Martin; PALAZZO, Pedro Paulo. Catetinho: The first presidential house in Brasília, Brazil. In: WOUTERS, Inge; VAN de VOORDE, Stephanie; BERTELS, Inge (Org.). *Building Knowledge, Constructing Histories*. 1 ed. Leiden: CRC: Balkema, 2018, v. 2.
- MOREIRA DA SILVA, Antônio. *Brasília e sua história*. Goiânia: Cidade Gráfica Editora, 2010.
- MOTTA, Lia. *Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural, 1975 a 1990*. 2000. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 264-265.
- NIGRO, Cíntia. Patrimônio cultural e território urbano. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 78, p. 45-76, 2001.
- NUNES, José Walter. *Patrimônios subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Ederson Gomes de. *Patrimônio Histórico e Cultural de Planaltina (DF): Memória e Identidade Social*. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

OLIVEIRA, Márcio de. A participação goiana na construção de Brasília. *Sociedade e Cultura*, vol. 8, n. 1, p. 97-109, 2005.

PACHECO, Matias. O. *Os limites da gentrificação na Vila Planalto*. 2015. 217 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PALAZZO, Pedro Paulo. Planaltina e suas narrativas: cultura, memória e patrimônio em publicações locais desde o século XX. *Historiae*, v. 6, p. 360-382, 2015.

PANERAI, Philippe. Brasília, cidade modernista, cidade concreta. *Revista Thésis*, [S. l.], v. 2, n. 5, 2019.

PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *A Conquista da Cidade: Movimentos populares em Brasília*. Cap. 5. Brasília: Ed. de Brasília, 1991, p. 115-141.

_____. A metrópole terciária. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, 292 p.; 22cm. (Coleção Brasília.) p. 83-116.

PEIXOTO, Elane Ribeiro; PERES, Janaína Lopes; WALDVOGEL, Alana; BATISTA, Marina Oliveira Vaz. O Rap da Ceilândia. In: *XVII Enanpur*, 2017, São Paulo. Desenvolvimento, Crise e Resistência: Quais os caminhos do planejamento urbano e regional?. São Paulo: FAU-USP, 2017. v. 1.

PELEGRINI, Sandra. patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. In *Patrimônio e Memória*, São Paulo: UNESP/FCLAs/CEDAP, v. 3, n. 1, p. 87-100, 2007.

PERALVA, Osvaldo. *Brasília, patrimônio da humanidade: um relatório*. Ministério da Cultura; Coordenadoria de Comunicação Social, 1988.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. Documentação. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2015. (Verbete.)

PEREIRA, Vinícius Carvalho; GOMES, Ana Lúcia de Abreu. Caixa d'água da Ceilândia e de Taguatinga: tombamento e destruição do patrimônio. *Museologia e Patrimônio*, v. 11, p. 159-180, 2018.

PEREIRA, Vinicius Carvalho. *O tombamento da Caixa d'água da Ceilândia no contexto da política de patrimônio do Distrito Federal*. 2017. 119 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PERES, Janaina Lopes Pereira; BESSA, Luiz Fernando Macedo. Brasília, capital-patrimônio: sinergia para o desenvolvimento. *GeoGraphos*. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, nº 87 (19), p. 7, jun. 2016.

PERES, Janaína Lopes. A cidade é uma cidade só? Brasília e os perigos de uma resposta única. In: VASCONCELOS, Ana Maria Nogaes et al. (Orgs.). *Território e sociedade: as múltiplas faces da Brasília metropolitana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Institut de Recherche pour le Développement (IRD), 2019, p. 216.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília*. 2015. 273 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

_____. Revisitando o processo de tombamento de Brasília: uma contribuição historiográfica para novas interpretações do objeto protegido. In: INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. *Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília*. Organização: Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Perpétuo; textos de Ana Elisabete Medeiros et al. Brasília-DF: IPHAN, 2016, p. 52-75.

- PESCATORI, Carolina; TREVISAN, Ricardo; MEDEIROS, Ana Elisabete. Taguatinga: conexões e centralidades. In: SABOIA, Luciana; DERNTL, Maria Fernanda (Orgs.). *Brasília 50 + 50: cidade, história e projeto*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.
- PESSÔA, José Simões. Brasília e o tombamento de uma ideia. 5º *Seminário Docomomo/Brasil – Arquitetura e Urbanismo Modernos: projeto e preservação*. São Carlos-SP, 2003.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- RAMOS, Karina Felix. *A preservação de Brasília: reflexos da formação do conceito de patrimônio cultural*. 2005. 225 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- REIS JÚNIOR, Reinaldo de Lima. Cidade, trabalho e memória: os trabalhadores da construção de Brasília (1956-1960). 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- REIS, Carlos Madson. *Brasília: espaço, patrimônio e gestão urbana*. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- _____. Conjunto urbanístico de Brasília: preservação à la carte. *Thesis*, v. 5, p. 254-274, 2018.
- _____. *Gestão de Centros Históricos no Brasil. As cidades patrimônio mundial: os casos de Brasília e São Luís*. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- RIBEIRO, Sandra Bernardes. *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2005.
- RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. [209]f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1992.
- _____. O Mapa do Brasil passado. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996.
- SANDES, Noé Freire; MAGALHÃES, Luiz Ricardo. Sertão Planaltino na perspectiva dos lugares, nomes e acontecimentos em um tempo marcado pela presença da Nova Capital. In *Territórios e Fronteiras*, v. 10, 2017.
- SANT'ANNA, Marcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990*. Salvador: Oiti Editora, 2014.
- SANTOS, Marcos Antonio dos. Brasília e o Tombamento: Patrimônio e Especulação na Cidade Modernista. In: 8º *Seminário Nacional – DOCOMOMO – Brasil*, 2009, Rio de Janeiro. 8º *Seminário Nacional – DOCOMOMO – Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN – Rio de Janeiro, 2009.
- SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a academia SPHAN: a relação entre o modernismo e o barroco*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. O *Hall* dos brasileiros. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Superintendência do Iphan no Distrito Federal. *Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília*. Organização: Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Perpétuo; textos: Ana Elisabete Medeiros et al. – Brasília-DF, 2016, p. 90-99.

SCIFONI, Simone. Patrimônio cultural e lutas sociais. *Espaço & Geografia*, v. 16, n. 2, p. 515-528, 2013.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. *Cidades: Revista Científica*, v. 1, n. 1, p. 181-206, 2004, p. 185-186.

SENADO FEDERAL (1974). *Anais do I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília*. Brasília, 1994.

SILVA, Jéssica Gomes da. *O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital*. 2019. 246 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVEIRA, Alex Ricardo Medeiros da. *Entre calles e eixos: práticas de patrimônio nas cidades de Brasília e Havana*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília-UnB, 2010.

SOUSA, Nair Bicalho de. *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. Memória da organização e mobilização dos trabalhadores do DF. *Revista RH-DF*, v. 1, p. 25-28, 1985.

THÉRY, Hervé. L'évolution du "modele" de Brasília: vers une métropole banale? In *Cahiers des Amériques latines*, 41, 2002, p. 123-136.

TRIBUNAL de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Processo nº 15.429/1981. In *Centro de Memória Digital do Tribunal do Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Processos Históricos*. Brasília, s/d.

UNESCO. Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial*. Tradução de Franciso Agarez (edição de 2015), Cíntia Pereira de Sousa (edições de 2008, 2011 e 2013) e Traductanet (edição de 2017)]. Lisboa: UNESCO, jul. 2018.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; MOURA, Leides Barroso Azevedo; JATOBÁ, Sergio Ulisses et al. (orgs.). *Território e sociedade: as múltiplas faces da Brasília metropolitana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Institut de Recherche pour le Développement-IRD, 2019.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, abr. 2006.

VIANNA, Márcio. Conjuntos representativos da época da construção de Brasília. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. *GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal*. Organização de Carlos M. Reis, Sandra B. Ribeiro e Thiago P. Perpétuo; textos de Briane Bicca et al. Brasília: IPHAN, 2016, p. 136-142.

_____. O vernáculo da Região Centro-Oeste. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. *GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal*. Organização de Carlos M. Reis, Sandra B. Ribeiro e Thiago P. Perpétuo; texto de Briane Bicca et al. Brasília, 2016, p. 129-135.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Tradução de Florence Marie Dravet. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

VIDESOTT, Luísa. *Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história*. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

ZARUR, Sandra Beatriz Barbosa. *A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília*. 1991. 234 f., il. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

Legislação

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. *Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992*. [Sem ementa]

_____. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016*. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências.

_____. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 421, de 31 de outubro de 2018*. Altera a Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016, que estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências.

BRASIL. *Lei nº 3.751, de 13 de abril 1960*. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal.

_____. *Lei nº 4.020, de 20 de dezembro de 1961*. Considera cidade satélite o chamado Núcleo Bandeirante, no atual Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL. Atos do Administrador. *Ordem de serviço nº 41/80-RA VI, de 9 de julho de 1980*. Cria a área histórica de Planaltina e dá outras providências.

DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 11.079 de 21 de abril de 1988*. Dispõe sobre o tombamento do conjunto da Vila Planalto, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 11.208 de 17 de agosto de 1988*. Dispõe sobre o processo de melhoria urbana gradativa na Vila Paranoá e estabelece os critérios para regular a sua ocupação.

_____. *Decreto nº 12.027 de 4 de dezembro de 1989*. Declara de relevante interesse público e social a transferência e o assentamento da Vila Paranoá.

_____. *Decreto nº 15.156 de 27 de outubro de 1993*. Dispõe sobre o tombamento da Igreja São Geraldo, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 15.156 de 27 de outubro de 1993*. Dispõe sobre o tombamento da Igreja São Geraldo, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 16.744, de 12 de setembro de 1995*. Dispõe sobre o tombamento do Centro de Ensino de 1º Grau Metropolitana, antiga Escola Classe Metropolitana, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 24.861, de 4 de agosto de 2004*. Dispõe sobre o tombamento da Escola Parque 307/308 Sul e sua área de tutela e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 26.660, de 21 de março de 2006*. Dispõe sobre o tombamento da Casa da Fazenda Gama e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 28.518, de 7 de dezembro de 2007*. Dispõe sobre o tombamento do Teatro Dulcina de Moraes e dos acervos fotográfico, textual e cênico da atriz.

_____. *Decreto nº 28.519, de 7 de dezembro de 2007*. Dispõe sobre o tombamento do Cine Brasília.

_____. *Decreto nº 30.303, de 27 de abril de 2009*. Dispõe sobre o Tombamento da Unidade de Vizinhança 107/307 e 108/ 308 Sul.

_____. *Decreto nº 30.839, de 25 de setembro de 2009*. Dispõe sobre o Tombamento do Clube de Golfe de Brasília.

_____. *Decreto nº 31.067, de 23 de novembro de 2009.* Dispõe sobre o tombamento da Obra de Athos Bulcão e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 33.224, de 27 de setembro de 2011.* Dispõe sobre o Tombamento dos Jardins de Burle Marx em Brasília, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 34.845, de 18 de novembro de 2013.* Dispõe sobre o tombamento do Reservatório Elevado de Ceilândia, conhecido como Caixa D'Água da Ceilândia, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 35.483, de 30 de maio de 2014.* Dispõe sobre o tombamento do Centro de Ensino Médio EIT/CEMEIT e do Centro Cultural Teatro da Praça, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 36.166, de 19 de dezembro de 2014.* Dispõe sobre o tombamento do Templo Budista de Brasília.

_____. *Decreto nº 6.390, de 19 de agosto de 1982.* Dispõe sobre o tombamento provisório do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, Distrito Federal, e respectivo mobiliário histórico.

_____. *Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987.* Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília.

_____. *Decreto nº 11.032, de 2 de março de 1988.* Dispõe sobre o tombamento da Ermida “Dom Bosco” e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 11.176, de 29 de julho de 1988.* Extingue Órgãos nas Secretarias de Educação e da Cultura e cria o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal DePHA/DF, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 11.234, de 2 de setembro de 1988.* Dispõe sobre o tombamento da Escola Classe 308 Sul.

_____. *Decreto nº 11.823 de 18 de setembro de 1989.* Dispõe sobre o Tombamento do Relógio da Praça Central de Taguatinga, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 12.590, de 10 de agosto de 1990.* Aprova o Regimento da Secretaria de Cultura e Esporte – SCE, define as funções correspondentes, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 19.960, de 29 de dezembro de 1998.* Dispõe sobre o tombamento da Igreja São José Operário, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 2.452 de 29 de novembro de 1973.* Declara de utilidade pública e de interesse social imóvel e respectivo mobiliário histórico, na cidade satélite de Planaltina, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 2.893, de 13 de maio de 1975.* Aprova o Regimento da Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 21.288, de 27 de junho de 2000.* Dispõe sobre a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 21.675, de 31 de outubro de 2000.* Dispõe sobre a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Cultura.

_____. *Decreto nº 31.653, de 6 de maio de 2010.* Altera a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 33.147, de 23 de agosto de 2011.* Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 36.325, de 29 de janeiro de 2015.* Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, que especifica e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 39.805, de 6 de maio de 2019.* Altera a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 4, de 10 de maio de 1960*. Dispõe sobre a divisão do território do Distrito Federal, para efeito de fiscalização e arrecadação das rendas públicas.

_____. *Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981*. Cria o Grupo de Trabalho para estudar, propor e adotar medidas que visem a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília.

_____. *Decreto nº 6.717 de 28 de abril de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório da Igreja Nossa Senhora de Fátima.

_____. *Decreto nº 6.718 de 28 de abril de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório do Museu da Cidade.

_____. *Decreto nº 6.939 de 19 de agosto de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, Distrito Federal e respectivo mobiliário histórico.

_____. *Decreto nº 6.940 de 19 de agosto de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório da Igreja de São Sebastião – Planaltina, Distrito Federal.

_____. *Decreto nº 7.010 de 7 de setembro de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório da Pedra Fundamental do Distrito Federal e seu entorno.

_____. *Decreto nº 7.451, de 23 de março de 1983*. Extingue e cria Órgãos na Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 7.533 de 6 de junho de 1983*. Homologa a decisão 48/83, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, que aprovou o loteamento urbano referente ao plano de ocupação da área atualmente denominada Acampamento da Metropolitana situada na cidade satélite do Núcleo Bandeirante.

_____. *Decreto nº 7.892 de 24 de fevereiro de 1984*. Homologa a decisão 08/84, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, que aprovou o projeto urbanístico referente ao parcelamento urbano, com a denominação de Candangolândia, na Região Administrativa de Brasília.

_____. *Decreto nº 8.530, de 14 de março de 1985*. Cria o Arquivo Público do Distrito Federal-ArPDF, define sua relativa autonomia e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 8.623, de 30 de maio de 1985*. Dispõe sobre o tombamento provisório da árvore Buriti plantada na Praça do mesmo nome, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 9.036 de 13 de novembro de 1985*. Dispõe sobre o tombamento do conjunto do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 9.411, de 20 de abril de 1986*. Dispõe sobre o tombamento do Memorial JK e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 9.798, de 13 de outubro de 1986*. Aprova o Regimento da Secretaria da Cultura, cria funções do Grupo Direção e Assessoramento Superiores e do Grupo Direção e Assistência Intermediárias, na Tabela de Pessoal do Distrito Federal, e dá outras providências.

_____. *Lei Complementar 934, de 7 de dezembro de 2017*. Institui a Lei Orgânica da Cultura disposto sobre o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal.

_____. *Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964*. Dispõe sobre a organização Administrativa do Distrito Federal e dá outras providências.

_____. *Lei nº 47, de 2 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural.

_____. *Lei nº 49, de 25 de outubro de 1989*. Altera a estrutura da administração do Distrito Federal, extingue órgãos e dá outras providências.

_____. *Livro II – Edifícios e Monumentos Isolados – DePHA – GDF– folha 003, inscrição nº 011*. Brasília, 19 de novembro de 1991.

_____. *Portaria de 27/05/1994*. Prorroga o prazo da Portaria 28/02/1994, que prorrogou o prazo da Portaria de 30/12/1993, que constitui Comissão Especial com o objetivo de proceder estudos para a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

_____. *Portaria de 30/12/1993*. Constitui Comissão Especial com o objetivo de proceder estudos para a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

_____. *Portaria nº 296, de 5 de setembro de 2018*. Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal – CONDEPAC, e dá outras providências.

Matérias de Jornais

AMORIM, Rovênia. Lamento histórico. *Correio Braziliense*. Brasília, Caderno Cidades, p. 28-29, 22 de maio de 2005.

ARAÚJO, Carlos. E a memória de Brasília? Monumentos históricos jazem sob o efeito implacável do tempo. *Correio Braziliense*. Brasília, edição 6.246, Caderno Fim de semana, p. 3, 16 mar. 1980.

AS NOVAS formas de morar no Plano. *Correio Braziliense*. Brasília, edição 8723, Caderno Cidade, p. 17, 25 de fevereiro de 1987.

LEILIANE vence e a Vila Planalto fica onde está. *Correio Braziliense*. Brasília, edição 8544A, Caderno Cidade, p. 20, 28 de agosto de 1986.

OLIVEIRA, Denise. Lucio Costa fica sem Quadras Planalto. *Correio Braziliense*. Brasília, edição 9.229, Caderno Cidade, p. 28, 24 de julho de 1988.

SETTE CÂMARA, José. Empregar nossas forças para terminar Brasília. *Correio Braziliense*. Brasília, edição 0469, 1º Caderno, p. 8, 8 de novembro de 1961.

SILVA, Ernesto. Surge a Novacap. *Correio Braziliense*, Brasília, edição 1.621, Correio Braziliense Cultural, p. 5, 12 de setembro de 1965.

Sites consultados

COLETIVO PALAVRA. *Tribo das Artes*. Disponível em: <http://www.coletivopalavra.com.br/tribo-das-artes/>. Acesso em: 5 de maio 2021.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). *Pesquisa Distrital por amostra de domicílios 2018*. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2018/>. Acesso em: 5 maio 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Bens tombados e processos em andamento. Brasília: IPHAN, 2019. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BENS%20TOMBADOS%20E%20PROCESSOS%20EM%20ANDAMENTO%202019%20MAIO.pdf>> Acesso em: 24 out. 2019.

_____. *Comunicação*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/273>> Acesso em: 12 set. 2019.

JORNAL SATÉLITE. *Wílon Wander Lopes fundou e dirige o Jornal Satélite desde 1966*. Disponível em: <http://www.jornalsatelite.com.br/nossa-historia/159-wilon-wander-lopes-fundou-e-dirige-o-jornal-satelite-desde-1966>. Acesso em: 25 abr. 2021.

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL (SECEC). *Patrimônio cultural*. Disponível em <http://www.cultura.df.gov.br/patrimonio/>. Acesso em: 12 maio 2021.

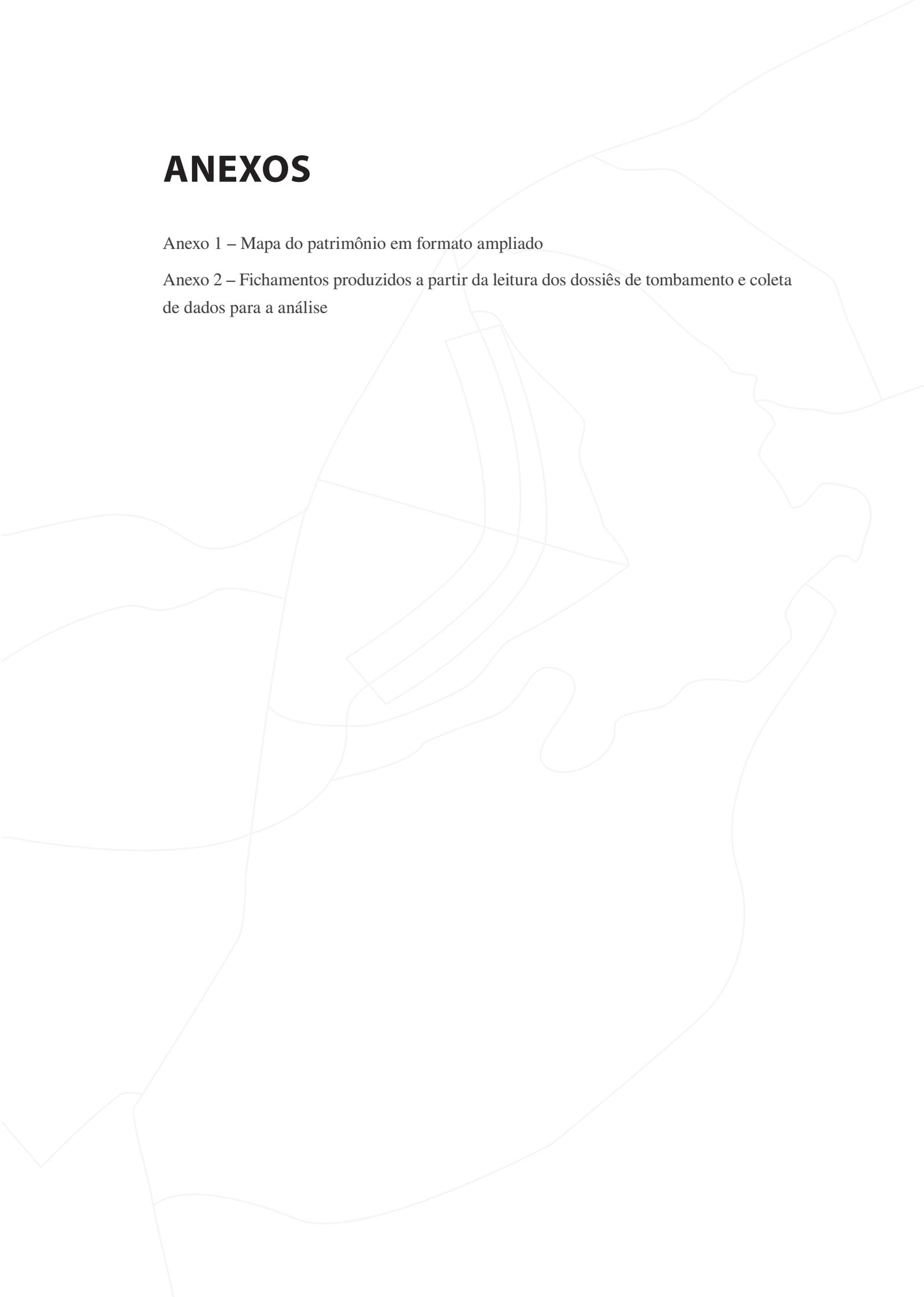
ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. *Programa de história oral*. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/programa-de-historia-oral/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

UNESCO. *Brasília*. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/445/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

ANEXOS

Anexo 1 – Mapa do patrimônio em formato ampliado

Anexo 2 – Fichamentos produzidos a partir da leitura dos dossiês de tombamento e coleta de dados para a análise



» Anexo 1 – Mapa do patrimônio em formato ampliado*

*Elaborado por Daniela Barbosa com a importante colaboração de Camila Veras e Sofia Ruiz

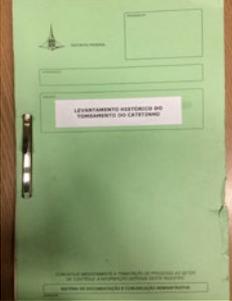


MAPA DO PATRIMÔNIO

1. Catetinho
2. Museu Histórico e Artístico de Planaltina
3. Igreja São Sebastião de Planaltina
4. Pedra Fundamental de Planaltina
5. Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO
6. Relógio de Taguatinga
7. Igreja São Geraldo no Paranoá
8. Centro de Ensino Metropolitano
9. Igreja São José Operário na Candangolândia
10. Casa da Fazenda Gama
11. Caixa d'Água da Ceilândia e Centro de Ensino Médio – EIT/CEMEIT e Centro Cultural Teatro da Praça de Taguatinga

» Anexo 2 – Fichamentos produzidos a partir da leitura dos dossiês de tombamento e coleta de dados para a análise*

*Os Fichamentos foram elaborados como apoio para a análise dos dossiês e serviram principalmente como fonte de consulta ao longo da pesquisa. A elaboração de seus textos não contou com um efetivo cuidado com a forma e adequação às normas, e podem ser encontrados erros de digitação ou de pontuação, por exemplo.

	Catetinho	Processo 594-T-1959 (IPHAN), tombamento GDF 1991
<p>Informações relevantes: O Catetinho foi tombado pelo Iphan em 1959, e incluído no Livro do Tombo do GDF em 1990.</p>		
<p>Resumo dos trâmites e documentação (na ordem em que aparecem no processo)</p> <p>22 de outubro de 1975: Belmira Finageiv, arquiteta do Iphan-DF, envia of. N. 364/75/IPHAN/BSB ao diretor do Iphan. Solicita que ele envie ao núcleo Iphan/BSB fotocópia de todo o processo de tombamento do catetinho.</p> <p>30 de outubro de 1975, documento do Rio de Janeiro: Renato Soeiro, diretor do Iphan, encaminha cópias de documentos a Belmira Finageiv. Documento do Rio de Janeiro.</p> <p>4 de novembro de 1975: Belmira Finageiv envia ofício n. 387/75/IPHAN/BSB ao diretor do Iphan, agradecendo.</p> <p>24 de fevereiro de 1976: Belmira Finageiv manda ofício n. 59/76/IPHAN/BSB à secretária do Diretor do Iphan. Solicita cópia do processo de tombamento do Catetinho.</p> <p>24 de março de 1976, documento do Rio de Janeiro: Renato Soleiro, diretor do Iphan, manda ofício n. 917/76 à Belmira Finageiv xerocópia das peças que compõem o processo de tombamento do Catetinho.</p> <p>Bilhete de Oscar Niemeyer que solicita o tombamento do Catetinho.</p> <p>Documento de 15 de outubro de 1958, em que Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Iphan, manda ofício n. 358 a Israel Pinheiro, presidente da Novacap. Pede a cooperação a fim de garantir a proteção e zelo à edificação "de acordo com determinação presidencial". A finalidade seria de promover, pelo DPHAN, "a integridade e a conservação permanente da edificação existente em Brasília sob a designação de RPI ou 'Catetinho', medida essa justificada por ter sido não só a primeira construção erigida na área da nova Capital, mas também a primeira sede da administração pública no local". Pede que não sejam tomadas iniciativas alguma suscetível a alterar-lhe "as características originais, nem modificar-lhe o aspecto primitivo". Pede ainda que o mobiliário também seja resguardado. Solicita, por fim, cópia do projeto de edificação, de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, bem como documentação fotográfica que houver sido feita.</p> <p>15 de outubro de 1958: Rodrigo Melo Franco de Andrade envia of. 538 a Oscar Niemeyer. Relata o pedido do presidente de conservar, "com a feição primitiva, a primeira construção feita em Brasília, projetada por você". Continua dizendo que "parece que ele tinha a intenção de promover o tombamento da construção pelo interesse histórico que já adquiriu no desenvolvimento do plano da Nova Capital". Continua, dizendo que "desde a iniciativa daquela edificação ao momento atual, o tempo decorrido ainda é curto para considerá-la na perspectiva histórica. Temos, pois, de cumprir a determinação presidencial, independentemente da consumação do tombamento. E o que importa, aliás, é preservar a casa e velar por sua conservação cuidadosa e permanente ". Em seguida diz que já oficiou o Israel, mas conta ainda com o conselho e colaboração de Niemeyer. Solicita o projeto, original ou cópia, do Catetinho. Relata que tinha "certo temor de que você não saiba do paradeiro desse trabalho, a que se seguiram tantos outros de importância incomensuravelmente maior. Entretanto, espero que você consiga recuperá-lo". Pede ainda fotografias da obra em construção e logo depois de construída, assim como seu aspecto atual interno e externo. Por fim, termina dizendo "quero consultar você se não lhe parecerá conveniente ligar a preservação da RPI a iniciativa da construção e instalação do museu de Brasília, desejado também pelo presidente".</p>		

Documento redigido por Flavio D'Aquino, responsável pela direção do DUA, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Inicia falando sobre a mudança da Capital, especificando seus embasamentos legais e científicos, que o Presidente JK visitou a região, "Estabelecido pelo art. 4º das Disposições Transitórias da Constituição Brasileira de 1946 a mudança da Capital do Brasil para o Planalto Central, a localizar-se no sítio Castanho, área escolhida por várias comissões após longos estudos e pesquisa". Com o início dos trabalhos, que se faziam em ritmo acelerado, o presidente verificou não haver naquela região nenhuma habitação "mesmo modesta, que lhe prestasse para abrigo e lhe permitisse pernoite como era o seu desejo, a fim de poder acompanhar pessoalmente o início dos trabalhos". Foi a partir desse contexto que "um grupo de amigos do presidente, conhecendo-lhe o desejo, resolveram construir no menor espaço de tempo possível (...) uma casa de madeira que atendesse àquelas condições". Continua dizendo que o arquiteto Oscar Niemeyer, "um dos membros desse grupo", fez a planta da casa, que foi construída em 10 dias. "Os habitantes de Brasília deram curiosamente o nome de 'Catetinho'". Continua o relato, resgatando fatos que aconteceram nesses 10 dias de construção. Fala da dificuldade de se encontrar recursos na região, "que era desprovida de tudo" e de como organizou-se uma caravana "que partiu do interior de Minas Gerais" e trazia o que fosse necessário para preparar o campo de pouso.

Conta como a região apresentava perigos, mas era necessário continuar "a obra começada" sem, todavia, "sacrifício grave para ninguém". Relata o episódio ocorrido com o caminhoneiro Batista, que foi picado por um cobra. Conta que "concluiu-se a casa", e narra seus cômodos, instalações e serviços - como água canalizada". Não fazia sentido pensar em luxo, mas ao grupo que construiu a casa "não faltou bom gosto para arranjá-la, internamente". Os móveis eram "de ótima qualidade, escolhidos pelo arquiteto Oscar Niemeyer". Foi nessa residência que o presidente e dirigentes puderam, "talvez com mais comodidade, traçar planos e tomar providências para o posterior desenvolvimento da Nova Capital - a cidade moderna que se estende, como asas abertas do plano Lucio Costa, pela vastidão do Planalto Central".

Fotografias

Poema "Catetinho", de autoria de Wilson Moreira da Costa. "Catetinho, tu foste o pioneiro da urbe do sol (...) Pelos teus caminhos sentimos. Os passos do descobridor. Legado da pátria. A imagem do trabalho (...) Bendito o teu criador, Brasília; Ele transformou a solidão agreste. Na metrópole fecunda (...) E com amor o 'presidente candango' construiu. Onde havia a indolência pôs a energia. Onde havia a descrença despertou a fé. E a selva se entregou (...) Pós escarlata de Brasília. Tens a cor do sangue daqueles. Que morreram por ti. Homens de Brasília. Heróis de todas as labutas. Vencedores de todas as adversidades. Escutem. Há um homem que muito sofreu. Para que um dia. Tu cidade menina (...) Foste o coração da Pátria (...) Glória ao teu pai, Brasília. Que perscrutou o futuro. Plantando a fé. No homem deste país. No caboclo rude do sertão. No gaúcho soberbo dos pampas. No paulista revolucionário (...) No mineiro das montanhas altivas. No bravo nordestino fustigado pelas secas. Glória ao teu pai, Brasília. Que já se sentiu só incompreendido. Que dialogou também com a solidão. E não se deixou abater pela indiferença, pela rotina. Pela ignorância. E do nada te plasmou. Urbe do sol (...) De todas as cores. Um só ideal"

Documento assinado por Paulo Thedim Barreto, chefe da Seção de Arte do Ministério da Educação e Saúde. Diz que parece justificável a inscrição no livro do tombo, "atendendo que a edificação em causa foi a unidade inicial do empreendimento urbanístico e arquitetônico de Brasília". Relata preocupação quanto à conservação, devido aos materiais utilizados e solicita uma solução. Atenta ser inadmissível reconstruir a construção periodicamente.

19 de junho de 1959: Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Iphan, envia notificação n. 812 a Israel Pinheiro, presidente da Novacap. Leva ao conhecimento deste de que foi determinada a inscrição do Catetinho no Livro do Tombo. Solicita a resposta de Israel Pinheiro.

30 de junho de 1959: Israel Pinheiro, diretor da Novacap, responde a notificação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, em bilhete curto, sem cabeçalho ou assinatura. Envia dizendo ter recebido a notificação e que se posiciona de acordo com a inscrição.

30 de junho de 1959: Israel Pinheiro, diretor da Novacap, responde a notificação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, em documento formal. Envia dizendo que se posiciona plenamente de acordo com a inscrição.

Radiotelegrama para o Presidente Juscelino Kubitschek, de maio de 1959: Pede intervenção pessoal do presidente no assunto do tombamento do Catetinho, que ainda não pode ser efetuado por falta de elementos indispensáveis para o processo. Cita e pede encaminhamento de documentos necessários, como fotografias e cópia de projeto edificação.

Radiotelegrama para o Presidente Juscelino Kubitschek, de abril de 1959: Diz que o tombamento do Catetinho só não pôde ser realizado por falta de elementos, como plantas, fotografias e dados históricos. Diz que tornou a fazer a solicitação, e irá reforçar o pedido. Assinado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Iphan.

Radiotelegrama para Rodrigo Melo Franco de Andrade, de abril de 1959: Assinado por Juscelino Kubitschek, diz que realizou visita ao Catetinho e verificou necessidades urgentes de se tomarem providências para seu tombamento. Solicita “abreviar medidas”

Radiotelegrama para o Presidente Juscelino Kubitschek, de julho de 1959: Conta que o Catetinho foi inserido no Livro do Tombo. Assinado por Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Telegrama para Rodrigo Melo Franco de Andrade, de setembro de 1959: Assinado por Juscelino Kubitschek, que agradece ao amigo, “muito sensibilizado”, pela gentileza em comunicar o tombamento do Catetinho.

Matérias de jornal: 1. O Correio da Manhã, de novembro de 1959. Matéria intitulada “‘Catetinho’ foi entregue ontem ao patrimônio”. 2. Jornal do Comércio, de novembro de 1959. Matéria intitulada “‘Catetinho transferido ao patrimônio nacional”.

Discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao receber o “Catetinho”. Fala que a instalação do Catetinho teve como objetivo “acelerar a obra imensa de transferir do litoral, onde permanecia 4 séculos e meio, para o centro do território nacional, a Capital do Brasil, erigindo-a como um testemunho ciclópico de confiança no futuro da pátria”. Diz ainda que o objetivo é conservar, para as próximas gerações, “uma construção que, pela própria fragilidade, não possui as condições necessárias para subsistir”. As gerações futuras, nesse sentido, conheceriam “a origem rústica e quase humilde da majestade da Nova Capital”. Continua dizendo que o objetivo mais amplo da medida é proteger “um dos marcos expressivos da civilização nacional, a memória luminosa da identidade do Brasil do futuro com o do passado, estabelecendo a ligação entre as aspirações gloriosas alcançadas e as realizações toscas e modestas de que se originaram”. Diz que este foi o entendimento do Iphan frente à solicitação do presidente em tomar o Catetinho. Cita as contribuições de Lucio Costa e Oscar Niemeyer.

Registro do Catetinho no Inventário de recursos culturais da Embratur. Ao ressaltar o potencial turístico, diz que o Catetinho “simboliza a força e a coragem de uma raça. Ele representa o marco de uma grande escalada que assombrou o mundo”

Certidão da Divisão de Registro e Documentação, de março de 1982: certidão de tombamento do Catetinho, lavrada e assinada.

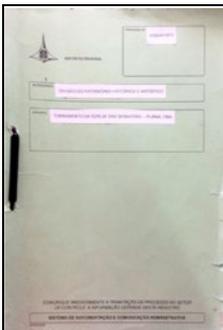
3 de março de 1976: o Chefe da Seção de Tombamento envia memorando ao Diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico. Diz que o Catetinho “reveste-se da importância dos fatos pioneiros”, mas que hoje “faz-se necessário “vê-lo como ponto elucidativo do progresso do país, perceber o contraste entre seu primitivismo e o resultado das decisões projetadas dali”. Diz que cabe, também ao GDF, resguardar este patrimônio, já tombado pelo Iphan. Ressalta que a responsabilidade pelo Catetinho passa a ser do GDF e que, portanto, caberia também o tombamento em nível local.

27 de julho de 1976: Fernando Tupinambá Valente, secretário de finanças, envia ofício n. 384/76-SEF ao secretário de educação e cultura, Wladimir do Amaral Murinho. Trata da transferência de domínio e posse do Catetinho ao Distrito Federal. Pede a modificação de uma cláusula relacionada à distribuição de bens móveis do Catetinho a qualquer órgão do governo.

Depoimento do engenheiro José Ferreira de Castro Chaves, “Juca Chaves”, sobre a construção do Catetinho. Conta da consultoria que prestou para a construção do Catetinho, como uma “casa provisória que o presidente pudesse pernoitar”. Diz que, aceita a sugestão de ser uma casa de madeira construída entre 10 e 15 dias, “no dia seguinte o Oscar entregava o risco do que hoje é o Catetinho”. Conta da equipe que participou e a logística necessária para a conclusão da obra. Narra que o “trabalho intenso era amenizado nas horas de lazer pelo violão de Dilermando Reis, as serestas de Cesar Prates, que encantavam

os candangos”. Cita um trecho do próprio livro de JK, “Porque construí Brasília”, em que relata que “o Catetinho constituiu, pois, um símbolo. Foi ele a flama inspiradora que me ajudou a levar a frente, arrostando o pessimismo, a descrença e a oposição de milhões de pessoas, a ideia de transferência da sede do governo. Vi que, se um grupo de amigos fora capaz de erigir, sem qualquer auxílio oficial e levado apenas pelo idealismo, aquele palácio de tábuas em dez dias, o que eu não poderia fazer então, sendo o presidente da república e dispondo, já que o Congresso aprovara minha iniciativa, de todos os recursos governamentais?”. Conta da chegada de JK ao Catetinho, em que deitado no divã da sala teria dito “Juca, considero uma dádiva divina a oportunidade de construir Brasília”. Relata ainda que o Catetinho foi um exemplo de trabalho em equipe que frutificou, pois “a partir daquele momento a construção da cidade processou-se em ritmo vertiginoso, o chamado ‘Ritmo Brasília’. O trabalho em equipe e a solidariedade sempre foi a sua característica”. Por fim, completa citando seu próprio discurso, em que diz que não via Brasília como obra de um urbanista ou arquiteto, “e sim como resultado de um movimento coletivo, em que tiveram igual participação: o motorista do caminhão, as pequenas indústrias e comerciantes, o hoteleiro, o botequineiro, o candango e também o turco Fadul, a Caroca, a Zezinha do Butiá, a Bernarda de que nos fala Jorge Amado em Tocaia Grande”. Completa, finalmente, que “foi do espírito de Juscelino a centelha que deflagrou e manteve a flama desse movimento sem semelhante no Brasil”.

	<p>Nome: Museu Histórico e Artístico de Planaltina</p>	<p>Decreto nº 6.939/1982</p> <p>Processo 321.013/73</p>
<p>Resumo dos trâmites e documentação (na ordem em que aparecem no processo)</p> <p>Preservação de uma “Casa com gosto de História”: A história de Planaltina torna-se imortal na casa onde se instala o seu museu histórico e artístico. Resgata o papel da Casa ao receber os integrantes da Comissão Cruls, o engenheiro Balduino de Almeida e sua comitiva, a Comissão Poly Coelho e a Comissão José Pessoa. Retrata Planaltina como inserida no novo Distrito Federal, mas conservando sua identidade cultural.</p> <p>Antecedentes legais do imóvel: Antigos donos (Francisco Mundim Guimarães e Maria Amélia Guimarães), processo de desapropriação amigável para instalação do museu. A escolha da casa se deu por conta de reportagem publicada no Jornal de Brasília: “Museu de Planaltina: uma casa com gosto de história”</p> <p>Todo um passado do presente: Retoma a reportagem. Evoca valores de uma cultura, trazida até nós por meio dos símbolos materiais presentes na I exposição de objetos históricos de Planaltina.</p> <p>Participação da imprensa: A imprensa divulga a 1ª exposição de objetos artísticos de Planaltina.</p> <p>Trâmite administrativo da proposta: encaminhamentos para transformar a casa em museu, em 1973. Fala sobre o potencial turístico do local.</p> <p>Pronunciamento da fundação cultural do distrito federal: O parecer é de aprovação à criação do museu, autorizando a diretoria a prosseguir nos entendimentos do administrador regional de planaltina.</p> <p>Decreto n. 2452, de 29 de novembro de 1973: declara de utilidade pública e de interesse social imóvel e respectivo mobiliário históricos, na cidade satélite de Planaltina.</p> <p>Documentação e providências</p> <p>Dados complementares: dados físicos sobre o imóvel</p> <p>Outros documentos anexos ao processo: relação de certidões, peças legais e outros documentos.</p> <p>Laudo de avaliação: feito pela comissão designada para estimar o valor das construções edificadas no imóvel.</p> <p>Delegação de competência: o então governador do DF, Hélio Prates, alega competência ao administrador regional de planaltina para assinar a escritura de desapropriação do imóvel.</p> <p>Requisição de pagamento: listagem das ordens de pagamento.</p> <p>Incorporação do imóvel ao acervo do GDF.</p> <p>Transferência de responsabilidade.</p> <p>Solicitação do processo n. 321.013/73 pelo departamento de cultura.</p> <p>Tombamento do museu histórico e artístico de planaltina</p> <p>Diário oficial com o Decreto de Tombamento.</p>		

	Tombamento da Igreja São Sebastião de Planaltina	Decreto nº 6.940/82
		Processo 320.644/73
		Remontagem do processo: Marta Gomes de Almeida Icó – Professora e técnica do DePha, Membro efetivo da Comissão de Tombamento e Registro. Historiadora citada na capa do Processo de Tombamento: Celina Lamounier D'Alessandro

Informações relevantes:

O primeiro documento data de 10 de julho de 2007, sendo uma informação acerca da remontagem do processo, nesta data, que contém "cópias dos documentos que levaram ao referido ato" (o tombamento da igreja São Sebastião). É assinado por Marta Gomes de Almeida Icó, técnica do DePHA.

Após esta primeira folha, há o índice (Histórico, ficha técnica, memorial descritivo, tombamento, fotografias e plantas).

Não se tem uma informação precisa sobre quem iniciou o processo de tombamento.

É destacado o protagonismo das famílias que doaram as terras para a construção da Igreja.

É citada, na ficha técnica, a restauração da Igreja realizada em 1984, momento posterior ao tombamento.

Resumo dos trâmites e documentação
(na ordem em que aparecem no processo)

Histórico

A Igreja estava já inscrita no "Livro do tomo nº 01 da Paróquia de Sebastião, à pagina 35", ou seja, ela já teria sido reconhecida como patrimônio local de Planaltina.

A igreja teria sido erguida para que uma promessa fosse cumprida. "As terras onde se encontram a 'velha matriz' foram doadas a São Sebastião, em 1811, pelas famílias Gomes Rabello e Carlos Alarcão (...) para que se pudesse cumprir a promessa da construção de um templo em homenagem ao santo, livrando a região de uma epidemia de origem desconhecida que se abatera sobre fazendeiros e escravos". É determinada a área que é de propriedade do Santo.

O documento traz ainda dados com base na tradição oral e também "o que contam os antigos". A última frase do histórico diz que "A Igreja de São Sebastião foi tombada pelo Governo do Distrito Federal através do Decreto nº 6.940, de 19 de agosto de 1982. Isto significa dizer que a Igreja já era patrimônio quando este documento foi escrito.

Itens presentes no histórico:

Igreja de São Sebastião: Repete, com a adição de uma ou outra informação, a história já contada.

Patrimônio da igreja de S. Sebastião: neste item há a citação da doação das terras ao Santo e suas delimitações.

Estudos das terras pertencentes ao Patrimônio da Igreja de S. Sebastião de Planaltina feitos pela Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal: este item traz uma análise desta comissão acerca das terras da igreja, com base na "escritura pública de permuta, de 6 de dezembro de 1927, Livro 15, fls 73 - 1º Of. de Planaltina", em que a igreja teria "permutado com a Intendência Municipal de Planaltina uma área de 200 hectares de terras do dito patrimônio por igual quantia na Fazenda denominada Monjolos".

Cópia da Ação de usucapião: transcrição nº 6620, do Livro nº 31, promovida pela Cúria Arquidiocesana de Santana de Goiás, de 31 de dezembro de 1955.

Cópia da transcrição nº 6621, em que é transmitente a Cúria Arquidiocesana de Santana de Goiás e adquirente o Dr. Lúcio Batista Arantes: este documento, composto pelas duas cópias, é parte integrante do estudo da comissão, já que há a informação de que tais cópias estariam apresentadas "em anexo". Trata-se de provas do estudo efetuado.

Ficha técnica: apresenta a localização, descrição e tipologia, dados cronológicos, dados técnicos e características ambientais. Quanto aos dados cronológicos, temos que:

1811: doação das terras pelas famílias Gomes Rabello e Carlos Alarcão.

1880: a igreja se insere na Paróquia de São Sebastião.

1890 (corrigido a lápis para 1870): data da construção da igreja.

1982: tombamento da Igreja de São Sebastião, através do Decreto nº 6.940, de 19.08.82

1984: Restauração feita através do convênio firmado entre a administração regional de Planaltina, Pró-Memória e Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Distrito Federal.

Memorial descritivo: apresenta detalhes construtivos e técnicos, assim como tipos de materiais utilizados.

Cópia de um manuscrito que data de 1970. Traz algumas datas sobre Planaltina e respectivos acontecimentos.

Tombamento: o processo de tombamento é anexado ao processo de remontagem. Há imprensa e créditos, tratando-se de documento governamental oficial. Pertence à Secretaria de Educação e Cultura. A historiadora é Celina Lamounier d'Alessandro.

Itens presentes no tombamento:

Preservação de patrimônio/histórico/arquitetônico/religioso: este item mostra a importância do reconhecimento da igreja como patrimônio de Planaltina. As justificativas versam em torno da convivência entre "características arquitetônicas de fins do século dezoito presentes na Igreja São Sebastião em Planaltina (e em alguns casarões)" que convivem com a "moderna arquitetura do nosso século e nos dizem muito da história daquele povo e daquela arte". Outro fator seria o incremento do turismo na região.

Motivo da construção da igreja de São Sebastião de Planaltina: este item conta a história da construção da igreja, mas trazendo fontes mais concretas que embasam os fatos (pároco Padre Aleixo e o historiador Mário de Castro). Também há a menção da tradição oral para embasamento e citação de fatos.

Aspectos legais: há a transcrição do texto que informa sobre as terras do patrimônio da igreja, em que se doam as terras para o santo. Data: 26 de julho de 1982.

Certidão de 1968: atesta-se a doação das terras das famílias para o Santo, certificada por ele mesmo, Jurandir Camilo Boaventura, tabelião e pelo padre Semião Estilista Lopes, revendo o livro de registro de terras pertencentes ao município da Villa de Santa Luzia.

Concordância do conselho paroquial: de 10 de julho de 1982, assinado por IR. Maria Victoria A. Irrigoyen, presidente do conselho paroquial. Declara que os membros do conselho concordam com o tombamento da igreja em reunião que foi realizada nesta data.

Declaração do Padre Aleixo Susin, Vigário da paróquia de São Sebastião: de 14 de julho de 1982. Declara que aceita e concorda com o tombamento, prontificando-se ainda a comunicar previamente qualquer alteração a ser realizada na igreja e em seus arredores.

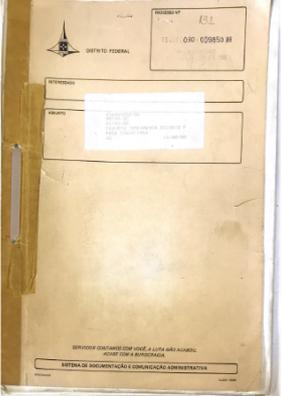
Of. Nº 03/82/CCP, de 27 de julho de 1982: O conselho comunitário de Planaltina envia ofício à prof Eurides Brito da Silva, Secretária de Educação e Cultura do Governo do Distrito Federal. O conselho aprova por unanimidade o tombamento da igreja. Quem assina é João de Souza Lima, presidente do CCP.

Recorte de jornal: Decreto nº 6.940, de 19 de agosto de 1982: dispõe sobre o tombamento provisório da Igreja de São Sebastião - Planaltina, Distrito Federal.

Por fim, há fotografias da igreja, em preto e branco.

	Tombamento HJKO	Decreto nº 9.036/1985 Nº de páginas: 67 Processo 13.553/1983
<p>Informações relevantes:</p> <p>O documento é organizado em formato de dossiê, com sumário único que dá conta de todos os arquivos presentes. Possui uma capa com a fotografia do HJKO, e ficha técnica contendo a equipe técnica e o dados do então governo Distrital, demonstrando que a organização do dossiê foi realizada com a finalidade de ser formar um arquivo único, ou seja, não se trata de uma compilação de documentos.</p> <p>Em nenhum momento, no dossiê, há a revelação do que será feito dos remanescentes do HJKO e como sua nova finalidade irá se integrar com a comunidade da maneira recomendada. Há, além de propostas divergentes acerca do futuro das edificações, pistas e diretrizes de como as futuras instalações deveriam ser pensadas.</p> <p>Protagonista: Nilton Ismael Rosa (ex morador do Conjunto JKO, proponente da Ação Popular contra a derrubada do conjunto e autor do pedido de tombamento ao presidente da Fundação Nacional Pró-Memória).</p>		
<p>Sumário</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação; 2. Histórico; 3. Estado de Conservação 4. Justificativa 5. Planta de Situação 6. Planta de Hospital – agenciamento básico original 7. Planta de Hospital – materiais e conservação 8. Situação atual do acampamento <ul style="list-style-type: none"> - comparação com situação original e outros - estado de conservação das edificações - alterações (acréscimos e demolições) 9. Ofício Juiz Federal da 3a vara II 10. Mandado de Citação 11. Ação Popular 12. Pedido de Tombamento – Nilton Rosa 13. Parecer da 8a Diretoria Regional do SPHAN 14. Fotografias do Conjunto HJKO 15. Recortes de Jornal 	<p>Resumo dos trâmites e documentação (na ordem em que aparecem no dossiê)</p> <p>1. Apresentação: introduz o objeto e explica a estrutura do dossiê.</p> <p>2. Histórico: contextualiza o HJKO desde o período da construção de Brasília, em que era um hospital, até ter sido ameaçado de destruição e protegido pelos moradores. Estes que estavam lá irregularmente após o Hospital ter sido desativado.</p> <p>3. Estado de conservação: este documento trata da visita realizada em 17 de junho de 1985 ao JKO, que compara o estado do Conjunto com relação a outra visita que havia sido realizada no ano anterior. O resultado é que, após a retirada dos moradores, o aspecto de arruinamento do conjunto se agravou.</p> <p>4. Justificativa: foram levantados os seguintes pontos: valor histórico, interação com a comunidade, condições físicas atuais, localização e se suas instalações, uma vez restauradas e preservadas, poderiam abrigar algum equipamento urbano que viesse beneficiar toda a comunidade envolvida. Exalta-se o potencial turístico do local e das edificações.</p> <p>5. Plantas: Planta de situação; Planta do hospital: agenciamento básico original; Planta do hospital: materiais e conservação; Situação atual do acampamento: comparação com situação original e outros; Situação atual do acampamento: estado de conservação das edificações; Situação atual do acampamento: alterações (acréscimos e demolições). Todas as plantas foram produzidas pelo SPHAN.</p> <p>6. Mandado de citação: O juiz Dário Abranches Viotti concede a liminar que impede a demolição do hospital e a retirada de materiais. Data: setembro de 1983.</p> <p>7. Ação popular: o proponente Nilton Ismael Rosa, morador do JKO, entra com pedido de ação popular em setembro de 1983, contra José Francisco Mendes del Peloso, superintendente do IAPAS. A ação popular visa impedir a derrubara do JKO. O proponente afirma que o JKO deverá voltar a ser um posto de saúde.</p>	

	<p>8. Of. S/Nº. - Nilton Rosa - morador da área do HJKO: Ofício encaminhado em setembro de 1983 ao presidente da Fundação Nacional Pró-Memória. Pede-se o tombamento do HJKO, apresentando justificativas para tal. As justificativas giram em torno da importância histórica do bem, por ter sido o primeiro hospital de Brasília e por estar sendo ameaçado de destruição.</p> <p>9. Of. Nº 303/83, de 23 de setembro de 1983: O juiz federal Dário Abranches Viotti encaminha ao diretor da secretaria do patrimônio histórico os autos da Ação Popular.</p> <p>10. Of. Nº 273/83, de 27 de outubro de 1983: A diretora da 8ª diretoria regional do SPHAN Belmira Finageiv encaminha ao coordenador do PCH (Programa Cidades Históricas) ofício. A diretora considera, após consulta ao GT Brasília e à Comissão Brasília, que os remanescentes do JKO são elementos significativos para a memória de Brasília. O ofício ainda recomenda algumas medidas imediatas de proteção do conjunto.</p> <p>11. Por fim, temos das folhas 34 a 66, fotografias e recortes de jornal. As fotografia, em preto e branco, mostram as construções. Não são datadas. Os recortes de jornal, conforme sinalizou o dossiê, demonstram a trajetória deste bem desde sua quase demolição até seu tombamento, passando pela luta dos moradores.</p> <p>12. A última folha é a publicação no Diário Oficial nº 217, de 13.11.85, que dispõe sobre o tombamento do HJKO e dá outras providências.</p>
--	--

	<p style="text-align: center;">Tombamento do Relógio de Taguatinga</p>	<p>Decreto nº 11.823/1989 Processo 030.009.850/1988</p>
<p>Resumo dos trâmites e documentação (na ordem em que aparecem no processo) Abaixo-assinado contendo 1500 assinaturas.</p> <p>Documento numerado:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Histórico 2. Ficha técnica. Contém: denominação, localização, descrição de tipologia, dados técnicos, dados cronológicos, e características ambientais. 3. Perímetro de tombamento 4. Fotografias 5. Tombamento: minuta do Decreto 		

	<p>Nome: DEPHA Tombamento Igreja São Geraldo 10.03.1993</p>	<p>Decreto nº 15.156/1993 Processo: 150.000.276/93</p>
<p>Informações relevantes:</p> <p>A primeira página data de 14 de junho de 2007 e é assinada por Marta Gomes de Almeida Icó. Trata-se da remontagem do processo, nesta data.</p> <p>Os documentos, em sua maioria, estão dispostos em ordem cronológica, sendo possível perceber como se deu o processo por meio da documentação. O processo de tombamento é uma compilação de documentos que ajudam a entender os trâmites que levaram ao tombamento do bem.</p> <p>Protagonista: Deputada Lúcia de Carvalho, autora do Projeto de Lei para o tombamento da Igreja. O Projeto de Lei, na realidade, não teve efeito legal, já que o tombamento seria de competência do poder Executivo, ou seja, a partir da assinatura do Governador.</p>		
<p>Resumo dos trâmites e documentação (na ordem em que aparecem no processo)</p> <p>9 de março de 1993: Sílvio Cavalcante, diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico - SCET encaminha ofício de nº 018/93-DePHA/SCET ao Secretário de Cultura, Esporte e Turismo do DF, senhor Fernando Alberto Campos Lemos. No ofício encaminha o processo de tombamento da Igreja São Geraldo.</p> <p>4 de março de 1993: Raquel Cavalcante, gerente de pesquisa, documentação e tombamento do DePHA encaminha memorando de nº. 017/93 ao diretor do DePHA, com o processo de tombamento da igreja.</p> <p>Processo de Tombamento da Igreja São Geraldo: contém índice próprio (1. Histórico, 2. Ficha técnica, 3. Área de tutela, 4. Fotografias, 5. Plantas, 6. Tombamento (minuta do decreto) e 7. Anexos)</p> <p>22 de junho de 1992: José Flávio de Oliveira, chefe de assessoria para assuntos parlamentares, manda O. I. De nº 1257/92-APAP/GAG para Fernando Alberto Campos Lemos, secretário de cultura, esportes e comunicação social. Encaminha e solicita parecer do Projeto de Lei de autoria da deputada Lúcia Carvalho.</p> <p>Projeto de Lei nº 462/92 (da Deputada Lúcia Carvalho): dispõem sobre o tombamento e restauração de sítios históricos na Região Administrativa do Paranoá, em que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta que "fica tombado o sítio histórico da igreja São Geraldo" (p. 25).</p> <p>17 de agosto de 1992: Sílvio Cavalcante, diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico - SCECS, mando o O. I. Nº136/92-DePHA/SCECS à deputada Lúcia Carvalho. Nele, elogia a atitude da deputada de ter tido a iniciativa de preservar a igreja pelos meios legais. Esclarece que apesar do projeto de lei para tombamento da igreja, o texto legal estabelece que "o tombamento far-se-há mediante ato do Governador do Distrito Federal e a inscrição dos bens de valor cultural nos Livros de Tombo" (p. 30).</p> <p>4 matérias de jornal: (Igreja de São Geraldo será preservada; DF ganha mais dois parques; Moradores não querem se tornar "bode expiatório" (matéria principal) e Preservação de um patrimônio (Nota); e Comunidade salva igreja)</p> <p>3 de julho de 1992: decisão nº 52/92 - CAUMA. O conselho aprova a criação do Parque Vicencial do Paranoá.</p> <p>15 de outubro de 1992: a Deputada Lúcia Carvalho manda o ofício LC nº 250/92 E a Sílvio Cavalcante, diretor do departamento do patrimônio histórico e artístico - SCECS. Apresenta algumas considerações sobre sua atuação frente ao tombamento da Igreja junto com a comunidade. Diz que, pela legislação (decreto legislativo 001/91, Art. 1º, inciso XII, em anexo), seria facultativo a ela "apresentar projeto de lei a respeito" (p. 36). Em anexo, está o Decreto Legislativo citado.</p>		

12 de março de 1993: Fernando Alberto Campos Lemos, secretário, encaminha ao governador a minuta do Decreto para tombamento da Igreja São Geraldo. Almiro de Amorim, subchefe de Gabinete para Assuntos Administrativos, encaminha para a procuradoria geral do Distrito Federal para exame.

7 de abril de 1993: Dolores Serra, Procuradora do Distrito Federal, emite parecer de nº 1097/93. Concluiu que seria necessária "a oitiva do conselho de defesa do patrimônio cultural do Distrito Federal", concluindo ainda que "a deliberação do Conselho precede o ato do tombamento, que é da competência do Governador" (p. 43)

12 de abril de 1993: Miguel Farage de Carvalho, procurador chefe, submete o parecer ao procurador geral.

30 de abril de 1993: José Milton Ferreira, procurador geral, aprova o parecer.

Lei nº 049 de 25 de outubro de 1989, que faz referência ao documento a seguir.

13 de maio de 1993: Rolembergue dos Santos Reis, assessor da subchefia do gabinete civil, pede ao senhor subchefe para assuntos administrativos para anexar ao processo a Lei nº 049, de 25/10/89, que determina que "são extintos, na estrutura da administração do Distrito Federal, os seguintes órgãos: (...) II. Conselho de defesa do patrimônio cultural" (p. 56).

29 de junho de 1993: a procuradora do Distrito Federal Dolores Serra de Mello Martins emite parecer de nº 1119/93, que conclui que o ato de tombamento continua sendo de competência do chefe do executivo.

7 de julho de 1993: o procurador chefe José Raimundo Ferreira envia ao procurado geral o parecer nº 1119/93, posicionando-se de acordo.

11 de agosto de 1993: o procurador geral Alfredo Henrique Rebello Brandão aprova o parecer nº 1119/93.

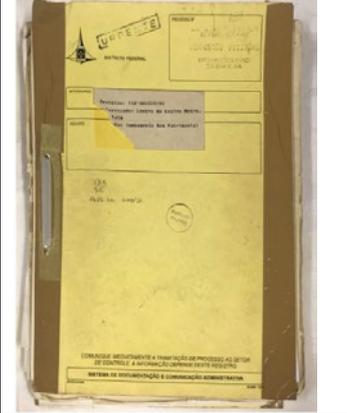
Decreto nº 15.156 de 27 de outubro de 1993: dispõe sobre o tombamento da Igreja São Geraldo e dá outras providências. Datado e assinado, com a área de tutela em anexo.

3 de novembro de 1993: Almiro Gerin de Amorim, subchefe do Gabinete Civil para assuntos Intragovernamentais restitui o processo à procuradoria geral para os devidos fins.

10 de novembro de 1993: Dolores Mello Martins, procuradora do Distrito Federal, envia ao procurador chefe mensagem dizendo que, com o decreto de tombamento da igreja entendia atendido "o fim colimado deste processo administrativo", sugerindo seu arquivamento.

11 de novembro de 1993: Miguel Farage de Carvalho, procurador chefe, endossa o despacho da procuradora.

Página do Diário Oficial, com o Decreto de Tombamento, colado em uma folha e anexado ao processo.

	<p align="center">Nome: Centro de Ensino Metropolitana</p>	<p>Processo nº 150.000.370/1995 Decreto nº 16.744/1995</p>
<p>Informações relevantes: o processo possui índice único, sendo: 1 Histórico; 2. Ficha técnica; 3. Área de tutela; 4. Fotografias; 5. Projeto Arquitetônico da obra de restauração de 1990; 6. Tombamento (minuta do decreto); e 7. Anexos.</p>		
<p>Na área de tutela da escola está a Igreja Nossa Senhora da Metropolitana, que também é um remanescente do acampamento de obras da Metropolitana.</p>		
<p>Resumo dos trâmites e documentação (na ordem em que aparecem no processo)</p>		
<p>Índice:</p>		
<p>1 historico</p>		
<p>Criação do acampamento metropolitaba, que recebeu ainda em 1956 engenheiros com a incumbência de construir a primeira pista de pouso para aeronaves de brasilia.</p>		
<p>Com a chegada das famílias dos primeiros operários, assim como com a formação de aglomerações humanas, foi necessaria a criação de escolar de caráter transitório, nesses pontos de maior concentração. A escola classe metropolitana foi uma das primeiras escolas construídas, para atender às necessidades iniciais de educação primária. Construída em madeira pela Novacap, em 1959, foi inaugurada em 20 de abril do mesmo ano, com o início das atividades escolares.</p>		
<p>À preservação do patrimônio histórico local sempre foi uma preocupação dos moradores da Vila Metropolitana. Os dois barracões da escola, construídos em madeira em estilo rústico, típico da época, são considerados, pela comunidade, como um dos últimos e principais testemunhos históricos e simbólicos desse acampamento pioneiro, como também o são a Igreja Nossa Senhora Aparecida, o Campo de Futebol e a Praça da Igreja.</p>		
<p>Em 1988, a comunidade da Vila e a então diretora Dalva Inácia Rodrigues deram início a uma campanha para reconstrução da escola, que foi incluída entre as prioridades do programa de reformas e construção de estabelecimentos escolares do governo roriz. O projeto de reconstrução ficou a cargo do DePha, seguindo os critérios de preservação histórica. A escola foi inteiramente reconstruída e ampliada, com a construção de novos pavilhões em alvenaria. Foi reinaugurada dm 1 de fevereiro de 1999, quando foi anunciado seu tombamento, sem contudo existir qualquer registro oficial no departamento do patrimônio histórico e artístico - DePha.</p>		
<p>Novamente a comunidade local, no início de 1995, veio requerer o tombamento oficial da referida escola, manifestando o desejo que o mesmo ocorra durante as comemorações da "semana do pioneiro" - setembro de 1995.</p>		
<p>2 ficha tecnica</p>		
<p>Denominação, descrição e tipologia, dados técnicos,</p>		
<p>3 area de tutela</p>		
<p>Mapa com o bem tombado e a area de tutela.</p>		

4 fotografias

Nao ha

4 projeto arquitetônico da obra de restauração de 1990

Não há

5 tombamento (minuta do decreto)

6 anexos

Materias de jornal

	Nome: RA XIX Tombamento bem patrimonial (tombamento da Igreja São José Operário da Candangolândia)	Decreto nº 19.960/98
		Processo: 147.000.594/98
Remontagem do processo: Luciano Antunes Figueiredo Sousa, historiador do Depha.		
<p>Informações relevantes:</p> <p>A primeira página data de 15 de agosto de 2007 e é assinado por Luciano Antunes Figueiredo de Sousa. Trata-se da remontagem do processo, nesta data.</p> <p>O processo de tombamento é uma compilação de documentos que ajudam a entender os trâmites que levaram ao tombamento do bem. Mesmo após o tombamento da Igreja, em dezembro de 1998, os trâmites continuam até junho de 1999. Os documentos não estão em ordem cronológica.</p> <p>No final do processo há um memorando que data de maio de 1997 e trata do tombamento da Igreja. Este memorando é anterior ao pedido de 1998, da parte de João Almeida e Silva, então administrador da Candangolândia, de inclusão da Igreja na Poligonal do Plano Piloto.</p> <p>Um dos documentos (Restauração da Igreja São José Operário) é de 1986, ou seja, 10 anos anterior ao início da discussão sobre o tombamento da igreja.</p>		
<p>Resumo dos trâmites e documentação (na ordem em que aparecem no processo)</p> <p>13 de dezembro de 1998: João Almeida e Silva, administrador regional da Candangolândia envia Of. Nº 32/98-Gab. RA XIX a Antônio Menezes Junior, chefe do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico – DePha pedindo que se estude a possibilidade de inserir a Igreja São José Operário no processo de tombamento do Plano Piloto de Brasília. Justificativa: a Candangolândia está inserida na Poligonal de Tombamento.</p> <p>21 de dezembro de 1998: Os arquitetos Francisco Ricardo Costa Pinto e Anamaria de Aragão C. Martins enviam parecer de número 117/98-GPRC/DePHA ao diretor do DePHA Romário César Schettino, acerca da reconstrução da igreja São José Operário, assim como sobre os recursos financeiros para tal. O parecer interno é em resposta a ofício enviado pela Administração Regional da Candangolândia (que não se encontra no Processo de Tombamento). Em seguida, há esclarecimentos sobre 1. A formação da Candangolândia; 2. A história religiosa de Brasília; 3. O tombamento; e, destaca-se ainda a importância de se recuperar não apenas esta, mas as quatro Igrejas pioneiras.</p> <p>Documento do DePha "campanha para recuperação das igrejas remanescentes dos acampamentos de obras": contém índice próprio (I. Identificação dos bens; II. Justificativa; III. Histórico; IV. Encaminhamentos). Trata de projeto de recuperação das quatro igrejas pioneiras, mas tal projeto ainda deveria aguardar recursos financeiros. Apesar de não possuir data, uma das fotografias deste documento data de 1996.</p> <p>Documento do DePha "Restauração: Igreja São José Operário, 1ª etapa, Candangolândia. Documento técnico contendo especificações quanto ao material, diretrizes e normas para a restauração da igreja. A data é de 13 de novembro de 1986, assinado por Denise Telles de Menezes.</p> <p>Planta de localização da Igreja na Candangolândia, desenhos técnicos com especificações da igreja e fotografias da igreja. Nas fotografia, há a comparação da Igreja original com a igreja atual (1986, data do documento do DePha) descaracterizada. A restauração retomou suas feições originais.</p> <p>22 de dezembro de 1998: João Almeida e Silva, diretor regional, manda à SUCAR solicitação para encaminhar o processo à Consultoria Jurídica sobre o tombamento.</p> <p>23 de dezembro de 1998: Pedro Braga Netto, subsecretário de coordenação das administrações regionais, encaminha a Minuta de Decreto à Consultoria Jurídica.</p> <p>Minuta de Decreto sem data e sem assinatura</p> <p>Minuta de Decreto com data e assinatura</p>		

Janeiro de 1999: Luiz Ernesto de Oliveira, diretor do departamento de assuntos administrativos, emite despacho para a subsecretaria de coordenação de assuntos regionais para as devidas providências, após publicação do DODF nº 247, de 30.12.98. (tombamento da igreja)

28 de janeiro de 1999: Herman Ted Barbosa, subsecretário de coordenação das administrações regionais encaminha à Administração Regional de Candangolândia processo para conhecimento e providências.

17 de junho de 1999: encaminha-se o processo ao DePha.

Cópia do Diário Oficial com o decreto de tombamento (Decreto nº 19.960 de 29 de dezembro de 1998).

16 de maio de 1997: Teresa Paiva Chaves, gerente de Pesquisa, Documentação e Tombamento, envia memorando de nº 01/97-GPDT a Antônio Menezes Júnior, diretor do departamento do patrimônio histórico e artístico do DF. Encaminha-se documentação em anexo "para iniciar a autuação do processo de tombamento da Igreja São José Operário". Solicita que sejam providenciados, "junto à Gerência de Projetos, Restauros e Conservação, as partes que complementam a documentação. Pede ficha técnica, memorial descritivo e plantas.

Minuta do Decreto (sem data e assinatura)

Histórico (sem data e informação de autoria)

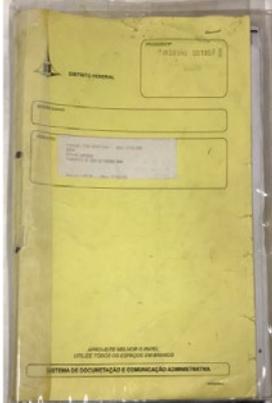
Memorial Descritivo (sem data e informação de autoria)

Histórico (diferente do colocado anteriormente, mas com apresentando basicamente as mesmas informações. Sem data e informação de autoria)

Decreto de tombamento

Fotografias em preto e branco da igreja e do seu processo de recuperação

Por fim, há uma **matéria de jornal** de 15 de abril de 1991 intitulada "especulação tira pioneiro da Candangolândia - aos poucos as mansões vão substituindo as pequenas casas originais, num processo de expulsão dos antigos moradores, que têm, na igreja, o símbolo da resistência dos pioneiros à especulação imobiliária". Temos de um lado uma fotografia de uma mansão e, do outro, da igreja.

	<p>Nome: Casa da Fazenda Gama, processo nº 150.001.907/2005</p>	<p>Decreto nº 150.001.907/2005</p>
<p>Informações relevantes: A Casa da Fazenda Gama está localizada em local privado, no terreno do Brasília Country Club. A instituição se envolveu ativamente no processo de tombamento, primeiramente com solicitação ao DePHA e, em um segundo momento, produzindo um livreto contendo, dentre outras coisas, informações que orientam a interpretação do imóvel enquanto patrimônio do DF.</p>		
<p>Resumo dos trâmites e documentação (na ordem em que aparecem no processo)</p> <p>16 de julho de 1990: Rodolfo de Mello Prado, presidente do Brasília Country Club, envia documento a Silvio Cavalcanti, diretor do DePHA. Diz que, conforme entendimentos verbais mantidos entre eles, concorda com o tombamento da Casa da Fazenda, com o interesse de que a recuperação do imóvel se faça de acordo com estudos técnicos.</p> <p>Escritura de doação de imóvel da Novacap ao Country Club.</p> <p>Exposição de motivos – Tombamento da casa da fazenda Gama</p> <p>Histórico da fazenda gama: conta que foi no pátio do antigo casarão da fazenda que, em outubro de 1956, desembarcou a primeira comitiva oficial em visita às terras da futura Capital Federal. O casarão também abrigou o primeiro serviço de rádio da Pan Air do Brasil. Era por meio desse rádio amador que se estabeleciam as comunicações entre a futura Brasília e o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.</p> <p>Cadeia Dominal do Imóvel Fazenda Gama: conta as transmissões do imóvel ao longo dos anos.</p> <p>A arquitetura Vernácula: conta sobre as características construtivas e materiais utilizados nesse tipo de arquitetura e que remete à sua época, assim como locais remanescentes em Brasília.</p> <p>Iniciativas de preservação da casa da fazenda gama: listagem dos principais documentos que fazem referência à necessidade de preservação das antigas fazendas, sendo o GT Brasília em 1987; solicitação do Brasília Country Club em 1999; em 2001, o DePha retoma a intenção em tomar a casa sede da Fazenda Gama e inclui essa medida em seu Plano de Ação durante dois anos consecutivos; em 2002, o DePha recebe, por parte da comunidade, nova solicitação de tombamento.</p> <p>14 de novembro de 2002: Danilo Souza Gonçalves envia documento a Jarbas Marques, diretor de Patrimônio Histórico e artístico. Diz que foi realizado trabalho de campo com o objetivo de pesquisar monumentos históricos de Brasília, e que visitou a casa da fazenda gama.</p> <p>28 de novembro de 2002: Ilane Nogueira Matias, diretora substituta do DePha, envia ofício n. 115/2002-DePha/SC a Danilo Souza Gonçalves. Comunica que será realizada a abertura do processo de tombamento do bem citado.</p> <p>10 de abril de 2003: Relatório de Visita para o projeto de tombamento da fazenda gama. Foi realizada visita pelas seguintes técnicas do DePha: Alcidea Coelho Costa, Marta Celia, Regina Coelly e pelo fotógrafo da Secretaria da Cultura André Abrãao. Participou também a gerente do Catetinho sra Marta Poli. Objetivo da visita: verificar o estado em que se encontra a antiga sede da fazenda. A casa necessita de um trabalho urgente de restauração. O Country Club possui uma proposta com orçamento para a restauração da casa.</p>		

Jornal tribuna de Brasília, de maio de 1982. Título: "Estão loteando o DF"

Minuta do Decreto, escrita à mão.

30 de junho de 1959, no Rio de Janeiro: Israel Pinheiro, presidente da Novacap, envia documento a Rodrigo de Melo Franco de Andrade, diretor do Patrimônio histórico e artístico nacional. Diz que, com referência à notificação n. 812, de 19 do corrente, comunica que estariam de acordo com a inscrição do edifício conhecido por "Catetinho", da "Fazenda Gama", Brasília no Livro do Tombo Histórico.

Certidão de registro de imóvel.

Escritura pública de compromisso de compra e venda de imóvel rural situado dentro da área do futuro Distrito Federal.

Certidões. Documentos da Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

Documento Fazenda Gama: conta a história da casa e das terras, colocando em cena os antigos proprietários e a função da casa durante a construção de Brasília.

Livreto encadernado, de iniciativa do Brasília Country Club com o título Proposta de Recuperação. Contém os itens: Apresentação, Introdução, A Casa, A Restauração, e Orçamento.

	<p>Processo: 0150-000721/2011. Data: 05/04/2011. Fórum de Cultura de Ceilândia. Aprovação Projeto. Requerimento de tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia. Destino: SEC/DIGEPHAC</p>	<p>Decreto nº 35.483 de 2014</p>
<p>Informações relevantes: O processo é composto por dois volumes devido, provavelmente, à quantidade de material que foi anexada.</p>		
<p>Resumo dos trâmites e documentação (na ordem em que aparecem no processo)</p> <p>5 de abril de 2011: Solicitação de autuação do processo para a Secretaria de Cultura.</p> <p>27 de março de 2011: Requerimento de Tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia. Trata-se de requerimento assinado por Neci Francisca de Araújo, representante do Fórum de Cultura de Ceilândia, que solicitam o tombamento da Caixa d'Água. É endereçado à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal.</p> <p>1º de abril de 2011: Amélia Rabelo, assessora de gabinete, envia à SUPHAC documento para ciência e providências pertinentes.</p> <p>7 de abril de 2011: as técnicas do DIGEPHAC Marta Gomes de Almeida Icó e Beatriz Coroa do Couto emitem parecer de nº 003/2011-DIGEPHAC/SUPHAC/SECULT, que reconhece a legitimidade da solicitação de tombamento, que será orgulho para Ceilândia, "que terá no seu símbolo o primeiro patrimônio da cidade" (p. 7). Este documento possui Histórico, Fundamentação e Conclusão.</p> <p>Portaria nº 25, de 8 de abril de 2011: institui comissão especial de proceder os trabalhos que tem como objetivo o tombamento da Caixa d'Água e designa os servidores: Luciano Antunes Figueiredo Sousa, Marta Gomes de Almeida Icó, Beatriz Coroa do Couto e Jeanette de Araújo Bastos para compor a comissão.</p> <p>8 de abril de 2011: Hamilton Pereira da Silva, secretário de Estado de Cultura do DF, está de acordo com a portaria e envia para a SUPHAC para providências a publicação da portaria e instruir o processo.</p> <p>2 de maio de 2011: José Delvinei Luiz dos Santos, subsecretário da SUPHAC, encaminha os autos à Unidade de Administração Geral (UAG) da Secult para numeração da portaria e publicação no DODF.</p> <p>Diário Oficial do DF, de 6 de maio de 2011: publicação da portaria.</p> <p>6 de maio de 2011: Alexandre Pereira Rangel, chefe da UAG, envia à SUPHAC documento em que restitui os autos para providências após a publicação.</p> <p>5 de maio de 2011: José Delvinei Luiz dos Santos, subsecretário da SUPHAC, envia ofício de nº 057/2011-SUPHAC/SECULT ao então administrador regional de Ceilândia, Aridelson Sebastião de Almeida. No ofício, pede colaboração da RA, solicitando: planta da Caixa d'Água de Ceilândia, memorial descritivo da edificação, fotografias antigas (início de Ceilândia) e história oral (depoimento dos pioneiros).</p> <p>11 de maio de 2011: José Delvinei Luiz dos Santos, subsecretário da SUPHAC, envia ofício de nº 063/2011-SUPHAC/SECULT a Célio Biavati Filho, diretor da CAESB. No ofício, solicita a planta da edificação e memorial descritivo.</p> <p>19 de julho de 2011: Aridelson Sebastião de Almeida, administrador regional de Ceilândia, envia ofício de nº 2192/2011 GELCE/CULT/GAB-RA IX/3493 a José Delvinei Luiz dos Santos, subsecretário da SUPHAC. No ofício, envia um CD em anexo contendo fotografias antigas, materiais publicitários que incluem a Caixa d'Água, planta arquitetônica, fotos e depoimentos dos pioneiros. Ficaria faltando, segundo ele, o memorial descritivo, que estaria com a CAESB.</p>		

22 de novembro de 2011: José Delvinei dos Santos, subsecretário da SUPHAC, envia ao secretário de Estado de Cultura documento em que pede alteração da portaria nº 25, de 8 de abril de 2011, em virtude do afastamento das servidoras Marta Gomes de Almeida Icó e Beatriz Coroa do Couto. Pede que seja incluído o nome da servidora Clerí Fichberg.

11 de novembro de 2011: Marta Gomes de Almeida Icó, técnica da SUPHAC, envia solicitação a José Delvinei dos Santos, subsecretário da SUPHAC. Pede para ser devolvida ao seu órgão de origem.

Portaria nº 65, de 1º de dezembro de 2011: dispensa a servidora Marta Gomes de Almeida Icó e designa Clerí Fichberg para compor a comissão especial.

Diário Oficial do DF de 5 de dezembro de 2011, com a publicação da nova portaria.

3 de maio de 2012: José Delvinei dos Santos, subsecretário da SUPHAC envia solicitação ao Secretário que altere a portaria nº 65, de 1 de dezembro de 2011, solicitando maior prazo para que a comissão especial conclua os trabalhos.

Portaria nº 23 de 7 de maio de 2012: prorroga os prazos por 180 dias.

Diário Oficial do DF, com a portaria publicada.

30 de janeiro de 2012: José Delvinei dos Santos, subsecretário da SUPHAC, envia ofício de nº 004/2012-SUPHAC/SECULT a Célio Bivati Filho, diretor da CAESB. No ofício, solicita o envio de "eventuais projetos de edificações previstas na área do lote da Caixa d'Água. Lembra do ofício anterior (nº 63/2011), em que havia solicitado as plantas da Caixa d'Água e memorial descritivo.

14 de agosto de 2012: Valtrudes Franco, diretor de comercialização da CAESB, envia carta de nº 32.141/2012-DC ao subsecretário da SUPHAC, esclarecendo que até o momento não havia projeto em curso de edificar na área da Caixa d'Água. Esclarece que o memorial descritivo havia sido encaminhado conforme carta anexa de nº 295/2012. Encaminha ainda três quadros fotográficos "que documentam o reservatório".

Documento intitulado Tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia, com índice próprio. (1. Ceilândia - antecedentes históricos; 2. Características gerais de Ceilândia; 3. Ceilândia hoje; 4. Caixa d'Água; 5. Depoimentos dos Pioneiros; 6. Reportagens; 7. Imagens; 8. Memorial descritivo; 9. Plantas da Caixa d'Água). Este documento utiliza a representação imagética da Caixa d'Água para a sociedade de Ceilândia como uma das principais justificativas para sua preservação. Percebe-se ainda que é vangloriado, além do passado de Ceilândia e a história da sua formação, também a Ceilândia contemporânea, que o documento mostra como sendo detentora de uma importância, identidade e cultura próprias.

Memorial descritivo da Caixa d'Água: documento da CAESB, que trata de aspectos técnicos e construtivos do bem. Também contempla o Projeto Executivo de Recuperação do Reservatório de Ceilândia, que é um estudo da estrutura.

Plantas: 7 plantas da CAESB.

Decreto de tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia, sem data e sem assinatura.

4 de setembro de 2012: os membros do Conselho Especial enviam à SUPHAC os autos para apreciação.

5 de setembro de 2012: José Delvinei dos Santos, subsecretário da SUPHAC, envia os autos ao Secretário de Cultura.

11 de setembro de 2012: Hamilton Pereira da Silva, secretário de Estado de Cultura, envia os autos ao Conselho de Cultura.

27 de setembro de 2012: Romário Schettino, conselheiro relator, mostra-se favorável ao tombamento.

2 de outubro de 2012: Ata da Reunião do Conselho de Cultura, em que decidem por unanimidade pelo tombamento. É assinado por Márcio Moraes, presidente.

8 de outubro de 2012: José Delvinei dos Santos, subsecretário da SUPHAC, envia documento ao secretário de cultura, restituindo os autos, com vistas à Secretaria de Estado de Governo para a assinatura do Decreto de Tombamento pelo governador.

17 de outubro de 2012: Hamilton Pereira da Silva, secretário de Cultura, encaminha os autos para a Secretaria de Governo, para assinatura do governador.

19 de outubro de 2012: Gilson Domingos de Paiva, chefe da Assessoria Administrativa, encaminha o processo à Assessoria Jurídica.

26 de outubro de 2012: Danielle Borges Siqueira Rodrigues, assessora especial, emite despacho de nº 440/2012-CAJ/SEG, em que entende que não houve o cumprimento do Decreto nº33.886/2012, e que faltam alguns documentos (exposição de motivos acompanhada de parecer sobre a constitucionalidade, a legalidade e a regularidade formal do ato normativo proposto, elaborado pela assessoria jurídica do órgão competente). José Euclides Andrade Silva posiciona-se de acordo e devolve os autos à Secretaria de Estado de Cultura do DF.

1º de novembro de 2012: José Delvinei dos Santos, subsecretário da SUPHAC, solicita à Assessoria Jurídica da Secretaria de Cultura a elaboração os documentos que faltavam.

8 de janeiro de 2012: Paula Renata Bitencourt de Toledo, da Assessoria Jurídico-Legislativa, entende que não se vislumbra irregularidade "capaz de impedir a edição do ato", e pede que seja elaborada a exposição de motivos.

28 de janeiro de 2013: José Delvinei dos Santos envia a exposição de motivos à Assessoria Jurídica da Secretaria de Cultura. Os motivos são, basicamente, uma cópia de textos já anteriormente apresentados, demonstrando a importância histórica e simbólica da Caixa d'Água.

29 de janeiro de 2013: Miguel Ribeiro, secretário-adjunto de Cultura, encaminha os autos à Casa Civil.

15 de abril de 2013: Ariely de Castro Silva e Jeanne Lima, da Casa Civil, emitem nota técnica nº 15/COPLAG/CACI, em que se posicionam favoráveis ao tombamento, com base nas diretrizes do Iphan e da Secult, "que vão no sentido da valorização identitária e afetiva da população de Ceilândia para com a Caixa d'Água da cidade" (p. 226).

25 de junho de 2013: Lucenir Rodrigues, assessora especial da coordenadoria de assuntos jurídicos da Casa Civil, emite parecer nº 121/2013/CAJ/CACI. Entende não haver "óbice jurídico à proposta de tombamento da área e respectivas edificações" (p. 234).

23 de outubro de 2013: Luiz Fernando Ferreira Magalhães, assessor especial da consultoria jurídica do DF, emite parecer nº 252/2013-CJDF/GAG, em que sugere "a minuta de decreto, em anexo, revisada nos aspectos técnicos, jurídicos, redacionais e apta a ser submetida" (p. 239).

Lei nº 47, de 2 de outubro de 1989: Dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural.

Decreto nº 25.849, de 17 de maio de 2005: Regulamenta a Lei nº 47.

Decreto de tombamento, sem data e assinatura.

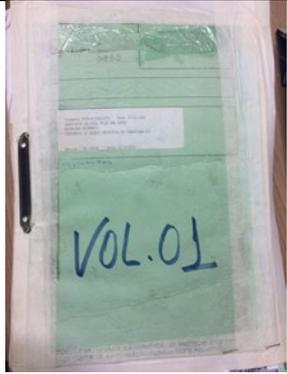
12 de novembro de 2013: Paulo Machado Guimarães, consultor jurídico do DF, emite despacho em que acolhe o parecer de nº 252/2013.

19 de novembro de 2013: Flávia Macedo da Cruz Chaves, chefe da Assessoria de Gestão, emite despacho em que encaminham-se o processo à Casa Civil para as providências necessárias à publicação do Decreto.

Diário Oficial do DF: Decreto nº 35.483: Dispõe sobre o tombamento do Centro de Ensino Médio EIT/CEMEIT e do Centro Cultural Teatro da Praça.

21 de julho de 2014: Elton Bandeira Bernardo de Melo, chefe da assessoria especial, emite despacho à Secult em que restitui o presente, "tendo em vista que a questão versada nos autos ganhou tratamento próprio pelo Decreto nº 35.483, de 30 de maio de 2014" (p. 250).

Diário Oficial do DF: Decreto nº 34.845, de 18 de novembro de 2013: dispõe sobre o tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia.

	<p>Centro de Ensino Médio - EIT</p>	<p>Decreto nº 35.483/14 Processo: 150.002.262/2006</p>
---	--	--

Informações relevantes: o processo é composto por dois volumes devido, provavelmente, à quantidade de material que foi anexada.

Resumo dos trâmites e documentação (na ordem em que aparecem no processo)

Proposta de tombamento da Escola Industrial de Taguatinga. Requerimento de tombamento, assinado pela Associação Cultural Tribo das Artes e pelo Sindicato de professores do Distrito Federal, em 20 de dezembro de 2006. Fala da importância histórica da Escola Industrial e de Taguatinga como referência cultural. Complementa com a importância da cidade para a construção de Brasília, pois a escola, "muito contribuiu para a formação de mão de obra qualificada que era absorvida para continuar o trabalho de melhor instalar a capital do Brasil, afinal não basta um Niemeyer e um Lucio Costa para que um sonho do tamanho de Brasília se torne realidade. Foram precisos Raimundos, Josés, Antônio, muitos deles consumidos nos canteiros de obras."

Documento chamado **Histórica Associação de Arte**. Trata-se de um artigo de Carlos Augusto Cacá, publicado na revista Tribo das Artes, n. 01, em 2001. Possui os subtítulos *É preciso registrar a história da associação de arte e cultura de Taguatinga e O mais importante movimento cultural da história de Taguatinga*. Fala da vocação artística de Taguatinga, e da organização de eventos artísticos, especialmente nos anos 1980. O destaque vai para a atuação da EIT.

Abaixo Assinado "Viva EIT".

Materiais impressos a favor do tombamento:

- a. Folheto frente e verso. (Frente) *Comunidade dá show*. Divulga o Abaixo Assinado Viva EIT e divulga evento com o mesmo nome.
- b. Folder de divulgação de matrículas na EIT, intitulado *Triste o país onde é preciso construir prisões por se fecharem escolas*. Denuncia que pais estão sendo impedidos de matricular seus filhos na EIT, pois se intenciona o fechamento da Escola. Divulga a matrícula e a importância do tombamento. O folder é assinado por Professores e alunos da EIT;
- c. Informativo da SinPro DF (Sindicato dos Professores do DF), intitulado *Todo povo afirma sua história*, com os subtítulos:
 1. *Assim nasceu Taguatinga*, contando da Escola como início de uma cultura para o conhecimento na cidade.
 2. *Qual é a ideia*, que inicia dizendo que, primeiramente, prezam pelo equilíbrio de interesses da comunidade envolvida, e que o projeto deverá respeitar as necessidades de estudantes, artistas e público da cidade, leitores e demais usuários, e da comunidade em geral. Propõem reformas aos prédios.
 3. *Queremos o tombamento dos três prédios históricos da EIT*, que demanda o tombamento e melhoramentos estruturais e de acervo dos três prédios históricos (Escola, Biblioteca e Teatro da Praça).
 4. *Saiba mais sobre o tombamento*, que explica, em tópicos: O que é o tombamento, O que pode ser tombado, Quem pode efetuar o tombamento, O ato de tombamento é igual à desapropriação?, O tombamento preserva?, e O tombamento "congela" o patrimônio?.

5. *Viva EIT, Viva o teatro da praça*, que fala da importância desses espaços em Taguatinga e no entorno, e que hoje estariam abandonados.

Fotografias de eventos ocorridos com o tema Viva EIT.

Fotografias históricas e artísticas.

22 de dezembro de 2006. Jarbas Silva Marques, diretor do Depha, envia memorando n. 130/2006-Depha/SEC ao assistente do Núcleo de Documentação e Protocolos. Encaminha a correspondência da Associação Cultural Tribo das Artes e do Sindicato dos Professores do DF, com a proposta de tombamento.

15 de fevereiro de 2007. Jarbas Silva Marques, diretor do Depha, envia memorando sem número ao secretário da Secretaria de Cultura. Encaminha minuta de portaria, constituindo comissão encarregada de realizar os atos que antecedem o tombamento.

Portaria n. 26 de fevereiro de 2007. Designa as professoras Jeanette de Araújo Bastos, Marta Gomes de Almeida Icó, Luciana de Maya Ricardo e Ana Maria Duarte Frade para compor a comissão.

Diário oficial, com publicação da portaria.

Documento organizado em **Histórico, Reportagens, Fotografias, Manifestações a favor do tombamento, Memorial descritivo, Plantas arquitetônicas e Laudo técnico.**

Histórico. Contem os subitens:

- Escola Industrial de Taguatinga – EIT, conta da história da Escola, construída pela Novacap, os cursos oferecidos e o intuito – ser a primeira escola de ensino industrial de Brasília. Cita o golpe militar, que tomou a Escola.
- Teatro da Praça, que fala do papel do teatro para a cidade. Conta que seu início como teatro foi improvisado, para abrigar a “efervescência cultural dos anos 70 e 80”.
- Biblioteca Machado de Assis, conta a história da biblioteca, inaugurada em um dos antigos galpões da Escola.
- Bibliografia.
- Um pouco da história cultural de Taguatinga (relato do produtor cultural José Fernandes Dias, que foi diretor do Teatro da Praça entre 1987 e 1989), que fala da Faculta, da história do Teatro Rola Pedra, da Semana de Arte e Cultura, a história do Teatro da Praça, e, por fim, considerações finais do entrevistado. O relato valoriza a cultura de Taguatinga.

Quadro temporal dos principais movimentos culturais de Taguatinga, década de 1980. Movimentos Faculta, Teatro Rola Pedra, Semana de arte e cultura de Taguatinga e teatro da praça.

Fotografias. Fotos históricas da escola, e atividades desenvolvidas. Fonte: arquivo publico.

Reportagens

- Jornal "O Cruzeiro", de março de 1960, com matéria intitulada *Brasília: cidade humana*. Fala do sistema educacional de Brasília, elaborado por Anísio Teixeira.
- Jornal "Correio Braziliense", com matéria intitulada *Taguatinga faz 33 anos e ganha biblioteca pública*. Fala da criação da Biblioteca Machado de Assis.
- Jornal de Brasília de 1991, com matéria intitulada *Festa de Taguatinga vai durar um mês*. Fala do aniversário de 33 anos de Taguatinga, da inauguração da Biblioteca Machado de Assis e dos eventos culturais que ocorrem na ocasião.
- Jornal "Correio Braziliense", de agosto de 1993, com matéria intitulada *Como nasceu Taguatinga*, por Ernesto Silva. Conta da revolta da população que habitava a Vila Sarah Kubitschek, que não queriam deixar o local, o processo de remoção e a construção de Taguatinga. Termina dizendo que ao completar 35 anos, os fundadores de Taguatinga desejam que “a cidade floresça e se discipline, como um exemplo do esforço e do trabalho fecundo dos trabalhadores brasileiros que contribuíram decisivamente para a construção de Brasília”.
- Jornal "Correio Braziliense", de maio de 1996, com matéria intitulada *Taguatinga ganhará teatro da praça*. Fala que a obra será erguida com a derrubada de um muro. Fala das controvérsias, e de como professores e a diretora da Escola, alegando insegurança, não queriam a derrubada.

- Jornal "Correio Braziliense", de julho de 1996, com matéria intitulada *Teatro da Praça é alvo de briga em Taguatinga*. Fala das controvérsias de inauguração do Teatro, com a derrubada do muro.

Manifestações a favor do tombamento.

Pelo tombamento da EIT, que diz que diante da importância histórica dos prédios e do abandono, "o movimento cultural, estudantes, professores, agentes públicos e comunidade de Taguatinga estão em campanha pelo tombamento do EIT".

Folheto *Tribo das artes, 7 anos de militância*: de 15 de setembro de 2007, diz que "A EIT começou a funcionar em 1959. Agora foi tombada como patrimônio histórico de Taguatinga".

Informativo *Porque tomar a EIT*, da Tribo das Artes: conta do início de Taguatinga, com a EIT. Almejam registrar, com o tombamento, que além de Juscelino, Niemeyer e Lucio Costa, "trabalharam na construção de Brasília Raimundos, Josés, Antônio, muitos deles consumidos nos canteiros de obras".

Folheto *Viva EIT, símbolo cultural de uma classe operária*, da Tribo das Artes de junho de 2008. Fala sobre o Movimento Viva EIT, do suposto destino legado aos filhos dos operários, que estudaram na EIT para servir aos ricos, mas que foram além.

Matérias de jornal e outros que glorificam os resultados da EIT, especialmente egressos e destaques na mídia.

Memorial descritivo.

De abril de 2008, assinado por Beatriz Coroa do Couto. Especifica o conjunto arquitetônico original, o bloco de salas de aula, o bloco do teatro e o bloco da biblioteca.

Plantas arquitetônicas. 4 plantas

Laudo técnico. Laudo técnico de vistoria.

14 de dezembro de 2008. Jeanette Araújo Bastos, presidente da comissão, envia documento ao diretor de patrimônio histórico e artístico do distrito federal. Diz que a pesquisa de tombamento ainda está em andamento, mas a pedido do governador do DF, José Roberto Arruda, em razão do programa "O Governo nas Cidades", solicitou o tombamento da EIT. Propõem-se o tombamento provisório, já que etapas ainda precisam ser cumpridas.

Decreto de tombamento, sem assinatura e sem data.

7 de janeiro de 2009: José Carlos Córdova Coutinho, diretor do Depha, acolhe os procedimentos constantes nos autos de tombamento e o encaminha ao secretário de estado de cultura para assinatura do decreto.

Encaminhamentos

Documento em que Amanda Klódane Saraiva envia à assessoria especial do gabinete, sem data. Informa que ao fazer limpeza no gabinete, encontrou o processo com o bilhete "secretário quer falar com o governador a respeito deste processo". Informa ainda que encaminhou o processo a Rosa Coimbra.

24 de março de 2010: Martita Icó, do Depha, encaminha a Rosa Coimbra o decreto de tombamento.

Decreto de tombamento, com correções.

9 de abril de 2010. Jerusa Ribeiro Freitas, assessora jurídico-legislativa, emite parecer n. 55/2010. O parecer conclui que estão demonstrados e preenchidos os requisitos necessários para a assinatura do Decreto.

Encaminhamentos

29 de abril de 2010. Eliane Rangel Silveira, arquiteta gerente de perícias judiciais, emite documento que fala sobre divergências sobre o endereço da escola, que se encontra diferente em documentos diversos do tombamento. Esclarece qual seria o endereço correto.

5 de maio de 2010. Fernando José Longo Filho, procurador do Distrito Federal, emite **Parecer n.**

30/2010-PROMAI. Conclui que os autos devem retornar à Secretaria de Estado de Cultura a fim de que se

constitua novo grupo de trabalho, contando necessariamente com a participação de membro indicado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente a fim de que: a. Pronuncie sobre o interesse público na conservação do imóvel; b. Manifeste sobre a conveniência de se tomar todo o lote ou edificações isoladas; c. Elabore as normas urbanísticas para o imóvel; e d. Analise a futura área de tutela.

6 de agosto de 2010. Documento assinado pelos Membros do grupo de trabalho e Membros convidados. Subitens: Dos fatos; Da legislação; Do histórico; Do tombamento/Da área de tutela ou de entorno, o documento visa responder o parecer jurídico, colocando todos os elementos que estavam em falta. Ressalta que há "a cobrança contínua por parte da comunidade para prosseguimento e conclusão do ato de tombamento" e assegura que, "torna-se desnecessária instituição de nova comissão, haja vista todo trabalho apresentado nos autos, de coleta de dados e documentos". O documento é em resposta ao parecer jurídico n. 30/2010-PROMAI

Registro do imóvel

Documento assinado pelos membros da comissão à DIGEPHAC. Relata o parecer jurídico n. 30/2010-PROMAI, as medidas adotadas e as implicações práticas do tombamento.

30 de junho de 2011. Arquitetas gerentes de projeto enviam documento à DIDUL. Alertam que: a. Por se tratar de imóvel com localização bastante privilegiada, a definição dos critérios de tombamento parcial ou total é de extrema relevância no sentido de evitar prejuízos futuros para a comunidade de Taguatinga; b. O conjunto urbanístico não manteve suas características originais; e c. Não encontraram nos autos comunicação oficial do tombamento à Secretaria de Educação do DF, na qualidade de proprietária do lote. Consideram que apenas alguns elementos do conjunto urbanístico mereceriam ser tombados.

11 de julho de 2011. Maria das Graças Medeiros de Oliveira, diretora de Desenvolvimento Urbano Local, envia documento à Suplan. Salaria que, ao contrário do que foi afirmado pela Gerência de Perícias Judiciais do PGR/DF, o lote conta com normas de uso definidas, assim como seu entorno imediato.

CD com decreto de tombamento.

15 de fevereiro de 2012: encaminham-se os autos da Subsecretaria de Educação Básica à Gerência de Administração Patrimonial para manifestação quanto ao tombamento.

Relatório de dados gerais do imóvel.

Relatório do Seminário Taguatinga: memória e identidade, de 2011. Foi realizado no Teatro da Praça.

2 de agosto de 2012. Maria Luíza Fonseca do Valle, secretária-adjunta da Secretaria de Estado de Educação do DF, envia documento ao Secretário de Estado de Educação do DF. É um relatório posicionando-se favorável ao tombamento de toda a área.

Diário oficial. Institui o ano de valorização de Brasília como patrimônio cultural da humanidade, 2012.

12 de setembro de 2012. Denilson Bento da Costa, secretário de Estado de Educação do Distrito Federal, encaminha a indicação de responsáveis pela organização da utilização dos espaços da área a ser tombada, até a inauguração do Complexo Cultural EIT.

17 de agosto de 2012. Denilson Bento da Costa, secretário de Estado de Educação, envia documento à Secretaria de Cultura do Distrito Federal. Posiciona-se favorável ao tombamento, assim como destaca ser pertinente seguir as propostas levantadas no *Seminário Taguatinga: memória e identidade*, em especial à vinculação do tombamento em apreço à criação do Complexo Cultural EIT. Sugere a criação de novo Grupo de Trabalho para a criação do Complexo.

30 de outubro de 2012. Luciano Antunes Sousa, historiador especialista em políticas públicas e gestão governamental, da Suphac, emite parecer, em resposta ao documento de Denilson Bento da Costa. Esclarece que a Legislação de Tombamento não faculta ao órgão responsável a possibilidade de estabelecer vinculação de nenhuma natureza. Lembra que não existe *tombamento de uso*, e que ainda que a autoridade tombe um bem, não pode tomar seu uso. Ressalta as consequências do tombamento no lote. Atenta que não é possível efetuar o tombamento apenas da área, e não das edificações, já que são estas que possuem valor histórico e cultural agregado.

Decreto de tombamento, sem data e assinatura.

21 de novembro de 2012. Halmélio de Castro Sobral, assessor especial da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos, emite despacho n. 44/2012-CAJ/SEG. Diz que, por mudanças devido à publicação de um novo decreto, novas normas e diretrizes deveriam ser adotadas para a proposição de decretos de competência do Governador do Distrito Federal.

Encaminhamentos

11 de janeiro de 2013. Paula Renata Bitencourt Toledo, assessora jurídica administrativa, envia documento à Subsecretaria de Patrimônio histórico, artístico e cultural. Diz que não foi apresentada exposição de motivos, razão pela qual devolve-os autos para complementação.

28 de janeiro de 2013. José Delvinei dos Santos, subsecretário do patrimônio histórico, artístico e cultural, envia exposição de motivos.

Encaminhamentos

21 de fevereiro de 2013. Regina Olga de Araújo, assessora especial da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos, emite relatório sobre o tombamento. Conclui que não há impedimento jurídico à proposta, mas sugere a inclusão de elementos na minuta de decreto substitutiva.

Encaminhamentos e Decreto de tombamento, sem data e assinatura.

Encaminhamentos e pareceres que se manifestam favoráveis ao tombamento.

Diário Oficial, com Decreto de Tombamento.

